JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças 4
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 6
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 6
Prefeitura Municipal de Apiacás 31
Prefeitura Municipal de Araguainha 33
Prefeitura Municipal de Araputanga 34
Prefeitura Municipal de Aripuanã 35
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 44
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 44
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 47
Prefeitura Municipal de Campinápolis 47
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 48
Prefeitura Municipal de Campo Verde 49
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 67
Prefeitura Municipal de Canarana 106
Prefeitura Municipal de Castanheira 106
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 111
Prefeitura Municipal de Cláudia 111
Prefeitura Municipal de Colniza 112
Prefeitura Municipal de Colíder 130
Prefeitura Municipal de Confresa 131
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 133
Prefeitura Municipal de Cáceres 133
Prefeitura Municipal de Denise 143
Prefeitura Municipal de Diamantino 144
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 151
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 152
Prefeitura Municipal de Guiratinga 160
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 160
Prefeitura Municipal de Itanhangá 162
Prefeitura Municipal de Itaúba 165
Prefeitura Municipal de Itiquira 166
Prefeitura Municipal de Jauru 166
Prefeitura Municipal de Juara 166
Prefeitura Municipal de Juruena 167
Prefeitura Municipal de Juína 167
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 171
Prefeitura Municipal de Luciara 174
Prefeitura Municipal de Marcelândia 174
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 174
Prefeitura Municipal de Nobres 175
Prefeitura Municipal de Nortelândia 175
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 176
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 176
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 178
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 180
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 181
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 182
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 188
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 200
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 200

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 202
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 203
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 208
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 210
Prefeitura Municipal de Paranatinga 211
Prefeitura Municipal de Paranaíta 219
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 221
Prefeitura Municipal de Poconé 221
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 222
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 231
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 233
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 236
Prefeitura Municipal de Poxoréu 236
Prefeitura Municipal de Querência 237
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 239
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 239
Prefeitura Municipal de Rondolândia 239
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 258
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 264
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 265
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 265
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 267
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 268
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 269
Prefeitura Municipal de Sapezal 290
Prefeitura Municipal de Sinop 298
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 303
Prefeitura Municipal de São José do Povo 309
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 309
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 310
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 312
Prefeitura Municipal de Tabaporã 312
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 313
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 316
Prefeitura Municipal de Tesouro 317
Prefeitura Municipal de União do Sul 317
Prefeitura Municipal de Vera 319
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 320
Prefeitura Municipal de Vila Rica 320
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 321
Prefeitura Municipal de Água Boa 324

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO Nº 006/2015 - CISVAG

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2015/CISVAG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 06/2015/CISVAG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATENDIMENTOS MÉDICOS: REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ.

O Pregoeiro Oficial, regido pelo Decreto nº. 101/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2015**, cujo certame se deu às 09h do dia 06/07/2015; **RESGISTRA OS PREÇOS DA EMPRESA**: **SOUZA JUNIOR & CIA LTDA,** vencedora do item 01, com valor unitário de: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), do item 02 com valor unitário de: R$ 400,00(quatrocentos reais) e do item 03 com valor unitário de: R$ 270,00(duzentos e setenta reais), Maiores informações fone 65 3266-2534, Leandro Narciso da Costa ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br Pontes e Lacerda/MT, 06 de julho de 2015.

Leandro Narciso da Costa

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°52/2015

Contratado: RUDI BASSO ME

CNPJ: 07.534.751/0001-37

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GUINCHO TIPO MUCK, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

Valor: R$22.000,00 (Vinte dois mil reais).

Vigência: 16/06/2015 até 16/10/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°48/2015

Contratado: ROBERTO CONCEIÇÃO DE ARAÚJO ME

CNPJ: 22.020.537/0001-56

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E JUNTO AOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM REGIME DE 40H SEMANAIS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SUS, NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS

Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

Vigência: 27/05/2015 até 27/08/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°53/2015

Contratado: CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA

CNPJ: 11.382.954/0001-22

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO TIPO “CASA DE APOIO”, EXCLUSIVAMENTE NOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ/MT, GOIÂNIA/GO E BARRETOS/SP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA APOIO A PACIENTES DESTA MUNICIPALIDADE EM TRATAMENTO MÉDICO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R$ 9.440,00 (Nove mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência: 17/06/2015 até 17/12/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°49/2015

Contratado: F. R. ROCHA & CIA LTDA EPP

CNPJ: 74.187.261/0001-07

Objeto:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE AGRIMENSURA PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO DE GEO, PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO JUNTO AO INCRA DE PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Valor: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Vigência: 09/06/2015 até 09/10/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº068/2015 - PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 052/2015

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio de sua Pregoeiro, Hugo César Souza Pereira e Equipe de Apoio, designado pela Portaria n°064/2015 de 06 de abril de 2015, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BICICLETAS, TABLETS E NET BOOKS PARA PREMIAÇÃO DURANTE REALIZAÇÃO DOS PROJETOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER, CULTURA E TURISMO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.**Temos a informar o seguinte: Após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra se vencedora a Empresa: SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO ME, inscrito no CNPJ sob o n° 14.010.264/0001-30, localizado na Avenida Ivo de Morais Cajango, Qd.05, Lt.02, Setor Industrial, Santa Rita do Araguaia - GO, com o valor de R$15.500,00 (Quinze mil quinhentos reais),conforme Edital do Processo.Alto Garças – MT, 22 de junho de 2015.*Hugo César Souza Pereira-Pregoeiro.*

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°46/2015

Contratado: W. JOSÉ DE BARROS ME

CNPJ: 36.955.458/0001-41

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E JUNTO AOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM REGIME DE 40H SEMANAIS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SUS, NO MUNICÍPIO DE ALTO GAR-

ÇAS, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I.

Valor: R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais)

Vigência: 27/05/2015 até 27/09/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 082/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço, no dia **21 de julho de 2015**, às **13:00 horas**, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO, COM A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS (ITR), ENVOLVENDO FORNECIMENTO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS, OPERACIONALIZADO TOTALMENTE EM AMBIENTE WEB, COM MÓDULOS DE INCLUSÃO DE IMÓVEIS PARA EMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR), EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 06 de julho de 2015. Hugo César Souza Pereira – Pregoeiro Oficial.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS MT.

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014 DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS MT. " CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANT. E OPERAC. DO SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO, COM A IMPL. DE MEDIDAS PARA GESTÃO E ORGANIZ. DA SISTEMÁTICA DE ARREC. DE TRIBUTOS (ITR) E COM CONCOM. FORNEC. DOS REC. HUMANOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ENVOLV. O FORNEC. DE TECNOL. E SISTEMAS INFORMATIZADOS, OPERACION. TOTALMENTE EM AMBIENTE WEB, COM MÓD. DE INCLUSÃO DE IMÓVEIS PARA EMISSÃO DE AVAL. DA FAZ. MUNICIPAL, OBJ. INCREMENTO DA ARRECAD. DO IMPOSTO ITR".

Considerando a inexistência de previsão legal, fica cancelado a Adesão à Ata de Registro de Preços n°013/2014 da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos.

Desta forma, cancela-se todo o procedimento para execução do serviço pretendido.

Não há prejuízo para o ente e nem para o erário público.

Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros.

Não há e nem haverá prejuízo para o interesse público.

Alto Garças, em 01 de julho de 2015.

Cezalpino Mendes Teixeira Júnior

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°47/2015

Contratado: ROZINEIDE APARECIDA DA SILVA NEDER EPP

CNPJ: 09.321.924/0001-64

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E JUNTO AOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM REGIME DE 40H SEMANAIS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SUS, NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS

Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

Vigência: 27/05/2015 até 27/08/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°55/2015

Contratado: LEITE & LIRIO LTDA

CNPJ: 11.534.076/0002-02

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE/INFORMATIVOS, EM MÍDIA TELEVISIVA ABERTA DE VEICULAÇÃO LOCAL, VISANDO ATENDER ÀS SECRETARIAS PERTENCENTES ÀS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS.

Valor: R$ 113.520,00 (cento e treze mil quinhentos e vinte reais)

Vigência: 29/06/2015 até 29/12/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°51/2015

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FREITAS LTDA

CNPJ: 02.237.735/0001-69

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Valor: R$ 29.126,00 (vinte e nove mil cento e vinte e seis reais)

Vigência: 11/06/2015 até 11/11/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº077/2015 - PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 060/2015

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio de sua Pregoeiro, Hugo César Souza Pereira e Equipe de Apoio, designado pela Portaria n°064/2015 de 06 de abril de 2015, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL RECARGA DE CILINDROS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E ACESSÓRIOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.**Temos a informar o seguinte: Após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra se vencedora a Empresa: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 00.331.788/0059-35, localizado na Avenida dos Tamoios n° 362, Pq. Ohara, Cuiabá- MT, com o valor

de R$ 72.760,00 (Setenta dois mil setecentos sessenta reais), conforme Edital do Processo.Alto Garças – MT, 25 de junho de 2015.*Hugo César Souza Pereira-Pregoeiro.*

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°54/2015

Contratado: L. C. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA EPP

CNPJ: 13.231.385/0001-40

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO TIPO "CASA DE APOIO", EXCLUSIVAMENTE NOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ/MT, GOIÂNIA/GO E BARRETOS/SP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA APOIO A PACIENTES DESTA MUNICIPALIDADE EM TRATAMENTO MÉDICO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor: R$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais)

Vigência: 17/06/2015 até 17/12/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°50/2015

Contratado: JOÃO P. ALVES ME

CNPJ: 17.944.692/0001-29

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, DE 14 (QUATORZE) LOMBO FAIXAS, NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Valor: R$ 137.200,00 (cento e trinta e sete mil e duzentos reais)

Vigência: 09/06/2015 até 09/09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2015

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, apresente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso I do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda ao Contrato de Prestação de Serviço, de **Construnova Construtora e Serviços LTDA - EPP, CNPJ 18.253.491/0001-48** no valor previsto de R$ 7.577,50,00 (Sete Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos), depois de consultada mais 2 (dois) Orçamentos, foi o que apresentou as melhores condições e disposição pretendidos, para a execução dos serviços. A contratação procede devido a necessidade de realizar serviços preliminares para posterior pavimentação asfáltica da Rua Joaquim Murtinho, objetivando a **Contratação de mão de obra para construção de calçadas e meio fio, no centro de convivência dos idosos, na zona urbana, no município de Alto Paraguai.** Correndo tal despesa à dotação: (1072) 05 001 15 122 0007 2158 339039 0000, dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 06 de Julho de 2015.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº. 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ASTHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI EPP**, CNPJ: 07.955.424/0001-59, com sede à Rua C-267, nº 315, Bairro Nova Suíça, CEP: 74.280-290, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sócio o Sr. Alexandre Ferreira de Freitas, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº. 517.834.951-20 e RG nº 312.549-0 2ª via DGPC/GO, residente e domiciliado à Rua Cordoba, nº 326, Apartamento 1204, Parque Amazonas, na cidade de Goiânia - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.**1 - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial Nº 001/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1 –A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3 - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ASTHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

CNPJ: 07.955.424/0001-59

ITEM	UND	QTDE	DESCRICAO	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
001	UN	5	INTRACAT 0,7 MM/20,3 CM, Marca: ARGON	R$ 53,50	R$ 267,50
002	UN	5	INTRACAT 1,7 MM/30,5 CM, Marca: ARGON	R$ 79,50	R$ 397,50
003	UN	4	MANGUEIRA DE SILICONE PARA NEBULIZACAO 1,2MTS, Marca: PERFITECNIC	R$ 99,50	R$ 398,00
010	UN	2.500	METILERGOMETRINA MALEATO DE 0,2 MG/ML (METHERGIN) INJETAVEL-USO ADULT, Marca: U. QUIMICA	R$ 1,90	R$ 4.750,00
012	UN	3.000	SANITO BRANCO VOLUME DE 100 L REFORÇADO, Marca: PLASTIL	R$ 0,40	R$ 1.200,00
014	UN	10.000	EQUIPO INFUSOR - 2 VIAS COM CLAMP/DUOFIX, Marca: BIOSANI	R$ 1,00	R$ 10.000,00
015	UN	480	FIO CIRURGICO NYLON 0, AGULHA 3.0CM 3/8 TRIANGULAR, Marca:TECHOFIO	R$ 1,84	R$ 883,20
018	UN	150	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL, Marca:EMBRAMAC	R$ 16,98	R$ 2.547,00
019	UN	40	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO M - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL, Marca:EMBRAMAC	R$ 16,98	R$ 679,20
TOTAL					R$ 21.122,40

VALOR POR EXTENSO: VINTE E UM MIL CENTO E VINTE E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4 – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central, em dias de expediente, nos seguintes horários: das 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231 – Centro, Alto Taquari – MT.

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

- Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

- Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: “medicamento genérico” dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: “Lei nº 9.787/99.”

- Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

- Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

- Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

05.130.0.0.10.301.7010.2093.3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

10 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal n.º 57/2014.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

11.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

11.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

11.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

11.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.5 - O licitante vencedor terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

11.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1575.

11.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13 - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de março de 2015.

MAURICIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ASTHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

CNPJ: 07.955.424/0001-59

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Mauricio Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME**, CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Srº Adari Barbosa de Queiroz, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 017.489 SEJUSP/MS e CPF nº 230.758.211-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente PRESTADORA de serviços de fotocopias, encadernação e plastificação de documentos, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCOPIAS, ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS; conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	187.000	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - PRETO - TAMANHO FOLHA A4	R$ 0,25	R$ 46.750,00
2	1.805	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 7MM PARA 25 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,66	R$ 4.801,30
3	995	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 14MM PARA 85 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 4,16	R$ 4.139,20
4	945	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 20MM PARA 120 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 5,16	R$ 4.876,20
5	595	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 25MM PARA 180 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 6,00	R$ 3.570,00
6	197	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 33MM PARA 250 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 7,00	R$ 1.379,00
7	44	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 45MM PARA 350 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 8,83	R$ 388,52
8	145	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 7MM PARA 25 FOLHAS - TAMANHO: 21X15CM (METADE FOLHA A4)	R$ 2,66	R$ 385,70
9	530	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,27	R$ 1.203,10

10	95	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO FOLHA OFICIO 2	R$ 2,48	R$ 235,60
11	155	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO 21X15CM (METADE FOLHA A4)	R$ 1,33	R$ 206,15
12	425	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO 10X0,70CM	R$ 1,02	R$ 433,50
14	3.800	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - COLORIDO DE TEXTO SIMPLES - TAMANHO FOLHA A4	R$ 1,22	R$ 4. 636,00
15	1.250	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - COLORIDO DE IMAGEM - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,50	R$ 3. 125,00
16	1.000	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - COLORIDO DE TEXTO E IMAGEM - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,15	R$ 2. 150,00
				TOTAL	R$ 78. 279,27

VALOR POR EXTENSO: SETENTA E OITO MIL, DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2187.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.301.7010.2096.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.301.7010.2093.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.304.7040.2098.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.140.0.0.04.122.6050.2188.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2171.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.241.6080.2169.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.243.6110.2177.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNCIPAL DA FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em 05 (cinco) dias uteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - Os serviços deverão ser executados de acordo com a Requisição de Serviço, contados da data da emissão desta nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional;

7.3 – Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados.

7.4 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, da prestação dos serviços, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do CONTRATADO:

I Entregar os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

V Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal 57/2014.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1575.

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de junho de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56; neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Mauricio Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº. 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/ 2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME**, CNPJ Nº 21.395.275/0001-41, com sede à Rua Clóvis Hugueney, nº 70, Centro, na cidade de Várzea Grande - MT, neste ato representado pela Srª Patrícia Moreira de Lima, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 19949880 SSP/MT e CPF nº 040.081.251-75, residente na Av. Cerrada, s/nº, Apt. 51 – Jardim Cerrado, na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente CONTRATADA para fornecimento de material esportivo e premiação, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 -A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO E PREMIAÇÃO; conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ Nº 21.395.275/0001-41

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	10	UN	TROFEU 102CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$550,31	R$5.503,10
2	10	UN	TROFEU 80CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$509,70	R$5.097,00
3	6	UN	TROFEU 38CM - ARTILHEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$100,72	R$ 604,32
4	6	UN	TROFEU 38CM - GOLEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 99,43	R$ 596,58
5	200	UN	MEDALHA 45MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO E COM GRAVURA DE AGUIA E UM RAMO EM ALTO RELEVO NA	IRMOSSI	R$ 4,99	R$ 998,00

			PARTE INFERIO, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.			
6	8	UN	TROFEU 97CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$239,81	R$1.918,48
7	8	UN	TROFEU 81CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$174,08	R$1.392,64
8	10	UN	TROFEU 30CM - BASE RETANGULAR 15CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR SUPORTE METALIZADO, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 57,19	R$ 571,90
9	100	UN	MEDALHA 42MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO E COM GRAVURA DE AGUIA E UM RAMO EM ALTO RELEVO NA PARTE INFERIO, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITORIA	R$ 4,91	R$ 491,00
10	8	UN	TROFEU 68CM - BASE OVAL 22CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR COLUNA METALIZADA, COBRE A COLUNA UMA BASE EM MADEIRA OVAL PINTADA E CONE METALIZADO, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$143,81	R$1.150,48
11	8	UN	TROFEU 63CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$128,04	R$1.024,32
12	10	UN	TROFEU 27CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 51,02	R$ 510,20
13	100	UN	MEDALHA 40MM REDONDA - (40X40MM DIAMETRO E CENTRO LISO 25MM DIAMETRO), FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, CENTRO COM TOCHA GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO, LADO ESQUERDO VAZADO E LADO DIREITO COM DOIS FRISOS, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITÓRIA	R$ 4,69	R$ 469,00
14	12	UN	TROFEU 60CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$122,06	R$1.464,72
15	12	UN	TROFEU 44CM - BASE QUADRADA 7,6CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, SOBRE O CONE UMA TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 84,55	R$1.014,60
16	24	UN	MEDALHA 41MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO E COM GRAVURA DE AGUIA E UM RAMO EM ALTO RELEVO NA PARTE INFERIO, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITORIA	R$ 4,71	R$ 113,04
17	25	UN	TROFEU 62CM - BASE OVAL 22CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR COLUNA METALIZADA, COBRE A COLUNA UMA BASE EM MADEIRA OVAL PINTADA E CONE METALIZADO, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$160,27	R$4.006,75
18	25	UN	TROFEU 48CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$116,17	R$2.904,25
19	20	UN	TROFEU 38CM - ARTILHEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$100,72	R$2.014,40
20	20	UN	TROFEU 38CM - GOLEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 99,43	R$1.988,60
21	500	UN	MEDALHA 39MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, CENTRO LISO COM 25MM DIAMETRO, BORDAS RAIADAS E POLIDAS COM UM RAMO EM ALTO RELEVO, ESPESSURA 3MM, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITORIA	R$ 3,18	R$1.590,00
22	2	UN	JOGO DE CAMISA COMPLETO INFANTIL (IDADE 8 A 10) - 1.100% POLIESTER DRAY FIT; COM SERIGRAFIA, COR E MODELO A ESCOLHER; CONTENDO: 16 CAMISAS MANGA CURTA, 16 CALCOES, 16 MEIOES.	PLAY-FAIR	R$916,40	R$1.832,80
23	2	UN	JOGO DE CAMISA COMPLETO INFANTIL (IDADE 13 A 15) - 1.100% POLIESTER DRAY FIT; COM SERIGRAFIA, COR E MODELO A ESCOLHER; CONTENDO: 16 CAMISAS MANGA CURTA, 16 CALCOES, 16 MEIOES.	PLAY-FAIR	R$978,40	R$1.956,80
24	2	UN	JOGO DE CAMISA COMPLETO ADULTO - 1.100% POLIESTER DRAY FIT; COM SERIGRAFIA, COR E MODELO A ESCOLHER; CONTENDO: 20 CAMISAS MANGA CURTA, 20 CALCOES, 20 MEIOES.	PLAY-FAIR	R$1.058,50	R$2.117,00
27	25	UN	BOLA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL - 68-70CM, 410-450GR, COSTURA, 8 GOMOS, TERMOTEC, MATERAL PU ULTRA 100%, CAMARA AIRBIELITY, MIOLO SYSTEN REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 155,13	R$3.878,25
28	25	UN	BOLA FUTEBOL SOCIETY - DIAMETRO 68-69CM, 425-445GR, CAMARA AIRBILITY TERMOTEC COSTURADA, MATERIAL PVC COM 8 GOMOS, MIOLO SPLIT SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 123,51	R$3.087,75
29	25	UN	BOLA FUTSAL OFICIAL - DIAMETRO 61-64CM, 410-440GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC (0% ABSORCAO DE AGUA), COSTURADA, 12 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 165,20	R$4.130,00
30	20	UN	BOLA FUTSAL INFANTIL (SUB 13) - DIAMETRO 55-59CM, 350-380GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC, MATERIAL PU, 8 GOMOS, MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 135,70	R$2.714,00
31	15	UN	BOLA FUTSAL MIRIM (SUB 11) - DIAMETRO 50-55CM, 300-350GR, CAMARA ARBILITY,TERMOTC, 8 GOMOS, MATERIAL PU ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 122,80	R$1.842,00
32	6	UN	BOLA FUTVOLEI, DIAMETRO 68-69CM, 420-445GR, 8 GOMOS COSTURADO A MAQUINA, CAMARA AR AIRBILITY, TERMOTEC (0% ABSORCAO DE AGUA), PU ULTRA 100%, COM TECNOLOGIA TERMO TEC, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 156,55	R$ 939,30
33	15	UN	BOLA BEACH VOLEI DE AREIA - DIAMETRO 65-67CM, 260-280GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC (0% DE ABSORCAO E AGUA), MICROFIBRA, 12 GOMOS, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 243,79	R$3.656,85
34	15	UN	BOLA BEACH SOCCER (FUTEBOL AREIA BATIDA) - DIAMETRO 68-69CM, 485-486GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC (0% ABSORCAO DE AGUA), MATERIAL PU ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LIBRIFICADO, COR BRANCA	PENALTY	R$ 160,63	R$2.409,45

35	3	UN	REDE FUTEBOL SOCIETY - (PAR) MEDIDA OFICIAL, 2 FIOS EM SEDA 4MM, MEDIDA: 5X2,2X1,2MT RECUO INFERIOR E 0,60CM RECUO SUPERIOR (LXA), EM MALHA 14CM, 100% POLIETILENO.	PANGUE	R$ 423,14	R$1.269,42
36	2	UN	REDE FUTEBOL DE CAMPO - (PAR) MEDIDA OFICIAL, FIOS EM SEDA 5MM TRANCADO, MEDIDA: 7,5X2,5MT, EM MALHA 10X10CM, 100% POLIPROPILENO COM UV, MODELO QUADRICULADO	MASTER	R$ 727,40	R$1.454,80
37	3	UN	REDE FUTSAL/QUADRA - (PAR) MEDIDA OFICIAL, 2 FIOS EM SEDA 4MM, MEDIDA: 3,20X2,10X1,00MT, 100% POLIPROPILENO COM UV.	MASTER	R$ 232,70	R$ 698,10
38	2	UN	REDE VOLEI DE QUADRA OFICIAL - 1X9,50MTS, 4 FAIXAS, FIO 2MMM EM NYLON COM SUPORTE PARA ANTENA .	PANGUE	R$ 151,86	R$ 303,72
39	2	UN	REDE VOLEI DE PRAIA OFICIAL - 1X8,50MTS, 4 FAIXAS, FIO DE 2MM EM NYLON COM SUPORTE PARA ANTENA	PANGUE	R$ 184,20	R$ 368,40
40	15	UN	CONE 50CM INDICATIVO (MEDIO) - MATERIAL: PLASICO PVC, COR: LARANJA LISO.	PLASTSUL	R$ 23,44	R$ 351,60
41	15	UN	CONE 20CM INDICATIVO (PEQUENO) - MATERIAL: PLASICO PVC, COR: LARANJA LISO.	PLASTSUL	R$ 8,98	R$ 134,70
42	5	UN	APITO JUIZ PROFISSIONAL - TECNOLOGIA SPECTRABURST, SISTEMA INTEGRADO DE BOQUILHA COM-MOLDADE CMG SEM ESFERA, 100% EM ABS DE ALTO IMPACTO, 3 CAMARAS E SEM PARTES REMOVIVEIS, POTENCIA SONORA: 115 DB.	FOX	R$ 41,80	R$ 209,00
43	5	UN	BOMBA PARA CALIBRAR BOLA - COMPOSICAO: TUBO: POLICARBONATO/HASTE: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO/T HANDLE: POLIPROPILENO/FECHOS: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO. TECNOLOGIA DOUBLE ACTION QUE PERMITE ENCHIMENTO NOS DOIS SENTIDOS, COM AGULHA EM LIGA DE ZINCO COM TAMPA DE BORRACHA, MANGUEIRA DE AR EM BORRACHA COM NYLON E LIGA DE ZINCO.	PENALTY	R$ 32,88	R$ 164,40
44	3	UN	CRONOMETRO DIGITAL - FUNCOES: RELOGIO, CALENDARIO E DESPERTADOR; ALARME E TIME COM CONTAGENS REGRESSIVA E PROGRESSIVA, CRONOMETRAGEM: TEMPO TOTAL PERCORRIDO, TEMPO DA PRIMEIRA E DEMAIS ETAPA, TEMPO DA DISTANCIA ENTRE DUAS ETAPAS, MEMORIA DE ATE 10 VOLTAS. RESISTENTE A AGUA (1 ATM).	POKER	R$ 48,30	R$ 144,90
					TOTAL	69.086,62

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E NOVE MIL, OITENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2134.3.3.90.31.00 – Premiação Cult. Art. Cient. Desp.

02.080.0.0.27.812.9110.2055.3.3.90.30.00 – Manter as Atividades da Secretaria.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em 05 (cinco) dias úteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá

ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

7.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

7.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

7.4 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, do fornecimento dos materiais, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

7.5 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

7.6 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 7.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATADA:

I - Entregar os materiais em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

V - Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I - efetuar os pagamentos pelos fornecimentos prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1575.

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 22 de Junho de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME

CNPJ Nº 21.395.275/0001-41

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº. 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA – ME**, CNPJ Nº 11.382.954/0001-22, com sede à Av. Cascavel, Quadra J, Lote 01, Vila Santa Tereza, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Srº Clóvis do Egito Filho, portador do RG nº 4599587, SPTC/GO e CPF nº 467.112.793-87, residente na Rua sete, Quadra 11, Lote 35, Casa 2, Santos Dumont, na cidade de Goiânia - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, prestação de serviço de casa de apoio, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata. **1 - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto **a futura e eventual contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte especializada do tipo, "CASA DE APOIO", exclusivamente com sede na capital do estado de Cuiabá-MT e Goiânia – GO**, conforme discriminação disposta no anexo I (Termo de Referência) do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3 - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA - ME

CNPJ Nº 11.382.954/0001-22

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
002	Und	458	ESTADIA DE PACIENTES CARENTES EM CASA DE APOIO – GOIÂNIA – GO	60,00	27. 480,00
TOTAL					R$ 27. 480,00

VALOR POR EXTENSO: VINTE E SETE MIL E QUATROCENTOS E OITENTA REAIS

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7050.2159.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

5 - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a emissão da nota fiscal; mediante a apresentação da requisição de serviços e devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6 – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 – Os serviços deverão ser executados de acordo com a Requisição de Serviço, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional;

7.2 – Os Serviços deverão ser executados conforme indicado na Ordem de Serviço do Município de Alto Taquari - MT, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento;

7.2.1 – Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados.

7.3 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, do fornecimento, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do CONTRATADO:

I Entregar os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

V Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9 – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal 57/2014. **14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1575.

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16 - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 25 de Março de 2015.

_____

Maurício Joel de Sá

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Casa de Apoio São Daniel LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

_____

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

O *Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso*, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº. 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **VL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, CNPJ Nº **13. 507.016/0001-37**, com sede à Rua 218, nº 18, Loja Qda 82 Lt 21, Setor Coimbra, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pela sócia, a Srª Valdirene Cristina Pelizon de Azara, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 4.120.510 2ª via DGPC/GO e CPF nº 927.703.801-25, residente á Rua 17 Qda K6 Lt 03, nº 640, Edifício Rio Madeira, Setor Oeste, na cidade deGoiânia - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 001/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3 - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

VL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME CNPJ Nº 13.507.016/0001-37

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
004	20	UN	SONDA NASOGASTRICA Nº04 – ESTERIL, Marca: MEDSONDA	R$ 0,65	R$ 13,00
005	50	UN	SONDA TRAQUEAL Nº12 – ESTERIL, Marca: MEDSONDA	R$ 0,69	R$ 34,50
006	50	UN	SONDA TRAQUEAL Nº14 – ESTERIL, Marca: BIOSANI	R$ 0,66	R$ 33,00
007	50	UN	SONDA TRAQUEAL Nº16 – ESTERIL, Marca: MEDSONDA	R$ 0,72	R$ 36,00
013	4.500	UN	SAPATILHA DESCARTAVEL - EM MATERIAL TNT, COR BRANCO (PARA CENTRO CIRURGICO) PAR, Marca: HN DESC	R$ 0,10	R$ 450,00
016	5	UN	ESPECULO NASAL DESCARTAVEL PCT COM 100 UNIDADES, Marca: HEINE	R$ 135,60	R$ 678,00
017	600	UN	AGULHA PARA RAQUIANESTESIA ESPINHAL 25GX3 1/2 AÇO INOXIDAVEL E CAPA EM PROPILENO, Marca: SOLIDOR	R$ 5,35	R$ 3.210,00
TOTAL					R$ 4.454,50

VALOR POR EXTENSO: QUATRO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4 – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS DE FORMA PARCELADA, CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: DAS 07:00 ÁS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.

4.2- A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

- Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

- Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: “medicamento genérico” dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: “Lei nº 9.787/99.”

- Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

- Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

- Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 – A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

12 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal n.º 57/2014.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de Março de 2015.

_____

MAURICIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

_____

VL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ Nº 13.507.016/0001-37

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

_____

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº. 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **L. C. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM – EPP**, CNPJ Nº 13.231.385/0001-40, com sede à Rua Luiz Fhilippe Pereira Leite, nº 91, Alvorada, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Srº Lucas Chargas da Silva, portador do RG nº 15282287, SSP/MT e CPF nº 002.398.621-20, residente na Rua Treze, nº 01, Quadra 57, Pedra 90, na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, prestação de serviço de casa de apoio, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata. **1 - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto a futura e eventual contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte especializada do tipo, “CASA DE APOIO”, exclusivamente com sede na capital do estado de Cuiabá-MT e Goiânia – GO, conforme discriminação disposta no anexo I (Termo de Referência) do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3 - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

L. C. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM - EPP

CNPJ Nº 13.231.385/0001-40

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
001	Und	550	ESTADIA DE PACIENTES CARENTES EM CASA DE APOIO – CUIABÁ - MT	50,00	27.500,00
TOTAL					R$ 27.500,00

VALOR POR EXTENSO: VINTE E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7050.2159.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

5 - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de serviços e devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6 – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 – Os serviços deverão ser executados de acordo com a Requisição de Serviço, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional;

7.2 – Os Serviços deverão ser executados conforme indicado na Ordem de Serviço do Município de Alto Taquari - MT, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento;

7.2.1 – Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados.

7.3 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, do fornecimento, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do CONTRATADO:

I Entregar os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

V Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9 – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal 57/2014. **14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8. 666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1575.

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16 - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 25 de Março de 2015.

_____

Maurício Joel de Sá

PREFEITO MUNICIPAL

_____

L. C. Serviços de Hospedagem – EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

_____

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2015

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI – MT E DO OUTRO LADO A EMPRESA ALINE FONSECA DE CAMPOS - ME.

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº. 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 604.771.489-72, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **ALINE FONSECA DE CAMPOS ME - ME,** CNPJ 16.804.120/0001-81, com sede à Rua Cingapura, n°347, Bairro Shangri-lá, Cuiabá – MT, neste ato representado pela Srª Aline Fonseca de Campos, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF nº. 995.312.591-00 e RG nº 15100286 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Cingapura, n° 347, Bairro Shangri-lá, Cuiabá-MT doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem celebrar a Adesão da presente Ata n° 01/2015, oriundo do Pregão Presencial nº 014/2014, do Município de Itiquira - MT, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

1.0 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata objetiva REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI–MT, conforme descrito no Anexo I do edital do Pregão Presencial nº 014/2014, que fica fazendo parte desta Ata.

2.0 – CLAUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO

2.1 – OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS DE FORMA PARCELADA, ONDE O MUNICÍPIO SOLICITARÁ A QUANTIDADE NECESSITADA, DEVENDO A ENTREGA SER NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUES NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÁS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.

2.2 - A contratada deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

2.3 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

2.4 – *A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos prestando esclarecimento solicitado, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um responsável de cada secretaria.*

2.5 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

2.6 - O prazo para a troca dos produtos recusados será de 3 (três) dias corridos, a contar da data da solicitação de troca do produto.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ALINE FONSECA DE CAMPOS ME - ME.

CNPJ 16.804.120/0001-81

Item	Descrição	Marca	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
01	Relógio de Ponto Biométrico: Equipamento Homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego(Portaria nº 1510/2009 MTE), possuir sistema de nobreak, com autonomia de no mínimo 8 horas, opção de utilizar comunicação através de TCP/IP, leitor biométrico, tipo ótico com resolução de no mínimo 500DPI, sistema de impressão com velocidade de 60mm/s, 64mm/s e 100mm/s, com opcional de corte automático do papel, troca rápida e fácil da bobina, impressão com durabilidade de no mínimo 5 anos, dados gravados em memória não volátil tanto para a memória de trabalho como para a memória de registro permanente, permissão de cadastro dos dados do empregador, local de trabalho e funcionários, na memória de trabalho, armazenamento na MRP todos os eventos realizados como: inclusão e alteração de empregado, inclusão e alteração de empregador, capacidade de gerenciamento de até 20.000 usuários na memória de trabalho, calendário perpétuo, com opção de configuração do horário de verão, o equipamento deverá ter opção de trabalho com leitura automática dos crachás (leitura de crachás de 3 a 20 dígitos). Garantia do Fabricante: 12 meses.	ID DATA	45	R$ 2.000,00	R$ 90.000,00
TOTAL					R$ 90.000,00

VALOR POR EXTENSO: Noventa Mil reais.

3.2 - Receberá a CONTRATADA pelos produtos, citados na Cláusula Primeira, a importância de R$ 90.000,00 (Noventa Mil reais).

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

3.6 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar da efetiva entrega dos produtos desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

3.7 - *No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.*

3.8 - A nota Fiscal deverá ser emitida para: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – CNPJ n°01.362.680/0001-56 – Endereço: AV. MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA, N° 848 – CENTRO – ALTO TAQUARI-MT – CEP: 78.785-000.

3.9 - No corpo da Nota Fiscal deverá constar: Descrição do objeto licitado, item, valor unitário, valor total, N° do Processo Licitatório, N° da Ata de Registro de Preço.

3.10 – Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.11 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória, devidamente atualizada ou comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

4.1 – O prazo da presente Ata será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura deste instrumento podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

5.0 – CLAUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto desta Ata correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.1032.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.122.3030.1005.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA-

02.060.0.0.12.361.8040.1012.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

02.060.0.0.12.365.8020.1016.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

02.060.0.0.13.392.8050.1071.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-

02.080.0.0.04.122.9110.1026.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.122.7050.1045.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6120.2168.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

03.110.0.0.08.241.6080.2169.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.1003.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.1017.4.4.90.52.00.00-Equip. e Mat. Permanentes

6.0 – CLAUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 **-** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do CONTRATADO:

I Entregar os produtos em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal da Ata, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal da Ata, objeto da presente licitação.

IV Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

V Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

6.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I efetuar os pagamentos pela aquisição dos produtos conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.1 e 3.2

II Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata.

IV Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

7.0 – CLAUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta Ata;

7.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da Ata.

7.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

8.1 – A presente Ata foi firmada com base nos artigos 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 e na Adesão ao Pregão Presencial nº 014/2014.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

9.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta Ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.0 – CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

10.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de *10% (dez por cento*) do valor da Ata,

III– suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3.- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata e das demais cominações legais.

10.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

10.5 - As multas de que trata este item, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.6 - As multas de que trata este item, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal 57/2014.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo desta Ata na Imprensa Oficial Do Estado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - O foro da Comarca de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca desta Ata, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Esta Ata se sujeita ainda às Leis Municipais inerentes ao assunto.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari MT, 17 de Março de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ALINE FONSECA DE CAMPOS ME - ME

CONTRATADO

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

_____

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL
TOMADA DE PREÇOS 007/2015 – EDITAL RESUMIDO

A CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº. 007/2015.

Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de serviços de operação e manutenção das atividades de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos das unidades de saúde do município de Alto Taquari - MT.** Abertura às 07:30h (horário Mato Grosso) do dia 23/07/2015. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:00 às 11:00 horas, junto a CPL, no email licitação@altotaquari.mt.gov.br ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br.

Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 06 de julho de 2015. Cacilda Ferreira dos Santos. Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 778/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1° - Fica nomeada a Sra **JENIFER ANDREIA ROCHA CRISTALDO**, para o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO SOCIAL,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 06 de Julho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO PARA REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 002/2015 REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2015 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL 011/2015, ASSINADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA G3 - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME, TENDO COMO OBJETO O FORNECIMENTO DE Combustíveis.

ADALTO JOSÉ ZAGO, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no art. 65, II, "d", § 5º e § 8º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, determina o **apostilamento** à **Ata de Registro de Preços**, realinhando os valores registrados em virtude do reajuste de valores para o item 03 e 04, óleo Diesel e óleo S-10, aumento de R$ 0,03 (três centavos) por litro, aumento este concedido pelo governo federal, nos termos que se seguem:

ITEM	**Descrição**	**Unid**	**Quant**	VLR UNITARIO
03	ÓLEO DIESEL	LTS	353,500	3,29
04	ÓLEO S-10	LTS	1.006.500	3,41

Para que surta seus efeitos jurídicos, lavra-se o presente termo de apostilamento, com base no § 8° do Artigo 65 da Lei Federal n° 8.666/93.

Apiacás – MT, 01 de junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 195/2015

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar a Servidora **LUCIANA MARTINS DE ARAUJO,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 03/04/2014 à 02/04/2015, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015, com abono pecuniário.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar a Servidora EDILANDIA DE OLIVEIRA ARAUJO,ocupante do cargo de Zeladora, referente ao período aquisitivo de 01/07/2012 à 30/06/2013, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar a Servidora MARIA MORAIS DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 20/04/2013 à 19/04/2014, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 4° - Conceder férias regulamentar a Servidora ÁUREA CRISTINA CARRION, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, referente ao período aquisitivo de 09/01/2014 à 08/01/2015, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015, com abono pecuniário.

Art. 5° - Conceder férias regulamentar ao Servidor SERGIO RUBIO , ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01/08/2012 à 31/07/2013, e período de gozo de 01/06/2015. 30/06/2015.

Art. 6° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Junho 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 194/2015

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **JOSE SÉRGIO RODRIGUES DA LUZ PASSOS,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 31/03/2014 à 30/03/2015, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/03/2015.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar ao Servidor

LINDOMAR FERNANDES DE OLIVEIRA,

ocupante do cargo de Coveiro, referente ao período aquisitivo de 03/03/2014 à 02/03/2015, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar ao Servidor GENIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Operador Máquinas Rodoviárias e nomeado no cargo Secretário Municipal de Urbanismo, referente ao período aquisitivo de 04/03/2013 à 02/03/2014, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015, com abono pecuniário.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT. 01 de Junho 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

CÂMARA MUNICIPAL
RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO

DECRETO LEGISLATIVO 102/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS torna público a RETIFICAÇÃO da publicação no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS de 03/07/2015, edição n.º 2.260 pag. 15 NA PUBLICAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO 102/2015 ONDE SE LÊ: FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA 008/2011 – LEI-A-SE FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA 008/2015

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 003/2015

Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade Tomada de Preço 003/2015, tendo como objeto a execução da obra de Capa de Pavimentação Asfáltica (TSD), em diversas ruas e avenidas com **Área total de Capa a executar: 14.338,00m², dia 22/07/2015, AS 800(OITO) horas, horário de Mato Grosso,** o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059,Telefone 66-3593-1344, Ramal 219, Paço Municipal, Cidade de Apiacás - MT, ou no site www.apiacas.mt.gov.br - informações pelo telefone (66) 3593-1344 ramal 219.

Lídia Mª Silva Contrera

PRESIDENTE DA C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 044/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 036/2015,** no dia 17/07/2015 **às 8:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**.**

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site da Prefeitura http://www.apiacas.mt.gov.br/.

CÂMARA MUNICIPAL
RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO

DECRETO LEGISLATIVO 103/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS torna público a RETIFICAÇÃO da publicação no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS de 03/07/2015, edição n.º 2.260 pag. 14 NA PUBLICAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO 102/2015 ONDE SE LÊ: FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA 008/2011 – LEI-A-SE: FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA 009/2015

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 193/2015

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar a Servidora **KATIUCIA SILVA MATOS,** ocupante do cargo de Serviços Gerais e nomeação no cargo de Secretária Executiva do PREVIAP, referente ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 31/07/2015, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015, com abono pecuniário.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar a Servidora

SOLANGE FERNANDES BALIERO,

ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e nomeada no cargo de Diretora do Departamento de Compras, referente ao período aquisitivo de 16/05/2009 à 15/05/2010, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015, com abono pecuniário.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar a Servidora NÁGILA BRANDÃO DE CASTRO, nomeada no cargo de Supervisora Administrativa, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 28/02/2015, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015, com abono pecuniário.

Art. 4° - Conceder férias regulamentar a Servidora ANABELA PEREIRA ALVES DIEFENTHALER, nomeada no cargo de Diretora do Departamento de Almoxarifado, referente ao período aquisitivo de 19/11/2013 à 18/11/2014, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015, com abono pecuniário.

Art. 5° - Conceder férias regulamentar a Servidora LIDIA MARIA SILVA CONTRERA, nomeada no cargo de Assistente Geral da Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 à 31/01/2014, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 6° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Junho 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2015

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => **POLIAÇO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**

CONTRATO: 029/2014

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL CENTRO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL. Conforme projeto, planilha e memorial descritivo da obra. CONVENIO FNDE PAC 208317/201.

VIGENCIA- 03/07/2015 ATÉ 30/10/2015

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 196/2015

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTAR À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar a Servidora **MARIA DE JESUS LUNA BRITO,** ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, referente ao período aquisitivo de 31/03/2014 à 30/03/2015, e período de gozo de 01/06/2015 à 30/03/2015.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT. 01 de Junho 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIAL
JUSTIFICATIVA

A candidata CRISTIANE RAQUEL MARTINS FREITAS, foi convocada no dia 03/06/2015 para ser contratada no cargo de Zeladora, pelo Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015, porém não compareceu no prazo, conforme determina o Edital de Convocação 012/2015, no entanto, a convocada não tomou posse e nem justificou sua ausência ou inércia.

Apiacás-MT; 06 de Julho de 2015.

MARIZETE ANDRETTA

Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 272/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **ROSANGELA DOS SANTOS,** ocupante do cargo de Enfermeira, que se encontrava de Licença Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 06 de Julho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2015

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => **POLIAÇO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**

CONTRATO: 030/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIOS COM 980,40 M², NA ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME DE ALMEIDA, ESTRADA UNIVERSAL, COMUNIDADE COLINA AZUL, GLEBA ARUMA, ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE APIACÁS. Conforme projeto, planilha e memorial descritivo da obra. CONVENIO FNDE PAC 208318/2014.

VIGENCIA- 03/07/2015 ATÉ 30/10/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº169, DE 06 DE JULHO DE 2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o Conselheiro Tutelar, Ricardo Moraes David, **RG: 2078474-0 SJSP/MT** e **CPF: 042.128.151- 09,** representante junto ao S.D.H da Presidência da República.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015 CONCURSO PÚBLICO 001/2015

A **Prefeitura Municipal de Araguainha – MT**, através da Srª Prefeita Maria José das Graças Azevedo. **CONVOCA** o (as) o concursado (as)abaixorelacionado aprovados no **Concurso Publico 001/2015** para comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, na Sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, situada a Rua Bahia, 435, Centro, para apresentarem documentos, habilitações exigidas além dos exames médicos mencionados nesse Edital do Concurso Público e tomar posse de seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionados.

a) Eletrocardiograma com avaliação cardiológica;

b) Eletro encefalograma com avaliação neurológica;

c) Exame oftalmológico - laudo completo (inclusive com avaliação senso cromática);

d) Abreografia ou RX de tórax;

e) Machado Guerreiro;

f) Urina (EAS);

g) Glicemia;

h) Uréia no sangue;

i) Hemograma completo;

j) Creatinina;

k) Colesterol;

l) ABO + RH;

m) Sorologia para Lues ou VDRL;

n) Ácido úrico;

o) Exame auditivo;

p) Exame toxicológico (maconha, cocaína, anfetaminicos, benzodiazepínicos e barbitúricos);

q) Atestado médico que comprove a condição física e mental para exercer a atividade profissional na administração pública, referente ao cargo a ser exercido.

Em todos os exames, além do nome do candidato, deverá constar, obrigatoriamente o numero da cédula de Identidade do mesmo, a assinatura especialidade e o registro no órgão de classe especifico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido numero.

Certificado de reservista ou comprovante de quitação do serviço militar para os candidatos do sexo masculino;

Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal e Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.

Declaração comprovando que não recebe proventos de aposentadoria e não ocupa cargo, emprego ou função pública que caracteriza acumulação ilícita, de acordo com **artigo 37, inciso XVI, XVII, da Constituição Federal.**

Declaração de bens referente os dois últimos anos, (Declaração de Imposto de Renda);

Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe, para o cargo exigido, comprovando que o candidato está apto para exercer a profissão, não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

Comprovante de escolaridade e titulação exigida para o cargo;

02 fotos ¾.

Apresentar original e fotocópia dos seguintes documentos: Cédula de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos dependentes (se possuir), Carteira de vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos, Título de Eleitor com certidão de quitação perante a Justiça Eleitoral.

Diploma de conclusão do curso de acordo com o cargo exigido, acompanhado do Histórico Escolar.

Diploma de Conclusão do Curso de Pós-Graduação, para os candidatos que apresentaram Títulos para contagem de pontos para efeito classificatório.

Fotocópia do cartão de inscrição no PIS/PASEP (se já inscrito).

Fotocópia da Carteira de registro no órgão de classe.

Comprovante de residência.

Declaração de não ter sido exonerado anteriormente por não ter atingindo as exigências do estágio probatório na Prefeitura Municipal de Araguainha ou outro órgão público que foi aprovado em Concurso Público.

Declaração de não estar impedido de exercer cargo público por decisão judicial ou administrativa.

Copia da carteira de trabalho.

Comprovante de conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil S/A; sendo o candidato titular da conta.

O candidato que não preencher todos os requisitos acima elencados, mesmo aprovados e classificados no Concurso, acarretará a nulidade de sua participação, bem como sua responsabilização nos termos da Lei Penal, em caso de prestação de informações falsas.

Os documentos acima relacionados deverão ser comprovados por meio de apresentação da documentação original juntamente com a fotocópia, será eliminado do Concurso Público aquele candidato que não apresentar a documentação no período estipulado neste edital, assim como aquele candidato (a) que for considerado inapto no exame médico pré-admissional.

A Prefeita Municipal de Araguainha reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legais e necessários para o ato da nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/perfis/profissionais.

Cargo: 001 – Contador

Inscrição	Nome	Colocação
0000000009	ORLANDO DE SOUZA REIS	1º

Cargo: 002 – Controlador Interno

Inscrição	Nome	Colocação
0000000094	Juliani Mateus de Oliveira Costa	1º

Cargo: 006 – Psicólogo

Inscrição	Nome	Colocação
0000000032	Sibely Aparecida Gomes da Cruz	1º

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do (a) candidato (a) convocado (a) podendo a Prefeitura Municipal de Araguainha convocar o(s) candidato(s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Fica designado o dia 06 de Agosto de 2015, às 12:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, para os candidatos que já tenham entregado a documentação exigida, tomar posse de seu cargo.

Araguainha - MT, 06 de Julho de 2015.

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA DE FERIAS

PORTARIA Nº 016/2015

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.

RESOLVE:

Conceder férias o Servidor GEAZI ALVES BORGES, por 20 (Vinte) dias , regulamentares correspondente ao período aquisitivo de 01/07/2015 à 20/07/2015, com o período restante de abono pecuniário de um 1/3 (um terço) das férias.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015).

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS JUNHO 2015

Contrato nº 070/2015 - Data: 02/06/2015 - **Contratado: ADEVANIR GRACIANO MARTINS – EPP - Valor**: R$ 97.850,00 - **Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIA DE PUBLICIDADE DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 12.232, DE 9 DE ABRIL DE 2010 - **Vigência do Contrato:** 02/06/2015 a 31/12/2015 - **Fiscal:** BRUNO DE LARRANHAGAS CRUZ

Contrato nº 071/2015 - Data: 19/06/2015 - **Contratado:** CLOVIS DUTRA DA SILVA **- Valor**: R$ 19.950,00 **- Objeto:** aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 - **Vigência do Contrato:** 19/06/2015 a 18/12/2015 - **Fiscal:** ZELIA DIAS DA SILVA

Contrato nº 072/2015 - Data: 19/06/2015 - **Contratado:** ARPA – ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PRODUTORES AGROECOLOGICOS **- Valor**: R$ 56.068,20 - **Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015** - **Vigência do Contrato:** 19/06/2015 a 18/12/2015 - **Fiscal:** ZELIA DIAS DA SILVA

Contrato nº 073/2015 - Data: 19/06/2015 - **Contratado:** ADEMIR DE MOURA **- Valor**: R$ **19.996,00 - Objeto:** aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 - **Vigência do Contrato:** 19/06/2015 a 18/12/2015 - **Fiscal:** ZELIA DIAS DA SILVA

Contrato nº 074/2015 - Data: 19/06/2015 - **Contratado:** SAULO PENA **- Valor**: R$ **19.897,00 - Objeto:** aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 - **Vigência do Contrato:** 19/06/2015 a 18/12/2015 - **Fiscal:** ZELIA DIAS DA SILVA

Contrato nº 075/2015 - Data: 19/06/2015 - **Contratado:** RAFAEL BOSCATO DOS SANTOS **- Valor**: R$ 20.000,00 - **Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015** - **Vigência do Contrato:** 19/06/2015 a 18/12/2015 - **Fiscal:** ZELIA DIAS DA SILVA

Contrato nº 076/2015 - Data: 24/06/2015 - **Contratado:** CONTROL ANALISE DE AGUA E EFLUENTES LTDA – ME **- Valor**: R$ 13.824,00 - **Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ANÁLISE, FÍSICO, QUÍMICO E MICROBIOLÓGICO EM AMOSTRA DE ÁGUA** - **Vigência do Contrato:** 24/06/2015 a 31/12/2015 - **Fiscal: ALESSANDRO FELIX PASCOIN**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 011/2015

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Pregoeiro, torna público, a que possa interessar, que o julgamento do certame supracitado realizado em 06/07/2015, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Resultou em: Empresa MV PAPELARIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, vencedora de todos os itens totalizando o valor Global de R$ 11.170,00. Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados. Araputanga MT, 06 de Julho de 2015. REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO - Pregoeiro

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA DE FERIAS

PORTARIA Nº 015/2015.

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES , Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.

RESOLVE:

Conceder a Servidora SUELI PETRELI NUNES DA COSTA , 30 (trinta) dias de Férias regulamentares correspondente ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/06/2015.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 27 (Vinte e Sete) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e Quinze (2015).

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 107/2015.

Autor: Poder executivo.

SÚMULA

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REMISSÃO, ISENÇÃO E ANISTIA, CUMULADAS OU NÃO COM PARCELAMENTO, PARA LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO-TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AO ISSQN, IPTU E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, APURADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, INSCRITOS OU NÃO NA DÍVIDA ATIVA, AJUIZADOS OU NÃO, DESDE QUE NÃO TENHAM SIDO OBJETO DE AÇÃO FISCAL, NAS HIPÓTESES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder remissão, anistia e isenção, cumuladas ou não com parcelamento, para liquidação de créditos tributários e não-tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Contribuição de Melhoria, apurados no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou não desde que não tenham sido objeto de ação fiscal.

§ 1º Para os fins do disposto nesta lei, considera-se como créditos tributários soma das seguintes rubricas:

I – Principal;

II – Correção Monetária;

III – Juros de Mora;

IV – Multas, inclusive penalidades;

V – Honorários.

§ 2º Todos os créditos da Fazenda Pública serão, primeiro, atualizados monetariamente, com a aplicação de correção monetária, juros e multas, previstos em lei ou no contrato, após os quais serão aplicados os benefícios previstos nos incisos anteriores.

§ 3º Os débitos não-tributários inscritos em dívida ativa serão corrigidos pelo IGP-DI ou outro índice que o substituir, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data em que ocorreu a inscrição.

§ 4º O disposto nesta lei alcança, inclusive, a parcela remanescente de acordos de parcelamento celebrados para quitação de créditos tributários mencionados no "caput" deste artigo.

Art. 2º Os créditos tributários de que trata o artigo anterior poderão ser liquidados:

I – mediante pagamento à vista, com redução de 90% (noventa por cento) do valor correspondente a juros e multas do crédito tributário;

II – em parcelas mensais e sucessivas, observado o limite a seguir fixado:

a) até 6 (seis) parcelas, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor correspondente a juros e multas do crédito tributário, não podendo a parcela ser inferior a 10 (dez) VRM (Valor de Referencia Municipal);

b) até 12 (doze) parcelas, com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor correspondente a juros e multas do crédito tributário, não podendo a parcela ser inferior a 10 (dez) VRM (Valor de Referencia Municipal);

c) até 18 (dezoito) parcelas, com redução de 55% (cinqüenta e cinco por cento) do valor correspondente a juros e multas do crédito tributário, não podendo a parcela ser inferior a 10 (dez) VRM (Valor de Referencia Municipal);

d) até 24 (vinte quatro) parcelas, com redução de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor correspondente a juros e multas do crédito tributário, não podendo a parcela ser inferior a 10 (dez) VRM (Valor de Referencia Municipal);

§ 1º A efetivação do pagamento ou do parcelamento na forma preconizada nesta lei é opção do contribuinte e a sua formalização implica na confissão irretratável do crédito tributário, com o reconhecimento da exatidão dos respectivos valores, e expressa renúncia a quaisquer defesas ou recursos administrativos ou judiciais, bem como desistência dos já interpostos;

Art. 3° - Para ingressar no parcelamento de que trata esta lei, o interessado deverá formalizar sua opção até o dia 18/12/2015, mediante a apresentação de requerimento específico constante do Anexo I, preenchido e assinado, com firma reconhecida, pelo executado, contribuinte ou seu representante legal, protocolizado na Secretaria Adjunta de Tributos da Prefeitura Municipal de Aripuanã.

Parágrafo único: O prazo de que trata o “caput” deste artigo poderá ser prorrogado por decreto municipal tantas vezes quanto necessário à implementação eficaz do presente programa de parcelamento.

Art. 4º Os benefícios previstos nesta lei não autorizam a restituição ou compensação de importâncias já pagas ou anteriormente compensadas ou depositadas, ou, ainda, recolhidas em execuções fiscais.

Art. 5º A opção pelos benefícios desta lei implica no reconhecimento irretratável da dívida e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo, bem como desistência dos já interpostos.

Art. 6º O protocolo do pedido administrativo de parcelamento não extingue o crédito tributário ou não-tributário, apenas suspende a exigibilidade até que o parcelamento seja finalizado ou até que seja emitido o parecer final.

§ 1º Interrompido o parcelamento, os pagamentos realizados serão imputados, prosseguindo-se no processo de execução ou, quando for o caso, efetivado o encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa.

§ 2º O não pagamento dos créditos parcelados em suas respectivas datas, acarretará o vencimento de todas as demais prestações ajustadas, tornando sem efeito o beneficio, devendo a Fazenda Pública Municipal, elaborar o cálculo atualizado da dívida, fazendo-se expedir a Certidão representativa do débito, arcando o devedor com as custas processuais e os honorários advocatícios, se os créditos forem cobrados judicialmente.

Art. 7º O valor do crédito inscrito, tributário ou não-tributário, será representado por Certidão de Dívida Ativa, e aqueles ainda em curso serão representados por Certidão da Secretaria de Municipal de Finanças.

Art. 8º Tendo efetuado o pagamento da primeira parcela e assinado o termo de confissão de divida e parcelamento, o contribuinte terá direito à expedição de certidão positiva de débito, com efeito de certidão negativa para com a Fazenda Municipal, enquanto se mantiver adimplente com o parcelamento e com as demais obrigações tributárias principais e acessórios exigidas pela legislação vigente.

Art. 9º Os aposentados e pensionistas que percebam renda mensal de até 1 e ½ (um e meio) salários mínimos, proprietário de 1 (um) único imóvel e que o mesmo sirva para sua moradia, terão descontos de 100% (cem por cento) referente a juros e multas e ainda poderão parcelar seus débitos em até 24 (vinte e quatro) vezes, observando que a parcela não poderá ser inferior a 10 (dez) VRM (Valor Referencia Municipal).

Art. 10º Nos créditos já ajuizados, os devedores ficarão responsáveis pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, apurados sobre o valor do parcelamento, sendo que os executivos fiscais ajuizados somente serão arquivados após a quitação da dívida cobrada.

Art. 11º Fica a cargo da Coordenadoria Jurídica do Município, comunicar, individualmente, através de petição, a concessão do parcelamento ao Juízo, requerendo de imediato a suspensão do processo, até o efetivo cumprimento de todas as prestações relativas ao parcelamento.

Art. 12º O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de oficio, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção ou imunidade concedidas ou reconhecidas em processo eivados de vícios, na forma de legislação pertinente.

Art. 13º Os benefícios estabelecidos na presente Lei, serão aplicados a fato geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2013.

Art. 14º O Poder Executivo deverá baixar normas complementares para processamento dos pedidos administrativos de parcelamento, isenção e anistia.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 06 dias do mês de julho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

ANEXO I

SATRI – Secretaria Adjunta de Tributos da Prefeitura Municipal de Aripuanã

Requerente:		
CPF/CNPJ:		
Procurador(a):		
Domicílio/Sede:	Nº:	Bairro:
Nº do processo Administrativo/Judicial:		Vara:
CDA(s):		

O contribuinte acima identificado vem através do presente requerimento solicitar sua inclusão no programa de parcelamento de que trata a Lei Complementar Municipal nº. , de de , de 2015, para pagamento do débito em ( ) parcelas, sendo a primeira no valor de R$. 00.000,00 ( ), e mais 00 ( ) parcelas mensais e sucessivas no valor de R$. 0.000,00 ( ) cada, totalizando de R$. 00.000,00 ( ), estando ciente de que o presente requerimento implica na confissão irrevogável e irretratável do débito, bem como na renúncia ao direito sobre o qual se funda toda e qualquer defesa, administrativa ou judicial, tendente a anular o crédito tributário contra si constituído.

Declara ainda o contribuinte interessado ter ciência de todas as regras relativas ao ingresso e permanência no aludido programa, sobretudo no que se refere ao fato de que o descumprimento das condições assumidas acarretará automaticamente o prosseguimento do processo de cobrança na via judicial, desconsiderando-se os eventuais descontos concedidos.

Aripuanã, ____ de _____ de 2015.

Requerente

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993. **Objeto: Aquisição de veículos zero quilometro para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: *Dia 17/07/2015, às 08h00min (oito horas),* horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 06 de Julho de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 042/2015, levado a efeito às **08h00min** do dia **03/07/2015**, sagrou-se vencedora a empresa: *DIMAQ – CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA* com o valor total de **R$ 104.000,00.** Maiores informações pelo telefone (0xx66) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 06 de Março de 2015.

Ana Cristina da Silva Cappellesso

Pregoeira

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2015 RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através da comissão permanente de licitação, nomeada pela portaria 7.564/2015, comunica a Retificação da **PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO, NO ANEXO I,** da Tomada de Preço n°007/2015 que tem como objeto, Contratação de empresa para execução de obra na ampliação da Escola Municipal Jarí Edgar Zambiasi local de atendimento aos alunos matriculados na EJA- Educação de Jovens Zambiasi, com dimensões de 244,40 m² com Recurso de Transferência conta 26148-3 PEJA, incluindo os materiais necessários e mão de obra, de acordo com o projeto descritivo, constante no anexo I, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste Município de Aripuanã.

.

RETIFICAÇÃO DA PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO, NO ANEXO I.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO					
Prop.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ				
Obra:	AMPLIAÇÃO ESCOLA MUNICIPAL PROF. JARI EDGAR ZAMBIASI				
Local:	AV. TIRADENTES, LOTE 02, QUADRA 19 - PARQUE INDUSTRIAL				
Recurso:	-				
PILAR PRE MOLDADO EM CONCRETO ARMADO					
ITEM	**SERVIÇOS**	**UND**	**QUANT**	P. UNI	P. TOTAL
73972/002	CONCRETO ESTRUTURAL FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA, SEM LANÇAMENTO	m³	0,28	352,42	98,68
74157/003	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	0,28	70,92	19,86
84220	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 12 MM, 08 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO	m²	3,72	20,36	75,74
74254/002	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	kg	25,70	6,49	166,79
73942/002	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO	kg	4,30	6,34	27,26
337	ARAME RECOZIDO 18 BWG - 1,25MM - 9,60 G/M	kg	0,36	8,30	2,99
4750	Mão de Obra - PEDREIRO	H	3,00	9,44	28,32
6111	Mão de Obra - SERVENTE	H	4,00	7,01	28,04
73535	CHP - CAMINHAO C/GUINCHO 6T, MOTOR DIESEL 136HP, M. BENZ MOD L1214, H 135,00 MUNCK MOD, OU SIMILAR	H	0,50	135,00	67,50
TOTAL DO ITEM >>>					515,18
VIGA PRE MOLDADO EM CONCRETO ARMADO					
ITEM	SERVIÇOS	UND	QUANT	P. UNI	P. TOTAL
73972/002	CONCRETO ESTRUTURAL FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA, SEM LANÇAMENTO	m³	0,56	352,42	197,36
74157/003	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	0,56	70,92	39,72
84220	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 12 MM, 08 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO	m²	9,92	20,36	201,97
74254/002	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	kg	32,50	6,49	210,93
73942/002	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO	kg	12,50	6,34	79,25
337	ARAME RECOZIDO 18 BWG - 1,25MM - 9,60 G/M	kg	0,14	8,30	1,16
4750	Mão de Obra - PEDREIRO	H	3,00	9,44	28,32
6111	Mão de Obra - SERVENTE	H	4,00	7,01	28,04
73535	CHP - CAMINHAO C/GUINCHO 6T, MOTOR DIESEL 136HP, M. BENZ MOD L1214, H 135,00 MUNCK MOD, OU SIMILAR	H	0,60	135,00	81,00

TOTAL DO ITEM >>>					867,75
ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI PRIMEIRA QUALIDADE, SERRADA, NAO APARELHADA, PARA TELHAS ONDULADAS DE FIBROCIMENTO					
ITEM	SERVIÇOS	UND	QUANT	P. UNI	P. TOTAL
4472	PECA DE MADEIRA DE LEI *6 X 16* CM, NÃO APARELHADA, (VIGA - P/TELHADO)	m	196,00	15,14	2.967,44
21142	ESTRIBO C/ PARAFUSO EM CHAPA DE FERRO FUNDIDO DE 2" X 3/16" X 35CM SECAO "U" PARA MADEIRAMENTO DE TELHADO"	und	60,00	12,73	763,80
432	PARAFUSO M16 (ROSCA MAQUINA D=16MM) X 250MM CAB QUADRADA - ZINCAGEM A FOGO	und	120,00	4,21	505,20
1330	CHAPA ACO GROSSA PRETA 1/4"(6,35MM) 49,797KG/M2	kg	107,56	3,50	376,46
7340	IMUNIZANTE PARA MADEIRA INCOLOR	l	21,60	22,25	480,60
1213	Mão de Obra - CARPINTEIRO DE FORMAS	H	24,00	9,44	226,56
6117	Mão de Obra - AJUDANTE DE CARPINTEIRO	H	24,00	7,09	170,16
TOTAL DO ITEM >>>					5.490,22
	ROBSON DARCIO SOUSA				
	CREA 120.263.916-0				

Aripuanã-MT, 06 de Julho de 2015.

FLÁVIA GRAZIELE OLIANI

Presidente da CPL

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015 RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através da comissão permanente de licitação, nomeada pela portaria 7.564/2015, comunica a Retificação da **PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO, NO ANEXO I,**da Tomada de Preço n°006/2015 que tem como objeto, contratação de empresa para execução de obra na ampliação do Centro de Educação Infantil Raio de Sol, com dimensões de 244,40 m² com Recurso de Transferência conta 25925-X Brasil Carinhoso, incluindo os materiais necessários e mão de obra, de acordo com o projeto descritivo, constante no anexo I, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste Município de Aripuanã.

.

RETIFICAÇÃO DA PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO, NO ANEXO I.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO					
Prop.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ				
Obra:	AMPLIAÇÃO C.E.I. RAIO DE SOL				
Local:	Rua das Laranjeiras S/N, Residencial Boa Esperança - Jardim Planalto				
Recurso:	-				
PILAR PRE MOLDADO EM CONCRETO ARMADO					
ITEM	**SERVIÇOS**	**UND**	QUANT	P. UNI	P. TOTAL
73972/002	CONCRETO ESTRUTURAL FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA, SEM LANÇAMENTO	m³	0,28	352,42	98,68
74157/003	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	0,28	70,92	19,86
84220	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 12 MM, 08 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO	m²	3,72	20,36	75,74
74254/002	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	kg	25,70	6,49	166,79
73942/002	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO	kg	4,30	6,34	27,26
337	ARAME RECOZIDO 18 BWG - 1,25MM - 9,60 G/M	kg	0,36	8,30	2,99
4750	Mão de Obra - PEDREIRO	H	3,00	9,44	28,32
6111	Mão de Obra - SERVENTE	H	4,00	7,01	28,04
73535	CHP - CAMINHAO C/GUINCHO 6T, MOTOR DIESEL 136HP, M. BENZ MOD L1214, H 135,00 MUNCK MOD, OU SIMILAR	H	0,50	135,00	67,50
TOTAL DO ITEM >>>					515,18
VIGA PRE MOLDADO EM CONCRETO ARMADO					
ITEM	SERVIÇOS	UND	QUANT	P. UNI	P. TOTAL
73972/002	CONCRETO ESTRUTURAL FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA, SEM LANÇAMENTO	m³	0,56	352,42	197,36
74157/003	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	0,56	70,92	39,72
84220	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 12 MM, 08 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO	m²	9,92	20,36	201,97
74254/002	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	kg	32,50	6,49	210,93
73942/002	ARMACAO DE ACO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO	kg	12,50	6,34	79,25
337	ARAME RECOZIDO 18 BWG - 1,25MM - 9,60 G/M	kg	0,14	8,30	1,16
4750	Mão de Obra - PEDREIRO	H	3,00	9,44	28,32
6111	Mão de Obra - SERVENTE	H	4,00	7,01	28,04

73535	CHP - CAMINHAO C/GUINCHO 6T, MOTOR DIESEL 136HP, M. BENZ MOD L1214, H 135,00 MUNCK MOD, OU SIMILAR	H	0,60	135,00	81,00
TOTAL DO ITEM >>>					867,75
ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI PRIMEIRA QUALIDADE, SERRADA, NAO APARELHADA, PARA TELHAS ONDULADAS DE FIBROCIMENTO					
ITEM	SERVIÇOS	UND	QUANT	P. UNI	P. TOTAL
4472	PECA DE MADEIRA DE LEI *6 X 16* CM, NÃO APARELHADA, (VIGA - P/TELHADO)	m	196,00	15,14	2.967,44
21142	ESTRIBO C/ PARAFUSO EM CHAPA DE FERRO FUNDIDO DE 2" X 3/16" X 35CM SECAO "U" PARA MADEIRAMENTO DE TELHADO"	und	60,00	12,73	763,80
432	PARAFUSO M16 (ROSCA MAQUINA D=16MM) X 250MM CAB QUADRADA - ZINCAGEM A FOGO	und	120,00	4,21	505,20
1330	CHAPA ACO GROSSA PRETA 1/4"(6,35MM) 49,797KG/M2	kg	107,56	3,50	376,46
7340	IMUNIZANTE PARA MADEIRA INCOLOR	l	21,60	22,25	480,60
1213	Mão de Obra - CARPINTEIRO DE FORMAS	H	24,00	9,44	226,56
6117	Mão de Obra - AJUDANTE DE CARPINTEIRO	H	24,00	7,09	170,16
TOTAL DO ITEM >>>					5.490,22
	ROBSON DARCIO SOUSA				
	CREA 120.263.916-0				

Aripuanã-MT, 06 de Julho de 2015.

FLÁVIA GRAZIELE OLIANI

Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual** *aquisição de tubos para bueiros e obra de drenagem para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã***.** Início da Sessão: **Dia 22/07/2015, às 10h00min (dez horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 06 de Julho de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.239/2015

AUTOR: Poder Executivo.

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art.1º São estabelecidas em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 2° da Constituição Federal combinado com o Artigo 103, § 2° da Lei Orgânica do Município, as disposições contidas na Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2016.

§ 1º As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016 foram estabelecidas de modo compatível com a Plano Plurianual relativo ao período 2014 – 2017, conforme Anexo I, integrante da presente Lei.

§ 2º Por ocasião da elaboração da proposta orçamentária anual o valor das metas físicas poderá ser revisto para fins de adequação com a receita estimada, na forma do Art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo II - Metas Fiscais e Anexo III - Riscos Fiscais, que integram a presente Lei.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 2º A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art.3º Os Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras;

6 - amortização da dívida;

7 - outras despesas de capital.

Art.4º A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, na qual a discriminação da despesa por função far-se-á de acordo com a Portaria n° 42, de 14/04/1999 e suas alterações posteriores, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Art.5º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e compreenderá:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus Fundos e Entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este Orçamento.

Parágrafo Único O Orçamento Anual do Fundo de Previdência constará da proposta orçamentária do Município, de acordo com o Art. 72 da Lei Federal 4.320/64.

Art.6º O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I - mensagem;

II – texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e de Despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1° Integrarão a Lei Orçamentária Anual os seguintes demonstrativos:

I – sumário geral da Receita por fontes e da Despesa por funções de governo;

II - sumário geral da Receita e da Despesa, por categoria econômica;

III - sumário geral da Receita por fontes e respectiva legislação;

IV – quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

§ 2° Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1° deste artigo, demonstrativo contendo as seguintes informações complementares:

I – Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional n° 14, Emenda Constitucional nº. 53, de 19 de dezembro de 2006 e da Lei Federal nº. 11. 494, de 20 de junho de 2007.

II – Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2° da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional n° 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO

E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.7º No projeto de Lei Orçamentária as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes de 2016.

Art. 8º As receitas serão estimadas observando-se o comportamento da arrecadação no último triênio e a tendência para o exercício em curso, conforme estabelece o Art.12, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização de planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º As taxas pelo exercício do Poder de Polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas;

§ 3º Caso os parâmetros utilizados na estimativa as receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art.9º As despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual.

§1º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 2º Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

I - Considera-se em andamento, para os efeitos desta lei, o projeto cuja execução tenha sido iniciada, ou que o cronograma de sua execução ultrapasse o término do exercício de 2015.

II - Não se considera como projeto em andamento, os projetos relativos a obras em execução com recursos de convênios, cujo empenho tenha sido efetuado de modo global em exercício anterior ao da vigência da presente lei.

§ 3º A inclusão de dotações para pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2016 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no Art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;

§ 4º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, assegurará recursos destinados ao atendimento de recuperação de dependentes, nos termos da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Art.10 A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

Art. 11 Fica o Poder Executivo autorizado a criar elementos de despesa e fontes de recursos em projetos, atividades e operações especiais já existentes, procedendo a sua abertura através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art.12 As movimentações de recursos entre elementos de despesa pertencentes ao mesmo grupo de despesa, no mesmo projeto, atividade, operação especial, e na mesma modalidade de aplicação não serão considerados créditos suplementares, e sim alterações de quadro de detalhamento de despesa, sem alterações de metas.

Art.13 A Lei Orçamentária observará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II - modernização da ação governamental;

III - equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

Art.14 A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de agosto de 2015, na forma da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art.15 Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art.16 A inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios, contribuições ou subvenções sociais para entidades privadas sem fins lucrativos dependerá de autorização em lei específica e a entidade beneficiária deverá:

I – cumprir as exigências da Instrução Normativa da STN n° 001/97 e suas alterações posteriores;

II – comprovar regularidade perante a administração pública federal, estadual, municipal e a seguridade social, e ser reconhecida de utilidade pública, perante a administração publica municipal e ou estadual.

Art.17 A proposta orçamentária poderá consignar dotações como transferências voluntárias, observado o disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº. 101/2000, bem como para fins de apoio à manutenção de órgãos estaduais estabelecidos no Município mediante celebração de convênio e o órgão beneficiado deverá cumprir as exigências da Instrução Normativa da STN n° 001/97, conforme dispõe o Art. 62, Lei Complementar nº. 101/2000.

Art.18 O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino art. 212 da Constituição Federal, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos do art. 7° da Emenda Constitucional n° 29, de 13/09/2000.

Art.19 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art.20 Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar os seus resultados, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art.21 A Lei Orçamentária, conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos, e também para abertura de créditos adicionais conforme disposto no Art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163/2001.

Parágrafo Único. Caso não se concretize os riscos fiscais até o dia 30 de novembro de 2016, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art.22 Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000, e ainda o seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro dos servidores relativo ao mês de julho de 2015;

II – poderão ser incluídas dotações específicas para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, elaboração de provas e concurso público ou processo seletivo, caso o município receba créditos adicionais que justifiquem a necessidade, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

III – poderão ser consignadas dotações para atender aumentos da despesa de pessoal, observados os limites da Lei Complementar n° 101/2000 e os valores não poderão afetar o equilíbrio entre receita e despesa;

IV – ficam autorizadas as despesas decorrentes da criação de cargos, empregos e funções, reestruturação administrativa, bem como, admissões ou contratações de pessoal a qualquer titulo, em atendimento ao disposto no Inciso II, do § 1º, do Artigo 169, da Constituição Federal, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas publicas.

Parágrafo Único. Caso a despesa de pessoal vier extrapolar a noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, somente será permitida a realização de serviço extraordinário quando destinada ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.23 O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais, até 30 de janeiro de 2016.

§ 1º O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º Até o final dos meses de maio e setembro de 2016, e de fevereiro de 2017, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art.24 O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2016, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

§ 1º Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" de cada Poder.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art.25 As despesas de aperfeiçoamento da ação governamental serão classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único Entende-se por despesa relevante aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa de licitação, e por irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor máximo da dispensa de licitação.

Art.26 Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2015, o orçamento não for sancionado, não tendo sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art.27 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.28 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.238/2015.

AUTOR: Poder Executivo.

SÚMULA:

"**REGULAMENTA O ARTIGO 103 DO ESTATUTO DO SERVIDOR QUANTO A CESSÃO DE SERVIDORES e dá outras providências.**"

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a ceder ou receber em cessão servidor público ocupante de emprego de caráter efetivo, nas condições impostas por esta Lei.

Art. 2º

- Para fins desta Lei considera-se Cessão o ato administrativo que implica no exercício do cargo por servidor público em outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Art. 3º - O pedido de cessão de servidor em exercício no Poder Executivo do Município de Aripuanã deverá ser formalizado por escrito pelo órgão interessado e dirigido ao Prefeito Municipal.

§ 1º O exercício do cargo por servidor público somente terá início após o deferimento do pedido por parte do Prefeito Municipal e mediante autorização expressa a ser veiculada no Diário Oficial do Município

§ 2º O servidor que tiver interesse em exercer atividades inerentes de seu cargo no Município de Aripuanã deverá apresentar requerimento formal instruído com documentos que comprovem sua aptidão para o cargo pretendido, legislação do órgão de origem com previsão da formalização do ato de cessão e manifestação expressa do chefe do Poder a que estiver vinculado manifestando a intenção e legalidade na cessão do referido servidor.

Art. 4º - A cessão do servidor será recusada nas seguintes hipóteses:

I - não atendimento ao interesse público a juízo do Poder Executivo do Município de Aripuanã nos casos em que for solicitado o recebimento em cessão de servidor de outro ente da Federação;

II - existência de prejuízo à prestação do serviço público local que possa ser verificado com a ausência do servidor cedido;

III - estar o servidor em qualquer das hipóteses, cumprindo estágio probatório.

Art. 5º - O servidor cedido ou recebido em cessão não poderá exercer no órgão cessionário, atribuições estranhas à natureza de seu cargo e complexidade de suas atribuições, sob pena de cancelamento imediato da cessão ou indeferimento liminar do pedido.

Art. 6º - A cessão se dará respeitando-se as garantias do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Aripuanã, em face da aplicação desse regime contratual, permanente, entre o município e os servidores.

§ 1º A cessão não implicará na ruptura do vínculo empregatício do servidor e nem a perda da vaga correspondente ao emprego para o qual foi investido originariamente e se encontra efetivado

§ 2º Nos termos deste artigo, o servidor cedido não ocupará emprego de caráter efetivo existente no quadro de pessoal do órgão cessionário, cujas vagas somente serão providas mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º A cessão poderá ocorrer com ou sem prejuízo dos vencimentos do servidor cedido, mediante ajuste entre as entidades cedente e cessionária, nos casos de diferenças de carga horária ou piso salarial incompatíveis, com anuência expressa do servidor.

§ 4º O Cedente poderá, a qualquer tempo, mediante juízo de conveniência e oportunidade, requisitar o retorno do servidor público cedido.

Art. 7º - A cessão far-se-á pelo prazo de até 02 (dois) anos, sendo facultada sua prorrogação por igual período, mediante juízo de conveniência e oportunidade a cargo do Poder Executivo do Município de Aripuanã.

§ 1º É condição para a prorrogação da cessão a formulação de requerimento específico com esta finalidade por parte do órgão cessionário e do servidor cedido.

§ 2º O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá ocorrer antes do término do prazo de encerramento do período sob pena de cancelamento da cessão.

Art. 8º Findo o período de validade da cessão e em não havendo sua prorrogação, o servidor deverá reapresentar-se ao órgão responsável pela gestão de pessoal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sendo reinserido no quadro de servidores do Poder Executivo do Município de Aripuanã.

§ 1º É vedada a Promoção aos servidores municipais cedidos a outros entes federativos, enquanto perdurar a cessão.

§ 2º Findo o período de validade da cessão e não havendo sua prorrogação, o servidor reinserido no quadro de servidores do Poder Executivo do Município de Aripuanã poderá se habilitar à Promoção.

Art. 9º Não poderão ser dados ou recebidos em cessão os servidores públicos:

I - ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração;

II - contratados sob Regime Administrativo para o atendimento de excepcional interesse público;

III - em afastamento de qualquer natureza;

IV - cumprindo estágio probatório.

Art. 10 - O horário de trabalho será determinado pelo órgão cessionário.

Art. 11 - O ônus da cessão será de inteira responsabilidade do órgão cessionário.

Art. 12 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.237/2015.

Autor: Poder Executivo

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por anulação de dotação no orçamento vigente, Lei n°. 1.190/2014 de 23 dias do mês de Dezembro de 2014, na função programática:
07.002.12.843.0008.9004 - Juros e Amortização de Dividas da Educação
3290.2100 – Juros Sobre a Divida por Contrato - R$ 6.000,00 (seis mil reais);
4690.7100 - Principal da Divida Contratual Resgatado - R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), valor que passará a integrar o elemento de despesa sobre a fonte de recurso 01.01 (Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação).

Art. 2º. Para cobertura do crédito ora autorizado serão utilizados recursos proveniente de anulação de dotação, no valor de R$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), em conformidade com o Art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964:

05.001.28.843.0008.9001 - Juros e Amortização de Dividas
3290.2100 – Juros Sobre Divida por Contrato - R$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), fonte de recurso 01.01 (Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação).
Art. 3º. Autoriza o poder executivo a suplementar a dotação criada no Art.1° desta lei, caso ocorra variações nos indexadores financeiros.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1143/2014 aos 14 dias do mês de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.236/2015.

Autor: Poder Executivo

SÚMULA:

"**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR 01 (UM) PARQUE INFANTIL EM MADEIRA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE ARIPUANÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar 01 (um) parque infantil em madeira essência garapeira à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Aripuanã para servir na recreação assistida dos alunos daquela entidade.

Art. 2º

- As despesas decorrentes da presente doação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, suplementadas se necessário:

259-07.002.12.365.0013.2025.449052000000 – Manutenção das Atividades do Aprendizado Infantil

263-07.002.12.365.0013.2026.449052000000 - Manutenção das Atividades do Aprendizado Infantil

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.235/2015.

AUTOR: Poder Executivo.

SÚMULA:

"**ALTERA E INSERE PARÁGRAFOS AO ARTIGO 15 DA LEI 1.230/2015 e dá outras providências.**"

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação dos parágrafos primeiro e segundo e acrescidos os parágrafos terceiro, quarto e quinto ao artigo 15 da Lei 1. 230 de 12 de junho de 2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º – Além do preenchimento dos requisitos indicados neste artigo, será obrigatória a aprovação em prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como Avaliação Psicológica, ambas de caráter eliminatório.

§ 2º

– A Avaliação Psicológica e a realização da prova mencionada no parágrafo anterior bem como os respectivos critérios de aprovação, ficarão a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamentará através de resolução.

§ 3º - As regras de avaliação psicológica e conhecimentos específicos se aplicarão também aos Conselheiros candidatos a recondução.

§ 4º- São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro, genro e nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 5º: Entende-se impedimento do Conselheiro, na forma deste Artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.234/2015.

Autor: Poder Executivo

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento vigente, Lei n°. 1.190/2014 de 23 dias do mês de Dezembro de 2014, nos elementos de despesa da função programática:

08.003.26.782.0017.2053 – Conservação de Estradas Vicinais (inclusive pontes)
4490.5100 – R$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), fonte de recursos 01.24 (transferências de convênios – outros)
Art. 2º -
Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação de recurso vinculado no montante de R$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), - Fonte de recursos 01.24 (transferências de convênios – outros), referente repasse do Ministério da Integração Nacional – MI.
Art. 3º. Autoriza o poder executivo a suplementar a dotação criada no Art.1° desta lei, caso o município receba novos repasses do Ministério da Integração Nacional – MI, com a mesma aplicação e finalidade.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1143/2014 aos 14 dias do mês de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 008/2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfaltica, sendo 1.221,16 M² e meio-fio com sarjeta em diversas ruas do perímetro urbano, sendo 297,50 MT, incluindo os materiais necessários e mão de obra, de acordo com o projeto descritivo, constante no anexo I, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã.

Data de abertura: 31/07/2015. Horário: 08h00min (Oito horas).

Local: Prefeitura Municipal de Aripuanã; Endereço: Praça São Francisco de Assis, nº 128, Aripuanã/MT. Edital contendo as regras do certame encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço no horário de 08h00min às 11h30min.

Aripuanã-MT, 06 de Julho de 2015.

Flávia Graziele Oliani

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

Contratante:

Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT CNPJ: 03.953.742/0001-20

Contratada:

M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇOES WEB, CNPJ n.º 14.729.004/0001-03.

Objeto: Hospedagem, suporte técnico, manutenção e locação de sistema administrador do website, www.camarabarradobugres.mt.gov.br

Prazo: 04/05/2015 a 31/12/2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal

FONTE DE RECURSO: Próprios 3.3.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Valor R$ 5.895,00 (cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006-G/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratados: M. A SANTI- ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17472257000149.

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência

Vigência: 30/01/2015 á 29/07/2015.

Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratados: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 34.597.955/0007-85.

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência

Vigência: 04/02/2015 à 03/02/2016.

Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006-E/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratados: PEREIRA CARRASCO & CARRASCO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.112.318/0001-90.

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência

Vigência: 30/01/2015 á 29/07/2015..

Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 10.897 DE 03 DE JULHO DE 2.015.

"Dispõe sobre demissão do Quadro de Provimento Efetivo o servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS,** no uso de atribuições legais e;

Considerando o Processo Administrativo, referente à Portaria nº 10.668, de 15 de abril de 2015, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração dos fatos;

Considerando o Relatório final conclusivo manifestando no sentido de que houve abandono de emprego com infringência no Art. 149, Incisos II e III;

Considerando o princípio do interesse público e da Administração Pública, que devem ser observados com rigor e determinação, afim de que o dever de bem servir a coletividade seja plenamente alcançado,

R e s o l v e:

I – Demitir, com base no Art. 149, incisos II e III da Lei Complementar nº 03, de 04/12/1991, o servidor **EDMAR RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR**, lotado no Gabinete do Prefeito, no cargo de Advogado.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 03 de julho de 2.015.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO PESSOAL - MÊS 06/2015

CONTRATO Nº 460/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr... LUCAS HENRIQUE KOSANKE CASTRO, no cargo de Assistente Administrativo **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 27/05//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 461/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... LILIAN AMBROSIO DA SILVA, no cargo de Assistente Administrativo **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 27/05//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 462/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr... JOSÉ ANTONIO BEZERRA BARBOSA, no cargo de Maqueiro **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,. **Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 27/05//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 464/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr... JOHNNY CRISTOVÃO LUIZ ESTEVES, no cargo de Maqueiro **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,. **Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 27/05//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 465/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr... ALESSANDRO MATOS DO NASCIMENTO, no cargo de Professor. **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Educação,.**Valor Mensal:** R$ 1.798,12.**Vigência: inicio 01/06/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 466/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr.. CELIO MORAES BONFIM, no cargo de Apoio Administrativo Educacional **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Educação,.**Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 01/06/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 467/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... FLAVIA DE ALBUQUERQUE LEÃO, no cargo de Médica **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 7.598,56.**Vigência: inicio 01/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 468/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr... PABLO RICARDO NEVES VARJÃO, no cargo de Técnico de Enfermagem **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 852,90.**Vigência: inicio 01/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 469/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... FLAVIA SOLEDADE OLIVEIRA, no cargo de Assistente Adminitrativa **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 01/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 470/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... TAMIRES SILVA LUZ RIOS, no cargo de Técnico de Enfermagem **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 852,90.**Vigência: inicio 01/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 475/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... LUCIMEIRE BARROS DOS SANTOS, no cargo de Técnico de Enfermagem **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 852,90.**Vigência: inicio 06/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 476/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª. MALBA SOUZA SILVA, no cargo de Professora. **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Educação .**Valor Mensal:** R$ 1.198,80.**Vigência: inicio 08/06/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 477/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Sr.. EXPEDITO DOMINGOS DE LARA, no cargo de Apoio Adm.Educacional. **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Educação .**Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 09/06/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 480/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... GISLAINE JOSÉ DE SANTANA, no cargo de Técnico de Enfermagem **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 852,90.**Vigência: inicio 15/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 487//2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... LYDYANNE BICONATO KARAJA LEMES, no cargo de Técnico de Enfermagem **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Mu-

nicipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 852,90.**Vigência: inicio 19/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 488/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª.. MIRIAM MIRANDA DE MATOS, no cargo de Apoio Adm.Educacional. **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Educação .**Valor Mensal:** R$ 788,00.**Vigência: inicio 19/06/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 492//2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª.. ROSA AMÉLIA FERNANDES DA SILVA, no cargo de professora. **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Educação .**Valor Mensal:** R$ 1.198,80.**Vigência: inicio 22/06/2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 494/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado: Srª... MAYANE GOMES COSTA, no cargo de Técnico de Enfermagem **Objeto:** Contrato para atender a Secretaria Municipal de Saúde,.**Valor Mensal:** R$ 852,90.**Vigência: inicio 23/06//2015 a 31/12/2015. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

PORTARIA Nº 10.763/07/05/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação no Cargo Comissionado o Sr. JOAQUIM ANTONIO SOBRINHO no cargo de Diretor de Divisão de Proteção Básica à Família (DAS-1)junto a Secretaria Municipal de Saúde, Percebendo salário mensal de R$ 800,00 **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal Saúde **Vigência:** inicio em 07/05/2015,

PORTARIA Nº 10.798/22/05/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade o: Sr. APARECIDO HONORATO GABRIEL, no cargo de Motorista junto a Secretaria Municipal Saúde(SAMU), **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde(SAMU) **Valor Mensal:** R$ 788,00 **Vigência:** inicio em 22/05/2015.

PORTARIA Nº 10.814/28/05/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação do Cargo Comissionado o Srª. CLÉLIA SILVA SOUTO Coordenadora Adjunto (DAS-3) junto a Secretaria Municipal de Esporte, Percebendo salário mensal de R$ 2.059,20 **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal Esporte **Vigência:** inicio em 28/05/2015.

PORTARIA Nº 10.815/28/05/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação do Cargo Comissionado a Srª. DANIELA SILVA REIS Coordenadora do Departamento de Saúde Integral (DAS-3) junto a Secretaria Municipal de Saúde, Percebendo salário mensal de R$ 2.059,20 **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal Saúde **Vigência:** inicio em 28/05/2015.Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Port. 10.762 de 07/05/2015.

PORTARIA Nº 10.816/28/05/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação do Cargo Comissionado a Srª. ROSAMARIA VALOES METELLO Coordenadora do Centro de Referência Especializado em Saúde(DAS-3) junto a Secretaria Municipal de Saúde, Percebendo salário mensal de R$ 2.059,20 **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal Saúde **Vigência:** inicio em 28/05/2015

PORTARIA Nº 10.825/01/06/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação do Cargo comissão a Srª. CLENIA MONTEIRO SILVA IBRAHIM Coordenadora de Agricultura (DAS-2) junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Percebendo salário mensal de R$ 1.372,80 **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal Saúde **Vigência:** inicio em 01/06/2015.

PORTARIA Nº 10.827/01/06/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade o: Sr. IRINEU GALEGO DIAS JÚNIOR, no cargo de Assistente Social junto a Secretaria Municipal Assistência Social, **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Ação Social **Valor Mensal:** R$ 2.010,40 **Vigência:** inicio em 01/06/2015.

PORTARIA Nº 10.831/01/06/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torrna público a Nomeação para o Quadro Efetivo de Servidores desta Municipalidade os servidores abaixo relacionados;

BÁRBARA JENE FONSECA SOUZA..... .ENFERMEIRA .....R$ 2.566,02

MILENE APARECIDA FERREIRA VITORINO.....FARMACEUTICO/BIOQUIMICO..R$ 2.566,02

ANGELA ZIEBELL SCHERER.....FARMACÊUTICO/BIOQUIMICO.....R$ 2.566,02

CAMILA MOREIRA FERREIRA MARINS.....FARMACÊUTICO/BIOQUIMICO.....R$ 2.566,02

CLAUDIO RÉGIO BARBOSA QUEIROZ.....MOTORISTA.....R$ 788,00

RAFAEL LUCAS SILVA LIMA.....MOTORISTA..... ..R$ 788,00

LIDIA NEVES DOS SANTOS.....AUXILIAR DE SERV.GERAIS..... R$ 788,00

MAURELENA DOS SANTOS RIBEIRO.....AUXILIAR DE SERV.GERAIS.....R$ 788,00

ALEXANDRA ARAÚJO BARBOSA.....AUXILIAR DE SERV.GERAIS.....R$ 788,00

ANNA LÚCIA QUEIROZ DOS SANTOS,,,,.,,AUXILIAR DE SERV.GERAIS.....R$ 788,00

LUCIOLA PORTO DE OLIVEIRA.....AUXILIAR DE SERV.GERAIS.....R$ 788,00

JOANA MARQUES DE OLIVEIRA CASTRO..TÉCNICO EM RADIOLOGIA.....R$ 852,90

NELCIMAR MARQUES DO NASCIMENTO....TÉCNICO EM RADIOLOGIA.....R$ 852,90

OSMAR ALVES AGUIAR.....TÉCNICO EM RADIOLOGIA.....R$ 852,90

PAOLO ROSSI FERREIRA CAMPOS.....VIGIA.....R$ 788,00

Junto a Secretaria Municipal de Saúde **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal de Saúde **Vigência:** inicio em 01 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 10.844//10/06/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação no Cargo Comissionado a Sr.. SEBASTIÃO DIAS DE SOUZA Coordenadora Geral DAS 3 junto a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Percebendo salário mensal de R$ 2.059,20 **Objeto:** Atender a Secretaria Municipal Promoção da Igualdade Racial, **Vigência:** inicio em 10/06/2015, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015, Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.817 de 21/03/2014.

PORTARIA Nº 10.845/10/06/2015

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a Nomeação no Cargo Comissionado a Sr.. EDECLEIBE VIEIRA DA SILVA Coordenador de Ser-

viços Gerais DAS 2 junto a Secretaria Municipal de Administração, Percebendo salário mensal de R$ 1.372,80 **Objeto:** Atender a Secretaria Administração **Vigência:** inicio em 01/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 015/2013

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º **015/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012**, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – BARÃO-PREVI, com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ nº 05.204.707/0001-33 situado na Rua Augusto Leverger, n°140, Bairro Centro, Barão de Melgaço/MT, representado neste ato pelo Sr. Orlando de Queiroz Gonçalves*, brasileiro, casado, portador do CPF nº 550*.035.831-68 *e do RG* nº *0725667-1 SSP/MT, Secretário Municipal de Administração e Planejamento,* residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon, s/n, Bairro Centro, Barão de Melgaço/MT*, doravante denominado CONTRATANTE,*

Considerando o disposto na Cláusula 2.1. do Termo de Vinculação n.º 015/2013 estatuindo que "em cada exercício financeiro deverá ser pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Barão de Melgaço – BARÃO-PREVI e a empresa consorciada Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda., termo de apostilamento com vistas à atualizar os valores resultantes da aplicação do percentual constantes da referida cláusula contratual;

Considerando que o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao BARÃO-PREVI relativo ao exercício financeiro de 2014 foi de R$ 283.708,57 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), RESOLVE modificar unilateralmente o Termo de Vinculação n.º 015/2013, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto reajustar o **preço** do Termo de Vinculação n.º 015/2013 praticado em dezembro de 2014, que fica reajustado para R$ 57.876,55 (cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 4.823,05 (quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e cinco centavos), referente a 1,7% sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao BARÃO-PREVI relativo ao exercício financeiro de 2014 a razão de R$ 283.708,57 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), a partir de 01.01.2015, com amparo na cláusula 2.1. do antedito Termo, atendendo solicitação da empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8° do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

CLAÚSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Vinculação n.º 015/2013, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O BARÃO-PREVI providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Barão de Melgaço/MT, 22 de junho de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE-BARÃO DE MELGAÇO– BARÃO-PREVI

Orlando de Queiroz Gonçalves

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.500 DE 06 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 2.500 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Convoca a IV Conferência Municipal de Saúde e dá outras providencias.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90;

CONSIDERANDO a Convocação da 15ª Conferência Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO a Convocação da 9ª Conferencia Estadual de Saúde;

DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se nos dias **09 e 10 de julho de 2015**.

Art. 2° - O tema central da Conferência será **"Saúde Pública de Qualidade para cuidar bem das pessoas. Direito do Povo Brasileiro".**

I - Os Eixos temáticos da conferência serão:

a) **Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;**

b) **Participação Social;**

c) **Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;**

d) **Financiamento do SUS e Relação Público - Privado;**

e) **Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;**

f) **Informação, Educação e Política de Comunicação Do SUS;**

g) **Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS, e**

h) **Reformas Democráticas e Populares Do Estado.**

Art. 3° - A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4° - A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º - As despesas decorrentes da realização do evento serão custeadas com recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 7° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinápolis-MT, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2015

Dispõe sobre a convocação de aprovados e/ou classificados em Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a inexistência de candidatos classificados par o cargo de Nutricionista no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014;

CONSIDERANDO o pedido de demissão formalizado pela Nutricionista Meirielly Marques Figueiredo;

CONSIDERANDO a existência de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

RESOLVE

1. CONVOCAR a candidata abaixo relacionada para comparecer em até 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Edital, das 13:00 às 17:00 horas, na Chefia de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizada à Avenida Benônico Jose Lourenço n º 2.170, Setor União.

2. NUTRICIOINISTA - Secretaria Municipal de Saúde

JOMARA FERNANDA SOARES DOS SANTOS - RG nº 19909268

3.A Candidata convocada no item 2 acima, apresentará junto a Chefia de Recursos Humanos os documentos elencados no anexo I deste Edital.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de julho de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

Anexo I

DOC. NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORARIA/NOMEAÇAO

1. Cédula de Identidade 2. Certidão de nascimento 3. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) 4. Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos (se for o caso) 5. Cadastro de pessoa física (CPF) 6. Cartão PIS/PASEP 7. Título de eleitor 8. Comprovante de votação da última eleição 9. Atestado de saúde física e mental 10. Certificado de reservista (se do sexo masculino) 11. Comprovante escolaridade (certificado ou diploma, conforme exig. Cargo que concorreu) 12. Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone, o mais novo) 13. Carteira de trabalho 02 lugares (**1º parte**: número e serie, **2º parte**: emissão da carteira) 14. Declaração de acumulo em cargo público (MODELO RH). 15. Declaração de bens (MODELO RH OU DECLARAÇÃO DE BENS IRRF). 16. Se casado cópia dos documentos pessoais (CPF e RG) do cônjuge. 17. CARTÃO DO BANCO DO BRASIL OU COPIA DO CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA *18.* Declaração escolar ou comprovante de matriculados filhos até 14 anos (exceto para os cargos de livre nomeação e exoneração).

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.502 DE 06 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 2.502 DE 06 DE JULHO DE 2015

Altera o Dispositivo legal que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO DO MUNICIPIO DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso de das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando as perdas inflacionárias do período 2014/2015.

DECRETA

Art. 1º As alíneas “a” e “b” do § 1º, art. 2º do Decreto 2.317/2014 passará a viger com a seguinte redação:

Art. 2º.....

§ 1º O valor global mensal de ajuda de custo para o Médico integrante do Projeto Mais Médico para o Brasil, vinculado à rede pública de saúde do Município de Campinápolis será de R$ 1.800,00 (Um mil oitocentos reais) sendo:

A) R$ 900,00 (novecentos reais) mensais para o custeio de moradia; B) R$ 900,00 (novecentos reais) mensais para o custeio de alimentação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em Contrário, notadamente as alíneas “a” e “b” e § 1º, art. 2º do Decreto 2.317/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 06 de julho de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.501 DE 06 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 2.501 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Convoca a V Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica convocada a **V Conferência Municipal de Assistência Social**, a ser **realizada no dia 17 de julho de 2015**, tendo como tema central: “**CONSOLIDAR O ‘SUAS’ DE VEZ RUMO A 2026**”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação orçamentária específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 014/2015

ABERTURA: 23 de julho de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 23 de julho de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de construção de calçadas em concreto FCK 12 MPA com 7 cm de espessura, em áreas públicas diversas do município.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 6 de julho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 287, DE 1º DE JULHO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Memorando nº 428/2015/SEMAS,

R E S O L V E

1. DESIGNARa servidora pública efetiva, VANIA DE ARAUJO POMPERMAYER, Técnico Nível Superior, Especialidade Assistente Social, portadora do RG nº 841 494 SSP/MT e CPF nº 537.473.301-00, para acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Convênio nº 007/2015, constante abaixo:

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
nº 007/2015	Cooperação e associação de esforços entre as partes visando auxiliar nas despesas de manutenção, administrativas e atendimento da entidade, apoiando o desenvolvimento e a inclusão das pessoas portadoras de deficiências neste Município.	ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP, inscrita no CNPJ sob n° 04.166.348/0001-04.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de julho de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO 104/2015

ABERTURA: 22 de julho de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:15h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 22 de julho de 2015 às 08:15 horas.

OBJETO: aquisição de materiais permanentes e de consumo para atender a Proinfância Reino Encantado, localizada no bairro Jardim das Palmeiras, conforme Termo de Compromisso PAR nº 201400626, firmado entre o FNDE e o município de Campo Novo do Parecis.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 6 de julho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2015

CONVENENTES: Município de Campo Novo do Parecis x Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis - ADCANP

OBJETO DO CONVÊNIO: cooperação e associação de esforços entre as partes visando auxiliar nas despesas de manutenção, administrativas e atendimento da entidade, apoiando o desenvolvimento e a inclusão das pessoas portadoras de deficiências neste Município.

VALOR: R$ 37.200,00

PRAZO: 6 (seis) meses

DATA: 01.07.2015

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 270, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o memorando nº 429/2015, da Secretaria Municipal de Assistência Social,

R E S O L V E

1. DESIGNARaservidora pública efetiva,GERALDA CORDEIRO ALVES, Diretora do Departamento de Gestão Social, portadora do RG nº 1026958-4 SSP/MT e CPF nº 772.826.121-53, matrícula funcional nº 37, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Locação de Bem Imóvel, proveniente do processo licitatório modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2015, constante abaixo:

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
nº 030/2015	Locação de um imóvel em alvenaria, com área construída de 284,38 m², localizado a Rua Rodolfo Ulrich nº 311 - NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campo Novo do Parecis.	COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE CANA DE CAMPO NOVO DO PARECIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.043.391/0001-07

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias de junho de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 072/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECILIZADA EM CONFECÇÃO DE PLACAS**, na modalidade pregão (presencial) n° 072/2015, a realizar-se no dia **17 de Julho de 2015** às **08h30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 06 de Julho de 2015.

LEILA GUBERT

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 432/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA A SERVIDORA LUCIANA ROTA LISBOA E SILVA PARA SER RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO CON-

TRATO 102/2013, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear o servidor LUCIANA ROTA LISBOA E SILVA, para ser responsável pelo controle e acompanhamento do contrato 102/2013 – WALTERCI EDUARDO DA SILVA aos quais deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessárias para o cumprimento integral das cláusulas contratadas.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de Junho de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 06 dias do mês de Julho de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 425/2015

PORTARIA Nº 425/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA KARINA MARTINAZZO BACCI PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.103, DE 03 DE JULHO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR E FAZER PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO, COM ENCARGOS, DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA A ASSOCIAÇÃO CAMPOVERDENSE DE ARTES MARCIAIS-ASCAM, INSCRITA NO CNPJ N°. 07.964.532/0001-98, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar e conceder permissão de uso, a título precário, com encargo, Associação Campoverdense de Artes Marciais, regularmente inscrita no CNPJ N°. 07.964.532/0001-98, com sede na localizada a Rua Recife, n°. 1059, bairro Campo Real I, em Campo Verde-MT, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n°. 1.172/2006 e pela Lei Estadual n°. 9.588/2011, o imóvel urbano com futura edificação, compreendido de uma área de terras contendo a configuração de um Polígono Irregular, medindo 4.144,33 m² (quatro mil cento e quarenta e quatro metros vírgula trinta e três centímetros quadrados), de propriedade do Município, conforme documentos anexos.

§1° - O imóvel cedido destina-se à construção e instalação do Centro de Múltiplo Uso de Artes Marciais de Campo Verde.

§2° - O prazo da referida permissão de uso será de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado no interesse da administração, contados a partir da assinatura do respectivo Termo.

§3° - A Permissão a que se refere esta Lei é intransferível, pelo prazo de 30 (trinta) anos, não podendo, por igual período, ser objeto de locação, cedência a título gratuito ou oneroso, inclusive neste período o imóvel deverá ser utilizado única e exclusivamente para a consecução da finalidade de interesse público a que se destina.

§4° - O negócio jurídico autorizado pela presente Lei será efetivado mediante a formalização do respectivo Termo de Permissão de Uso.

Art. 2º. – Constitui encargo da Associação Campoverdense de Artes Marciais-ASCAM, atender em caráter social, crianças e adolescente de 05 a 18 anos, com atividades esportivas no âmbito das artes marciais e capoeira, sem qualquer custo aos usuários.

Art. 3° - Havendo a extinção desta entidade, ou findo o prazo estipulado nesta lei, o respectivo imóvel, voltará a pertencer ao patrimônio do Município, inclusive suas edificações e benfeitorias, sem direito a indenização a qualquer título.

Art. 4° No presente imóvel ainda será edificado o Centro de Múltiplo Uso de Artes Marciais de Campo Verde, com recursos de convênio e/ou recursos próprios, sendo que a Associação Campoverdense de Artes Marciais somente administrará o referido imóvel após a conclusão da obra.

Art. 5º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei 1.846/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de julho de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 433/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA A SERVIDORA MARIA CLARA FONTEQUE SACHETTI PARA SER RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO CONTRATO 023/2012, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear o servidor MARIA CLARA FONTEQUE SACHETTI, para ser responsável pelo controle e acompanhamento do contrato 023/2012 – THYSSEN KRUPP ELEVADORES S/A, aos quais deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessárias para o cumprimento integral das cláusulas contratadas.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 06 dias do mês de Julho de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 416/2015**

PORTARIA Nº 416/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA ANA PAULA SOARES DE LIMA BAUERMEISTER PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 417/2015**

PORTARIA Nº 417/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR LUIZ ANTONIO TEIXEIRA PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 418/2015**

PORTARIA Nº 418/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA JANETE ROSA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 421/2015**

PORTARIA Nº 421/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA PRYSCILA SILVA DE QUEIROZ PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE SETOR DE MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 422/2015**

PORTARIA Nº 422/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR BLAS HENRIQUE ROJAS CORONEL PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 419/2015**

PORTARIA Nº 419/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR ALISON GULOW PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 423/2015**

PORTARIA Nº 423/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA WILMA RODRIGUES FERREIRA PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 415/2015**

PORTARIA Nº 415/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA SIMONE VIDORI DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA SELEÇÃO DE PROJETOS REFERENTE AO EDITAL Nº 001/2014**

O Município de Campo Verde, através da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, vem por meio deste, tornar público o resultado da seleção de projetos referente ao Edital nº 001/2014 que tem por objeto a Cessão de 05 (dois) lotes na Rua Arcelino Manoel de Assis, no Distrito Industrial II – Ampliação I, Área "B".

Selecionado: FERNANDO L. F. DE CAMPOS-ME, CNPJ N° 20.424.824/0001-04;

Objeto: Cessão do lote área B1 (área b um) com 1.322,45 m²;

Selecionado: ASSIST CONSULTORIA E EXPERIMENTAÇÃO AGRONÔMICA LTDA-ME, CNPJ N° 15.335.050/0001-05;

Objeto: Cessão dos lotes área B5 e B6 (área "B" cinco e "B" seis) com 1. 172,72 m² cada.

Selecionado: EXTINCAMPO COMÉRCIO DE EXTINTORES, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ N° 09.394. 837/0001-37;

Objeto: Cessão do lote área B7 (área "B" sete) com 1.172,72 m²;

Selecionado: VERA LUCIA EIRELI-ME, CNPJ N° 17.986.510/0001-82;

Objeto: Cessão do lote área B8 (área "B" oito) com 1.172,72 m²;

O Município de Campo Verde vem por meio deste, tornar público a cessão de direto de uso de área localizada no distrito Industrial II ampliação I área "B4" da COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE CAMPO VERDE – COOPERUNIÃO, CNPJ N° 12.157.585/0001-87, mediante substituição pelos imóveis de lote 07 e 08 do distrito industrial V.

**DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.106, DE 03 DE JULHO DE 2015.**

DENOMINA A ACADEMIA DA SAÚDE INSTALADA NA AVENIDA DO SABER AO LADO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE DE ACADEMIA DA SAÚDE ROSALINA FERREIRA DA SILVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica oficializada a denominação de ACADEMIA DA SAÚDE ROSALINA FERREIRA DA SILVA, instalada na Avenida do Saber, ao lado do Centro de Convivência da Terceira Idade, no município Campo Verde-MT.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da publicação dela, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de julho de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR N°. 057, DE 03 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Esta Lei Complementar dispõe sobre o estatuto e reestrutura a carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município de Campo Verde, tendo por finalidade organizá-la, estruturá-la e estabelecer as normas sobre o regime jurídico de seus profissionais.

Art. 2º. O plano de carreira, cargos e salários, tem por objetivo a eficácia do sistema educacional do Município e a valorização dos servidores integrantes do quadro dos profissionais da educação básica:

I- Estabelecendo o princípio do mecanismo para ingresso e desenvolvimento na carreira, mediante títulos e qualificação aos profissionais da educação básica;

II - Definindo uma sistemática de vencimentos e remuneração justa, que permita a valorização e a contribuição de cada profissional da educação, mediante sua formação profissional e qualidade do seu desempenho garantindo o cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais;

III - Assegurando aos integrantes da carreira dos profissionais da educação, valorização mediante formação continuada, piso salarial nacional, com data base no mês de janeiro (com revisão a cada 12 meses), respeitando os índices oficiais de reajustes, garantia de condições de trabalho, produção científica e cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais destinados à educação.

CAPÍTULO I

DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 3º. Para os efeitos desta lei, integram os profissionais da educação do sistema municipal de ensino público o conjunto de profissionais que exercem atividades de docência ou suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de Direção Escolar, e Coordenação Pedagógica, bem como os profissionais ocupantes dos cargos de técnico administrativos.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DA CARREIRA

Art. 4º. A Carreira dos Profissionais da Educação Básica Municipal é constituída de:

I – Dois cargos de carreira, de provimento efetivo:

a) Professor - composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenador pedagógico nas unidades escolares e no órgão central e de direção de unidade escolar;

b) Técnico Administrativo Educacional - composto de atribuições inerentes às atividades de auxiliar administrativo e/ou oficial administrativo.

II – Três funções de dedicação exclusiva:

a) Diretor Escolar;

b) Coordenador Pedagógico;

c) Secretário Escolar.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Educação deve proporcionar aos Profissionais da Educação Básica valorização mediante formação continuada, manutenção do piso salarial profissional com revisão para reajuste a cada 12 meses (no mês de janeiro), garantia de condições de trabalho, condições básicas para o aumento da produção científica dos professores e cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais destinados à educação.

§ 2º. A ocupação das funções de dedicação exclusiva, estabelecidas no inciso II deste artigo, é privativa de servidor de carreira efetivo, da própria unidade escolar ou da rede municipal, sucessivamente, atendendo aos requisitos estabelecidos para a sua designação, através de portaria emitida pelo Prefeito Municipal.

§ 3º. A quantidade total de vagas referente às funções de dedicação exclusiva fica estabelecida de acordo com a lei de gestão democrática.

§ 4. Quando o profissional efetivo da unidade escolar estiver à disposição da SMEC ou Prefeitura Municipal o seu cargo será ocupado por um profissional contratado.

CAPÍTULO II

DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

SEÇÃO I

DA SÉRIE DE CLASSE DO CARGO DE PROFESSOR

Art. 5º. A carreira do cargo de professor é estruturada em linha vertical de acesso, por classes identificadas por letras maiúsculas, segundo o grau de formação exigido para o provimento do cargo, com as seguintes correlações:

I – Classe A: habilitação específica de nível médio - Magistério;

II – Classe B: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena e/ou formação nos esquemas I e II, conforme Parecer 151/70 do Ministério de Educação, aprovado em 06 de fevereiro de 1970;

III – Classe C: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com especialização;

IV – Classe D: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação e revalidado pela CAPES;

V – Classe E: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na área de educação e revalidado pela CAPES;

Parágrafo único. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha horizontal de progressão (conforme Anexo I).

SEÇÃO II

DA SÉRIE DE CLASSE DO CARGO DE TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Art. 6º. A carreira do cargo de Técnico Administrativo Educacional é estruturada em linha vertical de acesso, por classes identificadas por letras maiúsculas, segundo o grau de formação exigido para o provimento do cargo, com as seguintes correlações:

I – Classe A: habilitação em nível de ensino médio;

II – Classe B: habilitação em nível de ensino médio, com formação profissional através de órgãos reconhecidos oficialmente na área correlata com carga horária mínima de 800 horas oferecida pelo Estado, e nas áreas de legislação, registro, contabilidade, administração e gestão escolar.

III – Classe C: habilitação em nível superior nas áreas afins;

§1º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12, que constituem a linha horizontal de progressão de acordo com a tabela. (anexo II).

§ 2º. A estrutura, os conteúdos e as cargas horárias dos cursos de formação profissional serão regulamentados por portaria emitida pela Prefeitura Municipal de Campo Verde.

§ 3º. Os profissionais que irão compor o quadro de Técnico Administrativo Educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura serão os que se habilitarem para o enquadramento, e os concursados a partir da promulgação desta Lei.

§ 4º. Para designar quais os funcionários que serão considerados habilitados, o Poder Executivo regulamentará através de Decreto.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE CARREIRA

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO PROFESSOR

Art. 7º. São atribuições específicas do professor:

I – participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;

II – elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III – participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

IV – desenvolver a regência efetiva;

V – acompanhar a aprendizagem dos alunos e avaliar o rendimento escolar;

VI – participar de reunião de trabalho;

VII – desenvolver pesquisa educacional;

VIII – participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

IX – buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;

X – cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;

XI – cumprir a hora-atividade conforme determinação do regimento da unidade escolar;

XII – zelar, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela conservação do patrimônio.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Art. 8º. São atribuições específicas do técnico administrativo:

I. Auxiliar Administrativo e/ou Oficial Administrativo, cujas principais atividades são:

a) Atender ao público, interno e externo, prestando informações, anotando recados, recebendo correspondências e efetuando encaminhamentos;

b) Atender às chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados, para obter ou fornecer informações;

c) Redigir informações, atas, relatórios, cartas, memorandos, comunicados;

d) Digitar textos, documentos, tabelas e outros originais;

e) Operar microcomputadores, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, e obter dados e informações, bem como consultar registros;

f) Arquivar processos, leis, publicações, atos normativos e documentos diversos de interesse da unidade escolar, segundo normas pré-estabelecidas;

g) Receber, conferir e registrar a tramitação de papéis, fiscalizando o cumprimento das normas referentes a protocolo;

h) Elaborar e requerer documentos, preencher fichas de registro para formalizar processos, encaminhando-as, às unidades ou às autoridades competentes;

i) Controlar estoques, distribuindo o material quando solicitado e providenciando sua reposição de acordo com normas pré-estabelecidas;

j) Receber material de fornecedores, conferindo as especificações com os documentos de entrega;

l) Receber, registrar e encaminhar o público ao destino solicitado;

m) Preencher fichas, formulários e mapas, conferindo as informações e os documentos originais;

n) Elaborar sob orientação, demonstrativos e relações, realizando os levantamentos necessários;

o) Manter atualizados arquivos, fichas e assentamentos funcionais;

p) Participar de treinamentos e formação continuada, visando à melhoria no desempenho de suas funções;

q) Participar de todos os eventos escolares;

r) Executar outras atribuições afins;

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO DIRETOR

Art. 9º. A função de diretor é considerada eletiva e deverá recair sempre em integrante da carreira dos Profissionais da Educação Básica escolhido pela comunidade escolar.

§ 1 º. A eleição, as atribuições e os demais critérios para a escolha de diretores de que trata esse artigo serão estabelecidos em Lei Específica.

§ 2 º. Os integrantes da Carreira dos Profissionais da Educação Básica eleitos para a função de direção das Unidades Escolares deixam de ser enquadrados em cargos em comissão.

Art. 10. São atribuições específicas da função de Diretor:

I – Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II – Coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e outros processos de planejamento, inclusive a destinação dos recursos financeiros da escola, serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros; dos serviços de manutenção e controle da infraestrutura, dos serviços de manutenção, guarda e controle dos materiais e equipamentos para a prática de esportes nas unidades escolares e outros;

III – Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV – Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V – Submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar; dos serviços de manutenção e controle da infraestrutura;

VI – Divulgar a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VII – Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;

VIII – Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

IX – Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente ao que lhe cabe;

X – Preparar a escala de férias e gozo de licença dos servidores da escola submetendo à deliberação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes;

XI – Divulgar e analisar, junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, buscando implementá-los na unidade escolar, atendendo às peculiaridades regionais;

XII – Controlar e acompanhar a folha de pagamento mensalmente informando a frequência, atestados e faltas, encaminhando em tempo hábil a Secretaria Municipal de Educação.

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO COORDENADOR

Art. 11. São atribuições específicas da função de coordenador:

I – Investigar o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;

II – Criar estratégias de atendimento educacional complementar e integrada às atividades desenvolvidas na sala de aula;

III – Proporcionar diferentes vivências visando o resgate da autoestima, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos onde os alunos apresentam dificuldades;

IV – Participar das reuniões pedagógicas planejando, junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe;

V – Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas da Unidade Escolar;

VI – Articular a elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola anualmente;

VII – Coordenar, acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico (PPP) na Unidade Escolar;

VIII – Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativa à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;

IX – Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no Planejamento Pedagógico em tempo hábil;

X – Desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica/formação continuada em serviço;

XI – Coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora-atividade na unidade escolar;

XII – Analisar/avaliar junto aos professores as causas da evasão e repetência propondo ações para superação;

XIII – Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores e técnicos, visando à melhoria de desempenho profissional;

XIV – Divulgar e analisar, junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, buscando implementá-los na unidade escolar, atendendo às peculiaridades regionais;

XV – Coordenar a utilização plena pelos professores dos recursos didáticos e paradidáticos (TV Escola, revistas, livros, recursos multimídia, etc.);

XVI – Propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

XVII – Propor, em articulação com a Direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO SECRETÁRIO

Art. 12. São atribuições específicas da função de secretário:

I – planejar, organizar, coordenar, controlar e avaliar todas as atividades pertinentes à secretaria e sua execução;

II – participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE);

III – participar juntamente com os técnicos administrativos educacionais, da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da Escola;

IV – atribuir tarefas aos técnicos administrativos educacionais, orientando e controlando as atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes;

V – verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do diretor (a);

VI – providenciar os levantamentos e encaminhamentos aos órgãos competentes de dados e informações educacionais;

VII – assinar, juntamente com o diretor (a), todos os documentos escolares destinados aos alunos;

VIII – facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Conselho Estadual de Educação e demais órgãos oficiais interessados sobre o exame de livros, escrituração e documentação escolar;

IX – elaborar relatórios das atividades da Secretaria e colaborar na elaboração do relatório anual da escola, providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades escolares;

X – cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor (a) e fornecer-lhe todos os elementos necessários para seus relatórios nos prazos devidos;

XI – redigir as correspondências oficiais da escola;

XII – não permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço da secretaria.

XIII- executar atribuições correlatas e afins.

Parágrafo único – Poderá ser nomeado para o cargo de Secretário Escolar o funcionário efetivo, com experiência em secretaria escolar, que faça parte deste Plano de Cargos, Carreira e Salário, em caso de falta de funcionário concursado poderá, excepcionalmente, ser nomeado para o cargo um profissional contratado.

TÍTULO IV

DO REGIME FUNCIONAL

CAPÍTULO I

DO INGRESSO

Art. 13. Para o ingresso na Carreira dos Profissionais da Educação deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

I – Ter escolaridade compatível com a natureza do cargo;

II – Ter a habilitação específica exigida para provimento do cargo público;

III – Ter registro profissional expedido por órgão competente, quando assim o exigir;

IV – Ser aprovado em Concurso Público de Provas e títulos.

SEÇÃO I

DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 14. O concurso público para provimento dos cargos da Carreira dos Profissionais da Educação Básica Municipal reger-se-á em todas as suas fases pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos públicos, em edital a ser baixado pelo órgão competente atendendo as demandas do município.

Parágrafo único. O julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo edital do concurso.

Art. 15. As provas do concurso público para a carreira dos Profissionais da Educação Básica deverão abranger os aspectos de formação geral e formação específica, de acordo com a habilitação exigida para o cargo.

Art. 16. O quadro de vagas do concurso terá composição numérica a ser fixada de acordo com levantamento de vagas feito pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura com participação de representacão sindical, frente à demanda escolar e constituirá item do edital.

Art. 17. Além de outras informações julgadas necessárias, no edital constará, obrigatoriamente:

I – Categoria, números de vagas do cargo a serem preenchidos;

II – Vencimento e jornada de trabalho;

III – Atribuições do cargo;

IV – Documentos exigidos para a inscrição do concurso e posse no cargo, se aprovado;

V – Data, local e horário da realização das provas;

VI – Prazo de validade do concurso;

Art. 18. O resultado do concurso será homologado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização das provas e será publicado em órgão de imprensa local de circulação regular.

Parágrafo único. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE PROVIMENTO

SEÇÃO I

DA NOMEAÇÃO

Art. 19. Nomeação é a forma da investidura inicial em cargo público efetivo e depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidas à ordem de classificação e o prazo de sua validade.

§ 1°. O nomeado adquire estabilidade após o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 25 desta Lei.

§ 2°. A nomeação terá efeito de vinculação permanente na mesma unidade escolar, salvo o disposto no artigo 56 desta lei, devendo o professor completar sua carga horária em outra unidade escolar, quando a de origem não oferecer a carga horária estabelecida nesta Lei.

SEÇÃO II

DA POSSE

Art. 20. Posse é a investidura em cargo público, através de nomeação, mediante aceitação expressa das atribuições da Carreira dos Profissionais da Educação, bem como das responsabilidades inerentes e compromisso de bem servir, formalizada com assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Art. 21. A posse será formalizada pela autoridade educacional hierarquicamente superior ao empossado, observadas as exigências legais e regulamentares para a investidura no cargo.

Art. 22. A posse deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ato de provimento em edital e divulgação em órgão de imprensa local de circulação regular.

§ 1º. A requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

§ 2º. No caso do interessado não tomar posse no prazo previsto no "caput" deste artigo, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação, ressalvando o previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. A posse dar-se-á mediante procuração específica lavrada para esta finalidade.

§ 4º. No ato da posse o integrante da Carreira dos profissionais da educação apresentará obrigatoriamente declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 23. A posse em cargo público dependerá de comprovada aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante inspeção médica oficial do município.

SEÇÃO III

DO EXERCÍCIO

Art. 24. O exercício é o efetivo desempenho do cargo para qual o profissional da educação foi nomeado e empossado.

Parágrafo único. Se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias após a sua posse, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação.

SEÇÃO IV

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 25. Ao entrar em exercício, o integrante da Carreira dos Profissionais da Educação nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observado os seguintes fatores:

I – Zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;

II – Assiduidade e pontualidade;

III – Produtividade;

IV – Capacidade de iniciativa e relacionamento;

V – Respeito e compromisso com a instituição;

VI – Participação nas atividades promovidas pela Unidade Escolar ou pelo Orgão Central;

VII – Responsabilidade, disciplina e ética;

VIII – Idoneidade moral;

IX – Conforme fichas de avaliação elaborada pelo departamento de recursos humanos.

Art. 26. Durante o período do estágio probatório, será realizada, de forma permanente, a avaliação do desempenho do servidor público que ocorrerá anualmente, durante os três anos, de acordo com o que dispuser a legislação ou regulamento pertinente, devendo ser submetida à homologação da autoridade competente quatro meses antes de findo este período, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos do artigo anterior desta Lei Complementar, assegurando ampla defesa.

§ 1º. Para avaliação prevista no caput deste artigo será constituída Comissão de Avaliação com participação da Secretaria Municipal de Educação, Sindicato de Representação dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal e Unidades Escolares, sendo composta por um membro da Secretaria Municipal de Educação, um membro do Sindicato e dois profissionais efetivos lotados nas unidades escolares e o diretor ou coordenador.

§ 2°. O Profissional da Carreira da educação não aprovado no estágio probatório será exonerado, cabendo recurso assegurado de ampla defesa.

Art.27. Os Profissionais da Educação Pública Básica Municipal em estágio probatório poderá exercer qualquer cargo de provimento em comissão ou função gratificada no órgão ou entidade onde cumpre o seu estágio probatório.

Parágrafo Único: Os Profissionais da Educação Pública Básica Municipal em estágio probatório não poderão ser cedidos a outro órgão ou entidade, ressalvados os casos determinados em lei municipal.

Art.28. Aos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal em estágio probatório poderá apenas ser concedida licença por motivo de doença da família, para acompanhamento do cônjuge ou companheiro, para serviço militar e para atividade política, ficando suspenso o estágio probatório até o seu retorno ao exercício do cargo.

Art. 29. O Profissional da Carreira em afastamento do exercício do cargo ocupado pelo servidor, por prazo superior a 60 dias, implica suspensão do processo de avaliação de desempenho, o qual recomeçará a fluir com o seu retorno, devendo ser aproveitadas as avaliações efetuadas antes do afastamento, de acordo com o artigo 12 do Decreto Municipal Nº 058/2009.

Art. 30. Os profissionais que estiverem fora do exercício efetivo da função a qual foi efetivado, via concurso, só será avaliado quando retornar as suas atividades.

SEÇÃO V

DA ESTABILIDADE

Art. 31. O integrante da Carreira dos profissionais da educação habilitado em concurso público torna-se estável ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, na função que prestou o concurso, condicionado à aprovação no Estágio Probatório.

Art. 32. O Profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo:

I – Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – Mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

SEÇÃO VI

DA READAPTAÇÃO

Art. 33. Readaptação é o aproveitamento do integrante da Carreira dos profissionais da educação em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis à limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada por Perícia Médica Oficial do Município.

§ lº. A readaptação será efetivada em cargo da Carreira com atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 2°. Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução do salário do readaptado.

§ 3°. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptado será aposentado nos termos da lei.

SEÇÃO VII

DA REVERSÃO

Art. 34. Reversão é o retorno à atividade de integrante da Carreira dos profissionais da educação aposentado por invalidez quando, por Perícia Médica Oficial do Município forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 35. A reversão far-se-á no mesmo cargo ou cargo resultante de sua transformação, com remuneração integral.

§ 1º. Encontrando-se provido este cargo, o integrante da Carreira dos profissionais da educação, exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 2°. A Reversão dará direito à contagem do tempo em que o servidor esteve aposentado, exclusivamente para a nova aposentadoria.

§ 3°. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

SEÇÃO VIII

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 36. Reintegração é a reinvestidura do integrante da Carreira dos Profissionais da Educação no cargo anteriormente ocupado, quando for invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ lº. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor ocupará outro cargo equivalente ao anterior, com todas as vantagens.

§ 2º. O cargo a que se refere o “caput” deste artigo somente poderá ser preenchido em caráter precário até o julgamento final.

SEÇÃO IX

DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 37. Aproveitamento é o retorno do integrante da carreira dos profissionais da educação em disponibilidade, ao exercício do cargo público.

Art. 38. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o integrante da Carreira do Magistério ficará em disponibilidade, com direito à percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço no cargo.

Art. 39. O retorno à atividade do integrante da Carreira dos Profissionais da Educação em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação determinará o imediato aproveitamento do Profissional da Educação Básica Municipal em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer nos órgãos da administração pública, na localidade em que trabalhava anteriormente ou em outra, atendendo ao interesse público.

Art. 40. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o integrante da Carreira dos Profissionais da Educação Básica Municipal não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por Perícia Médica Oficial do Município.

Art. 41. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e no caso de empate, o de maior tempo de Serviço Público.

CAPÍTULO III

DA VACÂNCIA

Art. 42. A vacância do cargo dos profissionais da educação decorrerá:

I – exoneração;

II – remoção;

III – readaptação;

IV – aposentadoria;

V– posse em outro cargo inacumulável;

VI – falecimento.

Art. 43. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor público, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I – quando não satisfeita às condições do estágio probatório;

II – quando por decorrência do prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo;

III – quando, tendo tomado posse, não entrar no exercício no prazo estabelecido.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DE TRABALHO

SEÇÃO I

DA JORNADA DE TRABALHO NA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 44. O regime de trabalho dos Profissionais da Educação Básica Municipal docente será de 24 (vinte e quatro) horas semanal sendo um terço de hora atividade.

§ 1º - A partir da aprovação desta Lei o Município de Campo Verde somente realizará concurso público para professores com carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art.45. O regime de trabalho dos Profissionais da Educação Básica Municipal - Técnico Administrativo será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 46. A distribuição da jornada de trabalho do integrante da Carreira dos Profissionais da Educação Básica é de responsabilidade do Órgão Central ou da Unidade Escolar, se lhe for atribuída à competência pelo Órgão Central, devendo estar articulada à Proposta Pedagógica e as normativas legais.

Parágrafo único. A atribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Pública Básica Municipal (classes ou aulas) obedecerá às normas estabelecidas baixadas por Portaria pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 47. Fica assegurado a todos os professores em regência, o correspondente a 1/3, (um terço) de sua jornada semanal em hora-atividade para desenvolverem atividades relacionadas ao processo didático pedagógico.

§ **1°.** Entende-se por hora-atividade aquelas destinadas a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º. Dentro de um percentual de até 10% do quadro de professores, poderá a Unidade Escolar nos termos de regulamentação específica, destinar percentual superior ao previsto no “caput” deste artigo.

§ 3°. Na aplicação do preceito contido no parágrafo anterior, será observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho para professores em regência que desenvolverem atividades articuladas e previstas no Projeto Político Pedagógico, aprovado pelo Conselho Deliberativo Escolar e ratificado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 4°. Quando a carga horária da disciplina exceder e o professor precisar ultrapassar sua jornada de trabalho, não havendo possibilidade para lotação de mais de um professor poderão ser pagas aulas excedentes, de acordo com a disponibilidade de vagas e interesse da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 48. O professor poderá exercer a função de Diretor ou Coordenador Pedagógico em Unidade Escolar, bem como servir as funções no Órgão Central, quando contar, no mínimo, com 03 (três) anos de efetivo exercício de docência, sendo que para exercer a função de Coordenador de Educação Infantil e de anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá possuir habilitação específica no nível de ensino superior.

Art. 49. As funções de Diretor e Coordenador serão eletivas, suas atribuições e os critérios para escolha de que trata este artigo será regulamentada na Lei de Gestão Democrática, e implantada no ano de sua aprovação. A função de Secretário será ocupada por ocupante do cargo de Técnico Administrativo, indicado pelo Diretor eleito.

Art. 50. A unidade de ensino terá direito a 01 (um) Diretor e 01 (um) Coordenador Pedagógico, desde que em seu quadro de vagas tiver acima de 200 (duzentos) alunos.

§ 1°. Nas escolas que ultrapassarem 300 (trezentos) alunos, o número de profissionais para desempenhar funções de Coordenador Pedagógico será definido pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2°. A escola que necessitar de um acréscimo deste profissional deverá apresentar justificativas baseadas em levantamentos que demonstrem a necessidade.

Art 51. Ao integrante da Carreira dos profissionais de educação básica no exercício das funções de Diretor, Coordenador Pedagógico em Unidade Escolar ou no Órgão Central e Secretário, será concedida uma gratificação de função:

I – Na função de Diretor e Coordenador das unidades escolares e do órgão central a gratificação será de acordo com o horário de funcionamento e/ou número de alunos, onde receberá o salário referente à sua carga horária de professor mais gratificação conforme tabela de coeficiente abaixo, que será aplicada sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1, conforme tabela abaixo:

Diretor Escolar	0-200 alunos	201- 400 alunos	401- 600 alunos	601-800 alunos	801-1000 alunos	1001 ou mais alunos
Um turno	1,3 2.454,41	1,4 2.643,21	1,5 2.832,02	1,6 3.020,82	1,7 3.209,62	1,8 3.398,42
Dois turnos	1,5 2.832,02	1,6 3.020,82	1,7 3.209,62	1,8 3.398,42	2,0 3.776,02	2,1 3.964,82

Coordenador Escolar	0- 200 alunos	201- 400 alunos	401-600 alunos	601- 800 alunos	801-1000 alunos	1001 ou mais alunos

Um turno	X	1,0 1.888,01	1,1 2.076,81	1,2 2.265,61	1,3 2.454,41	1,4 2.643,21
Dois turnos	X	1,1 2.076,81	1,3 2.454,41	1,5 2.832,02	1,7 3.209,62	1,9 3.587,22

a) O Diretor e coordenador de escola com funcionamento de um período, e que tenha dois concursos de 24 horas receberá o salário referente às suas cargas horárias de professor e não receberá gratificação.

b) Na função de coordenador do Órgão Central a gratificação paga utilizará o coeficiente de 1,600 sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1.

c) De um cargo de professor do regime de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, para o professor que tenha dois concurso de 24 horas o coeficiente será de 0,100 sobre os vencimentos da CLASSE B, Nível 1.

d) O profissional que possuir vínculo com outro órgão público como professor e concorrer ao cargo de diretor e/ou coordenador em escolas municipais e na SMEC, optará por receber a gratificação ou em solicitar permuta/cedência, de acordo com a CF de 1988 Art.37, inciso 14 e 17º e Lei complementar Nº 265 de 28/12/2006.

e) O Técnico Administrativo das unidades escolares e do órgão central a gratificação será de acordo com o horário de funcionamento e/ou número de alunos, onde receberá o salário referente à carga horária de Oficial Administrativo mais gratificação conforme tabela de coeficiente abaixo, que será aplicada sobre os vencimentos da CLASSE A, Nível 1, conforme tabela abaixo:

f)

Secretario Escolar	Até 200 alunos	Até 400 alunos	Ate 600 alunos	Ate 800 alunos	Até 1000 alunos	Mais de 1000 alunos
Coeficiente	200	300	500	600	700	800
Dois turnos	298,83	448,24	747,075	896,48	1.344,73	1.195,35

Parágrafo único. Ao profissional da educação básica no exercício da função de Direção Escolar e Coordenador Pedagógico em Unidade Escolar ou no Órgão Central, será atribuído o regime de trabalho de dedicação exclusiva, com impedimento de exercício em outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

TÍTULO IV

DA MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

CAPÍTULO I

DA MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 52. A movimentação funcional do servidor integrante da carreira dos profissionais da educação básica dar-se-á em duas modalidades:

I – por promoção de classe;

II – por progressão funcional.

SEÇÃO I

DA PROMOÇÃO DE CLASSE

Art. 53. A promoção do servidor, de uma classe para outra, imediatamente superior a que ocupa, dar-se-á em virtude de nova habilitação específica na área em que o profissional foi investido no concurso, alcançada pelo mesmo e devidamente comprovada observado o interstício de 03 (três) anos.

§ 1°. O profissional nomeado para a carreira dos Profissionais da Educação Básica e habilitado em nível superior na área de licenciatura.

§ 2°. Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

I – para as classes do cargo de Professor:

a) classe A: 1,00;

b) classe B: 1,50;

c) classe C: 1,75;

d) classe D: 2,00;

e) classe E: 2,25;

II – para as classes do cargo de Técnico Administrativo Educacional:

a) classe A: 1,00;

b) classe B: 1,50;

c) classe C: 1,75;

Parágrafo único. Após a efetivação do integrante da Carreira dos profissionais da educação básica, a promoção de uma classe para outra imediatamente superior, não dará direito de enquadrar-se em novo cargo de atuação sem concurso público, podendo ser feito aproveitamento provisório e por tempo determinado.

SEÇÃO II

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 54. O integrante da Carreira dos Profissionais da Educação Básica obterá progressão funcional, de um nível para outro, mediante aprovação em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho, observada o interstício de 03 (três) anos.

§ 1°. O interstício para a primeira progressão de nível será contado a partir da data em que se der a investidura do profissional no cargo.

§ 2°. Decorrido o prazo previsto no "caput" deste artigo e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente, observando-se os itens abaixo:

a) As faltas injustificadas retardarão a concessão da progressão funcional prevista neste artigo, na proporção de 01(um) mês para cada 10 dias de faltas.

§ 3°. As demais normas da avaliação processual referida no "caput" deste artigo, incluindo instrumentos e critérios, terão regulamentação própria, definidos por Comissão Paritária constituída pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Sindicato representante dos Profissionais de Educação Básica Municipal, com observância dos seguintes itens:

a) Dedicação ao cargo e ao sistema de ensino público do município;

b) Desempenho no trabalho, mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional, definidos na Lei de Gestão democrática.

§ **4°.** Os coeficientes para os aumentos salariais de um nível para o subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

I – nível 1 – 1,000;

II – nível 2 – 1,062;

III – nível 3 – 1,125;

IV – nível 4 – 1,187;

V – nível 5 – 1,250;

VI – nível 6 – 1,313;

VII – nível 7 – 1,375;

VIII – nível 8 – 1,437;

IX – nível 9 – 1,500;

X – nível 10 – 1,562;

XI – nível 11 – 1,625;

XII – nível 12 – 1,688.

CAPÍTULO II

DA REMOÇÃO

Art. 55. Remoção é o deslocamento do professor de uma Unidade Escolar para outra, observada as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Unidade Escolar de origem, mediante deferimento do órgão competente.

§ 1°. A remoção processar-se-á:

I – a pedido;

II – por interesse do serviço;

III – por motivo de saúde;

IV – por permuta;

§ 2°. A remoção dar-se-á em época de férias escolares, salvo por interesse da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, resguardando os direitos dos demais profissionais da educação ou por motivo de saúde do servidor.

§ 3°. A remoção por interesse da Secretaria Municipal de Educação e Cultura dar-se-á, sempre, mediante razões fundamentadas, com o consentimento do removido, visando à melhoria de oferta e da qualidade do Ensino.

§ 4º. Para o preenchimento do número de vagas existentes, será utilizado como critério, a qualificação profissional e tempo de serviço no município.

§ 5°. A remoção por motivo de saúde dependerá de Perícia Médica Oficial do Município, comprovadas as razões apresentadas pelo requerente e a existência de vagas pleiteada na rede municipal.

§ 6°. A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem atividades da mesma natureza através de requerimento formalizado por ambas as partes, sendo que os pontos adquiridos na unidade escolar não poderão ser contabilizados pós-remoção.

§ 7°. A remoção a pedido dependerá de existência de vaga na Unidade Escolar pleiteada, sendo que os pontos adquiridos na unidade escolar não poderão ser contabilizados pós-remoção.

§ 8º. Quando a remoção for por interesse da Secretaria Municipal de Educação não haverá alteração ou perda de pontos ao profissional removido.

Parágrafo único – Trinta dias antes da publicação de edital de concursos, a Secretaria Municipal de Educação deverá divulgar as vagas disponíveis para remoção nos meios de comunicação.

TÍTULO V

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

SEÇÃO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 56. O sistema remuneratório dos Profissionais da Educação Básica é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, devendo ser revisto obrigatoriamente a cada 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de janeiro.

Art. 57. Fica instituído por esta Lei Complementar, o Piso Salarial, em forma de subsídio, em parcela única, dos Professores da Educação Básica do Município de Campo Verde com jornada 24(vinte e quatro) horas.

Art. 58. O cálculo dos subsídios correspondentes a cada classe e nível da estrutura da carreira dos Profissionais da Educação Básica, obedecerá às tabelas referidas nos artigos 53 e 54.

Art. 59**.** O valor do Piso Salarial dos Profissionais da Educação Pública Básica será para nível médio, considerando magistério para cargo de Professor e de ensino médio, para os ocupantes do cargo de Técnico Administrativo Educacional, conforme artigos 53 e 54 desta Lei.

SEÇÃO II

DAS FÉRIAS

Art. 60. O professor e o servidor público em efetivo exercício do cargo gozarão de férias anuais:

I – de 45 (quarenta e cinco) dias anuais, para professores, de acordo com o calendário escolar;

II – de 30 (trinta) dias anuais, para os demais profissionais da educação, de acordo com a escala de férias.

III – de 30 (trinta) dias anuais, para os demais profissionais da educação em desvio de função ou em cargos de coordenação e direção.

§ 1°. É vedado considerar usufruto de férias, qualquer falta, aos profissionais da educação.

§ 2°. É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3°. Independente de solicitação será pago ao professor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de 30 (trinta) dias férias.

§ 4°. O Profissional da Educação, em exercício fora da unidade escolar, gozará de 30 (trinta) dias de férias anuais, conforme o calendário do local em que estiver prestando serviço.

§ 5°. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 61. Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os Profissionais de Educação do município ou de determinadas unidades escolares e outros setores da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 62. O Profissional da Educação efetivado há menos de doze meses gozará, na oportunidade, férias proporcionais, devendo ser esta concedida somente em caso de férias coletivas, iniciando-se então, novo período aquisitivo.

SEÇÃO III

DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 63. O salário família, definido em legislação específica é devido ao integrante dos Profissionais da Educação ativo ou inativo, por dependente econômico, e será concedido ao segurado de acordo com legislação vigente uma vez que apresentar a documentação necessária, junto ao setor competente.

SEÇÃO IV

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 64. O auxílio reclusão, é devido aos segurados ou dependentes do integrante da Carreira dos Profissionais de Educação em atividade, afastado por motivo de prisão em flagrante ou preventiva, que tenha renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos vigente.

CAPÍTULO II

DAS GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I

DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Art. 65. O décimo terceiro salário corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração mensal que o integrante da Carreira dos Profissionais da Educação fizer jus de acordo com a regulamentação legal da Prefeitura Municipal de Campo Verde.

SEÇÃO II

DO AUXILIO TRANSPORTE PARA O EXERCÍCIO EM ESCOLA DE DIFÍCIL ACESSO

Art. 66. Ao integrante da carreira dos Profissionais da Educação no efetivo exercício, em Unidade Escolar localizada no campo, terá direito a um adicional proporcional aos dias trabalhados, calculado sobre o valor do salário base de professor Classe “B”, Nível 1 no valor de até 30% (trinta por cento), dividido pelos dias letivos mensais em seu translado até a Unidade Escolar, não incorporável para fins de aposentadoria, a estes profissonais no exercício de suas funções a título de difícil acesso.

§ 1°. O auxílio transporte do caput deste artigo não será pago em período de férias ou recesso escolar.

§ 2º. O profissional só terá direito ao auxilio transporte se residir numa distância acima de15 km da escola.

TÍTULO VI
DAS LICENÇAS
CAPÍTULO I
DAS LICENÇAS
Art. 67. Conceder-se-á ao profissional da educação as seguintes licenças:
I - para gestante, adotante e paternidade;
II - para tratamento de saúde;
III - para tratar de interesse particular;
IV - para qualificação profissional;
V - prêmio por assiduidade;
VI - por motivo de doença em família,
VII - por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro;
VIII - para serviço militar;
IX - para atividade política.
SEÇÃO I
DA LICENÇA GESTANTE
Art. 68. Será concedida à profissional da educação gestante licença pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, de responsabilidade da Previdência Municipal.
§ 1°. A licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação.
§ 2°. No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.
§ 3°. No caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, terá direito a 15 (quinze) dias de repouso remunerado pago pela Previdência Municipal, caso haja necessidade de maior prazo o benefício será convertido em auxilio doença, mediante atestado médico.
§ 4º. Para assegurar o direito da criança na amamentação até a idade de 6 (seis) meses, a profissional lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, à 1 (uma) hora de descanso, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de ½ meia hora.
Art. 69. Pelo nascimento ou adoção de filho, o profissional da educação terá direito à licença paternidade de 05 (cinco) dias consecutivos.
Art. 70. A Profissional da Educação que adotar ou obtiver guarda judicial para fim de adoção de criança até 01 (um) ano de idade devidamente comprovada, será concedido salário maternidade conforme artigo 68 desta Lei, os demais casos conforme Lei da Previdência Municipal.
SEÇÃO II
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
Art. 71. A licença para tratamento de saúde será concedida a pedido do interessado ou seu representante legal, com base em laudo médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
Art. 72. O Profissional da Educação que omitir ou se recusar à perícia Médica Oficial do Município, terá sua licença cancelada.
Parágrafo único. O servidor licenciado conforme o caput deste artigo receberá a totalidade da remuneração de contribuição.
Art. 73. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo Profissional da Educação e que se relaciona com as atribuições do exercício do cargo.
Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:
I- Decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo integrante dos Profissionais da Educação no exercício do cargo;
II- Sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.
Art. 74. A licença para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias consecutivos com apresentação de atestado médico, será anotada na Ficha Funcional pelo setor de recursos humanos do órgão competente.
§ 1º. O profissional da educação terá o prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após o término da licença de que trata o "caput" deste artigo, para apresentação do respectivo atestado médico ao seu superior hierárquico.
§ 2°. A não apresentação do atestado médico pelo profissional da educação, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, caracterizará falta injustificada ao serviço.
§ 3°. A unidade escolar deverá comunicar ao órgão competente a referida Licença, caso seja superior a 30 dias, para a realização de perícia Médica.
§ 4º. A perícia Médica Oficial do Município manterá, para efeito de controle, registro das licenças que homologar e das que lhe forem comunicadas.
§ 5º. Para Licença até 15 dias, a inspeção será feita por médico do serviço oficial do proprio município e se por prazo superior, por junta médica oficial.
Art. 75. Caberá a Previdência Municipal encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relatórios das licenças médicas concedidas individualmente a cada profissional com a sua correspondente matrícula para fins de controle salarial no órgão competente.
Art. 76. É vedado o exercício da atividade remunerada durante o período em que o profissional se encontra em licença para tratamento de saúde.
SEÇÃO III
DA LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR
Art. 77**. A** pedido e sem prejuízo do serviço poderá ser concedida, ao profissional da educação, licença para o tratamento de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos sem remuneração, devendo o profissional protocolar a solicitação de licença com 30 (trinta) dias de antecedência no órgão competente. § **1º.** O requerente aguardará, em exercício no cargo, a comunicação do ato decisório sobre a licença solicitada.
§ 2°. A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a requerimento do profissional. Para proceder à interrupção da licença por interesse particular o profissional deve protocolar a solicitação e aguardar deferimento oficial do órgão competente, que terá o prazo de até 60(sessenta) dias para manifestar-se.
§ 3°. Não se concederá nova licença antes de decorrido 02 (dois) anos do término da licença anterior.
SEÇÃO IV
DA LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Art. 78. A licença para qualificação profissional se dará com prévia autorização do Chefe do Executivo Municipal através de publicação do ato na imprensa oficial do Município e consiste no afastamento dos Professores da Educação Básica do quadro de provimento efetivo, sem prejuízo de seus subsídios (com base em sua carga horária de concurso), assegurada a sua efetividade para todos os efeitos da carreira, que será concedida para frequência a cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, no país ou exterior e também concedida:
I – para frequência de cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com Plano de Desenvolvimento Estratégico;
II – para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional ou em nível de pós-graduação (mestrado ou doutorado) e estágio, no país ou no exterior, se do interesse da unidade;
III– para participar de Congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical inerentes às funções desempenhadas pelo Profissional na Educação.
Art. 79. São requisitos para a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional:
I – exercício de 03 (três) anos ininterruptos na função;
II – curso correlacionado com a área de atuação, em sintonia com a Política Educacional e com Projeto Político-Pedagógico da Escola;
III – disponibilidade Orçamentária e Financeira.
Art. 80. Os Profissionais da Educação Básica licenciado para fins de que trata o artigo 79 e 80, obrigam-se a prestar serviços no órgão de lotação, quando de seu retorno, por um período mínimo igual ao do seu afastamento.
Parágrafo único. Ao servidor público beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.
Art. 81. O número de licenciados para qualificação profissional não poderá exceder 1/6 (um sexto) do quadro de lotação da unidade escolar.
Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo será concedida mediante requerimento fundamentado e projeto de estudo apresentado para apreciação do Conselho Deliberativo Escolar e anuência do Chefe do Executivo Municipal, com, no mínimo, 02 (dois) meses de antecedência.
SEÇÃO V
DA LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE
Art. 82. Após completar 05 (cinco) anos ininterruptos de efetivo exercício o profissional da educação fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de "prêmio" por assiduidade, com vencimento do cargo efetivo sendo permitida sua conversão em espécie na sua totalidade.
§ 1°. Para fins da licença prêmio de que trata este artigo, será considerado o tempo de serviço desde o seu ingresso na rede municipal de ensino do Município de Campo Verde, mediante concurso público.
§ 2°. Não é facultado ao integrante da Carreira do Magistério fracionar a licença que trata este artigo. É necessário que o profissional defina previamente os meses para gozo das mesmas, em conformidade com o calendário de atividades da escola.
Art. 83. Não se concederá a licença prêmio integrante da carreira do magistério que no período aquisitivo:
I – sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II – afastar -se do cargo em virtude de:
a) licença por motivo de doença em pessoa da família,
b) licença para tratar de interesse particular;
c) condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) cedência a outra secretaria ou órgão público;
§ 1º. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão do prêmio previsto neste artigo, na proporção de um mês para cada 03 faltas e as licenças para tratamento de saúde excedente de 90 dias, consecutivos ou não, salvo se decorrentes de acidente em serviço ou moléstia profissional, protelam a concessão do prêmio igual ao número de dias da licença.

§ 2º - Ocorrendo o disposto nos incisos deste artigo que enseja a perda do direito à licença, terá inicio, imediatamente após o retorno a contagem do novo período aquisitivo.
Art. 84. O número de integrantes dos profissionais da educação em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva Unidade Escolar.
Parágrafo único. Para controle das concessões da licença, o órgão de lotação deverá proceder anualmente à escala dos profissionais da educação que estarão em gozo da licença prêmio por assiduidade para atender o disposto no artigo 83 desta lei, garantindo os recursos orçamentários e financeiros necessários para contratação temporária de pessoal.
SEÇÃO VI
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA
Art. 85. Poderá ser concedida licença ao profissional da educação, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consangüíneo ou a fim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica, de acordo como estabelecido no Código Civil Brasileiro.
§ 1°. A licença somente será deferida se a assistência direta do profissional da educação for indispensável e não puder ser prestado simultaneamente, com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado pela perícia médica Oficial do Município.
§ 2º. A licença somente será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo de profissional da educação, pelo prazo de até 90 (noventa) dias. Mediante necessidade comprovada através de estudo social elaborado por assistente social do município, este prazo poderá ser prorrogado, até no máximo 02 (dois) anos consecutivos, em casos excepcionais em que o profissional deverá acompanhar a pessoa da família durante internamento hospitalar fora do seu domicílio. Após este período o mesmo deverá retornar as suas atividades. O não comparecimento acarretará exoneração automática do cargo. Não se concederá nova licença antes de decorrido 02 (dois) anos do término da licença anterior.
§ 3º. De acordo com o parágrafo segundo deste artigo, a licença só será concedida ao profissional para acompanhamento no tratamento de saúde dos pais, fora do município, se comprovado ser filho (a) único.
SEÇÃO VII
DA LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DO CÔNJUGE
Art. 86. Poderá ser concedida licença ao Profissional da Educação Básica Municipal para acompanhar o cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Legislativo e Executivo.
Parágrafo único. A licença será concedida, sem ônus pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.
SEÇÃO VIII
DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR
Art. 87. Ao Profissional da Educação Básica Municipal convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.
Parágrafo único. Concluído o serviço militar o professor terá 30 (trinta) dias, com remuneração para reassumir o exercício do cargo.
SEÇÃO IX
DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA
Art. **88.** O Profissional da Educação Básica Municipal terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo e à véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eteitoral.
§ **1º.** Se passar de 60 (sessenta) dias deverá deixar o cargo comissionado, o profissional candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha sua função e que exerce cargo de direção, chefia, assessoramento e suporte pedagógico, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito.
§ **2º.** A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o profissional da educação fará jus à licença como se em exercício estivesse, com vencimento de que trata o artigo 67 desta lei.
SEÇÃO X
DA LICENÇA PARA ATIVIDADE EM OUTRA SECRETARIA DO MUNICÍPIO
Art 89. O Profissional estável da Educação deverá licenciar-se da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercer funções em outras secretarias do município por tempo indeterminado.
CAPÍTULO II
DAS CONCESSÕES E DOS AFASTAMENTOS
SEÇÃO I
DAS CONCESSÕES
Art. 90. Sem qualquer prejuízo, poderá o profissional da educação, ausentar-se do serviço, mediante comunicação ao órgão competente:
I - por 01 (um) dia, para doação de sangue;
II – por 02 (dois) dias, para serviço eleitoral;
III – por 01 (um) dia para o Tribunal de Júri ou durante o tempo necessário;
IV – por 08 (oito) dias consecutivos em razão de:
a) casamento;
b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos e avós.
§ 1º. Caberá a Unidade Escolar criar os mecanismos necessários decorrentes do afastamento do Profissional da Educação, pelos motivos previstos neste artigo, para fins de assegurar o cumprimento da carga horária do aluno.
SEÇÃO II
DOS AFASTAMENTOS
Art.91. Ao integrante dos Profissionais da Educação é permitido os seguintes afastamentos:
I – para exercer atribuições em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, sem ônus para o órgão de origem;
II – para exercer função de natureza Técnico-Pedagógico, em órgão da União ou do Estado de Mato Grosso, conveniados com o Município de Campo Verde sem ônus para o órgão de origem;
III – para exercer atividade em entidade sindical de classe sem ônus para o órgão de origem;
IV – para exercício de mandato eletivo, com direito a opção de remuneração nos termos dos incisos II e III do artigo 38 da Constituição Federal;
V – para estudo ou missão no exterior.
Art. 92. Na hipótese do inciso V do artigo anterior, o Profissional da Educação não poderá ausentar-se do Município, Estado ou País para estudo ou missão oficial, sem autorização prévia do Executivo Municipal.
§1º. Ao Profissional da Educação beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.
§2º. Com exceção do afastamento previsto no artigo 91, inciso IV, os demais afastamentos do Profissional da Educação não excederão 04 (quatro) anos e, finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, será permitido novo afastamento.
CAPÍTULO III
DO TEMPO DE SERVIÇO
Art.**93.** É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público municipal prestado na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações Públicas do Município de Campo Verde - MT, inclusive o das Forças Armadas, mediante comprovação da contribuição previdenciária.
Art. **94.** A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Art. **95.** Além das ausências ao serviço previstas no artigo 88 desta lei, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:
I – férias;
II – exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade dos poderes da União, do Estado, do Município e Distrito Federal;
III – exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, Governo Estadual e Municipal;
IV – participação em programa de formação regularmente instituído.
V – desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
VI – Júri e outros serviços obrigatórios por lei;
VII – licença:
a) À gestante, à adotante e à paternidade;
b) Para tratamento da própria saúde, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
c) Por motivo de acidente no serviço ou doença profissional;
d) Por convocação para o serviço militar;
e) Qualificação profissional;
f) Licença prêmio por assiduidade;
g) Licença para tratamento de saúde em pessoa da família por 2 anos.
VII – participação em competição desportiva estadual e nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, conforme disposto em lei específica.
Art. 96. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade, mediante comprovação de serviço prestado e da contribuição previdenciária:
I– O tempo de serviço público Federal, Estadual e Municipal;

II – A licença para atividade política, a partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição;
III– O tempo correspondente ao desempenho do mandato eletivo Federal, Distrital, Estadual, Municipal, ao anterior ao ingresso no serviço público municipal;
IV– O tempo de serviço relativo a tiro de guerra.
§ 1º. O tempo de serviço a que se refere o inciso I deste artigo não poderá ser contado em dobro ou com quaisquer outros acréscimos, salvo se houver norma correspondente na legislação municipal.
§ 2°. Tempo em que o integrante da Carreira do Magistério esteve aposentado ou em disponibilidade será contado apenas para nova aposentadoria ou disponibilidade.
§ 3°. Por tempo de serviço em atividade privada vinculada à Previdência Social.
§ 4°. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função em órgão ou entidade dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

CAPÍTULO IV
DAS APOSENTADORIAS

Art. 97. O profissional da Educação será aposentado conforme regras estabelecidas pela Constituição Federal e suas respectivas Emendas Constitucionais, bem como a Lei que regulamenta a Previdência Municipal - PREVIVERDE.

CAPÍTULO V
DOS DIREITOS E DEVERES ESPECIAIS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
SEÇÃO I
DOS DIREITOS ESPECIAIS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 98. Além dos direitos previstos nesta lei, são direitos dos profissionais da educação:
I – ter a seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático-pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria do seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;
II – dispor, no ambiente de trabalho, instalações adequadas, material técnico e pedagógico suficientes e adequados para que possa exercer com eficiência as suas funções;
III – ter liberdade de escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar o respeito à pessoa e à construção do bem comum, de acordo com a Proposta Política Pedagógica da Unidade Escolar;
IV – ter acesso a recursos para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico-científico;
V – não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, artigo 5°, incisos V e XII;
VI – reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízos.

SEÇÃO II
DOS DEVERES ESPECIAIS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 99. Aos integrantes do grupo dos Profissionais da Educação no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos servidores públicos civis do Município, cumpre:
I – preservar as finalidades da Educação Nacional inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;
II – promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra-escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola;
III – esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
IV – comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade e executando as tarefas com zelo e presteza;
V – fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da Administração;
VI – fornecer instrumentos que possibilite o desenvolvimento do censo crítico e da consciência política do educando;
VII – respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;
VIII – comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;
IX – manter em dia registros, escriturações e documentações inerentes a função desenvolvida e à vida profissional;
X – preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 100. Aplica-se, subsidiariamente, aos profissionais da educação, nos casos omissos, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos de Campo Verde.
Art. 101. Em caso de comprovada necessidade, poderão ser admitidos profissionais mediante Contrato Temporário.
Parágrafo único. O profissional docente com contrato temporário receberá vencimento correspondente ao cargo, à classe “B”, nível 01, de acordo com tabela de salário inicial e jornada de trabalho específica, conforme a necessidade do Orgão Central.
Art. 102. A partir da publicação desta lei, a formação mínima exigida para ingresso no cargo de professor titular, será de grau superior.
Art. 103.O sistema de ensino envidará esforços para implementar programas de desenvolvimento aos profissionais da educação em exercício, incluído a formação em nível superior à graduação, em instituições credenciadas bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.
Parágrafo único. A implementação dos programas de que trata o “caput” deste artigo tomará em consideração:
I–a prioridade em áreas curriculares carentes de professores;
II – a complementação pedagógica para os licenciados a fim de atender as áreas curriculares carentes de profissional habilitado;
III – a situação profissional dos professores de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício a ser cumprido no sistema;
IV – a utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos de educação à distância.
Art. 104. Os critérios para o enquadramento dos demais profissionais que integram este plano deverão ser estabelecidos através de portaria.

TÍTULO VIII
CRIAR DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 105 - Fica estabelecido a porcentagem mínima de reajuste especificada na Lei Nº 2061, de 17 de março de 2015.
§ 1º. Este PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários) deverá ser revisto e modificado, quando for o caso, porém jamais poderá prejudicar o direito adquirido do servidor referente à jornada de trabalho, mesmo que as modificações tendo sido homologadas em Convenções Coletivas de Trabalho pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação.
§2º. Caso haja alteração na jornada de trabalho estabelecida neste plano, fica assegurado o valor da hora aula equivalente nas duas jornadas de trabalho.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 106. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº. 010/2006.
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de julho de 2015.
FÁBIO SCHROETER
PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.
FÁBIO SCHROETER
PREFEITO MUNICIPAL
Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.
GILMAR ZITO PRATI
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 413/2015

PORTARIA Nº 413/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR LEANDRO MALDONADO TEIXEIRA PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 420/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **IGOR EDUARDO GRANDE**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DO SHOPPING DA AGRICULTURA FAMILIAR, conforme Contrato de Repasse n° 0261104-51/2008/MAPA/CAIXA

- CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO SHOPPING DA AGRICULTURA FAMILIAR, conforme Contrato de Repasse n° 0304287-85/2009/MAPA/CAIXA;

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, ao 01 dia do mês de julho de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 424/2015

PORTARIA Nº 424/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR BRUNO EDUARDO FERREIRA LIMA PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.105, DE 03 DE JULHO DE 2015.

"DENOMINA O KARTÓDROMO MUNICIPAL DE KARTÓDROMO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o Kartódromo do Município de**:** "KARTÓDROMO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da publicação dela, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de julho de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 414/2015

PORTARIA Nº 414/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA DALVA GARCIA ORTIZ RIBEIRO PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 393/2015

PORTARIA Nº 393/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.104, DE 03 DE JULHO DE 2015.

FICA ALTERADA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.943/2013 ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL 1969/2014 POSTERIORMENTE PELA LEI 2.030/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do caput do art. 1º, todos da Lei Municipal nº. 1.943/2013 alterada pela Lei Municipal nº. 1969/2014 e posteriormente pela Lei 2.030/2014, que passará a ter o seguinte texto:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir o Loteamento Vale do Sol, no mesmo sistema de regularização dos imóveis, que tiveram contrato de compra e venda de direito, através de "contrato de gaveta" ou mediante Procuração.

Art. 2º - Ficam mantidos os demais dispositivos da Lei Municipal nº. 1.943/2013, alterada pela Lei Municipal nº. 1.969/2014, não alterados por esta.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de julho de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 430/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA A SERVIDORA FABIANE FLORÊNCIO DA SILVA REZENDE PARA SER RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO CONTRATO 037/2013, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear o servidor FABIANE FLORÊNCIO DA SILVA REZENDE, para ser responsável pelo controle e acompanhamento do contrato 037/2013 – VALTENIR MARTINS FERREIRA aos quais deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessárias para o cumprimento integral das cláusulas contratadas.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 06 dias do mês de Julho de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 431/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA A SERVIDORA FABIANE FLORÊNCIO DA SILVA REZENDE PARA SER RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO CONTRATO 043/2013, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear o servidor FABIANE FLORÊNCIO DA SILVA REZENDE, para ser responsável pelo controle e acompanhamento do contrato 043/2013 – SERVIÇOS DE JARDINAGEM VITÓRIA LTDA aos quais deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessárias para o cumprimento integral das cláusulas contratadas.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2015, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 06 dias do mês de Julho de 2015.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 169, DE 01 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA QUE MENCIONA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em lei e;

CONSIDERANDO *o disposto no § 1º do artigo 134 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de nascimento apresentada pela servidora adiante nominada, comprobatória da concessão do direito à licença maternidade prevista no ordenamento estatutário dessa municipalidade;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade à servidora **THAIS SILVA MACIEL SCHMITZ,** admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, através da Portaria nº. 011, de 9 de abril de 2007, pelo prazo de 120 dias, computados a partir de 21 de junho do corrente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 21 de junho de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 42/2015

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT, através de seu pregoeiro, torna público que a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº. 42/2015, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com a finalidade de contratar empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviço de saúde (Classes A, B e E), que estava marcada para o dia **08/07/2015**, às **08h00min** do horário local, foi adiada para o dia **20/07/2015, às 08h00**, tendo em vista as retificações necessárias ao edital em razão do acolhimento de impugnações.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, **bem como o Edital de retificação,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone/fax (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 06 de Julho de 2015.

Eric Rodrigo Pettenan

Decreto nº. 073/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 047/2014.

DA ESPÉCIE: Compras e serviços

DO OBJETO: serviços de seguros automotivos

DO VALOR: R$ 57.766,84 (cinqüenta e sete mil, setecentos e sesenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06 – Secretaria Municipal de Saúde; 01 – Fundo Municipal de Saúde; 2.021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; (163) – 3.3.90.39.00.00.00.00.0102 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica; (266) – 3.3.90.39.00.00.00.00.0102 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica; 08 – Secretaria Municipal de Educação; 01 – Departamento de Educação; 2.042 – Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE; (483) – 3.3.90.39.00.00.00.00.0114 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

DA VIGÊNCIA: 12/06/2015 à 11/06/2016.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ. 61.198.164/0001-60 / CONTRATADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 170, DE 01 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2015, ao servidor abaixo nominado, lotado no Executivo Municipal, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
GERALDO FERREIRA SOARES JUNIOR	23/01/2013 a 22/01/2014

Art. 2º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2015, à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
LUCIANA APARECIDA FERREIRA	12/5/2014 a 11/5/2015
MARCELO SAMPAIO DE LARA	16/3/2014 a 15/3/2015
ROSIMEIRE CONCEICAO FAVERO	7/02/2014 a 6/02/2015

Art. 3º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2015, às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
LINDOVANIA DE SOUZA COELHO	01/02/2014 a 31/01/2015
OLÍDIA SILVA BORGES MACIEL	01/9/2013 a 31/8/2014

Art. 4º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
CRISTIANE CALDAS DOS SANTOS CARVALHO	18/02/2014 a 17/02/2015
JOSÉ LIMA DA SILVA	02/6/2013 a 01/6/2014
MAURO JOBATA PEDRO TURRA	01/10/2013 a 30/9/2014
RICARDO ZIVIANI DE CARVALHO	02/6/2014 a 01/6/2015
WIGNY DA LUZ TEODORO	6/5/2014 a 5/5/2015

Art. 5º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ANDRÉ KOSLOSKI	5/8/2013 a 4/8/2014
DANYELA SAMIRA GUIMARÃES	9/9/2013 a 8/9/2014
ELETICE RODRIGUES SANTOS	02/5/2014 a 01/5/2015
ELISANGELA ROGERIO DOS SANTOS	4/4/2014 a 3/4/2015
GIULIANA FERNANDES	17/01/2014 a 16/01/2015
INÓSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA ECHEVERRIA	21/3/2014 a 20/3/2015
MARIA SUELI BARBOZA DE ASSUNÇÃO	10/7/2014 a 9/7/2015
MONA CARLA DAVEL NASCIMENTO	5/3/2014 a 4/3/2015
NATÁLIA MACHADO DE OLIVEIRA	13/11/2013 a 12/11/2014
PHALOANA PINHEIRO COSTA	8/4/2014 a 7/4/2015
ROSILENE PEREIRA LEÃO MOLINÁRIO	20/5/2014 a 19/5/2015
RUBENS JOSE MARAFON FILHO	01/4/2014 a 31/3/2015
VININA MARIA DE ALMEIDA	02/01/2014 a 01/01/2015

Art. 6º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ERLAN CRUZ GRANDIS	02/02/2013 a 01/02/2014
JESSICA AMANN FROEHLICH	22/4/2014 a 21/4/2015
VERA LUCIA PINHEIRO	23/01/2014 a 22/01/2015

Art. 7º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ADEMIR ROSTIROLLA	16/10/2013 a 15/10/2014
MARLI SALETE MARAFON	02/5/2014 a 01/5/2015

Art. 8º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 046/2013

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços de monitoramento de alarmes.

DO OBJETO: Aditivo de quantidade do objeto.

DO ADITAMENTO: monitoramento PROCON.

DO VALOR: R$ 3.212,04 (três mil duzentos e doze reais e quatro centavos)

DA VIGÊNCIA: 01/07/2015 a 17/11/2015.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa SAPEWEST TELECOMUNICAÇÕES E SEGURANÇA LTDA - MECNPJ/MF nº. 07.124.123/0002-64/ CONTRATADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 167, DE 01 DE JULHO DE 2015.

DESIGNA COORDENADORA DO PROCON DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora do quadro efetivo, senhora LIANE ZONATTO, matriculada sob nº. 984, para atuar como Coordenadora do Procon Municipal, com as atribuições previstas na Lei nº. nº 646, de 14 de outubro de 2014.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 696, DE 3 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, ESTADO DE MATO GROSSO PARA O DECÊNIO 2015-2025.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1°. Fica aprovada a avaliação e reformulação do Plano Municipal de Educação- PME, para o período plurianual de 2015 a 2025, nos termos do texto em anexo, o qual faz parte integrante dessa lei, com duração de dez anos, suprimindo-se da meta 8 do referido Plano todas as expressões "sexualidade", "gênero", "gêneros" e "orientação sexual"..

Art. 2º O Plano Municipal de Educação foi avaliado e adequado com a participação da sociedade, sob a coordenação do Fórum e Secretaria Municipal de Educação, realizado em conformidade com a Lei Federal nº. 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação e Lei Estadual nº. 10.111/2014, que institui o- Plano Estadual de Educação.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de Mato Grosso, como também a Lei Orgânica do município.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, com suas respectivas metas, estratégias, contidas no anexo dessa lei.

Art. 5º O PME de Campos de Júlio durante todo o período de sua execução e desenvolvimento será acompanhado e avaliado por uma Comissão Executiva sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A primeira audiência realizar-se-á no segundo ano de vigência dessa lei, assegurando-se ao Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal se responsabilizará pela implementação e execução do Plano Municipal de Educação nos termos dos princípios adotados e da legislação vigente aplicável à espécie.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação dessa lei correrão a conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 8º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 3 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015-2025)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito Municipal

DORILDO NEVES DE MOURA

Vice–Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SUZANA DA SILVA FARIAS BARBIERO

Secretária Municipal de Educação

NEUZA GOUVÊA MOLEIRO

ODILA NELCI KRAMPE DONAT

JULIANA FERREIRA DE CASTRO

Assessoras Pedagógicas

NÁDIA NEJEM TALAL

Técnica Administrativa

DECRETO Nº. 088, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

REFORMULA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-PME.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso I, alínea "b" do artigo 148 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO *a necessidade de implementação das normas estabelecidas na Lei Municipal nº 471, de 12 de julho de 2011, editada em consonância com a Lei Federal N.º 10.172 de 09 de janeiro de 2001;*

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, a partir dessa data, o Fórum Municipal previsto no artigo 6º da Lei Municipal nº 471, de 12 de julho de 2011, a fim de realizar a reunião que precede aos trabalhos da Conferência Municipal de Educação, visando deliberar sobre a reformulação do Plano Municipal de Educação, instruir metas e objetivos e avaliar a sua execução, na forma do artigo 6º da referida lei.

Art. 2º O Fórum a que se refere o artigo 1º desse decreto será constituída por:

I - Secretária Municipal de Educação:

Suzana da Silva Farias Barbiero

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Juliana Ferreira de Castro

Suplente: Odila Nelci Krampe Donat

III - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria de Administração, respectivamente:

Titular: Sérgio Norberto da Silva

Suplente: Cintya Vieira Souto

IV - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Neuza Gouvêa Moleiro

Suplente: Zilda de Oliveira

V - Representantes do Poder Legislativo, designado pela Comissão de Educação da Câmara Municipal:

Titular: Cleomar Lazzaretti da Silva

Suplente: Raimundo Pinheiros Nunes

VI - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal:

Titular: Máxima Graziella Ortolan Schmidt

Suplente: Erlan Cruz Grandis

VII - Representantes dos Diretores das Escolas Municipais:

Titular: Iracema de Souza Lopes

Suplente: Marli Terezinha Maito Tomé

VIII - Representantes dos Diretores das Escolas Estaduais:

Titular: Cristiana Fernandes dos Santos

Suplente: Noeli Justina Amann

IX - Representantes do Sindicato Rural:

Titular: Tassiany dos Santos Gonçalves

Suplente: Sara Blem da Silva

X - Representantes do Conselho Deliberativo das Escolas Municipais:

a) Escola Municipal Germano Lazaretti:

Titular: Rosangela Lopes Santa Cruz Vanin

Suplente: Rosilene Reni Alessi

b) Escola Municipal Eliza K. Tomé:

Titular: Flávia Dalla Rosa Gelati

Suplente: Marilei Cadore Barrachini

c) Escola Municipal 15 de Outubro:

Titular: Odirlei Pereira da Silva

Suplente: Estélla Mari Daneluz

d) Creche Pequeno Príncipe:

Titular: Maria Nunes Freire

Suplente: Marcelo Sampaio de Lara

XI - Representantes do Conselho Deliberativo Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti:

Titular: Joici Amann

Suplente: Ana Rita Pereira de Arruda

XII - Representantes do Grêmio Estudantil:

Titular: Bruna Carolina Serafim Avelar

Suplente: Ellison Brasil da Silva

XIII - Representantes das instituições religiosas que mantém atividades educacionais no município:

a) Igreja Nossa Senhora das Graças:

Titular: Janete Stableski Reck

Suplente: Carla Denise Pes

b) Igrejas Evangélicas:

Titular: Aécio Morais

Suplente: Fabiano de Souza Evangelista

XIV - Representantes de Instituição Superior existente no município.

Titular: Abdo El Kadri

Suplente: Lucinéia Pereira da Silva

XV - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Rosimeri de Fátima Cassol

Suplente: Elizabeth Cardoso

XVI - Representantes do Cefapro:

Titular: Vitório Helatczk

Suplente: Elias Martins

XVII – Representantes da Associação Comercial – ACICA:

Titular: Veroni Antônio Barichello Cargnin

Suplente: Camilla Garcia Pinheiro

Parágrafo Único. A Secretária Municipal de Educação nominada no I do artigo 2º desse decreto será a coordenadora da Comissão e poderá indicar outros componentes, até o número quatro, para integrá-la como representante do Poder Municipal e/ou Conselho Municipal de Educação;

Art. 3º O Fórum terá como atribuições:

I - Realizar estudos sobre a história, geografia e economia do Município para embasar os objetivos do Plano Municipal de Educação – PME e referenciá-lo a seus projetos de desenvolvimento;

II - Realizar um minicenso ou amostragem dos dados de escolaridade da população municipal para diagnosticar as percentagens de atendimento nas diversas etapas e modalidades de ensino e compatibilizá-la com as metas do PNE;

III - Estudar as bases legais do PME, principalmente os capítulos das Constituições Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9394/96 e a Lei do Plano Nacional de Educação Lei N.º 10.172/01);

IV - Discutir internamente e através de audiências públicas e uma conferência municipal os problemas educacionais do município, as aspirações da sociedade e dos recursos disponíveis para eleger as metas e estratégias do PME, em regime de colaboração com a União e o Estado;

V - Fazer estudos sobre os recursos financeiros públicos do Município, atuais e potenciais, para subsidiar as decisões sobre metas, prazo e fontes dos gastos e investimentos necessários para atingir os objetivos do PME com qualidade, partindo da atual percentagem de atendimento nas diversas etapas e modalidades de ensino e respeitada a capacidade de atendimento da rede municipal;

VI - Elaborar o anteprojeto do PME sob forma de uma Lei Municipal de iniciativas do Executivo para ser submetida à Câmara Municipal.

Art. 4º O presente Fórum terá acesso irrestrito às informações estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias de todos os órgãos da Administração Municipal para elaboração do PME.

Art. 5º Fica destinado à conta das rubricas: 3.3.90.30.00.00; 3.3.90.36.00.00; e 3.3.90.39.00.00, para fazer face às despesas necessárias à realização dos passos operacionais que conduzam à elaboração do PME, sob ordenação financeira e controle do (a) Secretário (a) Municipal de Educação.

Art. 6º O exercício da função dos conselheiros designados no presente decreto não assegura qualquer direito a remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a contratar serviços de Assessorias e/ou consultorias para viabilizar os trabalhos de elaboração do PME.

Art. 8º O Fórum terá o prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias para entregar ao Poder Executivo Municipal o Termo de Referencia e o anteprojeto do PME, podendo o mesmo ser prorrogado por 90 (noventa) dias a pedido da maioria simples dos integrantes da Comissão.

Parágrafo único. O Fórum se dissolve automaticamente, findo o prazo do *caput* do artigo 8º, ressalvada a ocorrência de fato relevante ou exigência do regime de colaboração com o Estado que justifiquem uma segunda prorrogação.

Art. 9º O anteprojeto da Lei do PME poderá prever pelo prazo de vigência do Plano, uma Comissão de Acompanhamento e Monitoramento ou a instituição de um Fórum Permanente de Educação com esta e outras finalidades.

Art.10º O presente decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando a Secretaria Municipal de Educação responsável em tornar as providências de constituição da comissão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Campos de Júlio, 16 de setembro de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

APRESENTAÇÃO

O Fórum Municipal de Educação, constituído pelo Decreto nº. 088 de 16 de setembro de 2013, por representantes da Secretaria de Educação – SME, Secretaria de Finanças e Administração, Câmara Municipal, Diretores Escolares do ensino público, pais, alunos, Sindicato dos trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP local, Conselho Tutelar, Instituições Religiosas e Associação Comercial e Empresarial – ACICA, cumprindo as determinações do Artigo 6º da Lei Municipal nº 471, de 12 de julho de 2011, com o objetivo de reelaborar o Plano Municipal de Educação.

Mais do que falar sobre um conjunto de metas e estratégias para a educação básica de Campos de Júlio para o decênio 2015 a 2025, o Plano Municipal de Educação traz sobre si os anseios sociais do povo do campo, cidade, dos movimentos populares e sociais, das entidades de classes, das instituições educacionais, anseios estes que apontam caminhos para o compromisso com a educação de qualidade. Com esse intuito é que o Fórum Municipal fez o chamamento da população à discussão do Plano, foram vários encontros com a participação de grupos de estudos os quais tinham como base para alinhamento do Plano Municipal o Plano Nacional de Educação – PNE Lei nº. 13.005/2014 e Plano Estadual de Educação – PEE, Lei nº. 10.111/2014.

O Plano Municipal de Educação institui mecanismos políticos e sociais para que a educação seja controlada pelo povo que a utiliza e financia. Assim, numa verdadeira obra de cidadania, o poder público municipal, em consonância com os anseios da população Camposjuliense, não teve receio de colocar em público o texto base para apreciação na II Conferência Municipal de Educação com o Tema “Planejando a Próxima Década (2015 a 2025) “Todos por uma educação de Qualidade”. Que após as alterações e aprovação na Conferência será remetido a Câmara municipal e posterior ao Executivo para transformação em lei.

A concretização do PME, não se encerra com a elaboração, não é um plano do atual governo municipal, apenas está sendo elaborado pela atual gestão e transcenderá outras administrações que deverão pautar suas políticas educacionais, cabe a todos nós cidadãos a responsabilidade de acompanharmos e avaliarmos, e redefinir metas e estratégias ora apresentadas neste planejamento.

Campos de Júlio-MT, 26 de Maio de 2015

SUZANA S. F. BARBIERO

Secretária Municipal de Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.. 8

INTRODUÇÃO.. 14

CAPÍTULO I 15

HISTÓRIA DE CAMPOS DE JÚLIO.. 15

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE CAMPOS DE JÚLIO.. 17

1 LOCALIZAÇÃO.. 17

2 COORDENADAS GEOGRÁFICAS.. 17

3 ALTITUDE.. 17

4 ÁREA.. 17

5 CLIMA.. 17

6 VEGETAÇÃO.. 18

7 SOLOS.. 18

8 FAUNA.. 18

9 HIDROGRAFIA.. 18

10 POPULAÇÃO.. 19

11 INFRA-ESTRUTURA.. 19

12 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO.. 20

CAPÍTULO II 25

DAS MODALIDADES DE ENSINO.. 25

1 EDUCAÇÃO INFANTIL. 25

2 ENSINO FUNDAMENTAL. 30

3 ENSINO MÉDIO.. 38

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.. 41

5 EDUCAÇÃO ESPECIAL. 47

6 EDUCAÇÃO NO CAMPO.. 50
7 EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA.. 53
8 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA.. 54
9 EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 56
10 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.. 59
11 ENSINO SUPERIOR.. 59
12 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.. 61
13 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO.. 66
CAPÍTULO III 75
METAS E ESTRATÉGIAS.. 75
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO.. 96
1 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.. 96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.. 98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.. 99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - TAXA DE NATALIDADE DO MUNICÍPIO.. 27
Tabela 2 - NÚMERO DE CRIANÇAS NO MUNICÍPIO – 2011 a 2013. 27
Tabela 3 - NÚMERO DE CRIANÇAS NO MUNICÍPIO – 2014 a 2015. 28
Tabela 4 - NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS REDES DE ENSINO DO MUNICÍPIO.. 28
Tabela 5 - INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DE 0 A 05 ANOS.. 29
Tabela 6 - TOTAL DE INSTITUIÇÕES EXISTENTES.. 29
Tabela 7 - SITUAÇÃO E PREVISIBILIDADE DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL 29
Tabela 8 - TOTAL DE INSTITUIÇÕES.. 31
Tabela 9 - NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS REDES DE ENSINO DO MUNICÍPIO.. 31
Tabela 10 - INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL. 32
Tabela 11 - IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA). 33
Tabela 12 - METAS PROJETADAS DO IDEB.. 33
Tabela 13 - PROFICIÊNCIA: LÍNGUA PORTUGUESA e MATEMÁTICA.. 34
Tabela 14 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR: 34
Tabela 15 - LEVANTAMENTO DO PERCENTUAL DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/ANO: 1º ao 5º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL. 37
Tabela 16 - LEVANTAMENTO DO PERCENTUAL DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/ANO: 6º ao 9º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL. 37
Tabela 17 - SITUAÇÃO E PREVISIBILIDADE DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 38
Tabela 18 - TOTAL DE INSTITUIÇÕES.. 39
Tabela 19 - NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DAS REDES DE ENSINO NO MUNICÍPIO.. 40
Tabela 20 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO/ABANDONO DO ENSINO MÉDIO 40
Tabela 21 - TAXA DE ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT.. 43
Tabela 22 - LEVANTAMENTO DE MATRÍCULA: EJA DO ENSINO FUNDAMENTAL. 44
Tabela 23 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR: 44
Tabela 24 - MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO – EJA.. 46
Tabela 25 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO/ABANDONO - EJA/ ENSINO MÉDIO.. 46
Tabela 26 - ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPER-DOTAÇÃO.. 49
Tabela 27 - EVOLUÇÃO DE MATRÍCULA – CAMPO.. 51
Tabela 28 - DEMANDA ATENDIDA E NÃO ATENDIDA DE ENSINO SUPERIOR.. 61
Tabela 29 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL. 63
Tabela 30 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EM SALA DE AULA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL/ADI 63
Tabela 31 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: ENSINO FUNDAMENTAL. 63
Tabela 32 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENSINO MÉDIO.. 64

Tabela 33 - A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO OCORRE.. 64

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação é um documento referência sobre a política educacional do Município de Campos de Júlio, para um período de dez anos (2015/2025), em consonância com o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e Plano Estadual de Educação - Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014, que define as políticas educacionais para população Camposjuliense.

Este Plano tem por objetivo assegurar as conquistas históricas conclamada na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como no diagnóstico levantado baseado nos dados populacionais do Censo Escolar, IBGE e Datasus. Assim, o Plano Municipal abrange todos os níveis de ensino desde a educação infantil até o ensino superior, nas suas diversas modalidades de ensino, para diferentes demandas no que tange a especificidade do atendimento.

O PME está organizado em capítulos e conta com um diagnóstico, metas e estratégias para cada nível e modalidade de ensino. A estrutura do plano municipal segue a estrutura temática do PNE e PEE, no Plano Municipal - PME estão definidas as dimensões de forma transparente, democrática do modelo de educação a ser construído, através do diálogo e do controle da sociedade. Temos aqui a tarefa de pensar e viabilizar um sistema educativo capaz de garantir qualidade de educação a todos os cidadãos. Este documento norteará o planejamento da Secretaria Municipal de Educação através das metas, estratégias e atividades que serão desencadeadas ao longo do decênio em questão nas seguintes modalidades:

1. Educação Infantil 2. Ensino Fundamental 3. Ensino Médio 4. Ensino Superior 5. Educação de Jovens e Adultos 6. Educação Especial 7. Educação no Campo 8. Educação Afro-Brasileira 9. Educação Profissional e Formação Tecnológica 10. Educação Ambiental 11. Educação à Distância e Tecnologias Educacionais 12. Formação e Valorização dos Profissionais da Educação 13. Financiamento e Gestão Da Educação 14. Acompanhamento da Gestão e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Campos de Júlio Outros Aspectos relevantes

O PME será aprovado pelo Poder Legislativo, para uma vigência de dez anos (2015/2025), onde será construída a grande política educacional para o decênio, vislumbrando “Todos por uma Educação de Qualidade”. Certamente que a conquista do sucesso depende da capacidade de mobilização de todos os atores, na contínua avaliação das metas e estratégias e na interação entre as conquistas individuais e coletivas.

CAPÍTULO I HISTÓRIA DE CAMPOS DE JÚLIO

O Município de Campos de Júlio fica distante aproximadamente 600 km da capital, teve início nos primeiros anos da década de 80, inserido no movimento nacional conhecido como “Fronteira Agrícola”, cujo grande desbravador Sr. Valdir Masutti (*in memorian*) impulsionou a vinda de inúmeras famílias, principalmente, do sul do país para dar início às primeiras lavouras agrícolas.

A partir de então, iniciou o processo de colonização e o Sr. Valdir Masutti, sendo o pioneiro desses campos bonitos, com seu dinamismo e fé no progresso, foi abrindo estradas e construindo pontes. E paralelo à chegada dos pioneiros, aconteceu à fundação da Cooperativa Coflasul (Cooperativa Florestal Sulina), este fato foi decisivo neste processo de colonização. Assim como, a instalação de uma grande serraria a fim de industrializar a abundante madeira existente e garantir a geração de empregos.

Essas terras, que já foram habitadas pelos índios Nambikuára, nesta época faziam parte do território geográfico do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, devido à localização privilegiada na Chapada dos Parecis, solos planos facilmente mecanizáveis, clima e regime de chuvas bem definidos, fatores estes, propícios ao cultivo: soja, milho, feijão, algodão e cana-de-açúcar e nos últimos anos acrescenta-se a produção de gado de corte.

Com essa expansão agrícola, no ano de 1985 a Vila Coflasul passou a se chamar Campos de Júlio. Nome que foi originado por várias coincidências, dentre elas: pela região estar situada em campos bonitos; pelo início de colonização ter ocorrido no mês de julho e também por ser na época, o Governador do Estado de Mato Grosso o Sr. Júlio José Campos.

Em 1986, o Distrito de Campos de Júlio passou a pertencer ao recém-criado Município de Comodoro. E no dia 28 de novembro de 1994, através da Lei Estadual nº 6.561/94, Campos de Júlio conquista sua emancipação Política – Administrativa, lei sancionada pelo então Governador Jaime Veríssimo de Campos.

Desde a emancipação até os dias atuais o Município teve os seguintes Prefeitos: Primeiro Mandato Claídes Lazaretti Masutti e o Vice-Prefeito Dirceu Martins Comiran. No segundo mandato foi eleita novamente a Sra. Claides Lazaretti Masutti e Vice-Prefeito Antonio Fidelis da Silva Zamo. No terceiro mandato Sr. José Odil da Silva prefeito e Vice-Prefeito o Sr. Dirceu Martins Comiran. No quarto Mandato a Sra. Claídes Lazaretti Masutti e Vice-Prefeito o Sr. Francisco José Caldas Dutra. Em 18/10/2010 em Cumprimento ao Ofício 168/2010 da 61ª Zona Eleitoral, tendo em vista a decisão judicial do Dr. Almir Barbosa Santos, juiz da 61ª Zona Eleitoral face ao Processo nº 1155/2008 que culminou na cassação dos diplomas da Prefeita Claides Lazaretti Masutti e do Vice-Prefeito Francisco José Caldas Dutra assume a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio o Sr. Dorvil Machado, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, até que fosse organizada as Eleições Suplementares. No quinto Mandato o Sr. Dirceu Martins Comiran, para prefeito municipal e o Sr. Dorildo Neves de Moura, no cargo de Vice-Prefeito Municipal. Para o sexto mandato reeleitos o Sr. Dirceu Martins Comiran, como prefeito e o Sr. Dorildo Neves de Moura como vice-prefeito.

Campos de Júlio que tem sua economia pautada, principalmente, na agricultura, e, atualmente está despontado para um novo ciclo; através do processo de industrialização com as algodoeiras e a USIMAT- Usina de Álcool na comunidade do Alto Juruena, e pela produção de energia renovável centrado nas construções de PCHs (pequenas centrais Hidrelétricas) que estão sendo construídas às margens do Rio Juruena.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE CAMPOS DE JÚLIO 1 LOCALIZAÇÃO

Campos de Júlio fica na região noroeste do Estado de Mato Grosso, tendo como sua principal via de acesso a BR-364, limitando-se ao norte com Comodoro, a leste com Sapezal e Tangará da Serra, ao sul com Nova Lacerda, Conquista d’Oeste.

2 COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- Latitude: 13° 56’ 59” Sul

- Longitude: 59° 14’ 27” Oeste

3 ALTITUDE

Campos de Júlio situa-se na Chapada dos Parecis. As altitudes variam entre 300m a 800m, em Campos de Júlio o ponto mais alto é o Morro de Santo Antonio no Alto Juruena com 650 metros. Essas altitudes são modestas e favorecem a agricultura a formação das culturas de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão etc.

4 ÁREA

6,804,577 Km²

5 CLIMA

Segundo Koppen[1], o clima de Mato Grosso é classificado como clima tropical, com duas estações bem definidas, uma chuvosa (verão) outra seca (inverno). O período das chuvas compreende os meses de setembro a abril com umidade relativa do ar, em média, de 80%. O período seco, de maio a agosto com umidade relativa do ar de 20%. Possui temperatura média anual entre 24ºC e35ºC. Pluviosidade anual em torno de 2.100 mm.

6 VEGETAÇÃO

Cerrados. Os cerrados são formações características do Estado de Mato Grosso assim como, da região Centro Oeste. Estão relacionadas às mais baixas pluviosidades, às condições de solo menos favoráveis, em especial as áreas de maiores altitudes das chapadas, onde a umidade é menor.

7 SOLOS

De modo geral eles são: Latossolo Vermelho, Latossolo Amarelo e Areia Quartzoza. Possui baixa fertilidade (definida pela disponibilidade de nutrientes no solo); boas características físicas e/ou morfológicas. Possui aptidão para a lavoura mecanizada, fruticultura, pecuária, tal aptidão se dá pelos grandes trechos de terra plana, sem grandes acidentes geográficos e apresentam boa topografia, pois são bastante planos ou suavemente ondulados, eles facilitam o uso de máquinas agrícola. A acidez é elevada pela presença de alumínio são características químicas que determinam a pobreza nutricional do solo dos cerrados o que exige a correção com calcário e uma adubação bem feita.

8 FAUNA

A fauna presente nos cerrados também é muito rica e é constituída por macacos, onças, catetos, veados lobos, tatus, e aves como araras, tucanos, emas, seriemas, perdizes, etc.

9 HIDROGRAFIA

Campos de Júlio localiza-se na Chapada dos Parecis que é um divisor de águas de duas importantes bacias hidrográficas (a Bacia Amazônica), sendo seus principais rios: Rio Juruena e Rio Juína.

10 POPULAÇÃO

- Habitantes: 5.154 habitantes (IBGE/ contagem 2010).
- População estimada para 2014 segundo IBGE: 5.969 habitantes.
- Eleitores: 3.334 (Cadastramento Biométrico).
- Estudantes Rede Municipal em 2015: 1.303 alunos.
- Estudantes Rede Estadual em 2015: 741 alunos.

11 INFRA-ESTRUTURA

O município de Campos de Júlio é atendido por concessionária de energia, e dispõe também, de uma Usina Hidrelétrica com capacidade para 1.300 KVA.

Água Potável: abastecimento através de poços artesianos, fornecida pela Prefeitura Municipal - 100% da área urbana atendida.

Esgoto: não existe ainda na cidade uma rede de esgotos. A mesma é servida por fossas sépticas.

Lixo: O lixo residencial é separado, embalado, recolhido diariamente e armazenado temporariamente no Depósito de resíduos sólidos domésticos e resíduos sólidos da construção civil – RSCC, e destinado pela Estação de transbordo de resíduos ao aterro sanitário em outro município.

Canais e Galerias pluviais: parte da cidade onde possui pavimentação asfáltica possui canais e galerias pluviais.

Segurança: Destacamento da Polícia Militar.

Posto Municipal de Saúde: possui 02 postos de saúde com atendimento básico diário.

Unidade Mista de Saúde: com 04 médicos e equipamentos básicos para atendimento a população, inclusive com Centro cirúrgico, Atendimento de emergências (03 ambulâncias) e Pista de pouso (UTI aérea).

Transporte e acesso ao Município: O acesso a Campos de Júlio é feito pela MT–235 que liga Comodoro a Sapezal.

O Município conta com uma malha de rodovias municipais com bom estado de conservação. Essas rodovias são muito importantes para o escoamento da safra agrícola.

12 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO

Logo após o surgimento da Vila Coflasul, foi necessária a criação da Escola Municipal Coflasul, para atender aos alunos existentes nesta localidade, a mesma pertencia ao Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Em 1985 na Comunidade do Alto Juruena surgia a Escola Municipal Santo Antônio para atender os alunos dessa comunidade distante 70 km da sede do município cujos estudantes pagavam pensão na cidade para poder estudar.

Com a emancipação de Comodoro em 13 de maio de 1986, a Vila Coflasul foi elevada à categoria de Distrito e passou a se chamar Distrito de Campos de Júlio - MT. E com a emancipação, a Escola Coflasul também trocou o nome e passou a se chamar Escola Municipal de 1° Grau “Angelina Franciscon Mazutti” em homenagem à genitora do colonizador do município, Valdir Masutti.

Em 1987 com o crescimento do distrito houve a necessidade da constituição de turmas de 5ª a 8ª séries (antigo ginásio), e atendendo às reivindicações da comunidade local foi criada uma extensão da Escola Estadual de 1° e 2° Graus Rosa Frigger Piovezan de Comodoro.

O Distrito de Campos de Júlio crescia, novas comunidades iam surgindo e novas escolas iam se criando. Assim, em 01 de março de 1987, surgiu a Escola Municipal Treze de Maio na Linha Zamo. Na Linha Cabaçu em 01 de março de 1989 surge a Escola Municipal Josefina Vanderlei, esta escola tornou-se a Escola Municipal Afonso Pena. Em 02 de agosto de 1989, a Escola Municipal Santo Antonio foi transferida para a Usina Alcomat, enquanto em seu lugar surgia a Escola Municipal Eliza Kranhart Tomé. Na mesma época, na linha Mazutti surgia a Escola Municipal Heitor Villa Lobos.

No ano de 1990 a Escola Angelina Franciscon Mazutti foi estadualizada através do Decreto 2957/90 do CEE/MT de 24 de outubro de 1990 e passou atender de Pré a 8ª série.

O Distrito de Campos de Júlio continua crescendo, os alunos aumentando e avançando em estudos, necessitando no momento do Ensino Médio e novamente a Escola Estadual Rosa Frigger Piovezan de Comodoro-MT, atendeu à solicitação comunitária criando uma extensão do 1º Ano de seu Curso Técnico em Contabilidade.

Em 1993, através do Decreto 3264/93 a Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti era elevada de nível e foi criado o Curso Técnico em Contabilidade conforme Portaria de Autorização CEE/MT nº 178/94 de 01 de agosto de 1994, o qual foi reconhecido em 1996.

Nesse ínterim, o Estado de Mato Grosso extingue os cursos técnicos profissionalizantes e Campos de Júlio se vê na necessidade de montar outro curso de Ensino Médio, a Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti foi autorizada para o Curso de Ensino Médio Não-Profissionalizante, através da Resolução 078/96 do CEE/MT.

No interior do Distrito havia surgido a Escola Municipal Guimarães Rosa em 1994 na Linha Giongo. A mesma foi criada para atender a demanda de uma nova comunidade que se formava.

Com a emancipação do Distrito de Campos de Júlio em 1994 e a instalação da sua 1ª Administração em 1997, as seis (6) escolas municipais foram assumidas pelo novo município e ainda foi criada em 01 de março de 1997 a Escola Municipal Monteiro Lobato na Linha Guerra.

O novo município teve algumas dificuldades para superar os problemas apresentados pela educação local. O principal deles foi à falta de professores habilitados para as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. E, para não ver o Curso Ensino Médio se extinguir muitos profissionais de nível superior atenderam às necessidades da escola, assim como: agrônomos, dentista, economistas, biólogos, lecionaram as mais diversas disciplinas com salários irrisórios, às vezes complementados pela Prefeitura Municipal para que o Ensino Médio se desenvolvesse.

As escolas, até então, enfrentavam não só o problema de falta de professores, mas viviam isoladas dos centros de cultura e sem acompanhamento pedagógico, raramente recebiam visitas de equipe técnica pedagógica do estado e do município, e ainda era difícil para os professores estarem viajando para participar de cursos uma vez que não possuía em Campos de Júlio linha regular de ônibus, até mesmo para o diretor era difícil ir até à Delegacia de Ensino que se localizava em Pontes e Lacerda para receber orientações.

Muitas vezes, como diz o ditado “A união faz a força”, e, os professores de ambas as redes se uniam para enfrentar os problemas e tentar solucioná-los. Havia uma perfeita integração entre o interior e a sede do Município.

Com a emancipação de Campos de Júlio, em 1997, a educação toma novos rumos e passa por uma grande ampliação e criada a Assessoria Pedagógica de Campos de Júlio, junto à Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, que passa a ser Escola Pólo, sendo Assessora a Profª. Neuza Gouvêa Moleiro.

Também nessa época, algumas professoras iniciam estudos em Vilhena, verdadeiras heroínas que enfrentaram chuvas, atoleiros, distâncias, sono e cansaço, mas estão aí formadas e fazendo a diferença na educação de nosso município, são elas: Profª. Máxima Graziela Ortolan Schimidt, Profª. Rozecrei Rosa, Profª. Zilda de Oliveira e Profª. Marlene Panhossato.

Ainda em 1997, em duas (2) salas da Escola Estadual, passou a ser atendido a Educação Infantil como uma extensão da Escola Municipal Treze de Maio, porque essa modalidade de ensino pela LDB 9394/96 ficaria a cargo do município e essa foi o embrião da Escola Municipal Germano Lazaretti.

O desenvolvimento proporcionado pela expansão da agricultura e pela emancipação traz ao jovem município um fluxo muito grande de pessoas e com isto, faz-se necessário a criação de novas escolas, surgindo assim em 1999 a Escola Municipal Germano Lazaretti, homenagem prestada ao genitor da prefeita na época: Claídes Lazaretti Mazutti. A mesma, foi criada pela Lei Municipal 066/98 de 30 de novembro de 1998, autorizada a funcionar pela Portaria 161/99 CEE/MT de 08 de fevereiro de 1999. Também nesse mesmo ano entrava em funcionamento em Campos de Júlio, a Creche Municipal Pequeno Príncipe, criada pela Lei Municipal 067/98 de 30 de novembro de 1998, autorizada a funcionar pela Portaria nº 161/98 do CEE/MT.

Em 1999 foi implantado em Campos de Júlio tanto na Rede Municipal quanto na Rede Estadual o CBA - Ciclo de Básico de Aprendizagem estruturado em ciclo de dois anos (1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental). No ano de 2001 é implantada a Escola Ciclada que acompanha os Ciclos da Formação Humana.

Ainda no ano de 1999, vários professores prestaram vestibular e onze (11) professoras frequentaram os cursos de licenciatura plena parceladas em Pedagogia, Matemática e Letras pela UNEMAT em parcerias com os municípios Comodoro e Campos de Júlio.

Como o crescimento de matrículas foi contínuo, no ano 2000, foi necessário ampliar a Escola Municipal Germano Lazaretti e a Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti.

Novamente a Escola Municipal Germano Lazaretti é ampliada e inaugurada no dia 28 de novembro de 2002, e a mesma passa a atender também de 5ª à 8ª séries, inclusive com o Projeto de Aceleração criando oportunidades aos alunos afastados da escola ou que não tiveram oportunidade em idade própria.

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, através de sua Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em 2002, estabeleceu convênio com o MECe buscou o PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício, o qual formou nove (9) professores.

Ainda em 2002, quatro (4) professoras, sendo duas (2) da rede estadual, uma (1) da rede municipal e uma (1) da rede particular se inscreveram, prestaram vestibular e passaram no PROGRAMA ESPECIAL para Professores de Matemática e Ciências Físicas, o curso era mantido pela UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso.

A partir do ano de 2003 a Creche Municipal Pequeno Príncipe passa do sistema assistencialista para o Sistema Educacional, que se adequava às novas exigências da Educação, com a construção de um novo prédio. Ainda em 2003 foi elaborado o Plano Decenal de Educação do Município de Campos de Júlio.

E finalizando, para completar o ano de 2003, tivemos as últimas conquistas da Educação, são elas: a instalação de um Núcleo Pedagógico da UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso, em Campos de Júlio com o curso de e Licenciatura Plena em Pedagogia que teve início em 2004.

Em 2004 teve início também o Curso de Pedagogia à Distância, sendo este uma parceria do Município de Campos de Júlio – MT, com o CEAD/UNEMAT para a oferta também de Curso de Pedagogia para vinte (20) professores. Turmas estas que se formaram em 2009. Nesse mesmo ano as atividades do Núcleo com grande pesar foram interrompidas.

No ano de 2005, ocorreu também a instalação da UNIC - Universidade de Cuiabá, com o Curso de Administração de Empresas. Em 2006 a UNIC traz para Campos de Júlio o Curso de Licenciatura Plena em Biologia.

Ainda no ano de 2005 foram desativadas as escolas rurais do Município, ficando em funcionamento apenas a Escola Municipal Eliza K. Tomé, através de um sistema de transporte escolar os alunos foram transportados para as escolas da área urbana ou para a Escola Municipal Eliza K. Tomé da zona rural. Essa medida visava resolver as dificuldades em se encontrar professores para a zona rural e também oferecer uma educação com mais qualidade tanto aos alunos da zona rural quanto aos da zona urbana.

Em 2006 foi implantado o Ensino de Nove Anos na Rede Municipal de Educação de Campos de Júlio e as escolas municipais voltaram a ser seriadas, a pedido da Comunidade Escolar. Junto com essa medida foi reforçado o trabalho de formação continuada dos professores e a Secretaria Municipal de Educação juntamente com o IESA promoveu a realização de Especialização em Educação Inclusiva e patrocinou 50% do curso para todos os professores.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB vêm crescendo nos últimos anos, os anos iniciais em 2007, o índice foi de 4,7 e nos os anos finais foi 3,7.

No ano de 2008 o Município foi contemplado com a construção de uma nova Creche Municipal do Programa ProInfância, a qual foi concluída no final do ano de 2013, dando início as suas atividades em janeiro de 2014.

No ano de 2009 em virtude do crescente número de alunos, foi necessário a criação de salas anexas da Escola Municipal Germano Lazaretti, para solucionar a falta de espaço, criando a nomenclatura GII. Sendo que em 2012 foi desmembrada as salas anexas e criada uma nova escola, com o nome de Escola Municipal 15 de Outubro.

Uma conquista da Administração Municipal em 2013, foi o retorno do Núcleo da UNEMAT ofertando o Curso de Ciências Contábeis com cinquenta (50) vagas. No mesmo ano foi feito parceria com a UNIORKA entidade particular que passou a oferecer cursos de Ensino Médio e Profissionalizantes.

Atualmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2013 o índice foi de 5.9 e nos Anos Finais de 5.4. Na tabela a seguir pode-se observar como foi a evolução do IDEB nas escolas do município.

Esse índice é verificado de dois em dois anos, e seu avanço se deve a formação dos professores, apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem, adesão de programas educacionais e assessoramento pedagógico diário nas escolas.

No transporte escolar, o município conta com uma frota própria de doze (12) ônibus e uma (1) Kombi para o transporte de alunos da zona rural para a cidade e também para os alunos do campo para à Escola Municipal Eliza K. Tomé, localizada na zona rural.

Campos de Júlio oferece aos alunos da Rede Municipal de Ensino (alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA) uma alimentação de qualidade, com acompanhamento de uma nutricionista, atendendo as exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar, quanto ao per capta em calorias e proteínas, sendo oferecido também frutas e suco natural a todos os alunos, em parceria com a Secretaria de Saúde desenvolve o Programa Saúde na Escola dando suporte a saúde nutricional do educando.

Nessa conjuntura educacional, a atual Gestão Administrativa, por meio de sua Secretaria de Educação tem efetiva participação na busca incessante pela qualidade de ensino, tendo em vista que a prioridade na Educação é o aprendizado do aluno.

CAPÍTULO II DAS MODALIDADES DE ENSINO 1 EDUCAÇÃO INFANTIL 1.1. Diagnóstico

De acordo com a Lei 9394/96, Art. 29, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. As Emendas Constitucionais 053 e 059/2009, em consonância com a necessidade de se garantir a igualdade no acesso, seja em creches (0 a 3 anos) ou pré-escola (4 e 5 anos), estabelece ainda a obrigatoriedade de oferta de vagas na pré-escola, determinando um prazo para a universalização do atendimento a essa faixa etária.

Esse avanço na Legislação amplia o entendimento sobre o atendimento às crianças, diverge, portanto, à destinação de crianças em instituições eminentemente filantrópicas, ligadas à assistência social. Assim, a partir da LDB 9.394/96 as creches e pré-escolas passaram a se vincular ao sistema educacional.

A integração da Educação Infantil na Educação Básica requer, por parte dos conselhos, em âmbito estadual e municipal, o estabelecimento de critérios para o credenciamento e funcionamento das instituições que ofertam essa etapa da educação, nas esferas públicas e privadas.

Embora a legislação brasileira reconheça o direito da criança à educação nos seus primeiros anos de vida, o atendimento efetivo desse direito se defronta, na atualidade, com desafios: como acesso, permanência e qualidade de atendimento. Como nos demais Estados Mato Grosso, também enfrenta essa realidade.

Conforme o Parecer CNE/CEB 020/09,

Fica assim evidente que, no atual ordenamento jurídico, as creches e pré-escolas ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos, dos ditos programas alternativos à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, ou da educação não-formal.

Assim, em consonância com o PEE-MT

[...] as creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças.

O binômio educar e cuidar reflete o entendimento que se deva ter sobre o desenvolvimento humano. No Art. 3º da Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999, no inciso III:[2]

As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

Em Campos de Júlio o atendimento teve início no ano de 1998, unicamente, na modalidade de Pré-escola 05 e 06 anos de idade. No entanto, a partir do ano de 1999 o atendimento estendeu-se às crianças de 18 meses a 4 anos na Creche Municipal.

Na sequência, se compararmos o atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos do ano de 2010 com o atendimento de 2014, observamos um aumento muito significativo. O que também se constata no atendimento da Pré-escola, faixa etária de 4 e 5 anos. Conforme as tabelas que seguem:

Tabela 1 - TAXA DE NATALIDADE DO MUNICÍPIO

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Natalidade; (nascidos vivos)	85	81	89	108	97	114	99	118	133
Taxa de Mortalidade (menor 1 ano)	01	02	03	06	06	01	03	03	0
TOTAL	84	79	86	102	91	113	96	115	133

Fonte: TABNET Datasus

Tabela 2 - NÚMERO DE CRIANÇAS NO MUNICÍPIO – 2011 a 2013

2011				2012				2013			
Crianças	Exist.	Matric.	Não Matric.	Crianças	Exist.	Matric.	Não Matric.	Crianças	Exist.	Matric.	Não Matric.
0 a 1 ano	114	0	114	0 a 1 ano	100	0	100	0 a 1 ano	118	0	118
1 ano	97	7	90	1 ano	114	14	100	1 ano	100	8	92
2 anos	108	46	62	2 anos	97	35	62	2 anos	114	57	57
3 anos	91	77	14	3 anos	108	78	30	3 anos	97	76	21
Subtotal	410	130	280	Subtotal	419	127	292	Subtotal	429	141	288
		31,71%	68,29%			30,31%	69,69%			32,87%	67,13%
4 anos	104	72	32	4 anos	109	81	28	4 anos	128	99	29
5 anos	109	124	-15	5 anos	127	145	-18	5 anos	136	140	-4
Subtotal	213	196	17	Subtotal	236	226	10	Subtotal	264	239	25
		92,02%	7,98%			95,76%	4,24%			90,53%	9,47%

Fonte: IBGE Cidades; TABNET Datasus; e Censo Escolar.

Tabela 3 - NÚMERO DE CRIANÇAS NO MUNICÍPIO – 2014 a 2015

2014				2015			
Crianças	Exist.	Matric.	Não Matric.	Crianças	Exist.	Matric.	Não Matric.
0 a 1 ano	133	-	133	0 a 1 ano	133	-	133
1 ano	118	47	71	1 ano	133	60	73
2 anos	100	51	49	2 anos	118	61	57
3 anos	114	93	21	3 anos	100	92	8
Subtotal	465	191	274	Subtotal	484	213	271
		41,08%	58,92%			44,01%	55,99%
4 anos	120	121	-1	4 anos	115	136	-21
5 anos	104	144	-40	5 anos	116	110	6
Subtotal	224	265	-41	Subtotal	231	246	-15
		118,30%	-18,30%			106,49%	-6,49%

Fonte: IBGE Cidades; TABNET Datasus; e Censo Escolar.

Nota 1: Para cálculo da demanda de 0 a 3 anos nas tabelas 2 e 3 utilizou-se como referencia somente os Nascidos Vivos com base na Tabela 1 – Taxa de Natalidade do Município.

Nota 2: Para cálculo da demanda de 4 e 5 anos foram utilizados dados TABNET/DATASUS – Cadastramento Familiar[3] do município de Campos de Júlio referente a população de 1 a 4 anos e 5 e 6 anos de mulheres e homens (Mulheres 1a4a + Homens 1a4a : 4) + (Mulheres 5a6a + Homens 5a6a : 2), ao ano anterior, sendo que o Censo Escolar também se refere ao ano anterior.

Nota 3: O resultado negativo referente a faixa etária de 4 e 5 anos se deve aos dois vínculos gerados pelo aluno estar um período na creche e o outro na escola.

Tabela 4 - NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS REDES DE ENSINO DO MUNICÍPIO

	2011			2012			2013			2014			2015		
REDE MUNICIPAL	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA
CRECHE (0 a 3 ANOS)	10	-	130	11	-	127	12	-	141	20	-	191	26	-	213
PRÉ-ESCOLA (4 e 5 ANOS)	17	11	185	16	07	219	16	08	231	19	22	243	20	20	226

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 5 - INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL DE 0 A 05 ANOS

REDE MUNICIPAL	Total / Instituições	TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS DE 0 A 5 ANOS.														
		2011			2012			2013			2014			2015		
		0 a 3 anos	4 e 5 anos	Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos	Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos	Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos	Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos	Total
	2	120	-	120	110	-	110	131	-	131	148	-	148	156	-	156

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 6 - TOTAL DE INSTITUIÇÕES EXISTENTES

	EDUCAÇÃO INFANTIL - 0 A 3 ANOS						EDUCAÇÃO INFANTIL - 4 E 5 ANOS						Total
	Urbana			Campo	Indígena	Quilombola	Urbana			Campo	Indígena	Quilombola	
Ano	Mun.	Est.	Priv.	Mun.	Mun.	Mun.	Mun.	Est.	Priv.	Mun.	Mun.	Mun.	
2010	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	3
2011	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	3
2012	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	3
2013	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	3
2014	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	4
2015	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	4

Fonte: Secretaria Municipal de Educação Nota: (*) Até 2013 – Creche Municipal Pequeno Príncipe; A partir de 2014 – 02 creches: Pequeno Príncipe e Ignêz Bresolin Giongo; Escolas 02 unidades de atendimento na faixa etária de 4 e 5 anos: EMEF Germano Lazaretti e EMEF Eliza K. Tomé.

Tabela 7 - SITUAÇÃO E PREVISIBILIDADE DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Instituições de Ensino:		Educação Infantil 0 a 3 anos		Educação Infantil 4 e 5 anos	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
Em funcionamento		2	-	1	1
Com espaço adequado		2	-	-	1
Necessidade de construção		1	-	1	-
Em fase de construção	Recurso próprio	-	-	-	-
	Recurso do PAR	-	-	-	-
Com necessidade de reforma e ampliação		1	-	-	-
Sem autorização e credenciamento		-	-	-	-
Situação fundiária	Regularizada	2	-	1	1
	Não regularizada	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

No entanto, apesar de a legislação brasileira reconhecer o direito da criança à educação nos seus primeiros anos de vida e com o acréscimo de matrículas verificado, esse atendimento efetivo ainda se defronta com uma série de desafios, portanto percebemos que o atendimento terá que ser ampliado ainda mais, tanto na Creche 0 a 3 anos e Pré-escola 4 e 5 anos.

Em vigência deste Plano Municipal, assegurará como direito de toda criança e dever do estado, conforme estabelece a Constituição Federal, no seu Art. 208, inciso IV, este Plano propõe a implementação, junto ao poder Público Municipal, de políticas que garantem a oferta pública da Educação Infantil, nas áreas de maior necessidade, concentrando-se nelas o melhor de seus recursos técnicos e financeiros.

2 ENSINO FUNDAMENTAL 2.1. Diagnóstico

Numa democracia, nenhuma obra supera a da educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes ou imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos numa democracia, à educação. Todas as demais funções do estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesmo para a sua existência.

Anísio Teixeira

O Ensino Fundamental em Campos de Júlio, em regime de colaboração com o Estado e a União, tem como competência: planejar, organizar e garantir esse sistema de ensino, implicando na criação ou reorganização de uma estrutura administrativa pedagógica e gerencial dentro das normas jurídicas. As mesmas seguem conforme o artigo primeiro da Constituição Federal que afirma: “o acesso ao Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, direito público subjetivo e seu oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente”. Também o artigo 208 da Constituição Federal, o qual “preconiza a garantia de vagas para o Ensino Fundamental, sendo ele obrigatório, inclusive para todos que a ele, não tiveram acesso na idade própria”. A LDB (lei de diretrizes e base da educação) sofreu alteração em 4 de abril de 2013 sob a Lei nº 12.796 onde o ensino se torna obrigatório entre os 4 e 17 anos de idade. Sendo que, o município e o estado têm, até o ano de 2016 para garantir a inclusão dessas crianças.

Nesta etapa de ensino em Campos de Júlio temos em 2015, 818 alunos matriculados na rede municipal e 272 alunos matriculados na rede estadual. Sendo que os alunos são atendidos nas escolas municipais: EMEF Germano Lazaretti, EMEF Eliza K. Tomé e EMEF 15 de Outubro, Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti. O Município iniciou as atividades da Educação Tempo Integral e vem se preparando gradativamente para atender todos os alunos. Conforme tabelas abaixo:

Tabela 8 - TOTAL DE INSTITUIÇÕES

ENSINO FUNDAMENTAL													
	Ensino Fundamental / Regular									Ensino Fundamental / EJA			
	Urbana			Campo		Indígena		Quilombola		1º Segmento		2º Segmento	
ANO	Mun.	Est.	Priv.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Urbano	Campo	Urbano	Campo
2010	1	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
2011	1	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
2012	2	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
2013	2	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
2014	2	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	1
2015	2	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	1	1

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Nota: Escolas Urbanas no município: Escola Municipal Germano Lazaretti, Escola Municipal 15 de Outubro e Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti. Escola no Campo: Escola Municipal Eliza K. Tomé.

Tabela 9 - NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS REDES DE ENSINO DO MUNICÍPIO

		2011			2012			2013			2014				2015	
NÍVEL	REDE	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA
1º ANO	Municipal	07	05	91	07	14	94	10	12	122	10	12	105	12	10	126
	Estadual	01	-	20	01	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	08	05	111	08	14	110	10	12	122	10	12	105	12	10	126
2º ANO	Municipal	07	05	89	07	04	94	07	13	97	10	13	116	12	10	107
	Estadual	01	-	20	01	-	23	01	-	23	01	-	37	01	-	25
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	08	05	109	08	04	117	08	13	120	11	13	153	13	10	132
3º ANO	Municipal	07	06	86	07	07	87	08	09	89	8	09	102	12	10	106
	Estadual	01	-	33	01	-	16	01	-	26	01	-	38	01	-	25
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	08	06	119	08	07	103	09	09	115	09	09	140	13	10	131
4º ANO	Municipal	07	06	67	08	07	95	07	08	76	08	08	89	21	10	113
	Estadual	01	-	21	01	-	29	01	-	20	02	-	66	02	-	26
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	08	06	88	09	07	124	08	08	96	10	08	155	23	10	139
5º ANO	Municipal	08	07	65	08	07	71	08	06	100	08	06	77	30	06	45
	Estadual	01	-	18	01	-	20	01	-	27	01	-	41	02	-	60
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

	Total	09	07	83	09	07	91	09	06	127	09	06	118	32	06	105
6º ANO	Municipal	30	13	79	30	10	67	40	0	78	40	08	68	40	11	68
	Estadual	10	-	35	10	-	23	10	-	27	30	-	94	20	-	45
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	30	13	35	40	10	90	50	08	105	70	08	162	60	11	113
7º ANO	Municipal	40	08	83	40	12	82	30	10	59	40	11	60	50	12	61
	Estadual	10	-	46	10	-	23	10	-	26	10		43	20		45
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	50	-	129	50	12	105	40	10	85	50	11	103	70	12	106
8º ANO	Municipal	40	06	60	40	09	87	40	11	69	39	10	56	39	10	39
	Estadual	10		20	10		37	10		32	10		30	10		35
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-
	Total	50	06	80	40	09	124	50	11	101	49	10	86	49	10	74
9º ANO	Municipal	30	11	47	40	06	66	40	8	77	30	8	44	37	11	64
	Estadual	10	-	33	10	-	23	10	-	43	10	-	48	10	-	36
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	40	11	80	50	06	89	50	08	120	40	08	92	47	11	100

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 10 - INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

		TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS X TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS									
		2011		2012		2013		2014		2015	
	Total de Instituições	Matríc.	Atendidos	Matríc.	Atendidos	Matríc.	Atendidos	Matríc.	Atendidos	Matríc.	Atendidos
Municipal	01	-	-	-	-	-	-	278	150	272	150
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Apesar de as escolas da rede pública de ensino seguirem os padrões exigidos quanto à infraestrutura predial, hidráulica e elétrica. O administrativo, docente e o pedagógico, temos a necessidade de algumas mudanças equivalentes à progressiva demanda de alunos que estão se matriculando nas escolas. Mudanças no sentido de qualificar ainda mais o quadro docente, ampliação e adaptações tecnológicas e de infraestrutura conforme desenvolvimento dos educandos e de suas perspectivas educacionais.

Convém ressaltar que vários aspectos positivos contribuíram e contribuem na luta contra o analfabetismo, reprovação e abandono. Anualmente é feito o chamamento escolar, o mesmo visa atender a demanda educacional organizando a oferta de vagas nos vários níveis e modalidades com a participação da sociedade. O município oferece, também, programas que beneficiam os alunos como: aulas de músicas, escolinhas de futebol, vôlei (Projeto Bom de Bola, Bom de Escola) e incentivo à leitura. Apesar do citado, somos cientes de que muito temos a melhorar e para isso temos que envolver ainda mais a Comunidade Social escolar com a entidade educacional. Conforme as tabelas abaixo, precisamos continuar nos esforçando com as séries iniciais para continuar atingindo as metas programadas do IDEB e nas séries finais necessitamos redobrar a atenção, para elevar IDEB, diminuir a evasão, repetência e fazer a correção da distorção idade/série.

Tabela 11 - IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA)

	2005		2007		2009		2011		2013	
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	3.6	-	4.6	5.3	5.3	6.0	5.6	-	5.9	5.4
Ensino Fundamental (Anos Finais)	3.7	5.1	3.7	3.0	5.3	4.7	5.4	4.3	5.4	3.9

Fonte: INEP/MEC

Tabela 12 - METAS PROJETADAS DO IDEB

	2015		2017		2019		2021	
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual
E.F.(Anos Iniciais)	5.0	6.2	5.2	6.5	5.5	6.7	5.8	6.9
E.F.(Anos Finais)	5.6	6.2	5.8	6.4	6.0	6.6	6.2	6.8

Fonte: INEP/MEC

Nota: O Ideb é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional).

Tabela 13 - PROFICIÊNCIA: LÍNGUA PORTUGUESA e MATEMÁTICA

	2007		2009		2011		2013	
	Língua Portuguesa		Língua Portuguesa		Língua Portuguesa		Língua Portuguesa	
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual
E.F.(Anos Iniciais)	184,1	188,9	198,1	201,2	198,3	-	204,6	190,9
E.F.(Anos Finais)	242,6	236,2	268,6	233,7	253,5	243,4	270,3	221,5

Fonte: INEP/MEC

	2007		2009		2011		2013	
	Matemática		Matemática		Matemática		Matemática	
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual
E.F.(Anos Iniciais)	198,7	205,2	220,8	228,6	214,1	-	219,6	207,4
E.F.(Anos Finais)	265,8	241,6	287,2	253,2	275,7	236,7	277,6	229,5

Fonte: INEP/MEC

Nota: Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Essa escala foi reformulada pelo Inep e agora é única para cada disciplina e ano. Nessa Escala os níveis vão de 1 a 10, com pontuação específica para cada nível. Ela permite ainda verificar o percentual de alunos que já desenvolveu as habilidades e competências para cada ano, quantos ainda estão desenvolvendo e quantos estão abaixo do nível desejado para a série, além de ser possível verificar também quem está acima do nível esperado.

Tabela 14 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR:

1º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2011	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2012	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2013	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2014	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

2º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	-	-	97,50%	1,20%	1,30%	100%	-	-
2011	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2012	100%	-	-	98,90%	1,10%	-	100%	-	-
2013	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2014	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

3º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	*	*	97%	3%	*	100%	*	*
2011	100%	*	*	98,70%	1,30%	*	100%	*	*
2012	100%	*	*	100%	*	*	100%	*	*
2013	100%	*	*	100%	*	*	100%	*	*
2014	100%	*	*	100%	*	*	100%	*	*

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

4º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	-	-	93,90%	6,10%	-	100%	-	-
2011	100%	-	-	98,40%	-	1,60%	100%	-	-
2012	100%	-	-	98,90%	1,10%	-	100%	-	-
2013	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2014	100%	-	-	98,84%	1,16%	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

5º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2011	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2012	100%	-	-	98,60%	1,40%	-	100%	-	-
2013	100%	-	-	99%	1%	-	100%	-	-
2014	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

6º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	-	-	97,30%	2,70%	-	100%	-	-
2011	97%	3%	-	93,10%	6,90%	-	100%	-	-
2012	100%	-	-	89,40%	10,60%	-	85,70%	14,30%	-
2013	95,70%	4,30%	-	93,1%	6,9%	-	100%	-	-
2014	85,71%	-	14,29%	96,7%	3,3%	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

7º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2011	100%	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2012	100%	-	-	91%	7,70%	1,30%	91,70%	8,30%	-
2013	94,70%	-	5,3%	88,20%	11,80%	-	100%	-	-
2014	88,23%	-	11,76%	100%	-	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

8º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	100%	-	-	98,10%	1,90%	-	100%	-	-
2011	100%	-	-	98,50%	1,50%	-	100%	-	-
2012	93,10%	-	6,90%	94%	6%	-	100%	-	-
2013	96,9%	-	3,1%	93,90%	6,10%	-	100%	-	-
2014	89,47%	-	10,53%	98,40%	1,60%	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

9º ANO	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010	97,90%	2,10%	-	90,90%	6,80%	2,30%	100%	-	-
2011	78,60%	21,40%	-	100%	-	-	100%	-	-
2012	100%	-	-	95,40%	4,60%	-	100%	-	-
2013	90%	-	10%	96,40%	3,60%	-	100%	-	-
2014	81,58%	10,53%	7,89%	100%	-	-	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 15 - LEVANTAMENTO DO PERCENTUAL DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/ANO: 1º ao 5º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL

Instituição		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
		Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.
2010	ELIZA K. TOMÉ	-	-	-	10,3%	-	-	-	13,3%	-	15,4%
	GERMANO	1,3%	-	6,3%	-	7,9%	-	16,7%	-	5,9%	-
2011	ELIZA K. TOMÉ	-	-	-	-	-	15,2%	-	4,8%	-	5,6%
	GERMANO	-	-	4,5%	-	7%	-	10,4%	-	18,4%	-
2012	ELIZA K. TOMÉ	-	-	-	-	-	-	-	10,3%	-	10%
	GERMANO	-	-	1,1%	-	5,7%	-	8,4%	-	8,5%	-
2013	ELIZA K. TOMÉ	-	-	-	4,3%	-	-	-	-	-	11,1%
	GERMANO	2,5%	-	2,1%	-	-	-	6,6%	-	7,6%	-
	15 DE OUTUBRO	-	-	-	-	-	-	-	-	14,3%	-
2014	ELIZA K. TOMÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	GERMANO	0,9%	-	0,8%	-	1%	-	1,1%	-	7,7%	-
	15 DE OUTUBRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais

Tabela 16 - LEVANTAMENTO DO PERCENTUAL DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/ANO: 6º ao 9º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL

Instituição		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.	Mun.	Est.
2010	ELIZA K. TOMÉ	-	29%	20%	18,2%	15,4%	6,3%	42,9%	15,5%
	GERMANO	16,4%	-	19,4%	-	20%	-	27,1%	-
2011	ELIZA K. TOMÉ	-	8,6%	-	17,4%	16,7%	5%	-	6,1%
	GERMANO	10,1%	-	15,7%	-	6,7%	-	17%	-
2012	ELIZA K. TOMÉ	-	26,1%	-	13%	-	21,6%	-	13%
	GERMANO	20,9%	-	8,5%	-	12,6%	-	4,5%	-
2013	ELIZA K. TOMÉ	-	14,8%	-	23,1%	-	18,8%	-	20,9%
	GERMANO	14,3%	-	14,3%	-	-	-	-	-
	15 DE OUTUBRO	10,3%	-	18,6%	-	4,3%	-	9,1%	-

2014	ELIZA K. TOMÉ	-	4,8%	11,1%	4,3%	28,6%	-	-	11,4%
	GERMANO	-	-	-	-	-	-	-	-
	15 DE OUTUBRO	11,1%	-	12,5%	-	7,1%	-	4,7%	-

Fonte: http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais

Tabela 17 - SITUAÇÃO E PREVISIBILIDADE DOS ESPAÇOS FÍSICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Instituições de Ensino:		Ensino Fundamental	
		Urbana	Rural
Em funcionamento		2	1
Com espaço adequado		-	-
Necessidade de construção		1	-
Em fase de construção	Recurso próprio	-	-
	Recurso do PAR	1	-
Com necessidade de reforma e ampliação		1	1
Sem autorização e credenciamento		-	-
Situação fundiária	Regularizada	2	1
	Não regularizada	-	-

A Educação Municipal preocupa-se com um currículo que valorize um paradigma da modernidade possibilitando a interdisciplinaridade, abrindo perspectivas no desenvolvimento de habilidades para entender esse novo mundo, do terceiro milênio, que agora começamos a viver. Nessa estrutura curricular deverá compor os temas transversais e estar em sintonia com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação - CNE, Conselho Estadual de Educação - CEE e Conselho Municipal de Educação - CME empregando os parâmetros curriculares nacionais e as novas concepções pedagógicas, onde um dos objetivos dos parâmetros curriculares em ação bem como da educação municipal é: compreender a cidadania com participação social e política, assim, como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repudio as injustiças, respondendo e respeitando o outro e exigindo para si o mesmo.

3 ENSINO MÉDIO 3.1. Diagnóstico

O Ensino Médio em Campos de Júlio é ofertadopela Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, criada pelo Decreto Estadual nº. 2957 de 24/10/1990. É um estabelecimento constituído de Ensino Fundamental (Ciclo de Formação Humana), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, está localizada a Rua Volmir Taborda Câmara nº 1778, Bairro Bom Jardim, no Município de Campos de Júlio – MT.

Em 1993, a escola foi elevada a categoria de Nível de 2º grau pelo Decreto nº 3264 de 23 de Julho do mesmo ano. Passou oferecer o curso de Ensino Médio Profissionalizante, o Curso Técnico em Contabilidade, autorizado pela Portaria 178/94, o qual foi reconhecido em 1996, com a extinção dos cursos técnicos pelo Estado de Mato Grosso, foi solicitado autorização para o funcionamento de novo curso de Ensino Médio Não Profissionalizante o qual foi autorizado pela Resolução 078/96, com prorrogação de autorização de funcionamento conforme Portaria 153 de 23 de março de 1999, reconhecida pela Portaria 024 de 19 de fevereiro de 2002, publicada no Diário Oficial de 10 de abril de 2002 p. 09..

O objetivo maior da Escola é proporcionar uma educação voltada para o exercício da cidadania, onde nossos alunos possam através da produção do conhecimento transformar a sociedade onde vivem, interferindo nela de forma consciente e ética, sempre que julguem necessário.

Atualmente a Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, atende alunos da zona urbana e rural, na modalidade Regular e EJA, apresentando um quadro com 367 alunos matriculados no Ensino Médio.

Observando nas tabelas abaixo, a evolução das matrículas no Ensino Médio, constata-se que a referida escola encontra-se com sua capacidade de atendimento esgotada.

Tabela 18 - TOTAL DE INSTITUIÇÕES

	ENSINO MÉDIO									
	Ensino Médio Regular						Ensino Médio EJA			Total
	Urbano			Campo	Indígena	Quilombola	Urbano		Campo	
ANO	Est.	Fed.	Priv.	Est.	Est.	Est.	Est.	Priv.	Est.	
2010	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1
2011	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1
2012	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1
2013	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1
2014	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1
2015	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 19 - NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DAS REDES DE ENSINO NO MUNICÍPIO

		2011				2012		2013			2014			2015		
NÍVEL	REDE	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA
1º ANO	Estadual		-	111		-	114		-	120		-	142	15	-	174
	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ANO	Estadual		-	54		-	71		-	82			83	14		122

	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º ANO	Estadual			36			56			69			48	14		71
	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º ANO EJA	Estadual		-	36		-	56		-	69			62	13		48
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ANO EJA	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10		36
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	-	201	-	-	241	-	-	271	-	-	287	-	-	451

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 20 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO/ABANDONO DO ENSINO MÉDIO

	ENSINO MÉDIO REGULAR								
	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	ESTADUAL - URBANA			ESTADUAL - URBANA			ESTADUAL - URBANA		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2010									
2011	78.7 %	21,3 %	-	87,0%	8,7%	4,3%	83,9%	16,1%	-
2012	69,3%	7,9%	22,8%	77,6%	10,4%	12,0%	70,9%	7,3%	21,8%
2013	57,1%	19,3%	23,6%	81,7%	8,5%	9,8%	66,1%	18,6%	15,3%
2014	58,62%	18,96%	22,42%	65,55%	26,03%	8,22%	75%	7,81%	17,18%

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, necessita de redobrada atenção para cumprir o seu papel. As metas de expansão da oferta e de melhoria da qualidade dessa modalidade de ensino devem estar associadas a diretrizes que levem à correção do fluxo de alunos na escola básica.

Com a reorganização do Ensino Fundamental em Ciclos, com a introdução do Ciclo Básico de Aprendizagem (CBA), que se constituiu numa importante iniciativa para o enfrentamento dos problemas de evasão e repetência, eliminando a reprovação no primeiro ano de escolaridade, contribuindo assim para a permanência das crianças em idade escolar no sistema de ensino e na continuidade do processo de alfabetização. Dando sequência a esse processo, a Seduc, em 1999, propõe a implantação dos Ciclos de Formação em todo o ensino fundamental, para que os alunos ao concluírem o CBA, continuassem seus estudos no mesmo ritmo da proposta do Ciclo Básico de Alfabetização. A maturação e aprofundamento desse processo ganham corpo nas atuais Orientações Curriculares, que pretendem instalar no cotidiano da escola, as discussões fundamentais ao aprimoramento da organização escolar baseada em Ciclos de Formação Humana, em toda a rede estadual de ensino.

Um fator relevante a ser considerado é a preparação do jovem para o ingresso no mercado de trabalho, e também não deve ser esquecida a preparação para níveis mais elevados de ensino, conforme prevê o artigo 22 da LDB 9394/96.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 4.1. Diagnóstico

Passados dez anos desde aprovação e desenvolvimento do PME em Campos de Júlio, foi possível perceber as grandes transformações que houve com relação à Educação de Jovens e Adultos. Atualmente, ela é ofertada da alfabetização ao ensino médio. Um grande avanço rumo a alcançar os objetivos do plano que diz que educar é preparar o cidadão para estar pronto para os desafios do mundo moderno e suas ferramentas tecnológicas.

A educação de adultos torna-se mais que um direito; é a chave para o século XXI, é tanto conseqüência do exercício da cidadania, como condição para uma plena participação da sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável da Democracia, da justiça da igualdade entre sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz baseado na justiça. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO SOBRE O EJA, 1997)

Contemplada na Constituição Federal (Art. 208) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 (Art. 4º), a Educação de Jovens e Adultos é um direito subjetivo que se situa acima de qualquer conveniência externa, seja ela Nacional, Estadual ou Municipal.

Em Mato Grosso o Conselho Estadual de Educação fixou normas para a oferta da Educação de Jovens e Adultos através da Resolução 180/2000, hoje atualizada pela Resolução Normativa Nº 005/2011-CEE/MT.

Os cursos de Educação de Jovens e Adultos podem ser organizados sob as formas: presencial e a distância, habilitando os estudantes ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Os cursos em questão poderão ser organizados conforme o previsto na Resolução Nº. 005/2011-CEE/MT, sob as formas:

Presencial: A carga horária mínima de 50% (cinquenta por cento) para mediação presencial dos conhecimentos, conteúdos e experiências significativas, e 50% (cinquenta por cento) para execução de atividades pedagógicas, realizadas sob orientação docente, em outros tempos e espaços, que não em sala de aula, complementando o total da carga horária exigida para o curso;

À Distância: A oferta da Educação de Jovens e Adultos será desenvolvida por meio da Educação a Distância será organizada somente a partir do segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio, na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino- aprendizagem ocorrerá com a utilização dos meios de tecnologias de informação e comunicação TICs, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

Em Campos de Júlio, em um primeiro momento, para atender a alfabetização de Jovens e Adultos foi instituído o PROJETO ALFA, logo na sequência o Projeto ACELERAÇÃO e, atualmente, desenvolve-se a EJA Educação de Jovens e Adultos nos segmentos de alfabetização primeiro segmento nas

escolas municipais: Germano Lazaretti e Eliza K. Tomé e o segundo segmento Ensino Fundamental e Ensino Médio na Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti.

Em tese, na construção deste novo PME, este mecanismo de alfabetização diferenciado, centrado na mudança de visões de mundo e em busca da cidadania, ganhará muito mais forças, e engajamento por parte das entidades governamentais e empresariais, tendo em vista a necessidade desta oferta e as exigências do mundo globalizado e da disputa no mercado de trabalho.

No que se refere à oferta dessa modalidade de ensino, o quadro abaixo representa o percentual de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas com a idade de quinze (15) ou mais, como segue:

Tabela 21 - TAXA DE ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT

	2010		2011		2012		2013		2014	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Alfabetizadas	3.402	95,03%	4.315	97,89%	4.256	97,50%	4.384	97,53%	3.993	96,94%
Não Alfab.	179	4,97%	93	2,11%	169	2,5%	111	2,47%	126	3,06%
População 15 anos ou +	3.581	100%	4.408	100%	4.365	100%	4.495	100%	4.119	100%

Fonte: IBGE e Datasus

De acordo com os índices, nota-se que o atendimento a essa população vem se ampliando com o passar dos anos.

Nesse sentido, a EJA tem uma base pedagógica dialética, tendo como eixo norteador a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o cumprimento das determinações da Constituição Federal, LDB 9394/96, Parecer Nº. 11/2000 CNE/CEB, Resolução Nº 03/2010 CNE/CEB e Resolução Nº. 005/2011-CEE/MT. Que compreende a EJA como direito público e subjetivo dos cidadãos. A seguir a evolução das matrículas nesta modalidade de ensino no município de Campos de Júlio,

Tabela 22 - LEVANTAMENTO DE MATRÍCULA: EJA DO ENSINO FUNDAMENTAL

		2011			2012			2013			2014		
NÍVEL	REDE	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA
I SEGMENTO 1º ANO	Municipal	03	25	05	03	22	12	03	12	12	3	18	11
	Estadual	-	-	-		-		-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	03	25	05	03	22	12	03	12	12	03	18	11
I SEGMENTO 2º ANO	Municipal		-	14	-	-	11	-	11	11	-	07	09
	Estadual	-	-	-	-	-	-		-			-	
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total			14	-	-	11						
	TOTAL	03	25	19	03	22	23	03	23	23	03	25	20
II SEGMENTO 1º ANO	Municipal	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	07	-	36	07	-	35	07	-	33	14	21	34
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	36	07	-	35	-	-	-	-	21	34
II SEGMENTO 2º ANO	Municipal	-	-	-	-								
	Estadual	-	-	62	-	-	63	-	-	42	14	15	68
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	62	-	-	63	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	07	-	98	-	-	98	07		75		15	102
	TOTAL GERAL	10	25	117	10	22	121	10	23	98	31	61	122

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 23 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR:

1º ANO – 1º SEGMENTO/EJA - MUNICIPAL

	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2011	-	-	-	100%	-	-	100%	-	-
2012	-	-	-	58,33%	-	41,67%	100%	-	-
2013	-	-	-	66,67%	-	33,33%	100%	-	-
2014	-	-	-	72,72	-	27.28%	100%	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

2º ANO – 1º SEGMENTO/EJA - MUNICIPAL

Ano	Estadual			Municipal					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2011	*	*	*	57,14%	*	42,86%	*	*	*
2012	*	*	*	72,72%	*	27,28%	*	*	*
2013	*	*	*	63,64%	18,18%	18,18%	100%	*	*
2014	*	*	*	88,89%	11,11%	*	100%	*	*

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

1º ANO – 2º SEGMENTO/EJA – ESTADUAL

Ano	Estadual			Estadual					
	URBANA						RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2011	0,56%	36,11%	3,33%	-	-	-	-	-	-
2012	2,86%	0%	48,57%	-	-	-	-	-	-
2013	39,39%	54,54%	0%	-	-	-	-	-	-
2014	29,41	67,65	-	-	-	-	61,90%	33,33%	4,77%

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

2º ANO – 2º SEGMENTO/EJA- ESTADUAL

Ano	Estadual			Estadual					
	URBANA			URBANA			RURAL		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2011	35,49%	24,19%	40,32	-	-	-	-	-	-
2012	31,75%	42,86%	20,63%	-	-	-	-	-	-
2013	28,57%	66,67%	0%	-	-	-	-	-	-
2014	26,09	66,66%	0%	-	-	-	42,86%	50%	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Tabela 24 - MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO – EJA

		2011			2012			2013			2014			2015		
NÍVEL	REDE	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº MATRIC. NO CAMPO	Nº MATRIC. ZONA URBANA
1º ANO	Estadual	12	-	35	12	-	54	12	-	53	12	-	42	12	-	45
	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	12		35	12		54	12		53	12	-	42	12		45
2º ANO	Estadual	12	-	41	12	-	33	12	-	47	12		38	12		32
	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	12		41	12	-	33	12	-	47	12	-	38	12	-	32
3º ANO* (3ª Fase)	Estadual	12		24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	12	-	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL GERAL	36	-	100	24	-	87	24	-	100	24	-	80	24	-	87

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Nota: Até o ano de 2011, a EJA regida pela Resolução nº 180/2000-CEE/MT e o segmento do Ensino Médio era dividido em 3 Fases. Em 28/12/2011 é aprovada a Resolução nº 005/2011-CEE/MT que organiza a EJA em 1º e 2º Ano.

Tabela 25 - LEVANTAMENTO DA TAXA DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO/ABANDONO - EJA/ ENSINO MÉDIO

	ENSINO MÉDIO REGULAR								
	1º ANO			2º ANO			3º ANO		
	ESTADUAL - URBANA			ESTADUAL - URBANA			ESTADUAL - URBANA		
	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.
2011	17,14%	82,86	-	56,10%	43,90%		66.67%	33,33%	
2012	46,30%	53,70	-	72,73%	6,06%	21,21%	-	-	
2013	18,87%	58,49%	5,66%	65,96%	34,04%	-	-	-	
2014	21,43%	78,57%	-	55,26%	44,74%	-	-	-	

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Conforme demonstram as tabelas acima verificamos um elevado número de abandono e em reprovação, principalmente no 2º Segmento da EJA Ensino Fundamental e Médio, necessitando de um melhor acompanhamento e dedicação para esta modalidade de ensino, pois requer professores que com ela se identifiquem.

A necessidade do contínuo desenvolvimento de habilidades e competências para enfrentar as transformações do mundo globalizado alteraram a concepção tradicional da Educação de Jovens e Adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve–se cada vez mais, iniciando-se pela alfabetização e inserindo a população no exercício pleno da cidadania, melhorando sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a Educação de Jovens e Adultos deve compreender, no mínimo, a oferta de uma formação equivalente Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) de Qualidade.

5 EDUCAÇÃO ESPECIAL 5.1. Diagnóstico

A Constituição Federal no seu (art. 208, inciso III), estabelece o direito à educação na rede pública para as pessoas com necessidades especiais. Atualmente convivemos com a integração total dessas pessoas em todas as áreas da sociedade.

O Brasil não possui uma estatística completa sobre o número de pessoas com necessidades especiais e nem sobre o atendimento. A eliminação das barreiras arquitetônicas nas escolas é uma condição importante para a integração dessas pessoas no ensino regular, constituindo uma meta necessária na década da educação. Outra preocupação que temos é a elaboração do material didático-pedagógico adequado, conforme as necessidades específicas dos alunos, pois hoje, o que ocorre é a inexistência, insuficiência, inadequação e precariedade que podem ser constatadas em muitos centros de atendimento a essa clientela.

Todos os professores da rede devem ser capacitados para dominarem conhecimentos importantes da educação de alunos especiais o que facilitaria a integração, sempre que possível, que as crianças, jovens e adultos especiais sejam atendidas em escolas regulares. A preparação do corpo técnico e administrativo das escolas também é muito importante, pois a integração acontece no chão da escola, portanto, todos os segmentos devem participar.

A Organização Mundial de Saúde estima que 10% da população possui necessidades especiais como: visuais, físicas, múltiplas, distúrbio de conduta e também superdotação ou altas habilidades. Se isso valer também para o nosso país, temos perto de 15 milhões de brasileiros com necessidades especiais. As matrículas nos estabelecimentos escolares são tão insignificantes que não permitem qualquer confronto com aquele contingente.

Os dados de 1998 estabelecem uma classificação em que 62% do atendimento, estão localizados em escolas especializadas, o que reflete à necessidade de um compromisso maior da escola comum com o atendimento do aluno especial. Atualmente as tendências dos sistemas são: a integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino e, se isto não for possível, em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes escolares especializadas; a ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do atendimento específico; melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental para a clientela; expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normas.

Embora em Campos de Júlio, as matrículas cresceram significativamente, pois diversas ações, vem sendo realizadas concomitantemente como, por exemplo: sensibilizar e conscientizar a comunidade e outros alunos para a integração/inclusão. A escola, deve flexibilizar o currículo e trabalhar na qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos profissionais para atender as salas de recursos multifuncionais e APAE.

A importância da produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, a acessibilidade das escolas e a adaptação dos transportes escolares deverá facilitar para que os alunos especiais possam nela transitar. Abaixo segue o atendimento realizado pelo município a esta modalidade.

Tabela 26 - ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Anos	Total		Municipal		Estadual		Privada	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2010	106	-	106	-	-	-	-	-
2011	104	-	104	-	-	-	-	-
2012	63	-	56	-	07	-	-	-
2013	55	-	41	-	14	-	-	-
2014	74	-	47	-	27	-	-	-

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

As pessoas com deficiências: física, sensorial, mental e múltipla, quer de características como altas habilidades/superdotação, tem a favor deles a Educação Especial para facilitar a sua integração/inclusão e sua aprendizagem.

Apesar de ser uma diretriz constitucional (art. 208, inciso III) a mais de uma década, a integração das pessoas com necessidades especiais ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar que é de todas as crianças, jovens e adultos com a avaliação de suas condições pessoais. O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizador para uma perfeita integração. Uma escola integradora, inclusiva e aberta à diversidade dos alunos, no que se refere à participação da comunidade é um fator essencial.

A educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovido sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. Uma medida importante é a garantia de vagas no ensino regular aos diversos graus e tipos de deficiência. O município em parceria com o Estado e União são responsáveis, pelo planejamento e direcionamento da expansão do atendimento, visto que as desigualdades regionais na oferta educacional atestam uma enorme disparidade nas possibilidades de acesso à escola por parte dessa população especial. Por isso, priorizarão o apoio urgente e necessário onde forem verificadas as maiores demandas para a universalização do atendimento.

As questões do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores da educação, saúde e assistência social é fundamental e potencializa a ação de cada um deles. Com essa articulação se evita a duplicação de recursos desde a fase de diagnóstico de déficits sensoriais até as terapias específicas.

Uma das prioridades do PME é a formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares do ensino fundamental, médio e superior como também, em instituições especializadas e outras. As salas de recursos multifuncionais, situadas em escolas regulares, precisam contar com professores especializados e materiais pedagógicos adequados.

O aluno especial é amparado por lei sua frequência em escola regular, portanto, os recursos devem estar previstos no ensino fundamental, para promover a ampliação do atendimento com qualidade.

A partir do ano de 2006, foi implantado um projeto Sala de Recursos na Escola Municipal “Germano Lazaretti”, onde os alunos são atendidos de acordo com a deficiência apresentada de forma integrada com professores da sala regular e demais profissionais da escola, pois anteriormente os alunos eram somente atendidos nas salas regulares e alguns alunos são atendidos pela APAE.

Sugerimos que durante a vigência deste plano, as demais instituições presentes no município sejam contempladas com salas de recursos e atendimento inclusivo aos portadores de necessidades especiais.

Sugerimos também, que sejam ofertadas formações continuadas aos profissionais da educação.

6 EDUCAÇÃO NO CAMPO 6.1. Diagnóstico

Conforme a Constituição de 1988, a educação é proclamada como um direito de todos os brasileiros (art. 205 CF), independentemente de sua residência. A partir da instituição das diretrizes operacionais da Educação Básica do campo através da Resolução de CNE-CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, e a Resolução 126/CEE/MT/ 2003, no parágrafo único do artigo 4º:

A universalização incluirá a educação infantil e o ensino fundamental e médio inclusive para os que a eles não tiveram acesso na idade própria, cabendo, em especial, ao Estado, garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio e a educação profissional de nível técnico.

A educação do campo foi conceituada como sendo o exercício da cultura, das práticas sociais, que buscam construir uma educação de qualidade resultante de políticas que valorizem o povo do e no campo, respeitando sua sabedoria e reconhecendo-o como “guardião da terra” vinculado a um processo de nação.

Uma Política Pública de Educação do Campo deve respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relações vividas, e ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui como um espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como o lugar do atraso, da não-cultura. O campo é acima de tudo um espaço de cultura.

A educação do campo produz cultura a partir das especificidades do campo, mas sem perder de vista a sua inter-relação com o que a cidade produz. Essa ideia confronta a lógica distorcida colocada por uma concepção de campo subjugada à lógica urbana e restituidora do sentido do campo como espaço vivido. Nesse sentido, é importante buscar visualizar a real situação estatal no que tange à educação do campo em nível de demanda, abandono escolar, evasão e repetência, para que se possa traçar uma política coerente à realidade externada. Na tabela que segue, apresenta-se uma amostra da evolução de matrícula da Rede Municipal Rural do Município de Campos de Júlio.

Tabela 27 - EVOLUÇÃO DE MATRÍCULA – CAMPO

	EDUCAÇÃO INFANTIL			
	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014
APROVADOS	11	06	06	15
TRANSFERIDOS	00	01	02	6
MATRÍCULA INICIAL	11	07	08	21
TOTAL:	11	07	08	21

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

ENSINO FUNDAMENTAL				
ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	
APROVADOS	58	64	77	76
TRANSFERIDOS	01	06	08	26
REPROVADOS	00	02	01	00
MATRÍCULA INICIAL	59	72	86	102
TOTAL	59	72	86	102

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

EJA – Educação de Jovens e Adultos			
ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	
APROVADOS	16	25	14
TRANSFERIDOS	00	00	00
DESISTENTES	10	00	05
REPROVADOS	00	00	03
MATRÍCULA INICIAL	26	25	25
TOTAL	26	25	25

Fonte: Censo Escolar e Banco de Dados Escolar

Evolução da Matrícula da Rede Municipal, na Zona Rural do Município de Campos de Júlio – Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos 2011, 2012, 2013 e 2014, e Educação de Jovens e Adultos Anos 2012/2013/2014. (Fonte: Ata de Matrículas - EMEF “Eliza K. Tomé”).

Partindo de pressupostos históricos, nosso país perpassa por intensos fluxos migratórios externos e internos. Da mesma forma, o Município de Campos de Júlio não foge às características desse processo, uma vez que é um Município essencialmente agrícola. Simultaneamente ao processo de colonização existiam comunidades tradicionais, assentados e pequenos agricultores. Nesse contexto, percebemos também historicamente o fluxo migratório campo-campo, cidade-campo e campo-cidade, muitas vezes caracterizado pela falta de uma política educacional específica de educação voltada para a realidade do campo.

Para implementar políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dos povos do campo, os sujeitos devem estar atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversa entre estes povos. Essa heterogeneidade possui duas implicações: a primeira é que não pode se construir uma política de

educação idêntica para todos os povos do campo; a segunda, por ser heterogênea, deve ser articulada às políticas nacionais e estas, devem-se articular às demandas e às especificidades de cada região, ou de cada espaço ou território que se diferencie dos demais.

Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Realiza-se na organização das comunidades e dos seus territórios, que se distanciam de uma lógica meramente produtivista da terra e do seu próprio trabalho. O princípio da identidade e da localidade passa pela concepção de que construir educação do campo significa também construir uma escola do campo. Enquanto direito, a escola precisa estar onde os sujeitos estão. Por isso, a escola tem de ser construída e organizada no campo. O fato de estar no campo também interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos.

Visando atender ao princípio da formação dos sujeitos, a Educação do Campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças, gêneros e etnias diferenciadas. Portanto, os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente. O currículo não pode deixar ausentes as discussões sobre os direitos humanos, as questões de raça, gênero, etnia, a produção de sementes, o patenteamento das matrizes tecnológicas e das inovações na agricultura, a justiça social e a paz.

A organização escolar própria inclui, ainda, adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e das condições climáticas, conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, não esquecendo, de se adequar à natureza do trabalho da zona rural.

A Educação do Campo somente deixará de ser fator que contribui para o fenômeno migratório, quando estiver estruturada e organizada para oferecer um ensino de qualidade, capaz de um “diálogo cultural” com seus alunos e a comunidade de referência; quando puder capacitá-los a interpretar as suas realidades materiais e culturais e sobre elas agir com autonomia e criatividade, com respeito aos seus saberes e fazeres.

7 EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA 7.1. Diagnóstico

De acordo com a Lei Federal nº 10.639/03, aprovada em março de 2003, na qual torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Considerando **LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, c**uja lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

Todavia a escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é, se molda de acordo com sua sociedade. O Brasil, formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas, não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. Por isso, ter como meta a efetiva realização das prerrogativas dessa Lei é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

8 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA 8.1. Diagnóstico

O Art. 39 e o Parágrafo Único da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – nº 9.394/96 estabelece que a educação profissional deve ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, a mesma conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, assim como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. A mesma lei diz que a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

O Decreto presidencial 5.154/04 apresenta três formas de oferta na educação profissional: a formação inicial e continuada de trabalhadores, que é de livre oferta e independente do nível de escolaridade. A Educação Profissional Técnica de nível médio**,** oferecida por instituições credenciadas e autorizadas para tal, para alunos matriculados e/ou egressos do ensino médio, como também do ensino superior e é regulamentada em nível federal, especialmente pela Resolução CNE/CEB 04/99 e pelo Parecer CNE/CEB 16/99; e a Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação oferecida por instituições credenciadas e autorizadas para tal, para alunos egressos do ensino médio, como também matriculados e/ou egressos do ensino superior, regulamentada pela Resolução CNE/CP 03/2002.

No Estado de Mato Grosso essa modalidade está regulamentada pela Resolução nº169/06. E, ela acata o entendimento do Ministério de Educação que a Educação Profissional reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica.

O mundo do trabalho vai se modificando, exigindo também um novo perfil do trabalhador. Tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação oral e escrita são habilidades requeridas no mercado de trabalho real, que remete a conteúdos sócio históricos, científicos e tecnológicos. Portanto, a Educação Profissional e Tecnológica, articulada com a Educação Básica, deve garantir uma formação voltada para a construção do cidadão-trabalhador crítico, político e com condições de intervir na sua realidade e transformá-la. Para isso, é fundamental superar a mera compreensão de que a Educação Profissional e Tecnológica treina para a empregabilidade, ou simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais.

Nesse sentido, os marcos legais (LDB 9394/96 e Decreto nº 5.154/04) garantem alternativas de oferta de Educação Profissional e Tecnológica, enfatizando o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia como princípios fundamentais da organização curricular. E, embora não se tenha registro da demanda, é apontado, como traduz o quadro a seguir, que o Estado de Mato Grosso conta com 23 instituições ofertando cursos de Nível Técnico e 14 instituições ofertando cursos de Nível Tecnológico. Atualmente não existem registros sistematizados quanto a oferta de Educação Profissional Inicial e Continuada.

No Estado de Mato Grosso, apresenta-se uma grande demanda de jovens, sem oportunidades de trabalho e de formação profissional. A esta realidade soma-se a situação de um Estado continental, cuja população se dispersa, contando com restritas possibilidades de inserção nas universidades públicas. Nesse contexto, urge uma política de Educação Profissional e Tecnológica que resgate o trabalho e as relações por meio dele engendradas como princípio educativo, de modo a expandir o atendimento dessa demanda.

As Diretrizes Políticas de Educação Profissional e Tecnológica requerem em suas linhas de ação a expansão do atendimento da demanda, a reestruturação curricular, a formação continuada dos profissionais da educação, a valorização profissional, a melhoria das condições materiais dos estabelecimentos de ensino e a ampliação da capacidade de investimentos financeiros.

O desafio se constitui, portanto, em romper com modelos de políticas que privilegiem apenas parte da demanda, mas, na possibilidade de garantir aos cidadãos o acesso à Educação Profissional e Tecnológica enquanto democratização da oferta e da qualidade social.

É necessário construir novas práticas concebidas a partir de uma reflexão da realidade: trabalho-necessidade (venda da força de trabalho), com vistas à surgirem manifestações de trabalho-liberdade. Isso exige políticas e diretrizes que tenham como princípios o enfrentamento das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico ea articulação à Educação Básica.

A oferta deverá se dar por meio de cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, respeitando um itinerário de formação, de modo a avançar no sentido de superar a constituição de parte da classe trabalhadora altamente qualificada e a maioria com formação compensatória. Portanto, entende-se que a Educação Profissional e Tecnológica deve ser parte do processo de formação integral dos trabalhadores.

9 EDUCAÇÃO AMBIENTAL 9.1. Diagnóstico

A preocupação com a dimensão ambiental é uma constatação notória. Inúmeras experiências mundiais revelam que a Educação Ambiental (EA) é uma das táticas mais revolucionárias para sensibilizar as pessoas e promover a práxis de transformação aos modelos insustentáveis de consumo.

No Brasil, conforme orientação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99) e do Programa Nacional de Educação Ambiental, o cenário é rico em ações relacionadas às questões sociais e ambientais. Nesse contexto, os Estados se organizam em redes e comissões colegiadas, traçando diretrizes, metas e proposições. O Estado de Mato Grosso não se esquiva desse compromisso, possui leis, programas e projetos em parcerias, redes, comissões e coletivos de educadores, que formam uma grande comunidade de aprendizagem nos setores escolarizados, além de fortalecer a educação popular. A análise documental de relatórios entregues pelas 27 secretarias de educação de cada Estado brasileiro, organizada pelo Ministério da Educação (MEC), em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revela que a inclusão da EA acompanha a evolução do número de escolas do ensino fundamental, e ainda aponta um aumento na sua promoção, que saiu de aproximadamente 72% no ano de 2001 para 95% em 2005. No Estado de Mato Grosso, esse número sobe de 57% para 94%, em sintonia com o cenário nacional.

No ano de 2004, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), encaminhou um denso questionário às escolas públicas urbanas, indígenas e rurais, com o objetivo de lançar um olhar mais crítico à práxis educativa em EA, além de promover encontros e conhecimento empírico das realidades escolares.

As escolas mato-grossenses demonstram que a temática ambiental compreende uma polissemia de sentidos e interpretações. O diagnóstico revela que 50% das professoras e professores consideram o ambiente como um lugar para se viver, cuja territorialidade deve ser protegida e cuidadosamente valorizada. Outros 18% mantêm a percepção da instrumentalização e consideram que a EA é uma mera ferramenta para solucionar os dilemas ambientais com: as queimadas, a monocultura ou a perda da biodiversidade. Em contraposição a esse olhar, 16% buscam a construção de sociedades sustentáveis, inscritos nos desejos da participação democrática, da inclusão social e da proteção ambiental como fatores conjugados dos processos educativos.

As dificuldades para inclusão da EA nas escolas são sublinhadas principalmente pela ausência de materiais pedagógicos. Um segundo problema concentra-se na escassez de processos formativos, iniciais e continuados para os professores. Isso acarreta diversos outros problemas como: inabilidade em se trabalhar em grupo ou formar parcerias; redimensionar o currículo às temáticas transversais; compreender os conceitos subjacentes ao campo da EA; fomentar participação comunitária nos projetos da escola; e a enorme dificuldade em se avaliar a aprendizagem no âmbito da EA. Outros aspectos são apontados como obstáculos à EA como a ausência de recursos e infraestrutura escolar precária.

A análise das temáticas abordadas nas escolas teve como fundamento a Agenda 21. O resultado da pesquisa nas escolas de Mato Grosso demonstra que a Agenda Verde lidera as respostas, ao apresentar vivências relacionadas com a proteção da biodiversidade, preocupações com a queimada, com a integridade ecossistêmica, cuidados com as matas ciliares ou a preocupação com as indústrias madeireiras e a monocultura. Contrariando o diagnóstico nacional, que trabalha excessivamente com atividades relacionadas ao saneamento, lixo ou esgoto (Agenda Marrom), a pesquisa evidencia uma notória percepção dos danos ambientais que ocorrem no nosso Estado. Isso demonstra a sensibilização da comunidade escolar, ao não segregar a qualidade de vida dos aspectos naturais (Agenda Verde). Cuidados com a comunidade do entorno escolar e valorização da cultura através de mitos ou expressões artísticas revelam o compromisso da Agenda Social, que está intrinsecamente relacionada com a dimensão ambiental.

Os resultados da pesquisa mencionada demonstram também a preocupação e cuidado com os componentes da Agenda Azul: a água, as nascentes, rios e olhos d'água, numa das regiões hidrográficas mais ricas do planeta e que possuem as bacias do Alto Paraguai, Platina e Amazônica, pertencentes aos ecossistemas mato-grossenses, Amazônia, Cerrado e Pantanal, paisagens com intrincadas tessituras de ligação, nesse sentido, 6% das temáticas carregam proposições de fortalecimento da legislação, busca de energia alternativa ou construção da educomunicação como uma nova tática que consagra a formação e a informação em movimentos circulares de transmissão e recepção.

Embora, a maioria das pesquisas indique que os sujeitos envolvidos nas atividades da EA são de coletivos de professores e estudantes, muitas vezes com o envolvimento de toda a escola, inclusive com a comunidade do entorno, a aula expositiva é a estratégia mais utilizada e o livro didático é o recurso mais adotado.

É importante considerar a inserção da dimensão ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP para fortalecê-lo da EA. E o fortalecimento da EA, como Programa de Políticas Públicas, direcionará a consolidação da função social da educação, que converge para o compromisso com a transformação social e a responsabilidade ecológica.

Em Campos de Júlio, a preocupação com o meio ambiente não é recente, temos registro da ocorrência de vários cursos ofertados pela SEMA e nas escolas é um tema que sempre está sendo abordado, mas há pouco tempo que se está sendo regulamentado o Código Ambiental do Município e a Educação Ambiental também passou a ser melhor trabalhada.

As metas e estratégias aqui propostos estão em consonância com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, legitimado pela sociedade civil durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como Eco92, conforme orientação da Lei 9795/99.

10 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 10.1. Diagnóstico

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, através de sua Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em 2002, estabeleceu convênio com o MEC e buscou o PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício, o qual manteve 09 professores cursistas e ainda a tutora. Além disso, as despesas de alimentação durante as fases presenciais com a tutora e cursistas para reuniões em Cáceres/MT. É valido lembrar que este curso formou em nível de Ensino Médio 09 (nove) profissionais que hoje, atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

CEAD – UNEMAT em 2005 através do convênio da Prefeitura e a Unemat instalou-se o Curso de Pedagogia do Cead – Coordenadoria de Educação a Distância Aberta a Distância, o curso iniciou com 20 cursistas e terminou em 2009 com 17, o município custeava as despesas com a orientadora, a mensalidade dos cursistas de alimentação, transporte e estadia dos alunos durante a fase presencial. Neste curso as reuniões aconteciam uma vez por semana para tirar duvidas e os cursistas em casa preparavam os trabalhos e acompanhavam os conteúdos pelas apostilas, trimestralmente aconteciam os encontros nos polos onde eram apresentados os trabalhos de conclusão das disciplinas e o encontro com o professor especialista.

11 ENSINO SUPERIOR 11. 1. Diagnóstico

O município de Campos de Júlio vem buscando gradualmente estabelecer uma política de planejamento que promova a implantação e desenvolvimento de metas educacionais, tendo parcerias com Institutos de Ensino Superior (IES) público e privada, para a fundamentação, procurando atender a demanda gerada no município. Melhorar a oferta sobre a procura é uma prioridade que requer uma visão ampla sobre o crescimento conjugado de fatores socioeconômicos demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, além da melhoria do ensino médio onde se prevê um aumento significativo da demanda por ensino superior.

As parcerias da Secretaria Municipal de Educação com as IES públicas e privadas para que a oferta aconteça no município é um fator primordial para a base financeira orçamentária, visto que sempre a maior parcela financeira recai sobre o município.

Viabilizar o acesso ao Ensino Superior no âmbito do município é agregar valores e conceitos sociais ao gerar oportunidades para todos os níveis sócios econômicos tornando possível uma realidade condizente com o mercado de trabalho e uma melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

O ensino superior não deve ser um privilégio de poucos, mas sim, um direito humano-social de todos. Por isso teremos que criar uma política de relacionamento com a Universidade Federal, Estadual e com instituições Privadas de Ensino Superior e com a comunidade, a fim de oferecermos educação superior aos nossos munícipes.

Ao ensino superior está reservado o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, e também preparar seus professores. De maneira que, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de ensino superior havendo não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

A preocupação com a formação em nível superior sempre esteve presente, e consciente na visão de capacitação e profissionalização social e educativa dos munícipes, mesmo antes de se estabelecer programas específicos já se buscava essa formação, uns em iniciativas isoladas, outros apoiados pela prefeitura com transportes para o deslocamento de acadêmicos para Sapezal-MT e Vilhena-RO. Cursos de graduação e pós-graduação lato sensu foram priorizados nas áreas da educação com o objetivo de atender a demanda dos profissionais da educação em sua formação continuada. Na área social firmaram-se convênios com o curso de graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT sob a forma presencial/modular.

Com uma preocupação constante com a formação profissional superior e as demandas visíveis no município, a Secretaria Municipal de Educação procura firmar parcerias com IES públicas e privadas com o intuito de viabilizar gradativamente, o Ensino Superior em Campos de Júlio. Com um conceito de continuidade da Educação Básica e a formação social, econômica e cultural oportunizada dentro das limitações o acesso a formação em nível superior.

Hoje, Campos de Júlio conta com um Polo presencial da UNEMAT ativo com graduação e a possibilidade de novos cursos presenciais, o Polo presencial da UNOPAR com cursos de pós-graduação Lato Sensu e com cursos de graduação em vários segmentos.

Tabela 28 - DEMANDA ATENDIDA E NÃO ATENDIDA DE ENSINO SUPERIOR

Ensino Superior	Demanda Existente	Demanda Atendida	Porcentagem Atendida	Demanda Não atendida	Porcentagem não atendida
Campos de Júlio	548	70	15%	478	85%

Censo 2010	Ens. M. In.	Ens. M. C.	Superior	Atendidos	Demanda
5.154 hab.	706 hab.	861 hab.	275 hab.	5,34% AP.	30,45% AP.

Fonte: Base IBGE/Censo 2010

Levando-se em consideração o diagnóstico da educação superior no município e os objetivos e metas do PNE e PEE, devemos estabelecer uma política de articulação da presença do ensino, pesquisa e extensão universitária no Município com as ações e estratégias de desenvolvimento instituindo recursos na oferta de cursos em parceria com instituições federal, estaduais e privadas.

12 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 12.1. Diagnóstico

O Plano Nacional de Educação tem como um dos objetivos centrais de seu desenvolvimento, a melhoria da qualidade de ensino, que é tema de debates e reivindicações de toda sociedade civil e organizada e elemento de preocupação dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Mas esse objetivo só se alcançará, se for promovido concomitantemente à valorização dos Profissionais da Educação.

Essa qualidade de ensino na formação e construção de cidadão se efetiva, à medida que as questões como a formação profissional inicial nas condições de trabalho, salário e carreira e a formação continuada forem consideradas simultaneamente, como condições básicas para promoção da mesma. Estabelecer condições para o desenvolvimento da profissionalização da educação constitui-se questão fundamental para uma política educacional comprometida com a organização de projetos pedagógicos que atendam às dimensões econômicas e sociais que marcam a sociedade atual. Um dos pontos importantes para que isso aconteça é o reconhecimento efetivo da atividade docente como trabalho intelectual, cuja natureza exige formação permanente, com remuneração e condições de trabalho condizente ao desempenho profissional.

De modo que, a formação do educador aliada às condições de trabalho a ele oferecido, o tempo para estudo, pesquisa e preparação de suas aulas, deve possibilitar a criação de métodos de aprendizagem que relacione teoria e prática, ação e reflexão, para que cada educador possa constituir-se em competente organizador de situações de aprendizagem onde exerça o papel de cúmplice, que interrogue, oriente, esclareça, mas não substitui o aluno na apropriação dos conhecimentos e na elaboração de concepções.

A sociedade exige mudanças da escola tradicional para escolas com equipamentos e profissionais melhores qualificados e em constante processo de formação para o atendimento de todos os níveis e modalidades de ensino.

Com uma população de acordo com os dados do IBGE[4] é de 5.969 habitantes, o município de Campos de Júlio conta com um total de 113 professores atuando na rede de ensino municipal, tomando por base todas as modalidades de ensino.

Tabela 29 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Etapa	Rede de Ensino	QUANTIDADE DE PROFESSORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE							Total
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio c/ Magistério	Graduação	Pós-Graduação/ Especialização	Mestrado	Doutorado	
Educação Infantil 0 a 3 anos	Municipal	-	-	-	-	33	-	-	33
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Infantil 4 e 5 anos	Municipal	-	-	-	-	13	-	-	13
	Estadual	-	-	-	-	-	--	-	-
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	46	-	-	46

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 30 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EM SALA DE AULA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL/ADI

Etapa	**Rede de ensino**	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DE APOIO EM SALA DE AULA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE						
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio c/ Magistério	Graduação	Pós-graduação/ Especialização	Mestrado	Doutorado
Educação Infantil 0 a 3 anos	Municipal	-	09	01	05	10	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-
Educação Infantil 4 e 5 anos	Municipal	-	01	-	-	01	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	**10**	**01**	**05**	**11**	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 31 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: ENSINO FUNDAMENTAL

Etapa	Rede de ensino	Ensino Médio	Ensino Médio c/ Magistério	Graduação	Pós-graduação/ Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL
Anos Iniciais	Municipal	-	01	05	48	01	-	55
	Estadual	-	-	-	06	01	-	07
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-
Anos Finais	Municipal	-	-	-	33	01	-	34
	Estadual	-	-	-	16	01	-	17
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-
		-	01	05	103	04	-	113

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 32 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENSINO MÉDIO

Etapa	Rede de ensino	Ensino Médio	Ensino Médio c/ Magistério	Graduação	Pós-graduação/ Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL
Ensino Médio Regular	Estadual	-	-	02	21	01	-	24
	Federal	-	-	-	-	-	-	-
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio EJA	Estadual	-	-	02	10			12
	Federal	-	-	-	-	-	-	-
	Priv./ Filan.	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	04	31	01	-	36

Fonte: Banco de Dados Escolar

Tabela 33 - A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO OCORRE

Instituições	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
Eleição Direta	5	1	-
Indicação/ cargo comissionado	-	-	-
Outros:	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O município aplica 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração do pessoal do magistério em efetivo exercício nos níveis infantil e fundamental, Profissionais nomeados através de concurso público e enquadrados no Plano de Carreira do Magistério Público.

A superação dos obstáculos financeiros voltados à formação e valorização dos Profissionais da Educação, e também, à melhoria das condições de trabalho e salário condizente com as necessidades do trabalho e com a modernização da escola, implica entre outras questões, criar parcerias entre governo federal, estadual e municipal, em regime de colaboração para superar o imediatismo das ações políticas tendo por princípio maior, a destinação de recursos financeiros para a educação.

A valorização e formação dos profissionais da educação básica devem ser prioridade com ações voltada às novas bases sócio histórico do contexto mundial, gestor de novos paradigmas do conhecimento e de novas exigências para o desempenho da educação escolar.

A implementação de políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada do professor representa uma das condições da produtividade docente no contexto do avanço científico e tecnológico, cria a possibilidade da educação básica e oferece à população deste município, maior possibilidade de inserção nas atividades produtivas com vista à melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com este Plano Municipal de Educação, a valorização do profissional implica em algumas ações:

Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;

Um sistema de formação continuada que permita ao profissional um crescimento constante do seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;

Salário condigno, competitivo no mercado de trabalho com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;

Compromisso social e político.

A sociedade atual exige o aprofundamento e ampliação dos conhecimentos, isso impõe a educação permanente do educador, para o exercício da função. Nesse sentido, a formação continuada do profissional da educação ganha significados e relevância, fundamentalmente frente a avanços científicos e tecnológicos.

Já que, a ação educativa desenvolve-se no interior da escola, então a participação de todos os seus trabalhadores em cursos de capacitação com qualidade em áreas técnicas e administrativas se constitui de importância fundamental para o desenvolvimento da qualidade de educação do município.

13 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO 13.1. Diagnóstico

No Brasil predomina-se ao longo da história, a gestão centralizada da educação com avanços e recuos quanto ao processo de centralização e descentralização, que caracterizam a história política brasileira durante o período compreendido entre a colônia e a Ditadura Militar. A tensão entre esses processos; centralização e descentralização, enraizados no seio do Estado Brasileiro se restringem fundamentalmente, à necessidade de transferência de responsabilidades de caráter, eminentemente, financeiro, sem provocar nenhum tipo de alteração na estrutura e nas relações de poder já existentes.

Obteve-se a inclusão do princípio da Gestão Democrática no ensino público, no artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal, promulgada em 1998 e regulamentada na Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e as bases da Educação Nacional, a nova LDB.

No seu artigo 211, a C.F. estabelece que a “União, os Estados e Municípios, e o Distrito Federal organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.” segundo Monlevade, 2001, esse artigo indica claramente as prioridades da União (Ensino Superior), Estados (Ensino Médio), e os Municípios (Educação Infantil). Quanto ao Ensino Fundamental a sua responsabilidade fica partilhada entre Estados e Municípios, com plena autonomia de estabelecer políticas de colaboração. Quanto a Educação Básica como um todo, cabe à União redistribuir os recursos e suplementar os Estados e Municípios que não dispuserem de arrecadação suficiente para financiar o acesso universal a uma educação de qualidade.

Segundo a Constituição Federal (art. 211, § 1º) e a LDB (art. 8º, § 1º), a União deve exercer função supletiva e redistributiva em matéria de educação, por meio de assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de assegurar equidade e padrão de qualidade à educação escolar, com prioridade ao ensino obrigatório.

Para o financiamento da educação, a Constituição Federal, em seu artigo 212, prevê um gasto mínimo de recursos financeiros que o Poder Público é obrigado a aplicar em educação, onde a União tem de aplicar nunca menos que 18%, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, no mínimo, 25% de algumas de suas receitas em despesas relativas à *Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE*.

Este recurso é calculado sobre a receita dos impostos próprios e transferências de impostos previstas pela Constituição, como ainda, os valores da dívida ativa de impostos, multas e juros de mora. No caso dos Municípios, incluem-se, portanto:

- Os impostos próprios (IPTU, ISS, ITBI) e a respectiva dívida ativa, multas e juros desses impostos;

- As transferências constitucionais recebidas da União (FPM, IRRF, ITR, IOF-ouro);

- As transferências constitucionais recebidas do Estado (ICMS, IPVA, IPI-Exportação).

A Aplicação de tais recursos está prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), em seus artigos 70 e 71 e especifica quais despesas podem e quais não podem, respectivamente, ser consideradas como próprias de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Além do MDE, o financiamento da Educação também se aplica por mecanismo de fundos, inicialmente implantada por meio do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* - FUNDEF em 1996, para repasse de recursos ao ensino fundamental. Posteriormente, houve a ampliação do financiamento para a educação básica através do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica* - FUNDEB, em 2007.

O FUNDEB foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelo Decreto nº 6.253/2007 (com as alterações do Decreto nº 6.278, de 29/11/2007). Sua implantação se deu em 1º de janeiro de 2007, por meio da Medida Provisória nº 339, de 28/12/2006. O fundo, sub vincula recursos fiscais de Estados e Municípios à Educação Básica redistribuindo esses

recursos de acordo com o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais das três etapas da Educação Básica e garante um valor mínimo nacional por aluno, promovendo a partilha de responsabilidades entre o governo estadual e os governos municipais.

O FUNDEB é composto basicamente por recursos dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, por parcela de recursos federais a título de complementação financeira da União e constitui-se de 20% das seguintes fontes de impostos e transferências constitucionais:

Fundo de Participação dos Estados – FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Compensação Financeira pela Desoneração das Exportações – LC nº 87/1996 (Lei Kandir); Imposto sobre Produtos Industrializados, relativo às exportações – IPIexp; Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos – ITCMD; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, relativamente a imóveis situados nos Municípios.

De acordo com a LDB (art. 68), além da parcela dos impostos e das transferências constitucionais vinculadas ao ensino, ainda há outros recursos públicos para a educação, sendo estes provenientes de programas de repasse financeiros dentre eles podem ser citados:

• receita do salário-educação e outras transferências;

• receita de incentivos fiscais;

• outros recursos previstos em lei.

A educação pública também pode contar com outras fontes de financiamento, como empréstimos junto a organismos nacionais e internacionais e captação de recursos junto a organizações não governamentais, empresas privadas e comunidade em geral.

Através dos dados observados, foi analisado no quadro financeiro municipal demonstrativo dos recursos aplicados na educação do ano de 2010 ao ano de 2014, conforme a seguir:

Quadro 01 – Demonstrativos de recursos 2010

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2014*

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT*

Quadro 02 – Demonstrativos de recursos 2011

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2014*

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2014*

Quadro 03 – Demonstrativos de recursos 2012

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2014*

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2014*

Quadro 04 – Demonstrativos de recursos 2013

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2014*

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2014*

Quadro 05 – Demonstrativos de recursos 2014

Fonte: *Departamento de Contabilidade de Campos de Júlio – MT – 2015*

Os dirigentes Municipais de Educação do Município de Campos de Júlio entendem que educação é um direito de todos e ao mesmo tempo é um investimento, à medida em que exista uma correlação entre desenvolvimento e escolaridade dos munícipes, tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do individual. Educação significa mais qualidade de vida maior cuidado com a saúde, menos criminalidade, maior possibilidade de obtenção de emprego e permanência no mercado de trabalho. O investimento na educação se caracteriza como um processo contínuo, cujos resultados apareçam a médio e longo prazo. Por isso, devemos lutar pela garantia dos recursos, que financia a universalização do ensino e a melhoria da qualidade, nos seus diferentes níveis e modalidades.

Dessa Forma, é necessário conscientizar a população de que as verbas da educação são proporcionais à arrecadação de impostos pela vinculação e estaremos dando um grande passo na direção de aumentar os investimentos no social e garantir o cumprimento da meta prioritária do Plano que é "universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo em nosso país".

O investimento na educação engloba todos os setores na área, incluindo a valorização do magistério, que por um lado, depende das políticas instituídas pelos poderes públicos, para a garantia das condições de trabalho que entre outros, incluem: espaço físico condizente com o processo educativo, equipamentos, instalações adequadas, acervo bibliográfico, recursos pedagógicos e tecnológicos, novos meios de comunicação e informação. De outro lado, exige do profissional da educação responsabilidade social, respeito aos alunos, compromisso com o processo de aprendizagem com interesse e dedicação ao seu trabalho, participação efetiva nas atividades da escola como componente de uma educação mais global desenvolvida em equipe.

O PME confirma as proposições das Entidades Científicas e profissionais do campo da Educação para formação de professores em quaisquer níveis e modalidades. A formação continuada do Magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e visa à criação de novos horizontes na atuação do professor. Essa formação terá como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político.

CAPÍTULO III METAS E ESTRATÉGIAS

META 1 – Ampliar a oferta de educação infantil para 80% das crianças de 0 a 3 anos até o final da vigência do PME, e universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

ESTRATÉGIAS:

1.1. Realizar, em regime de colaboração, levantamento anual da demanda por creche para a população de até 05 anos, criando banco de dados e publicando-o para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

1.2. Garantir relação professor/criança, infraestrutura e material didático adequado ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

1.3. Assegurar que em até 2 (dois) anos, após a implantação deste Plano o município tenha definido sua política para a Educação Infantil, com base nas diretrizes e sugestões de referenciais curriculares nacionais.

1.4. Assegurar que, em dois anos, todas as instituições de educação infantil (re) formulem com a participação da comunidade escolar, conselho deliberativo o seu Projeto Político e Pedagógico.

1.5. Garantir que as unidades escolares de educação infantil façam a devida adequação de seu funcionamento, atendendo as necessidades da comunidade em que estão inseridas.

1.6. Garantir a alimentação escolar adequada para as crianças atendidas na Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos municipais, através da colaboração financeira da União.

1.7. Otimizar ações complementares sócio educativas de apoio as famílias de crianças de 0 a 5 anos, tais como; palestras sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas, promovendo interação pais/crianças.

1.8. Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral, para as crianças de modo que em dez anos seja atendido 80% desta clientela.

1.9. Estabelecer parcerias com as secretarias municipais de saúde e bem estar social para o atendimento a todas as crianças matriculadas nas instituições de educação infantil pública.

1.10. Criar e construir centro de educação infantil em parceria com o Governo Federal via PAR-Plano de Ações Articuladas, ampliando as já existentes, para atendimento conjunto de crianças de 4 e 5 anos, conforme padrões mínimos exigidos pela legislação, considerando a demanda dos municípios com a contrapartida da união.

1.11. Garantir que a organização de grupos de crianças decorra de acordo com as especificidades da proposta pedagógica, seguindo a relação professor/aluno, conforme legislação vigente.

1.12. Construir e adequar os parques das Instituições de Educação Infantil, da rede pública de ensino; com cobertura e brinquedos que proporcionem lazer com segurança, como também, verificar se as instituições privadas estão de acordo com o estabelecido nesta.

1.13. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, no prazo de cinco anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1. Realizar anualmente, em parceria com as escolas, um mapeamento por meio de censo educacional, das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório.

2.2. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, tal como situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento dar condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.3. Em ação compartilhada do município com a União como propõe o Plano Nacional da Educação, universalizar o atendimento de 100% da clientela de 6 a 14 anos do Ensino Fundamental no prazo de cinco anos, a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência das crianças na escola.

2.4. Regularizar o fluxo escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade/série em 50%, nos primeiros cinco anos do PME, por meio de programas que visem à permanência do aluno na escola, garantindo efetiva aprendizagem.

2.5. Garantir recursos financeiros em parceria com governo estadual e federal para estabelecer e executar em todo o Sistema de Ensino programas para, gradativamente, num prazo de dois anos, equipar todas as escolas urbanas e rurais com espaços e instalações – obedecendo as normas e técnicas de construção e adaptação, equipamentos, materiais, a seguir descriminados:

a) espaço físico, com salas climatizadas, anfiteatro, laboratórios (ciências, arte, dança), iluminação, solário, ventilação.

b) instalações sanitárias e saneamento básico nas unidades escolares.

c) espaços para a prática do esporte, auditório, espaços cobertos para a recreação, áreas livres, parque infantil, biblioteca, laboratório de informática e refeitório mobiliado.

d) adaptação dos prédios escolares para garantir o livre acesso aos alunos com necessidades especiais em todos os espaços.

e) política de atualização e ampliação constantes do acervo das bibliotecas e salas de leitura como instância de apropriação do conhecimento.

f) mobiliários adequados e adaptados, equipamentos, materiais pedagógicos específicos.

g) telefone e serviço de reprodução de textos dentro das tecnologias atuais, com recursos e manutenção em quantidade e qualidade necessária a cada unidade escolar.

h) continuidade da informatização das instituições de ensino e a aquisição de equipamentos multimídias necessários para a inclusão digital – acesso às tecnologias – para os profissionais da educação e alunos.

i) implantação e implementação da biblioteca virtual como suporte didático, independentemente do número de alunos e profissionais.

j) material de educação física adequado, incentivando outras modalidades esportivas e recreativas.

2.6. Garantir a existência de professores articuladores na Rede Municipal de Ensino, bem como, estrutura física e pedagógica adequada, visando à necessidade da qualidade de ensino. Assim sendo, disponibilizar o professor articulador do Ensino Fundamental de acordo com a necessidade verificada no ano anterior em cada instituição escolar, respeitando o número máximo de 20 alunos por função docente.

2.7. Assegurar que em um ano, todas as escolas tenham desencadeado o processo para a (re) elaboração do seu projeto político-pedagógico, assim como anualmente, façam a implementação deste com o apoio Secretaria Municipal de Educação SME com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

2.8. Promover com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que, o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

2.9. Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado com participação da União proporcional às necessidades do município, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir da realidade local.

2.10. Garantir com a colaboração da União, o provimento da alimentação escolar com cardápio equilibrado garantindo os níveis calóricos-protéicos necessários por faixa etária.

2.11. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.12. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

Meta 3 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS:

3.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola com qualificação dos (as) professores (as), alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, conforme propõem o PACTO nacional pela alfabetização na idade certa, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças até aos 8 anos de idade.

3.2. Participar dos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, e, além disso, estimular às escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas que possibilite alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

3.3. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), considerando as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

3.4. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

Meta 4: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS:

4.1. Incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais. 4.2. Buscar junto com as esferas estadual e federal a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, e também, a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar. 4.3. Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio. 4.4. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, quanto à frequência ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, como ainda das situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. 4.5. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. 4.6. Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. 4.7. Redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos; diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as). 4.8. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. 4.9. Formular e implementar progressivamente, uma política de gestão da infraestrutura física na educação básica pública, que assegure junto ao Estado, a ampliação de novas salas ou salas anexas ao prédio para o ensino médio. 4.10. Assegurar políticas públicas para reduzir a repetência e a evasão do Ensino Médio. 4.11. Adaptar em parceria com o Estado e União a escola de Ensino Médio do município de acordo com os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade). 4.12. Fortalecer a participação da comunidade Escolar na gestão, manu-

tenção, melhoria das condições de funcionamento da escola através dos Conselhos Escolares. 4.13. Implantar projetos que visam garantir a permanência do aluno na escola. 4.14. Criar e desenvolver durante toda vigência do plano, programas de prevenção do uso das drogas lícitas e ilícitas, a gravidez precoce, o combate à prostituição e a violência em parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais. 4.15. Em regime de colaboração com o Estado e a União e iniciativa privada pleitear constantemente, recursos que atendam a execução de projetos que visem desenvolver atividades artísticas e culturais, tais como: teatro, música, danças, atividades recreativas e outras. 4.16. Prover em regime de colaboração com Estado e União o transporte escolar de qualidade na zona rural e urbana, de forma a garantir o acesso e a permanência dos alunos do Ensino Médio. 4.17. Implementar e apoiar o Grêmio Estudantil.

Meta 5 - Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para 100% (cem por cento) da demanda existente até o final do referido plano.

ESTRATÉGIAS:

5.1. Estabelecer parcerias Município, Estado e União para a realização de mapeamento e busca ativa de jovens e adultos fora da escola, com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude por residência ou local de trabalho, visando identificar a demanda e programar a oferta da EJA desde a alfabetização ao ensino médio. **5.2.** Ofertar a alfabetização a todos os jovens e adultos no município de Campos de Júlio com a garantia da continuidade da escolarização básica em todos os turnos, conforme a necessidade. **5.3.** Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e material didático adequado ao processo educativo, considerando as características da demanda da EJA. **5.4.** Estabelecer parcerias entre União, Estado e Município, envolvendo Secretarias de Educação, de Saúde, de Assistência Social, Ambiental, de Cultura, executando ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde. **5.5.** Identificar e publicar experiências exitosas na EJA em todos os níveis e canais de informações disponíveis. **5.6.** Apoiar projetos inovadores na EJA que visem o desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

Meta 6 - Expandir o atendimento dos estudantes, na faixa etária de 4 (quatro) à 17 (dezessete) anos, com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades ou superdotação, atendendo a 100% (cem por cento) da demanda até 2025 e assegurando o atendimento educacional complementar e suplementar ofertado em sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

ESTRATÉGIAS:

6.1. Estabelecer parceria Estado/Município para realização de mapeamento e busca ativa de pessoas com deficiências fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde, por residência ou local de trabalho. 6.2. Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de deficiências, além de incluir os profissionais da educação que tenham algum tipo de necessidade especial. 6.3. Garantir salas de recursos nas escolas da rede pública de educação básica sempre que se fizer pertinente ou necessário. 6.4. Ampliar e fortalecer a oferta de Educação de Jovens e Adultos no período diurno para contemplar os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. 6.5. Fortalecer e ampliar transporte adaptado para estudantes com necessidades especiais das escolas urbanas e do campo em parceria com o Estado e União. 6.6. Atender a demanda pelos serviços e apoio especializados como complementação do processo de escolarização. 6.7. Expandir o atendimento às pessoas com surdez garantindo intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para estudantes surdos nas salas regulares, investindo na formação de recursos humanos. 6.8. Capacitar os profissionais da educação das unidades escolares municipais, e do mesmo modo, assessores pedagógicos, para que se assegure a proposta pedagógica à inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais. 6.9. Disponibilizar livros de literatura e didático em Braille, falados e em caracteres ampliados às escolas que têm estudantes cegos e de baixa visão, bem como livros adaptados com alunos com deficiência física por intermédio de parcerias com instituições de assistência social, cultura e organizações não governamentais, União e Estado. 6.10. Estabelecer parcerias com as secretarias de saúde e assistência social do Município, para ampliar a aplicação de testes de acuidade visual, auditiva e demais exames especializados aos estudantes das instituições de educação básica. 6.11. Implantar, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, programas de orientação e acompanhamento às famílias dos estudantes com necessidades especiais. 6.12. Apoiar ações e programas de inclusão digital às pessoas com necessidades educacionais especiais. 6.13. Oferecer qualificação profissional aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, considerando as demandas locais e visando sua colocação e permanência no mercado de trabalho em parceria com organizações governamentais e não governamentais. 6.14. Assegurar a permanência e disponibilização de Auxiliar de Desenvolvimento Escolar ou cuidador de alunos com necessidades de apoio nas atividades de higienização, alimentação e locomoção. 6.15. Ofertar atividades esportivas e culturais aos estudantes com deficiências, em parceria com a Secretaria de Esporte e Cultura. 6.16. Ampliar e fortalecer o atendimento individualizado aos estudantes que tenham limitação comprovada por meio de Laudo Médico, garantindo dentro desta, sua alfabetização e terminalidade.

Meta 7 - Ofertar Educação Básica à população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até a vigência do PME.

ESTRATÉGIAS:

7.1. Estabelecer parcerias Estado/Município para a realização de mapeamento e busca ativa de estudantes fora da escola em parceria com as áreas de assistência social, saúde e demais instituições de assistência ao homem do campo, por residência ou local de trabalho. 7.2. Ofertar a educação básica no e do campo, respeitando as peculiaridades de cada região, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica. 7.3. Garantir nas escolas do campo profissional qualificado para atender aos laboratórios de informática, ciências da natureza e biblioteca, a partir do terceiro ano de vigência do PME, mediante a implantação de políticas de formação inicial e continuada. 7.4. Continuar incentivando a oferta de atividades esportivas e culturais no campo. 7.5. Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos em parcerias com empresas. 7.6. Estimular o processo de reelaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino como estratégia para uma abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo.

META 8 - Assegurar a equidade étnico/racial visando à implementação da Lei nº 10.639/03 nos currículos das escolas garantindo, assim o cumprimento dessa lei na Educação Básica.

ESTRATÉGIAS:

8.1. Garantir a participação dos Profissionais da Educação das redes públicas de ensino em fóruns, seminários e grupos de estudos-relativos à temática da Diversidade Étnico-Racial promovidos nas instituições de origem, mas também nos espaços de formação continuada como por outras instituições. 8.2. Promover a partir do primeiro ano do PME, nos espaços de formação continuada das escolas municipais, debates e formação sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 visando o aprimoramento da efetivação das relações étnicos/raciais. 8.3. Elaborar orientações para o processo de escolha e adoção de livros e materiais didáticos, acervo das bibliotecas escolares, observando as especificidades das relações raciais no município. 8.4. Disponibilizar em todas as escolas acervo bibliográfico, imagético e didático que contemple as diversidades Étnico-Racial e cultural. 8.5. Desenvolver projetos em todas as escolas, que propiciem o fortalecimento e conhecimento das diversidades Étnico-Racial e cultural. 8.6. Instituir, a partir da aprovação deste PME, a Semana da Consciência Negra na Educação do município de Campos de Júlio dentro do cronograma oficial e do calendário escolar do município. 8.7. Promover o ensino da Educação Religiosa e as solenidades escolares pautada com base na laicidade do ensino, contemplando as questões religiosas de matriz africana e a convivência pacífica entre todas as religiões e não como proselitismo. Primar pelo direito democrático da religiosidade de todos os povos e culturas, conforme Parecer CNE nº 5/97 – CP – Aprovado em 11.03.1997.

META 9 - Mobilizar, articular, implantar e ampliar a capacidade instalada nas redes de ensino pública e privada de Educação Profissional e Tecnológica, em conformidade com a demanda, a oferta de Educação Profissional e Tecnológica dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, a educação profissional técnica de nível médio e a educação profissional tecnológica, de graduação, a partir da aprovação deste Plano. E Implantar o atendimento da Educação Profissional e Tecnológica nas escolas do campo, ampliando-o conforme a demanda.

ESTRATÉGIAS:

9.1. Promover gestão com o Governo Federal para disponibilizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica na Rede Pública de Ensino. 9.2. Promover em parceria com a União e Estado, o acesso e permanência dos jovens e adultos em cursos de Educação Profissional e Tecnológica. 9.3. Buscar parcerias federal e estadual para a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica ministrados pelo Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso (CEPROTEC) e pela rede estadual de ensino. 9.4. Buscar parceria para formação continuada dos profissionais da Educação do Ensino Médio para atuarem na Educação Profissional e Tecnológica integrada. 9.5. Buscar parcerias para que os planos de cursos das diferentes áreas da Educação Profissional e tecnológica contemple a discussão da saúde do trabalhador.

META 10 - Promover a Educação Ambiental em todas as idades, níveis, modalidades de ensino e territórios como direito de toda comunidade escolar, através de um enfoque crítico e complexo à construção de sociedades sustentáveis.

ESTRATÉGIAS:

10.1. Oportunizar formação continuada em EA no sistema de ensino de Campos de Júlio. 10.2. Implementar políticas municipais para a EA. 10.3. **Implementar a efetivação da EA nos currículos de todos os níveis e modalidades de educação.** 10.4. Desenvolver projetos no âmbito da EA que visem a formação e sensibilização da comunidade escolar para a construção de uma sociedade sustentável. 10.5. Envolver as universidades locais com as escolas públicas no sentido de mediar a Educação Ambiental através de oficinas e minicursos, fortalecendo o saber científico nas unidades de ensino. 10.6. Promover diálogos de saberes, cooperação e tolerância às diversas formas de vida e diferentes grupos étnicos nos projetos político-pedagógicos e projetos ambientais escolares e comunitários em todos os sistemas de ensino. 10.7. Estimular a dinâmica de coletivos educadores, coletivos jovens, redes de EA, centros de EA, agremiações, associações ou estruturas educadoras envolvidas com a EA popular, fomentando o espírito da cooperação, solidariedade e justiça ambiental nas escolas e no município. 10.8. Fomentar e buscar parcerias nos âmbitos federal, estadual e municipal em até 03 (três) anos, a produção de materiais pedagógicos locais, evidenciando os saberes biorregionais e expressões culturais de Campos de Júlio, inclusive resgatando a memória no balanço das inovações tecnológicas. 10.9. Buscar Parcerias e/ou apoio técnico que viabilizem os Projetos Ambientais Escolares e Comunitários (PAEC), que contemplem tanto as relações interpessoais, como os aspectos físico e pedagógico das escolas. 10. 10. Fomentar e desenvolver projetos educacionais que envolvam as seguintes temáticas: a) Preservação de mananciais;

b) Coleta seletiva de Lixo;

c) Adequação das Áreas agrícolas;

d) Destino dos esgotos fluviais;

e) Arborização da Cidade;

f) Criação de reserva natural.

Meta 11 - Buscar parcerias com o Estado e União para a Instalação de um Polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil) para oferta de Educação à Distância em Campos de Júlio-MT.

ESTRATÉGIAS:

11.1 Incentivar o desenvolvimento de programas na modalidade à distância nos diversos níveis de ensino, no sentido de ampliar o acesso à educação. 11.2 Apoiar os cursos de graduação e pós-graduação à distância priorizando as universidades públicas. 11.3 Promover ações conjuntas com as Universidades públicas para oferta de novos cursos que atendam à demanda da formação de Profissionais. 11.4 Desenvolver em parceria com as Instituições de Ensino Superior, priorizando as Universidades públicas, programas de qualificação e formação continuada dos profissionais da educação, possibilitando-lhes acompanhar as mudanças nos campos pedagógico, administrativo, tecnológico e social. 11.5 Estimular os cursos de formação continuada no município, para que sejam mais um veículo que conduza os profissionais da educação a um conhecimento do mundo virtual e das novas tecnologias educacionais. 11.6 Expandir a oferta de curso de graduação, educação profissional técnica de nível médio, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias na modalidade de educação à distância na rede de ensino.

META 12 – Viabilizar em parceria com o Estado/União, até o final da década, a oferta de Educação Superior, com Cursos de Graduação e Pós-Graduação para, pelo menos, 33% da faixa etária de 18 a 24 anos.

ESTRATÉGIAS:

12.1. Ampliar e diversificar a oferta e vagas na Educação Superior pública, em regime de colaboração Município, Estado e União.

12.2. Promover em parceria com Estado e União, o ensino a distância em Campos de Júlio.

12.3. Estimular o desenvolvimento e/ou uso de ambientes virtuais de aprendizagem.

12.4. Estabelecer parcerias para a oferta de cursos de Pós-Graduação, de forma que os mesmos atendam as necessidades dos munícipes, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de Educação à Distância.

Meta 13 - Reavaliar e adequar quando necessário o Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Profissionais da Educação, sempre em conformidade com a legislação vigente e com a participação da entidade representativa da categoria.

ESTRATÉGIAS:

13.1. Assegurar, conforme o prazo estipulado no Plano Nacional de Educação a existência de planos de carreira para todos os profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional definido em Lei Federal, nos termos no inciso VIII do Artigo 206 da Constituição Federal.

13.2. Valorizar os profissionais da educação, a fim de equiparar o piso salarial do profissional da educação não docente ao profissional do magistério com grau de escolaridade equivalente.

13.3. Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica de forma a equiparar seu rendimento aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

13.4. Garantir que ao professor contratado interinamente seja garantido o piso salarial da categoria.

13.5. A partir do planejamento do lotacionograma da Secretaria Municipal de Educação, promover concurso público para o provimento de vagas dos cargos.

13.6. Garantir a publicização do ato legal que contém as regras do estágio probatório dos profissionais da educação e o acesso do servidor aos relatórios e boletins de avaliação de desempenho.

13.7. Preservar a integridade física, psíquica e moral dos profissionais da educação em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncias sem provas, punições sem justa causa, a fim de que este profissional receba o respeito social que sua função é merecedora.

13.8. Assegurar um monitor para cada sala onde houver matriculado aluno com necessidade educativa especial, de acordo com a legislação.

13.9. Buscar parceria junto a Secretaria de Saúde, para que os profissionais da rede pública municipal tenha garantido o atendimento da perícia médica no município polo.

13.10. Garantir, a partir da aprovação deste Plano, a organização de banco de dados referente à vida funcional dos profissionais da educação básica municipal.

13.11. Assegurar na vigência deste Plano, os direitos legais e avançar em conquistas aos profissionais da educação.

Meta 14 - Prover até o final da vigência deste Plano, em parceria com as Instituições de Ensino Médio e Ensino Superior Público, Seduc/MT e outros órgãos, meios para assegurar formação continuada a todos os Profissionais da Educação que atuam no município.

ESTRATÉGIAS:

14.1. Observar, constantemente, nos estabelecimentos escolares e órgãos públicos educacionais do município, a demanda de formação inicial e continuada aos profissionais.

14.2. Elaborar e consolidar um plano de formação para os profissionais técnicos e apoio administrativos educacionais.

14.3. Incluir nos planos de formação, cursos para os membros que integram os conselhos ou outros grupos relacionados ao controle social da educação.

14.4. Estabelecer, ampliar e assegurar, permanentemente, a partir do 1º ano da vigência do plano, programas de cursos voltados para formação continuada para todos os profissionais da educação nas diferentes áreas do conhecimento, atuação e modalidades da educação básica. Essa formação deverá priorizar as instituições locais.

14.5. Promover junto às instituições públicas de nível superior, a oferta e/ou ampliação de cursos de ensino superior que facilitem o acesso de todos os profissionais da educação em exercício à formação nesse nível de ensino, contemplando 100% da demanda.

14.6. Garantir, a partir do 1º ano de vigência do plano, a formação de todos os profissionais da educação para trabalhar com a informática educacional/inclusão digital, num prazo de 03 (três) anos.

14.7. Oferecer laboratório científico e de informática para capacitar e viabilizar os trabalhos dos profissionais da educação.

14.8. Proporcionar acervo bibliográfico adequado para as bibliotecas escolares.

14.9. Promover e apoiar junto às instituições públicas de nível superior que integram o Fórum Estadual de Formação Docente, a oferta no município, de cursos de especialização voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e em específico para educação inclusiva, gestão escolar, a formação de jovens e adultos, a educação infantil, informática na educação e educação ambiental.

14.10. Garantir e manter durante a década de vigência do plano, programas de formação continuada de professores alfabetizadores, contando com parceria das Instituições de Ensino Superior em regime de colaboração com União e Estado.

14.11. Proporcionar o bem estar aos profissionais da educação através da melhoria das condições de trabalho, garantindo formação que possibilite a melhoria da qualidade da educação, a partir da vigência deste Plano.

14.12. Assegurar as condições necessárias, para que os profissionais da educação que atuam na rede pública de ensino no município possam fazer a sua formação continuada.

14.13. Incentivar as escolas da rede municipal de ensino a atualizar o PDDE Interativo e apresentarem, nesse ambiente virtual, o seu plano de formação continuada para os Profissionais da Educação.

14.14. Validar, no PAR/Plano de Formação, periodicamente, o plano de formação continuada para os profissionais da educação em exercício na rede pública do município.

14.15. Incentivar os diretores e coordenadores escolares, em atividade, a participarem de programas de qualificação voltados para a gestão e coordenação escolar, assegurando as condições necessárias para que possam fazer a sua formação em serviço.

14.16. Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo.

14.17. Buscar parceria com Estado e União nos planos de formação, cursos para os membros que integram os conselhos ou outros grupos relacionados ao controle social da educação.

14.18. Garantir financiamento para pesquisas voltadas para o processo ensino aprendizagem quando aprovadas pela comunidade escolar.

14.19. Fomentar junto ao Fórum Estadual de Formação Docente a oferta de cursos de Mestrado e Doutorado aos profissionais integrantes do Sistema Público de Ensino, de acordo com os critérios da legislação em vigor.

14.20. Implantar, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política de formação continuada para os/as profissionais de educação de outros segmentos que não os de Magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

META 15 - Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à educação.

ESTRATÉGIAS:

15.1. Garantir que os mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Entre esses mecanismos está o demonstrativo de gasto elaborado pelo poder executivo e apreciado pelo legislativo com o auxílio do tribunal de contas respectivo, discriminando os valores correspondentes a cada uma das alíneas do art. 70 da LDB. 15.2. Implementar mecanismos para o cumprimento do § 5º do art.69 da LDB. Assegurar ainda a aferição anual pelo censo escolar da efetiva automaticidade dos repasses**.** 15.3. Assegurar mecanismos destinados ao cumprimento aos artigos 70 e 71 da LDB, que definem dos gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica. 15. 4. Mobilizar o Tribunal de Contas, as Procuradorias da União e dos Estados, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, os sindicatos, as organizações não-governamentais e a população em geral para exercerem fiscalização necessária para o cumprimento das estratégias 15.1, 15.2 e 15.3. 15.5. Garantir entre as metas dos planos plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão de suporte financeiro às metas constantes neste PME. 15.6. Criar mecanismos para conscientização dos munícipes, que os repasses da educação são referentes à arrecadação municipal, visando assim, o cumprimento dos deveres sociais de cada cidadão no momento do recolhimento dos seus devidos impostos. 15.7. Assegurar as políticas públicas que possibilitem garantir os programas de financiamento de recursos educacionais como; salário-educação, PNAE, PNATE, PNAC, PNAP, EJA, PAR entre outros. 15.8. Garantir, no município, a educação infantil como prioridade para a aplicação dos 10% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino não reservados para o ensino fundamental. 15.9. Estabelecer a utilização prioritária para a educação de Jovens e Adultos, de 15% dos recursos destinados ao ensino fundamental, cujas fontes não integrem o FUNDEB. 15.10. Implementar programas de apoio financeiro e técnico-administrativo em parceria com a União e o Estado para garantir o atendimento escolar especifico para quem não teve acesso ao ensino fundamental na idade própria, através de investimentos em programas para aumentar a oferta, preferencialmente, da Educação de Jovens e Adultos para a população de 15 anos ou mais. 15.11. Oportunizar o atendimento escolar aos portadores de necessidades educacionais especiais, viabilizando parcerias com áreas de saúde, assistência social, trabalho e previdência em todos os níveis de ensino. 15.12. Assegurar recursos do Tesouro e da Assistência social para programas de renda mínima associados à educação, recursos da Saúde e Assistência Social à educação infantil; recursos destinados à universalização das telecomunicações à criação de condições de acesso e permanência à escola, às redes de comunicação dos trabalhadores; recursos do Trabalho para a qualificação dos trabalhadores. 15.13. Garantir o cumprimento das normas de gestão democrática do ensino público com a participação da comunidade. 15.14. Editar e criar, através dos sistemas de ensino, normas e diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis, que estimulem a iniciativa e a ação inovadora das instituições educacionais. 15.15. Implementar um padrão que tenha como elementos a destinação de recursos às atividades afins, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e participação da comunidade. 15.16. Elaborar e executar o Plano Municipal de Educação em consonância com as diretrizes do PNE, Lei 13.005/14 e do PEE, Lei nº 10. 111/14. 15.17. Garantir recursos para a educação básica para o campo, de modo a preservar as escolas rurais no meio rural imbuída aos valores rurais. 15.18. Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de suas propostas políticas pedagógicas. 15.19. Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas e progressivamente, ampliar sua autonomia financeira, através do repasse de recursos diretamente às escolas para pequenas despesas de manutenção em cumprimento de sua proposta pedagógica. 15.20. Informatizar progressivamente, com auxílio técnico e financeiro em parceria com a União e o Estado, todos os setores educacionais, de modo a garantir atualizações sempre que necessário. 15.21. Estabelecer em regime de colaboração entre Estado-Município e Universidades, programas diversificados de formação continuada, visando à melhoria do desempenho no exercício da função ou cargos de professores, coordenadores e diretores das escolas públicas municipais. 15.22. Investir em programas de formação que ofereçam aos profissionais que atuam em atividades docentes, técnicas e administrativas das Escolas Municipais, oportunidade de aperfeiçoamento permanente e que resultem efetivamente no aprimoramento da educação oferecida por essas unidades escolares. 15.23. Propiciar aos profissionais da educação das Escolas Municipais, condições para a participação em Congressos, Simpósios e outros eventos científicos, dando a todos, oportunidade de aperfeiçoamento permanente e que resultem no aprimoramento da educação oferecida por essas unidades escolares. 15.24. Estabelecer políticas e critérios de alocação de recursos federal, estadual e municipal, em cinco anos e programas de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos de educação infantil. 15.25. Instituir em todos os níveis, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social dos recursos destinados à Educação não incluídas no FUNDEB, qualquer que seja sua origem, nos moldes dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. 15.26. Incluir, nos levantamentos estatísticos e no censo escolar, informação acerca do gênero, em cada categoria dos dados coletados. **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO 1 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Além do que se pode prever no regime de colaboração com a União e Estado a que pertence o Município, o Plano precisa prever mecanismos e órgãos de avaliação. Os responsáveis diretos pela avaliação serão sempre a Secretaria Municipal de Educação e a Câmara Municipal. Se alguma meta não está sendo alcançada ou alguma ação não implementada, será necessário retomar a decisão, estudando as causas do fracasso, ou redimensionar o PME quanto a elas. Em outras palavras: sendo o PME uma Lei, ela precisa estar sempre viva na consciência da população e na preocupação de legisladores e executores.

O Plano Municipal de Educação foi elaborado a partir de reuniões com todos os segmentos da sociedade civil, onde foram discutidas as reivindicações que os munícipes desejam. Ele é um plano para dez anos, a partir da data da sua aprovação pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito.

As suas metas estão ajustadas às metas do Plano Nacional de Educação que está em vigor desde 25/06/2014 e ao Plano Estadual de Educação em vigência desde 06/06/2014. A vigência deste Plano se dará a partir de sua aprovação.

O PME é um documento de estratégias de políticas de educação que incluem a intenção de avaliação à luz da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e da Lei de Diretrizes e Bases. A avaliação do PME será de dois em dois anos para avaliar e acompanhar politicamente o seu desenvolvimento para atingir as metas.

Instituir um quadro de matrículas anualmente nas creches e pré-escolas para controlar o avanço das metas de atendimento de todas as crianças dessa faixa etária, elaborar um questionário que será respondido semestralmente pelos Conselheiros do Fundeb com o objetivo de medir e controlar o uso dos impostos no ensino fundamental e no pagamento da remuneração dos professores em efetivo exercício de suas funções.

Criar uma comissão interinstitucional no Município para acompanhar e monitorar continuamente, o processo educacional de acordo com as metas do PME.

Para esse Plano Municipal de Educação em conformidade com o PNE e o PEE é necessário que os entes federados assumam com responsabilidade o compromisso da Lei em trabalhar “em regime de colaboração” e não em regime de competição ou em regime de omissão.

O PME de Campos de Júlio durante todo o período de sua execução e desenvolvimento será acompanhado e avaliado por uma Comissão Executiva sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

A comissão executiva será composta por:

02 (dois) representantes da SME;

02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação;

02 (dois) representantes do Poder Legislativo;

02 (dois) representantes da Rede Municipal de Ensino;

02 (dois) representantes da Rede Estadual de Ensino;

02 (dois) representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação.

A Comissão Executiva terá como objetivos e tarefas:

1. Organizar o sistema de acompanhamento e controle da execução do PME, estabelecendo, inclusive, os instrumentos específicos para avaliação contínua e sistemática das metas previstas;

2. Realizar avaliação ao final de cada ano, com o envolvimento de todos os segmentos das escolas e comunidade escolar;

3. Realizar audiências públicas a cada dois anos para prestar contas da execução do PME à comunidade escolar, à Câmara dos Vereadores e a Sociedade em geral;

4. Analisar os resultados obtidos nas avaliações e comparar com as metas e estratégias propostas no PME, identificando pontos de estrangulamento e propondo ações para correção de rumos;

5. Encaminhar à SME e ao Prefeito Municipal, ao final de cada ano, relatório sobre a execução do PME, contendo análise das metas alcançadas e os problemas evidenciados com as devidas propostas de solução. Para avaliar a melhoria da qualidade do ensino, conforme previsto no PME, o Município realizará, ao final do ano letivo, dentre outras ações, uma avaliação do ensino e aprendizagem, através de instrumentos avaliativos elaborados pela SME, a serem aplicadas e analisadas pelas escolas públicas, sob a coordenação dos técnicos e pedagogos do sistema de ensino. Por fim, a organização deste sistema de acompanhamento, avaliação e controle da execução do PME, aqui explicitado, não prescinde das atribuições da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas e dos Conselhos específicos de fiscalização e controle da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano Municipal de Educação tem dimensões que alcançam a perspectiva da educação pública, ou seja, tem a unidade como princípio e se coloca como ponto de referência para o cumprimento da obrigatoriedade pelo poder público na oferta da educação e pelo alcance do direito público subjetivo do cidadão.

Da mesma forma é um Plano que se propõe a extrapolar as gestões políticas, se colocando com indutor na definição de políticas públicas para toda a sociedade. Pode parecer estranho que um Plano tenha esse poder, mas na medida em que ele é apreciado e aprovado pelo Poder Legislativo, em que é sancionado pelo Poder Executivo e se transforma em Lei, consolida, então, na expressão máxima entre os desejos e possibilidades da educação no Município de Campos de Júlio. Assim, por coerência, o atual administrador público da mesma forma que os demais, devam pautar suas ações a partir dos objetivos e metas aqui propostos.

Afinal, o Plano Municipal de Educação tem o caráter de Plano de Estado. No documento estão presentes as metas e estratégias para a educação básica. Isso pode parecer uma limitação, mas não implica restrição na sua capacidade de contemplar o nível superior. De fato, esse Plano lida com a especificidade constitucional de atendimento da Secretaria Municipal de Educação, ao mesmo tempo em que se complementa com o Plano Estadual de Educação. A construção desse Plano é mais um passo em busca da educação de qualidade para todos. Certamente que a conquista do sucesso

depende da capacidade de mobilização de todos os atores, na contínua avaliação das metas e estratégias e na interação entre as conquistas individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.L. Arruda. **História da Educação.** 2ªEd. São Paulo: Editora Moderna.2000.

ARROYO,Miguel G.FERNANDES, Bernardo M**.A educação básica e o Movimento Social no campo**.Brasília: Coordenação de Articulação Nacional

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Declaração Mundial sobre a Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas da Aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990.

_____CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer n° 22/98, Brasília, 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacional da Educação Infantil. Brasília, 2000.

_____ CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Resolução n°2/98, Brasília, 1998.

_____ CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parecer n° 15/98, Brasília, 1998.

_____ CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução n° 3/98, Brasília, 1998.

_____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: Livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____ CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer n°2/01, Brasília, 2001.

_____ CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer n°17/01, Brasília, 2001.

_____ CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer n° 11/00, Brasília, 2000.

_____ CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Resolução n° 1/00, Brasília, 2000.

_____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1:Introdução.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei nº 9.394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1-9, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2014.

_____.Presidência da República. Constituição 1988: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em:

lado.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Lei 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de fev.2006. Disponível em: www.senado.gov.br.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO,José Eustáquio. **Município e Educação.**São Paulo:Ed. Cortez.1993

GOVERNO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação-**Plano Estadual de Educação** – PEE - Lei Nº 10.111/14, de 06 de junho de 2014. Cuiabá-MT, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de Educadores: Novos desafios para as Faculdades de Educação**. INEP.

_____. **Ensino Médio. Construindo uma proposta para os que vivem do Trabalho**. Editora Cortez. São Paulo-2000.

MONLEVADE, João Antônio de. **Educação Pública no Brasil**. Contos e Descontos. Editora Idéia. 2ª Edição. Brasília.2000.

_____. Fazer para Acontecer. Idéia Editora. Brasília - DF 2002.

_____.**Quem manda na Educação no Brasil**? Editora Idéia. Brasília DF, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO. Lei Orgânica do Município de Campos de Júlio. Campos de Júlio, 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, Plano Nacional da Educação.Lei 13.005/14**. Brasília, 2014.

SAVIANI, Demerval**. A Nova Lei da Educação, LDB.Trajetória, Limites e Pespectivas**. 2ª. ed. Campinas

SITES CONSULTADOS:

http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&c...

http://tabnet.datasus.gov.br/

http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/...

[1] Classificação climática de Köppen-Geiger: Aw.

[2] CNE. Resolução CEB 1/99. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p. 18

[3] Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab...

[4] Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014 – IBGE Cidades

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 695, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA,ACRESCENTA AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E A REALIZAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORCAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1° Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir contribuição financeira para o Sindicato Rural de Campos de Júlio, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 03.292.600/0001-69, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), com objetivo auxiliar financeiramente a promoção da Exposição Agroindustrial intitulada "Expojúlio", a realizar-se no período de 20 a 23 de agosto do ano em curso, no parque de exposição municipal.

§ 1º A transferência dos recursos financeiros prevista no *caput* será efetivada mediante remessa bancária na conta corrente nº. 10.008-0, agência nº. 4111-4, do Banco do Brasil S/A, de titularidade da entidade sindical, no prazo de até 15 (quinze) dias após a publicação dessa lei.

§ 2º Aos fins do que dispõe o *caput* o Executivo Municipal firmará convênio com o Sindicato Rural, cujas cláusulas conterão a disciplina sobre os recíprocos interesses dos partícipes, segundo minuta que é parte integrante dessa lei.

§ 3º Fica condicionado o repasse da contribuição financeira ao Sindicato Rural à concessão de entrada franca (gratuita) em um dia da festividade, a ser estipulado entre o Executivo e o Sindicato no Anexo I –Termo de Convênio.

Art. 2º Os recursos repassados serão destinados à cobertura das despesas decorrentes da realização do evento, devendo ser prestado contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo, no prazo máximo de 30 (trinta dias) após o recebimento do valor autorizado nessa lei, devidamente assinada pelo representante legal da entidade e instruído com os seguintes documentos:

I-Ofício encaminhando a prestação de contas;

II- Documentos fiscais originais comprobatórios da aplicação dos recursos transferidos, isentos de quaisquer rasuras ou borrões.

Parágrafo único. A entidade deverá restituir à Fazenda Pública Municipal, no prazo fixado para a prestação de contas, o saldo remanescente dos valores repassados e não executados na finalidade destinada nessa lei, mediante depósito bancário em conta a ser especificada pela municipalidade.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2015, previsto na Lei nº 591, de 26 de novembro de 2013, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 11-Secretaria Mun. De Agric. Pecuária e Meio Ambiente **Unidade:** 01 Departamento Agropecuário **Função:** 20 Agricultura **Sub-função:** 608-Promoção da Produção Agropecuária **Programa:** 12- Desenvolvimento Agropecuário **Projeto:** 1.052 Auxílio Financeiro à realização da Exposição Agroindustrial- Expojúlio **Produto:** unidade **Exercício:** 2015 160.000,00 **Valor Total:** R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) **Meta**: Oferecer condições para a realização da Exposição Agroindustrial, fortalecendo o agronegócio, trazendo lazer e entretenimento à população.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 636, de 25 de junho de 2014, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 11-Secretaria Mun. De Agric. Pecuária e Meio Ambiente **Unidade:** 01 Departamento Agropecuário **Função:** 20 Agricultura **Sub-função:** 608-Promoção da Produção Agropecuária **Programa:** 12- Desenvolvimento Agropecuário **Projeto:** 1.052 Auxílio Financeiro à realização da Exposição Agroindustrial- Expojúlio **Produto:** unidade **Exercício:** 2015 160.000,00 **Valor Total:** R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) **Meta**: Oferecer condições para a realização da Exposição Agroindustrial. Fortalecendo o agronegócio, trazendo lazer e entretenimento à população.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro de 2015, previsto na Lei nº 653, de 01 de dezembro de 2014, no valor de R$ 160. 000,00 (cento e sessenta mil reais), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 09- SECRETARIA MUN. DE AGRC. PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO

PROJETO 1.052 Auxílio Financeiro à Realização da Exposição Agroindustrial- Expojúlio

FONTE RECURSO: 100– Recursos próprios

ELEMENTO: 3.3.50.45.00.00.00.00.0100 Subvenções Econômicas R$ 160.000,00

Total RS 160.000,00

Art. 6º Para atendimento da suplementação que trata o artigo quinto serão utilizados recursos provenientes anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentarias.

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE:01 Departamento de Estradas e Serviços Rodoviários

(115)33.90.30.00.00.00.00.2.013.0100 Material de Consumo R$ 80.000,00

(117)44.90.51.00.00.00.00.1.046.0100 Obras e Instalações R$ 80.000,00

Total anulação R$ 160.000,00

Art. 7º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de junho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO

CELEBRAÇÃO ENTRE A AFAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E O SINDICATO RURAL DE CAMPOS DE JÚLIO.

A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no 01.614.516/0001-99, com sede na Avenida Valdir Masutti, nº 779-W, Bairro Bom Jardim, em Campos de Júlio-MT, nesse ato representado pelo Prefeito, Srº. **DIRCEU MARTINS COMIRAN**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº. 173.867.301- 44 e RG nº. 1135359- 7 SSP/MT, residente e domiciliado na Av. Adelino José Zamo, nº. 1214, centro, em Campos de Júlio, e de outro lado o **SINDICATO RURAL DE CAMPOS DE JÚLIO**, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.292. 600/001-69, nesse ato representado por seu presidente, senhor **SÉRGIO BARBIERI**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº. 186. 650.989-68 e no RG sob nº. 969161-8 SSP/SC, celebram esse CONVÊNIO, nos termos e aos fins seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA-DOS OBJETIVOS: São objetivos do CONVÊNIO a contribuição da Fazenda Municipal, de ordem financeira, para que o Sin-

dicato Rural de Campos de Júlio possa realizar a Exposição Agroindustrial intitulada “Expojúlio”, no período de 20 a 23 de agosto do corrente ano.

CLÁUSULA SEGUNDA-DA OBRIGAÇÃO DA FAZENDA MUNICIPAL: Compete a FAZENDA MUNICIPAL transferir ao SINDICATO RURAL DE CAMPOS DE JÚLIO a importância de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a título de auxilio financeiro, em parcela única, mediante remessa bancaria na conta corrente nº. **10.008-0, agência nº. 4111-4, do Banco do Brasil S/A,** de titularidade da entidade sindical, no prazo de até 15(quinze) dias após a publicação da lei autorizativa.

.

CLÁUSULA TERCEIRA-DAS OBRIGAÇÕES DO SINDICATO RURAL DE CAMPOS DE JÚLIO: Compete a esse partícipe:

I- Destinar a importância que lhe for repassada em virtude do presente convênio à satisfação das despesas com o evento intitulado “Exposição Agroindustrial de Campos de Júlio”, do ano de 2015.

II- Prestar contas à Fazenda Municipal da fiel e exata aplicação dos referidos recursos financeiros até 30 (trinta) dias da realização do evento, através de documentos de plena validade contábil e jurídica e em consonância com os requisitos exigidos na lei autorizativa.

Parágrafo único. A entidade devera restituir a Fazenda Pública Municipal, no prazo fixado para a prestação de contas, o saldo remanescente dos valores repassados e não executados na finalidade destinada em lei, mediante depósito bancário em conta a ser especificada pela municipalidade.

CLÁUSULA QUARTA-DA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA: A subscrição desse convênio e a prestação do auxilio financeiro nele prevista acham-se autorizadas pela Lei nº....., de.....de.....de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As responsabilidades financeiras decorrentes desse convênio correrão à conta da dotação orçamentária consignada em lei específica.

CLÁUSULA OITAVA-DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste convênio será até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA NONA-DO FORO COMPETENTE: Fica eleito o foro da comarca de Comodoro/MT para dirimir questões porventura advindas das relações legais e convencionais ora estabelecidas.

Assim acordadas, as partes interessadas subscrevem esse instrumento, em quatro vias de igual teor, à vista de testemunhas, para segurança recíproca.

Campos de Júlio, ____de ____-de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

SÉRGIO BARBIERI

Presidente do Sindicato Rural de Campos de Júlio/MT

TESTEMUNHAS:

1ª_____

Nome:

CPF:

2ª_____

Nome:

CPF:

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 039, DE 02 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

***CONSIDERANDO** a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no Processo Seletivo Público nº 001/2014, para admissão de Agente Comunitário de Saúde-ACS e Agente de Combate às Endemias-ACE nº 001/2014, regido pelo Edital nº 001, de 24 de janeiro de 2014, para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Processo Seletivo Público 001/2014, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos no edital, para a efetiva nomeação.

CARGO	ÁREA	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS	USF 1 - GOVERNADOR DANTE DE OLIVEIRA ZONA URBANA	ROZANA POLEZE KNOBLACK	59

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 16.2 do edital 001/2014 a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III-Certidão de casamento ou nascimento;

IV-Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

VI-Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX-Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do município;

XIII-Duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV-Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI-Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII-Declaração contendo o endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX-Declaração de bens;

XX-Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

XXI-Comprovante de dados bancários de titularidade do candidato.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do Processo Seletivo Publico, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público o(s) candidato(s) que não se apresentar à administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse instrumento convocatório, conforme previsto no item 15.4 do edital nº 001/2014.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 15.2 do edital nº 001/2014.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 02 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 108/2014, firmado com o *BANCO DO BRASIL S/A* paraserviços de disponibilização de informações relativas a contracheques, em terminais de autoatendimento e Internet, para usuários correntistas do BANCO.

O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Paraná nº 93, Centro, nesta cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº 132.773.839-20, no final assinado, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado BANCO DO BRASIL S.A; sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, por sua agência nesta cidade, sita à Avenida Paraná, 78, Centro, Canarana - MT, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CNPJ - sob o número 00.000.000/0197-04,neste ato representado por seu administrador, Sr MAURO CEZAR RAGGIOTTO, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Pregão Presencial nº 22/2013, tem, entre si, ajustado o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº de 21 de junho de 1993, e pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo, objeto do Contrato originário, a Cláusula Décima Primeira - da Vigência, referente ao processo de licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 006/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Décima Primeira – da Vigência, **do contrato originário o total de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias.**

2.2 – O prazo de execução fica estendido até o dia 30/06/2016.

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência da necessidade da prestação de serviços para o envio de dados para o prestação de serviços de pagamento da folha de salário e armazenamento de contracheques dos servidores município Canarana-MT.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 24 de Junho de 2015.

PELA CONTRATANTE:

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

REPRESENTANTE: EVALDO OSVALDO DIEHL

PELO BANCO

_____

BANCO DO BRASIL S/A

CNPJ 00.000.000/0197-04

REPRESENTANTE: MAURO CEZAR RAGGIOTTO

Testemunhas:

01:_____

Nome:.....

CPF:.....

02:_____

Nome:.....

CPF:.....

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 110-2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 110 - 2015

Data: 30/06/2015

Contratado: A M DA COSTA SILVA -ME,

Objeto: execução de obras de Construção de Bloco com 03 (três) Salas de Aulas e Serviços de Pintura no Bloco Antigo da Escola Municipal Elidio Corbari no Distrito de Guarapu

Valor: R$133.813,63 (Cento e Trinta e Três Mil, Oitocentos e Treze Reais e Sessenta e Três Centavos)

Vigência: 31/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 029/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

A Pregoeira torna público o resultado do *PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2015*, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, O objeto é **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS** e sagraram-se vencedores as empresas: **DENTAL CENTRO OESTER LTDA - EPP i**nscrita no**CNPJ/MF n.º 36.900.926/0001-80** no valor total de **R$ 26.053,75 (vinte e seis mil cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos)**,a empresa STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.995.371/0001-50 no valor total de R$ 93.277,11(noventa e três mil duzentos e setenta e sete reais e onze centavos), a empresa LUVERMED DISTRIBUIDORA DE

MEDICAMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.391.064/0001-99 no valor total de R$ 33.470,75 (trinta e três mil quatrocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), a empresa L. P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA – EPP inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.832.896/0001-29 no valor total de R$ 6.237,31 (seis mil duzentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos), a empresa DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.835.955/0001-70 no valor total de R$ 317.515,40 (trezentos e dezessete mil quinhentos e quinze reais e quarenta centavos), a empresa FILGUEIRA E SANTANA LTDA EPP inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.437.468/0001-61 no valor total de R$ 156.342,00 (cento e cinqüenta e seis mil trezentos e quarenta e dois reais), a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.652.030/0001-70 no valor total de R$ 204.022,00 (duzentos e quatro mil vinte e dois reais).

Castanheira - MT, 07 de julho de 2015.

ROSANA DA SILVA

Pregoeira

EDITAL N.È 001/2015 CONSELHO TUTELAR

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015

O (A) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE Castanheira- MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela n.º 599/2008 de 19 de Maio de 2008 e Decreto Municipal n.º 022/2015 de 07 de Maio de 2015, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 03/2015**, do CMDCA de Castanheira- MT.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 599/2008 e Resolução nº 003/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Castanheira - MT, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

1.2.

Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 04 de outubro de 2015, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2016;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2016/2019, torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único[1], 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal 599/2008;

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Castanheira - MT visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes no colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 13, da Lei Municipal nº 485/2005, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral;

b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

c) Residir no município;

d) Estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);

f) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;

g) Aptidão no trabalho junto à criança e o adolescente.

h) Reconhecida experiência na área de defesa ou atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 6º da Lei Municipal nº 485/205 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. O valor do vencimento é de: R$: 974.29, (Novecentos e Setenta e Quatro reais e Vinte Nove Centavos);

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.4. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2013;

b) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

a) Inscrições e entrega de documentos;

b) Relação de candidatos inscritos;

c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;

d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;

e) Dia e locais de votação;

f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;

g) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

h) Termo de Posse.

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso e/ou formulário eletrônico, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Castanheira- MT, à Rua 4 de Julho , nº s/n, nesta cidade, das 08:00 às 11:00 horas entre os dias 10 de Julho de 2015 e 30 de Julho de 2015,

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa nas 04 (quatro) últimas eleições;

c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

e) Comprovante de experiência ou especialização na área da infância e juventude (dentre outras exigências estabelecidas na Lei Municipal local).

8.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

8.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;

8.6. Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

8.7. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.8. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 10 (dez) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação referida no item anterior.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de **02(dois) dias** contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 05 (cinco) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 02 (dois) dias para apresentar sua defesa;

10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior[2];

10.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;

10.9. **Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.**

11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 10. 8 deste Edital;

11.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

11.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

11.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

11.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

11.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

11.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

11.10. **É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;**

11.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

11.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

12.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Castanheira-MT realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;

12.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do MT;

12.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

12.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

12.11. Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

13.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

13.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

13.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

13.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

15. DA POSSE:

15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada à ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Castanheira-MT, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº485/2005;

16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Castanheira, 30 de Junho de 2015

Amaziles Eleto Volarino

Presidente do CMDCA

ANEXO

Calendário Referente ao Edital nº 03/2015 do CMDCA[3]

1 - Publicação do Edital: XX/XX/2015;

2 - Inscrições na sede do CMDCA das 08:00h do dia 10/07/2015 às 11:00h do dia 30/07/2015;

3 - Análise dos Requerimentos de inscrições: de 01/08/2015 a 10/08/2015;

4 - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas: 11/08/2015;

5 - Prazo para recurso de 12/08/2015 a 18/08/2015;

6 - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 19/08/2015 a 24/08/2015;

7 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 25/08/2015;

8 - Abertura de prazo para recurso à Plenária do CMDCA: 26/08/2015;

9 - Julgamento dos recursos pelo CMDCA: 29/08/2015;

10 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos): 30/08/2015;

11 - Dia da votação: 04/10/2015;

12 - Divulgação do resultado da votação: 05/10/2015;

13 - Prazo para impugnação do resultado da eleição: de 05/10/2015 a 05/10/2015;

14 - Julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 05/10/2015;

15 - Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 05/10/2015;

16 - Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição: de 06/10/2015 a 07/10/2015;

17 - Publicação do resultado do julgamento dos recursos: 08/10/2015;

18 - Proclamação do resultado final da eleição: 09/10/2015;

19 - Posse e diplomação dos eleitos: 10/01/2016.

[2] A Comissão Especial deverá definir a forma de apresentação do recurso.

[3] O presente calendário deve ser adequado às disposições da Lei Municipal local, em especial quanto aos prazos e datas nele estabelecidos (exceto quanto ao dia da eleição e data da posse, decorrentes de normas de âmbito Federal).

RESOLUÇÃO N.º 03/2015

Resolução n.º003/2015

Dispõe sobre o processo eleitoral para conselheiros tutelares de Castanheira - MT quadriênio 2016-2019.

Art.º 1º O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente torna público a eleição para conselheiros tutelares no Município de Castanheira - MT.

Art.º 2º Estabelecer a data de 04 de Outubro de 2015 para realização da eleição unificada para conselheiros tutelares do Município de Castanheira.

Art.º 3º Serão 05 vagas para conselheiros tutelares titulares e 05 vagas para conselheiros tutelares suplentes.

Art.º4º Os critérios para inscrição, carga horária, salário e forma de avaliação de processo seletivo para ir para o processo eletivo será divulgado em edital específico que será divulgado posteriormente.

Art.º 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Amaziles Eleto Vilarino

Presidente do CMDCA

Castanheira em 30 de Junho de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
Prefeitura Municipal de Castanheira - MT
Concurso de Projetos 01/2015
Custo do Projeto: 427,200,00
Local de Realização do Projeto: Município de Castanheira - MT
Data de assinatura do TP: 25 de Junho de 2015 **Início do Projeto: 01 de Julho de 2015** **Término: 01 de Julho de 2016**
Objeto do Termo de Parceria: Elaborar planos e projetos; fiscalizar e executar serviços de consultoria e assessoramento O projeto tem como função o atendimento na área de saúde sob a gestão da Secretaria de saúde da Prefeitura Municipal de Castanheira/MT
Nome da OSCIP: Instituto de Pesquisa e Gestão de Políticas Publicas **Endereço: SCN Quadra 01 BL F – Sala 516** Cidade: Brasília UF: DF CEP:70711-905 Tel.:(61)9606-2383 E-mail:contato@ipgp.org.br
Nome do responsável pelo projeto: Ana Lucia Vieira de Souza
Cargo / Função: Presidente

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 029/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

A Pregoeira torna público o resultado do *PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2015*, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, O objeto é **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS** e sagraram-se vencedores as empresas: **DENTAL CENTRO OESTER LTDA - EPP i**nscrita no**CNPJ/MF n.º 36.900.926/0001-80** no valor total de **R$ 26.053,75 (vinte e seis mil cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos)**,a empresa STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.995.371/0001-50 no valor total de R$ 93.277,11(noventa e três mil duzentos e setenta e sete reais e onze centavos), a empresa LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.391.064/0001-99 no valor total de R$ 33.470,75 (trinta e três mil quatrocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), a empresa L. P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA – EPP inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.832.896/0001-29 no valor total de R$ 6.237,31 (seis mil duzentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos), a empresa DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.835.955/0001-70 no valor total de R$ 317.515,40 (trezentos e dezessete mil quinhentos e quinze reais e quarenta centavos), a empresa FILGUEIRA E SANTANA LTDA EPP inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.437.468/0001-61 no valor total de R$ 156.342,00 (cento e cinqüenta e seis mil trezentos e quarenta e dois reais), a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.652.030/0001-70 no valor total de R$ 204.022,00 (duzentos e quatro mil vinte e dois reais).

Castanheira - MT, 07 de julho de 2015.

ROSANA DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAMOS aServidora Publica Municipal Efetiva a Srª. **SHEILA CAROLINA FRANCO VIEIRA,** no Cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para comparecer ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, para tratar de assunto relacionado a sua vida funcional junto a este órgão de acordo com o Artigo 143 parágrafo II da Lei Municipal 581/91.

Notificamos ainda, pois a servidora não comparece ao Serviço Público por mais de 60 (sessenta) dias, sem justificativas, ocorridas no período de maio/2015 até a presente data.

O prazo de comparecimento é de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação desta.

Chapada dos Guimarães-MT, 06 de Julho de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
ATA DE CONCLUSÃO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA TOMADA DE PREÇOS N. 009/2015

ATA DE CONCLUSÃO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

TOMADA DE PREÇOS N. 009/2015

Às 08:00h (oito horas) do dia 06 (seis) de Julho de 2015 (dois mil e quinze), na sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Cláudia, sito à Av. Gaspar Dutra, s/n, Centro, Município de Cláudia reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria 003/2015, sob a presidência do Sra. Shirley Yotzchetz, para a abertura e apreciação da **TOMADA DE PREÇOS N.º 009/2015**, referente a **Contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais da Prefeitura Municipal de Cláudia**. Dando início aos trabalhos a Comissão Permanente de Licitação informa o retorno dos 01 (um) Envelopes 01 - Invólucro destinado à apresentação da via não identificada do plano de comunicação publicitária e 01 (um) Envelopes 03 – Proposta Técnica – Capacidade de Atendimento e repertório em nome da empresa H B FABRIS PUBLICIDADE ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 21.720.458/0001-95, que estavam de posse da Comissão Técnica de Julgamento da Proposta Técnica. Na oportunidade foi encaminhado pela Subcomissão Especial de Licitação Relatórios da análise do Envelope 01 e 03 e ata de julgamento. Na sequencia a Comissão Permanente de Licitação atendendo o disposto no edital e lei 12.232/2010 realizou a abertura dos invólucros com a via identificada do plano de comunicação publicitária - Envelopes nº 02 - invólucro para a via não identificada do plano de comunicação publicitária, providenciou o cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria, sendo comprovada que os envelopes 01 e 02 tinham documentação idêntica, apenas não constando no envelope 02 as peças da idéia criativa conforme previsto no edital. Após a identificação dos autores do Envelope 03, ficou comprovada que a Empresa 01 assim definida pela Subcomissão Especial de Licitação era a empresa H B FABRIS PUBLICIDADE ME. Desta forma, levando em consideração a Pontuação obtida fica classificada a empresa da seguinte forma:

Requisito avaliado	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
Raciocínio Básico – **Envelope 01**	20	16
Estratégia de Comunicação– **Envelope 01**	20	18
Idéia Criativa– **Envelope 01**	15	10
Estratégia de Mídia– **Envelope 01**	15	09

Capacidade de Atendimento – **Envelope 03**	10	08
Repertório – **Envelope 03**	10	05
Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação– **Envelope 03**	10	05
	100	71

Assim fica classificada em 1° Lugar no Julgamento da Proposta Técnica a empresa H B FABRIS PUBLICIDADE ME com 71 (setenta e um) pontos. Na oportunidade a empresa H B FABRIS PUBLICIDADE ME renunciou o interesse em recorrer em face de concordar com julgamento do item e pontuação obtida pela sua empresa nos itens Raciocínio Básico, Idéia Criativa e Capacidade de Atendimento, sendo que apresentará razões no prazo legal. Nada mais havendo, eu, Edinéia Valtrick, que secretariei os presentes trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por quem de direito.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

_____ _____

Shirley Yotzchetz Edinéia Valtrick

PRESIDENTE SECRETÁRIA

_____

HEMILIN TIEDT

MEMBRO

Empresa Participante:

H B FABRIS PUBLICIDADE ME

CNPJ: 21.720.458/0001-95

Henrique Basinski Fabris

PREVI-CLAUDIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 001/2015 DO PREVI-CLAUDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2015.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CLÁUDIA/MT.

CONTRATADO: H. BOSA E F. GARCIA LTDA.

OBJETO: ALTERAÇÃO DA RAZAO SOCIAL E DO DOMICILIO DA EMPRESA H BOSA E F. GARCIA LTDA QUE PASSA A SER A SEGUINTE I. F. GARCIA E CIA LTDA inscrita no CNPJ sob o n. º 10.541.510/0001-20, situada na Rua Monsenhor Trebaure, nº 210, Centro Norte, CEP – 78.005-380, na cidade de Cuiabá-MT, **E O PREVI-CLAUDIA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CLAUDIA – MT.**

CLÁUDIA/MT 29 DE JUNHO DE 2015.

SHEILA YOTZCHETZ

Diretora Executiva do Previ-Claudia

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
LEI Nº 629/2015 DE 03 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 629/2015

Autor: Vereador Oseia Pereira Guedes.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL BOM SAMARITANO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faço saber que, a Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL BOM SAMARITANO, localizada na Avenida Oswaldo Tomazzi, nº168, Bairro Centro, no Município de Colniza/MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 21.192.809/0001-32.

Art. 2º – A associação a que se refere o *"caput",* do artigo anterior fica sujeita aos dispositivos da Lei Municipal nº. 456/2009.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 03 de Julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
LEI Nº 633/2015 DE 06 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 633/2015

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faço saber que, a Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I – as metas e prioridades da administração municipal;

II – as metas fiscais;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2016 foram estabelecidas em compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período 2014 – 2017, conforme Anexo I, integrante da presente lei.

§ 1º – A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

§ 2º – Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras, estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 3º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

CAPÍTULO II

DAS METAS FISCAIS

Art. 4º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, do Anexo I - Metas Fiscais e do Anexo II - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

Art. 5º. É facultado ao Poder Executivo, conforme previsto na art. 63 da LRF, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;

2. Juros e Encargos da Dívida;

3. Outras Despesas Correntes;

4. Investimentos;

5. Inversões Financeiras;

6. Amortização da Dívida;

7. Outras Despesas de Capital.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 9º. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 10º. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – Situação econômica do Município

II – Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III – Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I – Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II – Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº 4.320/64;

IX – Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI – Quadro de Detalhamento de Despesas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.11º. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 12. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV – austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 13. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão considerados as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5°. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, bem como, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 30% do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2016 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 14. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de setembro de 2015, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2016, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal até a data de 30 de outubro de 2015.

CAPITULO V

DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 17. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 18. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art.62, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias àquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 21. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 22. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no mínimo 1,0 % (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no Art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Caso não se concretize os riscos fiscais até o dia 30 de novembro de 2016, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 24. As despesas serão classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes àquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25. Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2015;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2016, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita Corrente Líquida, sem prejuízo à manutenção do equilíbrio fiscal.

Art. 26 - As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00 % (seis por cento) para o Legislativo e 54,00 (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, respectivamente da Receita Corrente Liquida, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Art. 27 – Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2016, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o Legislativo, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 28 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III da LRF.

Art. 29 – Na execução orçamentária de 2016, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal o Executivo Municipal adotará as seguintes medidas:

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas-extras, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, salvo as exceções da presente lei.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e os demais anexos nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas, para o aplicativo LRF – Cidadão.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2016, e de fevereiro de 2017, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 32. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2016, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 33. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2015, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2016 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 34. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art.35. Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 06 de Julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

Orgão	01 - CAMARA MUNICIPAL								
Unidade	00100 - CAMARA MUNICIPAL								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0014	PROCESSO LEGISLATIVO								
1066	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	PREDIO CONTRUIDO	UAL	01	031	25	200.000,00	0,00	200.000,00
1067	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	VEICULOS ADQUIRIDOS	S	01	031	1	50.000,00	0,00	50.000,00
1068	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO/PROCESSO SELETIVO	CONCURSO/PROCESSO SELETIVO		01	031	1	10.000,00	0,00	10.000,00
2036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	AÇÃO MANTIDA		01	031	12	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
					Total da Ações:	39	1.860.000,00	0,00	1.860.000,00

Total por Órgão:	39	1.860.000,00	0,00	1.860.000,00

Orgão	02 - GABINETE DO PREFEITO								
Unidade	00100 - GABINETE DO PREFEITO								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
1125	PARCERIAS COM ORGAOS DE OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO	AÇÃO MANTIDA		04	122	3	60.000,00	0,00	60.000,00
2008	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO			04	122	12	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
2054	REALIZAÇAO DE PREFEITURA ITINERANTE NOS BAIRROS E DISTRITOS			14	422	12	100.000,00	0,00	100.000,00
2055	REALIZAÇAO DE EVENTOS EM DATAS COMEMORATIVAS			04	122	12	100.000,00	0,00	100.000,00
2056	INSTALAÇAO E FUNCIONAMENTO DO PROCON			14	422	12	70.000,00	0,00	70.000,00
2058	IMPLANTAÇAO E MANUTENÇAO DO PROGRAMA CIDADE DIGITAL			04	126	12	30.000,00	0,00	30.000,00
					Total da Ações:	63	1.360.000,00	0,00	1.360.000,00

Total por Órgão:	63	1.360.000,00	0,00	1.360.000,00

Orgão	03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0009	COLNIZA LEGAL								
1114	REGULARIZAÇAO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL	CADASTRO CRIADO/ATUALIZADO		04	127	25	50.000,00	0,00	50.000,00
2034	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO			04	126	25	50.000,00	0,00	50.000,00
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	AÇÃO MANTIDA		04	121	12	900.000,00	0,00	900.000,00
					Total da Ações:	62	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00

Total por Órgão:	62	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00

Orgão	04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
1054	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO/PROCESSO SELETIVO	CONCURSO REALIZADO		04	122	1	30.000,00	0,00	30.000,00
2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	AÇÃO MANTIDA		04	122	12	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
2021	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	CAPACITAÇÕES REALIZADAS		04	128	4	25.000,00	0,00	25.000,00
					Total da Ações:	17	1.555.000,00	0,00	1.555.000,00

Total por Órgão:	17	1.555.000,00	0,00	1.555.000,00

Orgão	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. MUN. DE FINANÇAS								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	AÇÃO MANTIDA		04	123	12	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
2022	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	AÇÃO MANTIDA		04	129	12	600.000,00	0,00	600.000,00

2023	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	AÇÃO MANTIDA		28	843	12	300.000,00	0,00	300.000,00
2059	MANUTENÇAO E FUNCIONAMENTO DE POSTO VOLANTE DE FISCALIZAÇAO DE TRIBUTOS			04	125	1	120.000,00	0,00	120.000,00
					Total da Ações:	37	2.220.000,00	0,00	2.220.000,00

Unidade	00200 - RESERVA DE CONTINGENCIA								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S.Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA								
9999	RESERVA DE CONTIGENCIA			28	846	12	560.000,00	0,00	560.000,00
					Total da Ações:	12	560.000,00	0,00	560.000,00

Total por Órgão:	49	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00

Orgão	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0006	EDUCAR "MAIS"								
2051	ESTRUTURAÇAO E MANUTENÇAO DOS CONSELHOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇAO			12	361	5	20.000,00	0,00	20.000,00
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	AÇÃO MANTIDA		12	361	12	300.000,00	0,00	300.000,00
						Total da Ações:	17	320.000,00	0,00	320.000,00

Unidade	00200 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0006	EDUCAR "MAIS"								
1034	CONSTRUÇÃO DE CRECHE MUNICIPAL	CRECHE CONSTRUIDA	IDADE	12	365	1	200.000,00	0,00	200.000,00
1055	INFORMATIZAÇÃO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	ESCOLA ATENDIDA		12	361	2	40.000,00	0,00	40.000,00
1056	EXPANSÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DOS PRÉDIOS ESCOLARES	ESCOLA ATENDIDA		12	361	2	400.000,00	0,00	400.000,00
1057	AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS PRÉDIOS ESCOLARES	ESCOLAS REFORMADAS		12	361	2	300.000,00	0,00	300.000,00
1058	CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS	ESCOLA CONSTRUIDA		12	361	2	300.000,00	0,00	300.000,00
1060	ESTRUTURAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES	EQUIPAMENTOS EM GERAL		12	361	5	100.000,00	0,00	100.000,00
1061	PROMOÇAO DA APRENDIZAGEM ATRAVES DE PROJETOS PEDAGÓGICOS	ESCOLA ATENDIDA		12	361	15	150.000,00	0,00	150.000,00
1063	AQUISIÇÃO DE ONIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	ONIBUS ADQUIRIDOS		12	361	4	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
1106	AQUISIÇAO DE EMBARCAÇOES E BICICLETAS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR			12	361	101	100.000,00	0,00	100.000,00
1108	CONSTRUÇAO DE ESCOLA TECNICA PROFISSIONALIZANTE			12	363	50	200.000,00	0,00	200.000,00
2024	MANUTENÇÃO DO ENSINO JOVENS E ADULTOS	AÇÃO MANTIDA		12	366	650	80.000,00	0,00	80.000,00
2025	MANUTENÇÃO AS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL 25%	AÇÃO MANTIDA		12	361	7500	850.000,00	0,00	850.000,00
2028	DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAL DIDATICO PARA MODALIDADES	MODALIDADES ATENDIDAS		12	361	5	220.000,00	0,00	220.000,00
2029	ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	ALUNOS ATENTIDOS T. ESCOLAR		12	361	1500	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
2030	EXECUÇÃO DO PLANO DE MERENDA ESCOLAR - FUNDAMENTAL	ALUNOS ATENDIDOS		12	306	5500	660.000,00	0,00	660.000,00
2031	ATENDIMENTO A ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	ALUNOS ATENDIDOS		12	367	65	80.000,00	0,00	80.000,00
2032	FOMAÇÃO CONTINUADA COM FOCO NO DESEMPENHO ESCOLAR	CAPACITAÇÕES REALIZADAS		12	361	8	160.000,00	0,00	160.000,00
2039	PARCERIAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR	EDUCAÇÃO SUPERIOR	AS	12	364	3	80.000,00	0,00	80.000,00
2047	EXECUÇÃO DO PLANO DE MERENDA ESCOLAR - JOVENS E ADULTOS			12	306	400	50.000,00	0,00	50.000,00
2048	EXECUÇÃO DO PLANO DE MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA 4 A 5 ANOS			12	306	850	100.000,00	0,00	100.000,00
2049	EXECUÇAO DO PLANO DE MERENDA ESCOLAR - CRECHE 0 A 3 ANOS			12	306	700	180.000,00	0,00	180.000,00
2050	MANUTENÇAO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA E CRECHE			12	365	570	185.000,00	0,00	185.000,00
						Total da Ações:	17935	6.935.000,00	0,00	6.935.000,00

Unidade	00300 - FUNDEB 60%								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S.Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0006	EDUCAR "MAIS"								
2026	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 60%	AÇÃO MANTIDA		12	361	7500	10.725.000,00	0,00	10.725.000,00
					Total da Ações:	7500	10.725.000,00	0,00	10.725.000,00

Unidade	00400 - FUNDEB 40%								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S.Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0006	EDUCAR "MAIS"								
2027	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40%	AÇÃO MANTIDA		12	361	7500	5.825.000,00	0,00	5.825.000,00
					Total da Ações:	7500	5.825.000,00	0,00	5.825.000,00

Unidade	00500 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S.Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0007	FORTALECENDO A CULTURA								
1110	REALIZAÇAO DE EVENTOS CULTURAIS			13	392	10	75.000,00	0,00	75.000,00
					Total da Ações:	10	75.000,00	0,00	75.000,00

Total por Órgão:	15010	23.580.000,00	0,00	23.580.000,00

Orgão	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. DE MUN. DE DESPORTO E LAZER								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0008	FORMANDO CAMPEÕES								
1048	REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	SECRETARIA ESTRUTURADA	UAL	27	812	25	50.000,00	0,00	50.000,00
1050	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	EVENTOS REALIZADOS		27	812	26	130.000,00	0,00	130.000,00
1065	AQUISIÇÃO DE ONIBUS	ONIBUS ADQUIRIDO		27	812	1	150.000,00	0,00	150.000,00
1080	CONSTRUCAO E ILUMINACAO DOS CAMPOS DE FUTEBOL E MINI ESTADIO	CAMPOS ILUMINADOS CONSTRUIDO	UN	27	812	2	70.000,00	0,00	70.000,00
1112	CONSTRUÇAO DE ESTADIO DE FUTEBOL			27	811	25	200.000,00	0,00	200.000,00
1113	REFORMA DO GINÁSIO MUNICIPAL			27	811	1	50.000,00	0,00	50.000,00
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	AÇÃO MANTIDA		27	812	12	250.000,00	0,00	250.000,00
					Total da Ações:	92	900.000,00	0,00	900.000,00

Total por Órgão:	92	900.000,00	0,00	900.000,00

Orgão	08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. DE MUN. DE SAUDE								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2014	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - GESTÃO SUS	AÇÃO MANTIDA		10	301	12	250.000,00	0,00	250.000,00
					Total da Ações:	12	250.000,00	0,00	250.000,00

Unidade	00200 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0005	SAÚDE INTEGRAL								
1029	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE - BL. ATB 01	UNIDADES CONSTRUIDAS	ONSTRUID	10	301	1	200.000,00	0,00	200.000,00
1030	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - BL. MAC 02	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	NTOS	10	302	50	100.000,00	0,00	100.000,00
1031	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL - BL. MAC 02	HOSPITAL CONSTRUIDO	RCENTUAL	10	302	25	250.000,00	0,00	250.000,00
1045	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDIMENTO MEDICO HOSPITALAR - BL. MAC 02	VEÍCULOS ADQUIRIDOS	S	10	302	1	120.000,00	0,00	120.000,00
1046	CAPACITAÇÃO PERMANENTE PARA SERVIDORES DE SAUDE - BL. ATB 01	PROFISSIONAL CAPACITADO		10	301	100	25.000,00	0,00	25.000,00
1074	INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAUDE- BL. ATB 01	AÇÕES REALIZADAS		10	301	10	20.000,00	0,00	20.000,00
1099	AMPLIAÇAO E REFORMA DE UNIDADES BASICAS DE SADE - BL. ATB 01			10	301	1	120.000,00	0,00	120.000,00
1100	CONSTRUÇAO DE ACADEMIAS DE SAUDE - BL. ATB 01			10	301	1	100.000,00	0,00	100.000,00
1104	CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL - BL. MAC 02			10	302	1	125.000,00	0,00	125.000,00
1105	AQUISIÇAO DE VEÍCULOS PARA CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E VIGILANCIA EM SAUDE - BL. VS 0			10	305	1	40.000,00	0,00	40.000,00
1128	AQUISIÇAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES "INTERNOS" NO MUNICIPIO			10	302	1	60.000,00	0,00	60.000,00
2005	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA MUNICIPAL - BL. ATB 01	AÇÃO MANTIDA		10	301	12	4.320.000,00	0,00	4.320.000,00
2006	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA HOSPITAR E AMBULATORIAL - BL. MAC 02	AÇÃO MANTIDA		10	302	13000	8.180.000,00	0,00	8.180.000,00
2007	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE - BL. VS 03	AÇÃO MANTIDA		10	305	2680	980.000,00	0,00	980.000,00
2038	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA - BL. AFB 04	AÇÃO MANTIDA		10	303	14000	390.000,00	0,00	390.000,00

Total da Ações:	29883	15.030.000,00	0,00	15.030.000,00

Total por Órgão:	29895	15.280.000,00	0,00	15.280.000,00

Orgão	09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL								
Unidade	00100 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2018	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	AÇÃO MANTIDA		08	244	12	480.000,00	0,00	480.000,00
					Total da Ações:	12	480.000,00	0,00	480.000,00

Unidade	00200 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0001	INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDES								
1004	REALIZAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO DO MUNICIPIO	Munícipe Capacitado	unidade GR	11	333	1200	30.000,00	0,00	30.000,00
1008 1076 1085	IMPLANTAÇÃO DE OFICINAS DE PRODUTOS ARTESANAIS CONSTRUÇÃO CASA DO IDOSO - SEDE E GUARIBA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SEMTECAS	Implantação de Oficinas Casa Construida VIVER BEM		11 08 08	333 241 244	20 1 1	15.000,00 250.000,00 50.000,00	0,00 0,00 0,00	15.000,00 250.000,00 50.000,00
1088	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CRAS			08	244	10	30.000,00	0,00	30.000,00
2040	PARCERIAS, AUXILIOS COM INSTITUIÇÕES DE CARATER ASSISTENCIAIS			08	244	3	50.000,00	0,00	50.000,00
2042	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA			08	244	4800	312.000,00	0,00	312.000,00
2043	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DE MEDIA COMPLEXIDADE			08	244	1200	78.000,00	0,00	78.000,00
2044	REALIZAÇAO DE EVENTOS NA AREA SOCIAL E EM DATAS COMEMORATIVAS			08	244	10	35.000,00	0,00	35.000,00
2057	IMPLANTAÇAO E MANUTENÇAO DE CASA DE APOIO NA CAPITAL			08	244	1	60.000,00	0,00	60.000,00
					Total da Ações:	7246	910.000,00	0,00	910.000,00

Total por Órgão:	7258	1.390.000,00	0,00	1.390.000,00

Orgão	10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ASSITENCIA FUNDIARIA								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. DE MUN. DE AGRICULTURA E ASSISTENCIA FUNDIARIA								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2015	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	AÇÃO MANTIDA		20	606	12	500.000,00	0,00	500.000,00
					Total da Ações:	12	500.000,00	0,00	500.000,00

Unidade	00200 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0002	COLNIZA SUSTENTÁVEL								
1023	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA - AGRICULTURA	PATRULHAS ADQUIRIDAS	UN	20	601	2	200.000,00	0,00	200.000,00
1081	IMPLANTACAO DE FRIGORIFICO E LABORATORIO DE PISCICULTURA	FRIGORIF. E LAB. CONSTRUIDO		20	602	50	300.000,00	0,00	300.000,00
1093	REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM GERAL E EM DATAS COMEMORATIVAS (AGROPECUARIOS)			20	606	5	150.000,00	0,00	150.000,00
2045	AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS	Diversificação de Cadeias Produtivas	iversificada	20	606	25	100.000,00	0,00	100.000,00
2046	MANUTENÇAO DE VIVEIROS E DISTRIBUIÇAO DE MUDAS			20	601	10000	100.000,00	0,00	100.000,00
					Total da Ações:	10082	850.000,00	0,00	850.000,00

Total por Órgão:	10094	1.350.000,00	0,00	1.350.000,00

Orgão	11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO								
Unidade	00100 - GAB. DO SEC. DE MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2016	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	AÇÃO MANTIDA		18	541	12	150.000,00	0,00	150.000,00
					Total da Ações:	12	150.000,00	0,00	150.000,00

Unidade	00200 - DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTE

Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0004	INTEGRAÇAO - HOMEM NATUREZA								
1014	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS	CORREGOS REVITALIZADOS	S	18	541	10	20.000,00	0,00	20.000,00
1016	REVITALIZAÇÃO DE CORREGOS DA MALHA URBANA E AREAS DE APP'S			18	543	25	100.000,00	0,00	100.000,00
1095	ESTIMULAÇÃO DA AGROSSILVICUTURA PARA RECUPERAÇAO DE APP'S			18	543	12	30.000,00	0,00	30.000,00
1096	CRIAÇAO DE PARQUE ECOLOGICO MUNICIPAL AS MARGENS DO RIO PERSEVERANÇA (ENTORN			18	541	33	50.000,00	0,00	50.000,00
1098	ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL			18	541	3	50.000,00	0,00	50.000,00
					Total da Ações:	73	250.000,00	0,00	250.000,00

Unidade	00300 - DEPARTAMENTO TURISMO								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0003	FALANDO EM TURISMO								
1010	ESTUDO DO POTENCIAL TURISTICO DO MUNICIPIO	PONTOS TURISTICOS APURADOS	ALIZADOS	23	695	25	20.000,00	0,00	20.000,00
1011	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	EVENTOS REALIZADOS		23	695	6	100.000,00	0,00	100.000,00
1094	ESTRUTURAÇÃO DO PONTO TURISTICO AS MARGENS DO RIO ARIPUANÃ			23	695	25	100.000,00	0,00	100.000,00
1130	CONSTRUÇAO DE ÁREA DE LAZER E RAMPA (PORTO) NO RIO GUARIBA E ROOSVELT			23	695	2	300.000,00	0,00	300.000,00
2002	DIVULGAÇÃO DOS POTENCIAIS TURISTICOS DE COLNIZA	DIVULGAÇÕES REALIZADAS	es	23	695	50	20.000,00	0,00	20.000,00
					Total da Ações:	108	540.000,00	0,00	540.000,00

Total por Órgão:	193	940.000,00	0,00	940.000,00

Orgão	12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA								
Unidade	00100 - SEC. DE MUN. DE OBRAS E INFRA-ESTRUTRA								
Código	Programa\ Ações	Produto	U.Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0010	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS								
1020	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DA ZONA URBANA	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	RIO	15	451	10	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
1024	AQUISIÇÃO DE PATRULHA RODOVIÁRIA	MAQUINAS ADQUIRIDAS		26	782	2	150.000,00	0,00	150.000,00
1027	ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇAO DO AEROPORTO MUNICIPAL	AEROPORTO ADEQUADO	rcentual	26	781	25	100.000,00	0,00	100.000,00
1039	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS CONSTRUIDAS	DADES	16	482	50	50.000,00	0,00	50.000,00
1042	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	TERMINAL CONSTRUIDO	NIDADE	26	782	25%	100.000,00	0,00	100.000,00
1044	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PUBLICAS - CENTRAL E BAIRROS	PRAÇAS CONSTRUIDAS	IDADE	15	451	1	150.000,00	0,00	150.000,00
1070	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇAO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA	LUMINARIAS INSTALADAS	AS	15	451	150	300.000,00	0,00	300.000,00
1078	CONSTRUÇÃO DO NECROTÉIO/CASA MOTUÁRIA	Casa Mortuária		15	451	50	100.000,00	0,00	100.000,00
1115	SINALIZAÇAO DE VIAS E ORGAOS PUBLICOS			15	451	50	50.000,00	0,00	50.000,00
1116	CONSTRUÇAO DE ROTATÓRIAS NAS VIAS			15	451	2	50.000,00	0,00	50.000,00
1118	ARBORIZAÇAO, CONSTRUÇAO DE ESTACIONAMENTO E CALÇADAS AO LONGO DAS VIAS PUBLIC			15	451	1	250.000,00	0,00	250.000,00
1119	CONSTRUÇAO DA SEDE DA SECRETARIA DE OBRAS			04	122	50%	250.000,00	0,00	250.000,00
1121	AQUISIÇAO DE IMÓVEL, CONSTRUÇAO E AMPLIAÇAO DO PARQUE DE EXPOSIÇOES			15	451	25	200.000,00	0,00	200.000,00
1122	CONSTRUÇAO DA CASA DA MAE GESTANTE			15	451	50	100.000,00	0,00	100.000,00
1126	PARCERIAS PARA MANUTENÇAO DA BR-174 E 208			26	782	5	100.000,00	0,00	100.000,00
1127	REABERTURA E CASCALHAMENTO DAS RUAS DO DISTRITO GUARIBA E TRES FRONTEIRAS			15	451	12	250.000,00	0,00	250.000,00
2052	CONSERVAÇAO DE ESTRADAS VICINAIS (INCLUSIVE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS)	PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS		26	782	100	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
2053	CONSERVAÇAO DE RUAS, AVENIDAS E MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS PUBLICOS			15	452	100	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA								
2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	AÇÃO MANTIDA		15	452	12	200.000,00	0,00	200.000,00
					Total da Ações:	645	7.800.000,00	0,00	7.800.000,00

Unidade	00200 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0010	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS								
1134	CONTRUÇAO DE CENTRO DE ZOONOSES			15	451	1	300.000,00	0,00	300.000,00
0011	SANEAMENTO BÁSICO								
1018	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO	REDE DE ESGOTO IMPLANTADA	ear	17	512	25	100.000,00	0,00	100.000,00
1019	AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE AGUA POTAVEL	AGUA POTAVEL	ear	17	512	25	250.000,00	0,00	250.000,00
1123	REFORMA E AMPLIAÇAO DO DAE - ETA			17	512	1	50.000,00	0,00	50.000,00
1124	AQUISIÇAO E INSTALAÇAO DE HIDROMETROS			17	512	100	100.000,00	0,00	100.000,00
2019	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	AÇÃO MANTIDA		17	512	12	550.000,00	0,00	550.000,00
					Total da Ações:	164	1.350.000,00	0,00	1.350.000,00

Total por Órgão:	164	9.150.000,00	0,00	9.150.000,00

Orgão	13 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE COLNIZA								
Unidade	00100 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE COLNIZA								
Código	Programa\ Ações	Produto	U. Med.	Fun.	S. Fun	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor Rural	Valor Urbano
0013	PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS								
2035	ATIVIDADE A CARGO DO GERENCIAMENTO DE RECURSOS DO FUNDO	AÇÃO MANTIDA	GEM	09	272	12	430.000,00	0,00	430.000,00
9998	RESERVA DO RPPS	RESERVA RPPS	GEM	09	272	100	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00
					Total da Ações:	112	2.130.000,00	0,00	2.130.000,00

Total por Órgão:	112	2.130.000,00	0,00	2.130.000,00
Total:		63.275.000,00	0,00	63.275.000,00

2.1 DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS LDO 2016

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º,

Valores em R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	63.250.000	59.895.833	0,056%	64.605.000	58.544.476	0,052%	69.023.200	59.854.746	0,054%
Receitas Primárias (I)	61.714.000	58.441.288	0,055%	63.000.000	57.090.039	0,051%	67.346.200	58.400.504	0,053%
Despesa Total	63.250.000	59.895.833	0,056%	64.605.000	58.544.476	0,052%	69.023.200	59.854.746	0,054%
Despesas Primarias (II)	62.885.000	59.550.189	0,056%	64.224.000	58.199.217	0,052%	68.625.200	59.509.613	0,054%
Resultado Primário (I – II)	(1.171.000)	(1.108.902)	-0,001%	(1.224.000)	(1.109.178)	-0,001%	(1.279.000)	(1.109.109)	-0,001%
Resultado Nominal	(354.000)	(373.824)	0,000%	(370.000)	(408.302)	0,000%	(387.000)	(446.280)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	1.236.981	1.306.252	0,001%	867.064	956.822	0,001%	480.500	554.103	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	1.236.981	1.306.252	0,001%	867.064	956.822	0,001%	480.500	554.103	0,000%

FONTES: 1) IPCA IBGE Projeção BACEN Preços Médios Abr/2015 = 100. 2) PIB - MT Projeção SEFAZ/MT

ESPECIFICAÇÃO	2.016	2.017	2.018
IPCA - IBGE	5,6%	4,5%	4,5%
Inflator (Preços médios de Abr/2013)	1,0560	1,1035	1,1532
PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)			
Taxa de Crescimento Real	3,00%	3,0%	3,0%
Valores Projetados em R$ Milhares	R$ 112.028.222	R$ 123.090.973	R$ 127.399.157

2.2 DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LDO 2016

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

Valores em R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em Ano 2014	% PIB	II-Metas Realizadas em Ano 2014	% PIB	Variação	
	(a)		(b)		Valor	%

					(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	53.473.950	0,054%	50.292.613	0,050%	(3.181.337)	-5,95%
Receitas Primárias (I)	53.261.950	0,053%	49.743.332	0,050%	(3.518.618)	-6,61%
Despesa Total	53.473.950	0,054%	50.677.950	0,051%	(2.796.000)	-5,23%
Despesas Primarias (II)	53.090.950	0,053%	50.358.729	0,050%	(2.732.221)	-5,15%
Resultado Primário (I–II)	171.000	0,000%	(615.398)	-0,001%	(786.398)	0,00%
Resultado Nominal	(351.093)	0,000%	-	0,000%	-	0,00%
Dívida Pública Consolidada	655.329	0,001%	524.221	0,001%	(131.108)	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	655.329	0,001%	(2.442.726)	-0,002%	(3.098.055)	0,00%

PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)

R$ 99.869.245

Receitas Financeiras 212.000 549.281

Aplicações Financeiras 202.000 549.281

Operações de Crédito Alienação de Bens	- 10.000	-
Despesas Financeiras	383.000	319.221
Juros e Enc. Da Dívida	10.000	10.031
Amortização da Dívida	373.000	309.190

2.3 DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZALEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIASANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORESLDO 2016

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) Valores em R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	40.753.493	53.473.950	31,21%	63.000.000	17,81%	63.250.000	0,40%	64.605.000	2,14%	69.023.200	6,84%
Receitas Primárias (I)	40.513.493	53.261.950	31,47%	62.125.000	16,64%	61.714.000	-0,66%	63.000.000	2,08%	67.346.200	6,90%
Despesa Total	40.753.493	53.473.950	31,21%	63.000.000	17,81%	63.250.000	0,40%	64.605.000	2,14%	69.023.200	6,84%
Despesas Primarias (II)	40.421.493	53.090.950	31,34%	62.668.000	18,04%	62.885.000	0,35%	64.224.000	2,13%	68.625.200	6,85%
Resultado Primário (I – II)	92.000	171.000	85,87%	(543.000)	-417,54%	(1.171.000)	115,65%	(1.224.000)	4,53%	(1.279.000)	4,49%
Resultado Nominal	1.393.619	(351.093)	-125,19%	(335.000)	-4,58%	(354.000)	5,67%	(370.000)	4,52%	(387.000)	4,59%
Dívida Pública Consolidada	1.508.507	655.329	-56,56%	1.590.969	142,77%	1.236.981	-22,25%	867.064	-29,90%	480.500	-44,58%
Dívida Consolidada Líquida	1.508.507	655.329	-56,56%	1.590.969	142,77%	1.236.981	-22,25%	867.064	-29,90%	480.500	-44,58%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	36.161.416	50.252.749	38,97%	63.000.000	25,37%	59.895.833	-4,93%	58.544.476	-2,26%	59.854.746	2,24%
Receitas Primárias (I)	35.948.459	50.053.519	39,24%	62.125.000	24,12%	58.441.288	-5,93%	57.090.039	-2,31%	58.400.504	2,30%
Despesa Total	36.161.416	50.252.749	38,97%	63.000.000	25,37%	59.895.833	-4,93%	58.544.476	-2,26%	59.854.746	2,24%
Despesas Primarias (II)	35.866.825	49.892.820	39,11%	62.668.000	25,61%	59.550.189	-4,98%	58.199.217	-2,27%	59.509.613	2,25%
Resultado Primário (I – II)	81.633	160.699	96,85%	(543.000)	-437,90%	(1.108.902)	104,22%	(1.109.178)	0,02%	(1.109.109)	-0,01%
Resultado Nominal	1.236.587	(329.944)	-126,68%	(335.000)	1,53%	(335.227)	0,07%	(335.291)	0,02%	(335.594)	0,09%
Dívida Pública Consolidada	1.338.530	615.853	-53,99%	1.590.969	158,34%	1.171.384	-26,37%	785.726	-32,92%	416.675	-46,97%
Dívida Consolidada Líquida	1.338.530	615.853	-53,99%	1.590.969	158,34%	1.171.384	-26,37%	785.726	-32,92%	416.675	-46,97%
FONTES: 1) IPCA IBGE Projeção BACEN Preços Médios Abr/2013. 2) PIB - MT Projeção SEFAZ/MT											

ESPECIFICAÇÃO	2.013		2.014	2.015		2.016	2.017		2.018
	5,9%		6,4%	8,2%		5,6%	4,5%		4,5%
Inflator (Preços médios de Abr/2013)	1,127		1,064	1,000		1,056	1,104		1,153
PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)									
Taxa de Crescimento Anual	3,0%		5,0%	3,5%		1,1%	1,9%		2,2%
Valores Projetados em R$ Milhares	R$ 80.018.182	R$	99.869.245	R$ 102.066.368	R$	112.028.222	R$ 123.090.973	R$	127.399.157

2.4 DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LDO 2016

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

Valores em R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital Reservas Resultado Acumulado	24.173.363	100,0%	19.596.681	100,0%	15.959.775	100,0%
TOTAL	24.173.363	100,0%	19.596.681	100,0%	15.959.775	100,0%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital Reservas	-	100%	(2.765.260)	100%	1.565.505	100%

Resultado Acumulado						
TOTAL	**-**	**100%**	**(2.765.260)**	**100%**	**1.565.505**	**100%**

FONTE: Balanços Patrimoniais

- - -

2.5 DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS LDO 2016

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

Valores em R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (d)	2012
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis			-
TOTAL (I)	-	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2014 (b)	2013 (e)	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
TOTAL (II)			
SALDO FINANCEIRO (III) = I - II	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	-	-	-

FONTE: Anexo 15 Demonstração de Variações Patrimoniais

2.6 DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

LDO 2016

AMF - Demonstrativo VI - LRF Artigo 4º § 2º, IV , alínea "a"

Receitas	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.471.193,61	1.333.431,59	2.848.991,45
RECEITAS CORRENTES	2.471.193,61	1.333.431,59	2.848.991,45
Receitas de Contribuições dos Segurados	798.819,36	604.023,49	1.024.546,95
Pessoal Civil	798.819,36	604.023,49	1.024.546,95
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.660.647,53	714.804,65	1.813.597,42
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	11.726,72	14.603,45	10.847,08
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS			10.842,72
Outras Receitas Correntes	11.726,72	14.603,45	4,36
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-Orçamentárias) (II)	783.153,33	578.501,26	1.155.101,60
RECEITAS CORRENTES	783.153,33	578.501,26	1.155.101,60
Receitas de Contribuições	783.153,33	578.501,26	1.155.101,60
Patronal	783.153,33	578.501,26	1.155.101,60
Pessoal Civil	783.153,33	578.501,26	1.155.101,60
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-39.579,17	-18.632,99	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDÊNCIÁRIAS (III) = (I+II)	3.214.767,77	1.893.299,86	4.004.093,05

Despesas	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Exceto Intra-	358.215,27	293.028,55	503.424,04

Orçamentárias) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO	84.116,94	89.281,64	129.400,48
Despesas Correntes	84.116,94	89.281,64	129.400,48
Despesas de Capital	-	-	-

Despesas	2012	2013	2014
PREVIDÊNCIA	274.098,33	203.746,91	374.023,56
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	274.098,33	203.746,91	374.023,56
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-Orçamentárias) (	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	358.215,27	293.028,55	503.424,04

RESULTADO PREVIDENCIÁRO (VI)=(IV+V)	2.856.552,50	1.600.271,31	3.500.669,01

APORTES DE RECURSOS PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para RPPS	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	900.000,00	1.585.000,00	1.465.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS 8.543.797,83 9.291.486,79 0,00

Fonte: Fundo Municipal de Previdencia Social - PREVCOLNIZA

2.6 DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

LDO 2016

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exercício anterior) + (c)
			-	4.201.749,44
2014	98.571,28	21.986,47	76.584,81	4.278.334,25
2015	1.333.273,89	307.875,99	1.025.397,90	5.431.661,41
2016	1.343.195,07	321.558,99	1.021.636,08	6.649.461,40
2017	1.346.936,08	346.175,23	1.000.760,85	7.919.134,66
2018	1.353.900,30	371.235,39	982.664,91	9.246.250,24
2019	1.360.836,31	395.125,45	965.710,86	10.635.396,76
2020	1.367.671,95	414.696,91	952.975,04	12.094.514,50
2021	1.362.839,00	515.570,78	847.268,22	13.536.187,80
2022	1.359.668,35	551.474,18	808.194,17	15.025.687,70
2023	1.339.734,12	617.164,55	722.569,57	16.521.084,39
2024	1.339.581,68	659.004,66	680.577,02	18.064.323,05
2025	1.342.432,00	684.897,36	657.534,64	19.676.886,51
2026	1.335.383,08	747.538,55	587.844,53	21.317.364,30
2027	1.331.160,16	789.833,10	541.327,06	23.010.273,75
2028	1.333.699,86	821.135,12	512.564,74	24.775.811,82
2029	1.329.112,95	864.747,86	464.365,09	26.599.642,56
2030	1.299.354,49	962.601,13	336.753,36	28.407.730,23
2031	1.290.850,22	1.027.364,58	263.485,64	30.252.037,05
2032	1.271.506,05	1.126.912,98	144.593,07	32.090.279,08
2033	1.233.795,02	1.280.205,65	(46.410,63)	33.851.948,08
2034	1.199.282,46	1.446.653,75	(247.371,29)	35.522.201,54
2035	1.170.634,89	1.568.269,79	(397.634,90)	37.145.560,45
2036	1.091.657,54	1.923.971,71	(832.314,17)	38.440.382,92
2037	981.921,78	2.402.105,49	(1.420.183,71)	39.237.134,13
2038	777.577,96	3.405.125,85	(2.627.547,89)	38.897.131,77

2039	702.007,57	3.699.348,14	(2.997.340,57)	38.175.195,57
2040	661.432,30	3.812.883,39	(3.151.451,09)	37.260.165,77
2041	534.966,44	4.177.880,60	(3.642.914,16)	35.812.301,90
2042	426.982,95	4.561.197,78	(4.134.214,83)	33.797.982,32
2043	291.467,82	5.132.759,36	(4.841.291,54)	30.970.637,36
2044	240.938,20	5.464.620,30	(5.223.682,10)	27.597.091,62
2045	183.985,29	5.565.407,13	(5.381.421,84)	23.869.341,89
2046	166.278,98	5.730.066,85	(5.563.787,87)	19.737.714,54
2047	165.009,17	5.674.156,64	(5.509.147,47)	15.412.829,94
2048	163.739,36	5.618.246,43	(5.454.507,07)	11.087.945,34
2049	162.469,55	5.562.336,22	(5.399.866,67)	6.763.060,74
2050	161.199,74	5.506.426,01	(5.345.226,27)	2.438.176,14
2051	159.929,93	5.450.515,80	(5.290.585,87)	-1.886.708,46
2052	158.660,12	5.394.605,59	(5.235.945,47)	-6.211.593,06
2053	157.390,31	5.338.695,38	(5.181.305,07)	-10.536.477,66
2054	156.120,50	5.282.785,17	(5.126.664,67)	-14.861.362,26
2055	154.850,69	5.226.874,96	(5.072.024,27)	-19.186.246,86
2056	153.580,88	5.170.964,75	(5.017.383,87)	-23.511.131,46
2057	152.311,07	5.115.054,54	(4.962.743,47)	-27.836.016,06

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

LDO 2016

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exercício anterior) + (c)
2058	151.041,26	5.059.144,33	(4.908.103,07)	-32.160.900,66
2059	149.771,45	5.003.234,12	(4.853.462,67)	-36.485.785,26
2060	148.501,64	4.947.323,91	(4.798.822,27)	-40.810.669,86
2061	147.231,83	4.891.413,70	(4.744.181,87)	-45.135.554,46
2062	145.962,02	4.835.503,49	(4.689.541,47)	-49.460.439,06
2063	144.692,21	4.779.593,28	(4.634.901,07)	-53.785.323,66
2064	143.422,40	4.723.683,07	(4.580.260,67)	-58.110.208,26
2065	142.152,59	4.667.772,86	(4.525.620,27)	-62.435.092,86
2066	140.882,78	4.611.862,65	(4.470.979,87)	-66.759.977,46
2067	139.612,97	4.555.952,44	(4.416.339,47)	-71.084.862,06
2068	138.343,16	4.500.042,23	(4.361.699,07)	-75.409.746,66
2069	137.073,35	4.444.132,02	(4.307.058,67)	-79.734.631,26
2070	135.803,54	4.388.221,81	(4.252.418,27)	-84.059.515,86
2071	134.533,73	4.332.311,60	(4.197.777,87)	-88.384.400,46
2072	133.263,92	4.276.401,39	(4.143.137,47)	-92.709.285,06
2073	131.994,11	4.220.491,18	(4.088.497,07)	-97.034.169,66
2074	130.724,30	4.164.580,97	(4.033.856,67)	-101.359.054,26
2075	129.454,49	4.108.670,76	(3.979.216,27)	-105.683.938,86
2076	128.184,68	4.052.760,55	(3.924.575,87)	-110.008.823,46
2077	126.914,87	3.996.850,34	(3.869.935,47)	-114.333.708,06
2078	125.645,06	3.940.940,13	(3.815.295,07)	-118.658.592,66
2079	124.375,25	3.885.029,92	(3.760.654,67)	-122.983.477,26
2080	123.105,44	3.829.119,71	(3.706.014,27)	-127.308.361,86
2081	121.835,63	3.773.209,50	(3.651.373,87)	-131.633.246,46
2082	120.565,82	3.717.299,29	(3.596.733,47)	-135.958.131,06
2083	119.296,01	3.661.389,08	(3.542.093,07)	-140.283.015,66
2084	118.026,20	3.605.478,87	(3.487.452,67)	-144.607.900,26
2085	116.756,39	3.549.568,66	(3.432.812,27)	-148.932.784,86
2086	115.486,58	3.493.658,45	(3.378.171,87)	-153.257.669,46
2087	114.216,77	3.437.748,24	(3.323.531,47)	-157.582.554,06

FONTE: Calculo Atuarial de Março/2014

2.7 DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZALEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIASANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA LDO 2016

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) Valores em R$ 1,00

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2016	2017	2018	
O Municipio de Colniza não possui Renuncia de Receita aQualquer Titulo, exceto quangto ao desconto do IPTU noscasos de pagamento Antecipado, c.f. Lei autorizativa, cujodesconto foi considerado na Estimativa da Receita.	IPTU	(14.000)	(15.000)	(16.000)	Aumento Permanente da Receita.

					Expansão da Base Tributária
TOTAL		(14.000)	(15.000)	(16.000)	

FONTE: Depto Tributação

2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO LDO 2016

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) Valores em R$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita (-) Transferências constitucionais (-) Transferências ao FUNDEB	1.206.600 - (319.600)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	887.000
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	887.000
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	887.000

FONTE: Estimativa da Receita LDO 2016

Tabela 1 - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS LDO 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Frustração da Receita da Fomento às Exportações - FEX	517.000	Utilizar a Reserva Contingência	620.000
Frustração da Receita da Cota-Parte do FETHAB - 50%	4.000.000	Limitação de Empenho	3.897.000
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	4.517.000	SUBTOTAL	4.517.000
TOTAL	4.517.000	TOTAL	4.517.000

FONTE: Sistema Orcalex. Sec.Mun.de Finanças

MERIDIONAL Anexo III Riscos Fiscais ANEXO III - RISCOS FISCAIS

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
LEI Nº 632/2015 DE 03 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 632/2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER REAJUSTE DE VENCIMENTOS A TÍTULO DE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faço saber que, a Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° -Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder 6,4076% fixado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA,á título de Revisão Geral Anual sobre os Vencimentos base dos Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal de Colniza, a partir de 1º de Março de 2015, conforme tabelas anexas.

§ 1º - Para efeito de aplicação da Lei, ficam alteradas as Tabelas I e II do Anexo II da Lei Municipal nº 596/2014, nos termos das planilhas anexas a presente Lei, e que dela fazem parte.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 03 de Julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

ANEXO II

ESCALA DE VENCIMENTOS

TABELA I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPOS DE ATIVIDADE DE NÍVEL ELEMENTAR E MÉDIO

REF.	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5	NÍVEL 6	NÍVEL 7
1	R$ 1.068,62	R$ 1.175,48	R$ 1.293,03	R$ 1.422,33	R$ 1.564,57	R$ 1.721,02	R$ 1.893,12
2	R$ 1.100,68	R$ 1.210,75	R$ 1.331,82	R$ 1.465,00	R$ 1.611,50	R$ 1.772,65	R$ 1.949,92
3	R$ 1.133,70	R$ 1.247,07	R$ 1.371,78	R$ 1.508,95	R$ 1.659,85	R$ 1.825,83	R$ 2.008,42
4	R$ 1.167,71	R$ 1.284,48	R$ 1.412,93	R$ 1.554,22	R$ 1.709,64	R$ 1.880,61	R$ 2.068,67
5	R$ 1.202,74	R$ 1.323,01	R$ 1.455,32	R$ 1.600,85	R$ 1.760,93	R$ 1.937,03	R$ 2.130,73
6	R$ 1.238,82	R$ 1.362,71	R$ 1.498,98	R$ 1.648,87	R$ 1.813,76	R$ 1.995,14	R$ 2.194,65
7	R$ 1.275,99	R$ 1.403,59	R$ 1.543,95	R$ 1.698,34	R$ 1.868,17	R$ 2.054,99	R$ 2.260,49
8	R$ 1.314,27	R$ 1.445,69	R$ 1.590,26	R$ 1.749,29	R$ 1.924,22	R$ 2.116,64	R$ 2.328,30
9	R$ 1.353,70	R$ 1.489,06	R$ 1.637,97	R$ 1.801,77	R$ 1.981,95	R$ 2.180,14	R$ 2.398,15
10	R$ 1.394,31	R$ 1.533,74	R$ 1.687,11	R$ 1.855,82	R$ 2.041,40	R$ 2.245,54	R$ 2.470,10
11	R$ 1.436,14	R$ 1.579,75	R$ 1.737,72	R$ 1.911,50	R$ 2.102,65	R$ 2.312,91	R$ 2.544,20
12	R$ 1.479,22	R$ 1.627,14	R$ 1.789,86	R$ 1.968,84	R$ 2.165,73	R$ 2.382,30	R$ 2.620,53
13	R$ 1.523,60	R$ 1.675,96	R$ 1.843,55	R$ 2.027,91	R$ 2.230,70	R$ 2.453,77	R$ 2.699,14
14	R$ 1.569,30	R$ 1.726,23	R$ 1.898,86	R$ 2.088,74	R$ 2.297,62	R$ 2.527,38	R$ 2.780,12
15	R$ 1.616,38	R$ 1.778,02	R$ 1.955,82	R$ 2.151,41	R$ 2.366,55	R$ 2.603,20	R$ 2.863,52
16	R$ 1.664,87	R$ 1.831,36	R$ 2.014,50	R$ 2.215,95	R$ 2.437,54	R$ 2.681,30	R$ 2.949,43
17	R$ 1.714,82	R$ 1.886,30	R$ 2.074,93	R$ 2.282,43	R$ 2.510,67	R$ 2.761,74	R$ 3.037,91
18	R$ 1.766,27	R$ 1.942,89	R$ 2.137,18	R$ 2.350,90	R$ 2.585,99	R$ 2.844,59	R$ 3.129,05
19	R$ 1.819,25	R$ 2.001,18	R$ 2.201,30	R$ 2.421,43	R$ 2.663,57	R$ 2.929,93	R$ 3.222,92
20	R$ 1.873,83	R$ 2.061,21	R$ 2.267,34	R$ 2.494,07	R$ 2.743,48	R$ 3.017,82	R$ 3.319,61
21	R$ 1.930,05	R$ 2.123,05	R$ 2.335,36	R$ 2.568,89	R$ 2.825,78	R$ 3.108,36	R$ 3.419,19
22	R$ 1.987,95	R$ 2.186,74	R$ 2.405,42	R$ 2.645,96	R$ 2.910,55	R$ 3.201,61	R$ 3.521,77
23	R$ 2.047,59	R$ 2.252,34	R$ 2.477,58	R$ 2.725,34	R$ 2.997,87	R$ 3.297,66	R$ 3.627,42
24	R$ 2.109,01	R$ 2.319,91	R$ 2.551,91	R$ 2.807,10	R$ 3.087,81	R$ 3.396,59	R$ 3.736,25
25	R$ 2.172,28	R$ 2.389,51	R$ 2.628,46	R$ 2.891,31	R$ 3.180,44	R$ 3.498,48	R$ 3.848,33
26	R$ 2.237,45	R$ 2.461,20	R$ 2.707,32	R$ 2.978,05	R$ 3.275,85	R$ 3.603,44	R$ 3.963,78
27	R$ 2.304,58	R$ 2.535,03	R$ 2.788,54	R$ 3.067,39	R$ 3.374,13	R$ 3.711,54	R$ 4.082,70
28	R$ 2.373,71	R$ 2.611,08	R$ 2.872,19	R$ 3.159,41	R$ 3.475,35	R$ 3.822,89	R$ 4.205,18
29	R$ 2.444,92	R$ 2.689,42	R$ 2.958,36	R$ 3.254,19	R$ 3.579,61	R$ 3.937,58	R$ 4.331,33
30	R$ 2.518,27	R$ 2.770,10	R$ 3.047,11	R$ 3.351,82	R$ 3.687,00	R$ 4.055,70	R$ 4.461,27
31	R$ 2.593,82	R$ 2.853,20	R$ 3.138,52	R$ 3.452,37	R$ 3.797,61	R$ 4.177,37	R$ 4.595,11
32	R$ 2.671,63	R$ 2.938,80	R$ 3.232,68	R$ 3.555,95	R$ 3.911,54	R$ 4.302,69	R$ 4.732,96
33	R$ 2.751,78	R$ 3.026,96	R$ 3.329,66	R$ 3.662,62	R$ 4.028,89	R$ 4.431,78	R$ 4.874,95
34	R$ 2.834,34	R$ 3.117,77	R$ 3.429,55	R$ 3.772,50	R$ 4.149,75	R$ 4.564,73	R$ 5.021,20
35	R$ 2.919,37	R$ 3.211,30	R$ 3.532,43	R$ 3.885,68	R$ 4.274,25	R$ 4.701,67	R$ 5.171,84
36	R$ 3.006,95	R$ 3.307,64	R$ 3.638,41	R$ 4.002,25	R$ 4.402,47	R$ 4.842,72	R$ 5.326,99

TABELA II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPOS DE ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR

REF.	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5	NÍVEL 6	NÍVEL 7
1	R$ 3.231,81	R$ 3.554,99	R$ 3.910,49	R$ 4.301,54	R$ 4.731,70	R$ 5.204,86	R$ 5.725,35
2	R$ 3.328,77	R$ 3.661,64	R$ 4.027,81	R$ 4.430,59	R$ 4.873,65	R$ 5.361,01	R$ 5.897,11
3	R$ 3.428,63	R$ 3.771,49	R$ 4.148,64	R$ 4.563,51	R$ 5.019,86	R$ 5.521,84	R$ 6.074,03
4	R$ 3.531,49	R$ 3.884,64	R$ 4.273,10	R$ 4.700,41	R$ 5.170,45	R$ 5.687,50	R$ 6.256,25
5	R$ 3.637,43	R$ 4.001,18	R$ 4.401,29	R$ 4.841,42	R$ 5.325,56	R$ 5.858,12	R$ 6.443,93
6	R$ 3.746,56	R$ 4.121,21	R$ 4.533,33	R$ 4.986,67	R$ 5.485,33	R$ 6.033,86	R$ 6.637,25
7	R$ 3.858,95	R$ 4.244,85	R$ 4.669,33	R$ 5.136,27	R$ 5.649,89	R$ 6.214,88	R$ 6.836,37
8	R$ 3.974,72	R$ 4.372,19	R$ 4.809,41	R$ 5.290,35	R$ 5.819,39	R$ 6.401,33	R$ 7.041,46
9	R$ 4.093,96	R$ 4.503,36	R$ 4.953,69	R$ 5.449,06	R$ 5.993,97	R$ 6.593,37	R$ 7.252,70

10	R$ 4.216,78	R$ 4.638,46	R$ 5.102,31	R$ 5.612,54	R$ 6.173,79	R$ 6.791,17	R$ 7.470,29
11	R$ 4.343,28	R$ 4.777,61	R$ 5.255,37	R$ 5.780,91	R$ 6.359,00	R$ 6.994,90	R$ 7.694,39
12	R$ 4.473,58	R$ 4.920,94	R$ 5.413,04	R$ 5.954,34	R$ 6.549,77	R$ 7.204,75	R$ 7.925,23
13	R$ 4.607,79	R$ 5.068,57	R$ 5.575,43	R$ 6.132,97	R$ 6.746,27	R$ 7.420,89	R$ 8.162,98
14	R$ 4.746,02	R$ 5.220,63	R$ 5.742,69	R$ 6.316,96	R$ 6.948,65	R$ 7.643,52	R$ 8.407,87
15	R$ 4.888,41	R$ 5.377,25	R$ 5.914,97	R$ 6.506,47	R$ 7.157,11	R$ 7.872,83	R$ 8.660,11
16	R$ 5.035,06	R$ 5.538,56	R$ 6.092,42	R$ 6.701,66	R$ 7.371,83	R$ 8.109,01	R$ 8.919,91
17	R$ 5.186,11	R$ 5.704,72	R$ 6.275,19	R$ 6.902,71	R$ 7.592,98	R$ 8.352,28	R$ 9.187,51
18	R$ 5.341,69	R$ 5.875,86	R$ 6.463,45	R$ 7.109,79	R$ 7.820,77	R$ 8.602,85	R$ 9.463,13
19	R$ 5.501,94	R$ 6.052,14	R$ 6.657,35	R$ 7.323,09	R$ 8.055,39	R$ 8.860,93	R$ 9.747,03
20	R$ 5.667,00	R$ 6.233,70	R$ 6.857,07	R$ 7.542,78	R$ 8.297,06	R$ 9.126,76	R$ 10.039,44
21	R$ 5.837,01	R$ 6.420,71	R$ 7.062,78	R$ 7.769,06	R$ 8.545,97	R$ 9.400,57	R$ 10.340,62
22	R$ 6.012,12	R$ 6.613,33	R$ 7.274,67	R$ 8.002,13	R$ 8.802,35	R$ 9.682,58	R$ 10.650,84
23	R$ 6.192,49	R$ 6.811,73	R$ 7.492,91	R$ 8.242,20	R$ 9.066,42	R$ 9.973,06	R$ 10.970,37
24	R$ 6.378,26	R$ 7.016,09	R$ 7.717,69	R$ 8.489,46	R$ 9.338,41	R$ 10.272,25	R$ 11.299,48
25	R$ 6.569,61	R$ 7.226,57	R$ 7.949,23	R$ 8.744,15	R$ 9.618,56	R$ 10.580,42	R$ 11.638,46
26	R$ 6.766,70	R$ 7.443,37	R$ 8.187,70	R$ 9.006,47	R$ 9.907,12	R$ 10.897,83	R$ 11.987,61
27	R$ 6.969,70	R$ 7.666,67	R$ 8.433,33	R$ 9.276,67	R$ 10.204,33	R$ 11.224,77	R$ 12.347,24
28	R$ 7.178,79	R$ 7.896,67	R$ 8.686,33	R$ 9.554,97	R$ 10.510,46	R$ 11.561,51	R$ 12.717,66
29	R$ 7.394,15	R$ 8.133,57	R$ 8.946,92	R$ 9.841,62	R$ 10.825,78	R$ 11.908,35	R$ 13.099,19
30	R$ 7.615,98	R$ 8.377,57	R$ 9.215,33	R$ 10.136,86	R$ 11.150,55	R$ 12.265,61	R$ 13.492,17
31	R$ 7.844,46	R$ 8.628,90	R$ 9.491,79	R$ 10.440,97	R$ 11.485,07	R$ 12.633,57	R$ 13.896,93
32	R$ 8.079,79	R$ 8.887,77	R$ 9.776,54	R$ 10.754,20	R$ 11.829,62	R$ 13.012,58	R$ 14.313,84
33	R$ 8.322,18	R$ 9.154,40	R$ 10.069,84	R$ 11.076,82	R$ 12.184,51	R$ 13.402,96	R$ 14.743,25
34	R$ 8.571,85	R$ 9.429,03	R$ 10.371,94	R$ 11.409,13	R$ 12.550,04	R$ 13.805,05	R$ 15.185,55
35	R$ 8.829,00	R$ 9.711,90	R$ 10.683,09	R$ 11.751,40	R$ 12.926,54	R$ 14.219,20	R$ 15.641,12
36	R$ 9.093,87	R$ 10.003,26	R$ 11.003,59	R$ 12.103,95	R$ 13.314,34	R$ 14.645,77	R$ 16.110,35

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
LEI Nº 630/2015 DE 03 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 630/2015

Autor: Vereador Elpido da Silva Meira.

"INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO MOTO TAXISTA" NO MUNICÍPIO DE COLNIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faço saber que, a Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Colniza, o "*Dia Municipal do MOTOTAXISTA"* a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de dezembro.

Art. 2º - O dia, ora instituído, passará a contar no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Colniza.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 03 de Julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
LEI Nº 628/2015 DE 03 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 628/2015

Autor: Vereador Oseia Pereira Guedes.

"INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DOS EMPREGADOS DOMESTICOS" NO MUNICÍPIO DE COLNIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faço saber que, a Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Colniza, o "*Dia Municipal dos EMPREGADOS DOMESTICOS"* a ser comemorado anualmente no dia 27 de Abril.

Art. 2º - O dia, ora instituído, passará a contar no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Colniza.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 03 de Julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
LEI Nº 631/2015 DE 03 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 631/2015

"*Altera o inciso IV do artigo 48 da Lei Municipal n. 365, de 12 de agosto de 2008 que REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT e, dá outras providências*".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faço saber que, a Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do inciso IV do art. *48 da Lei Municipal n. 365, de 12 de agosto de 2008*, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.48. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 12,51% (doze inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 10,29% (dez inteiros e vinte e nove centésimos por cento) relativo ao custo normal e 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial amortizada em parcelas constantes durante 29 anos, nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2015.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 03 de Julho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA
2015	2,22%
2016	2,22%
2017	2,22%
2018	2,22%
2019	2,22%
2020	2,22%
2021	2,22%
2022	2,22%
2023	2,22%
2024	2,22%
2025	2,22%
2026	2,22%
2027	2,22%
2028	2,22%
2029	2,22%
2030	2,22%
2031	2,22%
2032	2,22%
2033	2,22%
2034	2,22%
2035	2,22%
2036	2,22%
2037	2,22%
2038	2,22%
2039	2,22%
2040	2,22%
2041	2,22%
2042	2,22%
2043	2,22%

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS

MUNICIPIO DE COLIDER-MT

A Prefeitura Municipal de Colider-MT, através do Departamento de Licitação comunica a todos os interessados que Aderiu ao**Pregão Presencial nº. 029/2015, Ata Registro de Preço nº. 039/2015 junto ao Município de Diamantino-MT**, com a empresa Vera Cruz Comércio de Eletrônicos e Móveis - Eireli, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 15.330.005/0001-50. Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Brinquedos Escolares e Pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. Maiores informações na sede a Prefeitura Municipal de Colider. localizada na Travessas dos Parecis nº 085 – Setor Leste – Centro - Fone (66) 3541 6300 – 08:00 ás 11:00 das 13:00 às 16:00 horas**.**

Colider – MT, 06 de Julho de 2015.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que prorroga licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 17 de Julho de 2015, ás 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas (pá carregadeira, escavadeira hidráulica e prancha), caminhões e trator esteira, para o Município de Colíder-MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Centro – Setor Leste - Colíder/MT e no site **www.colider.mt.gov.br**

Colider/MT, em 06 de Julho de 2015.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº 056/2015

Colider/MT., 01 de julho de 2015.

"SÚMULA Homologa Resultado Final da Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais".

Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Senhor NILSON JOSE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo lº - Fica homologado para que surta todos os efeitos jurídicos e legais o resultado final de avaliação, no que se refere ao desempenho de Estágio Probatório dos Servidores, conforme segue abaixo:

Nome do Servidor Nota Final

01. Juliana da Silva Cazelato 9,92

02. Debora Mirian M. Rodrigues Soares 9,86

03. Lucineia Aparecida Pereira dos Reis 9,78

04. Marta Modesto Soares 9,77

05. Kelly Cristina Pavarin 9,73

06. Ivete Moreira Domingues Freire 9,70

07. Valdirene Viana Rocatto 9,66

08. Cristiane Plácido 9,49

09. Eliane Lopes Pereira 9,48

10. Lovegido Bartolomeu de Oliveira 9,34

11. Hosana Aparecida Donadia de Souza 9,29

12. Lucas Bruno de Souza 9,21

13. Fernanda Bernert Damaceno 9,10

14. Helena Costa Araujo 8,70

15. Alain Jose Mangolin 8,99

16. Antonio Luiz Rodrigues 8,76

17. Elisandro Rubens 8,62

18. Cizino Manoel da Silva 8,31

19. Jose de Ascis da Silva 8,24

20. Paulo de Souza Calisto 8,22

21. Anderson dos Santos 8,21

22. José Batista da Silva 8,20

23. Jailso Fistarol 8,15

24. Wagner Gabriel Cardoso 4,27

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data 01 de julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso.

Registre-se.

Publique-se.

NILSON JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 025/2015

DECRETO Nº 025/2015

"ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO E RECESSO FUNCIONAL EM DIAS ESPECÍFICOS DO MÊS DE JULHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o mês de julho é período de férias escolares**;**

CONSIDERANDO que muitos servidores já tem programadas suas férias no mesmo período;

CONSIDERANDO que há uma diminuição natural na procura dos serviços da Prefeitura, ocasionada pela saída de muitos munícipes da cidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido **RECESSO FUNCIONAL**, no Âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Município de Confresa, do dia 15 de julho a 31 de julho de 2015.

Art. 2º - Ficam fora deste Decreto os órgãos que exercem atividades essenciais e que forem determinados pelo Executivo Municipal para continuarem em atividades, tais como: Hospital Municipal, PSF's, CAF, Secretaria Municipal de Educação, Tributos, Secretaria de Obra e serviços de limpeza, Secretaria de Administração, Setor de Compras e Licitação, PREVICON e Secretaria de Finanças.

Art. 3º - As Secretarias e demais repartições que continuarão em funcionamento terão o horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, caso não haja prejuízo na execução dos serviços, bem como poderão elaborar escala de horários de serviço entre seus respectivos servidores, comunicando o Gabinete do Prefeito.

Art. 4º - No dia 1º de agosto de 2015 será restabelecido o expediente normal de todos os serviços e setores.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 06 de julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 024/215

DECRETO N° 024/2015 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Normatiza as despesas e gastos no serviço público municipal, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.

O Senhor Prefeito Municipal de CONFRESA – MT, Gaspar Domingos Lazari, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

Considerando os dispositivos da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a necessidade de se promover medidas que visem a contenção de despesas, a fim de ajustá-las ao fluxo financeiro do Tesouro Municipal, em face da queda de arrecadação, provocada por fatores macro econômicos;

Considerando que a boa gestão dos ingressos financeiros é prática fundamental no Regime de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que compete ao Poder Executivo limitar os gastos públicos, bem como executar um rígido controle dos mesmos com exceção das despesas obrigatórias de caráter continuado previstas em lei, e;

Considerando finalmente que todos as entidades e órgãos públicos municipais devem participar do esforço conjunto de redução de gastos públicos, com a finalidade de garantir condições para a realização de investimentos indispensáveis ao desenvolvimento do município,

D E C R E T A:

Art. 1º - Os órgãos da Administração Pública municipal, para maior controle dos gastos públicos deverão, a partir desta data, seguir as determinações emanadas do presente ato, bem como das Legislações Federal e Municipal que regem a matéria.

Art. 2º - O horário de atendimento ao público nas repartições públicas municipais, será de expediente normal das 7:00 as 11:00 e 13:00 as 17:00 h, exceto do dia 13 à 31 de agosto .

§ 1º - Compete a cada Secretaria zelar pelo cumprimento austero dos horários.

Art. 3º - Os gastos públicos somente poderão ser realizados mediante autorização expressa da Chefe do Executivo, com verificação junto a secretaria de finanças quanto de existência ou não de recursos, cuja destinação deverá ser para casos de extrema urgência e necessidade ou de caráter continuado, e deverão necessariamente estar previstas na **LDO e LOA**, respectivamente.

Parágrafo Primeiro - Excetuam-se do disposto neste artigo os gastos com despesas cuja receita sejam oriundas de convênio.

Parágrafo Segundo – As regras de redução de gastos e seu contingenciamento estão previstas na LDO, e devem ser obedecidas em estrita observância ao disposto no artigo 9º da L.C. 101/2000.

Art. 4° - Fica suspensa a realização de todo e qualquer evento, participação de eventos ou atividades que envolvam despesas extras, diferentes daquelas previstas, com exceção daquelas que envolvam cumprimento de metas e de objetivos de ordem legal e de convênios, nas áreas da Educação, da Saúde e da Ação Social e devidamente autorizadas pelo Prefeito Municipal e Secretaria de Finanças.

Art. 5° - Fica suspensa toda e qualquer compra direta ou indireta, salvo com expressa autorização da secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único - Em caso de necessidade de compra de quaisquer bens de consumo, utensílios ou similares deverão ser requeridos pelo secretário titular da pasta, e encaminhados ao Secretário de Administração.

Art. 6° - As despesas com diárias de servidores e adiantamento de despesas somente serão efetivadas mediante autorização do Chefe do Executivo e deverão ser solicitadas com 07 dias de antecedência.

Art. 7° - A partir desta data não serão fornecidos novos auxílios, concessões e/ou ajudas financeiras a outros órgãos e repartições e/ou pessoas estranhas ao serviço público municipal.

Art. 8° - Os veículos pertencentes ao Município permanecerão no pátio da garagem municipal, quando não estiverem a serviço, sendo sua utilização proibida sem autorização do secretário respectivo.

Art. 9° - As viagens com veículos oficiais somente poderão ser realizadas com autorização do Prefeito e secretário respectivo.

Art. 10 - Fica também proibido o transporte de pessoas estranhas ao serviço público em veículos oficiais, notadamente ônibus da frota municipal.

§ 1 - Excetua-se do disposto neste artigo o transporte de pessoas enfermas, quando sua deslocação para tratamento em outro centro se fizer necessária e imprescindível à saúde e à vida do mesmo.

§ 2º - As despesas com locomoção e translado de pacientes para outros centros deverão ser pagas pelo paciente ou seu representante ou acompanhante.

§ 3º - Excetuam-se do disposto no artigo acima as pessoas carentes e de reconhecida dependência financeira.

Art. 11 - As obras e serviços de engenharia que estejam em andamento terão seus gastos revistos e sua continuação dependerá de autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único – Excetuam-se do disposto neste artigo as obras e serviços de engenharia cujos recursos sejam objetos de convênios.

Art. 12 - Cada Secretaria deverá observar os percentuais mínimos de gastos, com a redução descrita no art. 4° deste Decreto.

Art. 13 - Dever-se-ão observar as seguintes segmentos de redução:

I - Uso de Computadores:

Todos os computadores e equipamentos deverão ser desligados no intervalo de almoço e final de expediente.

II - Uso de Energia:

Todas as lâmpadas, aparelhos eletrônicos e ar-condicionado deverão ser desligados no final do expediente.

III – Diárias:

Somente com autorização do Prefeito Municipal.

IV – Passagens:

Somente com autorização do Prefeito Municipal..

V - Veículos Oficiais:

Redução de 30% nesta despesa e permanência na garagem no fim do dia e finais de semana; sendo obrigatório todos os veículos com adesivos do município.

VI - Horas Extras:

Mediante autorização do chefe do executivo, somente em casos extremos.

IX - Material de Consumo:

Observar a redução de 40% com esta despesa.

X – Folha de Pagamento Fica vedada a concessão de novas gratificações durante o período do decreto, bem como nomeação de novos cargos comissionados. Fica determinada a redução de 15% do total da folha geral, se necessário for, serão feitas resoluções específicas em cada orgão desta administração, mediante estudo de folha.

Art. 14 - Os casos omissos no presente ato serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e sua vigência se estenderá até o dia 06 de Novembro de 2015, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

Gabinete do Prefeito de Confresa-MT, 06 de Julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 145/2015 DE 03 DE JULHO DE 2015 - NOMEAÇÃO - NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA.

Portaria nº 145/2015 de 03 de Julho de 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE;

Art. 1º - Ficam nomeados novos membros da Comissão do Conselho Municipal da Assistência Social.

GOVERNO:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER	
TITULAR: ODETE DIAS DOS SANTOS	SUPLENTE: JALIS ALVES OLIVEIRA

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
TITULAR: ANA PAULA GOMES DE ALMEIDA	SUPLENTE: RAYANE OLIVEIRA SANTOS

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
TITULAR: TACYELLE DA ROCHA MONTENEGRO TEOFILO	SUPLENTE: JOSE ALDEMAIR DA SILVA MEDEIROS

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/TRABALHADORES DA ASSISTENCIA	
TITULAR: ROSICLEIA PEREIRA MENDES	SUPLENTE: ELIANA SILVA MORAES REZENDE

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
TITULAR: FRANCIELE DIAS MALTA	SUPLENTE: LUSIRENE ANTONIO MESSIAS

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
TITULAR: ANA CÉLIA DE SOUZA LIMA	SUPLENTE: RAFAELLA APARECIDA DE DEUS

SOCIEDADE CIVIL

REPRESENTANTE DOS USUARIOS/PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	
TITULAR: GILBERTO MARCOS RODRIGUES DE SOUZA	SUPLENTE: GEVERSOM SANTOS ASSIS

REPRESENTANTE USUARIOS/CENTRO DE CONVIVENCIA/IDOSO	
TITULAR: MARIA ROSA DA SILVA	SUPLENTE: TEREZA MARIA DA SILVA

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES/TRABALHADORES RURAIS/ SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS	
TITULAR: NEURI SPANHOLLO	SUPLENTE: NERCI WAGNER

REPRESENTANTES DOS USUARIOS/CRIANÇA E ADOLESCENTE /CONSELHO TUTELAR	
TITULAR: SOLEDADE SALES DA SILVA	SUPLENTE: LUZIENE DE JESUS ALMEIDA

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES/IGREJA CATÓLICA	
TITULAR: CLAUDILEIDE C. KREMER	SUPLENTE: JAIRO MIGUEL DA CUNHA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedoras do processo licitatório nº 054/2015 Pregão Presencial 041/2015, cujo objeto é o **Registro de Preços para aquisição futura de um tanque (kit pipa) com capacidade para 20m³, para atender a secretaria de viação obras e serviços públicos**, a empresa: LDA Indústria e Comércio Ltda. no valor Global de R$ 49. 350,00.

Confresa 03 de Julho 2015.

José Carneiro da Silva,

Pregoeiro.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 144/2015 - EXONERAÇÃO - SEBASTIANA HELENA ALVES

Portaria nº 144/2015 de 03 de Julho de 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

CONSIDERANDO;

Requerimento da Servidora de 30/06/2015.

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar do cargo efetivo de PROFESSORA MAGISTERIO a Sra. SEBASTIANA HELENA ALVES matricula 000162 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 30/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT,03 de Julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedoras do processo licitatório nº 053/2015 Pregão Presencial 040/2015, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO PICK-UP ZERO KM CABINE DUPLA A DIESEL**, a empresa: F.G. Ribeiro Borges EIRELI - ME. no valor Global de R$ 212.900,00.

Confresa 03 de Julho 2015.

José Carneiro da Silva,

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP

PROCESSO Nº 052/2015

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, com a finalidade de selecionar propostas para futura e eventual aquisição de:**"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CONSTITUINTES PARA IMPRIMAÇÃO E PARA CAPA SELANTE, SENDO 150 TONELADAS DE EMULSÃO ASFALTICA CATIÔNICA CM-30 E 100 TONELADAS DE RR-2C, PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD - TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. **A abertura desta licitação ocorrerá no dia 17 (Dezessete) de Julho de 2015, às 9:00 (Nove horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555 1621, 1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 06 de Julho de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 474/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CLEIDE DE SOUZA SILVA PEREIRA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua: dos Ipês, Distrito do Caramujo, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG n.º 1920612-7 SSP/MT e CPF n. º 052.884.821-60, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **CLEIDE DE SOUZA SILVA PEREIRA,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 268, de 29 de maio de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, no Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em substituição a servidora Izaura Landim dos Passos que está de atestado médico).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em 12 **de maio de 2015 e término em 20 de junho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	70.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 29 de Maio de 2015.

_____

CLEIDE DE SOUZA SILVA PEREIRA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 283 DE 02 DE JULHO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 23858, de 24 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **ADALGISA ISABEL CARDOZO DE ASSUNÇÃO** Assistente Administrativo, para responder pela Coordenação de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Ação Social, em substituição ao Titular que se encontra em gozo de férias, no período de 01 de julho de 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2015.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal de Ação Social

Afixado em: 02.07.2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 360/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Professores, s/n, Caramujo Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 13037591-87 SSP/MT e CPF n.º 015. 011.281-59, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO,** no cargo de Professora Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 153, de 06 de abril de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, (em VAGA LIVRE).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **11 de março de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2969
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 08 de abril de 2015.

_____

SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 240/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JANE KATIA BOCALAN RICALDES,** brasileira, residente e domiciliada no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1431806-7 SSP/MT e CPF n.º 914.550.301-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **JANE KATIA BOCALAN RICALDES,** no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antonio do Caramujo, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição ao Professor José Dantas da Silva que está em readaptação ate 26 de dezembro de 2015), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

JANE KATIA BOCALAN RICALDES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 158/2015

PORTARIA N.º 158/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor do Sr. **Clemente de Souza Porto".**

O Diretor Executivo do **PREVI-CÁCERES**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19/12/2003; Art. 117, inciso III, alínea "a"e Art. 165 da Lei Complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 88, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Portaria de Contratação nº 201 de 07 de abril de 1989; Decreto de Nomeação nº 446 de 24 de outubro de 1994; Decretos de atualização salariais nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014; anexo V, da Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição** em favor do Sr. Clemente de Souza Porto, Brasileiro, Solteiro, portador do RG 002.283 SSP/MT, CPF 177.873.861-34, NIT nº 1082781224-5, Efetivo no cargo de Guarda, nível "I", Classe "J", Matriculado sob o n.º 1.115, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 036/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2015, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 02 de Julho de 2015.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

HOMOLOGO: _____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2015, MEDIANTE O TERMO DE PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL 04/2014.

Considerando o Edital nº 04/2014 de Abertura de Processo Seletivo Simplificado para atender à necessidade de Temporária de Excepcional Interesse Público, da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT**,** prorrogado para mais um (01) ano na forma do item 16.4 do referido Edital.

A Prefeitura de Cáceres – MT, através da Secretaria Municipal de Ação Social e a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 01/2014, designada através do Decreto nº 032/2015 para atender a necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público - conforme o Edital nº 04/2014. Informa a convocação dos (as) Candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo Simplificado 01/2014.

Convocação do(s) candidato(s) classificado(s) do Processo Seletivo Simplificado 001/2014 abaixo citado. Considerando que o(s) candidato(s) classificado(s) deverá comparecer a esta secretaria para entrega de documentação no prazo de 05 (cinco) dias a partir da data da publicação para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria.

Candidatos convocados:

Cargo: Assistente Social - Código 03			
Ordem	Nome	RG	Código
04	Regina da Silva Soares	13548085	02

Cargo; Advogada – Código 07			
Ordem	Nome	RG	Código
02	Caroline Aparecida Alcântara Egues	14846314	07

Cargo: Orientador Social na Central de Cadastro Único – PBF – Código 11			
Ordem	Nome	RG	Código
04	Ana Paula de Andrade Barbosa	17197007	11

Isso é o que nos cabe informar.

Cáceres-MT, 06 de julho de 2015.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 01/2014 (Decreto nº 032/2015)

Higor Fauber Lemes de Oliveira

Odilei Gomes de Campos

Franciane da Silva Lopes

Claudio Henrique Donatoni

Secretário Mun. De Ação Social.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 393/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **VANILZA CARVALHO DE MELO,** brasileira, residente e domiciliada à BR 174 avenida principal Distrito do Caramujo, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG n.º 2128225-0 SSP/MT e CPF n.º 968. 901.851-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **VANILZA CARVALHO DE MELO,** no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 218, de 07 de maio de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição as professoras que irão usufruir de Licença Prêmio em 2015).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01 de maio de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2969
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de maio de 2015.

_____

VANILZA CARVALHO DE MELO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 464/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCIMIRA DE ARRUDA SILVA,** brasileira, Casada, residente e domiciliada no Distrito de Caramujo, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1223907-0 SSP/MT e CPF n.º 9895738412-0, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **LUCIMIRA DE ARRUDA SILVA,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 268, de 29 de maio de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, no Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em substituição a servidora Maria Auxiliadora da Chaga Pinheiro que está de atestado médico).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de abril de 2015 e término em 28 de junho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	70.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 29 de Maio de 2015

_____

LUCIMIRA DE ARRUDA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 284 DE 02 DE JULHO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 24136, de 26 de junho de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **MARCIA APARECIDA DA COSTA ATAÍDE**- Assistente Administrativo, para responder pela Direção da Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, no período de 01 de julho de 2015 a 30 de agosto de 2015, em substituição à diretora **CLAUDIA APARECIDA SOUTO E SILVA**, que estará de férias no referido período.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 02.07.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 344/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua A, Nº 19, Bairro São Jose Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 21186162 SSP/MT e CPF n.º 046.352. 271-03, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA,** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 153, de 06 de abril de 2015, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **02 de março de 2015 e término em 02 de março de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 808,95 (oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de abril de 2015.

_____

POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 281 DE 02 DE JULHO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098,

de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 23853, de 24 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **ANA LUIZA RODRIGUES** – Auxiliar de Serviços Gerais, para responder pela Chefia de Divisão Financeira e Acompanhamento de Compras da Secretaria Municipal de Ação Social, em substituição à Titular que no período responderá pela Coordenação de Apoio Administrativo, no período de 01 de julho de 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2015.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal de Ação Social

Afixado em: 02.07.2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 369/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARCIA APARECIDA DA COSTA ATAÍDE,** brasileira, residente e domiciliada no Distrito de Caramujo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 141382-3 SSP/MT e CPF n.º 015.890.261-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **MARCIA APARECIDA DA COSTA ATAÍDE,** no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 153, de 06 de abril de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo da Secretaria Municipal de Educação, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **17 de março de 2015 e término em 17 de março de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 808,95 (oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de abril de 2015.

_____

MARCIA APARECIDA DA COSTA ATAÍDE

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 279 DE 02 DE JULHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 24918, de 02 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores relacionados abaixo, para constituir a **COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, destinada a apurar as irregularidades narradas em processos e documentos da Prefeitura Municipal de Cáceres, pelo período de 02 (dois) anos, a partir desta data.

PRESIDENTE

Odenise Jara Gomes Lente

MEMBROS TITULARES

Benedito da Cunha Silva Filho

Fatima Arruda da Silva

Art.2º Fica a cargo da Secretaria Municipal que solicitou a abertura do Processo Administrativo, o envio à Comissão, de todo e qualquer processo,

por ato específico, para que a mesma faça a necessária e adequada apuração em cada caso.

Art.3º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos a partir da publicação da Portaria, e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deverá consultar a Procuradoria Geral do Município, para orientação quanto ao procedimento a ser adotado na apuração de cada irregularidade.

Art.4º Secretário Municipal de Administração, e o mesmo autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art.5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.07.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 323 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e **A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18710 de 25 de maio de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Exonerar o servidor **AUGUSTO CESAR RIBEIRO DA FONSECA**, do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 24 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de junho de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária de Educação

Afixado em: 25.06.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 282 DE 02 DE JULHO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 24137 de 26 de junho de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **JOSEFA CUSTODIA CORREA DE SOUZA**-Professora, para responder pela Direção da Escola Municipal Fazendo Arte no período de 10 de agosto de 2015 a 08 de outubro de 2015 em substituição à diretora **ANA CRISTINA CATELAN**, que estará de férias no referido período.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 02.07.15

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 159/2015

PORTARIA N.º 159/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Invalidez em favor da Srª. **Mariana Landivar de Figueiredo".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela EC n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, acrescentado pelo art. 6º-A, parágrafo único, da EC nº 70, de 29 de março de 2012; art. 117, inciso I, §1º, art. 165, da Lei Municipal Complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; art. 12, Inciso "I", alínea "a", arts. 14 e 18, da Lei Municipal Complementar nº. 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Lei Complementar nº 47/2003, de 29 de setembro de 2003; Lei Complementar n.º 080/2009, de 10 de agosto de 2009; Lei Complementar n.º 84/2010, de 28 de julho de 2010; Decreto de Nomeação nº 318, de 20 de agosto de 2002; Decretos de atualização salariais nº 236, de 17 de maio de 2011; n.° 011, de 23 de janeiro de 2012; nº 095, de 16 de abril de 2012; nº 073, de 29 de janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100, de 04 de fevereiro de 2014 e arts. 2º e 4º, anexo IV, da Lei Complementar nº 104, de 20 de janeiro de 2015.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Invalidez** em favor da Srª. **Mariana Landivar de Figueiredo**, Brasileira, União Estável, portadora do RG 0460195-5 SSP/MT, CPF 415.503.901-04, NIT nº 1.246. 877.674-9, Efetiva no cargo de professora Licenciada em Pedagogia, nível "III", Classe "E", Matriculada sob o nº 6.050, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 019/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2015, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres – MT, 02 de Julho de 2015.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR Diretor Executivo HOMOLOGO: _____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 344 DE 06 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CÁCERES - MT, NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto

nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 25345 de 06 de julho de 2015.

DECRETAM:

Art. 1º. Fica convocado a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT, a realizar-se no dia 07 e 08 de julho de 2015, no Auditório da FAPAN – Faculdade do Pantanal, situada a Av. São Luís, 2522 – J. Cidade Nova, Cáceres – MT.

Art. 2º. A Conferência será organizada sob a coordenação da Comissão Organizadora composta por membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Instituições parceiras.

Parágrafo Único. Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Organizadora do IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT:

I- **Tatiana de Sá Pereira Gomes** – Presidente do CMDCA;

II- **Denise Maria de Oliveira Carvalho** – Conselheira do CMDCA;

III- **Benedita Ivone Adorno** – Conselheira do CMDCA;

IV- **Odilei Gomes de Campos** – Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente – CREAS.

V- **Camila Rangel Ortiz Santos** – Presidente da Sociedade de Promoção dos Direitos Humanos de Cáceres.

Art. 3º. Serão objetivos da Conferência:

I - Objetivo Geral: Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.

II- Objetivos Específicos:

A- Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;

B – Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

C – Fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação de crianças e adolescentes nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, dentro outros, destinados à infância e à adolescência;

D – Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos de crianças e do adolescente para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; e

E – Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Estaduais, Distrito Federal e Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 4º. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT terá como temática "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente", e adotará os seguintes eixos de discussão:

I - **EIXO I** - Promoção dos direitos de crianças e adolescentes;

II - **EIXO II** – Proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes;

III - **EIXO III** – Protagonismo e participação de crianças e adolescentes;

IV- EIXO IV – Controle social e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes;

V - EIXO V – Gestão da política dos direitos de crianças e adolescentes;

Art. 5º. A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT será presidida pela presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;

Parágrafo Único - A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT será norteada por regimento aprovado em plenária que estabelecerá sua organização e funcionamento, inclusive o processo democrático de escolha dos (as) delegados (as) que representarão o Município de Cáceres/MT na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de julho de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal de Ação Social

Afixado em: 06.07.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO N°41/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretarias Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preço, para eventual **AQUISIÇÃO DE APARELHO E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO- CER DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CÁCERES-MT**, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

Realização: 20 de julho 2015 às 10h00minmin horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 06 de julho de 2015.

CRISTIANE OLIVEIRA CEBALHO

PREGOEIRA OFICIAL

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N°40/2015 MENOR PREÇO POR ITEM COM REGISTRO DE PREÇO.

Interessada: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

OBJETO: Licitação através de registro de preços para eventuais aquisições de materiais para iluminação pública visando à reposição do estoque no Almoxarifado da Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos – SMOSU, setor de Iluminação Pública.

As aquisições dos equipamentos deverão ser realizados em conformidade ao Decreto Federal nº 7.892/2013.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/

Realização: 23 de julho de 2015, as 10:00 horário de Brasília.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 06 de julho de 2015.

ROSANGELA MARTINS CARDOZO

PREGOEIRA OFICIAL

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 160/2015

"Dispõe sobre exoneração do Senhor Anderson Luiz Caitano Ribeiro do cargo de Gerente de Administração e Finanças".

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 73, Inciso V da Lei Complementar 062/2005, e do Decreto nº 061/2013,

***Resolve*,**

Art. 1º Exonerar o Sr. ANDERSON LUIZ CAITANO RIBEIRO, do cargo de Gerente de Administração e Finanças do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT – PREVI-CÁCERES.

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,* retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Junho de 2015.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Cáceres, 02 de julho de 2015.

_____

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR Diretor Executivo

Afixado em: 02/07/2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 255/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **LOURIVAL CHAVES DE ARRUDA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito do Caramujo Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 1188691-9 SSP/MT e CPF n.º 925.879.251-34, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **LOURIVAL CHAVES DE ARRUDA,** no cargo de Motorista, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

LOURIVAL CHAVES DE ARRUDA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 280 DE 02 DE JULHO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 24219, de 26 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **CÉLIA REGINA EGUES** – Contadora, para exercer a função de Chefe da Divisão de Convênios da Secretaria de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 24 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 02.07.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 243/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **LUIZ CARLOS DA SILVA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito do Caramujo BR 174 do Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 04102525 SSP/MT e CPF n.º 304.670.551-49, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **LUIZ CARLOS DA SILVA,** no cargo de Motorista, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

LUIZ CARLOS DA SILVA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2014 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 038/2014 TOMADA DE PREÇO N.º 006/2014, DE 180 DIAS PARA A DATA DE: 12 DE DEZEMBRO DE 2015. EM VIRTUDE DO ATRASO DO REPASSE DOS RECURSOS POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE-MT, O QUE FEZ COM QUE O ANDAMENTO DAS OBRAS DIMINUÍSSEM, AFETANDO DIRETAMENTE O ANDAMENTO DA MESMA, E FUNDAMENTADO NO ART. 57 INCISO II, §1º, §2º E §3º DA LEI Nº. 8.666/93 E CONSIDERANDO O ITEM 4.1 DO CONTRATO ONDE PREVÊ A PRORROGAÇÃO DO MESMO, CUJO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLO USO, NA RUA MINAS GERAIS, ESQUINA COM A RUA 07 DE SETEMBRO, S/N, CENTRO, MUNICÍPIO DE DENISE-MT, CONFORME CONVÊNIO Nº 112/2013 – TERMO ADITIVO Nº 01 – Nº DO PROCESSO 48.267-0/13 – SECID/MT**

FUNDAMENTO (JUSTIFICATIVA): EM VIRTUDE DO ATRASO DO REPASSE DOS RECURSOS POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE-MT, O QUE FEZ COM QUE O ANDAMENTO DAS OBRAS DIMINUÍSSEM, AFETANDO DIRETAMENTE O ANDAMENTO DA MESMA, E FUNDAMENTADO NO ART. 57 INCISO II, §1º, §2º E §3º DA LEI Nº. 8.666/93 E CONSIDERANDO O ITEM 4.1 DO CONTRATO ONDE PREVÊ A PRORROGAÇÃO DO MESMO, CUJO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLO USO, NA RUA MINAS GERAIS, ESQUINA COM A RUA 07 DE SETEMBRO, S/N, CENTRO, MUNICÍPIO DE DENISE-MT, CONFORME CONVÊNIO Nº 112/2013 – TERMO ADITIVO Nº 01 – Nº DO PROCESSO 48.267-0/13 – SECID/MT**.

PRAZO: 16/06/2015 A 12/12/2015

DATA DE ASSINATURA: 15/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 098/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 001/2015.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para ,assumir a sua função na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 001/2015 citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 02 de Julho de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 098/2015

QTD	DOCUMENTOS PARA POSSE AUTENTICADOS
01	Fotocópia da Cédula de Identidade
01	Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso)
01	Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01	Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01	Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato).
01	Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01	Fotocópia do Titulo de Eleitor
01	Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01	Certidão Negativa de Débitos para com o Município
01	Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
01	Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
01	Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01	Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01	Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
01	Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01	Declaração de Bens
01	Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
01	Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital.

ANEXO II DO DECRETO Nº 098/2015

Cargo: DENTISTA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	GUILHERME ORMOND RIBEIRO DE CAMPOS

Diamantino 02 de Julho de 2015

JUVIANO LINCOLNPrefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 044/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **17/07/2015 às 08h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", cujo objetivo é: *Registro de preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL E GAZ DE COZINHA (P13) PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.* O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 07 de Julho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SETOR JURÍDICO
CONTRATO DE RATEIO Nº 362/2015

Contrato de Rateio e operacional que entre si celebram o município de DIAMANTINO - MT e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI (CIDES ARP), para o fim que se especifica.

Pelo presente Contrato de Rateio o **MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa situada na Av. Desembargador Joaquin Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, Jardim Eldorado, no Município e Comarca de Diamantino- MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr**. JUVIANO LINCOLN**, brasileiro, divorciado, engenheiro florestal, residente e domiciliado na Chácara Ribanceira, Jardim Guaraná, na cidade de Diamantino-MT, portador da Cédula de Identidade nº.378.465 -SSP/MT e inscrito no CPF sob nº304.779.991-15, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICIPIO**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI (CIDES ARP)**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada na praça da Bíblia, s/n, Vila Nova, Arenápolis-MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.898.631.0001-19, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor **JUVIANO LINCOLN (brasileiro, divorciado, Engenheiro Florestal,)**, residente e domiciliado na Chácara Ribanceira na cidade de .Diamantino - MT, portador da Cédula de Identidade nº.378.465 -SSP/MT e inscrito no CPF sob nº304.779.991-15, neste ato chamado simplesmente de **CONSÓRCIO**, resolvem desenvolver cooperação técnica visando a operacionalização das ações administrativos do CIDES-ARP, através do presente contrato de rateio realizado na forma do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, e disposições da Lei Municipal nº 603/2005, e respectiva regulamentação pelo Decreto nº 93/2015:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o repasse do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, a título de repasse financeiro que possibilite sua aplicação nas

ações do CONSÓRCIO, conforme expressa autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 603/2005, e respectiva regulamentação pelo Decreto nº 93/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

De acordo com o art. 3º da Lei Municipal nº 603/2005 e Decreto Regulamentador nº 93/2015, o valor do repasse é de 0,5% (meio por cento) sobre a receita do FPM - Fundo de Participação do Municípios, com base no valor arrecadado no exercício financeiro anual anterior (2014), que equivale a R$ 53.853,61 (cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais, e sessenta e um centavos), a ser pago em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ 8.975,60 (oito mil, novecentos e setenta e cinco reais, e sessenta centavos), com vencimento no 10º dia útil de cada mês, tendo como base a data de assinatura do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro – O valor do repasse terá a base de cálculo sobre o FPM, mas será deduzido dos valores arrecadados pelo MUNICÍPIO a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, como prevê o §2º, art. 2º, do Decreto nº 93/2015;

Parágrafo Segundo – Mediante a autorização do Chefe do Poder Executivo e Tesoureiro do Município, nos termos do Anexo I, as parcelas serão debitadas, automaticamente, da Conta Corrente nº 12602-0, Agência nº 0787-0, do Banco do Brasil S/A, de titularidade do MUNICÍPIO, e creditadas na Conta Corrente nº 11.606- 8, da Agência nº 1318-8, do mesmo banco, de titularidade do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS SALDOS

O saldo em conta corrente em favor do CONSÓRCIO decorrente deste presente Termo será destinado exclusivamente para atender objeto deste termo.

Parágrafo Primeiro - Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, o Conselho Diretor do CONSÓRCIO poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio do presente contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I – Ao MUNICÍPIO compete:

a) Repassar o equivalente a 0,5% sobre a receita do FPM, com base no valor arrecadado do exercício de 2014, equivalente a R$ 53.853,61 (cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais, e sessenta e um centavos), em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ 8.975,60 (oito mil, novecentos e setenta e cinco reais, e sessenta centavos), até o 10º dia útil de cada mês;

b) Acompanhar a realização das despesas e utilização dos referidos recursos pelo CONSÓRCIO, através da Secretaria Municipal de Finanças;

c) Analisar e aprovar os balancetes mensais enviados ao Conselho Fiscal do CONSÓRCIO;

d) Não alterar a autorização de débito, cancela-la ou interrompe-la, unilateralmente, assim como, não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Contrato, sem notificar, previamente, o CONSÓRCIO.

II – Ao CONSÓRCIO compete:

a) Criar política integrada para melhoria de qualidade de vida de seus munícipes e do desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico, no âmbito regional que representa;

b) Aplicar os recursos financeiros dentro dos objetivos propostos, e em estrita obediência a este termo;

c) Prestar Contas dos recursos arrecadados, através de balancetes mensais ao Conselho Fiscal, representado pelos membros do conselho Deliberativo do CONSÓRCIO, deixando à disposição aos demais membros, para sua aprovação;

d) Manter regularidade de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência deste Contrato de Rateio será até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes deste ato correrá á conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, na seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

II – Projeto/Atividade: Apoio às ações do Comércio e Indústria – 1027

III – Natureza da Despesa: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 3.3.90.39.00.00.00.00.0001

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do CONSÓRCIO**.**

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I – O Consórcio ficará sujeito a apresentar ao Conselho Fiscal e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT a prestação de contas mensal dos recursos recebidos, em conjunto com os repasses dos demais municípios consorciados.

II – A referida Prestação de Contas será realizada através de Balancetes Mensais em conformidade com as normas de direito financeiro, instituídas pela Lei Federal nº 4.320/64, além de:

a) Relação de Empenhos realizados no período;

b) Relação de empenhos liquidados no período;

c) Relação de empenhos pagos e pagar no período;

d) Conciliação bancárias e extratos bancários.

III – Que os documentos fiscais referentes à execução orçamentária referente aos recursos do presente termo serão arquivados em boa ordem, por um período de 05 (cinco) anos, dentro dos quais, ficarão à disposição, para análise dos municípios consorciados e demais interessados.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Como condição de eficácia o extrato resumido deste contrato de rateio será publicado em imprensa oficial por responsabilidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FÓRUM – Fica eleita o foro da Comarca de Arenápolis - MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Diamantino - MT, 25 de junho de 2015

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

JUVIANO LINCOLN

Prefeito

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO

DO ALTO DO RIO PARAGUAI (CIDES ARP)

JUVIANO LINCOLN

Presidente

TESTEMUNHAS:

DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SJ/MT

CPF: 172.762.331-20

EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR

RG: 4532479 SSP/PA

CPF: 860.387.292-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna pública a **ADESÃO** ao procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 013/2015** e *Ata de Registro de Preço nº 015/2015*, lançado pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, a qual objetiva **REGISTRAR O PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 02 EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIAS PARA TERCEIRA IDADE "ATI", ACADEMIA DA PRIMEIRA IDADE "API" E PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (CADEIRANTES) "APE", A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.**

A Prefeitura Municipal de Diamantino – MT contratará a empresa **P. O. ZIOBER – EIRELI-ME**, CNPJ: 11.152.901/0001-15, no valor estimado de **R$ 30.600,00** (Trinta mil e seiscentos Reais), detentora da **Ata de Registro de Preço nº 015/2015**, aderida através do procedimento acima mencionado.

A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na sede da Prefeitura Municipal de Diamantino - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto Federal n° 7892/2013 e Decreto Municipal nº 033/2015.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 06 de julho de 2015.

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 014/2015

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **BUSINESS CENTER TREINAMENTO LTDA - ME,** CNPJ: 06.211.582/0001-31, no valor previsto de **R$ 6.000,00** (Seis mil e Reais), Objetivando a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR PALESTRA COMPORTAMENTAL DIRECIONADO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNCIPAIS, OBJETIVANDO UMA FORMA DIFERENTE DE VER A VIDA E SEUS DESAFIOS. O FUTURO TEM O SEU PREÇO E TODO CRESCIMENTO TEM A SUA DOR. PAGUE O PREÇO, ENFRENTE A DOR, SUCESSO É UMA DECISÃO. AGINDO SEMPRE DE DENTRO PRA FORA, BUSCANDO O QUE É CERTO, JUSTO E VERDADEIRO***.** Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 06 de Julho de 2015.

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2015

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779. 991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2015**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ENGEPAR COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP,** inscrito no CNPJ sob nº 17.134.673/0001-37, com endereço na Rua Pedro Alves, nº 62, Bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo Sr. Marcos Francisco Ferreira da Silva, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 05669950-7 IFP/RJ e inscrito no CPF sob nº 691.379.197-68, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da

Lei n° 8.666/93

de 21/06/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 033/2015 de 24 de Fevereiro de 2015 que regulamenta o SPR e Decreto Municipal nº 018/2012 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BENEFICIAMENTO DO LEITE PARA ATENDer A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

LOTE 03

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL

03	01	UND	CALDEIRA 150 KG - Caldeira vertical, com capacidade acima de 150 Kg/vapor/hora; Pressão de trabalho 07 kgf/cm²; Combustível: Gás (GLP); Manômetro indicador de pressão de dupla escala de 0-10kgf/cm²; Injeção manual de água; Injetor manual comodoro; Controle de nível de água; Válvula de segurança; Chaminé metálica construída em aço carbono;	MIRAINOX	25.000,00	25.000,00

LOTE 16

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
16	01	UND	CÂMARA FRIA 5X3X3 - Com dimensões de 5000 X 3000 X 3000 com isolamento no piso, isolamento lateral, placas de PVC later, forçador de ar e painel de controle	ENGEPON	42.500,00	42.500,00

Valor total da proposta: R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 035/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de 30 (Trinta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta ‘ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 035/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 06 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO JUVIANO LINCOLN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	ENGEPAR COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP SR. MARCOS FRANCISCO F. DA SILVA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ROSELAINE EUMA DA SILVA ALMEIDA RG: 22584323 SSP/MT CPF: 039.315.391.64	LAURO JOSNEY CORREA RG: 1099500-5 SJ/MT CPF: 693.215.071-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 045/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **17/07/2015 às 14h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo “Menor Preço por lote”, cujo objetivo é: *REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANALISES LABORATORIAIS DE AGUA, DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.* O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 07 de Julho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO Nº..: 010/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº..: 010/2015

Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Contratada...: Auto Posto J. P. Ltda.

Valor.....: R$ 167.260,00 (Cento e sessenta e sete mil duzentos e sessenta reais).

Vigência.....: 08/06/2015 a 08/06/2016.

Objeto.....: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Filtros e Óleo Lubrificantes.

DIAMANTINO /MT em 07 de julho de 2015

JOZENIL COSTA LUBE - PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº189/2015

DATA: 23 DE JUNHO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder ao Sr. **ROGERIO JOSE MENDICINO,** ocupante do cargo em Comissão de **CONTROLADOR MUNICIPAL,** lotado no Gabinete Municipal, RETIDE de 50% (cinquenta por cento), com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 026/2013.

Artigo 2º -

A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 026/2013.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo em 01 de junho de 2015.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º190/2015.

DATA: 30 DE JUNHO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA*, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO*, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sra. **ELAINE HEEMANN sob. Matricula nº 1808,** ocupante do cargo de **SECRETÁRIA CHEFE DE GABINETE**, lotada no Gabinete Municipal, do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS de JUNHO DE 2015.

José Antônio Dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º191/2015.

DATA: 01 DE JULHO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA*, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO*, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e em conformidade com Ata lavrada em 24 de junho do ano de 2015.

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear, a Sra. **ELIANE CRISTINA MIRANDA CAMARGO ROSA** - **MATRICULA** nº 01618, para ocupar o cargo de

Coordenadora do Conselho Tutelar

, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e revoga especialmente a Portaria nº 229/2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS PRIMEIRO DIA DO MÊS de JULHO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
AVISO DE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2015

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizou no dia 06 de julho de 2015, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 002/2015, objetivando a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERTO DA BOMBA INJETORA DO VEÍCULO ÔNIBUS VOLKSWAGEM 15190, PLACA OBS 6334, ANO 2013/2013, CHASSI 9532E82WODR330180 DE USO EXCLUSIVO DO TRANSPORTE ESCOLAR** nesta cidade, tendo como vencedor a empresa **M. DIESEL CAMINHÕES E ÓNIBUS LTDA**, CNPJ: 07.811.058/0003-26, no valor total de R$ 13.899,69, (treze mil e oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos). Não havendo interposição de quaisquer recursos, no prazo de até 5 (cinco) dias uteis, contados a partir dessa data, o processo será devidamente homologado pelo prefeito municipal

Feliz Natal – MT, 06 de julho de 2015.

DULCILENE TSCHINKEL

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º194/2015.

DATA: 06 DE JULHO DE 2015.

*JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA***, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Revogar a **Portaria nº 189/2015**, que Concedeu Retide de 50% ao Servidor Sr.

ROGERIO JOSE MENDICINO,

ocupante do cargo de Controlador Municipal, lotado no Gabinete Municipal, do Município de Feliz Natal.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário em especial a Portaria 189/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS de JULHO DE 2015.

José Antônio Dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO Nº 017/2015

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Glória D' Oeste, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste, de um lado o **MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. NILTON BORGES BORGATO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Glória D' Oeste – MT, portador da Cédula de Identidade RG. N. 821192 SSP/MT e do CIC n. 459.769.531-15, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa ELCIO MOREIRA FRANCISCO ME, inscrita no CNPJ sob o n.º.00.656.429/0001-31. Estabelecida a Avenida Adelícia de Freitas Distrito de Monte Castelo D´Oeste, cidade de Glória D´Oeste- MT, neste ato representada pelo Sr. ELCIO MOREIRA FRANCISCO, portador do CIRG n.º 1016508-8 SSP/MT e CPF n.º 775.493.171-00 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 588/2014 e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Glória D' Oeste e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2015**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

12.0 Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados as Secretarias Municipais, conforme abaixo:

				ELCIO MOREIRA FRANCISCO ME	
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA FABRIC.	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	ARROZ BRANCO	800 PCT 05 KG	MASSON	9.45	7.560,00
04	ÓLEO COMESTÍVEL VEGETAL DE SOJA	1.200UND	SOYA	2,95	3.540,00
05	FARINHA DE TRIGO	380KG	ROSA BRANCA	3,40	1.292,00
07	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE	300PCT/1KG	LIANE 1KG	5,50	1.650,00
09	SAL REFINADO, IODADO	230UND/1KG	UNIÃO	1,10	253,00
10	AMIDO DE MILKHO (MAISENA)	100CX/500G	MAISENA	6,70	670,00
12	OVOS/ CLASSE A	600 DUZIAS		3.50	2.100,00
13	BISCOITO TIPO AGUA E SAL	800 PCT	RENATA	3,30	2.640,00
14	BISCOITO TIPO MAISENA	800 PCT	RENATA	3,30	2.640,00
15	PÓ ROYAL	600 UND	DR OETKER	2.20	1.320,00
16	COCO RALADO	500 PCT/100G	MENINA	3,25	1.625,00
17	LEITE VACA INTEGRAL	500CX/12 UND	LACBON	31,00	15.500,00
18	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	800 PCT	QUITADA	6,90	5.520,00
19	CHOCOLATE EM PÓ	1.000 LT/PCT 500 G	MAITA	2,95	2.950,00
20	VINAGRE	280 UND	VITALIA	1.50	420,00
23	MILHO DE CANJICA AMARELO	600 PCT/500G	ZAELY	1,50	900,00
24	MILHO DE PIPOCA	800 PCT/500G	ZAELY	1,95	1.560,00
25	FUBÁ DE MILHO	200 PCT/500G	ZAELY	1,75	350,00
26	MARGARINA VEGETAL/ COM SAL	550 UND	QUALY	5,35	2.942,50
28	CALDO DE GALINHA	10 CX/12 TABLETES	KNOR	19,00	190,00
29	QUICK	80 UND	NESTLE	7,35	588,00
30	CHÁ MATE	300 CX/250G	MATE LEÃO	6,50	1.950,00
32	CANELA MOÍDA	400 UND	SICAL	1,05	420,00
33	FARINHA DE MANDIOCA	500 PCT/1 KG	MASSON	4,20	2.100,00
36	CENOURA	400 KG	NACIONAL	3,65	1.460,00
37	BETERRABA	250 KG	NACICONAL	3.40	850,00
38	REPOLHO VERDE	1.600 KG	NACIONAL	2.40	3.840,00
39	CHUCHU	150 KG	NACIONAL	3,00	450,00
40	TOMATE SALADA	1.200 KG	NACIONAL	5,69	6.828,00
42	MAÇA	600 KG	NACIONAL	3,80	2.280,00
43	BANA MAÇA	600 KG		2.60	1.560,00
48	SALSICHA	400 KG	SADIA	8,20	3.280,00
53	BANANA DE FRITAR	120 KG		3,50	420,00
54	MUSSARELA	500 KG	LACBON	17,00	8.500,00
55	PRESUNTO	500 KG	FRANGOBOM	3,65	1.825,00
59	MAIONESE	300 UND	KERO	4,80	1.440,00
60	LEITE CONDENSADO	400 UND	PIRACANJUBA	3,60	1.440,00
61	CANELA MOÍDA	350 PCT	SICAL	1,05	367,50
62	REFRIGERANTE	4.000 UND	SIMBA	3,20	12.800,00

				ELCIO MOREIRA FRANCISCO ME	
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA FABRIC.	VALOR UNT	VALOR TOTAL

01	BANDEIJA P/CAFÉ	06 UND		**9,00**	**54,00**
02	XICARAS P/ CAFÉ	05 DUZIAS		**45,00**	**225,00**
03	PANELA DE PRESSÃO 10L	06 UND	PANELUX	**112,50**	**675,00**
08	GARRAFA P/ CAFÉ 1L	10UND	ALADIN	**23,90**	**239,00**
09	BACIA GRANDE DE ALUMÍNIO	04 UND	ATLAS	**20,25**	**81,00**
10	COPOS DE VIDRO	04 DUZIAS		**14,40**	**57,60**
11	PRATOS DESCARTÁVEIS	1.200 PCT/10 UND	PRA FESTA	**1,68**	**2.016,00**
13	COPOS DESCARTÁVEIS	100CX 25 PCT	COPAZZA	**73,75**	**7.350,00**
16	BOBINA PLASTICO	20 KG		**13,80**	**276,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - **DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 07/07/2015, por um período de 12 (doze) meses.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2015**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - **DO PAGAMENTO**

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - **DA ENTREGA E DO PRAZO**

4.1. O(s) item(ns) registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Escola Municipal e setor social.

4.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 01 (um) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

4.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

4.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.5. O(s) ite(ns) licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

CLÁUSULA QUINTA - **DAS OBRIGAÇÕES**

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA - **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - **DAS PENALIDADES**

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se: a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA - **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV. 8.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO - ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidor(es) nomeado(s) através de Decreto Municipal.

14.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2015** a proposta da empresa ELCIO MOREIRA FRANCISCO ME classificada no certame supranumerado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal nº 588/2014 e alterações posteriores, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 07 DE JULHO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D' OESTE

NILTON BORGES BORGATO

Prefeito Municipal

ELCIO MOREIRA FRANCISCO – ME

Elcio Moreira Francisco

EMPRESA - **PROMITENTE FORNECEDORA**

Testemunhas

Nome: Leandro de Souza Remédio Nome: Sidinei da Silva

CPF 732.048.971-68 CPF 615.800.151-15

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Glória D' Oeste, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste, de um lado o **MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. NILTON BORGES BORGATO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Glória D' Oeste – MT, portador da Cédula de Identidade RG. N. 821192 SSP/MT e do CIC n. 459.769.531-15, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa M A LOPES SUPERMERCADO EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º.04.695.504/0001-24. Estabelecida a Avenida dos Imigrantes n.º 2000, cidade de Glória D´Oeste- MT, neste ato representada pelo Sr. MARCOS ARLINDO LOPES, portador do CIRG n.º 126.7424-9 SSP/MT e CPF n.º 696.336.221-15 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 588/2014 e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Glória D' Oeste e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2015**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

13.0 Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados as Secretarias Municipais, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA FABRIC	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
03	AÇUCAR CRISTALIZADO	1.200 PCT/2KG	MASSON	**3,99**	**3.271,80**
04	ÓLEO COMESTÍVEL VEGETAL DE SOJA	1.200UND	ITAMARATY	**3,69**	**4.428,00**
07	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE	300PCT/1KG	GALO	**2,60**	**4.680,00**
09	SAL REFINADO, IODADO	230UND/1KG	ELEFANTE	**3,29**	**1.645,00**
12	OVOS/ CLASSE A	600 DUZIAS	SICAL	**3,18**	**985,80**
22	MILHO VERDE EM CONSERVA	750 UND/300 G	DA FRUTA	**4,29**	**3.861,00**
23	MILHO DE CANJICA AMARELO	600 PCT/500G	QUERO	**1,49**	**1.117,50**
28	CALDO DE GALINHA	10 CX/12 TABLETES		**27,62**	**3.314,40**
32	CANELA MOÍDA	400 UND	SICAL	**1,02**	**306,00**
35	ALHO	300 KG		**6,26**	**5.008,00**
36	CENOURA	400 KG		**15,52**	**4.656,00**
42	MAÇA	600 KG		**2,88**	**4.320,00**
45	FRANGO	3.000 PEÇAS		**2,10**	**630,00**
46	CARNE BOVINA TIPO MOÍDA	3.000 KG	MARQUES	**5,90 KG**	**17.700,00**
47	CARNE BOVINA TIPO PEDAÇO 2ª	3.500 KG	JBS	**10,90**	**32.700,00**
48	SALSICHA	400 KG	JBS	**12,90**	**45.150,00**
50	PÃO TIPO FRANCÊS	15.000 KG	SADIA	**11,90**	**2.975,00**
51	MAMÃO	370		**7,90**	**118.500,00**
52	MELANCIA	110 UND		**3,06**	**1.132,20**
53	BANANA DE FRITAR	120 KG		**1,20**	**132,00**
57	AÇAFRÃO	400 UND	ZAELI	**3,40**	**1.020,00**
58	AMENDOIM	250 PCT	SICAL	**0,94**	**376,00**
59	MAIONESE	300 UND	SICAL	**3,88**	**970,00**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA FABRIC	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
04	GUARDANAPO	04 DUZIAS	KITCHEN	27,40	108,96
05	MARINEX GRANDE DE VIDRO	10 UND	MARINEX	34,10	341,00
06	TABUA DE CARNE (MADEIRA)	10 UND	STOLF	12,54	125,40
07	FACA MÉDIA	03 UND	STARHOUSE	6,90	20,70
12	COLHERES DESCARTAVEIS	1.200 PCT	PRAFESTA	3,36	4.032,00
14	COPOS DESCARTÁVEIS PARA CAFÉ	30 CX 50 PCT	PLASMEL	75,00	2.250,00
15	GARFOS DESCARTAVEIS	1.200 PCT	PRAFESTA	3,36	4.032,00

CLÁUSULA SEGUNDA - **DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 07/07/2015, por um período de 12 (doze) meses.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2015**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - **DO PAGAMENTO**

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - **DA ENTREGA E DO PRAZO**

4.1. O(s) item(ns) registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Escola Municipal e setor social.

4.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 01 (um) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

4.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

4.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.5. O(s) ite(ns) licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

CLÁUSULA QUINTA - **DAS OBRIGAÇÕES**

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA - **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - **DAS PENALIDADES**

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se: a) advertência;

g) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

h) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

i) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

j) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

k) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.5 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.6 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.7 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV. 8.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.9 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.10 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.11 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.12 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.13 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.13 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.14 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.15 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.16 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “**PROMITENTE FORNECEDORA”**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.7 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.8 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.9 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.10 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.11 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.12 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.5 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.6 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO - ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidor(es) nomeado(s) através de Decreto Municipal.

14.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3 - Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2015** a proposta da empresa M A LOPES SUPERMERCADO EPP classificada no certame supranumerado.

15.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal nº 588/2014 e alterações posteriores, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 07 DE JULHO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D' OESTE

NILTON BORGES BORGATO

Prefeito Municipal

M A LOPES SUPERMERCADO EPP

Marcos Arlindo Lopes

EMPRESA - PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas

Nome: Leandro de Souza Remédio Nome: Sidinei da Silva

CPF 732.048.971-68 CPF 615.800.151-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONTRATOS REF MES 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT Resumo de Contratos firmados no mês 06/2015

N. Cont.	Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência	Proc. Licitatório
097/2015	22/06/2015	Pref. M. Guiratinga	Weslley Souza Ferreira	Téc. informática p/dar manut. plataforma Windows	3.976,00	22.06 a 22.07.15	
098/2015	22/06/2015	Pref. M. Guiratinga	Krum Sacarov Softov	Téc. informática p/ dar manut. servidor e est. Linux	2.552,00	22.06 a 22.07.15	
099/2015	22/06/2015	Pref. M. Guiratinga	Roberto Gonç. Machado - ME	Fornecimento de Gêneros Alimentícios	56.906,84	22.06.15 a 22.06.16	P. Elet . 002-15
100/2015	22/06/2015	Pref. M. Guiratinga	Nilzia Souza Lopes-EPP	Fornecimento de Gêneros Alimentícios	2.259,25	22.06.15 a 22.06.16	P. Elet . 002-15
101/2015	30/06/2015	Pref. M. Guiratinga	Gustavio Vieira de Souza	Monitor de oficina de dança de rua - CRAS	6.600,00	01.07 a 30.11.15	

Guiratinga/MT, 07 de julho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE GUIRATINGA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE GUIRATINGA - MT

PORTARIA N.º 010/2015/IPMG/GGA/MT

DE 06 DE JULHO DE 2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da servidora Sra. IRANY DOURADO LOPES".

A Diretora Executiva do IPMG, Instituto Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 87, Art. 213, inciso "III", alínea "a", da Lei Municipal Complementar nº. 01/90, de 07 de dezembro de 1990, Anexo "IV", da Lei Municipal Complementar nº. 1. 146/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Art. 89, inciso "I", "II" e "III", da Lei Municipal de nº. 1.083/09, de 31 de Agosto de 2009.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição** em favor da servidora **Sra. irany dourado lopes,** portadora do RG n.º 0232953-0 - SSP/MT, inscrita no CPF n.º 203.719.421-87 e da cédula eleitoral 3881861856, Zona "002", Seção "0039", efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Nível "201", Classe "H", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com um total de **11.132 dias, ou seja, 30 (trinta) anos, 06 (seis) meses e 02 (dois) dias**, de serviços prestados, **com proventos integrais, com direito a paridade**, conforme o processo do IPMG de nº. 2015.09.00003/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Junho de 2015, revoga-se neste ato, a portaria n.º 008/2015.

Registre, publique e cumpra-se.

Guiratinga/MT, 06 de Julho de 2015

SEBASTIANA ALMEIDA NUNES

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

HÉLIO ANTÔNIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS JUNHO/2015

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, *TORNA PÚBLICO*, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Junho de 2015:

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 037/2014. CONTRATADO: GIUSTTI E GIUSTTI LTDA - ME. OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objetivo: Alterar a cláusula Sétima do contrato nº 037/2014, ampliando o prazo de vigência. Adita-se o prazo de 15 (Quinze) Dias contados a partir de 01 de Julho de 2015 até o dia 16 de Julho de 2015, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 037/2014. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 01/07/2015 à 16/07/2015.

Ipiranga do Norte – MT, 06 de Julho de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
DECRETO Nº 042, DE 06 DE JULHO DE 2015.

Homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015 e dá outras providências

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso,

Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, constante no Edital Complementar nº 004 ao Edital de Abertura do PSS Nº 005/2015.

Art. 2º.

Os candidatos aprovados deverão ser convocados de acordo com a necessidade para cada cargo, dentro do número de vagas. Ao serem convocados, tomaram posse no prazo de 20 (vinte) dias, devendo apresentar a documentação necessária até 10 (dez) dias antes do fim do prazo para a posse..

Art. 3º. O presente Decreto deverá ser publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na qualidade de Imprensa Oficial do Município de Ipiranga do Norte, disponível no site da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM (www.amm.org.br), nos termos da Lei nº 282/2010, no site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte (www.ipirangadonorte.mt.gov.br) e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 005/2015.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 06 de julho de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 020/2015

Portaria nº 020/2015

"EXONERA A SENHORA ALINE GONÇALVES MARTINS DOS SANTOS PASQUALI *DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 364/2012 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O Sr. **SÉRGIO MEDEIROS DE ARAÚJO,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º -

Exonerar a Senhora Aline Gonçalves Martins dos Santos Pasquali, brasileira, casada, residente em Ipiranga do Norte/MT, Portadora do RG: n° 2219340-5 SSP/MT, CPF 051.243.261-90, do cargo em comissão de Assessora de Administração, constante no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, instituído pela Lei Municipal nº 364 de 27 de fevereiro de 2012 e suas alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, em 06 de julho de 2015.

Registre-se e afixe.

Sérgio Medeiros de Araújo

Presidente da Câmara Municipal

CONTABILIDADE
DECRETO 38/2015 - ABRE CREDITO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2015

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOAO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 363/2014, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1 - Fica Aberto na Lei Municipal 363/2014 Orcamento Geral para Exercicio de 2015 um Credito Adicional Suplementar, no valor de R$241.500,00 (Duzentos e quarenta e um mil e quinhentos reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias;

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.500,00

Sub-Total:R$ 1.500,00

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.361.0016.2118.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 10.000,00
04.001.12.361.0016.2119.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 16.000,00
04.001.12.361.0012.2016.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 56.000,00

05.001-Gabinete do Secretario

05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 50.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 80.000,00

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0019.2061.3.3.7.1.70.00.00.00 CONTRATO DE RATEIO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	R$ 4.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 10.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 19.000,00

06.001-Gabinete do Secretario

06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 2.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2015

Sub-Total:R$ 2.000,00

07.001-Gabinete do Secretario

07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

09.001-Gabinete do Secretario

09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$ 30.000,00

09.001.26.782.0007.2041.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 60.000,00

09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub

09.002.25.752.0030.2049.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

Total Parcial Sumplementado: R$ 241.500,00

Art. 2 - Para dar Cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no Inciso III do paragrafo 1 do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulacao parcial ou total das seguintes dotacoes orcamentarias

02.001-Gabinete do Prefeito

02.001.04.122.0008.1065.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes R$ 1.300,00

02.001.04.131.0006.2111.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 60.000,00

Sub-Total:R$ 61.300,00

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.302.0020.2066.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao R$ 28.200,00

Sub-Total:R$ 28.200,00

06.001-Gabinete do Secretario

06.001.22.661.0022.1040.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 2.000,00

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$ 10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2015

		Sub-Total:R$ 10.000,00

09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub

09.002.26.782.0030.2104.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	R$ 30.000,00
09.002.26.782.0030.2104.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00
09.002.25.752.0030.2049.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
		Sub-Total:R$ 70.000,00

10.001-Gabinete do Secretario

10.001.27.812.0009.1073.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
10.001.27.812.0018.1060.3.3.5.0.41.00.00.00	CONTRIBUICOES	R$ 10.000,00
10.001.27.812.0018.1060.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 20.000,00
10.001.27.812.0018.1060.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00
10.001.13.392.0017.2094.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 5.000,00
10.001.13.392.0017.2094.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
		Sub-Total:R$ 70.000,00
		Total Parcial Reduzido: R$ 241.500,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 01 de Junho de 2015.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 373/2015

SÚMULA: "Autoriza o Município de Itanhangá – MT a participar do Consórcio de Saúde Vale do Teles Pires e a ratificar o protocolo de intenções firmado entre os Municípios de Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul e Vera. e dá outras providências"

O SR. **JOÃO ANTÔNIO VIEIRA**, PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Itanhangá - MT no Consórcio de Saúde Vale do Teles Pires, ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 09 de junho de 2015 entre municípios de Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul e Vera, com a finalidade de instituir o Consórcio Saúde Vale do Teles Pires, sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito privado.

Parágrafo único. A finalidade do consórcio é a congregação de esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos municípios participantes.

Art. 2º. O estatuto do Consórcio de Saúde Vale do Teles Pires disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, destinando recursos financeiros necessários para o cumprimento do contrato de rateio do *Consórcio de Saúde Vale do Teles Pires*, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no artigo 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n. 6.017/2007.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente Consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio de Saúde Vale do Teles Pires.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito,

Itanhangá-MT, 02 de Julho de 2015.

JOÃO ANTONIO VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo termo Aditivo do Contrato: nº 059/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT

Contratada: **ANTONIO APARECIDO STEVANATO – EPP**.

Objeto: A contratada se obriga a fornecer para o contratante, os medicamentos complementares, conforme os itens quantificados e especificados, no Anexo I do edital de Pregão Presencial n° 017/2014 e de acordo as condições apresentadas em sua proposta, os quais são partes integrantes deste instrumento.

Data de assinatura: 01/07/2015 **Vigência**: 01 de julho de 2015 á 31 de dezembro de 2015

O reajuste fixado para o presente termo aditivo é de 25% sobre o valor global do contrato correspondendo a R$ 95.992,65, totalizando o valor global de R$ 479.963,24 (quatrocentos setenta nove mil, novecentos sessenta três reais e vinte quatro centavos).

A alteração de valor do presente contrato se faz em razão do reajuste dos saldos dos itens para atender a demanda necessária até o dia: 31/12/2015.

MARIA CONCEIÇÃO SANTOS

Fiscal de Contratos

Portaria 5B/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo termo Aditivo do Contrato: nº 065/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT

Contratada: MISLENY CRISTINA DE MATOS E. DIAS – MEI 89773748120.

Objeto: Contratação de empresa especializada na assessoria e prestação de serviços em Cuiabá e região de serviços não prestado pelo correio nacional, para protocolar, levar, buscar, retirar, despachar, enviar, comprar e fazer serviço de apoio administrativo.

Data de assinatura: 15/06/2015 **Vigência**: 01 de julho de 2015 á 31 de dezembro de 2015

Valor: R$ 15.000,00 (quinze reais).

MARIA CONCEIÇÃO SANTOS

Fiscal de Contratos

Portaria 5B/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro termo Aditivo do Contrato: nº 005/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT

Contratada:**ADENILTO FRANSCISCO DE CASTILHO JUNIOR**

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços na locação de veículo para transporte de alunos, sendo estes com inclusão de manutenção, motorista e combustível, com pagamento por quilômetro rodado, através de medição mensal, destinados ao transporte dos alunos da rede Municipal e Estadual, Durante o ano de 2014.

Data do Aditivo: 01/07/2015 **Vigência**: 01 de Julho de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Reajuste do contrato em 1,6667% Valor: R$ 2.030,00 (dois mil e trinta reais).

Valor Global: R$ 123.830,00 (cento vinte três mil, oitocentos trinta reais).

MARIA CONCEIÇÃO SANTOS

Fiscal de Contratos

Portaria 5B/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 110/2015.

Dispõe sobre nomeação de Assessor Parlamentar/Legislativo e, dá outras providências.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente a Lei Municipal 898/2015.

RESOLVE,

Art.. 1º. Nomear, a Sra. CARMELIGIA MATOS DA COSTA, brasileira, solteira, filha de: Valdir Alves da Costa e Maria do Carmo de Matos Alves, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascida em 18/12/1994, portadora do CPF 010.691.131-74, RG 2233147-6 SSP/MT, Expedição em: 07/01/2008, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Jose Ferreira de Carvalho, 780, Bairro Centro, para o cargo de: **Assessora Parlamentar/ Legislativo,** lotada no gabinete do Vereador **Afonso Rodrigues Aragão**, a partir do dia 06 de julho de 2015, a pedido do mesmo, conforme CI. 22/ 2015.

Art. 2º. A servidora ora nomeada terá sua remuneração em conformidade com a Lei Municipal nº 898/2015 anexo III,

Parágrafo Único:

Sobre o valor da remuneração haverá descontos conforme determinações previstas em Lei.

Art. 3º Com base na Lei Municipal 898/2015, artigo 45, inciso II, Alíneas A e B, são atribuições do Assessor Parlamentar/Legislativo: assessoramento as atividades próprias de cada Gabinete de Vereador; Assessoramento em Plenário durante as Sessões Legislativas; recebimento e despacho das correspondências e comunicações em geral expedidas e recebidas; Auxiliar na tramitação dos processos legislativos, pesquisa e desenvolvimento de Projetos de Leis e demais propostas legislativas; auxiliar na pesquisa e elaboração dos Pareceres afetos as Comissões Permanentes e Temporárias vinculadas ao Gabinete do Vereador. Promover o registro e movimento do banco de leis do Gabinete; organizar a biblioteca e demais atividades correlatas determinadas pelo vereador.

Art. 4º - A jornada de trabalho será em conformidade com Artigo 48 da Lei Municipal 898/2015, sendo: A carga horária dos cargos de confiança, quando necessário, poderá ser cumprida em local diverso da Câmara Municipal.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 06 de julho de 2015.

Licurguio Lins de Souza

Presidente

(Gestão 2015/2016)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2014

Data da Rescisão: 03/07/2015

Distratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT

Distratado: FRANCIELE PINHEIRO JOTA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ITIQUIRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
ERRATA

Errata

Da Portaria de nº 010/2015, publicada em 06/07/2015, EDIÇÃO DE Nº 2. 261, página 95.

Onde se lê – **PORTARIA 010 DE 01 DE JULHO DE 2015**;

Passa ler – **PORTARIA 011 DE 01 DE JULHO DE 2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº. 064/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 064/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 064/2015, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 14h00 - Local, do dia 20/07/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS DE PAPELARIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - PDDE**, conforme especificações constantes em Edital e Termo de Referência. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400/9401.

Juara-MT, 06 de julho de 2015.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº. 065/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 065/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 065/2015, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 21/07/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS ESPORTIVOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - PDDE**, conforme especificações constantes em Edital e Termo de Referência. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400/9401.

Juara-MT, 06 de julho de 2015.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 58/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 058/2015/SECAD

TIPO: ELETRONICO

TIPO: Menor Preço por Item

PROCESSO LICITAÇÃO/SECAD Nº 58/2015.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos de Informática e Periféricos em Atendimento a Diversas Secretarias, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital.

INTERESSADO:

Secretaria Municipal de Administração.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 e 44.90.51

ENTREGA DA PROPOSTA: A partir da publicação no Portal www.cidadecompras.com.br;

NOVA DATA DE ABERTURA: 21 de julho de 2015.

HORÁRIO DA ABERTURA: 10 horas – Distrito Federal.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico através do endereço: www.cidadecompras.com.br;

Juara-MT, 06 de julho de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

A Prefeitura Municipal de Juruena, através da Pregoeira Oficial, designada pela portaria 168/2015, torna público, para conhecimento dos interessados que **PRORROGOU** a licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS(SRP), tipo “Menor Preço por Item”, para o dia 17/07/2015 às 08h00min, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E ÓLEO DIESEL ADITIVADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA - MT E SECRETARIAS. O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. 04 de julho, 360, Centro, Juruena – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.pmjuruena.com.br Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1126 /1457.

Juruena - MT, 06 de Julho de 2015.

THAIS PIRES MORAES

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº043/2015

Processo: Pregão Presencial - SRP nº 004/2015

Contratado: CHEUNG – CENTRO DE TRATAMENTO MÉDICO LTDA

Valor: R$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: 01/06/2015 até 30/09/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2304.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: eventual contratação de empresa especializada em serviços médicos para atendimento dos munícipes que recebem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juina, Estado de Mato, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE..

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N.º 558 DE 30 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 558 de 30 de junho de 2015.

Fixa o valor da Taxa de Embarque e Desembarque no Terminal Rodoviário Intermunicipal de Juína-MT.

Senhor **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fixar, a partir de 01 de agosto de 2015, em R$3,00 (três reais), o valor da taxa de embarque no Terminal Rodoviário Intermunicipal de Juína - MT, a titulo precário, sendo que a taxa permanente será normatizada posteriormente, seguindo os parâmetros estabelecidos na tabela da AGER-MT.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor a partir de 1º (primeiro) de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juína/MT, aos **30** de **junho** de **2015**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal de Juína

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração.

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N.º 565 DE 03 DE JULHO DE 2015.

DECRETO N.º 565 de 03 de julho de 2015.

Regulamenta o artigo 7º da Lei Municipal nº 1.375/2012, que dispõe sobre a transação imobiliária com o Sr. Waib Pavan Junior;

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas por, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica regulamentado o artigo 7º da Lei Municipal nº 1.375/2012, que dispõe sobre a transação imobiliária com o Sr. Waib Pavan Júnior.

Art. 2º - O Termo de Transferência Recíproca de Imóveis Urbanos é o constante no ANEXO I do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juína/MT, aos **03** de **julho** de **2015**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal de Juína/MT

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração.

ANEXO I

TERMO DE TRANSFERÊNCIA RECÍPROCA DE IMÓVEIS URBANOS

MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.359.201/0001-57, com Sede Administrativa na Travessa Emmanuel, nº 605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 340.434.891-53 e da Cédula de Identidade de nº. 2003502-0/SSP/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Juína-MT, e, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador da Cédula de identidade nº. _____, SSP/____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, no Município de _____-_____(empresa/associação/organização), _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, no Município de _____, neste ato representado pelo seu (Presidente/Diretor/Sócio-Proprietário, Gerente), _____, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da Cédula de Identidade nº _____,SSP/____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, no Município de _____-_____, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE TRANSFERÊNCIA RECÍPROCA DE IMÓVEIS URBANOS, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: (colocar as obrigações do município, conforme a Lei especifica para cada caso)

CLÁUSULA SEGUNDA: (colocar as obrigações do contribuinte que esta efetuando a transação, conforme a Lei específica para cada caso)

CLÁUSULA TERCEIRA: (dados dos imóveis a serem permutados)

CLÁUSULA QUARTA: qual parte irá ressarcir a outra e modo de ressarcimento de acordo com cada lei

CLÁUSULA QUINTA: Constitui motivo para a rescisão deste acordo, independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

I – infração de qualquer das cláusulas deste Termo;

II – falta de pagamento de qualquer parcela nos termos acordados;

Juína-MT, _____de _____de 20____

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT _____

CNPJ/MF nº 15.359.201/0001-57 CNPJ/CPF/MF nº _____

TESTEMUNHAS:

_____ _____

CPF/MF nº_____ CPF/MF nº_____

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 050/2015

Processo: Pregão Presencial n.º 011/2015

Contratado: JOICE TREVISAN – ME.

Valor: R$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: 11/06/2015 até 11/10/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2304.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DOS MUNICIPES QUE RECEBEM ATENDIMENTO PELO SISTEMA UNICO DE SAÚDE (SUS). ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO CONFORME TERMO DE REFERENCIA, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N.º 566 DE 06 DE JULHO DE 2015.

DECRETO N.º 566 de 06 de julho de 2015.

Dispõe sobre a Suspensão do Atendimento nas Unidades de Saúde do Município para participação obrigatória dos profissionais da saúde na VI Conferência Municipal de Saúde **"Priscila Ono"** de Juína-Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e com base no inciso III, do artigo 83, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o disposto na Lei nº 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/90;

Considerando o artigo 15 da Lei Estadual nº. 22/92;

Considerando a resolução de nº. 003/15 do Conselho Municipal de Saúde de Juína;

Considerando o Decreto Municipal nº 522/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso o atendimento de todas as Unidades de Saúde do Município, exceto o Hospital Municipal e a UPA 24 Horas, na data de **10 de julho de 2015**, para a participação obrigatória dos profissionais da área da saúde na **VI Conferência Municipal de Saúde**, que contará como dia trabalhado, inclusive para os profissionais médicos.

Parágrafo Único: Deve ser veiculado na imprensa o teor do *caput*, bem como afixado cartaz nos locais informando que nos casos de urgência/emergência os usuários deverão se dirigir a UPA 24 Horas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína/MT, 06 de julho de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito do Município de Juína

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 047/2015

Processo: Pregão Presencial n.º 050/2015

Contratado: HELLEN SUSAN CAVICHIOLI-ME

Valor: R$57.200,00(Cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: 02/06/2015 até 02/10/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2304.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: Prestação de serviços médicos no **ATENDIMENTO NO PSF DO BAIRRO PALMITEIRA. ATENDIMENTO INTEGRAL,** aos beneficiários vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 046/2015

Processo: Pregão Presencial n.º 008/2015

Contratado: ORALMASTER – SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA-ME

Valor: R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

Vigência: 01/06/2015 até 30/09/2015

Dotação: 03.130.10.302.0015.2319.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: Prestação de serviços médicos no ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL NO CAPS, aos beneficiários vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 045/2015

Processo: Pregão Presencial - SRP nº 004/2015

Contratado: RODRIGO COELHO LIUTTI-ME

Valor: R$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: 01/06/2015 até 30/09/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2304.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços médicos para atendimento dos munícipes que recebem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juina, Estado de Mato, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 044/2015

Processo: Pregão Presencial - SRP nº 004/2015

Contratado: ORALMASTER – SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA-ME

Valor: R$32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

Vigência: 01/06/2015 até 30/09/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2306.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços médicos para atendimento dos munícipes que recebem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juina, Estado de Mato, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 074/2014

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO

Contrato Nº 074/2014

Contratado:VALENIR ALBERTON PAVAN.

Vigência: **01/07/2015 a 31/12/2015.**

Dotação: Dotação orçamentária do orçamento programado do exercício de 2015.

Objeto *I – Aditar a Cláusula Primeira – Do Prazo**, do Contrato de Locação nº. 074/2014, referente à* **Locação de imóvel situado na Rua Evaldo Braga, nº 39, no Bairro Módulo 02, para a Instalação do Centro de Reabilitação do Município de Juína, Estado de Mato Grosso,** em decor-

rência do acréscimo de **06 (seis)** meses no prazo de locação para cumprir com as necessidades da Administração Pública deste Município.

II – Aditar a Cláusula Segunda – Do Valor, acrescentando o valor total de **R$ 9.000,00 (nove mil reais)** a serem pagos em 06 (seis) parcelas mensais no valor de **R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais),** cada parcela.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal de Juína

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 042/2015

Processo: Pregão Presencial - SRP nº 004/2015

Contratado: GUIMARAES - CENTRO DE TRATAMENTO MÉDICO LTDA

Valor: R$57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais)

Vigência: 01/06/2015 até 30/09/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2304.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços médicos para atendimento dos munícipes que recebem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juina, Estado de Mato, encaminhada pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 041/2015

Processo: Pregão Presencial - SRP nº 004/2015

Contratado: FOGAÇA & TEIXEIRA LTDA - ME

Valor: R$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: 01/06/2015 até 30/09/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2304.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços médicos para atendimento dos munícipes que recebem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 040/2015

Processo: Pregão Presencial - SRP nº 004/2015

Contratado: FERTILE CLINICA MEDICA LTDA - EPP

Valor: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

Vigência: 01/06/2015 até 30/09/2015

Dotação: 03.130.10.302.0015.2318.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços médicos para atendimento dos munícipes que recebem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 028/2014

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO

Contrato nº028/2014

Contratado: ANESCLIN CLINICA ANESTESICA LTDA

Vigência: **01/07/2015 a 31/07/2015.**

Dotação: Dotação orçamentária do orçamento programado do exercício de 2015.

Objeto: I – Aditar a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao Contrato nº. 028/2014, **o objeto do presente contrato é a prestação de serviços em Anestesiologia, aos beneficiários vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS.**

II – Aditar a Cláusula Sétima – Do valor, referente ao Contrato nº. 028/2014, **acrescentando o valor total de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais),** a serem pagos após a execução dos serviços contratados.

III – Aditar a Cláusula Décima Quarta – Da Vigência, referente ao Contrato nº. 028/2014, quanto ao prazo, em decorrência do acréscimo de 31 (trinta) dias de prestação de serviços para cumprir com as necessidades da Administração Pública deste Município, tendo como data inicial o dia **01** de **Julho** de **2015** até o dia **30** de **Julho** de **2015.**

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal de Juína

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 051/2015

Processo: Pregão Presencial n.º 011/2015

Contratado: SILVANA SPERANDIO-ME.

Valor: R$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: 11/06/2015 até 10/10/2015

Dotação: 03.100.10.301.0013.2304.3390.39000000 – Outros Serviços **de Terceiros -** Pessoa Jurídica

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DOS MUNICIPES QUE RECEBEM ATENDIMENTO PELO SISTEMA UNICO DE SAÚDE (SUS). ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO CONFORME TERMO DE REFERENCIA, encaminhados pelo Contratante, dentro dos limites quantitativos estabelecidos pela CONTRATANTE.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 052/2015

Processo: Adesão a Ata nº 003/2015

Contratado: STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA Valor: R$ 74.970,00 (setenta e quatro mil novecentos e setenta reais)

Vigência: 24/06/2015 até 31/12/2015

Dotação: 02.110.12.361.0032.2206.449052000000.0.1.01.000000- Equipamento e Material Permanente

Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 014/2014, REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JUINA, ESTADO DE MATO GROSSO.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 120/2013

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO

Contrato nº120/2013

Contratado:JOBELINO DAMIÃO DA CRUZ FILHO

Vigência: **01/07/2015 a 31/12/2015.**

Dotação: Dotação orçamentária do orçamento programado do exercício de 2015.

Objeto: *I – Aditar a Cláusula Primeira – Do Prazo, do Contrato de Locação nº. 120/2013, referente à locação de* **Imóvel Urbano, sito nesta no Lote 21, Quadra 13, Módulo 04 – Juína/MT, destinado ao funcionamento do Posto de Atendimento do Programa de Saúde Familiar PSF do Módulo 04,** em decorrência do acréscimo de **06 (seis)** meses no prazo de locação para cumprir com as necessidades da Administração Pública deste Município, tendo como data inicial o dia **01** de **julho** de **2015** até o dia **31** de **dezembro** de **2015.**

II – Aditar a Cláusula Segunda – Do Valor, acrescentando o valor total de **R$ 6.000,00 (seis mil reais)** a serem pagos em 06 (seis) parcelas mensais no valor de **R$ 1.000,00 (hum mil reais),** cada parcela.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal de Juína

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO NOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO CONTRATO 030/2015

CONTRATADA: SILVANIA LIMA DA SILVA MENDES

CNPJ: 21.957.664/0001-13

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS PARA CONSUMO DE MERENDA ESCOLAR.

PRAZO: Dentro do prazo do referido Contrato, contando a partir de 11/06/2015 até 31/12/2015.

VALORES ESTIMADOS: O valor global do Contrato original é de R$25.200,00(vinte e cinco mil e duzentos reais). O valor mensal é de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

06.002 – Fundo Municipal de Educação

2.050 – Manutenção do Salário Educação

33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

RATIFICAÇÃO:

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quinta do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 11 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 061/2014

LICITAÇÃO: Pregão 020/2014

CONTRATADA: LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: 11.499.448/0001-18

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORAMENTO E ORIENTAÇÃO AO CONTROLE INTERNO.

PRAZO: Prorrogado por mais 05 (cinco) meses, contados a partir de 01/06/2015 até 01/11/2015.

VALORES: O valor global do Contrato original é de R$20.034,00 (vinte mil e trinta e quatro reais). O valor mensal é de R$4.006,80 (Quatro mil e seis reais e oitenta centavos).

RATIFICAÇÃO:

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Terceira do referido contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Departamento de Convênios e Contratos.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 01 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 068/2013

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 002/2013

CONTRATADA: M.W.V. TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO – LTDA - ME

CNPJ: 12.939.813.0001-20

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE – MODALIDADE INTERMEDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

PRAZO: Prorrogado por mais 04 (quatro) meses, contados a partir de 03/06/2015 a 03/10/2015.

VALORES: O valor global do Contrato original é de R$100.700,00 (cem mil e setecentos reais). O valor mensal é de acordo com medições realizadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

RATIFICAÇÃO:

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Décima – Parágrafo Terceiro do referido contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Empresa Contratada.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 03 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 047/2015

LICITAÇÃO: Convite 003/2015

HOMOLOGAÇÃO: 22 de Junho de 2015

CONTRATADA: MACIEL DA SILVA & CIA LTDA - ME

CNPJ: 00.822.126/0001-41

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSOS GRÁFICOS E CARIMBOS, PARA SEREM UTILIZADOS NAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, conforme solicitação das Secretarias Municipais: Administração e Planejamento; Saúde; Promoção e Assistência Social; Educação e Cultura.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 26 de Junho de 2015 até 26 de Junho de 2016.

VALOR MENSAL: Mediante a apresentação de fatura.

VALOR GLOBAL:

R$79.299,10 (setenta e nove mil, duzentos e noventa e nove reais e dez centavos).

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 26 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO NOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO CONTRATO 026/2013

CONTRATADO: RENATO FERNANDES DA SILVA

CPF: 729.984.741-87

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGO PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAMBARI D'OESTE - MT.

PRAZO: Dentro do prazo do Quatro Termo Aditivo de Prazo do referido Contrato, contando a partir de 01/06/2015 até 02/12/2015.

VALORES: O valor global conforme Terceiro Termo Aditivo de Acréscimo do referido Contrato é de R$15.300,00 (quinze mil e trezentos reais). O valor mensal é de R$2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

05 -

Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social

05.002 – Fundo Municipal de Assistência Social

2038 – Manutenção do Programa de Apoio a Família – PAIF Volante

33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

05 - Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social

05.002 – Fundo Municipal de Assistência Social

2041 – Manutenção e Encargos com o Fundo Municipal de Assistência Social

33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

04 - Secretaria Municipal de Saúde

04.002 – Fundo Municipal de Saúde

2021 – Manutenção do Programa Saúde da Família PSF

33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Décima Segunda do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 01 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 046/2015

CONTRATADA: CELIO APARECIDO DE AVELAR DE SOUZA

CNPJ: 22.299.488/0001-32

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NA ESCOLA MUNICIPAL FERNÃO DIAS PAES, LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAMBRI D'OESTE – MT, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 08 de Junho de 2015 até 08 de Junho de 2016.

VALOR MENSAL: R$1.223,34 (um mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos).

VALOR GLOBAL: R$14.680,08 (quatorze mil, seiscentos e oitenta reais e oito centavos).

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 08 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 070/2009

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 005/2007

CONTRATADA: MAXIMUS CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 05.870.164/0001-93

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR EM LAMBARI D'OESTE - MT.

PRAZO: Prorrogado por mais 04 (quatro) meses, contados a partir de 10/06/2015 a 10/10/2015.

VALORES: O valor global do Contrato original é de R$615.736,26 (seiscentos e quinze mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos). O valor mensal é de acordo com medições realizadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

RATIFICAÇÃO:

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quarta, parágrafos II e III do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Empresa Contratada.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 10 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 045/2015

CONTRATADA: FLAVIA SOUZA DE MACEDO LIMA

CNPJ: 22.355.612/0001-30

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS DEPENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE, LOCALIZADAS NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR, ZONA RURAL: SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO, APOIO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES FRANQUEADAS NO POSTO DE CORREIO; E SERVIÇOS DOMÉSTICOS NA ESCOLA MUNICIPAL FERNÃO DIAS PAES, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

VIGÊNCIA: De 08 de Junho de 2015 até 08 de Dezembro de 2015.

VALOR MENSAL: R$1.221,43 (um mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), sendo que serão pagos R$600,00 (seiscentos reais) pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e R$621,43 (seiscentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos) pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

VALOR GLOBAL: R$8.550,01 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais e um centavo).

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 08 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 062/2011

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 003/2011

CONTRATADA: W.P CONSTRUTORA LTDA – ME

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL - INFRAESTRUTURA NO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

PRAZO: Prorrogado por mais 04 (quatro) meses, contados a partir de 11/06/2015 até 11/10/2015.

VALORES: O valor global do Contrato conforme 8º Aditivo de Acréscimo de 18/10/2013, é de R$306.599,66 (trezentos e seis mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos). O valor mensal é de acordo com medições realizadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO:

O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Décima, parágrafo III, e Cláusula Décima Primeira do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Empresa Contratada.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 11 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 060/2014

LICITAÇÃO: Carona 001/2014

CONTRATADA: FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

CNPJ: 16.801.681/0001-27

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL E JURÍDICA AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E DEMAIS ENCARGOS REFERENTE À FOLHA DE PAGAMENTO RELACIONADO A ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS DA MUNICIPALIDADE.

PRAZO: Prorrogado por mais 05 (cinco) meses, contados a partir de 03/06/2015 a 03/11/2015.

VALORES: O valor global do contrato original é o percentual de 14,95% (Quatorze e noventa e cinco por cento) conforme apresentação de relatório de execução dos serviços. O valor mensal é de acordo com relatório dos serviços realizados.

RATIFICAÇÃO:

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Terceira do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Departamento de Convênios e Contratos.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 03 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 044/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 012/2015

HOMOLOGAÇÃO: 03 de Junho de 2015

CONTRATADA: PRATA & CIA LTDA. EPP

CNPJ: 09.342.661/0001-09

VALOR GLOBAL: R$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), 15 dias após a entrega do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE HORAS DE MAQUINÁRIOS COM OPERADOR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

VIGÊNCIA: De 08 de Junho de 2015 até 08 de Junho de 2016.

PREFEITURA:

Lambari D'Oeste – MT, 08 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO NOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO CONTRATO 031/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 007/2015

CONTRATADA: FABIULA DE ARAUJO PORANGABA

CNPJ: 21.695.062/0001-35

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONITOR DE CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAMBARI D'OESTE – MT.

PRAZO: Dentro do prazo do referido Contrato, contando a partir de 11/06/2015 até 01/04/2016.

VALORES: O valor global do Contrato original é de R$12.000,00 (doze mil reais). O valor mensal é de R$1.000,00 (um mil reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

05 – Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

05.002 – Fundo Municipal de Assistência Social.

2.039 - Manutenção do Programa de Apoio a Família - PAIF.

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Sexta do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Prefeitura Municipal: Lambari D'Oeste - MT, 11 de Junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 043/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 011/2015

HOMOLOGAÇÃO: 29 de Maio de 2015

CONTRATADA: ETCA - CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

CNPJ: 04.176.501/0001-84

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA, CONSULTORIA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO RELACIONADO À ÁREA DO GÊNERO TRIBUTOS (ISSQN), E ÁREA DE GESTÃO, PARA A EXECUÇÃO DE AUDITORIAS EM NOTIFICAÇÕES FISCAIS LANÇADAS CONTRA A MUNICIPALIDADE EM DATAS PRETÉRITAS, RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DEVIDOS AO MUNICÍPIO E RETIDOS INDEVIDAMENTE PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E/OU OUTROS ÓRGÃO, ALÉM DE INTENTAR AÇÕES A FIM DE RECUPERAR IMPORTANTES VALORES DE TRIBUTOS MUNICIPAIS (ISSQN), INCIDENTES EM OBRAS E SERVIÇOS CONTRATADOS NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS COM O MUNICÍPIO, O ESTADO E A UNIÃO E/OU TERCEIROS NOS LIMITES DO MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: De 01 de Junho de 2015 até 01 de Junho de 2016.

VALOR MENSAL: 20% (vinte por cento) dos valores recuperados, conforme relatório de execução dos serviços.

VALOR GLOBAL:

R$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), caso a CONTRATADA consiga o êxito desejado pela administração, enquanto não, estima-se para empenho prévio R$50.000,00 (cinquenta mil reais).

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 01 de Junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 030/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 015/2015

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu pregoeiro e equipe de apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço global, no dia 16 de Julho de 2015, às 08:00h, Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Manutenção de Computadores, Criação e Manutenção de Redes com fio e sem fio, Manutenção de Servidores e Análise de Software e Gerenciamento/Manutenção de Web Site, conforme especificações descritas no anexo do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Araguaia, 07 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189.

Luciara-MT, em 06/07/2015.

AGÊO FONSECA BRITO

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREVILÂNDIA
EXTRATO CONTRATUAL DE ADITIVO 2015

PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO 01/2015 ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO.

CONTRATANTE: **PREVILÂNDIA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MARCELÂNDIA – MT**

CONTRATADA: **H. BOSA & F. GARCIA LTDA.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Razão Social e do domicilio da empresa contratada para a seguinte **I. F. GARCIA E CIA LTDA,** situada na Rua Monsenhor Trebaure, nº 210, Centro Norte, CEP – 78.005-380, na cidade de Cuiabá-MT.

VALOR: R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais)

VIGENCIA: 05.01.2015 A 31.12.2015.

TERMO ADITIVO 01.07.2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 140/2015, firmado entre o Município e a Sra. **HÉLIA CARRIEL CARNEIRO**. OBJETO: Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de *PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA*, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, para atender Escolinha de Futebol de Salão e ATI Praça Ataíde Pereira Leite, em substituição ao servidor contratado Jefson Pedro da Silva que solicitou rescisão de contrato conforme requerimento protocolo nº 2844/2015. Carga Horária 40 horas. Prazo: 06/06/2015 a 31/01/2016. Valor global: R$ 19.564,45. *Data da Assinatura: 03/06/2015.*

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE-MT

CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 085/2015, firmado entre o Município e o Sr. **MATHEUS BERTHOUD OLIVEIRA**. OBJETO: Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de ***MÉDICO-PSF***, com atendimento no PSF - Programa Saúde da Família MODULO I – JARDIM SÃO PAULO e lotação na Secretaria Municipal de Saúde. Carga Horária 40 horas. Prazo: 04/03/2015 a 31/01/2016. Valor global: R$ 182.287,89. *Data da Assinatura: 02/03/2015.*

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº *2854 DE 25 DE JUNHO DE 2015.*

DISPÕE SOBRE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D´OESTE-SAEMI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, com fulcro do § 1º do Art. 27 da Lei Complementar nº 008/98 e,

Considerando medidas adotadas pela Administração Pública Municipal para contenção de despesas, tendo em vista a necessidade de manter o equilíbrio entre receita e despesas com vistas ao cumprimento das determinações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que a Autarquia Municipal – SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste/MT, deve também, em conformidade com a Administração Pública Municipal, zelar pelo equilíbrio entre receita e despesas com vistas ao cumprimento às determinações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica estabelecido que o horário de expediente administrativo no SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste/MT, localizado na rua Ricardo Druzian Gallo, 161, Mirassol II, à partir do dia 03 de agosto de 2015, será das 7h às 13h, em turno ininterrupto.

Art. 2º - Para fins de manter o atendimento em horários específicos para desenvolvimento de atividades que requeiram prestação de serviços urgentes e indispensáveis, a Autarquia Municipal deverá elaborar escala de plantão, devendo ser o servidor plantonista de imediato acionado.

Art. 3º - O presente Decreto não atinge os horários de trabalhos já estipulados na ETA – Estação de Tratamento de Água de Mirassol D`Oeste – MT, permanecendo os horários dos servidores lotados naquele prédio inalterados, continuando a vigorar a escala de serviço.

Art. 4º - Os servidores colocados à disposição de órgãos Estaduais e Federais seguirão o expediente estabelecido pelo órgão a que estiver vinculado.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Processo nº 093/2015

MODALIDADE - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 048/2015

A Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 095/2015 de 08 de Junho de 2015, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 048/2015**, **TIPO MENOR PREÇO**, que será realizado no dia 17 de Julho de 2015, às 09:00 horas na sala de licitação da prefeitura, localizada na Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n, Jardim Paraná. **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) NO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras em conformidade com as cláusulas e condições contidas neste Edital e seus Anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 h e das 13:00h ás 17:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 081/GP/2015 DE 06 DE JULHO DE 2.015.

“Concede Título de Cidadão Nortelandense ao Ex-Vereador ***PAULO CÉSAR DA SILVA*****,** e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais consoante as disposições contidas na Constituição Federal/88, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Corte Legislativa, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** em Sessão Ordinária do dia 25 de Junho de 2.015, e ela **promulga** o seguinte Decreto Legislativo com as disposições seguintes:

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão Nortelandense ao Ex-Vereador PAULO CÉSAR DA SILVA.

Art. 2º – Esta homenagem é o reconhecimento da população, pelos relevantes serviços prestados a esta municipalidade.

Art. 3º – Os dados genealógicos e civis do homenageado serão transcritos nos anais desta Casa para que a população desta cidade possa tomar conhecimento.

Art. 4º – Este Título concedido será prestado pelo Poder Legislativo Municipal, dando ciência ao homenageado e demais autoridades.

Art. 5º - A Mesa Diretora da Câmara Municipal determinará a data para entrega Solene do Título ora concedido.

Art. 6º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

COMUNIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, EM 06 DE JULHO DE 2.015.

JOCEMAR KESTRING***Presidente da Câmara MunicipalVereador – P. R.P.***

Registrado na Secretaria Geral da Câmara o Decreto Legislativo nº. 081/GP/2015 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume. EM: 06/07/2015.

_____GILSON PORTELA OLIVEIRASecretário Geral

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 082/GP/2015 DE 06 DE JULHO DE 2.015.

“Concede Título de Cidadã Nortelandense à Professora **MARLENE JÚLIA OLIVEIRA SCARPAT,** e dá outras providências”.

O Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais consoante as disposições contidas na Constituição Federal/88, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Corte Legislativa, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** em Sessão Ordinária do dia 25 de Junho de 2.015, e ela **promulga** o seguinte Decreto Legislativo com as disposições seguintes:

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadã Nortelandense à Professora MARLENE JÚLIA OLIVEIRA SCARPAT.

Art. 2º – Esta homenagem é o reconhecimento da população, pelos relevantes serviços prestados a esta municipalidade.

Art. 3º – Os dados genealógicos e civis da homenageada será transcritos nos anais desta Casa para que a população desta cidade possa tomar conhecimento.

Art. 4º – Este Título concedido será prestado pelo Poder Legislativo Municipal, dando ciência à homenageada e demais autoridades.

Art. 5º - A Mesa Diretora da Câmara Municipal determinará a data para entrega Solene do Título ora concedido.

Art. 6º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

COMUNIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, EM 06 DE JULHO DE 2.015.

JOCEMAR KESTRING*Presidente da Câmara MunicipalVereador – D. E.M.*

Registrado na Secretaria Geral da Câmara o Decreto Legislativo nº. 082/GP/2015 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume. EM: 06/07/2015.

_____ GILSON PORTELA OLIVEIRA Secretário Geral

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015 PREGÃO PRESENCIAL 006/2015

Gerenciadora: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão.

Fornecedores: ANA PAULA MOREIRA GOMES ME CNPJ 11.664.730/0001-03

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para o fornecimento de aproximadamente 2.000 (duas mil) refeições, acompanhadas de refrigerantes ou água, para os servidores públicos, prestadores de serviços, palestrantes, professores de cursos ministrados aos servidores públicos ou à população, servidores que trabalham em serviços realizados fora ou além do horário de expediente, convocados para serviços programados ou emergenciais.

Registro: empresa **ANA PAULA MOREIRA GOMES ME** CNPJ 11.664.730/0001-03, no valor de **de R$ 35.635,00 (trinta e cinco mil seiscentos e trinta e cinco reais) para o lote único.** Os quantitativos dos itens e valores unitários estão expressos no Mapa Comparativo.

Dotação Orçamentária:

02.001.04.122.0002.2005-3390.30.00.00.00

03.001.04.122.0004.2009-3390.30.00.00.00

03.006.04.122.0002.2017-3390.30.00.00.00

04.002.10.301.0023.2032-3390.30.00.00.00

05.001.12.361.0014.2042-3390.30.00.00.00

06.001.08.244.0021.2039-3390.30.00.00.00

08.001.20.122.0002.2075-3390.30.00.00.00

Vigência: 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 06 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO Nº 52/2015

DECRETO Nº 52/2015

"Demite a Servidora Rosangela Maria do Socorro Guimarães do Cargo de Assistente de Saúde – Técnica de Enfermagem - Matrícula Funcional n. 48, por Abandono de Cargo "

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar n.005/2015 instaurado em face da Servidora Rosangela Maria do Socorro Guimarães DECRETA:

Art.1º. Em conformidade com o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar n.005/2015 e com base no disposto no Artigo 136 da Lei Complementar 06/2004 DEMITE a Servidora Rosangela Maria do Socorro Guimarães do Cargo de Assistente de Saúde – Técnica de Enfermagem - Matrícula Funcional n. 48, por Abandono de Cargo "

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento 03 de julho de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º 027/2015, tendo como objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO GRAFICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme relação contidano Termo de Referencia (Anexo I) do Edital de convocação". SAGRARAM-SE vencedoras da presente licitação as empresas: **ALEX FLAVIO JUNIOR DE CARVALHO ME – CNPJ: 21.963.192/0001-01**, no valor total de **R$ 7.148,90 (sete mil cento quarenta e oito reais e noventa reais), GRAFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA ME – CNPJ: 24.679.854/0001-04**, no valor total de **R$ 50.816,90 (cinquenta mil oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos) e a empresa JUSCELINO SILVEIRA SEGURA E CIA LTDA – CNPJ: 14.948.079/0001-91**, no valor total de **R$ 52.473,20 (cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte reais).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Prefeita Municipal **Srª SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, torna público para conhecimento dos interessados, que *HOMOLOGA* a Licitação resul-

tante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 027/2015, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO GRAFICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme relação contidano Termo de Referencia (Anexo I) do Edital de convocação**". Onde foram vencedoras as empresas:**

Sociedade/Empresária	**CNPJ:**	**VALOR GLOBAL**
ALEX FLAVIO JUNIOR DE CARVALHO ME	21.963.192/0001-01	7.148,90
GRAFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA ME	24.679.854/0001-04	50.816,90
JUSCELINO SILVEIRA SEGURA E CIA LTDA	14.948.079/0001-91	52.473,20

Nova Bandeirantes/MT, 06 de Julho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SAAE SERVICO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO L.R.F. DESPESAS NO EXERCÍCIO POR CATEGORIA ECONÔMICA PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2015 - BIMESTRAL

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G
ESTADO DE MATO GROSSO
L.R.F. DESPESAS NO EXERCÍCIO POR CATEGORIA ECONÔMICA
PAGAS no Exercício de 2015 - BIMESTRAL

DESCRIÇÃO	Orçado	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
30000000 - DESPESAS CORRENTES	384.000,00	55.022,67	68.473,81	76.030,12				199.526,60
31000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	202.000,00	31.205,56	34.322,58	35.397,79				100.925,93
31900000 - Aplicacoes Diretas	202.000,00	31.205,56	34.322,58	35.397,79				100.925,93
31900900 - Salario-Famlia	1.000,00	157,20	157,20	78,60				393,00
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	165.000,00	25.861,40	28.553,82	29.254,38				83.669,60
31901300 - Obrigacoes Patronais	36.000,00	5.186,96	5.611,56	6.064,81				16.863,33
33000000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	182.000,00	23.817,11	34.151,23	40.632,33				98.600,67
33900000 - Aplicacoes Diretas	182.000,00	23.817,11	34.151,23	40.632,33				98.600,67
33901400 - Diarias - Civil	3.000,00	120,00	720,00					840,00
33903000 - Material de Consumo	56.250,00	10.514,50	7.577,10	8.462,00				26.553,60
33903900 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	119.000,00	12.841,37	25.226,36	31.538,15				69.605,88
33904700 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas	3.750,00	341,24	627,77	632,18				1.601,19
40000000 - DESPESAS DE CAPITAL	14.600,00	4.750,00	3.600,00	2.215,00				10.565,00
44000000 - INVESTIMENTOS	14.600,00	4.750,00	3.600,00	2.215,00				10.565,00
44900000 - Aplicacoes Diretas	14.600,00	4.750,00	3.600,00	2.215,00				10.565,00
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	14.600,00	4.750,00	3.600,00	2.215,00				10.565,00
TOTAL GERAL	**398.600,00**	**59.772,67**	**72.073,81**	**78.245,12**				**210.091,60**

EXPEDITO PEREIRA LOPES
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emissão: 06/07/2015 10:51:55

Page 1 de 1
Homologado

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G

MATO GROSSO

L.R.F. RECEITAS NO EXERCÍCIO

Exercício de 2015 - BIMESTRAL (Sintético)

Descrição	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
Receitas Correntes	63.023,77	63.286,75	66.773,90				193.084,42
Receita Tributaria	4.224,02	4.713,50	4.887,33				13.824,85
Taxas	4.224,02	4.713,50	4.887,33				13.824,85
Taxas pela Prestacao de Servicos	4.224,02	4.713,50	4.887,33				13.824,85
Taxas pela Prestacao de Servicos	4.224,02	4.713,50	4.887,33				13.824,85
Taxas pela Prestacao de Servicos	4.224,02	4.713,50	4.887,33				13.824,85
RECEITA PATRIMONIAL	296,76	350,00	329,14				975,90
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	296,76	350,00	329,14				975,90
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	296,76	350,00	329,14				975,90
REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	296,76	350,00	329,14				975,90
RECEITA DE REMUNERACAO EXTRAMERCADO	296,76	350,00	329,14				975,90
Receita de Servicos	56.194,99	55.679,41	58.720,44				170.594,84
Receita de Servicos	56.194,99	55.679,41	58.720,44				170.594,84
Receita de Servicos	56.194,99	55.679,41	58.720,44				170.594,84
Servicos de Fornecimento de agua	56.194,99	55.679,41	58.720,44				170.594,84
Servicos de Fornecimento de agua	56.194,99	55.679,41	58.720,44				170.594,84
Outras Receitas Correntes	2.308,00	2.543,84	2.836,99				7.688,83
Multas e Juros de Mora	256,47	279,20	475,41				1.011,08
Multas de Outras Origens	256,47	279,20	475,41				1.011,08
Outras Multas	256,47	279,20	475,41				1.011,08
Outras multas	256,47	279,20	475,41				1.011,08
Indenizacoes e Restituicoes							
Indenizacoes							
Indenizacoes por Danos Causados ao Patrimonio Publico							
Indenizacoes por Danos Causados ao Patrimonio Publico							
RECEITA DA DIVIDA ATIVA							
RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA							
RECEITA DE DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA							
RECEITA DE DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA							
RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS							
RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO-TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS							
PARCELAMENTOS - RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO-TRIBUTARIA DE							
(-)DEDUCOES DA REC. DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS							
Receitas Diversas	2.051,53	2.264,64	2.361,58				6.677,75
Receitas Diversas	2.051,53	2.264,64	2.361,58				6.677,75
Outras Receitas	2.051,53	2.264,64	2.361,58				6.677,75
Outras Receitas	2.051,53	2.264,64	2.361,58				6.677,75
TOTAL GERAL	**63.023,77**	**63.286,75**	**66.773,90**				**193.084,42**

EXPEDITO PEREIRA LOPES
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emitido em: 06/07/2015 às 11:12 Horas

AGILI Mato Grosso

Página: 001

EXTRATO CONTRATO Nº. 026/15/SMA/PMNG.

PRAZO: 06/07/15 A 20/12/15

CONTRATADO: ELISÂNGELA DE SOUSA HASSEMER.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE FACILITADORA DE OFICINAS DE CANTO E TEATRO, PELO PERÍODO DE 30:00 H (TRINTA HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE APOIAR AS ATIVIDADES OFERECIDAS POR MEIO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO (SCFV).

VALOR: R$ 6.560,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 08.244.0008.2033.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015- MATERIAL ESPORTIVO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através dasua Pregoeira Oficial,torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º **14/2015**, cujo objeto é a ***Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para*** **Aquisição futura e fracionada de Material Esportivos para uso em jogos de Campeonatos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Nova Guarita- MT**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **17/07/2015, às 08:30** horas. Cópias do edital e informa-

ções poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 03 de Julho de 2015.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

RESOLUÇÃO 002/2015

RESOLUÇÃO N.º 002/2015 DE 01 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe sobre nomeação de profissional devidamente capacitado para o Cargo de auxiliar Administrativo do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental "VALE DO GUAPORÉ" e da outras providencias".

VALMIR LUIZ MORETTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "VALE DO GUAPORÉ"no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. JULIANA NUNES TEODORO, brasileira, solteira, devidamente inscrito no CPF sob nº.854.971.421-68, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0850607-8 SSP/MT, residente e domiciliada no Município de Nova Lacerda/MT, para ocupar o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO do CIDESA do VALE DO GUAPORÉ, a partir desta data.

Art. 2º - São competências do cargo: Exercer, organizar, conferir, abrir e controlar processos e documentos em geral, acompanhando seu trâmite interno e externo; realizar levantamento, suprir a área de material de consumo e controle de material de expediente da área de atuação; realizar atendimento ao público direto e/ou indireto, recepcionar chamadas telefônicas relacionadas à área de atuação; Operar equipamentos [fax, computador, xerox, etc.]; Solicitar manutenção [preventiva e corretiva] de equipamentos.

Art. 3º - A Auxiliar ora nomeada poderá ser exonerada, quando acontecer a ocorrência de fato que justifique a medida, o que deverá ser feito após a apreciação por parte da Assembléia Geral, observado o princípios da ampla defesa.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir do dia primeiro de março de 2015.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental "VALE DO GUAPORÉ", Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

VALMIR LUIZ MORETTO

Presidente

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO : 003/2013

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA PARA O CIDESA VALE DO GUAPORE

VIGENCIA: 02/01/2015 A 31/12/2015

VALOR: 35.700,00

CONTRATADO: GONZALEZ E GONZALEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORE - CIDESA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO : 002/2013

OBJETO: ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA PARA ATENDER AO CIDESA VALE DO GUAPORE

VIGENCIA: 02/01/2015 A 31/12/2015

VALOR: 49.800,00

CONTRATADO: JOAO ANTONIO TOSTI - ME

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORE - CIDESA

EXTRATO CONTRATO 001/2015

CONTRATO : 001/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO SITUADO NA AV. TANCREDO NEVES Nº 65, PARA ABRIGAR A SEDE DO CIDESA VALE DO GUAPORE

VIGENCIA: 02/01/2015 A 31/12/2015

VALOR: 8.400,00

CONTRATADO: MARIA DA SILVA PEDRO

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORE - CIDESA

RESOLUÇÃO 001/2015

RESOLUÇÃO Nº. 001/2015 DE 01 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe sobre nomeação de profissional devidamente capacitado para o Cargo de Coordenador de Programas do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental "VALE DO GUAPORÉ" e da outras providencias".

VALMIR LUIZ MORETTO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental e "VALE DO GUAPORÉ"no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20 do Estatuto social e conforme decisão da Assembléia Geral Extraordinária,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sra. Luciana Eusébio de Souza, brasileira, solteira, devidamente inscrito no CPF; sob nº 003.374.731-88, portador da Cédula de Identidade RG nº.1549909-0 SSP/MT, residente e domiciliado em Nova Lacerda/MT., para ocupar o cargo de COORDENADOR DE PROGRAMAS do CIDESA do VALE DO GUAPORÉ, a partir desta data.

Art. 2º - São competências do cargo**,** exercer a coordenação das atividades do Programa ambiental, dirigir, orientar, zelar pelo cumprimento de projetos e programas baseados em critérios de prioridades e de custo-benefício. Apresentar ao conselheiro executivo os relatórios anuais das atividades realizadas, auxiliar o conselheiro executivo na elaboração do balanço anual e os balancetes mensais para exame e aprovação do Conselho Diretor; Auxiliar o conselho executivo a coordenar as comissões organizadoras das Assembleias Gerais. Apresentar, periodicamente, relatório das atividades. Cumprir as demais atribuições que lhe forem conferidas em leis e regulamentos. Executar outras tarefas correlatas. Estar permanentemente interligado com o presidente, conselheiro executivo e conselheiro fiscal.

Art. 3º - O técnico ora nomeado poderá ser exonerado, quando acontecer a ocorrência de fato que justifique a medida, o que deverá ser feito após a apreciação por parte da Assembleia Geral, observado o princípios da ampla defesa;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental "VALE DO GUAPORÉ", NOVA LACERDA Estado de Mato Grosso, ao primeiro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

VALMIR LUIZ MORETTO

Presidente

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 159/2015 - JOSE CELIO MARIANO - LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

PORTARIA Nº 159/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao Servidor **JOSÉ CELIO MARIANO, matrícula 104, Licença para exercício de mandato eletivo, no período de 01/07/2015 a 02/02/2017 no município de Nova Lacerda-MT, conforme Artigo 38, Paragrafo III da Emenda Constitucional n.º 19 de 1998: "Ao servidor público da administração direta, autarquia e fundacional, no exercício de mandato eletivo...**

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado doo cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;"

Art. 2º - O referido servidor será remunerado de acordo com o Paragrafo III do Artigo 38 da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, optando pela remuneração do cargo eletivo.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 034/2012 de 31/01/2012.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO 045-2015

A Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, vem por meio desta retificar a publicação feita no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 02 de Julho de 2015 com o Título Extrato de Contrato 045-2015 onde se lê: Valor: R$ 14.550,00 deve ler-se R$ 13.980,00.

Nova Marilândia, 06 de Julho de 2015

Wener Kresley Dos Santos

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 029/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - MT

Contratantes: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM – Município de Nova Marilândia e PREVINOM - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais.

Contratado: Consórcio PREVIMUNI, constituído pela Empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. E Banco do Brasil S/A.

Objeto: Termo de Vinculação ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012 oriundo da Concorrência Pública nº 001/2012.

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Data da assinatura do contrato: Cuiabá/MT, 13.09.2013.

Fundamentação Legal: Inciso XIII do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93.

Assinam: Valdecir Luiz Colle, Presidente da AMM, Wener Klesley dos Santos, Prefeito de Nova Marilândia e Edna Souto de Oliveira, Gestora do PREVINOM.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 114/2015

EMENTA: RETIFICA POR ERRO FORMAL A PORTARIA Nº 80/2015 QUE NOMEIA O SRº. **WILLIAM SOARES DE OLIVEIRA** PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE "**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL"** DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica nomeado e empossado a partir do dia **17/04/2015** o Srº. **WILLIAM SOARES DE OLIVEIRA**, portador da RG Nº. 16208099 - SSP/MT e CPF nº 018.017.101-12, residente e domiciliado na RUA JOSINO NOBRE RIBEIRO, nº20 de Nova Marilândia - MT, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ""**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL"** lotadona Secretaria Municipal de Educação, cultura, esporte e turismo do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto a Secretaria Municipal de Educação, cultura, esporte e turismo.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e o servidor nomeado por esta Portaria será remunerada na forma determinada pela Lei Municipal nº **675/2014** do dia 10 de Março de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E QUINZE – 06/07/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 017/2015 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Aos seis dias do mês de Julho de 2015, às 08:00 horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, o pregoeiro **CLAUDIO MACIEL DA SILVA,** juntamente com equipe de apoio: **ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA, LUZ MARINA OVELAR MARTINES, WELDER SOUZA CUNHA E VERA MARIA PADILHA** instituída pela Portaria nº 090/2015 de 01 de Junho de 2015, abre a sessão de Pregão para julgarem proposta e Documentação de Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 017/2015, do tipo menor preço por item, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ALARME, CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÃO PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**.** Conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão primeiramente cumprimentando a equipe de apoio. Após o credenciamento realizado no dia 03/07/2015 as 08:00hs. Após analisar a documentação da empresa o Pregoeiro e a Equipe de apoio decidem por unanimidade inabilitar os documentos da Empresa INVIOLAVEL SÃO JOSE DO RIO CLARO ELETROELETRONICOS LTDA inscrita no CNPJ 17. 581.953/0001-93 e declara a mesma inabilitada por não apresentar certidão requerida no item 9.1.2, **d)** Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações e ainda atestado de capacidade técnica conforme item 9.1.3, **a)** A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica. Visto que a mesma não cumpriu com os requisitos de habilitação exigidos pelo edital de convocação desclassifica a proposta da mesma. Por não haver outras empresas interessas e participantes o pregoeiro e Equipe de apoio declaro fracassado o pregão 017/2015. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

WELDER SOUZA CUNHA

Membro da Equipe de Apoio

MICHEL SOUZA CAMPOS

Membro da Equipe de Apoio

VERA MARIA PADILHA

Membro da Equipe de Apoio

PORTARIA Nº. 119/2015

Súmula "Dispõe sobre a nomeação da Comissão do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2016/2019 da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 256/2005 de 14 de Fevereiro de 2005 e pela Lei 449/2007 de 05 de Setembro de 2007 e demais alterações, e pela Lei 293/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT e Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nºs 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e a Lei Municipal nº. 830/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear: **TATIANE GEBAUER**, portadora do RG nº. 1577228-4 SSP/MT e CPF 013.405.421.02 (Presidente), Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e **ROSANGELA SILENE ARAÚJO DE SOUZA LEITE**, portador do RG nº 272211 SSP/MT e CPF 206.770.731.00 (Membro), Representante do poder Público; e **TAYNARA REGINA ROSA DA SILVA**, portador do RG nº 1351505 SSP/RO e CPF 033.777.381.50 (Membro), Representante do poder Público; e **ANA ROSA PIRES**, portadora d RG nº 779405-3 SSP/MT e CPF 045.599.588. 58, Representante da Sociedade Civil; e **BERNARDO ZANETTI**, portador do RG nº 1015535725 SSP/RS e CPF 195.161.180.20, Representante da Sociedade Civil, para efetuar procedimentos relacionados com vistas ao Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2016/2019 da Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

Art. 2º - Para cumprimento do presente, deverá ser observado as determinações legais, e as disposições do Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2015.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Julho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO 012/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 931, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **ELETROLUZ RIO CLARO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Guanabara, nº 591 - Centro - CEP 78.435-000 no Município de São José do Rio Claro-MT, inscrita no **CNPJ 32.995.953/0001-23**, representado neste ato por **WALDEMIR DE OLIVEIRA MORO**, portador da cédula de identidade n° 464 606 SSP/MT, portador do CPF/MF 328.352.801-20, residente e domiciliada a Rua Guanabara, nº 591 - Centro - CEP 78.435-000 no Município de São José do Rio Claro-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O contrato nº. 012/2015 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com base na Clausula Sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com inicio a partir do dia 27 de Junho de 2015 e término em 27 de julho 2015.

1.2. - A prorrogação do prazo e da vigência do referido Contrato n.º 012/2015, tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1º e§2º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

2.2 - As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nova Maringá – MT, 26 de junho de 2015.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

João Braga Neto

Contratante

_____

ELETROLUZ RIO CLARO COM. VAREJ. DE MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA – ME

CNPJ 32.995.953/0001-23

Contratado

TESTEMUNHAS:

OSVALDO CORREIA

Sec. Mun. de Obras e Serviços Públicos

MANOEL DA COSTA CAMPOS

Sec. Mun. de Administração

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 016/2015.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA APOIO ADMINISTRATIVO PARA AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DE DEFESAS ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SEUS AGENTES PERANTE OS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, NAS ESFERAS ESTADUAL, FEDERAL E DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá – MT, 06 de julho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 016/2015

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 90 de 01 de junho de 2015, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 016/2015,**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA APOIO ADMINISTRATIVO PARA AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DE DEFESAS ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SEUS AGENTES PERANTE OS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, NAS ESFERAS ESTADUAL, FEDERAL E DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**,a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA - ME, inscrito no **CNPJ 19. 430.120/0001-57.**

Valor de R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS) Total, pelo período de 12 (doze) meses, sendo R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reias) mensal.

Nova Maringá - MT, 06 de julho de 2015.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LEI Nº 836 DE 30 DE JUNHO 2015

Sumula: *Autoriza a Abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Exercício Financeiro de 2015 no Valor de R$ 40.000,00 e da outras providencias.*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre-se um Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento de 2015 no valor de R$ 40.000,00, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

01 – Câmara Municipal de Nova Maringá

001 – Câmara Municipal

01 – Legislativa

031 – Ação Legislativa

0010 – Gestão e Manutenção do Poder Legislativo

2.001 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

31.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 32.000,00

31.90.13.00.00.00 – Obrigações Patronais R$ 8.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, será utilizado nos termos do inciso, III, I§ do artigo 43 da Lei 4.320, a anulação parcial do seguinte projeto:

06 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos

001 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos

04 – Administração

122 – Administração Geral

0060 – Gestão e Manutenção da Secretaria de Obras

1.036 – Aquisição de Veículo

44.90.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 40.000,00

Art. 3° - Os recursos financeiros para a execução do crédito aberto no Art. 1° serão repassados pelo Executivo em seis parcelas que serão adicionadas ao duodécimo do Legislativo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 30 de junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 835 DE 30 DE JUNHO 2015

Súmula:*Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº. 294/2003 que dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano do Município de Nova Maringá/ MT e dá outras providências.*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 47, inciso IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam acrescidos os seguintes parágrafos no Art.1º da Lei Municipal n.º 294/2003 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do Município de Nova Maringá/MT, com a seguinte redação:

Parágrafo 1º - O parcelamento do solo para fins urbanos, em qualquer modalidade, bem como a regularização fundiária de áreas urbanas no Município de Nova Maringá/MT, seja ele efetuado por particulares ou por entidades públicas, observarão os requisitos urbanísticos previstos pela da Lei de Parcelamento do Solo Urbano e dependerá de licença prévia e aprovação do Poder Público Municipal.

Parágrafo 2º - Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas que estiverem inseridas no perímetro urbano, ou em zonas de expansão urbana ou que forem aprovadas por lei municipal específica.

Parágrafo 3º - Será admissível a utilização, de forma simultânea ou consecutiva, de mais de uma espécie de parcelamento ou de suas modalidades, no mesmo imóvel ou em parte dele, desde que sejam atendidos os requisitos da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Parágrafo 4º - Nenhum parcelamento do Solo Urbano do Município poderá ser autorizado sem consulta prévia ao órgão competente da Prefeitura de Nova Maringá/MT, observadas as exigências da legislação federal, estadual e municipal que regula a matéria.

Art. 2º. Ficam acrescidos os seguintes parágrafos no Art. 5º da Lei Municipal nº. 294/2003, com a seguinte redação:

Parágrafo 4º - Não poderão ser contabilizadas para áreas livres de uso publico ou áreas institucionais, as áreas integrantes do sistema viário, tais como: trevos, canteiros, rotulas e outros.

Parágrafo 5º - As áreas correspondentes à faixa de proteção ambiental não poderão ser consideradas no computo da percentagem exigidas no *caput* deste artigo.

Parágrafo 6º - Todas as áreas mencionadas no *caput* deste artigo deverão estar localizadas nas regiões centrais dos loteamentos, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial, caso em que a percentagem poderá ser reduzida, a critério da Prefeitura;

Parágrafo 7º - O Poder Público Municipal poderá ampliar a faixa de proteção ambiental estabelecidas na legislação federal, por critério devidamente justificado e fundamentado, bem como exigir vias públicas marginais, paralelas e contínuas à faixa de proteção;

Parágrafo 8º - O parcelamento do solo urbano deverá ocorrer de forma anterior à autorização da construção de unidades habitacionais individuais ou coletivas, horizontais ou verticais e de forma individualizada.

Art. 3º. Fica alterado o art.6º na Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Art. 6º: Os projetos de loteamentos somente serão aprovados, nos termos desta Lei de Parcelamento de Solo Urbano pelo Poder Executivo Municipal, caso sejam cumpridos e contemplados, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – Abertura de todas as ruas, demarcação dos lotes, quadras e logradouros públicos, dentre outros;

II – Projeto e execução de escoamento das águas pluviais, com colocação de meio-fio, sarjetas, bocas de lobo, dentre outros;

III – Pavimentação asfáltica em todas as ruas e avenidas, de acordo com as normas técnicas emitidas pelo setor competente da Prefeitura e as normas da ABNT;

IV – Projeto e execução de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, para todos os lotes e logradouros públicos, de acordo com as normas da empresa concessionária de energia elétrica;

V- Projeto e execução de toda a rede de água para todos os lotes e logradouros públicos conforme as normas da ABNT;

Parágrafo 1º - As execuções do projeto de Pavimentação asfáltica previsto nos inciso III, deste artigo, poderão ser feitas por etapas, conforme o estabelecido no Art. 16 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Parágrafo 2º - As obras de pavimentação e drenagem serão fiscalizadas e recebidas pelo Poder Público Municipal, sendo que a pavimentação deverá ser executada na forma de tratamento superficial duplo – TSD e seu recebimento condicionado a apresentação de ensaios técnicos a serem exigidos pelo órgão municipal competente.

Parágrafo 3º - Os loteamentos deverão apresentar o devido licenciamento ambiental expedido pelo órgão ambiental competente.

Art. 4º. Fica alterado o inciso VI do Art. 7º da Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

IV – Declaração com indicação do atendimento dos requisitos exigidos no art. 6º da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Art. 5º. Fica alterado o Art. 11 da Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Art. 11. O projeto final de loteamento, contendo 03 (três) vias impressas e 01 (uma) digitalizada, deverá ser protocolado na Prefeitura de Nova Maringá/MT e deverá conter no mínimo os seguintes requisitos:

I – Plantas de Implantação e Situação em cópias impressas e gravadas em meio digital, contendo:

a) curvas de nível originais e os níveis de projeto, de metro em metro;

b) arruamento de acordo com as normas legais;

c) áreas de preservação permanente, se existir;

d) áreas institucionais, destinadas aos equipamentos públicos e comunitários;

e) bosques naturais ou artificiais e árvores frondosas que serão preservadas;

f) construções existentes;

g) subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões, áreas e numeração;

h) as dimensões lineares e angulares do projeto;

i) os perfis longitudinais e transversais de toadas as vias de circulação e praças;

j) a indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais;

l) a indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

II - Memorial descritivo, contendo, obrigatoriamente:

a) denominação do loteamento;

b) descrição sucinta do loteamento, com as suas características e fixação das zonas de uso predominante;

c) indicação das áreas institucionais públicas que passarão ao domínio do Município, no ato do registro do loteamento;

d) condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

e) enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade públicas já existentes no loteamento e adjacências;

f) limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área pública total, discriminando áreas do sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidades públicas, com suas respectivas porcentagens.

III - Certidão de ônus reais e Certidão Negativa de Impostos municipais, estaduais e federais, relativos ao imóvel;

IV - Recolhimento de taxas;

V – Certidão de inteiro teor expedida pelo Registro de Imóveis, referente à área a ser loteada, em nome da imobiliária ou proprietário/requerente da área a ser loteada;

VI - Projeto das infraestruturas existentes no local;

VII - Projeto da rede de abastecimento de água devidamente aprovado pelos órgãos competentes;

VIII - Projeto de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica;

IX - Projeto de rede de energia elétrica do loteamento devidamente aprovado pelos órgãos competentes;

X - Planta geral do loteamento com orientação magnética;

XI - Relatório de impacto ambiental, quando exigido na licença prévia;

XII - Cronograma físico-financeiro da execução das obras de infraestrutura urbana;

XIII - Avaliação prévia de todos os lotes do loteamento;

XIV – Minuta da Escritura Pública de Compra e Venda dos lotes a serem alienados, para posterior averbação e Registro no Cartório de Imóveis dos lotes quando forem alienados pelo proprietário;

XV – Mencionar na Escritura Pública de Compra e Venda que o comprador do lote, não poderá alienar o lote a terceiros, sem antes transferir o IPTU na Prefeitura Municipal para o novo proprietário do lote, caso não transfira, será responsável solidário pelo débito do imposto mencionado;

Parágrafo 1º - Os projetos deverão obedecer rigorosamente às normas de desenho arquitetônico e técnico, estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Parágrafo 2º - Os projetos do empreendimento, incluindo os projetos de infraestrutura ou de edificações que farão parte do mesmo, deverão ser elaborados por profissional(ais) devidamente habilitado(s) e registrado(s) no CREA ou no CAU e deverão estar acompanhados das respectivas ARTs ou RRTs de elaboração e execução.

Parágrafo 3º - Não caberá ao Poder Público Municipal a responsabilidade pela diferença de medidas dos lotes ou quadras que o interessado venha encontrar, em relação às medidas dos loteamentos aprovados.

Parágrafo 4º - São condições necessárias para a aprovação de qualquer arruamento ou loteamento, a execução pelo interessado, sem qualquer ônus ao Poder Público Municipal, de todas as obras de terraplenagem e proteção de aterros inerentes ao projeto.

Parágrafo 5º - Os cursos d'água não poderão ser aterrados ou tubulados, sem prévia anuência dos órgãos ambientais competentes, que deverão emitir licenciamentos oficiais.

Art. 6º. Fica alterado o |rt. 16 da Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Art. 16º - Atendidas as exigências técnicas e legais, o projeto será aprovado pelo Poder Público Municipal mediante lei especifica e expedirá o Alvará de Loteamento, no qual constará a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato do seu registro.

Parágrafo 1º - O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, depois de cumpridas pelo interessado todas as exigências do Poder Público Municipal, será de 60 (sessenta) dias, inclusive para aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização

Parágrafo 2º - O prazo para a execução das obras e serviços quando da aprovação do Projeto de Loteamento, não podendo ser superior a 180 (cento e oitenta dias) dias, conforme cronograma, com exceção dos serviços de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, cujo prazo, poderá ser de até 02 (dois) anos.

Parágrafo 3º - A execução do projeto de Pavimentação asfáltica previsto nos inciso III do Art. 6º da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, com anuência da Administração Publica, através do Técnico responsável, poderá ser dividido em até 04 parcelas, conforme cronograma de execução da obra.

Parágrafo 4º - Esgotado o prazo de execução das obras mínimas de infraestrutura exigidas através da Lei de Parcelamento do Solo Urbano e do cronograma de execução da obra, caberá a administração publica aplicar as sanções previstas no Art. 36 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano ao loteador.

Parágrafo 5º - Aprovado o projeto de parcelamento do solo, o loteador deverá submetê-lo ao Registro Imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, conforme expresso no Art.18 da Lei Federal nº. 6.766/79 e alterações.

Art. 7º. Ficam acrescidos os seguintes parágrafos no art.17º da Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Parágrafo 1º - Para aprovação do desmembramento e remembramento o interessado apresentará requerimento ao Poder Público Municipal, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Projeto geométrico do remembramento, no mínimo em 5 (cinco) vias;

II - Memorial descritivo, com as devidas confrontações;

III - ART ou RRT de profissional legalmente habilitado;

Parágrafo 2º - Para aprovação do desdobro ou fracionamento, o interessado apresentará requerimento ao Poder Público Municipal, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Requerimento assinado pelos proprietários do lote a ser fracionado;

II - Escritura Pública ou Contrato de Compra e Venda;

III - Croquis (1ª via) do lote original e do lote resultante do fracionamento, atendendo as seguintes exigências:

a) Divisas definidas da propriedade, não podendo ter área mínima inferior a 200m2, exceto nas áreas definidas como de interesse social;

b) Indicação do arruamento, não podendo ocorrer mudança no sistema viário existente;

c) Localização, indicação de equipamentos públicos e índice urbanístico das construções existentes;

d) Planta baixa das construções existentes no lote originário;

e) Plano de regularização, no mínimo em 5 (cinco) vias; f) ART ou RRT de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo 3º Após emissão do documento regularizando o parcelamento do solo urbano por desmembramento, remembramento ou desdobro, ficam os proprietários responsáveis em providenciar o registro dos imóveis, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 8º. Fica revogado o parágrafo único do no Art. 25, bem como acrescido os seguintes parágrafos, na Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Parágrafo 1º - Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de formalização de um termo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação pelo Poder Público Municipal e deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis, em complemento ao projeto original, com a devida averbação.

Parágrafo 2º - Em se tratando de simples alterações de perfis ou medidas resultantes em consequência de localização das ruas, o interessado apre-

sentará novas plantas, de conformidade com o disposto nesta Lei Complementar, para que lhe seja fornecido novo Alvará de Loteamento pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo 3º - Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada, observando as disposições desta Lei e aquelas constantes do Alvará ou da Lei de Aprovação, expedindo-se então, o novo Alvará e alteração da respectiva lei.

Art. 9º. Fica acrescido o parágrafo único no Art. 30 da Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Parágrafo único - Os loteamentos e arruamentos não poderão receber denominação igual àquelas já utilizadas na identificação de outros setores da cidade, e as demarcações das ruas devem ser nos padrões adotados pelo Poder Público Municipal.

Art. 10º. Fica alterado no Art. 32 na Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Art. 32 - O cumprimento dos quarteirões não poderão ser superior a 200 (duzentos) metros e a largura máxima permitida será de 100 (cem) metros, exceto quando houver interesse social, ambiental e industrial devidamente demonstrados.

Art. 11. Fica alterado o Art. 33 da Lei Municipal nº. 294/2003 com redação dada pela Lei Municipal nº. 354/2004, passando a ter a seguinte redação:

Art. 33 – Os Lotes terão testada mínima de 10 (dez) metros e área mínima de 200m2 (duzentos metros quadrados), exceto quando se tratar de área de interesse social que deverá ser observado a legislação especifica.

Parágrafo 1º - A Edificação não poderá ser construída nas divisas laterais com os vizinhos, devendo afastar no mínimo 90 cm (noventa centímetro) das linhas limítrofes, independentemente de paredes com ou sem janelas.

Parágrafo 2º - As fossas sépticas e sumidouros deverão ser obrigatoriamente dentro dos limites do terreno, não sendo permitidos nos passeios públicos (calçadas).

Parágrafo 3º - Qualquer edificação a ser construída em área desprovida de rede pública de esgotamento sanitário, deverá atender as normas técnicas oficiais da ABNT, e conterá no mínimo, fossa séptica e sumidouro, observado os limites de 1,5 m (um metro e meio) das linhas limítrofes e 3 m (três metros) da edificação.

Art. 12. Fica alterado o art. 35 da Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Art. 35 – Fica instituída a taxa de aprovação de loteamento desmembramento e remembramento.

Parágrafo 1º - A taxa deverá ser paga pelo loteador e correspondente ao ressarcimento dos trabalhos técnicos de fixação das diretrizes básicas do loteamento e do projeto de desmembramento.

Parágrafo 2º - o valo desta taxa será fixado de acordo com o Código Tributário Municipal.

Art. 13. Fica alterado o Art. 36 da Lei Municipal nº. 294/2003, passando a ter a seguinte redação:

Art. 36. A inobservância de qualquer dispositivo da Lei de Parcelamento do Solo Urbano acarreta sem prejuízo das medidas de natureza civil prevista na Lei Federal nº 6.766/79 e alterações, a aplicação das seguintes sanções:

I - Embargo que determina a paralisação imediata de uma obra de parcelamento, quando constatada desobediência às disposições desta Lei ou aos projetos aprovados;

II - Interdição, que determina a proibição do uso e da ocupação de parte ou da totalidade da área objeto do parcelamento, quando for constatada irreversibilidade iminente da ocupação, que possa provocar danos ou ameaças ao meio ambiente, à saúde ou à segurança de terceiros;

III - Multa de 0,05 UPF/NM'S por metro quadrado;

a) será aplicada em dobro a multa em caso de reincidência da infração;

b) aceita a defesa apresentada pelo infrator, o município arquivará o auto de infração;

IV - Cassação de licença para parcelar.

Parágrafo 1º - Será aplicada a simples advertência, quando a infração for de pequena gravidade e puder ser corrigida imediatamente.

Parágrafo 2º - A aplicação e o pagamento da multa, não eximem o infrator da imposição de embargo e da interdição, ou da cassação da licença para parcelar.

Parágrafo 3º - O embargo ou a interdição serão comunicados aos interessados mediante notificação.

Art. 14. *"suprimido".*

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 30 de junho de 2015.

João Braga Neto

Prefeito de Nova Maringá/MT

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/ 30 DE JUNHO 2015

Súmula: *"Altera o parágrafo 2º e acrescenta os parágrafos 6º e 7º no Art. 240 da Lei Complementar n.º 01/2013 que trata do CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ– MT.".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47, IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte a seguinte Lei Complementar,

Art. 1º Fica acrescido os parágrafos 6º e 8º no Art. 240 da Lei Complementar nº 01/2013, para a seguinte redação:

§6º - Os hipermercados, supermercados, mercados, açougues, mercearias e similares, terão horário de funcionamento diferenciado do previsto no parágrafo 1º do art. 240, conforme vemos:

a) Nos dias úteis e sábados das 06:00 às 21:00 horas, e;

b) Aos domingos e feriados é proibido o funcionamento;

§7º - *"suprimido".*

§ 8º - Em caso de descumprimento dessa Lei, será cobrada uma multa no valor de 200 (duzentas) UPF/NM's municipais, e, em caso de reincidência, a multa será cumulada sucessivamente de acordo com as infrações já cometidas.

I – A fiscalização do cumprimento dessa Lei ficará sob a responsabilidade do fiscal de tributos do município a ser designado pelo executivo.

Art. 2º Fica Alterado o inciso II e caput do parágrafo 2º do Art. 240 da Lei Complementar nº 01/2013, para passa a ter a seguinte redação:

§2º - A Taxa não é incidente sobre os estabelecimentos que possuem horário de funcionamento diferenciado do previsto no parágrafo 1º do art. 240, pois prestam serviços públicos essenciais, tais como:

I. *omissis*

II. Distribuição e comercialização de alimentos e bebidas, exceto os estabelecimentos previstos no §6º deste artigo;

Art. 3º Fica Alterada a Tabela IV-A, conforme anexo desta lei.

Art. 4º - Ficam mantidos todos os demais dispositivos da Lei Complementar n.º 01/2013.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá – MT 30 de junho de 2015.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

TABELA ANEXA

TABELA IV-A - TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAL SOBRE A TAXA DEVIDA
I	Domingos e feriados até 18horas	10%
II	Sábados das 14 às 18horas	10%
III	Todos os dias Das 18 às 22 horas	10%
IV	Todos os dias Das 22 às 6 horas	20%

LICITAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 017/2015 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Aos três dias do mês de Julho de 2015, às 08:00 horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, o pregoeiro **CLAUDIO MACIEL DA SILVA,** juntamente com equipe de apoio: **ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA** e dispensados os demais**LUZ MARINA OVELAR MARTINES, WELDER SOUZA CUNHA E VERA MARIA PADILHA** instituída pela Portaria nº 090/2015 de 01 de Junho de 2015, abre a sessão de Pregão para apreciarem e julgarem proposta e Documentação de Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 017/2015, do tipo menor preço por item, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ALARME, CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÃO PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**.** Conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão primeiramente cumprimentando os presentes e apresentando a equipe de apoio. Estão presente na sessão como ouvinte os vereadores ELIZEU WANDERSON JUNIOR FERRERIRA portador do RG 822 309 SSP/MT e RICARDO ONO portador do RG. 21481535 SSP/SP, os mesmos ficam dispensados de assinatura pelo ato normativo de participação. Estão presentes na seção a representante credenciado **Sr. CLAUDOMIRO GONÇALVES**, portador da cédula de identidade n° 669.926 SSP/MT, portador do CPF/MF 453.609.441-53 representante da Empresa INVIOLAVEL SÃO JOSE DO RIO CLARO ELETROELETRONICOS LTDA inscrita no CNPJ 17.581.953/0001-93. Após o credenciamento o pregoeiro solicitou os envelopes de propostas, Em Seguida passou a vistar os envelopes, verificando seus fechos, sua conformidade e sigilo. Assim também procederam todos os membros da Comissão. Feito isso, o Pregoeiro determinou a abertura do envelope nº 01, que dizia conter a proposta como especificado no Edital, apresentando o valor mensal de R$ 6.400,00(seis mil e quatrocentos reais) e o total no Valor de R$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais) valor pelo item 01 cadastrado com 16 pontos fixo de prestação de serviços e apresentou proposta para o item 02 no valor de R$ 20.480,00 (vinte mil e quatrocentos e oitenta reais) para implantação do sistema de alarme. O Pregoeiro e equipe de apoio e representantes rubricaram a proposta. O pregoeiro abre negociação com a mesma para que oferte um menor valor referente a proposta já apresentada. Assim a EMPRESAINVIOLAVEL SÃO JOSE DO RIO CLARO ELETROELETRONICOS LTDA inscrita no CNPJ 17.581.953/0001-93 ofertou o valor mensal de R$ 6.000,00 (seis mil reais) item 01 cadastrado com 16 pontos de fixo de prestação de serviços e apresentou proposta para o item 02 no valor de o total no R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais) para implantação dos 16 (dezesseis pontos do sistema de alarme. Isto feito solicitou a abertura do envelope 02 de Habilitação e passou a verificar os documentos. Após analisar a documentação da empresa o Pregoeiro e a Equipe de apoio decidem por unanimidade classificar a proposta apresentada pela mesma como a mais vantajosa para a administração publica, e decide ainda, por unanimidade habilitar a EMPRESA INVIOLAVEL SÃO JOSE DO RIO CLARO ELETROELETRONICOS LTDA inscrita no CNPJ 17.581.953/0001-93. Após este ato o pregoeiro comunica ainda, que abrirá prazo de recurso por 3 (três) dias em relação ao julgamento do certame, caso haja interposição de recursos, e de igual prazo as contrarrazões. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

INVIOLAVEL SÃO JOSE DO RIO CLARO ELETROELETRONICOS LTDA CNPJ 17.581.953/0001-93.

CLAUDOMIRO GONÇALVES

CPF/MF 453.609.441-53

Licitante

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 03 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Nova Maringá, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº 830/2015 (que dispõe sobre o Conselho Tutelar) e no seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1o. Constituir Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizador o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Maringá - MT.

Art. 2o. A Comissão Especial Eleitoral será composta pelos seguintes conselheiros:

a) Rosângela Silene Araújo de Souza Leite, representante do Poder Público;

b) Taynara Regina Rosa da Silva, representante do Poder Público;

c) Ana Rosa Pires, representante da Sociedade Civil;

d) Bernardo Zanetti, representante da Sociedade Civil.

§ 1º. Cabe à Comissão Especial Eleitoral, pelo voto da maioria de seus membros, eleger seu coordenador.

§ 2º. Não havendo definição por este critério, a Comissão Especial Eleitoral será coordenada pelo Conselheiro mais antigo, dentre seus integrantes e, em caso de empate, o de maior idade.

Art. 3º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I - Conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto no Edital nº 01/2015, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis;

II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

III - Dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

IV - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

V - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

VI - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VII - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VIII - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração dos votos;

IX - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção de urnas eletrônicas e listas de eleitores, efetuando todo planejamento necessário para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos, inclusive pela Resolução nº 22.685/2007 do TSE;

X - Providenciar a confecção das células para votação manual, conforme modelo a ser aprovado;

XI - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito, podendo, para tanto, selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XIII - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

XIV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XVI - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

XVII - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores;

XVIII - Resolver os casos omissos.

Art. 4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer à Comissão Especial Eleitoral assessoria técnica (inclusive jurídica) necessária ao regular desempenho de suas atribuições.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Maringá, 03 de julho de 2015.

Tatiane Gebauer

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10-2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1638/2015

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 51, Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARION SILVEIRA**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 4.131.758-2 SSP/PR e CPF/MF n.º 515.018.729-15, residente e domiciliado á Rodovia MT 208 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **GRAFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA-ME, JUSCELINO SILVEIRA SEGURA & CIA LTDA – ME e 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA-ME**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 13/2015.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: GRAFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA-ME

CNPJ: 24.679.854/0001-04

ENDEREÇO: RUA JOSÉ CHIANESI, Nº 679 SETOR A, ALTA FLORESTA-MT

TELEFONE: (66) 3521-4252

Seq.	Cód.	Descrição do Item	Und	Qtd	P. Unit	P. Total
1	29203	SERVICO DE CONFECCAO DE ADESIVO COLAVEL REDONDO P/ CARRO, TAM APROX 10 CM DE DIAMENTO C/ IMPRESSAO COLORIDA 4 CORES	UND	580	9,70	5.626,00
5	36917	SERVICO DE CONFECCAO DE ADESIVO COLAVEL RETANGULAR P/ TROFEU TAM 5,0X2,5 CM	UND	30	9,40	282,00
7	36918	SERVICO DE CONFECCAO DE ADESIVOCOLAVEL RETANGULAR P/ TROFEU TAM 5,0X7,0 CM	UND	30	10,60	318,00
8	27760	SERVICO DE CONFECCAO DE APOSTILA ESCOLAR ENCADERNADA, CAPA PLASTICA, PRIMEIRA FOLHA EM PAPEL COUCHE COLORIDO E DEMAIS EM PAPEL BRANCO C/ ESCRITA PRETA, TA, A4, 50 PAGINAS CADA	UND	250	13,53	3.382,50
11	29482	SERVICO DE CONFECCAO DE BANNERS PARA EVENTOS 1,00 X 1,50 MTS	UND	48	111,00	5.328,00
14	40288	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE FICHA DE INTERNAMENTO, EM 2 VIAS COM CARBONO, TAM. APROX. 29X21 CM, COLADO, GRAMPEADO E PICOTADO A PRIMEIRA VIA, CONFORME MODELO	UND	50	18,00	900,00
17	27723	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE ATESTADO DE COMPARECIMENTO, TAM. APROX. 14X18CM, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	550	3,17	1.743,50
19	27721	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE AVISO DE VISITAS ACS, COLADO C/ 100 FOLHAS CADA, MEDINDO APROX. 12X8,5CM, CONFORME MODELO	UND	150	4,38	657,00
21	27727	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA A - CADASTRO DA FAMILIA, IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO, BLOCO COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	500	5,06	2.530,00
26	27743	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE AVALIACAO DE FISIOTERAPIA TAM A4 COLADO C/ 50 FOLHAS CADA IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	50	8,59	429,50
30	40313	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE PROCEDIMENTOS, TAM APROX 30X21 CM COLADO, C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSO COLORIDO, APENAS FRENTE, CONFORME MODELO	BLOCO	50	14,05	702,50
32	29199	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE RESUMO DIARIO, TAM. APROX. 20X30CM, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSAO PRETA FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO	UND	50	9,10	455,00
35	27718	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FORMULARIO DE SOLICITACAO DE EXAMES ESPECIALIZADOS, TAM. APROX. 21X25,5CM, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	700	4,08	2.856,00
38	29206	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE PLANILHA DE TRABALHO DO LABORATORIO, TAM. APROX. 21X30 CM, COLADO C/ 100 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	200	9,90	1.980,00
41	29204	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE RECEITUARIO AZUL, TAM.APROX. 19X8 CM, COLADO E GRAMPEADO C/ 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	200	3,69	738,00
42	27726	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE RECEITUARIO, TAM.APROX. 13X18 CM, COLADO C/ 100 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	3000	2,36	7.080,00
46	27742	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE TELE-REGULACAO TAM APROX 18X29CM COLADO C/ 50 FOLHAS CADA CONFORME MODELO	UND	200	5,30	1.060,00
49	27739	SERVICO DE CONFECCAO DE CADERNETA DE VACINACAO TAM APROX 18X6 IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	7500	0,17	1.275,00
52	27744	SERVICO DE CONFECCAO DE CAPAS DE PROCESSO NA COR BRANCA C/ ESCRITA EM PRETO, DOBRADA, GRAMATURA 180, CONFORME MODELO	UND	300	1,66	498,00
61	27720	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DO PACIENTE, IMPRESSAO FRENTE E VERSO, COLORIDO, TAM. APROX. 20X9,5CM, EM PAPEL CARTAO, CONFORME MODELO	UND	4000	0,29	1.160,00
65	40326	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTEIRINHA C/ TIMBRE DA BANMOV TAM APROX 6,5X9,5CM CONFORME MODELO	UND	75	3,50	262,50
66	40325	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTEIRINHA C/ TIMBRE DA FANFARRA MIRIM - FANMOV KIDS TAM APROX 6,5X9,5CM CONFORME MODELO	UND	75	3,50	262,50
67	40169	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTEIRINHA COM TIMBRE TAM APROX. 6,5X9,5	UND	500	0,74	370,00
68	36914	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTEIRINHA DE ATLETA COM BRASAO DO MUNICIPIO E TIMBRE DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE TAM APROX 6,5X9,5 CM CONFORME MODELO	UND	1000	0,46	460,00
71	29223	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTILHA COLORIDA EM 4 CORES, TAM. APROX. 15,5 X 21,5 CM, 10 PAGINAS C/ CAPA E CONTRACAPA, EM PAPEL COUCHE 90g, SEM BRILHO	UND	250	4,29	1.072,50
73	27719	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTOES HORARIO DE ODONTO, IMPRESSAO FRENTE E VERSO, COLORIDO, TAM. APROX. 14X9,5CM, EM PAPEL CARTAO, CONFORME MODELO	UND	4000	0,20	800,00
75	29269	SERVICO DE CONFECCAO DE CRACHA PARA IDENTIFICACAO COM NOME, FUNCAO E TIMBRE DA PREFEITURA, EM 4 CORES	UND	166	5,41	898,06
77	27752	SERVICO DE CONFECCAO DE DIARIO DE CLASSE C/ 15 FOLHAS FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	100	9,43	943,00
79	27754	SERVICO DE CONFECCAO DE DIARIO DE CLASSE C/ 50 FOLHAS FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	60	19,11	1.146,60
82	27714	SERVICO DE CONFECCAO DE FICHAS DE PRONTUARIO ODONTOLOGICO, EM PAPEL CARTAO, IMPRESSAO EM TODAS AS FACES, COR UNICA, CONFORME MODELO	UND	1000	0,41	410,00
83	27729	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 15x20, EM PAPEL COUCHE 4 CORES	UND	18110	0,17	3.078,70
84	29201	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 20X30, COM 2 DOBRAS, EM PAPEL SULFITE 90g, 4 CORES	UND	3700	0,49	1.813,00
85	29217	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 15X40, 4 DOBRAS EM PAPEL COUCHE 90g, 4 CORES, SEM BRILHO	UND	2700	0,38	1.026,00
88	29221	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 21X29, 2 DOBRAS EM PAPEL COUCHE 90g, 4 CORES, COM BRILHO	UND	2500	0,30	750,00
90	29219	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 21X30, 3 DOBRAS EM PAPEL CARTAO, 4 CORES	UND	2500	0,30	750,00
94	29485	SERVICO DE CONFECCAO DE PASTA DE PROCESSO FORMATO 4 PAPEL COUCHE	UND	800	0,70	560,00
97	36923	SERVICO DE CONFECCAO DE SUMULA PARA FUTEBOL SOCIETY, 3 VIAS (BRANCA, AMARELA E AZUL, RESPECT.) BLOCO 20 SUMULAS PAPEL A4	BLOCO	10	21,80	218,00
98	36922	SERVICO DE CONFECCAO DE SUMULA PARA FUTSAL, 3 VIAS (BRANCA, AMARELA E AZUL, RESPECT.) BLOCO 20 SUMULAS PAPEL A4	BLOCO	10	21,80	218,00
102	40278	SERVICO DE ENCADERNACAO C0M ASPIRAL DE APOSTILAS E LIVROS ESCOLARES, CAPA PLASTICA COM 100 FOLHAS, TAMANHO A4	UND	250	3,90	975,00

FORNECEDOR: 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA-ME

CNPJ: 13.278.238/0001-25

ENDEREÇO: TRAV. BRASILIA, 30, AREÃO, CUIABÁ-MT

TELEFONE: (65) 3624-1715

Seq.	Cód.	Descrição do Item	Und	Qtd	P. Unit	P. Total
2	36915	SERVICO DE CONFECCAO DE ADESIVO COLAVEL REDONDO P/ MEDALHA TAM 40MM C/ TIMBRE DA PREFEITURA E PERSONALIZACAO P/ DIVERSOS EVENTOS E MODALIDADES	UND	500	3,14	1.570,00
9	27759	SERVICO DE CONFECCAO DE APOSTILA ESCOLAR ENCADERNADA, CAPA PLASTICA, PRIMEIRA FOLHA EM PAPEL COUCHE COLORIDO E DEMAIS EM PAPEL BRANCO C/ ESCRITA PRETA, TA, A4, 80 PAGINAS CADA	UND	300	14,10	4.230,00
12	29483	SERVICO DE CONFECCAO DE BANNERS PARA EVENTOS 1,50 X 2,00 MTS	UND	63	837,00	52.731,00
13	29484	SERVICO DE CONFECCAO DE BANNERS PARA EVENTOS 2,00 X 2,50 MTS	UND	48	1.199,00	57.552,00
18	27722	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE ATESTADO MEDICO, TAM. APROX. 14X19, COLADO C/ 100 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	1400	8,40	11.760,00
22	36912	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE ASSINATURA DAS VISITAS DO ACS, TAM APROX 30X21 CM COLADO, C/ 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	200	5,38	1.076,00
24	40302	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL, TAM APROX 30X21 CM COLADO, C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSO COLORIDO, FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO	BLOCO	100	10,38	1.038,00
27	27713	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE CADASTRO DE HIPERTENSO E DIABETICO, IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO, BLOCO COLADO COM 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	50	8,49	424,50
29	29208	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTA ESPECIALIZADA, MED. APROX. 18X29,5 CM, COLADO C/ 100 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	800	9,43	7.544,00
33	40315	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE VISITA DOMICILIAR, TAM APROX 30X21 CM COLADO, C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSO COLORIDO, APENAS FRENTE, CONFORME MODELO	BLOCO	30	12,89	386,70
36	27717	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FORMULARIO DE SOLICITACAO DE PROCEDIMENTOS, TAM. APROX. 21X26,5CM, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	700	4,39	3.073,00
39	27715	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE PRONTUARIO DE CONSULTA, TAMANHO A4, IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO, BLOCO COLADO COM 100 FOLHAS CADA CONFORME MODELO	UND	1600	7,55	12.080,00
44	27745	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE REQUISICAO DE MAMOGRAFIA TAM A4, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	200	5,19	1.038,00
45	29205	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE ROA, TAM. APROX. 29X21 CM, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, CONFORME MODELO	UND	400	5,57	2.228,00
48	27764	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS PARA LOTOPE, TAM. APROX. 16X23CM, C/ 50 FOLHAS DUPLAS CARBONADO, CONF. MODELO	UND	100	6,99	699,00
50	29225	SERVICO DE CONFECCAO DE CAPA DE CARNE DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS, GRAMATURA 180, ESCRITA COLORIDA EM 4 CORES, MED. APROX. 14,5X22,5 CM (DOBRADA), COM RECORTE FRONTAL DE APROX. 10X 2CM, CONFORME MODELO	UND	5000	0,39	1.950,00
53	27767	SERVICO DE CONFECCAO DE CAPAS DE TITULO DEFINITIVO, NA COR BRANCA C/ ESCRITA EM 2 CORES, DOBRADA, GRAMATURA 180, CONFORME MODELO	UND	300	1,99	597,00
54	27758	SERVICO DE CONFECCAO DE CAPAS PARA CARTEIRINHA ESCOLAR EM PLASTICO TAM APROX 8X11CM	UND	400	1,20	480,00
60	36913	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DE GESTANTES, DUAS CORES, TRES DOBRAS, TAM APROX 29,5X19,5 CM ABERTO, CONFORME MODELO	UND	200	2,79	558,00
62	27765	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAZES TAM. APROX. 30X40 CM, COLORIDO EM 4 CORES, PAPEL COUCHE, C/ ESCRITA PRETA	UND	3410	0,42	1.432,20
63	27766	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAZES TAM. APROX. 40X60 CM, COLORIDO EM 4 CORES, PAPEL COUCHE, C/ ESCRITA PRETA	UND	3710	7,59	28.158,90
69	27757	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTEIRINHA ESCOLAR C/ TIMBRE DA UNIDADE ESCOLAR TAM APRX 6,5X9,5CM CONFORME MODELO	UND	700	0,49	343,00
74	27770	SERVICO DE CONFECCAO DE CONVITES EM 4 CORES, TAM APROX. 15X20 DOBRADO, C/ ESCRITA PRETA EM PAPEL COUCHE	UND	2200	7,45	16.390,00
80	27778	SERVICO DE CONFECCAO DE ENVELOPES BRANCOS TIMBRADOS PADRAO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, TAM A4, TIMBRE COLORIDO C/ ESCRITA PRETA	UND	160	1,68	268,80
81	27779	SERVICO DE CONFECCAO DE ENVELOPES BRANCOS TIMBRADOS PADRAO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, TAM OFICIO, TIMBRE COLORIDO C/ ESCRITA PRETA	UND	160	1,77	283,20
86	29202	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 20X30, COM 2 DOBRAS, EM PAPEL COUCHE 4 CORES	UND	3700	0,26	962,00
87	29216	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 20X40, 4 DOBRAS EM PAPEL COUCHE 230g, 4 CORES, COM BRILHO	UND	2700	0,60	1.620,00
91	29218	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 21X30, 3 DOBRAS EM PAPEL COUCHE 90g, 4 CORES, COM BRILHO	UND	3700	0,14	518,00
93	29224	SERVICO DE CONFECCAO DE PANFLETO INFORMATIVO, COLORIDO EM 4 CORES, TAM. 15X21 CM, EM PAPEL COUCHE 90g, COM BRILHO	UND	8610	0,15	1.291,50
96	36924	SERVICO DE CONFECCAO DE SUMULA PARA FUTEBOL DE CAMPO, 3 VIAS (BRANCA, AMARELA E AZUL, RESPECT.) BLOCO 20 SUMULAS PAPEL A4	BLOCO	5	31,99	159,95
101	36925	SERVICO DE CONFECCIONAR OUTDOOR 9M X 3M (15M QUADRADO)	UND	4	2.788,50	11.154,00

FORNECEDOR: JUSCELINO SILVEIRA SEGURA & CIA LTDA - ME

CNPJ: 14.948.079/0001-91

ENDEREÇO: AV. LUDOVICO DA RIVA NETO, Nº 2734, CENTRO, ALTA FLORESTA-MT

TELEFONE: (66) 3521-3232

Seq.	Cód.	Descrição do Item	Und	Qtd	P. Unit	P. Total
3	36916	SERVICO DE CONFECCAO DE ADESIVO COLAVEL REDONDO P/ MEDALHA TAM 55MM	UND	500	1,79	895,00
4	27761	SERVICO DE CONFECCAO DE ADESIVO COLAVEL REDONDO P/ MEDALHA TAM GRANDE C/ TIMBRE DA PREFEITURA	UND	3100	0,08	248,00
6	36919	SERVICO DE CONFECCAO DE ADESIVO COLAVEL RETANGULAR P/ TROFEU TAM 6,0X8,0 CM	UND	30	10,05	301,50
10	40285	SERVICO DE CONFECCAO DE BANNERS COM BRASAO DA PREFEITURA, LOGO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE 5,0 X 1,0 MTS	UND	5	359,00	1.795,00

16	27756	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE ANOTACOES C/ TIMBRE DA UNIDADE ESCOLAR, 35 FOLHAS CADA, TAM APROX 10X13,5CM CONFORME MODELO	UND	200	6,87	1.374,00
20	29215	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE CADASTRO DE GESTANTES, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, MEDINDO APROX. 29,5 X 21 CM, CONFORME MODELO	UND	50	9,10	455,00
23	40305	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL ODONTOLOGICO, TAM APROX 30X21 CM COLADO, C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSO COLORIDO, FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO	BLOCO	20	21,37	427,40
25	40309	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA, TAM APROX 30X21 CM COLADO, C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSO COLORIDO, FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO	BLOCO	10	35,96	359,60
28	40311	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL, TAM APROX 30X21 CM COLADO, C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSO EM PRETO E BRANCO, FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO	BLOCO	100	8,45	845,00
31	27741	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE PRONTO ATENDIMENTO TAM APROX 21X14,5 CM COLADO C/ 50 FOLHAS CADA CONFORME MODELO	UND	1500	3,99	5.985,00
34	27737	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE FICHA DE VISITA TAM APROX 16X11,5CM COLADO C/ 50 FOLHAS CADA CONFORME MODELO	UND	50	8,87	443,50
37	37006	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE LAUDO PARA SOLICITACAO/AUTORIZA€ÇO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL TAM 30,5X20,7 CM COLADO C/ 30 FOLHAS CADA, DUAS VIAS COM CARBONO	UND	300	11,59	3.477,00
40	27724	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, TAM. APROX. 14,5X20CM, CARBONADO, GRAMPEADO, COLADO, PICOTADO COM 50 FOLHAS DUPLAS (50X2) CONFORME MODELO	UND	1200	7,70	9.240,00
43	27710	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE REQUISICAO DE EXAME CITOPATOLOGICO - COLO DO UTERO, IMPRESSA FRENTE E VERSO, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, TAMANHO A4, CONFORME MODELO	UND	200	8,37	1.674,00
47	29200	SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE TERMO DE APREENSAO, TAM. APROX. 20X30 CM, COLADO C/ 50 FOLHAS CADA, IMPRESSAO EM PRETO, 3 VIAS, CARBONADO, CONFORME MODELO	UND	20	27,90	558,00
51	27763	SERVICO DE CONFECCAO DE CAPAS DE PROCESSO NA COR AMARELA C/ ESCRITA EM PRETO, DOBRADA, GRAMATURA 180, CONFORME MODELO	UND	500	1,07	535,00
55	27746	SERVICO DE CONFECCAO DE CARIMBO AUTOMATICO Nº 20	UND	105	39,99	4.198,95
56	27747	SERVICO DE CONFECCAO DE CARIMBO AUTOMATICO Nº 30	UND	83	49,99	4.149,17
57	27748	SERVICO DE CONFECCAO DE CARIMBO AUTOMATICO Nº 50	UND	65	79,99	5.199,35
58	27749	SERVICO DE CONFECCAO DE CARIMBO DE MADEIRA Nº 20	UND	43	29,99	1.289,57
59	27750	SERVICO DE CONFECCAO DE CARIMBO DE MADEIRA Nº 30	UND	43	36,49	1.569,07
64	36910	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAZES, TAM APROX 20X30 CM, COLORIDO EM 4 CORES, PAPEL COUCHE C/ ESCRITA PRETA	UND	1510	7,50	11.325,00
70	29222	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTILHA COLORIDA EM 4 CORES, TAM. APROX. 10X21 CM, 9 PAGINAS C/ CAPA E CONTRACAPA, EM PAPEL COUCHE 90g, SEM BRILHO	UND	250	3,92	980,00
72	27738	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTOES DE VACINA PERMANENTE TAM PROX 19X14 CM IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	1200	0,54	648,00
76	27751	SERVICO DE CONFECCAO DE DIARIO DE CLASSE C/ 10 FOLHAS FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	150	8,46	1.269,00
78	27753	SERVICO DE CONFECCAO DE DIARIO DE CLASSE C/ 20 FOLHAS FRENTE E VERSO CONFORME MODELO	UND	40	17,99	719,60
89	29220	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 21X29, 2 DOBRAS EM PAPEL SULFITE 90g, 4 CORES	UND	2700	0,30	810,00
92	29210	SERVICO DE CONFECCAO DE FOLDERS COLORIDOS TAM. APROX. 21X30, EM PAPEL COUCHE 4 CORES	UND	2510	0,27	677,70
95	29486	SERVICO DE CONFECCAO DE PASTA DE PROCESSO FORMATO 4 PAPEL SULFITE 180 CORES VARIADAS	UND	800	0,59	472,00
99	36911	SERVICO DE CONFECCAO E COLAGEM DE BORRACHA EM CARIMBO	UND	17	27,49	467,33
100	27762	SERVICO DE CONFECCAO E COLAGEM DE BORRACHA EM CARIMBO	UND	50	32,49	1.624,50
103	29320	SERVICO DE TROCA DE ALMOFADA DE CARIMBO AUTOMATICO N§ 20	UND	47	14,99	704,53
104	29321	SERVICO DE TROCA DE ALMOFADA DE CARIMBO AUTOMATICO N§ 30	UND	45	16,49	742,05
105	29322	SERVICO DE TROCA DE ALMOFADA DE CARIMBO AUTOMATICO N§ 50	UND	28	19,99	559,72
106	35965	SERVICO DE TROCA DE BORRACHA DE CARIMBO AUTOMATICO N§ 20	UND	12	14,99	179,88

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços deverão ser executados da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 08 (oito) dias contados do recebimento da Ordem de Serviços. Trata-se de Registro de Preços para futura e eventual contratação, portanto os serviços poderão ser solicitados de forma parcelada, não havendo quantidade mínima para pedidos e deverão ser entregues no município de Nova Monte Verde-MT, ficando sob responsabilidade do fornecedor as despesas com transporte..**

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Executar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os serviços prestados estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03- Secretaria de Planejamento e Administração

001- Gabinete do Secret. de Planejamento e Administração

04- Administração

122- Administração Geral

0004- Gestão Administrativa Eficientes

2006- Manutenção e Enc. Secret. de Planejamento e Administração

58 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

05- Secretaria Municipal de Educação

001- Gabinete do Secretario de Educação

12- Educação

361- Ensino Fundamental

0024- Educação de Qualidade

2012- Manutenção da Secretaria de Educação

94 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

05- Secretaria Municipal de Educação

004 – Departamento de Apoio Educacional

12- Educação

361- Ensino Fundamental

0028- Educação de Qualidade

2017 – Manutenção do Salário Educação

165 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

06- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

001- Gabinete Secretaria de Cultura e Turismo

13- Cultura

392-Difusão Cultural

0022- Cultura é Qualidade de Vida

2 024-Manutenção do Gabinete da Cultura

191 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07- Secretaria Municipal de Saúde

002- Fundo Municipal de Saúde

10- Saúde

301- Atenção Básica

0032- Bloco I - Atenção Básica - Saúde com Qualidade

2029- Manutenção do Bloco de Atenção Básica

265 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07- Secretaria Municipal de Saúde

002- Fundo Municipal de Saúde

10- Saúde

302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033- Bloco II - Atenção Mac - Saúde com Qualidade

2030- Manutenção do Bloco Mac

305 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07- Secretaria Municipal de Saúde

002- Fundo Municipal de Saúde

10- Saúde

305- Vigilância Epidemiológica

0036- Bloco III – Vigilância em Saúde - Saúde com Qualidade

2031- Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

317 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

08- Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

001- Gabinete Secretaria de Agricultura e Pecuária

20- Agricultura

606- Extensão Rural

0040- Atenção a Produção Rural

2036- Manutenção do Gab. do Sec. Agricultura e Pecuária

335 - 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

09- Secretaria Mun. Assistência Social, Trabalho e Cidadania

001- Gabinete do Sec. Munic. de Assistência Social

08- Assistência Social

122- Administração Geral

0049-Proteção Social Básica

2071- Manutenção Gab. Sec. Assist. Social Trab. e Cidadania

364- 33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
001 – Gabinete do Sec. de Esportes, Lazer e Juventude
27 – Desporto E Lazer
813 - Lazer
0038 – Atividades de Lazer e Recreação Desportivas
2044 – Manutencao de Esportes Lazer e Juventude
561 –33.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 13/2015,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 03 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

ARION SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GRAFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA-ME

CNPJ: 24.679.854/0001-04

CONTRATADA

4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA-ME

CNPJ: 13.278.238/0001-25

CONTRATADA

JUSCELINO SILVEIRA SEGURA & CIA LTDA - ME

CNPJ: 14.948.079/0001-91

CONTRATADA

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º 182/2015

PORTARIA N.º 182/2015

De 23 de Junho de 2015

SÚMULA: NOMEIA para exercer cargo em caráter efetivo LOURIVADES FAVARON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas pelo art. 90, inciso VIII Lei Orgânica Municipal e ainda com fundamento no art. 24 da Lei nº 289/2005 e art. 233, inciso II da Lei Orgânica;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear para exercer em caráter efetivo o cargo de MOTORISTA DA EDUCAÇÃO o Sr LOURIVADES FAVARON, brasileiro, portador do RG nº 19.798.041-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 087.116.118/47, habilitado para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde – MT, mediante resultado do Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado em 02 de Abril de 2015, publicado em 06 de Abril de 2015, no Jornal Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios (AMM) e no mural desta municipalidade como costume.

ARTIGO 2º - O servidor exercerá o cargo à disposição da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Nova Monte Verde/MT.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 23 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º 183/2015

PORTARIA N.º 183/2015

De 23 de Junho de 2015

SÚMULA: NOMEIA para exercer cargo em caráter efetivo JUVENAL DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas pelo art. 90, inciso VIII Lei Orgânica Municipal e ainda com fundamento no art. 24 da Lei nº 289/2005 e art. 233, inciso II da Lei Orgânica;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear para exercer em caráter efetivo o cargo de MOTORISTA DA EDUCAÇÃO o Sr JUVENAL DA SILVA, brasileiro, portador do RG nº 894446 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 823.367.843-49, habilitado para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde – MT, mediante resultado do Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado em 02 de Abril de 2015, publicado em 06 de Abril de 2015, no Jornal Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios (AMM) e no mural desta municipalidade como costume.

ARTIGO 2º - O servidor exercerá o cargo à disposição da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Nova Monte Verde/MT.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 23 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI Nº 759/2015.

LEI Nº 759/2015.

DATA: 30 DE JUNHO DE 2015

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNOPAR – UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ, PARA CONCEDER OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO AOS ALUNOS DA INSTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com a UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, para conceder oportunidades de estágio aos estudantes da instituição, de acordo com as disposições da Lei Federal Nº: 11.788/2008.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se como estágio as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas aos estudantes, pela sua participação em situações reais de trabalho junto às diversas áreas da Prefeitura.

Parágrafo único – O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o estudante, para este fim, estar em condições de estagiar, segundo disposição da Instituição de Ensino a que estiver vinculado.

Art. 3º - O abandono do curso, o trancamento da matrícula, a reprovação do estudante ou a conclusão do curso, que serão aferidas pelo município e Instituição de ensino, bem como, a não observância das normas estabelecidas pela Administração ou as transgressões disciplinares impedirão a continuidade do estágio na Prefeitura.

Art. 4º - A concessão de oportunidade de estágio de que trata a presente Lei, será feita mediante processo seletivo adequado e em conformidade com as condições e pré-requisitos definidos pelas Instituições de Ensino e pela Prefeitura.

Art. 5º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - O presente Convênio será firmado nos limites do termo que segue anexo a esta Lei

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde MT, em 30 de junho de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CONVÊNIO

UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ - UNOPAR

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A (O) E A UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO PARA OS ALUNOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

A (o) , de personalidade de direito , com sede e foro na cidade de , à , nº , inscrita no CNPJ sob o nº , representada pelo (a) Sr. (a) , e a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675, Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela União Norte do Paraná de Ensino Ltda CNPJ/MF nº. 75.234.583/0001-14, neste ato representada pela Encarregada da Divisão de Convênios e Estágios, Profa. Maria Isabel Andrade Cogo, doravante denominada UNOPAR, celebram entre si este CONVÊNIO, sem vínculo empregatício, com base no que preconiza a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, convencionado as Cláusulas e Condições seguintes:

Cláusula Primeira

O presente convênio tem por objetivo proporcionar estágio curricular obrigatório aos alunos dos Cursos mantidos pela doravante denominada, UNOPAR, indicados pela mesma e aceitos pela concedente do estágio, nas dependências das unidades de serviço da (o) .

Cláusula Segunda

Sempre que se fizer necessário, será elaborado o planejamento de atividades a ser desenvolvido pelos alunos nas dependências da (o) , constando o número de vagas, relação nominal dos estagiários, disciplinas de estágio, dias e horários de estágios.

Parágrafo Primeiro

Os locais para campo de estágios, lotação, horário e número de vagas, serão estabelecidos pela , em comum acordo com os demais departamentos da concedente.

Cláusula Terceira

A (o), fica desobrigado do pagamento de qualquer importância financeira aos alunos da UNOPAR, bem como de despesas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem originado deste convênio.

Cláusula Quarta

A UNOPAR se responsabiliza pela contratação de seguros contra acidentes de seus respectivos alunos/estagiários, em atividades na concedente.

Cláusula Quinta

A vinculação dos estagiários às atividades no campo de estágio será fixada através do Termo de Compromisso entre os mesmos, de acordo com a Lei Federal nº 11.788/08, com a interveniência da UNOPAR.

Primeiro Parágrafo

A aceitação de estagiários pela concedente no âmbito de suas dependências ou locais de atuação, não configura vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos de legislação vigente, ficando o mesmo desobrigado de encargos sociais e trabalhistas.

Cláusula Sexta

Sempre que necessário, serão promovidas reuniões entre as partes convenentes para:

a) definição e manutenção do sistema de integração da (o) , para avaliação geral do campo de estágio;

b) dirimir dúvidas e dificuldades quanto ao bom andamento do estágio supervisionado;

c) tratar de outras matérias não especificadas no presente convênio.

Parágrafo Primeiro

As reuniões a que se refere esta cláusula, poderão ser convocadas por quaisquer das partes convenentes, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, designando local, data e horário.

Parágrafo Segundo

Considerando a natureza do curso como EaD as reuniões de que trata a presente cláusula, podem assumir a forma “on line”.

Cláusula Sétima

Os alunos e docentes da UNOPAR, ficarão sujeitos às normas internas da respectiva instituição convenente, prevalecendo sempre, quando a permanência desses no campo de estágio.

Cláusula Oitava

Fica estabelecido que o comportamento inadequado por parte dos alunos e docentes da UNOPAR, ensejará imediato afastamento dos mesmos das dependências da (o) , mediante avaliação conjunta de eventuais fatos em que estejam envolvidos, a ser realizada pela administração da instituição concedente e a UNOPAR.

Clausula Nona

Nos termos da Lei nº. 11.788/08, são obrigações específicas das partes abaixo:

OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

a) celebrar termo de compromisso com o educando e com a parte concedente do estágio, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

b) estabelecer o Plano de Estágio que consubstancie as condições e requisitos a exigência legal de adequação à etapa e modalidade da formação escolar do estagiário;

c)indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

d) zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

e) elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

f) disponibilizar no site da UNOPAR o início do período letivo e o período destinado as avaliações acadêmicas.

g) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais.

OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE do estágio

a) celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

b) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

c) fornecer condições físicas e materiais indispensáveis ao desempenho das atividades dos estagiários;

d) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

e) por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

f) manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

g) comunicar a UNOPAR, através dos supervisores acadêmicos, qualquer irregularidade no desenvolvimento do estágio.

Cláusula Décima

O presente convênio tem prazo indeterminado a partir da presente data, podendo ser modificado mediante prévio entendimento entre as partes convenentes.

Cláusula Décima Primeira

A renúncia do convênio poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que precedida de comunicação formal, em prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

Cláusula Décima Segunda

As questões oriundas deste instrumento serão resolvidas de comum acordo entre as partes e, para os casos pendentes, elegem o Foro da Comarca de Londrina, Estado do Paraná.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que se produzam os efeitos de fato e de direito.

Data:

_____

UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ

MARIA ISABEL ANDRADE COGO

Divisão de Convênios e Estágios

TESTEMUNHAS:_____

_____

DEPARTAMENTO DE RH
SEGUNDA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2015

EDITAL 026/2015

Segunda Convocação do Processo Seletivo Simplificado 002/2015

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO realizado em 17 de Maio de 2015 e homologado no dia 02 de Junho de 2015, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos aprovados para preenchimento de vagas existente, conforme relação abaixo:

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
1º	DINALVA NICODEMOS DOS SANTOS LOPES	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	ZELADORA

O candidatos convocado por este Edital terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta data, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado e entregar 01 (uma) cópia dos seguintes documentos:

CARTEIRA DE IDENTIDADE;

CERTIDÃO DE NASCIMENTO (FILHOS) MESNORES DE 14(QUATORZE) ANOS;

CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO;

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;

DIPLOMA DO CURSO – REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE;

CARTEIRA PROFISSIONAL DE ACORDO COM O CARGO;

TÍTULO DE ELEITOR COM COMPROVANTE DA ÚLTIMA ELEIÇÃO OU CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE QUE ESTÁ QUITE COM A MESMA;

CARTEIRA DE RESERVISTA (se MASCULINO);

PIS/PASEP;

CPF;

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO CONFORME EDITAL (PARA MOTORISTA E OPERADORDE MÁQUINAS);

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

COPIA DE DOCUMENTOS DO CÔNJUGE;

CARTEIRA DE TRABALHO;

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL;

DECLARAÇÃO DE BENS;

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO;

01 FOTO 3X4;

NUMERO DA CONTA DO BANCO DO BRASIL.

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

L

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 06 de Julho de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 760/2015.

LEI N.º 760/2015.

Data: 30 de Junho de 2015

SÚMULA: “Inclui parágrafo único no artigo 15 da Lei nº 737/2015 e dá outras providências”.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica incluído o parágrafo único no artigo 15 da Lei 737/2015, a lei que em súmula “DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, conforme segue:

“Parágrafo único: em caso de não preenchimento das vagas por meio de testes escritos fica permitida a realização de seleção por meio de análise curricular”.

Art. 2º - Demais disposições da Lei permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 091/2015

DECRETO Nº 091/2015

Data: 30 de Junho de 2015

SÚMULA: FICA EXONERADA A PEDIDO A SRA. VIVIANE PORFIRO DE DEUS, DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica exonerada a pedido a Sra. Viviane Porfiro de Deus, do Cargo de Auxiliar Administrativo, lotada no USF I, do Município de Nova Monte Verde-MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 30 de Junho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 090/2015

DECRETO Nº 090/2015

Data: 26 de junho de 2015.

SÚMULA: NOMEIA A COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO PECUNIÁRIA PARA DOAÇÃO OU VENDA DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

CONSIDERANDO a previsão na Lei Municipal nº 277/2005, que para fazer doação ou venda de imóveis do Patrimônio Público Municipal, o Poder executivo deverá nomear uma Comissão para avaliação Pecuniária dos bens;

CONSIDERANDO a previsão na mesma lei que a Comissão deverá emitir Parecer sobre doação ou venda a que se propõe o poder Executivo;

CONSIDERANDO que para a efetivação da doação ou venda dos imóveis o Poder Executivo deve enviar Projeto de Lei para a Câmara de vereadores acompanhado de Parecer Favorável desta Comissão.

DECRETA :

ARTIGO 1º - Fica nomeada Comissão para Avaliação Pecuniária dos imóveis a serem doados ou vendidos pelo Município, bem como para elaboração de Parecer sobre a doação ou venda a que se propõe o Poder Executivo Municipal.

ARTIGO 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro do presente decreto será composta pelos seguintes membros:

I – Representante do Poder Executivo:

Titular: Lívia Nunes de Almeida Fidelis

Suplente: Domingos Carlos Perondi

II – Representante do Poder Legislativo:

Titular: Gilmar de Lima

Suplente: Leonilda Rodrigues Alfieri

III – Representante dos Professores da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Maria de Fátima Pato

Suplente: Osmar Boing

V – Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Ilson Rodrigues da Cruz

Suplente: Sidinéia Colpani Donida

VI – Representante das Igrejas Ecumênicas Organizadas:

Titular: Maria Estela Noetzold

Suplente: Altair Marcondes Terres

VII – Representante do Comércio Local:

Titular: Gildete Celestrini

Suplente: Gleisia Teixeira Araújo

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 26 de junho de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 24-2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2015

PROCESSO Nº. 2065/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO E MATERIAL DE COPA E COZINHA COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através do Decreto nº. 12/2015 de 26 de janeiro de 2015 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 24/2015 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório a Empresa:

NOSSOL E NOSSOL LTDA EPP, CNPJ: 01.626.820/0001-56no valor total de R$ 1.826.980,52 (um milhão, novecentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos) para futuras e eventuais aquisições;

Nova Monte Verde-MT, 06 de julho de 2015.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Pregoeira

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 25-2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

PROCESSO Nº. 2073/2015

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através do Decreto nº. 12/2015 de 26 de janeiro de 2015 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 25/2015 sagrou-se vencedoras do Certame Licitatório as Empresas:

NOSSOL E NOSSOL LTDA EPP, CNPJ: 01.626.820/0001-56no valor total de R$ 667.738,05 (seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e cinco centavos) para futuras e eventuais aquisições;

Nova Monte Verde-MT, 06 de julho de 2015.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Pregoeira

Publique-se

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 092/2015

DECRETO Nº 092/2015

Data: 01 de Julho de 2015

SÚMULA: FICA EXONERADO A PEDIDO O SR. VALDINEI DE OLIVEIRA PRADO, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica exonerado, a pedido, o Sr. VALDINEI DE OLIVEIRA PRADO, do cargo de Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, do Município de Nova Monte Verde-MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 01 de Julho de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO COMDICA Nº 002/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL PELO PROCESSO SELETIVO DO CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2016/2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA de Nova Olímpia – MT, reunido no dia 02 de junho de 2015, em Reunião Ordinária, no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, Na Lei Municipal n° 955/2012, reestruturada pela Lei Municipal n.° 1.034/2015 e na Lei Federal n.° 8.069/90.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a formação da Comissão Especial Eleitoral composta por:

FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA DAL POSSO – Presidente da Comissão;

VILMAR RODRIGUES FERREIRA;

ALCIONE GONÇALVES DA COSTA;

MARIA ZENAIDE LUCIO DA SILVA;

GONÇALINA BEATRIZ AUGUSTO;

SUZANY PASSARELLO ARAÚJO.

Art. 2° - As competências desta Comissão Especial Eleitoral estão previstas no Artigo 50 da Lei Municipal n.° 955 de 11 de Maio de 2012.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Olímpia - MT, 02 de Junho de 2015.

FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA DAL POSSO

Presidente do COMDICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
AVISO DE ADESÃO

PROCESSO DE CARONA-SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ADESAO Nº 008/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT, SITUADO À AVENIDA MATO GROSSO, 175, CENTRO, CEP: 78.370-000, NOVA OLÍMPIA-MT, ADERE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO eletrônico 20130036 – Ata de Registro de Preços n. 011/2014 da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO-GOVERNO DO ESTADO DO CEARA.

OBJETO: **AQUISIÇAO DE VEICULO TIPO HATCH PICK-UP E SEDAN.**

VALOR GLOBAL: **R$ 36.200,00 (** trinta e seis mil e duzentos reais)

CONTRATADA: **TOYOTA DO BRASIL LTDA- CNPJ- 59104760/0001-91**

NOVA OLÍMPIA-MT, 06 de julho de 2015.

ELIETE SILVA

PREGOEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DE ADITAMENTO DE N° 25/2015

Ao Contrato N° 036/2015,

REF.: Pregão Presencial Nº. 014/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia – MT.

Contratado: Parecis Maquinas Agrícolas LTDA inscrita no CNPJ: N.º 11. 130.959/0001-68.

Vigência: 02/07/2015 ate 01/06/2016

Motivo: Alterar o item 1.2 da Cláusula Primeira - do Objeto e do Preço, do Termo de Contrato N.º 036/2015.

Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada objetivando a execução das ações relativas ao mapa apoio desenvolvimento do setor Agropecuário para Município de Nova Olímpia/MT- repasse convenio nº 807189/2014.

Nova Olímpia-MT, 02 de Julho de 2015

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015

AVALIAÇÃO DAS METAS DO 1º SEMESTRE DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, através do Exmo. Prefeito Municipal, Senhor **JOSÉ AFONSO CANOLA,** convoca toda a população, para uma **"AUDIÊNCIA PUBLICA"** que se realizará no dia **28 DE JULHO DE 2015,** á partir da 14:00 horas nas dependências da Câmara Municipal, onde será discutida a seguinte pauta:

- Processo de analise e avaliação do relatório de metas fiscais do 1º semestre, referente ao exercício de 2015, (ART. 9º - § 4º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL).

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de julho de 2015.

JOSÉ AFONSO CANOLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n° 001/2013

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 04 AO EDITAL Nº 001/2015

O Prefeito Em Exercício do Município de Nova Ubiratã - MT, Sr. **José Afonso Canola**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto 31/2015, torna público o edital complementar do Processo Seletivo Público 001/2015.

Art. 1º - Torna público as respostas dos recursos protocolados **ANEXO I,** e divulga o **Gabarito Definitivo ANEXO II** da prova realizada no dia **28 de Junho de 2015** do **Processo Seletivo Público 001/2015** da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã.

Art. 2º - Torna público o **Resultado Preliminar ANEXO III** do Processo Seletivo Público 001/2015 da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, e fica aberto o prazo de recurso contra a divulgação do resultado preliminar de até **2 (dois)** dias úteis.

Art. 3º - O Candidato que desejar protocolar um recurso solicitando revisão do seu cartão de respostas deverá formalizar um requerimento por escrito, fundamentado e com justificativa plausível. O mesmo deverá protocolar junto a comissão organizadora do Processo Seletivo Público na Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, sendo que o prazo para o candidato protocolar o recurso se estende até o dia **07 de Julho de 2015.**

Art. 4º - Os candidatos aprovados e classificados, conforme **ANEXO III**, que desejarem protocolar o **Requerimento Para a Prova de Títulos,** devem preencher o **ANEXO V, e protocolar junto com a cópia simples ou autenticada do(s) documento(s) conforme listados abaixo:**

Os títulos apresentados, cumpridas as exigências do Edital, serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos
a) Comprovação de conclusão de curso de formação de Agente Comunitário de Saúde – (Curso introdutório de formação inicial e continuada).	1,5	1,5
b) Experiência comprovada em serviço público na área de atuação do cargo comprovado através de carteira de trabalho e ou contrato de trabalho e ou certidão de exercício de atividade pública.	0,5 por ano	1,5

6.4.14.1. Os Diplomas e ou certificados deverão conter registros do órgão emissor ou informação suficiente para verificação dos órgãos competentes, não sendo aceitas declarações para substituí-los desde que as declarações, nestes casos, especifiquem que foram vencidas todas as etapas para obtenção do título. 6.4.14.2. Os documentos comprobatórios dos títulos, sob pena de não serem aceitos, não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.

Art. 5º - O Prazo para o candidato protocolar seu requerimento de avaliação de títulos é de até **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de publicação deste edital entre as **07:00 horas às 17:00 horas (horário oficial do Mato Grosso),** no endereço da **Secretaria Municipal de Saúde de Nova Ubiratã junto a comissão de fiscalização do Processo Seletivo Público 001/2015, para o respectivo endereço: Av. Tancredo Neves - S/N - Centro, CEP: 78.888-000, Nova Ubiratã - Mato Grosso, Tel: (66) 3579-1188 | Fax (66) 3579 - 1191 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ / COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2015.** juntamente com o Requerimento de Pontuação de Títulos conforme o modelo do **ANEXO V** do edital, devendo os mesmos estar em um envelope contendo o nome completo do candidato e o código do cargo ao qual está concorrendo ate o dia **07 de Julho de 2015**.

Art. 6º - O candidato que não tiver tempo hábil para protocolar o requerimento de títulos no local, devido a distância, poderá protocolar, enviando para o **e-mail: contato@consultoriaatos.com** o requerimento e o respectivo diploma ou certificado digitalizados, porém, as cópias dos mesmos deverão ser obrigatoriamente postadas, via sedex, para o endereço citado acima dentro do período previsto, e no e-mail também deverá constar o comprovante de despacho, caso contrário não será aceito os títulos.

Art. 7º - O edital completo contendo o **ANEXOS I, II, III**, **e V**, está disponível para consulta no mural e no site da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã **http://www.novaubirata.mt.gov.br** e no site da empresa organizadora **http://www.consultoriaatos.com/concursos/.**

Art. 8º. – Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do **EDITAL n. º 001/2015**. Este Edital Complementar 04 do Processo Seletivo Público 001/2015, entra em vigor na data de 03 de Julho de 2015.

Nova Ubiratã – MT, 03 de Julho de 2015

José Afonso Canola Diogo Bruno da Silva

Prefeito Municipal Em Exercício Presidente da Comissão do PSP nº 001/2015

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ – MT

Processo Seletivo Público 001/2015

RESPOSTAS AOS RECURSOS IMPETRADOS CONTRA

A PROVA OBJETIVA E GABARITO PRELIMINAR

A Atos Consultoria Pública e Empresarial, através da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã no uso de suas atribuições legais, tornam público os pareceres dos recursos, de acordo com o subitem 8.2 do Edital 001/2015, interposto contra as questões da prova objetiva e do gabarito preliminar.

RECORRENTE: Bazimar Gomes.

QUESTÃO: 10

RECURSOS Nº: 000663.

CARGO: Agente Comunitário de Saúde.

DECISÃO: Recurso procedente, ANULA-SE a questão.

JUSTIFICATIVA: A questão possui mais de uma alternativa correta.

QUESTÃO: 16

RECURSOS Nº: 000663.

CARGO: Agente Comunitário de Saúde.

DECISÃO: Recurso improcedente mantem-se o gabarito.

JUSTIFICATIVA: A questão está solicitando entre o rol de doenças elencadas qual **não** é considerada uma doença tropical atualmente **comum** nas comunidades da região Centro Oeste do Brasil. Dentre as apresentadas somente uma delas está correta, ou seja a “Varíola”, portanto mantem-se o gabarito.

ANEXO - II GABARITOS DEFINITIVOS NÍVEL FUNDAMENTAL		
QUESTÕES	Agente Comunitário de Saúde	Agente de Combate à Endemias
01	B	B
02	D	D
03	A	A
04	C	C
05	B	B
06	D	D
07	A	A
08	C	C
09	C	C
10	ANULADA	
11	A	D
12	D	A
13	A	C
14	C	C
15	B	B
16	A	B
17	B	C
18	A	D
19	A	B
20	D	A

disponibilizado 03/07/2015

ANEXO V TÍTULOS

REQUERIMENTO

Requerente:_____

Cargo:_____

Código do cargo:_____ N.º RG:_____ ºCPF:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 001/2015, LETRA_____(_____) para fins de classificação no Processo Seletivo Público da Prefeitura de Nova Ubiratã/MT.

(Obs.: Os títulos constantes das letras "a" e "b" do item 6.4.13 não são cumulativos entre si, sendo considerado somente o de maior pontuação. Só serão considerados os títulos que tiverem correlação com a respectiva área de atuação do cargo).

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

Título	Valor de Cada título	Valor Máximo os títulos
a) Comprovação de conclusão de curso de formação de Agente Comunitário de Saúde – (Curso introdutório de formação inicial e continuada).	1,5	1,5
b) Experiência comprovada em serviço público na área de atuação do cargo comprovado através de carteira de trabalho e ou contrato de trabalho e ou certidão de exercício de atividade pública.	0,5 por ano	1,5

_____

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 001/2015 da Prefeitura de Nova Ubiratã/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Secretário da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.080/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, MT. CONTRATADO: Silgran Construções Ltda.OBJETO: Prorroga vigência do Contrato nº. 080/2011, Execução de Pavimentação asfáltica em vias urbanas do município de Nova Xavantina, para 31/12/2015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO TP 032-2014

NOTA DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços 032/2.014 - Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE**

SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF 1) SETOR XAVANTINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL. O Prefeito Municipal de Nova Xavantina – MT, Gercino Caetano Rosa, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE *REVOGAR*, a licitação na modalidade Tomada de Preços 032/2.014, Processo Administrativo nº 086/2.014, **considerando a conveniência da administração,** nos termos da legislação pertinente em vigor.

Nova Xavantina – MT, 06 de julho de 2.015.

GERCINO CAETANO ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO CONCORRENCIA 003-2015

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

Resultado resumido **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2.015**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado de Julgamento de Habilitação, Adjudicação e Homologação, referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2.015**, objeto: **CONCESSÃO DE USO DE UM ESPAÇO PARA EXPLORAÇÃO DE CANTINA/ LANCHONETE DA PRAÇA SUZINETE FERREIRA.**O certame foi declarado fracassado pelo da **sessão** ser **deserta.**

Nova Xavantina – MT, 06 de julho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO CHAMADA PÚBLICA 001-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Resultado resumido de Julgamento da CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2.015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o resultado do Julgamento, referente à CHAMADA PÚBLICA nº 001/2.015, objeto: Contratação de Médicos, com o objetivo de efetivarem as devidas Perícias Médicas e Relatórios Sociais necessários, de avaliação e/ou reavaliação, nos segurados desta Autarquia Municipal, em gozo de licença de tratamento de saúde, nas dependências desta Autarquia Municipal ou em outro local, se necessário, além de outras atribuições de ordem previdenciária **conforme descritos no edital.** Pessoas contratadas/credenciadas MARCUS VINICIUS FARIA NUNES e ALVARO RIZZARDI.

Nova Xavantina – MT, 06 de julho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO N.º 135/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa ***CERÂMICA RP LTDA - ME***, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF nº 10. 674.511/0001-42. Resolvem: OBJETO: "RESCINDIR AMIGAVELMENTE JÁ QUE AMBAS AS PARTES NÃO TEM MAIS INTERESSE EM MANTER O PRESENTE CONTRATO".

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO N.º 124/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa HERCON SERVIÇOS LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF nº 14.020.137/0001-12. Resolvem: OBJETO: "RESCINDIR AMIGAVELMENTE JÁ QUE AMBAS AS PARTES NÃO TEM MAIS INTERESSE EM MANTER O PRESENTE CONTRATO".

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 139/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias ao Sr: **Juarez Cirino de Souza** brasileiro, maior, portador do RG: nº 1.424.678 SSP/GO e do CPF: nº 292. 105.001-30, lotado na **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Coordenação de Projetos,** no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento e Coordenação de Projetos,referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a partir do dia 06/07/2015 a 15/07/2015 com retorno no dia 16/07/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 06 de julho de 2014.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 136, DE 03 DE JULHO DE 2015

O Prefeito Municipal **João Antônio de Oliveira**, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 45 inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. Fica nomeada a servidora *Maria Aparecida de Souza - matrícula nº 43,* para atuar como **Responsável pelo Controle de Frotas** do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Norte-MT.

Art. 2º. Fica nomeado o servidor **Wanderley Vieira – matrícula nº 62,** para atuar como **Responsável pelo Registro e Baixa do Patrimônio Público** do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Norte-MT.

Art. 3º. Ficam nomeados os servidores abaixo para integrarem na Comissão de Avaliação, Registro, Inventário, Incorporação, Baixa do Patrimônio Público e Frotas do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Norte-MT.

- MARCOS RAFAEL DE SOUZA – Técnico de Controle Interno

- NEWTON DAVID MARCILIO – Agente Administrativo

- CLAUDEIR APARECIDO ROCHA – Técnico Administrativo Educacional

- DARCI RENÊ GONÇALVES MONTEIRO – Engenheiro Civil

Art. 4º. Estabelece os seguintes conceitos nesta Portaria:

I) Alienação - Processo pelo qual o município transfere o domínio de seus bens a terceiros, mediante venda (leilão), permuta ou doação, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecidas às exigências legais pertinentes.

II) Autorização de Saída de Material Permanente do Órgão - Documento de formalização da saída de bens patrimoniais móveis do órgão.

III) Avaliação - Valor monetário atribuído a um bem patrimonial para fins de aquisição, contabilização e alienação, observados as normas técnicas e legais específicas.

IV) Baixa de Bens - É a retirada oficial de um bem patrimonial móvel do cadastro de patrimônio do município, gerando contabilmente a diminuição do saldo patrimonial, em decorrência de alienação, descarte, roubo, furto ou sinistro.

V) Bem de Terceiro - Bem que não integra o patrimônio do município, mas que, em decorrência de negócio jurídico celebrado com terceiro, recebe codificação diferenciada dos bens patrimoniais do Município, e sobre o qual não incide processamento financeiro, mas apenas controle físico.

VI) Bem Inservível - É todo bem desativado pelo órgão que utiliza, danificado ou obsoleto, encaminhado para o depósito de inservíveis da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, para fins de alienação, podendo, ou não ser reaproveitado por outros órgãos ou entidades do Município.

VII) Bem Patrimonial Antieconômico - Todo bem patrimonial com manutenção onerosa, rendimento precário ou com recuperação economicamente inviável.

VIII) Bem Patrimonial Obsoleto - Todo bem patrimonial em uso, considerado antiquado ou antieconômico para o fim a que se destina.

IX) Bem Permanente - Todo material que, em razão do uso, não perca sua identidade física e autonomia de funcionamento, mesmo quando incorporado a outro bem e tenha durabilidade prevista superior a dois anos.

X) Bem Plaquetável/Etiquetável - Aquele em que é possível a colocação de plaqueta/etiqueta de identificação patrimonial.

XI) Bem Não Plaquetável/Etiquetável - Aquele que não possui local para fixação de plaqueta ou etiqueta de identificação patrimonial ou que não seja adequada a sua colocação. O fato não impede que o mesmo deixe de receber uma numeração para registro, logo, todos os bens, independentemente de colocação de plaqueta, receberão um número de registro patrimonial.

XII) Bem Próprio - Todo bem adquirido com recursos próprios, do tesouro ou convênios, que não exijam a vinculação do bem à unidade financiadora, ou ainda todo aquele recebido por doação, premiação, bem como os incorporados através de inventários.

XIII) Bem Relacionado - Bem permanente que, em razão de sua estrutura física não podem ser marcados ou gravados seus respectivos números de tombamento.

XIV) Cessão De Uso - Disponibilização de um bem patrimonial móvel, por tempo determinado, para utilização gratuita ou em condições especiais, para entidades da administração indireta do município ou a outras entidades.

XV) Comissão de Avaliação - Grupo de pessoas nomeadas para avaliar bens da Instituição.

XVI) Descarte - Processo pelo qual o município desfaz-se de um bem patrimonial móvel em razão do seu estado de conservação, inservível e/ou irrecuperável, bem como sem que haja arrematamento em pelo menos um leilão, mediante avaliação do estado do bem.

XVII) Depreciação - Perda progressiva de valor econômico ou do preço de um bem patrimonial em decorrência do seu uso, levando-se em consideração, além de exigências legais, o valor de aquisição e o tempo de vida útil, em face das condições objetivas de sua utilização.

XVIII) Entrada de Materiais - Documento de confirmação da entrada de bens patrimoniais móveis no órgão, emitido pelo sistema informatizado de gestão de materiais e patrimônio.

XIX) Etiqueta de Identificação Patrimonial - Identificação colocada no bem patrimonial móvel que, pelo seu formato, não comporta plaqueta de identificação patrimonial, tendo as mesmas informações que as plaquetas.

XX) Extravio - É o desaparecimento de um bem, sem que seja identificada a origem do fato.

XXI) Incorporação - Registro contábil da inclusão ou entrada de um bem patrimonial, em decorrência de aquisição, nas suas diversas modalidades.

XXII) Inventário - Instrumento de controle que permite a conciliação dos registros do cadastro de bens patrimoniais móveis com a posição física, bem como dos valores cadastrados e os escriturados. Tem como objetivo o controle quantitativo e qualitativo dos bens patrimoniais móveis do município.

XXIII) Plaqueta de Tombamento - Identificação que é colocada no bem patrimonial móvel, personalizada, com numeração individual única e código de barras.

XXIV) Registro Patrimonial - Processo de cadastramento de um bem patrimonial móvel no Sistema Integrado de Gestão de Material e Patrimônio, após o seu tombamento.

XXV) Sinistro - Acontecimento de qualquer natureza que sobrevém ao bem patrimonial móvel, causando-lhe danos, perda total ou parcial.

XXVI) Termo de Cessão de Uso - Instrumento de formalização da cessão de uso de bens patrimoniais móveis do município.

XXVII) Termo de Responsabilidade - Documento no qual um bem patrimonial móvel ou um conjunto de bens patrimoniais móveis é posto sob a guarda, conservação e controle do gestor de uma unidade administrativa, mediante sua assinatura.

XXVIII) Tombamento - Processo constituído de identificação do bem patrimonial móvel, por intermédio de plaquetas ou etiquetas de identificação, com o levantamento de todas as características e dados relacionados ao mesmo, para que seja efetuado registro patrimonial.

XIX) Transferência - Movimentação dos bens patrimoniais móveis entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou de diferentes órgãos da Administração Direta Municipal, exigindo-se emissão e assinatura do termo de Transferência, anotação da mudança de guarda do bem e atualização do registro patrimonial.

XXX) Unidade Administrativa - Toda unidade integrante da estrutura organizacional formal de um órgão, que responde pelas ocorrências com os bens patrimoniais móveis sob sua responsabilidade.

Art. 5º. Compete ao responsável pelo controle de patrimônio as seguintes atribuições:

I – Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

II - Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

III - Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio de acordo com cada departamento;

IV – encaminhar relatórios à Comissão para que a mesma possa promover a devida avaliação;

V – alimentar o sistema referente ao patrimônio, mantendo-o devidamente atualizado;

VI – manter arquivados todos os documentos que envolvam suas atividades;

VII – prestar informação referente ao controle de patrimônio, sempre que solicitada por qualquer departamento desta Casa;

VIII – realizar outras atividades correlatas;

Art. 6º. Compete aos responsáveis pela AVALIAÇÃO, REGISTRO E BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E FROTAS:

I – Promover a avaliação e registro dos bens integrantes do acervo da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, através de seu cadastro central e de relatórios de situação enviadas pelo Responsável pelo patrimônio;

II - Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;

III - Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo, reposição e baixa, remetendo relatório ao Responsável para as devidas providências;

IV - Emitir Ata circunstanciada após realização de todo trabalho;

V – Realizar outras atividades correlatas.

Art. 7º. Os servidores nomeados através desta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 138/2013 e 131/2015 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, aos 03 (três) dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

João Antônio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **Adriano Simões Bronner** brasileiro, maior, portador do RG: nº 12176761 SSP/MT e do CPF: nº 826.694.811-91, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo efetivo de **Motorista,** referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 06/07/2015 a 04/08/2015, retornando no dia 05/08/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 06 de julho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte faz saber aos interessados que, nos termos do art.37, inciso IX da Constituição Federal, e do art. 1º da Lei Municipal n.º 1.108 de 30 de junho de 2015, e demais instrumentos legais mediante as condições estabelecidas neste Edital, se acham abertas às inscrições ao Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2015 de "Provas", com a finalidade de selecionar pessoal para formação de Cadastro de Reserva e ao preenchimento de vagas para contratação por tempo determinado, em decorrência de necessidade excepcional de interesse público para o ano de 2015.

CARGOS	VAGAS	*CARGA HORARIA*	ESCOL. EXIGIDA	REQUISITOS	SALÁRIO BASE
Agente Social de Esporte e Lazer	01	40h	Ensino médio	Capacitação específica comprovada por instituição credenciada, registro no CREF	R$ 1. 014,47
Técnico de Enfermagem	02	40h	Técnico Enfermagem	Curso Técnico Enfermagem com registro no COREN	R$ 1. 240,74

2.0 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições serão realizadas pessoalmente ou por procuração, no período de 13/07/2015 a 23/07/2015 das 7:00 as 11:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, na Secretaria Municipal de Administração, na Rua Augusto de Souza, nº 171, centro, Novo Horizonte do Norte-MT.

2.2 – No caso da inscrição por procuração será exigida o reconhecimento da assinatura e a procuração original ou cópia autenticada, ficará retida no ato da inscrição, sendo necessária apresentação do CPF e RG do respectivo procurador.

2.3 – No ato da inscrição será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade – RG;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Certificado de Escolaridade

2.4 – Não será aceita inscrição de menores de 18 anos.

2.5 – Não haverá taxa de inscrição.

2.6 – Só poderá haver inscrição para um cargo; havendo mais de uma inscrição de um mesmo candidato, o mesmo será considerado eliminado.

3.0 **– REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO** 3.1- O regime Jurídico dos candidatos aprovados no Teste Seletivo será o Estatutário sob a forma de prestação de serviços e não gera vinculo empregatício. 3.2 – Os servidores contratados através deste Processo Seletivo Simplificado serão vinculados ao regime Previdenciário Social (INSS) 4.0

DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

4.1. - Às pessoas portadoras de deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art.37 da Constituição Federal e fundamentado pelo artigo 18 da Lei Municipal n° 043/2011, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que a deficiência de que são portadoras sejam compatíveis com o exercício do cargo, na proporção de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, desprezadas as frações, quando o percentual resultar número menor que 1 (um).

4.2-O candidato portador de deficiência deverá declarar, no momento da inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador, apresentando Laudo Médico Original, atestando a deficiência, com expressa referência ao código correspondente Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência. Este Laudo ficará retido e será anexado ao formulário de inscrição. Caso o candidato não anexe o laudo médico, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário de inscrição. 4.3 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação. 4.4- Caso necessite de condições especiais para se submeter às provas previstas neste edital, o candidato portador de deficiência deverá solicitá-las por escrito, no momento da inscrição, conforme Anexo VIII. 4.5-Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual, passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres. 4.6-O candidato portador de deficiência, se aprovado, quando de sua convocação para fins de contrato, será submetido a exames médicos e complementares, que terão decisão terminativa sobre a qualificação como deficiente ou não e o grau de deficiência que não o incapacite para o exercício do cargo. 4.7-Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão revertidas aos demais classificados, com a estrita observância da ordem de classificação. 4.8-As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e os critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida. 4.9- O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo, terá seu nome publicado na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

5.0– DAS PROVAS

5.1 – As provas serão objetivas e realizadas na Escola Municipal Ulisses Guimarães, Avenida Kara José nº 395 – Centro, Novo Horizonte do Norte-MT, no dia 09/08/2015 a partir das 08:00 h às 12:00 h e terá 4 horas de duração.

5.2 – O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência de no mínimo 30 minutos, munido de comprovante de inscrição, cédula original de identidade e caneta esferográfica azul ou preta.

5.3 – Não será permitida a realização da prova pelo candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso.

5.4 – Durante a prova não será permitida consulta bibliográfica de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agenda eletrônica ou similar, telefone celular ou uso de qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização da prova.

5.5 – Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, utilizando-se de qualquer forma de comunicação (verbal ou não-verbal), sobre o conteúdo da prova ou perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos.

5.6 – O candidato só poderá se ausentar do local da prova em caso de extrema necessidade, e acompanhado do fiscal de sala, sendo necessária a autorização da Comissão do Teste Seletivo.

5.7 – O candidato só poderá retirar-se do local de realização da prova após uma hora de seu início, tendo assinado seu nome em todas as folhas da mesma.

5.8 – Não serão computadas as questões não respondidas, que contenham rasuras ou que tenham mais de uma alternativa assinalada.

5.9 – O candidato deverá entregar a prova, podendo anotar as respostas para conferencia do gabarito que será divulgado no dia 11/08/2015.

6.0 – DA ESTRUTURA E CONTEÚDOS DAS PROVAS.

MATÉRIA	Nº QUESTÕES	VALOR	SUB TOTAL
Português	10	2,5	25,0
Matemática	10	2,5	25,0
Conhecimentos Gerais	05	5,0	25,0
Conhecimentos Específicos	05	5,0	25,0
TOTAL GERAL			**100**

6.1. Para os cargos de Agente Social de Esporte e Lazer e Técnico de Enfermagem, será exigido no ato da inscrição a apresentação de documentos autênticos que comprovem experiência na área.

7.0 – DA BASE BIBLIOGRÁFICA PARA AS PROVAS

7.1 – As questões serão objetivas para os níveis de ensino médio no cargo de Agente Social de Esporte e Lazer e Técnico de Enfermagem, terão como parâmetros os seguintes conteúdos:

a) - Língua Portuguesa: Interpretação de texto, concordância verbal e nominal, adequação vocabular.

b) – Matemática: Sistema de medidas, porcentagem, adição, adição subtração, divisão e multiplicação, regra de três simples, Equação do Segundo grau.

c) – Conhecimentos Gerais: Atualidades, História da Colonização de Mato Grosso, Orientação Geográfica, Divisão de MT, Solo, Clima, Hidrografia de Mato Grosso, realidade político, econômica e ambiental do Brasil.

8.0 - Conhecimentos Específicos:

8.1 – Agente Social de Esporte e Lazer: Esportes: organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando; Atividades esportivas visando proporcionar o desenvolvimento físico e intelectual do educando; Atividade física e qualidade de vida; Fundamentos teórico-práticos de modalidades esportivas: voleibol, handebol, basquetebol, futebol, atletismo, dominó, dama e baralho; Noções básicas de cidadania; Primeiros socorros na prática desportiva; Condicionamento físico e performance humana.

8.2 – Técnico de Enfermagem - Procedimentos técnicos relacionados ao conforto e à segurança do paciente: higiene, massagem de conforto, posições para exames, transporte do paciente e paciente terminal. Técnicas básicas: sinais vitais, medicação, coleta de material para exames, técnicas de curativo, crioterapia e termoterapia, nebulização, oxigenoterapia e sondagens. Controle de Infecção Hospitalar: assepsia e antissepsia, esterilização, controle e prevenção de infecção hospitalar. Atuação do Auxiliar de Enfermagem: Na unidade de clínica médica; Na unidade cirúrgica: pré e pós-operatório; Na unidade de Doenças Infecciosas e Parasitárias; Na unidade de emergência: nas situações de hemorragias, queimaduras, envenenamentos, insuficiência respiratória e ressuscitação cardiopulmonar; Na saúde da mulher: sinais e sintomas da gravidez e suas complicações, períodos clínicos do parto, sinais e sintomas do trabalho de parto, assistência ao puerpério e suas complicações, prevenção do câncer cérvico-uterino e mama e planejamento familiar; Na saúde da criança: assistência ao recém-nascido na sala de parto, no berçário e no alojamento conjunto, medidas antropométricas, aleitamento materno e fototerapia; No programa de imunização: conservação de vacinas, esquema básico de vacinação, vias de administração; Nas Políticas de Saúde; Na Saúde do Idoso.

9.0– DO RESULTADO

9.1 – O resultado final obedecerá à somatória da pontuação da Prova.

10.0 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 – Na hipótese de igualdade de pontos na classificação final, terá preferência o candidato com:

a) maior pontuação nos conhecimentos específicos

b) maior pontuação na prova de conhecimentos gerais

c) maior idade

11.0 – DOS RECURSOS

11.1 – Caberá recurso a Comissão contra resultado do Processo Seletivo Simplificado;

11.1.1 – O recurso deverá ser interposto e assinado pelo próprio candidato ou por seu procurador e protocolado na Secretaria Municipal de Administração do Município de Novo Horizonte do Norte, no horário da 07:00h às 11:00h ou das 13:00h as 17:00h, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado do teste seletivo.

11.1.2 – O recurso deverá ser apresentado de forma legível e conter:

a) nome e número de inscrição do candidato, bem como indicação da vaga/área a que está concorrendo;

b) argumentação lógica, consistente e material bibliográfico, quando for o caso;

11.1.3 – Será indeferido liminarmente o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

11.1.4. As alterações de pontuação de candidatos na seleção, que vierem a acorrer após análise dos recursos, estarão disponíveis em editais complementares divulgados nos órgãos públicos.

11.1.5 – O impetrante terá 02 (dois) dias úteis subsquentes ao da divulgação do resultado do recurso para tomar conhecimento da decisão.

11.1.6 – A decisão final da Comissão do Teste Seletivo será soberana e irrecorrível, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

12.0 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

12.1 – Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias e/ou os seguintes documentos:

a) Cópia da Carteira de Identidade – RG;

b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Cópia do Título de Eleitor, bem como do Comprovante de Votação da Última Eleição;

d) Cópia do PASEP;

e) Cópia do Certificado de Escolaridade – Diploma;

f) Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

g) Cópia do Certificado de Reservista (se do sexo masculino)

h) Cópia do Comprovante do Endereço;

i) Carteira Profissional de Trabalho;

j) Atestado de Boa Saúde Física e Emocional;

k) Declaração de próprio punho de não acúmulo de cargo/função pública;

l) Outros documentos que a Prefeitura/Secretaria Municipal de Administração julgar necessário.

12.2 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.3 – A convocação para contratação dos candidatos aprovados será de acordo com a necessidade da Administração, não gerando a aprovação o direito à nomeação.

12.4 – Para efeito de contratação, fica o candidato sujeito à aprovação em exames médico e à apresentação de todos os documentos que lhe forem exigidos.

12.5 – O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 1 (ano), podendo ser Prorrogado por igual período, de acordo com a necessidade da Administração.

12.6 – A organização, realização e publicação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será atribuição da Comissão nomeada para esta atividade.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Novo Horizonte do Norte-MT, 06 de julho de 2015.

José Antonio de Oliveira

Presidente da Comissão

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

Prazo das inscrições	13 a 28/07/2015
Homologação das inscrições	29/07/2015
Prazo p/ recurso de homologação das inscrições	30 e 31/07/2015
Publicação da decisão de recurso	04/08/2015
Provas	09/08/2015
Divulgação do gabarito	11/08/2015
Recurso contra o gabarito	12 e 13/08/2015
Divulgação do gabarito oficial	17/08/2015
Resultado preliminar	19/08/2015
Recurso contra a classificação do resultado	30 e 21/08/2015
Resultado oficial (final)	25/08/2015
Homologação final	26/08/2015

J**osé Antonio de Oliveira**

Presidente da Comissão

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT, PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR EDITAL PRORROGAÇÃO DE NOVAS INSCRIÇÕES Nº 07/2015.

A Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Novo Horizonte do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na lei Federal nº 8.069/90 – ECA, Resolução nº 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal 143/1991, de 15 de agosto de 1991, com as alterações realizadas pela Lei nº 909 de 28 de setembro de 2011, através da Comissão Especial Eleitoral do Processo Unificado, torna público **Novas Inscrições** para seleção dos cinco titulares com seus respectivos suplentes do Conselho Tutelar do Município de Novo Horizonte do Norte-MT, para o quatriênio 2016/2019, bem como as demais providências referentes ao Processo Eleitoral e posse, conforme segue:

Comissão Especial Eleitoral Unificado foi criada através da Resolução nº 01/2015, para compor o Processo Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), composta pelos conselheiros municipais: **Juarez Cirino de Souza, Nadir Aparecida Rodrigues da Silva, Maria Aparecida de Souza, Margarete Farias Leite, Noeli Terezinha Schuck, Luzimar da Silva Caires e Aurelegia dos Prazeres Mesquita**.

1. INSCRIÇÃO:

A Comissão Especial do Processo Eleitoral Unificado para Eleição do Conselho Tutelar, em decisão por ambos, **decide PRORROGAR** o período para **novas inscrições**, por motivo de não comparecimento de todos os inscritos no dia 28/06/2015, na aplicação da prova inscrita, numero insuficiente para concorrer a Eleição do Processo Eleitoral em Data Unificada, para a escolha de 05 membros com seus respectivos suplentes para compor o Conselho Tutelar do Município de Novo Horizonte do Norte-MT, decide prorrogar o período de inscrição, por mais um período de 05 (cinco) dias: 06/07/2015 a 10/07/2015.

OBS: Os Candidatos que compareceu no dia 28/06/2015 estão com suas inscrições DEFERIDAS, os candidatos que não compareceram terá que refazer as inscrições para concorrer o Processo Eleitoral.

1.1 **- Período Inscrição: 06*/07/2015 a 10/07/2015, das 07:30 as 11:00 hs das 13:00 hs as 16:30 horas* 1.2 - Local da Inscrição: Prefeitura – Setor de Contabilidade, responsável Funcionaria: Maria Aparecida de Souza (Cida Peçanha). 1.3 - Conteúdo programático:** Conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 (ECA) e conhecimento de Língua Portuguesa.

1.4 - Poderá concorrer qualquer cidadão desde que atenda os seguintes requisitos:

Comprovação do 2º Grau Completo (Ensino Médio), conforme a Lei Municipal nº 143/1991 art.20, IV e Resolução nº 170/2014 do CONANDA, no ato da Inscrição.

1.5 - Ter disponibilidade e tempo para o exercício da função, não tendo nenhum outro emprego fixo;

1.6– Possuir conhecimento básico de informática

1.7 - **Prova Inscrita dia 16/07/2015, Horário das 19:00 hs as 22:00 Hs, munidos de documentos de identificação com foto e Protocolo de Inscrição.**

1.8 - Local: Escola Municipal Ulisses Guimarães, Rua: Augusto de Souza, esquina com Avenida Kara Jose.

1.9 - Não será admitido ingressar no local da prova após o início de sua realização nenhum candidato retardatário, sob qualquer argumento.

1.10 - O processo de inscrição será apreciado mediante documentação apresentado no ato da Inscrição, caso o candidato não atenda as exigências desde Edital e dos demais Editais Publicados fica **INDEFERIDOS** de prosseguir com inscrição mediante do Processo Eleitoral.

Parágrafo Único

A não observação das restrições impostas nos Edital nº 001/002/003/004/005/006/2015, poderá resultar da cassação da candidatura pela Comissão Especial Eleitoral.

2 – RESULTADOS DAS PROVAS INSCRITAS.

2.1- O gabarito das questões objetivas será publicado no dia 17/07/2017 afixado na sede do CMDCA (Secretaria Municipal de Assistência Social),

na rua Augusto de Souza S/N e disponível no site da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT.

2.2 - A publicação da nota das provas será dia 21/07/2015, nos locais Públicos da cidade e no site da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, (http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br).

2.3 - O prazo para recurso sobre os resultados das provas será de 21 a 22.07.2015 até as 17h.

2.4 - A comissão eleitoral apresentará a decisão dos recursos até o dia 23. 07.2015.

2.5 - A lista dos candidatos aptos ao pleito será publicada através de edital publicado em Órgãos Públicos e no site da Prefeitura Municipal (http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br), informando o nome dos candidatos no dia 23.07.2015.

2.6 - Os candidatos considerados aptos terão o prazo de 24.07.2015 a 28. 07.2015, até as 17h para registrar suas candidaturas.

2.7 - O CMDCA no dia 30.07.2015 publicará a lista dos candidatos com candidatura registrada aptos a participar do pleito.

2.8 - O Ministério Público e qualquer eleitor terão o prazo de 03/08/2015 à 07/08/2015, para apresentar impugnação a candidaturas.

2.9 - Ocorrendo impugnações a Comissão Eleitoral notificará no dia 10.08. 2015, os candidatos impugnados para apresentar defesa no prazo de 11 e 14.08.2015 até as 17horas. O CMDCA decidirá sobre as impugnações até o dia 17.08.2015.

2.10 - A remessa ao Ministério Público da decisão do CMDCA sobre as impugnações será no dia 20/08/2015.

2.11 - Remessa ao CMDCA para decidir em cinco dias e publicar o resultado final, 25.08.2015.

2.12 - Os candidatos poderão recorrer da decisão do CMDCA de 26.08. 2015 à 28.08.2015.

2.13 - O CMDCA publicará sua decisão sobre os recursos no dia 31.08. 2015.

2.14 - O CMDCA publicará a lista dos candidatos habilitados ao pleito através de edital publicado em Órgãos Públicos Municipais e no site da Prefeitura Municipal (http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br), no dia 01.09. 2015.

3. – PROGRAMAÇÃO ELEITORAL

Os Candidatos aprovados terão o período de 02/09/2015 à 02/10/2015 para Campanha Eleitoral.

3.1 - Não será tolerada as seguintes propagandas Eleitorais:

3.2 - Que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

3.3 - Que perturbe o sossego público com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

3.4 - Que prejudiquem a higiene e estética urbana ou que desobedeça a postura Municipal ou qualquer outra restrição de direitos;

3.5 - Que caluniar difamar ou injuriar qualquer pessoa, órgão ou autoridade publica

Fora do período do Pleito Eleitoral estabelecido neste Edital nº 002/2015.

Fazem parte deste Edital nº 007/2015, os anexos:

Anexo: I – Ficha de Inscrição de Candidato e Apreciação dos Documentos;

Anexo: II – Protocolo de Recebimento de Inscrição;

Anexo: III – Declaração de Processo Disciplinar;

Anexo: IV – Declaração que Não possui vinculo parentesco inscrito para concorrer a Eleição do Conselho Tutelar

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, os demais itens do Edital nº 001/002/003/004/005/006/ 2015, foram alterados do Edital nº 001/2015 os Item 3. Prova, ate 3.24, e retirado os Itens 3.11 e 3.12 do Edital 001/2015, os demais itens não foram alterados;

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Novo Horizonte do Norte-MT, 06 de Julho de 2015.

MARIA APARECIDA DE SOUZA

MEBRO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora Srª: **Vanilda Inhegues de Alencar PaduAM,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1810968-9 SSP/MT e do CPF: nº 004.374.689-68 lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania,** no cargo de-Monitora de Artesanato referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 06/07/2015 a 10/07/2015, com retorno no dia 11/07/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 06 de julho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2015 PROCESSO N.º 007/2015

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através de seu pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Eletrônico 005/2015, com o objeto de **Fabricação, fornecimento e montagem de 01 Estação de Tratamento de Esgoto do tipo UASB+BF+DS+CL para atender a vazão média de 12 l/s, conforme especificado no anexo I – Termo de Referencia do edital**, onde se sagrou vencedora a empresa *Hidrolagos Comercio e Indústria de Equipamentos Saneantes Ltda. - ME* inscrita no **CNPJ: 01.708.124/0001-99,** com proposta no valor global de **R$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil reais)** tudo de acordo com o anexo I – Termo de referencia do edital. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada a Rua Augusto de Souza, 171 centro - Novo Horizonte do Norte - MT.

Novo Horizonte do Norte-MT, 06 de Julho de 2015.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 022/2015

DECRETO Nº 022/2015

De 08 de Junho de 2015.

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível

de servidores Efetivos, e dá outras

Providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica concedido Promoção de Nível/Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo MT – Lei Complementar n.º 023/2011:

Nome	Cargo	Classe Nível Atual	Classe Nível Novo	Motivo
Ângela Maria De Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	A/03	*B/03*	*Art 24*

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 08 de Junho de 2015.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 003/2014, de 06/01/2014, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 21/07/2015, às 08H00, para **Contratação de empresa para realizar serviços de manutenção do sistema de água do Município de Novo Mundo / MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 13H00min às 17H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 06 de julho de 2015.

Roberta Mezalira Venturoso

Pregoeira Oficial

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 025/2015.

DECRETO N.º 025/2015.

De 30 de Junho de 2015.

"Dispõe sobe a criação do Conselho Municipal do FETHAB e dá outras providências"

O Prefeito do Município de Novo Mundo - MT, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO o disposto na lei estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 3º da referida Lei, os repasses aos municípios começaram a ocorrer a partir de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000 só pode ser criado por decreto do Governador do Estado e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, constituído de:

a) 03 (três) representantes do Município a serem indicados pelo Prefeito, sendo um deles o Secretário Municipal de obras que o presidirá;

b) 01 (hum) representante do Sindicato Rural dos trabalhadores rurais de Novo Mundo;

c) 01 (hum) representante do CDL de Novo Mundo;

d) 01 (hum) representante das Cooperativas ou Associações legalmente constituídas no Município.

Parágrafo único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet.

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de certificado que assim o declare.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Mundo, 30 de junho de 2015.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito do Município

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 023/2015

DECRETO Nº 023/2015

De 08 de Junho de 2015.

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível

de servidores Efetivos, e dá outras

Providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica concedido Promoção de Nível/Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo MT – Lei Complementar n.º 022/2011:

Nome	Cargo Atual	Classe Nível Atual	Cargo Novo	Classe Nível Novo	Motivo

Vantiuir Martins Cunha	Auxiliar de Serviços Gerais	B/ 03	*Apoio Adm. Educacional Profissionalizado (Vigia)*	*B/ 03*	*Art 45*

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 08 de Junho de 2015.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA 141/2015

PORTARIA Nº 141/2015

26 DE JUNHO 2015

"Dispõe sobre Licença Particular sem Remuneração, de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas."

Nos termos do artigo 126 da Lei Municipal 456/2007 - Estatuto do Servidor Público Municipal, o Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. LEONARDO FARIA ZAMPA**, usando de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º

- Conceder ao servidor, José Maria Nunes Da Silva, portador do RG: 284591 SSP/MT e do CPF: 328.917.681-91, efetivo, estável, para o cargo de Agente de Serviços Gerais AG5 , lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, 02 (dois) anos de Licença Particular sem Remuneração no período de 01/07/2015 a 29/06/2017.

Art. 2º - o referido funcionário retornar-se-á as atividades em 30 de junho de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogando as disposições em contrário.

Dado Ciência Registre-se Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO

26 DE JUNHO 2015

LEONARDO FARIA ZAMPA Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 73/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 73/2015.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 41/2015.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 30/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DE OFICINA MECÂNICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 41/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: H. ANDRADE JUNIO - ME

Valor: R$ 84.492,50 (Oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Período de vigência: 02/07/2015 à 02/07/2016.

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 02 de Julho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO 002/2015

Súmula: *Aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira: Serviços/Programas; Gestão Programa Bolsa Família e Gestão do Sistema Único de Assistência Social - referente ao exercício de 2014.*

O Conselho Municipal de Assistência Social de Novo São Joaquim/MT, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº 8.742 de 07/12/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e Lei Municipal Nº 589/2010 de 02/08/2010, considerando a deliberação em reunião ordinária deste Conselho no dia 29 de Maio de 2015, sob a Ata Nº 002/2015,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira – Serviços/Programas referente ao exercício de 2014.

Parágrafo Único: O Demonstrativo refere-se a prestação de contas no exercício de 2014 do co-financiamento federal destinado a execução dos serviços socioassistenciais, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho.

Art. 2º - Aprovar o Demonstrativo do IGD PBF – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família referente ao exercício de 2014.

Parágrafo Único:

O IGD é um índice que mede a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família e do CADÚNICO e garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentam bom desempenho.

Art. 3º - Aprovar o Demonstrativo do IGD SUAS – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social referente ao exercício de 2014.

Parágrafo Único: IGDSUAS é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial, no âmbito dos municípios, DF e estados.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Novo São Joaquim/MT, 02 de Junho de 2015.

Hilda Lima da Silva

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO 003/2015

Súmula: *Aprovação do Plano de Ação 2015 no item: Previsão de Financiamento*

O Conselho Municipal de Assistência Social de Novo São Joaquim/MT, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº 8.742 de 07/12/1993 –

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e Lei Municipal Nº 589/2010 de 02/08/2010, considerando a deliberação em reunião ordinária deste Conselho no dia 26 de Junho de 2015, sob a Ata Nº 003/2015,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2015, instrumento eletrônico de planejamento utilizado pela SNAS para ordenar e garantir o lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou a continuidade da transferência regular e automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços sociassistenciais, disponível no sistema informatizado SUAS Web.

Parágrafo Único: Trata-se de aprovaçãosomente do item: Previsão de Financiamento, pois o item sofreu modificações necessitando de nova análise.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Novo São Joaquim/MT, 29 de Junho de 2015.

Hilda Lima da Silva

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010

DIVULGA GABARITO PRELIMINAR

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

Considerando à aplicação das provas objetivas ocorrido no dia 05 de julho de 2015,

RESOLVE:

I – Divulgar o gabarito preliminar das provas objetivas do Concurso Público n° 001/2015, conforme anexo único que integra este Edital Complementar;

II - Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos contados da data de publicação deste Edital Complementar, considerados como tal os dias **07 e 08/07/2015**, pelo Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço www.acpi.com.br e seguir as instruções ali contidas;

Paranatinga – MT, 06 de julho de 2015.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

Graciela Azevedo Oliveira

Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público N.º 001/2015

NIVEL SUPERIOR

CARGO: 001 – ARQUITETO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	A	C	B	D	B	A	D	A	B	C

CARGO: 002 – ASSISTENTE SOCIAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	C	B	D	B	A	C	A	D	C	B

CARGO: 003 – BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	B	C	D	A	C	B	A	D	C	C

CARGO: 004 – ENGENHEIRO CIVIL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	C	A	B	D	A	B	D	D	C	B

CARGO: 005 – ENFERMEIRO PADRÃO	
LÍNGUA PORTUGUESA	**CONHECIMENTOS GERAIS**

01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	C	A	D	B	A	D	C	A	B	B

CARGO: 006 – MÉDICO CLÍNICO GERAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	D	A	B	C	A	B	D	C	C	D

CARGO: 008 – MÉDICO ORTOPEDISTA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	B	D	C	A	B	A	C	D	D	C

CARGO: 009 – MÉDICO VETERINÁRIO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	D	A	C	D	B	B	C	A	D	D

CARGO: 010 – NUTRICIONISTA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	C	A	B	D	C	C	D	A	B	C

CARGO: 011 – PSICÓLOGO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	C	D	B	A	C	D	C	B	A	A	D	B	D	C	A	B

CARGO: 012 – PROFESSOR B – PEDAGOGIA - MUNICÍPIO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	D	B	B	C	D	A	C	B	D	C	A	C	B	A	A	B	D	C

CARGO: 013 – PROFESSOR B – PEDAGOGIA – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	D	B	B	C	D	A	C	B	D	C	A	C	B	A	A	B	D	C

CARGO: 014 – PROFESSOR B – PEDAGOGIA – ÁREA INDÍGENA XAVANTE																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	D	B	B	C	D	A	C	B	D	C	A	C	B	A	A	B	D	C

CARGO: 015 – PROFESSOR B – PEDAGOGIA – ÁREA INDÍGENA BACAIRI																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

C	A	D	B	B	C	D	A	C	B	D	C	A	C	B	A	A	B	D	C

CARGO: 016 – PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	**02**	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	D	B	A	A	C	D	B	B	C	A	D	C	B	A	C	C	D
PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	D	B	B	C	D	A	C	B	D	B	C	A	A	D	B	C	D	B

ENSINO MÉDIO

CARGO: 018 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	C	D	A	C	C	A	D	B	D

CARGO: 019 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	C	D	A	C	C	A	D	B	D

CARGO: 020 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ÁREA INDÍGENA XAVANTE																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	C	D	A	C	C	A	D	B	D

CARGO: 021 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ÁREA INDÍGENA BACAIRI																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	C	D	A	C	C	A	D	B	D

CARGO: 022 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – MERENDEIRA - MUNICÍPIO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	A	C	D	A	D	C	B	C	A

CARGO: 023 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – MERENDEIRA – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	A	C	D	A	D	C	B	C	A

CARGO: 024 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – MERENDEIRA – ÁREA INDÍGENA XAVANTE																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	A	C	D	A	D	C	B	C	A

CARGO: 025 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – MERENDEIRA – ÁREA INDÍGENA BACAIRI																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	A	C	D	A	D	C	B	C	A

CARGO: 026 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	D	C	A	B	A	C	B	D	C	A

CARGO: 027 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II – MOTORISTA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	D	C	A	B	C	D	C	B	A	C

CARGO: 028 – AGENTE ADMINISTRATIVO II																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	D	C	A	B	D	A	D	B	C	C
CARGO: 029 – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II																			
LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	D	B	A	C	C	B	A	B	D	D

CARGO: 030 – AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	D	A	C	B	B	C	B	D	A	B

CARGO: 031 – ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTÓLOGICO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	A	D	D	B	C	A	B	C	D	A

CARGO: 032 – CUIDADOR DE CRIANÇAS																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	D	C	C	D	A	B	C	C	D

CARGO: 033 – RECREADOR																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	D	A	B	C	B	C	A	D	A	D

CARGO: 034 – TÉCNICO EM INFORMÁTICA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	C	A	B	D	C	D	A	B	C	B

CARGO: 035 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	A	B	C	D	B	C	A	D	B	D

CARGO: 036 – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	B	D	A	D	C	A	B	C	A	D

CARGO: 037 – TÉCNICO EM LABORATÓRIO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										**MATEMÁTICA**									
01	**02**	**03**	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	A	C	B	D	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	A	D	A	C	B	B	D	D	B	D	C	C	B	A	D	C	A

FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO: 038 – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	D	B	A	D	B	C	D	A	A	D	B	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
D	A	B	C	B	A	D	C	A	B										

CARGO: 039 – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	D	B	A	D	B	C	D	A	A	D	B	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
D	B	C	A	C	A	A	C	B	D										

CARGO: 041 – ELETRICISTA DE REDE																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										**CONHECIMENTOS GERAIS**									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	C	B	D	B	A	D	B	C	D	A	A	D	B	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
C	B	A	A	B	D	C	A	B	D										

FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: 042 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO																			
LÍNGUA PORTUGUESA					**MATEMÁTICA**					**CONHECIMENTOS GERAIS**					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	C	B	D	A	D

CARGO: 043 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – CASA TRANSITÓRIA CORAÇÃO DE MARIA																			
LÍNGUA PORTUGUESA					**MATEMÁTICA**					**CONHECIMENTOS GERAIS**					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	C	B	D	A	D

CARGO: 044 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA					**MATEMÁTICA**					**CONHECIMENTOS GERAIS**					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	C	B	D	A	D

CARGO: 045 – AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI																			
LÍNGUA PORTUGUESA					**MATEMÁTICA**					**CONHECIMENTOS GERAIS**					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	A	B	C	D	A

CARGO: 046 – AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II – COLETOR DE LIXO																			
LÍNGUA PORTUGUESA					**MATEMÁTICA**					**CONHECIMENTOS GERAIS**					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	C	A	B	D	C

CARGO: 047 – AGENTE DE MÃO PESADA																			
LÍNGUA PORTUGUESA					**MATEMÁTICA**					**CONHECIMENTOS GERAIS**					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	C	A	B	D	C

ARGO: 049 – CARPINTEIRO

LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	A	B	C	A	D

ARGO: 050 – MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO																			
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	C	B	A	B	D

ARGO: 051 – MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE																			
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	A	D	B	C	C

ARGO: 052 – OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS – (PÁ CARREGADEIRA E MOTONIVELADORA)																			
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	C	B	C	D	A

ARGO: 053 – VIGIA																			
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA					CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	A	D	C	A	B	D	B	A	C	C	D	B	B	C	A	D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 53/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da pregoeira nomeada pela portaria 123 de 08 de Junho de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, PREGÃO Nº. 53/2015 na modalidade Presencial, cujo objeto: contratação de Empresa Especializada em Locação de 01 (um) Caminhão Truck Caçamba com motorista para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga, com recursos do FETHAB. A empresa JOSÉ QUINTILIANO NETO 66790387153, foi vencedora do Certame com o valor Global de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Paranatinga-MT, 06 de Julho de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 51/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da pregoeira nomeada pela portaria 123 de 08 de Junho de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, PREGÃO Nº. 51/2015 na modalidade Presencial, cujo objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Fotos Profissionais atendendo as necessidades da Secretaria de Municipal Administração e demais Secretarias. A empresa MOISÉS INÁCIO DE SOUZA 46090843172, foi vencedora do Certame com o valor Global de R$ 51. 500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais).

Paranatinga-MT, 06 de Julho de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 76/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 46/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

1.1 OBJETO: Contratação de PRODUTORA DE VIDEO, para reavivar o canal 8+ de Paranatinga com programação local atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias.

VIGÊNCIA: 06/07/2015 A 01/07/2016

CONTRATADO: RONALDO SANTOS PUBLICIDADE-ME

VALOR DO CONTRATO: R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)

O Senhor VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor Leticia Santos Silva, Matrícula nº 5068, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal do Contrato nº 074/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta; O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora Erika Sayuri Suzuki Filipin de Sena, Matrícula nº5091, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 06 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 06 DE JULHO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Leticia Santos Silva e Erika Sayuri Suzuki Filipin de Sena declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Leticia Santos Silva

FISCAL DE CONTRATO

Erika Sayuri Suzuki Filipin de Sena

SUPLENTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 77/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 51/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

1.1 OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Fotos Profissionais atendendo as necessidades da Secretaria de Municipal Administração e demais Secretarias.

VIGÊNCIA: 06/07/2015 A 06/07/2016

CONTRATADO: MOISÉS INÁCIO DE SOUZA 46090843172

VALOR DO CONTRATO: R$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais).

O Senhor VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, a servidora Erika Sayuri Suzuki Filipin de Sena, Matrícula nº5091, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal do Contrato nº 075/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta; O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência da servidora supra designado, fica designado como suplente a Servidora Letícia Santos Silva, Matrícula nº5068, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 06 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 06 DE JULHO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Erika Sayuri Suzuki Filipin de Sena e Leticia Santos Silva declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Erika Sayuri Suzuki Filipin de Sena

FISCAL DE CONTRATO

Leticia Santos Silva

SUPLENTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 78/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 53/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OBJETO: contratação de Empresa Especializada em Locação de 01 (um) Caminhão Truck Caçamba com motorista para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga, com recursos do FETHAB.

VIGÊNCIA: 06/07/2015 A 06/07/2016

CONTRATADO: JOSÉ QUINTILIANO NETO 66790387153

VALOR DO CONTRATO: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

O Senhor VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor Claudecy Barretos dos Santos, Matrícula nº 1797, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº 076/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta; O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Volmir Colussi, Matrícula nº132, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 06 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 06 DE JULHO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Claudecy Barretos dos Santos e Volmir Colussi declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Claudecy Barretos dos Santos

FISCAL DE CONTRATO

Volmir Colussi

SUPLENTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 074/2015

Contrato nº. 074/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado (a): RONALDO SANTOS PUBLICIDADE-ME, Objeto: contratação de PRODUTORA DE VIDEO, para reavivar o canal 8+ de Paranatinga com programação local atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias. Valor: R$ R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). 06/07/2015 A 06/07/2016.

Paranatinga - MT, 06 de Julho de 2015.

Dpto. Licitação e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 075/2015

Contrato nº. 075/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado (a) MOISÉS INÁCIO DE SOUZA 46090843172: Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Fotos Profissionais atendendo as necessidades da Secretaria de Municipal Administração e demais Secretarias. Valor: R$ 51. 500,00 (cinquenta e um mil quinhentos reais).) 06-07-2015 a 06-07-2016.

Paranatinga - MT, 06 de Julho de 2015.

Dpto. Licitação e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 076/2015

Contrato nº. 076/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado (a) JOSÉ QUINTILIANO NETO 66790387153, Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Locação de 01 (um) Caminhão Truck Caçamba com motorista para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga, com recursos do FETHAB, Valor: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais),06-07-2015 a 06-07-2016.

Paranatinga - MT, 06 de Julho de 2015.

Dpto. Licitação e Contratos

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 145/2015

PORTARIA Nº 145 DE 06 DE JULHO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei 024/97, e Plano de Cargos Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais - SEMUSA - Serviço Municipal Autônomo de Saneamento Ambiental, Lei de nº 687/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR** o resultado da Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em estagio probatório:

MATRÍCULA	NOME	SEMUSA Cargo:
57	ORLANDO PEREIRA DE FREITAS	AGENTE DE ÁGUA E SANEAMENTO

Art. 2º - Conceder ESTABILIDADE o servidor abaixo relacionado, por ter completado três anos de efetivo exercício na Administração Pública Municipal - SEMUSA - Serviço Municipal Autônomo de Saneamento Ambiental, a partir da data especificada:

MAT.	Nome	SEMUSA Cargo:	Estabilidade a partir de:
57	ORLANDO PEREIRA DE FREITAS	AGENTE DE ÁGUA E SANEAMENTO	04/07/2015

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 06 de Julho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015 AO EDITAL 002/2015 – TESTE SELETIVO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015 ao Edital 002/2015 – Teste Seletivo

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados, classificados e cadastro de reserva no Teste Seletivo 002/2015 da Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, destinado ao preenchimento de vagas, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Alceu, s/nº - Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000, **no prazo de 30 dias**, no horário das **08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min**, portando todos os documentos originais e 2 (duas) fotocópias dos itens 1 ao 19 e exames médicos abaixo relacionado:

1) Cópia Carteira de Identidade e CPF;

2) Cópia do Título de Eleitor;

3) certidão de regularidade expedida pelo TRE;

4) Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5) Comprovante de endereço atualizado;

6) Cópia da Certidão de nascimento ou casamento;

7) Comprovante do estado civil (RG e CPF do cônjuge), ou união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10) Uma fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

11) Fotocópia dos documentos que comprovem a escolaridade, Diploma ou Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

12) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

14) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

15) Certidão da Justiça (civil e criminal 1º e 2º grau podendo ser tirada pelo site http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNegativa);

16) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio(ou cópia da Declaração de Imposto de Renda) ;

17) CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

18) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo;

19) Número da conta Bancária;

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo teste seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Paranaíta/MT, 06 de julho de 2015.

.....

ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

EDUCAÇÃO: Pedagogo – Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Escola Getúlio Vargas A - Gleba Mandacarú

Nº	INSC.	Candidato	Prova Objetiva	Título	Total	Resultado Final
1	17	CLAUDETE KOLLING	85	100	92,5	Aprovada

SAÚDE: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 02

Nº	INSC.	Candidato	Prova Objetiva	Entrevista	Total	Resultado Final
1	8	SUELEN MONIZE DA SILVA BASSETI	92	100	96	Aprovada

.....

ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2015

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 047/2015, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto:Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, execução e acompanhamento de obras realizadas no município de Paranaíta. Início da Sessão: dia 22/07/2015 - Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78. 590-000.

Paranaíta/MT, 06 de Julho de 2015.

Luciane Raquel Brauwers

Pregoeira

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015 AO EDITAL 001/2015 – TESTE SELETIVO ACS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015 ao Edital 001/2015 – Teste Seletivo ACS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados, classificados e cadastro de reserva no **Teste Seletivo Público 001/2015** da Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, destinado ao preenchimento de vagas, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Alceu, s/nº - Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000, **no prazo de 30 dias**, no horário das **08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min**, portando todos os documentos originais e 2 (duas) **fotocópias autenticadas** dos itens 1 ao 20 e exames médicos abaixo relacionado:

1) Cópia Carteira de Identidade e CPF;

2) Cópia do Título de Eleitor;

3) certidão de regularidade expedida pelo TRE;

4) Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5) Comprovante de endereço atualizado;

6) Cópia da Certidão de nascimento ou casamento;

7) Comprovante do estado civil (RG e CPF do cônjuge), ou união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10) Uma fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

11) Fotocópia dos documentos que comprovem a escolaridade, Diploma ou Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

12) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

14) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

15) Certidão da Justiça (civil e criminal 1º e 2º grau podendo ser tirada pelo site http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNegativa);

16) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio(ou cópia da Declaração de Imposto de Renda) ;

17) CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

18) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo;

19) Número da conta Bancária;

20) Exame médico Admissional

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo teste seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Paranaíta/MT, 06 de Julho de 2015.

.....

ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04

Nº	INSC.	Candidato	Prova Objetiva	Entrevista	Total	Resultado Final
1	001	DEISIELEN RODRIGUES DOS SANTOS	84	98,5	91,2	Aprovada

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 10

Nº	INSC.	Candidato	Prova Objetiva	Entrevista	Total	Resultado Final
1	005	SANDRA APARECIDA ALCANTARA	100	100	100	Aprovada

Paranaíta/MT, 06 de Julho de 2015.

.....

ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2015

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 046/2015, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Aquisição de 01 (uma) Escavadeira Hidráulica e 02 (dois) Kits Patrulha Mecanizada composta por 02 (dois) tratores e implementos para atender as necessidades do Município de Paranaíta/MT, conforme Contrato de Repasse Nº. 809875/2014/MAPA/CAIXA. Início da Sessão: dia 21/07/2015 - Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 06 de Julho de 2015.

Luciane Raquel Brauwers

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO

CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DELIBERA SOBRE A SUA ORGANIZAÇÃO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pedra Preta, no uso das atribuições que lhe confere a lei municipal;

Considerando a deliberação unânime da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pedra Preta, adotada em sua Reunião Ordinária, realizada em 02 de Julho do corrente.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica convocada a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente , a se realizar no dia 09 de Julho de 2015.

Artigo 2º - Essa Conferência terá como tema: “Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios”;

Artigo 3º – Os funcionários da Secretaria de Assistência Social auxiliarão os trabalhos da Conferência.

Pedra Preta, 02 de Julho de 2015.

_____

Cleudeci Maria de Souza

Presidente do CMDCA

DECRETO N.º 041- 2015 - CONFERÊNCIA AÇÃO SOCIAL

DECRETO Nº 041/2015

DE 02 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da IX Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providencias.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 09 de Julho de 2015, tendo como tema central: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 324 DE 06 JULHO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 324 DE 06 DE JULHO DE 2015.

DISCIPLINA O ACESSO À INFORMAÇÃO REGULAMENTADO PELA LEI FEDERAL Nº 12.527/11 NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, nos termos regimentais vigentes, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta Resolução disciplina as formas de acesso aos serviços e as informações que devem ser prestadas ao conjunto da cidadania pela Câmara Municipal de Poconé-MT, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Fica criado, no âmbito da Câmara Municipal de Poconé-MT, o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, com objetivos específicos de garantir o acesso a informação, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11.

Art. 3º Com a finalidade de cumprir o disposto na Lei Federal nº 12.527/11, a Câmara Municipal de Poconé-MT disponibilizará espaço em seu sitio

oficial na rede mundial de computadores (internet) para prestação de informações via e-mail a qualquer interessado, bastando que este preencha os dados pessoais de identificação, endereço e a especificação da informação requerida.

Parágrafo único. Qualquer interessado poderá também, solicitar diretamente a Câmara Municipal de Poconé-MT, por qualquer meio legítimo, pedido de acesso as informações, bastando, para tanto, protocolar requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com os mesmos dados descritos no caput, deste artigo.

Art. 4º A disponibilização das informações solicitadas dar-se-á nos termos previstos na Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, sem prejuízo de outras formas de disponibilização indicadas por ato do Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Quando o pedido de informações contiver solicitação de documentos, o custo da reprodução destes correrá as expensas do solicitante, exceto se houver isenção na forma do art. 12, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.527/11.

Art. 5º A presente Resolução será regulamentada pelo Presidente da Câmara Municipal de Poconé-MT, através de ato próprio, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação, especialmente quanto as competência e responsabilidade especifica de cada setor da Câmara Municipal, no cumprimento dos dispositivos desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Poconé, em 06 de julho de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO PREGÃO N°016/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria N° 106/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT, foi:

Empresa: **H Y F CLEMENTE DA SILVA - ME CNPJ: 22.678.522/0001-80**

VERIDIANA BEATRIZ BERNAL VELÁSQUEZ – ME CNPJ: 20.846.464/0001-20

POCONÉ - MT, 07 de Julho de 2015

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
PORTARIA N.º 10/2015

PORTARIA N.º 10/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor Sr. Mariano Dias da Cunha."***

O Prefeito do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I, II , III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com Art. 81, incisos I, II, III, IV e parágrafo único da Lei Municipal nº. 323 de 24/08/2004, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do município de Ponte Branca - MT, Lei nº 400/2009, que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do município de Ponte Branca;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ao servidor **SR. MARIANO DIAS DA CUNHA**, brasileiro, portadora da cédula de Identidade n°. 324821 SSP-MT e CPF nº 202.435.021-68, servidor Estável, no cargo de Motorista, Classe IV, Nível NM, lotada na Secretaria Municipal de Administração, devidamente matriculada sob o nº. 75, com proventos integrais, conforme processo administrativo de **IMPBRAN** nº. **2015.04.00001P**, a partir de 01/04/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTE BRANCA - MT, 25 de abril de 2015.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 007 – DE 06 DE JULHO DE 2015.

"Dispõe sobre o Recesso Legislativo da Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências".

JoRGE RODRIGUES DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no Art. 35, § 3º e § 4º, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado que a Câmara Municipal de Ponte Branca/MT, durante o período de **Recesso Legislativo**, entre os dias 07 a 31 de julho do corrente ano, o horário de expediente ao público será no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta feira.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca/MT, em 06 de julho de 2015.

JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Ponte Branca/MT.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO- ANÁLISE DE CURRÍCULO

O Prefeito Municipal de Ponte Branca, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Especial, destinado a selecionar profissionais para atender as necessidades temporárias do Município de no período de 20 de Julho de 2015 a 08 de Outubro de 2015, podendo ser prorrogado até a conclusão do Concurso Público Municipal.

1. DAS VAGAS, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA, SALÁRIO-BASE

1.1. O Processo Seletivo será regulamentado por este Edital, realizado pelo Município de Ponte Branca e supervisionado por uma comissão de servidores que será nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo, exclusivamente para este fim, sendo um servidor do Poder Legislativo e um do Poder Executivo e servidores designados do Ministério Público Estadual da Comarca de Alto Araguaia - MT.

1.2. O Processo Seletivo Especial destina-se a selecionar candidatos para o provimento dos cargos nas quantidades, cargas horárias, e salário base a seguir especificadas:

VAGAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

1- Hospital Municipal

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Técnico de Enfermagem	09	Hospital	40	1.000,00
Enfermeira Padrão	02	Hospital	40	2.000,00
Bioquímico	01	Hospital	40	2.000,00
Serviços Gerais	05	Hospital	40	800,00
Agente de Vigilância	02	Hospital	40	800,00
Agente Administrativo	01	Hospital	40	800,00
Médico	01	Hospital/PSF	40	8.000,00 + Plantões
Técnico Radiologia	01	Hospital	40	1.500,00
Motorista Veículo Leve	02	Hospital	40	840,00

2- PSF

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Técnico de Enfermagem	02	PSF	40	1.000,00
Enfermeira Padrão	01	PSF	40	2.000,00
Farmacêutica	01	PSF	40	2.000,00
Dentista	01	PSF	40	2.500,00
Serviços Gerais	01	PSF	40	800,00
ACS	02	PSF/Zona Rural	40	1.014,00
Agente de Vigilância	02	PSF	40	800,00

3- UDR

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Fisioterapeuta	01	UDR	40	2.000,00
Serviços Gerais	02	UDR	40	800,00

4- ENDEMIAS

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Agente Combate a Endemias	04	Coord. De Endemias	40	1.014,00
Fiscal Sanitário	02	Coord. De Endemias	40	1.014,00

4 - SECRETARIA DE SAUDE

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Agente Administrativo	01	Secretaria	40	800,00

VAGAS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1- CRAS

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Assistente Social	01	Cras	40	2.300,00
Psicólogo	01	Cras	40	2.000,00
Orientador Social	01	Cras	40	800,00
Serviços Gerais	01	Conselho	40	800,00
Merendeira/Copeira	01	Cras	40	800,00
Agente de Vigilância	02	Cras	40	800,00

VAGAS PARA ADMINISTRAÇÃO

1- SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Agente Administrativo	02	Sede Prefeitura	40	800,00
Serviços Gerais	01	Sede Prefeitura	40	800,00

VAGAS PARA VIAÇÃO E TRANSPORTE

1- GARAGEM

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE

Motorista Veiculo Pesado	02	Garagem	40	1.000,00
Operador de Maquinas	01	Garagem	40	1.000,00
Agente De Vigilância	01	Garagem	40	800,00

VAGAS PARA A EDUCAÇÃO

1- ESCOLA PADRE HUMBERTO

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Professor	04	Padre Humberto	30	2.158,01
Motorista Veículo Pesado	03	Padre Humberto	40	1.000,00
Agente de Vigilância	02	Padre Humberto	40	800,00

VAGAS PARA LIMPEZA PUBLICA

1- LIMPEZA PUBLICA

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Gari	11	Limpeza Publica	40	800,00

VAGAS DEPARTAMENTO DE AGUA

1- DAE

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Serviços Gerais	02	DAE	40	800,00

VAGAS RODOVIARIA

1- RODOVIARIA

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Serviços Gerais	01	Rodoviária	40	800,00

VAGAS DESTACAMENTO

1- DESTACAMENTO

CARGO	VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
Serviços Gerais	01	Destacamento	40	800,00

1.3. O Candidato poderá inscrever-se desde que possua a formação mínima abaixo estabelecida:

Requisitos Básicos:

Médicos: Curso Superior em Medicina com Titulo Registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM, acrescido de 02 (dois) anos de experiência, comprovado pelo exercício da atividade no serviço público ou privado;

Assistente Social, Psicólogo, Enfermeira, Farmacêutico, Bioquímico, Dentista e Fisioterapeuta: Curso Superior na área e registro no Conselho de Classe.

Professor: Curso Superior na área.

Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia: Curso Técnico na área e registro no Conselho de Classe.

Motorista Veículo Leve: Ensino Médio Completo, acrescido de Carteira de Habilitação no mínimo Categoria B.

Motorista Veículo Pesado: Ensino Médio Completo, acrescido de Carteira de Habilitação no mínimo Categoria D.

Agente Administrativo, Fiscal Sanitário e Orientador Social: Ensino Médio Completo.

Agente Comunitário de Saúde e Agente Combate a Endemias: Ensino Fundamental Incompleto.

Serviços Gerais, Agente de Vigilância , Copeira, Gari: Nível Elementar.

1.4. O processo de seleção constará de Análise de Currículo.

1.5. O Extrato deste edital será publicado no Mural da Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios AMM-MT.

1.6. O presente Edital de Processo Seletivo estará afixado no Átrio da Prefeitura Municipal, de Ponte Branca localizada na Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, nº. 300, Centro, Ponte Branca/MT, na Câmara Municipal de Ponte Branca, localizada Rua Gustavo Nogueira da Silva, s/nº – Centro - Ponte Branca/MT e no site http://prefeituradepontebranca-mt.com.br.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Ao efetivar sua inscrição no Processo Seletivo, o candidato, desde logo, declara o conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital. Ao preencher o requerimento de inscrição, indica que leu e que concorda, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital e com as orientações disponíveis que regerão o Processo Seletivo destinado a prover as vagas no Município de Ponte Branca, identificadas no quadro acima;

2.2. O candidato deverá preencher corretamente todos os campos do Requerimento de Inscrição: nome completo data de nascimento, sexo, CPF, número da Cédula de Identidade (RG), número do titulo de eleitor, UF, endereço completo (número, apartamento, bairro, CEP, cidade), telefones (convencional e celular), e-mail, cargo escolhido e indicar se é portador de necessidades especiais;

2.3. As inscrições e entrega dos Currículos serão realizadas exclusivamente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ponte Branca, localizada na Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, nº. 300, Centro, Ponte Branca/MT, de Segunda a Sexta-feira, no horário normal de expediente, a partir do dia 06 de Julho de 2015 até o dia 10 de Julho de 2015.

2.4. Os seguintes documentos deverão ser entregues em envelope lacrado com cola e rubricados, que serão anexados a Ficha de Inscrição do candidato;

Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);

Fotocópia do Diploma de Curso Superior, devidamente registrado e da especialização pretendida, quando for o caso,

Fotocópia do comprovante de residência;

Currículo acompanhado de cópia autenticada dos Títulos;

2.5. As inscrições poderão ser feitas por procurador munido de instrumento de procuração conforme anexo III deste Edital;

3. DA ANÁLISE DE CURRÍCULO

3.1 – A análise dos currículos será feita pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo Especial acompanhada e supervisionada por Equipe do Ministério Público Estadual de Alto Araguaia - MT.

DOS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE CURRICULO

3.2. A classificação dos candidatos se dará por ordem decrescente, até o máximo de 10 (dez) pontos, obtida pela soma dos títulos/requisitos apresentados, conforme pontuação descrita abaixo:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

A. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu até 2 anos – 2 pontos;

B. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu há mais de 2 anos – 3 pontos;

C. Curso de especialização no cargo em que o candidato se inscreveu, em nível de pós-graduação, com carga mínima de 360 horas - 2 pontos

D. Mestrado na área - 2 pontos

E. Doutorado na área - 3 pontos

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

A. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu até 1 anos – 4 pontos;

B. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu há mais de 1 anos – 6 pontos;

C. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu há mais de 4 anos – 8 pontos;

D. Curso Superior em qualquer área de atuação - 2 pontos;

D. Curso de capacitação na área do cargo em que o candidato se inscreveu, com carga mínima de 80 horas - 1 pontos;

CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

A. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu até 1 anos – 4 pontos;

B. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu há mais de 1 anos – 6 pontos;

C. Experiência no exercício de atividades inerente ao cargo em que se inscreveu há mais de 4 anos – 8 pontos;

D.

E. Ensino Fundamental Completo - 2 pontos

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Serão indicados como classificados os candidatos listados em ordem decrescente de pontuação até o número de vagas disponíveis.

Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, será dada preferência para efeito de classificação, ao candidato que apresentar maior pontuação nos itens tempo de habilitação e experiência no exercício das atividades. Persistindo o empate terá preferência o candidato mais idoso (Lei Federal nº. 10. 741 de 01/10/2003, Artigo 27, Parágrafo Único).

4.DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. A relação dos inscritos será divulgada no Diário Oficial dos Municípios, no Mural da Prefeitura Municipal e no site http://prefeituradepontebranca-mt.com.br no dia 14 de Julho de 2015.

5. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

5.1. São requisitos para a Contratação Temporária:

5.2. Possuir nacionalidade brasileira ou portuguesa, neste caso, deve estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos (CF, §1º, artigo 12);

5.3. Estar em pleno exercício dos direitos civis e políticos;

5.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, para os candidatos do sexo masculino, quitação do Serviço Militar;

5.5. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão do serviço público por justa causa no exercício de cargo público ou atividades profissionais, fato que será declarado no ato da posse;

5.6. Não possuir antecedentes criminais;

5.7. Possuir habilitação mínima para o exercício do cargo, estabelecida no edital.

6. **DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA POSSE:**

6.1. Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

6.2. Fotocópia Carteira de Identidade;

6.3. Fotocópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

6.4. Fotocópia Comprovante de Residência;

6.5. Fotocópia do Diploma ou do Certificado das Titulações para o cargo pretendido;

6.6. Fotocópia do Título de Eleitor, acompanhado do comprovante de comparecimento à última eleição ou de Certidão de Quitação Eleitoral;

6.7. Fotocópia do Certificado de Quitação do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

6.8. Atestado Médico comprobatório do gozo de boa saúde física e mental;

6.9. Fotocópia da Certidão de casamento;

6.10. Fotocópia da Certidão de nascimento dos filhos;

6.11. Certidão negativa de Antecedentes Criminais da justiça Estadual, Federal e Certidão Negativa do Município de Ponte Branca de que nunca sofreu punição disciplinar;

6.12. Caso tenha exercido cargo público efetivo, comissionado ou emprego na Administração Pública Municipal, Estadual, Federal, em suas Fundações ou Autarquias de direito público ou privado, ou ainda, na Administração Indireta, deverá apresentar certidão negativa comprobatória de que nunca sofreu exoneração por justa causa.

7. REGIME JURÍDICO

7.1. Os candidatos que forem selecionados no Processo Seletivo, quando de sua nomeação, posse e exercício vincular-se-ão com o Município pelo Regime Jurídico Especial (art. 218 e seguintes, da Lei complementar 46/2006), na forma da lei em vigor.

8. DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A relação dos selecionados no presente Processo Seletivo será publicada no Jornal Oficial do Município, afixado no Átrio da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, nº. 300, Centro, Ponte Branca/MT, Diário Oficial dos Municípios AMM-MT, bem como estará disponível no site http://prefeituradepontebranca-mt.com.br, até o dia 16 de Julho de 2015.

9. DOS RECURSOS

9.1. O candidato poderá ingressar com recurso, dirigido a Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Especial, no caso de se sentir prejudicado no que tange às seguintes situações:

I – Homologação das inscrições – Prazo 14 e 15 de Julho;

II – Publicação da Relação dos Selecionados – Prazo 2 dias úteis;

9.2 Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulário próprio disponível no local de inscrição.

9.3. Recurso interposto em desacordo com este Edital não será analisado.

9.4. O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

9.5. Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato, caso que deverá ser cabalmente comprovado.

9.6. Não serão aceitos recursos via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

9.7. A Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Especial em conjunto com o Ministério Público Estadual da Comarca de Alto Araguaia, constitui ultima instancia para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão porque não caberão recursos ou revisões adicionais.

9.8. A Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Especial em conjunto com o Ministério Público Estadual da Comarca de Alto Araguaia, após análise dos pedidos, decidirá sobre sua aceitação. As decisões dos recursos poderão ser consultadas no Mural da Prefeitura Municipal ou no site oficial do Município.

10. DA DELEGAÇÃO DE COMPETENCIA

10.1. Fica delegada competência a Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Especial, conjuntamente com o Ministério Público Estadual da Comarca de Alto Araguaia, para:

a) Supervisionar e receber as inscrições;

b) Preparação de atos de homologação das inscrições ou de seu indeferimento;

c) Proceder a análise dos Currículos;

d) Emitir documentos necessários à comunicação com os candidatos;

e) Manifestação preliminar sobre os recursos previstos neste Edital, preparando–os para despacho de autoridade competente;

f) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A validade deste Processo Seletivo será até que seja finalizado o Concurso Público para preenchimento das vagas, conforme estabelece o art. 37, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo provavelmente concluído em 08 de Outubro de 2015.

11.2. A relação dos profissionais selecionados será publicada no Diário Oficial dos Municípios AMM-MT, afixado no Átrio da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Coronel Belmiro Nogueira da Silva, 300, Centro, Ponte Branca/MT, bem como estará disponível no site http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo;

11.4. A nomeação dos candidatos para posse será feita por meio de publicação no órgão em que forem realizadas as publicações legais do Município.

Município de Ponte Branca– MT, 03 de Julho de 2015.

Prefeito Municipal

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

MÉDICO:

I - Clinicar e medicar pacientes; II - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; III - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; IV – respeitar a ética médica; V - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; VI – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; VII – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; VIII – executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

ENFERMEIRO:

Realizar acolhimento dos usuários, planejar, coordenar e supervisionar os serviços de enfermagem atuando em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, controle de doenças e agravos; promover orientações aos indivíduos e/ou familiares, visando à obtenção de condutas relacionadas ao tratamento; solicitar e emitir laudos, pareceres, atestados e declarações para outros profissionais e/ou instituições; realizar previsão de material (medicamentos e material cirúrgico) nas unidades de saúde; zelar pela higiene nos ambientes de atendimento; requisitar material médico-hospitalar quando necessário; realizar cuidados de enfermagem especializados junto à pacientes graves e ou que necessitem de procedimentos de maior complexidade; controlar o uso e o estado de conservação de materiais sob responsabilidade da enfermagem, avaliando a necessidade de manutenção e substituição; supervisionar a esterilização do material cirúrgico; delegar atividades ao pessoal de nível técnico e auxiliar, supervisionando e definindo competências e responsabilidades; participar da avaliação da qualidade da assistência interdisciplinar prestada ao paciente; atuar em equipe multidisciplinar; participar, quando solicitado, de Comissões de Qualidade Hospitalar (Controle de Infecção Hospitalar, Prontuário, Ética) e outras necessárias à instituição; contribuir nas atividades de educação permanente em saúde da equipe de saúde; supervisionar estagiários e residentes; participar de reuniões técnicas; notificar doenças e agravos de notificação compulsória; desempenhar outras tarefas correlatas ou definidas em regulamento.

BIOQUIMICO:

Coordenar supervisionar e executar atividades relacionadas a análises clínicas, de material biológico, bromatológicas, produção de hemoderivados e de medicamentos; Coordenar e executar pesquisas, montagens e implantação de novos métodos de análise para determinações laboratoriais, produção de medicamentos e produção de hemoderivados; Coordenar e supervisionar a coleta, identificação e registro de materiais biológicos destinados a exames; Executar determinações laboratoriais pertinentes à parasitologia, urinálise, imunologia, hematologia, bioquímica, microbiologia e virologia; Executar determinações laboratoriais, de água, bebidas, alimentos aditivos, embalagens e resíduos, através de análises fisocoquímica, microscópicas e microbiológicas; Coordenar, supervisionar e executar a análise física e química de embalagens, recipientes e envólucros utilizados na preparação de medicamentos e hemoderivados; Coordenar e executar a preparação de produtos imunológicos destinados a análises, prevenção e tratamento de doenças; Executar técnicas especializadas, tais como: cromatografia, eletroforose, análisesradioquimicas, liofilização, congelamentos de produtos, imunofluorescências, minoensaios, exames confirmatórios e outros; Emitir pareceres e laudos técnicos concernentes a resultados de análises laboratoriais, de medicamentos e hemoderivados; Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades laboratoriais inerentes à vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e serviços básicos de saúde; Participar de outras atividades especificas, relacionadas com planejamento, pesquisas, programas, levantamentos, comissões, normas e eventos científicos no campo da saúde pública; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Executar outras atividades compatíveis com o cargo. Preparar, armazenar e dispensar medicamentos de acordo com as prescrições médicas; Preparar produtos farmacêuticos, segundo formulas estabelecidas na Farmacopéia Brasileira; Dispensar medicamentos e outros preparados farmacêuticos; Dispensar produtos médicos-farmacêuticos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico, objetivando recuperar e melhorar o estado de saúde dos pacientes; Analisar produtos farmacêuticos acabados, em fase de elaboração, ou seus insumos, valendo-se de métodos químicos para verificar qualidade, teor, pureza, e quantidade de cada elemento; Adquirir e controlar o estoque de medicação clínica, de psicotrópicos e de entorpecentes; Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando balanço de entorpecentes e similares; Cadastrar informações sobre medicamentos e vacinas, colocando as mesmas a disposição do corpo clínico; Coordenar, supervisionar e executar todas as etapas de realização dos trabalhos específicos de Farmácia; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

FARMACEUTICO:

Realizar acolhimento dos usuários, executar tarefas diversas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos, análises de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal; fiscalizar atividades da indústria farmacêutica e farmácias; acompanhar todas as etapas da logística (seleção, recebimento, armazenamento, controle de estoque, programação e dispensação de medicamento e correlatos); desenvolver atividades de educação em saúde visando à promoção do uso racional de medicamento; orientar quanto à utilização de fitoterápicos; realizar atividades de farmacoeconomia e farmacovigilância; emitir parecer e laudos sobre assuntos relacionados à sua área de atuação; atuar em equipe multidisciplinar; participar, quando solicitado, de Comissões de Qualidade Hospitalar (Controle de Infecção Hospitalar, Prontuário, Ética) e outras necessárias à instituição; contribuir nas atividades de educação permanente em saúde da equipe de saúde; supervisionar estagiários e residentes; participar de reuniões técnicas; notificar doenças e agravos de notificação compulsória; desempenhar outras tarefas correlatas ou definidas em regulamento.

FISIOTERAPEUTA:

realizar acolhimento dos usuários, aplicar técnicas de fisioterapia para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes; atender e avaliar as condições funcionais dos usuários utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades;recepcionar e promover consultas, avaliações e reavaliações com usuários; coletar dados, solicitar, executar e interpretar exames propedêuticos e complementares; elaborar diagnósticos cinético-funcionais; estabelecer prognósticos; reavaliar condutas e decidir pela alta do ponto de vista da fisioterapia; orientar o usuário e seus familiares sobre o processo terapêutico; emitir parecer e laudos sobre assuntos relacionados à sua área de atuação; atuar em atividades de educação em saúde; desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho; atuar em equipe multidisciplinar; participar de reuniões técnicas, participar, quando solicitado, de Comissões de Qualidade Hospitalar (Controle de Infecção Hospitalar, Prontuário, Ética) e outras necessárias à instituição; contribuir nas atividades de educação permanente em saúde da equipe de saúde; supervisionar estagiários e residentes; desempenhar outras tarefas correlatas ou definidas em regulamento.

ASSISTENTE SOCIAL:

I -Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto aos órgãos da administração pública Municipal direta ou indireta, empresas entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos,programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação dos demais órgãos do Município; III - encaminhar providências e prestar orientação social aos órgãos da administração pública municipal; IV – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública municipal, direta e indireta; V - planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; VI - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações do Governo Municipal; VII – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade, quando envolver interesse direto do Poder Público Municipal, em razão dos ações ou programas de Governo; VIII - planejamento, organização e administração de serviços sociais, da Unidade de Serviço Social; IX - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários ou participantes das ações ou programas do Governo Municipal, para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta; X – planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; XI –guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XIII – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XIV - outras atribuições afins e correlatas ao exercício do cargo que lhe forem solicitadas.

PSICOLOGO:

Planejar, coordenar, executar e avaliar atividades de atenção à saúde, intervindo com técnicas específicas, em equipe multidisciplinar, de prevenção, promoção e recuperação da saúde individual e coletiva; realizar admissão nos serviços de saúde; emitir parecer e laudos sobre assuntos relacionados à sua área de atuação; coordenar grupos operativos e terapêuticos, elaborando pareceres e relatórios e acompanhando o desenvolvimento individual e grupal dos pacientes; realizar atividades de educação em saúde envolvendo usuários e seus familiares; realizar atendimentos psicoterapêuticos e outras intervenções terapêuticas individuais e/ou grupais com crianças e adultos; realizar psicodiagnóstico; atuar na prevenção e tratamento de problemas de origem psicossocial que interferem na saúde, no trabalho, e na família; realizar acolhimento dos usuários; coordenar grupos operativos; participar, quando solicitado, de Comissões de Qualidade Hospitalar (Controle de Infecção Hospitalar, Prontuário, Ética) e outras necessárias à instituição; contribuir nas atividades de educação permanente em saúde da equipe de saúde; supervisionar estagiários e residentes; participar de reuniões técnicas; notificar doenças e agravos de notificação compulsória; desempenhar outras tarefas correlatas ou definidas em regulamento.

PROFESSOR:

I - Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da escola e atendendo ao avanço da tecnologia educacional; II - Levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; III - Definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular, a nível de sua sala de aula; IV - Selecionar e organizar formas de execução - situações de experiências; V - Definir e utilizar formas de avaliação, condizentes com o esquema de referências teóricas utilizado pela escola; VI - Realizar sua ação cooperativamente no âmbito escolar; VII - Participar de reuniões, conselho de classe, atividades cívicas e outras; VIII - Atender a solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente desenvolvida no âmbito escolar.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

Participar de ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação da saúde individuais e coletivas; realizar acolhimento dos usuários, executar, sob supervisão, o atendimento a pacientes; executar serviços técnicos de enfermagem; observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas; executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança; zelar pela limpeza e organização do material e equipamentos; administrar medicamentos, sob supervisão do enfermeiro; acompanhar os usuários em atividades terapêuticas e sociais; realizar ações que envolvam familiares, realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e famílias, conforme planejamento da equipe de saúde; participar de reuniões técnicas; atuar em equipe multidisciplinar, supervisionar estagiários; notificar doenças e agravos de notificação compulsória; prestar outros serviços correlatos com a função ou definidos em regulamento

TÉCNICO EM RADIOGOLOGIA:

I - Planejar, analisar e executar atividades inerentes à função, objetivando uma eficaz assistência à Saúde Pública; II - organizar e realizar os exames radiológicos; III - revelar e encaminhar os exames realizados; IV - manter organizadas as salas de exame e de revelações radiológica; V - monitorar e controlar os índices de radiação nas áreas reservadas; VI - velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; VII – primar pela qualidade dos serviços executados; VIII - guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; IX – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; X - outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.

AGENTE ADMINISTRATIVO:

Executar trabalhos de datilografia, tais como: ofícios, cartas, tabelas, quadros, folhas de pagamento, textos e demais formulários próprios do setor, observando dentre outros, limpeza, estética, ortografia e pontuação; Receber, protocolar, expedir e distribuir a correspondência do Setor, analisando e classificando de acordo com o assunto e importância, conforme orientação superior ou na ausência da secretária; Zelar e conservar máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade, solicitando manutenção preventiva e corretiva ao setor competente; Atender ao público externo e interno que procura o setor, prestando informações que sejam de seu conhecimento ou encaminhando-se a outras pessoas ou unidades; Manter arquivos de documentos e correspondências enviadas e recebidas, analisando e classificando-as de acordo com o assunto e importância, conforme orientação superior Controlar e/ou atualizar arquivos, fichários e outros, classificando os documentos segundo os padrões pré-fixados, para possibilitar controle dos mesmos; Controlar a movimentação e o registro de todos os funcionários da Prefeitura, anotando em fichas seus dados funcionais, visando ter informações necessárias ao cumprimento de rotinas administrativas da unidade; Controlar os bens patrimoniais, processando as aquisições, emplacamentos, aberturas de fichas, transferências, baixas e inventários, utilizando de formulários apropriados, para assegurar-se da real localização dos mesmos; Coletar dados diversos, consultando tabelas e documentos e efetuar os cálculos para obter as informações necessárias ao cumprimento das rotinas do setor; Executar outras tarefas correlatas, mediante determinação superior.

ORIENTADOR SOCIAL:

Atender e cuidar dos usuários dos programas sociais que demandam atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soro positiva, idade inferior a um ano, pessoa idosa com grau de deficiência II ou III, moradores de rua, crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos abrigadas ou não).

MOTORISTA:

Os ocupantes do cargo devem ser responsáveis pela condução de veículos automotores de transporte de pessoas e de cargas leves e pesadas e de ambulâncias e a sua conservação em perfeitas condições de aparência e funcionamento.

AGENTE DE VIGILÂNCIA:

Guardar e proteger os prédios, bens e serviços públicos, bem como garantir a segurança das pessoas e servidores que trabalham ou frequentam esses locais.

SERVIÇOS GERAIS:

Trabalhos de limpeza, conservação e organização de mobílias. Lavar e limpar cômodos, pátios, pisos, carpets, terraços e demais dependências; Polir objetos, peças e placas metálicas. Preparar e servir café, chá, água, etc. Remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos. Guardar e arranjar objetos, bem como transportar pequenos objetos. Transmitir recados. Buscar e entregar documentos. Executar, enfim, outras tarefas do cargo sob a ordem do Superior Imediato.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Fazer a ligação entre as famílias e o serviço de saúde, visitando cada domicílio; Estimular a comunidade para práticas que proporcionem melhores condições de saúde e de vida; Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Identificar área de risco; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas; Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

AGENTE COMBATE À ENDEMIAS:

Executar o plano de combate aos vetores: Dengue, leishmaniose; chagas esquitossomose, etc; Palestras, detetização, limpeza e exames; Realizar pesquisa de triatomíneos em domicílios em áreas endêmicas; Realizar identificações e eliminações de focos e/ou criadouros de Aedes Aegypti e Aedes Albopictus em imóveis; Implantar a vigilância entomológica em municípios não infestados pelo Aedes Aegypiti; Realizar levantamento, investigação e/ou monitoramento de flebotomíneos no município, conforme classificação epidemiológica para leshmaniose visceral; Prover sorologia de material coletado em carnívoros e roedores para detecção de circulação de peste em áreas focais; Realizar borrifação em domicílios para controle de triatomíneos em área endêmica; Realizar tratamento de imóveis com focos de mosquito, visando o controle da dengue; Realizar exames coproscópicos para controle de esquistossomose e outras helmintoses em áreas endêmicas; Palestrar em escolar e outros seguimentos; Dedetizar para combater ao Dengue e outros insetos.

FISCAL SANITÁRIO:

Fiscalizar e inspecionar estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais e públicos, para advertir, multar, apreender produtos, quando necessário, visando preservar a saúde da comunidade.

MERENDEIRA/COPEIRA:

Preparar refeições e lanches nas repartições municipais, mantendo os vasilhames e o seu local de trabalho limpo e conservado e praticar outros serviços assemelhados. Fazer limpeza nas repartições, salas, banheiros. Conservar o espaço de trabalho limpo. Transportar utensílios, mobília e demais atividades necessárias.

OPERADOR DE MÁQUINAS:

Operar e dirigir tratores, máquinas motoniveladoras, pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros veículos assemelhados, realizando terraplanagem, aterros, nivelamento, desmatamento e atividades correlatas; dirigir outros veículos automotores quando necessário.

GARI:

Varrer ruas, praças, parques e jardins municipais, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito; Recolher os montes de lixos, acondicionando-os em sacos plásticos, latões, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados, para posterior coleta e transporte; Percorrer os logradouros, seguindo roteiros pré-estabelecidos, para coletar lixo; Despejar o lixo amontoado ou acondicionado em latões e sacos plásticos, em caminhões especiais da Prefeitura, possibilitando assim seu transporte aos locais apropriados; Esvaziar as lixeiras distribuídas pelas vias públicas; Raspar meio-fios, limpar ralos e saídas de esgotos; Executar outras atividades afins.

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL N° 001/2015	
Número da Inscrição:	
Cargo: PNE Sim ( ) Não ( )	
Nome do(a) Candidato(a):	
Identidade: Data de Nascimento Sexo: M ( ) F ( )	
CPF:	Título Eleitoral:
Estado Civil:	
Endereço: Bairro:	
Município: Estado: Fone: ( )	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.	
Local e Data:	Assinatura do Candidato/ou Procurador:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL N° 001/2015
Número da Inscrição:
Cargo:
Nome do(a) Candidato(a):

Via Candidato.

Anexo III

Procuração

OUTORGANTE:

OUTORGADO:

PODERES: Nomeia e constitui seu procurador para realizar inscrição no Processo Seletivo realizado pela Prefeitura Municipal de Ponte Branca para contratação de Profissionais Temporários.

Ponte Branca,

ANEXO IV

MODELO DE CURRICULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	**Nº001/2015**

DADOS	**PESSOAIS**
Nome completo	
Endereço	
RG	CPF
Telefone	E-mail
Data Nascimento	Estado Civil
Naturalidade	

	DADOS ACADÊMICOS (Curso Superior em Nível de Graduação se houver)	
Curso		Instituição
Curso		Instituição
Curso		Instituição

	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO(Duração Mínima de 360 horas)		
Curso		Instituição	carga horária
Curso		Instituição	carga horária
Curso		Instituição	carga horária

	CURSO DE MESTRADO		
Curso		Instituição	
	CURSO DE DOUTORADO		
Curso		Instituição	carga horária

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Informar em ORDEM CRONOLÓGICA REGRESSIVA, até no máximo de 5 (cinco) anos, a experiência desenvolvida em atividades que garantem relação com o cargo do qual está se candidatando.

Cargo	Data entrada	Data saída
Empresa/Local		

CURSOS DE CAPACITAÇÃO
Informar em ORDEM CRONOLÓGICA REGRESSIVA, até no máximo de 5 (cinco) anos, os cursos de capacitação que tenham relação com o cargo do qual está se candidatando.

Data	Curso/Instituição
Data	Curso/Instituição
Data	Curso/Instituição
Data	Curso/Instituição

ANEXAR TODOS OS DOCUMENTO COMPROBATÓRIOS

Ponte Branca - MT, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

AVISO PREGÃO N.084/2015

REGISTRO DE PREÇOS

(PROCESSO N.216/2015-PMPL)

PREGÃO Nº. 084/2015 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.

CREDENCIAMENTO: das 07h30min às 08h do dia 20 de julho 2015.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 20 de julho de 2015 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 06 de julho de 2015.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 117/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora NEUZA DE SALES".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª. NEUZA DE SALES, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 08 de julho de 2015 e término em 22 de julho de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.05.00098P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 25 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 116/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora ANNE DANIELLA BAIÃO SILVA".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. ANNE DANIELLA BAIÃO SILVA, efetiva no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 03 de julho de 2015 e término em 01 de agosto de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.05.00093P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 25 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 115/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor do servidor ARNALDO CÁCERES".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. ARNALDO CÁCERES, efetivo no cargo de TÉCNICO OPERACIONAL EM FINANÇAS E CONTROLE, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 19 de junho de 2015 e término em 02 de julho de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.05.00061R1.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19/06/2015 data início do benefício, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 25 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

PREVI LACERDA
PORTARIA N.º 120/2015

O Prefeito do Município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado**;**

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 69/2015, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano X, nº 2.215, em 29 de abril de 2015, que versa sobre a concessão do beneficio de aposentadoria por invalidez, do servidor **Sr.** Sergio Carloto Tavora, portador da cédula de identidade RG n. 1.555.186 SSP/MG, inscrito no CPF sob n.º 386.189.406-82, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA n.º **2015.03.00038P:**

Onde se lê: "Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez, ao Sr. Sergio Carloto Tavora, brasileiro, portador do RG nº. M-1.555.186 SSP/MG e do CPF sob o nº.386.189.406-82, residente e domiciliado no município de Pontes e Lacerda/MT, servidor efetivo, no cargo de Fiscal de Tributos, Classe 'C", Referência "13", lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, devidamente matriculado sob o nº 562, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, nº 2015.03.00038P, a partir de 01/04/2015, até posterior deliberação".

Leia-se: "Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez, ao Sr. Sergio Carloto Tavora, brasileiro, portador do RG nº. M-1.555.186 SSP/MG e do CPF sob o nº.386.189.406-82, representado por sua Curadora Sra. Cássia Mendes Távora, portadora do RG nº. M-2.167.855 SSP/MG, inscrita no CPF nº.386.129.336-68, residente e domiciliado no município de Pontes e Lacerda/MT, servidor efetivo, no cargo de Fiscal de Tributos, Classe 'C", Referência "13", lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, devidamente matriculado sob o nº 562, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, nº 2015.03.00038P, a partir de 01/04/2015, até posterior deliberação".

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Pontes e Lacerda/MT, 03 de julho de 2015.

Homologo:

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 113/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO MATERNIDADE em favor da servidora LÉIA PEREIRA DA SILVA".

A **Secretária de Administração de** PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 26**, **da Lei Municipal n.º 1.391 de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício SALÁRIO MATERNIDADE, a servidora Sr.ª. LÉIA PEREIRA DA SILVA, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 15 de junho de 2015 e término em 12 de outubro de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.08.00097P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2015 data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 23 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração do PREVI-LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JULHO/2015

PORTARIA Nº. 237/2015

Dispõe sobre exoneração do Sr. Itamar Rodrigues Barbosa da Função Gratificada FG-4, abaixo especificado

Data: 01/07/2015

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 112/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora SANDRA MARIA DA COSTA LEMES".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. SANDRA MARIA DA COSTA LEMES, efetiva no cargo de MERENDEIRA, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 05 de julho de 2015 e término em 03 de agosto de 2015, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.05.00096P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 22 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JULHO/2015

PORTARIA Nº. 239/2015

Concede abono pecuniário a Srª. Bruna Laiana Ferreira de Souza disponibilizada para atendimento na ESF - São Cristóvão, e da outras providencias

Data: 01/07/2015

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 114/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora ADRIANNE FERNANDES FILGUEIRA".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Srª. ADRIANNE FERNANDES FILGUEIRA, efetiva no cargo de PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 02 de junho de 2015 e término em 24 de junho de 2015, conforme processo administrativo do PREVILACERDA, n.º 2015.05.00056P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/06/2015 data do início do benefício, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 25 de junho de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JULHO/2015

PORTARIA Nº. 238/2015

Dispõe sobre nomeação do Sr. Itamar Rodrigues Barbosa para o cargo em comissão de Administrador do Sistema Geobras *Neto,* **e dá outras providências**

Data: 01/07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 005/CMAS/2015

Dispõe sobre a reprogramação dos saldos aprovação da data de realização da VI Conferencia Municipal de Assistência Social de Porto Estrela.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 07 de maio de 2015, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar a reprogramação de saldos de recursos do ano de 2014 para o ano de 2015, de contas oriundas do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, repassados ao Fundo Municipal de Assistência – FMAS, nas seguintes contas:

Proteção Social Básica: Piso Básico Variável – SCFV: R$ 364,97 (Trezentos e Sessenta e Quatro Reais e Noventa e Sete Centavos); Piso Básico Fixo – PBF: R$ 2.943,68 (Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Sessenta e Oito Centavos); Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho – R$ 22.666,41(Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos) Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola – Questionários – R$ 520,00 (Quinhentos e Vinte Reais)

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor á partir desta data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 07 de maio de 2015.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº 048/2015

"Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social."

O Sr. MAURO ANDRÉ BUSINARO Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **VI Conferência Municipal de Assistência Social**, a ser realizada no dia **23 de julho de 2015**, a partir das 7:00 horas, no Salão Paroquial da Igreja Bom Jesus de Nazaré, no Município de Porto Estrela - MT, tendo como tema central: "**CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".**

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Porto Estrela/MT, 03 de Junho de 2015.

MAURO ANDRÉ BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 001/CMAS/2015

Dispõe sobre a Regulamentação da Concessão dos Benefícios eventuais nas modalidades de Auxílio – Natalidade, Auxílio Funeral e Auxilio Nutricional para o ano de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, em reunido no dia 27 de março de 2015, em reunião Ordinária e registrada na Ata nº. 025/CMAS/2015, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antonio de Farias, s/n, Bairro Mangueiras – Porto Estrela-MT;

Considerando a Resolução nº. 39, de 09 de Dezembro de 2010 que dispõe sobre a Regulamentação da Concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Politica de Assistência Social em relação à Politica de Saúde;

Considerando a Lei Municipal 476/2012, que dispõe sobre a Regulamentação e concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito municipal e estabelece outras providências;

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Regulamentar o Art. 4º da Lei 476/2012, no qual o critério de renda mensal per capta familiar para o acesso aos Benefícios Eventuais será no valor de até 2 (dois) salários mínimos.

Art. 2° - Regulamentar a Concessão do Beneficio Eventual na modalidade de Auxilio – Natalidade, ficando estabelecido que os itens que compõe o referido beneficio são: 01 banheira, 03 sabonetes, 01 xampu, 01 pente/escova para cabelo, 02 pacotes de fralda descartável com 24 unidades cada pacote, 02 pacotes de fralda de tecido com 05 unidades cada, 02 pares de meia, 02 mijaozinho, 01 pomada para assadura, 01 toalha de banho, 01 vidro de álcool 70.

Art. 3º- Regulamentar a Concessão do Benefício Eventual na modalidade de Auxilio Funeral, ficando estabelecido que os itens que compõe o referido benefício são: Urna, Vestimenta, Higienização e Desodorização e Translado.

Art. 4º - Regulamentar a Concessão de Beneficio Eventual na modalidade de Auxílio Nutricional, ficando estabelecido que esta modalidade deverá atender as famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, sendo que os itens que compõe o referido beneficio são: 02 pacotes de arroz 5kg, 03 pacotes de feijão 1kg, 03 óleo, 02 pacotes de macarrão, 02 pacote de café 250g, 01 pacote de sal, 01 lata de extrato de tomate, 02 pacote de açúcar 2kg, 01 pacote de papel higiênico com 08 unidades, 03 sabonetes, 01 pacote de sabão em pó 1kg, 01 pacote de biscoito agua e sal, 02 creme dental, 02 sardinha, 01 tempero completo pequeno, 01 fubá 500g, 1 farinha de mandioca 1kg, 03 barras de sabão, 01 esponja de aço, 01 trigo 1kg, 01 frango.

Paragrafo Único: Os itens acima relacionados devem passar por processo licitatório por órgão competente da Prefeitura Municipal.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Porto Estrela – MT, 01 de abril de 2015.

ERONDINA RODRIGUES DA SILVA RAMOS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 002/CMAS/2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para o Co-financiamento do Governo Federal – ano 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária, no dia 07 de maio de 2015, com base na Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antonio de Farias, s/n, Bairro Mangueiras – Porto Estrela-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação **para o Co-financiamento do Governo Federal** - Sistema Único da Assistência Social do ano de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor á partir desta data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 07 de maio de 2015.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 004/CMAS/2015

Dispõe sobre a aprovação da data de realização da VI Conferencia Municipal de Assistência Social de Porto Estrela.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 07 de maio de 2015, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar a data de **23 de julho de 2015**, para a realização da VI Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Estrela, cujo tema é: "Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor á partir desta data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 07 de maio de 2015.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 003/CMAS/2015

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira dos Recursos Federais da Assistência Social - ano de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 07 de maio de 2015, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira dos Serviços/Programas do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social – SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social do ano de 2014.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor á partir desta data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 07 de maio de 2015.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 121 /2015

(QUE NOMEIA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM DESFAVOR DAS SERVIDORAS Srª ANA LUCIA RIBEIRO E Srª IRACIR ALVES DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS)

SR° MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA – SJU N.º 002/2011, QUE DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS REFERENTES À SINDICÂNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA/ MT.

RESOLVE:

Artigo 1º) – **NOMEAR a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar em DESFAVOR,** para possíveis irregularidades praticadas pelo servidoras **Srª Ana Lucia Ribeiro e Srª Iracir Alves de Souza**, com vencimento de 30 dias a partir da data da portaria, podendo prorrogar por mais 30 dias se necessário conforme Normativa SJU N° 002/2011, os membros da Comissão são os seguintes:

Vinicius Cesar Mendes Assunção – Presidente

Berenice Ferreira Ramos – Secretária

Benédia da Costa Silva – Auxiliar

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º) – Revoga-se a as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 30 de Junho de 2015.

MAURO ANDRÉ BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 122/2015

(NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE ONIBUS USADO PARA COMPRA, QUE JULGARÁ O VALOR MÉDIO DE MERCADO E CONDIÇÕES DE USO DO ONIBUS PARA AQUISIÇÃO À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o §2° da Comissão Especial de Avaliação, do Artigo 2° da Lei Municipal 538/2015 de 10 de Junho de 2015, Que Autoriza o Poder Executivo a Adquirir usado;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Comissão Especial de Avaliação de Onibus Usado para Compra, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, com prazo de 60(Sessenta) Dias, podendo ser Prorrogado se necessário.

Parágrafo unico. Fica nomeado os membros abaixo, para comporem a referida comissão:

JORGE SOARES DE LIMA– Mecanico– PRESIDENTE

ADEMIR DE ALMEIDA TEIXEIRA - Membro Poder. Executivo

ARNALDO AMARO DA SILVA - Membro Poder Executivo

ANDERSON GALBEIRO – Membro do Poder Executivo

LUCIANO APARECIDO PAPA – Membro do Poder Legislativo

GILSON ALVES DA SILVA- Membro do Poder Legislativo

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contario.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Municipio de Porto Estrela/MT, 30 de Junho de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº. 001/2015.

O Fundo Municipal de Previdencia Social dos Servidores de Porto Estrela – MT-PREVI-PORTO, torna público , para conhecimento de todos os interessados, que RETIFICA CLASULA QUARTA do Contrato nº 001/2015. Ficando da seguinte forma:

Onde se Lê:

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO - A Fiscalização direta dos serviços estará a cargo do Gestor do PREVI-PORTO, que acompanhará as tramitações das consultas e receberão das CONTRATADAS todas as informações que julgarem necessárias.

Leia se:

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO -A Fiscalização direta dos serviços estará a cargo do Fiscal de Contrato Srª Elaine Crstina Magalhães Cardoso, que acompanhará as tramitações das consultas e receberão das CONTRATADAS todas as informações que julgarem necessárias.

Porto Estrela MT, 03 de Julho de 2015

MAURO ANDRE FAZINGA BUSINARO

Fundo Municipal de Previdencia Social dos Servidores do Municipio de Porto Estrela-PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 007/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALARIO MATERNIDADE a servidora Srª ANDREA LUZIA DA SILVA."

O **Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.27 da Lei Municipal n.º 275/2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALARIO MATERNIDADES, a servidora Srª. ANDREA LUZIA DA SILVA, efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-SECRETARIA MUN. DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA, com vencimentos integrais, a partir de 30/05/2015 e termino em 26/09/2015, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2015.08.00005P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao termino do beneficio, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quadro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 23/06/2015.

MAURO ANDRE FAZINGA BUSINARO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 017/2015

BENEFICIÁRIO: **M. A. SANTI - ME**

OBJETO: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de carnes bovina sob o regime de entrega PARCELADO para as Secretarias Municipais e seus departamentos.

VALOR R$: R$ 65.850,30

VIGÊNCIA: 10/06/2015 À 31/12/2015

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

08.2068 – 3.3.90.30.00.00 – 0100 – Material de Consumo

09.2071 – 3.3.90.30.00.00 – 0100 – Material de Consumo

06.2052 – 3.3.90.30.00.00 – 0229 – Material de Consumo

06.2053 – 3.3.90.30.00.00 – 0100 – Material de Consumo

04.2013 – 3.3.90.30.00.00 – 0101 – Material de Consumo

3.3.90.30.00.0 – 0215 – Material de Consumo

04.2029 – 3.3.90.30.00.00 – 0101 – Material de Consumo

04.2014 – 3.3.90.30.00.00 – 0101 – Material de Consumo

3.3.90.30.00.00 – 0215 – Material de Consumo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 018/2015

BENEFICIÁRIO: **ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

OBJETO: Aquisição de Pá Carregadeira, nova zero quilometro, ano/modelo não inferior a 2015 com as seguintes características mínimas; motor: diesel; com peso operacional de 10.000kg potência bruta: 120 hp; cabine ROPS e FOPS fechada e equipada com capacidade mínima de 2,0M³, transmissão de 4 velocidades a frente e 04 a ré, equipamento de monitoramento e gerenciamento via satélite original de fábrica, serviço de monitoramento via satélite gratuito por no mínimo 10 anos; garantia: 12 meses; assistência técnica dentro do estado de mato grosso com estoque de peças.

VALOR R$: R$ 340.000,00

VIGÊNCIA: 19/07/2015 À 31/12/2015

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1047 - 4.4.90.52.00.00 – 0100000000 - Eq. e Material Permanente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EDITAL DE CONHECIMENTO PÚBLICO

GABARITO DAS PROVAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015

REALIZADO EM 05 DE JULHO DE 2015

Fica divulgado o gabarito referente ao Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2015, Realizado em 05 de Julho de 2015, conforme segue:

CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	A	C	D	C	D	B	A	C	A	D	B	D	D	A	C	D	E

CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	A	C	D	C	D	B	A	C	D	A	C	B	C	D	A	A	B

CARGO DE OPERADOR DE SANEAMENTO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	D	D	B	C	B	A	C	D	C	A	C	B	B	D	D	C	B	A

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ADRIANA SILVÉRIO DE ALMEIDA KREPSZ

Presidente Da Comissão

EDITAL DE CONHECIMENTO PÚBLICO

RELAÇÃO DE CANDIDATOS (AS) APROVADOS (AS) E/OU CLASSIFICADOS (AS)

PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015

REALIZADO EM 05 DE JULHO DE 2015.

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições em conformidade com o anexo II – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, torna público a relação de candidatos (as) APROVADOS (as) e CLASSIFICADOS (as), conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - PCCS GERAL

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS SEMANAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE – GLEBA SÃO JOÃO

Classificação	**Candidato**	**Inscrição**	**Port**	Mat	Conh Específ.	Total
Aprovado	Edson Fernandes de Oliveira	003	16	8	60	84
Classificado	Juliana Gutierres Acosta	011	16	12	24	52

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - PCCS GERAL

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL - 40 HORAS SEMANAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Específ.	Total
Aprovado	Douglas A. dos S. R. de Rezende	009	16	16	60	92

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - PCCS GERAL

CARGO: OPERADOR DE SANEAMENTO - 40 HORAS SEMANAL

LOCAL: DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – DAE.

Classificação	Candidato	Inscrição	Port	Mat	Conh Específ.	Total
Aprovado	Alan Honorato Herculano	002	12	8	54	74
Classificado	Leandro Xiqueto Pereira	006	12	12	48	72
Classificado	Eloi Pedro Gehring	004	4	12	48	64
Reprovado	Giovane Claiton Rezer	010	8	4	36	48
Reprovado	Leomildo Moreira dos Santos	001	8	8	24	40
Reprovado	Fernando Bezerra Damacena	008	16	4	18	38
Reprovado	Vanessa Sebastiana de Castro	005	8	0	24	32
Ausente	Vanderlei Marcos Ferreira	-	-	-	-	-

Cumpre observar que a ordem classificatória foi feita pela soma dos pontos obtidos na prova objetiva de múltipla escolha, de acordo com o edital de abertura.

Não houve inscrição de candidatos (as) portador (es) de necessidades especiais.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 07 de Julho de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT

ADRIANA SILVÉRIO DE ALMEIDA KREPSZ

Presidente da Comissão Municipal de

Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

REGISTRO DE PREÇOS N.º 015/2015

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para**: Aquisição Futura de Combustíveis, direto na bomba de combustível da proponente na cidade de Cuiabá, para atender a frota Municipal, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência),**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 16/7/2015, AS 14:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá entregar **o recibo de retirada do edital** pessoalmente ou encaminha–lo para o e-mail licitacao@poxoreu.mt.gov.br, com prazo máximo de até 24h (vinte e quatro horas) úteis antes da data e hora marcada para abertura da licitação, **sob pena da empresa não poder participar do certame licitatório.**

Poxoréu-MT, 06 de julho de 2015.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 062/2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 062/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 062/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 051/2015

OBJETO: Pregão Presencial para aquisição de peças para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT.

Vencedora:

Jean Carlos Almeida Silva. CPF: 721.243.261-04 Foi a vencedora do item 01 com um valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

Querência - MT, 07 de julho de 2015.

Debora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira Oficial

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.463/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2014, e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso n° 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n° 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto n° 1389/2015;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto de Convocação de Candidatos n° 1.443/2015;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência;

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos abaixo relacionados para exercerem os respectivos cargos.

Parágrafo Único – O(s) candidato(s) nomeado(s) é (são) o(s) seguinte(s):

001. Agente de Limpeza Escolar - Sede

LUCICLÉIA RIBEIRO DOS SANTOS

Artigo 2° - A validade das nomeações deste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal de 1988.

Artigo 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou afixação do presente Decreto, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

Artigo. 4°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 01 de Julho de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PR - 069/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **069/2015.**

MODALIDADE: Pregão Presencial n. **058/2015.**

OBJETO: Pregão Presencial para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Câmara de Produtos Químicos para o tratamento de Água, para uso da Secretaria de Saneamento e Serviços Urbanos deste Município de Querência – MT.

Data: 17/07/2015

HORÁRIO: 08h00min (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 06 de Julho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeiro

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 372/2015

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1° - Os empréstimos consignados em folha de Pagamento aos Servidores do município de Querência, em estágio probatório, só será liberado por essa Administração Pública após 3(três) meses de sua posse do Concurso Público.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 04 de Maio de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO 068/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **068/2015**

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 057/2015**.**

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para prestação de serviços de Pintura interna e externa na caixa de distribuição de água de 600 mil litros do Município de Querência – MT.

Data: 17/07/2015

HORÁRIO: 14h horário local

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 06 de julho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Daniel Stefanello

Pregoeiro

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.465/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público n° 001/ 2.014,

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para apresentarem os documentos exigidos no Edital de Concurso Público 001/2014.

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Artigo 2° - Os candidatos aprovados são os seguintes:

001. Agente de Nutrição Escolar - Sede

TEREZINHA NUNES DE SOUZA

Artigo. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 06 de Julho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO 067/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **067/2015.**

MODALIDADE: Pregão Presencial n. **056/2015.**

OBJETO: Pregão Presencial para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Câmara de Ar e Protetor, para uso do Município de Querência – MT.

Data: 17/07/2015

HORÁRIO: 09:00 (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao@querencia.mt.gov.br

Querência – MT, 06 de julho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Daniel Stefanello

Pregoeiro

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.464/2015

Dispõe sobre a Homologação da Ata de Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Querência – MT.

O Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, Sr. **Gilmar Reinoldo Wentz**, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1°- Fica Homologado a ata de Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Querência – MT, conforme o anexo que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único – Fica a referida Diretoria responsável pela Administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os

seguintes: Presidente: Daniel de Freitas Almeida, Vice- Presidente: Sônia Eli de Fátima Santos, Secretária Geral: Milena Mistura.

Artigo 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, em 01 de julho de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
EDITAL

EDITAL Nº. 4/2015.

REF: PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015.

A Presidenta da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, Vereadora **Eva Marra da Silva Castro**,no cumprimento de suas legais atribuições, nos termos do Inciso 2º do Art. 27 do Regimento Interno, e em cumprimento às determinações do Art. 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), comunica que os relatórios **RGF – relatório de gestão fiscal** do primeiro quadrimestre de 2015 da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, encontra-se a disposição dos interessados no site **www.cmreservadocabacal.com.br** no link portal da transparência ou http://cidadao.cmreservadocabacal.com.br:5656/tran... para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

PUBLIQUE-SE.

Reserva do Cabaçal – MT, 27 de maio de 2015.

EVA MARRA DA SILVA CASTRO

Presidenta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

CONVOCAÇÃO

AVISO

DE *CONVOCAÇÃO*

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, na pessoa de sua Excelência o Prefeito Sr. Reynaldo Fonseca Diniz, RESOLVE:

I – Em face do que preceitua o art. 43, inciso I da Lei 147/2014, a empresa Margarida Maria da Silva – EPP, CNPJ n.º 14.605.795/0001-76, não cumpriu com o referido prazo.

II – Em face do que expõe o art. 64 § 2º da Lei 8.666/1993, **CONVOCAR** as empresas João Luiz de Mello Mantovani, inscrita no CNPJ: 13.508.455/0001-64, JP Moraes – ME, CNPJ 22.509.829/0001-00 e Marcos Fernando de Paiva – ME, CNPJ 19.022.021/0001-36, classificadas no processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015**, para querendo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada assinar contrato cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, CAMINHÃO PIPA, TRATOR DE ESTEIRA, MOTONIVELADORA, ROLO COMPRESSOR, RETRO ESCAVADEIRA E ESCAVADEIRA. Conforme quantitativos da planilha anexa.

Ribeirão Cascalheira-MT, 06 de Julho de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 041/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 731/2010/SEMEC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) JURANDIR OLIVEIRA DE SOUZA, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação Superior – Licenciatura Plena, Matrícula nº 849.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: JURANDIR OLIVEIRA DE SOUZA

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 014/PGM/2015 de fls. 26 – 31 nos autos;

DECIDO:

A) Homologar o RELATÓRIO Nº 014/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor (a) JUANDIR OLIVEIRA DE SOUZA, Cargo Professor, para “Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena com Especialização”, com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU)

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 46/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 054/2014-GABINET PREFEITO

: 684/2010-SEMEC (Apenso)

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ZÉLIA FLOR MAGALHÃES, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação Superior – Licenciatura Plena, Matrícula nº 305.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: ZÉLIA FLOR MAGALHÃES

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 019/PGM/2015 de fls. 23-28 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 019/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor ZÉLIA FLOR MAGALHÃES, Cargo Professor, para “Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena, com especialização”, com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU).

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 045/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 055/2014-GABINET PREFEITO

: 682/2010-SEMEC (Apenso)

OBJETO:Requerimento do servidor (a) REJANE ROSELI JANSEN, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação Superior – Licenciatura Plena, Matrícula nº 570.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: REJANE ROSELI JANSEN

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 018/PGM/2015 de fls. 21-30 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 018/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor GRACIELA CARVALHO DRUMOND, Cargo Professor, para "Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena, com especialização", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU)

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 051/GAB/PMR/2015

ASSUNTO: Requerimento de Licença Prêmio ao servidor(a) – ELESANDRA HELENA FERNANDES, PROFESSOR 30 HORAS SEMANAIS(a), matricula nº 89, lotado na Secretaria Municipal de Educação -SEMEC.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, tudo que dos autos do processo administrativo constam;Considerando o Decreto Municipal nº 1.022/GAB/PMR DE 16 de setembro de 2014, que regulamentou a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, prevista nos Arts. 102 a 105 da Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007;

Considerando a lista formulada pela Secretária De Educação Do Município;

DECIDO:

1) Homologo o tempo de serviço , compreendido entre os dia 27/01/2004 a 27/01/2009 , de efetivo exercício no cargo de **PROFESSOR 30 HORAS SEMANAIS(a)** , totalizando o tempo de serviço público municipal de (05) anos.

2) Concedo a licença prêmio remunerada por assiduidade ao servidor (a) que gozará na seguinte data:

3) **1º período em : 01/04/2015 a 30/04/2015**

4) **2º período em : 01/07/2015 a 31/07/2015**

5) **3º período em : 01/09/2015 a 30/09/2015**

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato, com efeitos ao dia 01.04.2015.

Rondolândia-MT, 03 de Julho de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ATO ADMINISTRATIVO Nº053/GAB/PMR/2015

ASSUNTO: Requerimento de Licença Prêmio ao servidor(a) JULIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA, AGENTE ADMINISTRATIVO matricula nº 483, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, tudo que dos autos do processo administrativo constam;Considerando o Decreto Municipal nº 1.022/GAB/PMR DE 16 de setembro de 2014, que regulamentou a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, prevista nos Arts. 102 a 105 da Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007;

Considerando a lista formulada pela Secretária De Ação Social Do Município;

DECIDO:

1) Homologo o tempo de serviço , compreendido entre os dia 01/04/2005 a 01/04/2010 , de efetivo exercício no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** , totalizando o tempo de serviço público municipal de (05) anos.

2) Concedo a licença prêmio remunerada por assiduidade ao servidor(a) que gozará na seguinte data:

3) **1º período em : 01/05/2015 a 30/05/2015**

4) 2º período em: 01/08/2015 a 31/08/2015

5) 3º período em: 01/11/2015 a 30/11/2015

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato, com efeitos à 30 de abril de 2015.

Rondolândia-MT, 03 de Julho de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ATO ADMINISTRATIVO Nº 063/GAB/PMR/2015

ASSUNTO: Requerimeneto de Licença Prêmio ao servidor(a) – EDSON FERMOW MARTINS, MOTORISTA DE ÔNIBUS(a), matricula nº 785, lotado na Secretaria Municipal de Educação – FUNDEB-40.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, tudo que dos autos do processo administrativo constam;

Considerando o Decreto Municipal nº 1.022/GAB/PMR DE 16 de setembro de 2014, que regulamentou a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, prevista nos Arts. 102 a 105 da Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007;

Considerando a lista formulada pela Secretária De Educação Do Município;

DECIDO:

1) Homologo o tempo de serviço , compreendido entre os dia 25/11/2008 a 25/11/2013 , de efetivo exercício no cargo de **MOTORISTA DE ÔNIBUS(a)** , totalizando o tempo de serviço público municipal de (05) anos.

2) Concedo a licença prêmio remunerada por assiduidade ao servidor(a) que gozará na seguinte data:

3) **Único período em : 01/05/2015 a 30/07/2015**

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato, com efeitos à partir de 30.04. 2015

Rondolândia-MT, 03 de Julho de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 069/2015.

PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2015 – SRP

O Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela Prefeita Municipal em exercício, a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa J.R. Distribuidora e Transportadora – Eireli - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 84.755.800/0001-02, instalada e localizada na Av. Carlos Gomes nº 2124, Fundos –B, Bairro Princesa Isabel, na cidade de Cacoal/RO, representada neste ato pelo proprietário Srº Joel Raimundo dos Santos, portador do CPF nº 448.711.042-49 e do RG nº 540701 SSP/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 040/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, aos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/09/2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Contratação da empresa mediante Sistema de Registro de Preços, para futurae Eventual Aquisição de Materiais Pedagógicos e Materiais de Expediente para atender as necessidades das Secretarias e Escolas Municipais, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no ANEXO 0I – Termo de Referência n° 040/2015 do Edital de Pregão Presencial n°040/2015, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 069/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.0. Detentora da ARP:

Nome: J.R. Distribuidora e Transportadora – Eireli -ME.	
CNPJ n° 84.755.800/0001-02	
Endereço: Av. Carlos Gomes, 2124 – Fundos – B, Bairro Princesa Isabel	
Cidade/Estado: Cacoal /RO	CEP: 76.964-016
Telefone: (69) 3441-9449	E-mail: ronnie_kn@hotmail.com
Representante Legal: Joel Raimundo dos Santos	
CPF n° 448.711.042-49	

2.1. Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	UND	26	AGENDA	TILIBRA	16,50	429,00
02	UND	12	AGENDA TELEFÔNICA 139X210 MM 39 FOLHAS - ESPIRAL CAPA DURA	TILIBRA	13,10	157,20
03	UND	50	AGULHA DE CHOCHÊ Nº 3.0	ASLAN	8,00	400,00
04	UND	50	AGULHA DE CROCHÊ Nº 3.5	ASLAN	8,00	400,00
05	CX	44	ALFINETE CABEÇA P/ MAPAS Nº 04	ACC	3,80	167,20
06	CX	40	ALGODÃO HIDROFILO 500 G	APOLO	22,00	880,00
07	UND	21	ALMOFADA PARA CARIMBO COR AZUL Nº 03	GRANPLINE	4,00	84,00
08	UND	2	APAGADOR C/ SUPORTE 80 X 47	CIS	7,50	15,00
09	UND	42	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	CIS	6,10	256,20
10	UND	244	APONTADOR PEQUENO METAL	FABER	0,60	146,40
11	CX	14	BAILARINAS PLASTICAS	CASTEL	8,20	114,80
12	PCT	512	BALAO DE CORES DIVERSAS	IDELO	4,40	2.252,80
13	UND	100	BAMBOLE	ILLONS	2,60	260,00
14	UND	74	BARBANTE ALGODAO 4/8 80 METROS	LIVEUP	5,90	436,60
15	UND	370	BASTAO DE COLA QUENTE FINO	SÃO FRANCISCO	0,40	148,00
16	UND	370	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSO	GOLLER	0,70	259,00
17	UND	4	BLOCO PARA LEMBRETE	GOLLER	8,35	33,40
18	UND	6	BOBINA PAPEL KRAFT 60X200 MTS	SÃO PAULO	74,00	444,00
19	UND	4	BOBINAS PARA FAX 216 X 25 MT	SÃO PAULO	6,90	27,60
20	UND	39	BOLA DE VOLEI TAMANHO E Nº OFICIAL	PENAUTY	85,00	3.315,00

21	PCT	5	BOQUINHAS DE BICHOS C/50	IDELO	29,85	149,25
22	CX	92	BORRACHA BRANCA ESCOLAR 3 CM C/60 UNID	RED BOR	15,50	1.426,00
23	UND	67	CADERNO GRANDE CAPA DURA DE 12 MATERIAS	TILIBRA	10,00	670,00
24	UND	1.745	CADERNO PEQUENO COM ARAME 48 FLS	TILIBRA	1,05	1.832,25
25	UND	40	CADERNO PEQUENO BROCHURAS 96 FLS	TILIBRA	1,85	74,00
26	UND	455	CAIXA ARQUIVO PLASTICA NAS CORES VERDE, VERMELHA, PRETA E AZUL	POLIONDA	3,42	1.556,10
27	UND	48	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS	PROCALC	22,80	1.094,40
28	CX	58	CANETA ESF. CRISTAL C/50 UND. AZUL	BIC	24,00	1.392,00
29	CX	55	CANETA ESF. CRISTAL C/50 UND. PRETA	BIC	24,00	1.320,00
30	CX	25	CANETA ESF. CRISTAL C/50 UND. VERMELHA	BIC	24,00	600,00
31	CX	320	CANETINHA HIDROGRÁFICA ATÓXICA CORPO E TAMPA DE RESINA TERMOPLAS PAVIO DE ACETATO E PONTA DE FIBRA POLIESTER COM 12 CORES	PILOT	3,63	1.161,60
32	UND	100	CAPA PARA DIARIO	LIVRAMENTO	0,70	70,00
33	UND	780	CARTOLINA – CORES DIVERSAS	LIVRAMENTO	0,35	273,00
34	UND	40	CD VIRGEM C/CAPA	NIPPONIC	0,95	38,00
35	CX	55	CLIPS PARA PAPEL N°01	ACC	1,55	85,25
36	CX	130	CLIPS PARA PAPEL N°03	ACC	1,95	253,50
37	CX	57	CLIPS PARA PAPEL N°04	ACC	1,60	91,20
38	CX	78	CLIPS PARA PAPEL N°06	ACC	2,00	156,00
39	CX	1	CLIPS PARA PAPEL N°08	ACC	1,82	1,82
40	UND	147	COLA BRANCA 1000 GR	GOLLER	7,56	1.111,32
41	UND	362	COLA BRANCA 90 GRAMAS	GOLLER	1,05	380,10
42	UND	365	COLA GLITER CORES VARIADAS	GOLLER	1,66	605,90
43	UND	260	COLA ISOPOR	GOLLER	1,75	455,00
44	CX	45	COLCHETE Nº 10	ACC	5,30	238,50
45	CX	10	COLCHETE Nº 11	ACC	6,70	67,00
46	CX	40	COLCHETE Nº 12	ACC	7,70	308,00
47	CX	10	COLCHETE Nº 13	ACC	9,75	97,50
48	CX	41	COLCHETE Nº 14	ACC	10,30	422,30
49	UND	100	CONTRA CAPA PARA DIARIO	LIVRAMENTO	1,15	115,00
50	UND	58	CORRETIVO LIQUIDO 18 ML	GOLLER	2,25	130,50
51	UND	29	DVD VIRGEM C/CAPA (EMBALAGEM C 36 UND)	NIPPONIC	67,50	1.957,50
52	UND	735	E.V. A LISO 40X50MM ESTAMPADO	EVEAH	2,05	1.506,75
53	UND	425	E.V.A. ESTAMPADO 40X50MM- CORES DIVERSAS.	EVEAH	4,00	1.700,00
54	MT	164	ELASTICO GROSSO	SÃO JOSE	7,60	1.246,40
55	UND	3.178	ENEVELOPE A4	RISANA	0,20	635,60
56	UND	120	ENEVELOPE OFICIO 11X22	RISANA	0,09	10,80
57	UND	200	ENEVELOPE OURO TAMANHO 26X36	RISANA	0,25	50,00
58	UND	2.000	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 310X10 kft 41	RISANA	0,30	600,00
59	UND	640	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 80 GR 260X365	RISANA	0,25	160,00
60	UND	50	ESPIRAL P/ENCADERNAMENTO FINO 7 MM	RISANA	4,35	217,50
61	UND	50	ESPIRAL P/ENCADERNAMENTO MEDIO 9 MM	RISANA	5,35	267,50
62	UND	64	ESTILETE PLASTICO PROFISSIONAL RESISTENTE LARGO,18 MM COM LAMINA	VONDER	8,00	512,00
63	UND	71	ESTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA, EM AÇO CROMADO	VONDER	1,80	127,80
64	METRO	100	FELTRO VERMELHO	3M	0,25	25,00
65	UND	85	FITA ADESIVA PVC MARROM	3M	2,05	174,25
66	UND	136	FITA ADESIVA TRANSP. PVC LARGA	3M	2,10	285,60
67	CX	20	FITA CREPE GRANDE 50mmx50m	3M	7,70	154,00
68	CX	20	FITA CREPE PEQUENA 48 mm x 50 m	3M	4,50	90,00
69	UND	58	FITA DE CETIM LARGA CORES VARIADAS	AZA	8,50	493,00
70	UND	14	FITILHO	GAVIAO	1,50	21,00
71	PCT	8	FLORES DE BISCUIT C/50	GAVIAO	12,70	101,60
72	UND	700	FOLHA PAPEL CARTAO/CORES VARIADAS	TILIBRA	0,75	525,00
73	CX	10	GIZ ANTIALERGICO UMEDECIDO	ZIG GIZ	2,90	29,00
74	CX	460	GIZ DE CERA, CAIXA COM 12 UNIDADES 49 GB TESTE	ZIG GIZ	2,15	989,00
75	UND	225	GLITER EM PO CORES VARIADAS	STORE	0,60	135,00
76	UND	26	GRAMPEADOR DE PAREDE	MAPED	77,40	2.012,40
77	UND	11	GRAMPEADOR GRANDE	MAPED	47,40	521,40
78	UND	53	GRAMPEADOR METALICO 20 CM Nº. 26/6 COR PRETA	MAPED	16,40	869,20
79	CX	70	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6	ACC	3,10	217,00
80	CX	52	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE PAREDE 106/6	ACC	6,50	338,00
81	UND	8	IMA	IMAM	9,85	78,80
82	UND	32	IZOPOR 50X50 1CM	SOESTE	2,80	89,60
83	UND	150	IZOPOR 50X50 2 CM	SOESTE	4,30	645,00
84	UND	32	IZOPOR 50X50 3 CM	SOESTE	6,85	219,20
85	CX	25	LAMINA PARA ESTILETE	ADEK	3,35	83,75
86	CX	4	LÁPIS BORRACHA 12X1	MUTICOLOR	21,80	87,20

87	CX	1.010	LÁPIS DE COR GRANDE SEXTAVADO COM PONTA MACIA CAIXA COM 12 UNIDADES, CORES DISTINTAS.	MUTICOLOR	4,40	4.444,00
88	CX	69	LAPIS ESCOLAR PRETO N º 02 C/144	MUTICOLOR	23,30	1.607,70
89	CX	20	LASTEC	SÃO JOSE	112,50	2.250,00
90	UND	9	LIVRO ATA 200 FLS CAPA DURA PAUTADO E NUMERADO	TILIBRA	14,80	133,20
91	UND	10	LIVRO ATA 50 FLS CAPA DURA PAUTADO E NUMERADO	TILIBRA	5,70	57,00
92	UND	113	LIVRO ATA NUMERADO 320X220 100 FOLHAS	TILIBRA	8,80	994,40
93	UND	7	LIVRO DE PROTOCOLO 153 MM X 216MM 52 FLHS	TILIBRA	5,10	35,70
94	UND	211	MARCA TEXTO COM PONTA CHANFRADA (NAS CORES AMARELO, VERDE E ROSA)	LUXOR	1,15	242,65
95	UND	14	MARCADOR PERMANENTE PARA CD E DVD NAS CORES AZUL E PRETO	LUXOR	4,60	64,40
96	CX	670	MASSA DE MODELAR A BASE DE CERA CAIXA COM 12 CORES 180 GR	ACLILEX	3,10	2.077,00
97	UND	3	MOLHA DEDO	ACLILEX	2,80	8,40
98	UND	66	NOVELO DE LA CORES VARIADAS	GLAMOUR	9,30	613,80
99	PCT	26	OLHINHOS DE BICHOS PCT C/20	SPACCHI	55,00	1.430,00
100	PCT	34	PALITO DE PICOLE COM PONTA QUADRADA C/ 100 UNIDADES	ROMANA	2,00	68,00
101	PCT	38	PAPEL ALMAÇO COM PAUTA	TILIBRA	27,50	1.045,00
102	UND	40	PAPEL CAMURÇA 40X60 – 85 GR	TILIBRA	0,55	22,00
103	PCT	150	PAPEL CARTAO – CORES VARIADAS	TILIBRA	10,90	1.635,00
104	PCT	40	PAPEL CASCA DE OVO BRANCO	TILIBRA	13,85	554,00
105	PCT	22	PAPEL CASCA DE OVO CORES DIVERSAS	TILIBRA	13,85	304,70
106	PCT	37	PAPEL CONTACT	TILIBRA	59,70	2.208,90
107	PCT	450	PAPEL CREPOM – CORES VARIADAS	TILIBRA	5,70	2.565,00
108	FLS	150	PAPEL LAMINADO CORES VARIADAS	TILIBRA	24,80	3.720,00
109	FLS	100	PAPEL MANTEIGA	TILIBRA	0,35	35,00
110	PCT	15	PAPEL SULFIT A4 AMARELO	TILIBRA	5,20	78,00
111	PCT	15	PAPEL SULFIT A4 AZUL	TILIBRA	5,20	78,00
112	PCT	15	PAPEL SULFIT A4 ROSA	TILIBRA	5,20	78,00
113	PCT	15	PAPEL SULFIT A4 VERDE	TILIBRA	5,20	78,00
114	CX	256	PAPEL SULFITI A4 210MMX 297MM 10X500	TILIBRA	152,00	38.912,00
115	UND	52	PASTA AZ	TILIBRA	5,55	288,60
116	UND	23	PASTA CATALAGO 50 FLS PLASTICA	TILIBRA	7,20	165,60
117	UND	117	PASTA COM ELASTICO	TILIBRA	1,30	152,10
118	UND	60	PASTA COM TRILHO	TILIBRA	1,25	75,00
119	UND	8	PASTA PLASTICAS C/ FUROS	TILIBRA	1,20	9,60
120	UND	860	PASTA SUSPENSA KRAF COMPLETA COM HASTE PLASTICA C/ GRAMPO	TILIBRA	1,45	1.247,00
121	UND	9	PENDRYVE 4 GB	EMTEC	21,80	196,20
122	UND	3	PENDRYVE 8 GB	EMTEC	25,15	75,45
123	CX	13	PERCEVEJO	ACC	1,85	24,05
124	UND	22	PERFURADOR GRANDE COM REGUA	GRAMP LINE	19,25	423,50
125	UND	187	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO RECARREGÁVEL 4 -8 MM COR AZUL	PILOT	2,15	402,05
126	UND	187	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO RECARREGÁVEL 4 -8 MM COR PRETO	PILOT	2,15	402,05
127	UND	187	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO RECARREGÁVEL 4 -8 MM COR VERDE	PILOT	2,15	402,05
128	UND	187	PINCEL ATOMICO PONTA DE FELTRO RECARREGÁVEL 4 -8 MM COR VERMELHO	PILOT	2,15	402,05
129	UND	40	PINCEL N° 00	CONDOR	4,80	192,00
130	UND	140	PINCEL N° 01	CONDOR	1,25	175,00
131	UND	40	PINCEL N° 02	CONDOR	1,40	56,00
132	UND	40	PINCEL N° 04	CONDOR	1,55	62,00
133	UND	40	PINCEL N° 06	CONDOR	1,75	70,00
134	UND	40	PINCEL N° 10	CONDOR	2,00	80,00
135	UND	95	PINCEL N° 12	CONDOR	2,30	218,50
136	UND	95	PINCEL N° 14	CONDOR	2,60	247,00
137	UND	95	PINCEL N° 16	CONDOR	3,00	285,00
138	UND	40	PINCEL Nº 03	CONDOR	1,30	52,00
139	UND	100	PINCEL PARA QUADRO BRANCO COR AZUL	PILOT	3,80	380,00
140	UND	96	PINCEL PARA QUADRO BRANCO COR PRETO	PILOT	3,80	364,80
141	UND	96	PINCEL PARA QUADRO BRANCO COR VERMELHO	PILOT	3,80	364,80
142	UND	4	PINCEL PARA TECIDO MEDIO	PILOT	1,75	7,00
143	UND	23	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE	WESTERN	18,80	432,40
144	UND	24	PISTOLA PARA COLA QUENTE PEQUENA	WESTERN	15,40	369,60
145	UND	32	PORTA CANETA E CLIPS	ACRINIL	11,80	377,60
146	UND	76	PRANCHETA EM MDF – OFICIO A4 CLIPS METAL	WALEU	3,45	262,20
147	UND	4	PRANCHETA PLASTICA	WALEU	8,60	34,40
148	PCT	10	PREGADOR PLASTICO PCT C/10	LETACKCRAF	19,85	198,50
149	UND	2	QUADRO BRANCO MEDIO	STANDARD	188,50	377,00
150	UND	42	RECARGA PINCEL ATOMICO – VERMELHO	PILOT	4,10	172,20
151	UND	42	RECARGA PINCEL ATOMICO AZUL	PILOT	4,10	172,20
152	UND	42	RECARGA PINCEL ATOMICO PRETO	PILOT	4,10	172,20
153	UND	42	RECARGA PINCEL ATOMICO VERDE	PILOT	4,10	172,20

154	UND	35	RECARGA PINCEL QUADRO BRANCO - AZUL	PILOT	5,95	208,25
155	UND	35	RECARGA PINCEL QUADRO BRANCO - PRETO	PILOT	5,95	208,25
156	UND	35	RECARGA PINCEL QUADRO BRANCO - VERMELHO	PILOT	5,95	208,25
157	UND	598	REGUA 30 CM ACRILICO TRANSPARENTE	WALEU	0,35	209,30
158	UND	75	REGUA GRANDE 50 CM	WALEU	2,45	183,75
159	UND	550	TESOURA ESCOLAR PEQUENA S/PONTA	MUNDIAL	1,20	660,00
160	UND	66	TESOURA MULTIUSO EM AÇO DE 21 CM COM CABO PLASTICO TAMANHO GRANDE	MUNDIAL	5,50	363,00
161	CX	1.075	TINTA GUACHE 15 ML CORES VARIADAS	ACRILEX	2,50	2.687,50
162	UND	7	TINTA PARA CARIMBO AZUL 40 ML	ACRILEX	3,60	25,20
163	UND	22	TINTA PARA CARIMBO PRETA 40 ML	ACRILEX	3,60	79,20
164	CX	600	TINTA PARA TECIDO A BASE DE RESINA ACRILICA, NÃO TOXICA SOLUVEL CORES DIVERSAS - MINIMO 12 CORES – 37 ML	ACRILEX	26,90	16.140,00
165	RL	19	TNT AMARELO	DEPEROLL	62,50	1.187,50
166	RL	64	TNT AZUL	DEPEROLL	62,50	4.000,00
167	RL	54	TNT BRANCO	DEPEROLL	62,50	3.375,00
168	RL	19	TNT LILAS	DEPEROLL	62,50	1.187,50
169	RL	15	TNT ROSA	DEPEROLL	62,50	937,50
170	RL	15	TNT VERDE	DEPEROLL	62,50	937,50
171	RL	64	TNT VERMELHO	DEPEROLL	62,50	4.000,00
172	UND	1	TUBO DE CD - 100 UNIDADES	NIPPONIC	104,00	104,00
173	CX	14	VISOR PARA PASTA SUSPENSA EM PLASTICO COM 50 UND	TILIBRA	16,20	226,80

2.2. Detentora Reserva da Ata:

Nome:	
CNPJ n°	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Representante Legal:	
CPF n°	

2.3. A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira Detentora.

2.4. O valor total registrado na presente ATA é de R$ 155.405,79 (Cento e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinco reais e setenta e nove centavos).

2.5. Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

2.5.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado trimestralmente no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

2.5.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Nona.

2.7. Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

3.1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

3.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 040/2015;

3.3. Substituir os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias, caso haja comprovação de defeito de fábrica,

3.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

3.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

3.6. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-M.

3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á conratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

3.8. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

3.9. Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

3.9.1. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informado.

3.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

3.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de Rondolândia toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

3.13. Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos.

3.14. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

4.2. Emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

4.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

4.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

4.5. Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

4.6. Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

4.7. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência n°040/2015.

4.8. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.0. A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência adstrita ao período máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação para além deste prazo.

5.1. O fornecimento dos produtos desta licitação deverá ser entregue no Almoxarifado da Prefeitura, em até 05 (cinco) dias úteis, após emissão da autorização de fornecimento ou emissão de requisições, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, conforme as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência n° 040/2015.

5.2. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço as situações referidas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO (GERÊNCIA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O gerenciamento desta ATA caberá ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado.

7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos entregues a este Município de Rondolândia, bem como a quantidade, além de indicar o número do Pregão Presencial a que se refere e número do contrato, quando houver.

7.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

7.5. A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

7.5.1. No data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social –INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços–FGTS, ambas emitidas em no máximo,03 (três) dias da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízossuportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

8.0. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento

8.0.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta ARP, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Município de Rondolândia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao preço usual do mercado.

8.4. Será considerado compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Licitação, na pesquiasa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.0. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes nesta Ata;

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.1. Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

9.1.1 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

9.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, por 02(duas) vezez, num intervalo de 10 (dez) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.2. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

9.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.4. Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.0. A Detentora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.1. Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento)sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

10.1.1. O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita aà suspenção temporária a que se refere a alínea “c” do item 10.0 acima.

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. **10.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e consequentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

10.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no item 10.0 acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

10.6.1. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.0. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias das Secretarias Municipais Participantes e Gabinete:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gestão do Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade: 2.103– Manutenção com Gabinete do Prefeito

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (02).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Unidade: 01 – Gestão das Finanças Municipais

Projeto Atividade: 2.106 – Manutenção com a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (11).

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esport

Unidade: 01 – Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.128 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Educação e Unidades/ Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (36).

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esport

Unidade: 01 – Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.129 – Manutenção das Escolas Municipais

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (42).

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Gestão de Saúde

Projeto Atividade: 2.141 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Saúde e Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (102).

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade: 01 – Gestão de Obras e Serviços Públicos

Projeto Atividade: 2.119 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Unidades

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (147).

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.150 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Assistência Social Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (184).

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração

Projeto Atividade: 2.112 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração e Unidades

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (217).

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Agricultura

Projeto Atividade: 2.157 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Agricultura e Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (256).

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Ambiente

Projeto Atividade: 2.157 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (270).

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Arrecadação

Unidade: 01 – Gestão de Arrecadação e Tributos

Projeto Atividade: 2.121 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Arrecadação e Unidades

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (277).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.0. Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 040/2015 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I-Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços ou por apostilamento á presente Ata de Registro de Preço.

II - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

III - Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de Pregão Presencial nº 040/2015, seus anexos e a proposta da Detentora.

IV - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TCE-MT.

12.2. Em nenhuma hipótese poderá haver o aumento do quantitativo registrado nesta ARP, sendo porém, possível, o aumento do quantitativo estipulado nos contratos decorrentes desta ARP, na forma do art.65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.0. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 03 de Julho de 2015.

Município de Rondolândia-MT **Bett Sabah M.da Silva** **Prefeita Municipal**	**Nome Detentora** **CNPJ** **Nome Representante Legal**
Participantes desta ARP:	
Gabinete da Prefeita **Responsável**	**Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento** **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**
Secretaria Municipal de Educação e Cultura **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**	**Secretaria Municipal de Saúde** **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**
Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**	**Secretaria Municipal de Assistência Social** **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**
Secretaria Municipal de Administração **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**	**Secretaria Municipal de Agricultura** **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**	**Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos** **Secretário** **N° Decreto** **(carimbo)**

ATO ADMINISTRATIVO Nº 054/GAB/PMR/2015

ASSUNTO: Requerimento de Licença Prêmio ao servidor(a) VALDENY FREIRE, VIGIA matricula nº 38, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, tudo que dos autos do processo administrativo constam; Considerando o Decreto Municipal nº 1.022/GAB/PMR DE 16 de setembro de 2014, que regulamentou a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, prevista nos Arts. 102 a 105 da Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007;

Considerando a lista formulada pela Secretária De Obras Do Município;

DECIDO:

1) Homologo o tempo de serviço , compreendido entre os dia 11/07/2007 a 11/07/2012 , de efetivo exercício no cargo de **VIGIA** , totalizando o tempo de serviço público municipal de (05) anos.

2) Concedo a licença prêmio remunerada por assiduidade ao servidor (a) que gozará na seguinte data:

3) **Único período em**: **01/05/2015 a 30/07/2015**

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato, com efeitos à partir de 30.04. 2015.

Rondolândia-MT, 03 de Julho de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ATO ADMINISTRATIVO Nº 043/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 023/2013/GABINETE DO PREFEITO

OBJETO:Requerimento do servidor (a) CLEMILDO ARAÚJO DE BRITO, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação Superior – Licenciatura Plena, Matrícula nº 91.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: CLEMILDO ARAÚJO DE BRITO

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 016/PGM/2015 de fls. 38 – 43 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 016/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor CLENILDO ARAÚJO DE BRITO, Cargo Professor, para “Nível I, Classe B – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena”, com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU)

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/ SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 062/GAB/PMR/2015

Proc.Adm. nº : 145/2015

Objeto : Requerimento de Conversão de 1/3 de Férias em abono Pecuniário

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, a manifestação da Procuradoria Geral do Município;

DECIDO

Autorizar a conversão de 1/3 das férias vencidas (10 dez dias) em valor pecuniário a Servidora Luciene de Souza Santos.

Promovam-se as publicações necessárias, com efeitos à 02.05.2015

Encaminhe ao DRH para ultimar providências.

Rondolândia/MT, 03.07.2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 061/GAB/PMR/2015

Proc.Adm. nº : 056/2014

Objeto : Requerimento de Conversão de 1/3 de Férias em abono Pecuniário

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, a manifestação da Procuradoria Geral do Município;

DECIDO

Autorizar a conversão de 1/3 das férias vencidas (10 dez dias) em valor pecuniário ao Servidor Fábio Frazão Vilanova.

Promovam-se as publicações necessárias.

Encaminhe ao DRH para ultimar providências.

Rondolândia/MT, 03.07.2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 060/GAB/PMR/2015

Proc.Adm. nº : 056/2014

Objeto : Requerimento de Conversão de 1/3 de Férias em abono Pecuniário

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, a manifestação da Procuradoria Geral do Município;

DECIDO

Autorizar a conversão de 1/3 das férias vencidas (10 dez dias) em valor pecuniário ao Servidor Fábio Frazão Vilanova.

Promovam-se as publicações necessárias.

Encaminhe ao DRH para ultimar providências.

Rondolândia/MT, 03.07.2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 042/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 688/2010/SEMEC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ENI PEREIRA DA COSTA, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação Superior – Licenciatura Plena, Matrícula nº 555.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: ENI PEREIRA DA COSTA

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 015/PGM/2015 de fls. 30-35 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 015/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor (a) ENI PEREIRA DA COSTA, Cargo Professor, para "Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena com Especialização", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU)

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 056/GAB/PMR/2015

ASSUNTO: Requerimento de Licença Prêmio ao servidor(a) ADRIANA RAQUEL TAVARES, AGENTE ADMINISTRATIVO matricula nº 57, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, tudo que dos autos do processo administrativo constam;

Considerando o Decreto Municipal nº 1.022/GAB/PMR DE 16 de setembro de 2014, que regulamentou a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, prevista nos Arts. 102 a 105 da Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007;

DECIDO:

1) Homologo o tempo de serviço , compreendido entre os dia 19/12/2008 a 19/12/2013 , de efetivo exercício no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** , totalizando o tempo de serviço público municipal de (05) anos.

2) Concedo a licença prêmio remunerada por assiduidade ao servidor(a) que gozará na seguinte data:

3) **Único Período: 01/07/2015 a 30/09/2015**

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato, com efeitos à partir do dia 01.07.2015.

Rondolândia-MT, 03 de Julho de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ATO ADMINISTRATIVO Nº 059/GAB/PMR/2015

Proc.Adm. nº : 055/2014

Objeto : Requerimento de Conversão de 1/3 de Férias em abono Pecuniário

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, a manifestação da Procuradoria Geral do Município;

DECIDO

Autorizar a conversão de 1/3 das férias vencidas (10 dez dias) em valor pecuniário a Servidora Marilene Engler Loureiro.

Promovam-se as publicações necessárias.

Encaminhe ao DRH para ultimar providências.

Rondolândia/MT, 03.07.2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 040/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 044/2013/SEMEC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ELESSANDRA HELENA FERNANDES, Cargo: Professor, Nível I, Classe A – habilitação Magisterio, Matrícula nº 89.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: ELESSANDRA HELENA FERNANDES

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 013/PGM/2015 de fls. 38 - 42 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 013/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional da servidora ELESSANDRA HELENA FERNANDES, Cargo Professor, para "Nível I, Classe B – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU)

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 039/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 629/2010/SEMEC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ROSANA DE CASTRO AMARAL PESSOA, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação Grau Superior – Licenciatura Plena, Matrícula nº 562.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: ROSANA DE CASTRO AMARAL PESSOA

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 012/PGM/2015 de fls. 33-39 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 012/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional da servidora ROSANA DE CASTRO AMARAL PESSOA, Cargo Professor, para "Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena com Especialização", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU).

b) Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 058/GAB/PMR/2015

Proc.Adm. nº : 0304-GAB/PMR/2012.

Objeto : Requerimento de Conversão de 1/3 de Férias em abono Pecuniário

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, a manifestação da Procuradoria Geral do Município;

DECIDO

Autorizar a conversão de 1/3 das férias vencidas (10 dez dias) em valor pecuniário a Servidora Edna Maria Andrade.

Promovam-se as publicações necessárias.

Encaminhe ao DRH para ultimar providências.

Rondolândia/MT, 03.07.2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 038/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 127/2015/GABINETE DA PREFEITA (PRINCIPAL)

Proc. Adminst. nº : ...../2008/SEMAD (Não apresentado)

OBJETO:Requerimento do servidor CELSO XAJYP ZORÓ, Cargo: Professor Leigo Indígena (Magistério), Matrícula nº 628.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: CELSO XAJYP ZORÓ

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião desfavorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 011/PGM/2015 de fls. 16-22 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 011/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, neste momento, não concedo a promoção funcional do servidor neste momento, deixo de analisar o pedido e expresso entendimento pela não promoção funcional do servidor CELSO XAJYP ZORÓ por que ainda não cumpriu o estágio probatório de que trata o Art. 28 da Lei do Regime Único (LCM nº 3/2007) c/c com a exigência *conditio sine qua non,* capitulada no *caput* do Art. 19 da Lei nº 229/2010 com a nova redação dada pela Lei nº 258/2012.

b) Ressalvo, outrossim, nada impede que o servidor (a) cumprido o interregno remanescente do estagio probatório apresente novo requerimento, tempo que, lhe será concedida a promoção uma vez que todos os demais requistos exigidos em lei foram cumpridos, conforme exaurido pelo relatório proveniente do Colégio dos Procuradores Municipais.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 048/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº :838/2007-SEMEC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) VALDECIR DALFIOR, Cargo: Professor, Nível I, Classe A – habilitação Magistério, Matrícula nº 588.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: VALDECIR DALFIOR

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 021/PGM/2015 de fls. 38 – 43 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 021/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor VALDECIR DALFIOR, Cargo Professor, para "Nível I, Classe B – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU).

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 049/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº :078/2014-GABINETE

: 070/2011-SEMEC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) GILCILENE BUSS, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação superior – licenciatura plena - Matrícula nº 589.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: GILCILENE BUSS

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 022/PGM/2015 de fls. 20 – 25 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 022/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor GILCILENE BUSS, Cargo Professor, para "Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena, com Especialização", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU).

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 047/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº :737/2007-SEMEC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) TÂNIA MARIA DA SILVA, Cargo: Professor, Nível I, Classe A – habilitação Magistério, Matrícula nº 564.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: TÂNIA MARIA DA SILVA

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 020/PGM/2015 de fls. 44 – 49 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 020/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor TÂNIA MARIA DA SILVA, Cargo Professor, para "Nível I, Classe B – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU).

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 050/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº :178/2007-SEMEC

: 492/2007-SEMEC (Apenso)

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ARMINDO MOREIRA MAGALHÂES, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação superior – licenciatura plena - Matrícula nº 074.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: ARMINDO MOREIRA MAGALHÂES

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 023/PGM/2015 de fls. 52 - 57 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 023/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional para o servidor ARMINDO MOREIRA MAGALHÂES, Cargo Professor, para "Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena, com Especialização", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU).

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 057/GAB/PMR/2015

ASSUNTO: Requerimento de Licença Prêmio ao servidor(a) GESIANE MIRANDA CARDOSO, AGENTE ADMINISTRATIVO matricula nº 513, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, tudo que dos autos do processo administrativo constam;Considerando o Decreto Municipal nº 1.022/GAB/PMR DE 16 de setembro de 2014, que regulamentou a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, prevista nos Arts. 102 a 105 da Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007;

Considerando a lista formulada pela Secretária De Ação Social Do Município;

DECIDO:

1) Homologo o tempo de serviço , compreendido entre os dia 01/07/2007 a 01/07/2012 , de efetivo exercício no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** , totalizando o tempo de serviço público municipal de (05) anos.

2) Concedo a licença prêmio remunerada por assiduidade ao servidor(a) que gozará na seguinte data:

3) **1º período em**: **01/07/2015 a 30/09/2015**

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato, com efeitos à partir de 01.07.2015.

Rondolândia-MT, 03 de Julho de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ATO ADMINISTRATIVO Nº 052/GAB/PMR/2015

ASSUNTO: Requerimento de Licença Prêmio ao servidor(a) – MARIA OTACILIA SOARES EDUARDO NETO, ZELADOR(a), matricula nº 110, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social -SEMAS.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, tudo que dos autos do processo administrativo constam;Considerando o Decreto Municipal nº 1.022/GAB/PMR DE 16 de setembro de 2014, que regulamentou a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, prevista nos Arts. 102 a 105 da Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007;

Considerando a lista formulada pela Secretária De Ação Social Do Município;

DECIDO:

1) Homologo o tempo de serviço , compreendido entre os dia 1/07/2007 a 1/07/2012, de efetivo exercício no cargo de **ZELADOR(a)** , totalizando o tempo de serviço público municipal de (05) anos.

2) Concedo a licença prêmio remunerada por assiduidade ao servidor(a) que gozará na seguinte data:

3) **1º período em : 01/04/2015 a 30/04/2015**

4) **2º período em : 01/07/2015 a 31/07/2015**

5) **3º período em : 01/12/2015 a 31/12/2015**

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato, com efeitos à partir de 05.04. 2015

Rondolândia-MT, 03 de Julho de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ATO ADMINISTRATIVO Nº 044/GAB/PMR/2015

Proc. administ. nº : 023/2013/GABINETE DO PREFEITO

Proc. administ. nº : 306/2010/SEMC

OBJETO:Requerimento do servidor (a) GRACIELA CARVALHO DRUMOND, Cargo: Professor, Nível I, Classe B – habilitação Superior – Licenciatura Plena, Matrícula nº 87.

ASSUNTO : Promoção funcional em decorrência de nova formação específica.

INTERESSADO: GRACIELA CARVALHO DRUMOND

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inc. XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município;

Considerando, a opinião favorável para a promoção funcional do servidor (a), conforme RELATÓRIO Nº 017/PGM/2015 de fls. 42 - 46 nos autos;

DECIDO;

a) Homologar o RELATÓRIO Nº 017/PGM/2015 e, com esteio no mesmo, concedo a promoção funcional do servidor GRACIELA CARVALHO DRUMOND, Cargo Professor, para "Nível I, Classe C – habilitação Grau Superior, Licenciatura Plena, com especialização", com fundamento no Art. 19 da Lei nº 229, de 29 de 22 de julho de 2010 com a redação dada pela Lei nº 237, de 19 de Novembro de 2010, c/c art. 57 da LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (RJU)

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município. Dê-se ciência ao servidor no DRH/ SEMAD

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Julho de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 046/2015

2º ATO

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2015,** cujo **Objeto: "Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Locação de Caminhões Pipa, Máquinas Pesadas, Ônibus, Vans, Caminhonete, Caminhão Prancha para atendimento das Necessidades e Manutenção das Estradas, Abastecimento de Água Potável as Residências, Transporte de Passageiros, Transporte de Pacientes para realizar exames médicos fora do Município de Rondolândia (com e sem motorista)"** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 081/2015 – SEMUSA, SEMEC, GABINETE e SEMAS, tendo como vencedora dos itens licitados a empresa: **J.R. Distribuidora e Transportadora - Eireli-ME, CNPJ: 84.755.800/0001-02,** com o Valor Global de R$ 1. 566.500,00 (Hum milhão quinhentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 06 de Julho de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 081/2015.

PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2015 – SRP

Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela Prefeita Municipal em exercício, a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49 , **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa J.R.Distribuidora e Transportadora – Eireli - Me, inscrita no CNPJ sob o n°84.755.800/0001-02, instalada e localizada na Av: Carlos Gomes nº 2124, Bairro Princesa Isabel, na cidade de Cacoal - RO, representada neste ato pelo seu proprietário Srº Joel Raimundo dos Santos, portador do CPF nº 448.711.042-49 e do RG nº 540701 SSP RO , , nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 046/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, aos nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/09/2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013, e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Contratação por sistema de Registro de Preços, para Contratação de Empresa Para Prestar Serviços de Locação de Caminhão Pipa, Máquinas Pesadas, Ônibus, Vans, Caminhonete, Caminhão Prancha para atendimento das necessidades e manutenção das estradas, abastecimento de água potável as residências, transporte de passageiros, transporte de pacientes para realizar exames médicos fora do Município de Rondolândia (com e sem motorista), conforme especificações contidas no termo de referência, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no ANEXO 0I – Termo de Referência n°046/2015 do Edital de Pregão Presencial n° 046/2015, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 081/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.0. Detentora da ARP:

Nome: J.R.Distribuidora e Transportadora – Eireli - Me	
CNPJ n°84.755.800/0001-02	
Endereço: Av: Carlos Gomes	
Cidade/Estado: Cacoal - Ro	CEP: 76.964-016
Telefone: (69) 3441-1050	E-mail:
Representante Legal: Joel Raimundo dos Santos	
CPF n°448.711.042-49	

2.1. Os lotes, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA/VEICULO ANO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	HORA	1.000	CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE DE NO MINIMO 10.000 LITROS, EQUIPADO COM MOTOR BOMBA - SEM MOTORISTA.	MERCEDES BENZ ANO 1996	R$ 114,00	R$ 114.000,00
02	HORA	2.000	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO PÁ CARREGADEIRA DE PNEU, TURBINADA, COM O MINIMO DE 79 (KW), EQUIPADA C/ CONCHA DE CAPACIDADE DE CARGA DE NO MINIMO 1,33 M³, SEM OPERADOR POR CONTA DA CONTRATADA.	CASE W-20 ANO 2005	R$ 137,00	R$ 274.000,00
03	HORA	2.000	VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO ¾ COM CARROCERIA DE MADEIRA, COM A CAPACIDADE DO CHASSI DE NO MINIMO 4,0 TONELADAS, MOTOR A DIESEL, COM MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA.	F 4.000 ANO 1997	R$ 81,00	R$ 162.000,00
04	HORA	1.000	LOCAÇÃO DE 1 (UM) CAMINHÃO (CAVALINHO), POTENCIA MINIMA DE 260 CV, EQUIPADO COM CARRETA TIPO PRANCHA DE NO MINIMO 02 EIXOS E SEM MOTORISTA E SEM LIMITES DE QUILOMETRAGEM.	CAMINHÃO WOLKS 18-310 ANO 2004 PRANCHA ANO 2000	R$ 179,00	R$ 179.000,00
05	KM	15.000	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS PARA ATENDER O DESLOCAMENTO DE PASSAGEIROS DE DIVERSAS SECRETARIAS, COM MOTORISTA.	MERCEDES BENZ ANO 2004 MOD. 1721	R$ 6,00	R$ 90.000,00
06	DIARIA	575	LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO DO TIPO CAMIONETE CABINE DUPLA, COM TRAÇÃO NAS 4 (QUATRO) RODAS, COM AR CONDICIONADO,FREIOS ABS.	S-10 CHEVROLET - ANO 2013/2014	R$ 520,00	R$ 299.000,00
07	HORA	6.400	VEICULO UTILITARIOS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CAPACIDAE MINIMA DE 9 (NOVE) PESSOAS, MOTOR BICOMBUSTIVEL (FLEX), POTENCIA LIQUIDA 76 CV, PORTA LATERAL CORREDICA DE FACIL ACESSO, CARGA UTIL 1000 KG - SEM MOTORISTA	KOMBI VOLKSWAGEM – ANO 2009	R$ 57,00	R$ 364.800,00
08	MENSAL	18	VEICULO PASSEIO 4 PORTAS COM POTENCIA MINIMA DE 65 CV, MOTOR NO MINIMO 999 CILINDRADAS, COMBUSTIVEL ETANOL/GASOLINA	GOL – VOLSWAGEM – ANO 2014	R$ 4.650,00	R$ 83.700,00

2.2. Detentora Reserva da Ata:

Nome:	
CNPJ n°	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Representante Legal:	
CPF n°	

2.3. A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira Detentora.

2.4. O valor total registrado na presente ATA é de R$ 1.566.500,00 (Hum milhão quinhentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais).

2.5. Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

2.5.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado trimestralmente no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

2.5.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Nona.

2.7. Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

3.1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

3.2. Executar os serviços deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 046/2015;

3.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

3.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

3.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

3.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

3.7. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

3.8. Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

3.9. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informado.

3.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

3.12. Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços.

3.13. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

4.2. Emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

4.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

4.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

4.5. Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

4.6. Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

4.7. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência n°046/2015.

4.8. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.0. A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência adstrita ao período máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação para além deste prazo.

5.1. O fornecimento de bens e/ou a prestação dos serviços desta licitação deverão ser entregues/prestados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal participante e conforme as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência n° 046/2015.

5.2. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço as situações referidas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO (GERÊNCIA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O gerenciamento desta ATA caberá ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado.

7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos entregues a este Município de Rondolândia, bem como a quantidade, além de indicar o número do Pregão Presencial a que se refere e número do contrato, quando houver.

7.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços realizados/entregues.

7.3. O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

7.5. A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

7.5.1. Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social –INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços–FGTS, ambas emitidas em no máximo,03 (três) dias da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízossuportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

8.0. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento

8.0.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta ARP, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Município de Rondolândia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao preço usual do mercado.

8.4. Será considerado compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Licitação, na pesquiasa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.0. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes nesta Ata;

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.1. Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

9.1.1 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

9.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, por 02(duas) vezez, num intervalo de 10 (dez) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.2. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

9.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.4. Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.0. A Detentora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.1. Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento)sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

10.1.1. O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita aà suspenção temporária a que se refere a alínea “c” do item 10.0 acima.

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. **10.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e consequentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

10.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no item 10.0 acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

10.6.1. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 – Gestão do Gabinete do Prefeito
Projeto Atividade: 2.103– Manutenção com o Gabinete do Prefeito
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (5).
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 01 – Gestão da Educação
Projeto Atividade: 2.129– Manutenção das Escolas Municipais
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (44).
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Gestão de Saúde
Projeto Atividade: 2.141 – Manutenção e Encargo com a Secretaria Municipal de Saúde e Unidades/Conselhos
Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (107).

11.0. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias da Secretaria Municipal Participantete:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Gestão Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.150– Manutenção e Encargo com a Secretaria Municipal de Assistência Social Unidades-Conselho

Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (189).

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Agricultura

Projeto Atividade: 2.157– Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Agricultura e Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (258).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.0. Fica a Detentora desta ARP obrigada a prestar os serviços registrados, à Contratante e a secretaria municipal participante, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 046/2015 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I-Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços ou por apostilamento á presente Ata de Registro de Preço.

II - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

III - Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de Pregão Presencial nº 046/2015, seus anexos e a proposta da Detentora.

IV - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TCE-MT.

12.2. Em nenhuma hipótese poderá haver o aumento do quantitativo registrado nesta ARP, sendo porém, possível, o aumento do quantitativo estipulado nos contratos decorrentes desta ARP, na forma do art.65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.0. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 03 Julho de 2015.

_____ _____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT J.R.DIST & TRANSPORT. – EIRELI - ME

BETT SABAH M.DA SILVA CNPJ 84.755.800/0001-02

Prefeita Municipal JOEL RAIMUNDO DOS SANTOS

Participantes desta ARP:	
Secretaria Municipal de Saúde Secretária N° Decreto (carimbo)	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Secretária N° Decreto (carimbo)

Secretaria Municipal de Assist. Social Secretária N° Decreto (carimbo)		Secretaria Municipal de Agricultura Secretário N° Decreto (carimbo)
		Gabinete da Prefeita Responsável (carimbo)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2015

3º ATO

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2015,** cujo **Objeto: "Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Pedagógicos e Materiais de Expediente para atender as necessidades das Secretarias e Escolas Municipais"** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 069/2015 – SEMEC, SEMUSA, SEMAD, GABINETE, SEMOSP, SEMFAZ, SEMAGRI, SEMEIA E SEGAT, tendo como vencedora dos itens licitados a empresa: **J.R. Distribuidora e Transportadora - Eireli-ME, CNPJ: 84.755.800/0001-02,** com o Valor Global de R$ 155. 405,79 (Cento e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinco reais e setenta e nove centavos).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 06 de Julho de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

EDITAL COMPLEMENTAR N° 008/2015

HOMOLOGAÇÃO

I. HOMOLOGAÇÃO

Homologação com as seguintes informações: cargo, classificação, nome do candidato, número da inscrição e pontuação total obtida no Processo Seletivo.

12. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 01 (PSF1 - CENTRO 01,02,03 E 04)

0001 SOLANGE COSTA ALVES (574), 80.00

0002 MARINA MARIA DOS SANTOS NUNES (89), 80.00

0003 LUCIANE ANTONIA LEMES (479), 75.00

0004 LAINE MARIA PIRES DA SILVA (64), 75.00

0005 ROSANGELA PIMENTEL (630), 75.00

0006 MILENA FERNANDA GENEROSO PADILHA (8), 70.00

0007 JORGE NEPONOCENO DE ALMEIDA SOBRINHO (692), 70.00

0008 VIVIAN CINTIA PEREIRA BUENO (649), 65.00

0009 FRANCISCA LOPES DE SOUZA (387), 65.00

0010 ELIEIDE LEME DE LIMA (402), 60.00

0011 IVANILDE SILVA E SILVA (386), 55.00

0012 JEAN CARLOS DA SILVA SÁ (35), 55.00

0013 SILVANA SOUZA COSTA (687), 50.00

0014 KLISMAN COSME DE ALMEIDA PRADO (679), 50.00

0015 WANIA NOEMIA DE SOUZA (450), 45.00

0016 MAXILENE FLAVIANA DA SILVA (221), 45.00

0017 ADELAIDE BENEDITA DA SILVA RONDON (388), 40.00

0018 CLAUDIA DE CASSIA NOLOSCO (73), 40.00

0019 WANESSA FATIMA DE SOUZA (447), 35.00

13. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 02 (PSF 01- SANTA IZABEL, 05 E 41)

0001 JUCILEY LEMES PEDRO (104), 70.00

0002 ALCIONE ESTEFE DA SILVA (536), 70.00

0003 LIA APARECIDA MARQUES DA SILVA (522), 65.00

0004 ISABELA MARIA DE ALMEIDA (284), 60.00

0005 ANAIR BENEDITA DA SILVA (252), 55.00

0006 GEISIANE DIAS LISBOA (558), 55.00

0007 CREIDIANE JESUS DE ALMEIDA (524), 55.00

0008 DAYENE GONÇALVES LEITE DA SILVA (469), 55.00

0009 BENEK NEVES DE CAMPOS (563), 45.00

0010 MARCELINA LUCIANA DA CONCEIÇÃO (108), 45.00

0011 YURI CRISTIAN DA SILVA PULCHERIO (680), 45.00

15. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 04 (PSF 1 - BAIRRO ALTO E 14)

0001 WANEYSSA MARIA SOSSIMEAR (28), 65.00

0002 GESLAINE FRANCISCA DA SILVA (157), 50.00

0003 ANA CAROLINA DE ALMEIDA (528), 50.00

0004 ANGELICA ALMEIDA FERREIRA (243), 50.00

16. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 05 (PSF 2 - SANTA IZABEL 06)

0001 LUCIANO JESUS CUNHA (238), 80.00

0002 RAYNE C. DE A. SANTOS (470), 70.00

0003 MARIA LUCIA DE OLIVEIRA (541), 65.00

0004 ANELIZE DOS SANTOS ALMEIDA (107), 65.00

0005 DANIELE SANTOS ALMEIDA (610), 65.00

0006 WELLYTON SILVA LEMES (184), 65.00

0007 STEFANIA APARECIDA DA SILVA (347), 65.00

0008 VANUZA APARECIDA DA SILVA (367), 60.00

0009 ALDINEI FERREIRA DA SILVA (690), 55.00

0010 LIDIANE MARIA ALMEIDA (327), 50.00

17. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 06 (PSF 2 - NOSSA SENHORA APARECIDA, 07,16,17,18,42,43 E 45)

0001 LUCIANA GARCIA DA SILVA (248), 80.00

0002 ROSIMARI DE ARRUDA PEREIRA (38), 80.00

0003 GEYSSIKELE MAIVA DE LIMA (419), 80.00

0004 LINDELZA MARIA CUNHA (88), 75.00

0005 ELIAMARA ARRUDA DOS SANTOS (349), 75.00

0006 SHIRLEY MARIA ARAUJO (650), 70.00

0007 JOANICE MARIA DE ALMEIDA (338), 65.00

0008 RODRIGO MANOEL DA SILVA (568), 65.00

0009 ROSIANE VARGAS (433), 65.00

0010 LEILA EDNA DA SILVA AMARAL (197), 60.00

0011 CLEIDE EULIMA DE ARRUDA (348), 60.00

0012 MARIA DE FATIMA SILVA (373), 60.00

0013 DEBORA RAQUEL AMARAL (16), 60.00

0014 ELIZANA RODRIGUES DE SOUZA (404), 60.00

0015 AGNALDO EMANUEL FERREIRA DE SOUZA (235), 60.00

0016 JANAINA ROSA DA SILVA (666), 60.00

0017 RUBEN DE PINHO SERRA MACEDO (110), 60.00

0018 JANAINA GLAUCIA DA SILVA (33), 55.00

0019 MARCELA DA GUIA CUNHA (31), 55.00

0020 EVANIL MARIA DE ARRUDA (154), 55.00

0021 ROSANA FERREIRA DA SILVA (521), 55.00

0022 PATRICIA PEDROSA DA CRUZ (604), 50.00

0023 LUCINEIDE DA SILVA ALMEIDA (372), 50.00

0024 NAGELLA KARIME ARRUDA DOS REIS OLIVEIRA (360), 50.00

0025 ANDREIA RODRIGUES DA SILVA (567), 50.00

0026 MARIA FEREZINHA OJEDA (244), 50.00

0027 WALDIRENE MARIA ARRUDA DOS REIS (622), 50.00

0028 ANDREIA REGINA SILVA FERREIRA (270), 50.00

0029 SUELEN APARECIDA DO AMARAL CARVALHO (153), 50.00

0030 CERILA JOSEFA DOS SANTOS (678), 45.00

0031 ROSILEIDE DA SILVA PRADO (158), 45.00

0032 ANICELIA DA SILVA PEREIRA (293), 45.00

0033 EDILCÉA FRANÇA ALMEIDA (342), 45.00

0034 ROSILAINE FERNANDA DO ESPIRITO SANTO (292), 40.00

0035 EDIVANE MARIA DE ALMEIDA (328), 40.00

0036 JUCIMARA SOARES DE OLIVEIRA (75), 35.00

18. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 07 (PSF 2 - NOSSA SENHORA PIEDADE E 15)

0001 EDANILA ALESSANDRA PEREIRA ALVES DE ALMEIDA (336), 75.00

0002 CELIA APARECIDA DE ALMEIDA (11), 70.00

0003 JUCIENE MARIA DE ASSIS (30), 65.00

0004 GLEICIMARA DE SANTANA (259), 65.00

0005 VILMA PAULA DA SILVA (133), 60.00

0006 CRISTIANE DE ARRUDA MARQUES (268), 60.00

0007 SOLANGE LEMES DO PRADO (489), 55.00

0008 RENILDA MARIA DE ASSUNÇÃO (52), 40.00

0009 DULCENEIA DIAS (693), 35.00

19. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 08 (PSF 2 - SERRA DOURADA 44)

0001 JOANETE SANTANA (141), 70.00

0002 VANDERLY LEMES DO PRADO (4), 65.00

0003 NEMARI BERTAGLIO BRAUM HERRERA (584), 65.00

0004 LINDINALVA LEMES DE ABREU (345), 60.00

0005 THAISA CAROLINE DOS SANTOS SÁ (657), 55.00

0006 MARIANA CRISTINA BALLERINI GONÇALES (454), 55.00

0007 JAQUELINE CONCEIÇÃO DA SILVA (585), 40.00

20. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 09 (PSF 3 - MONJOLO, 09 E 47)

0001 ROSELI NORBERTA DE SOUZA (438), 75.00

0002 PAULA GABRIELA PEREIRA (352), 75.00

0003 ELTON JOSE DA SILVA (557), 75.00

0004 WILBERT MATEUS TOLEDO SILVA (210), 70.00

0005 JANAINA APARECIDA LOUZADA (267), 70.00

0006 JAILTON DAS NEVES SOARES DE OLVEIRA (325), 65.00

0007 THAISSA PAMELLA DA SILVA DE ALMEIDA (684), 60.00

0008 FRANCISVANE JACOB PINTO (257), 55.00

0009 NILTON CANDIDO DA SILVA (274), 55.00

0010 LUIZ VINNICYUS DA SILVA COSTA (20), 50.00

0011 LETICIA MARIA DE SOUZA FERREIRA (21), 50.00

0012 ANTONIA EVA CONRADO (448), 50.00

0013 AMAURI DE MORAES DA CRUZ (439), 40.00

0014 RAIANE JACOB DA SILVA (42), 40.00

21. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 10 (PSF 3 - NOSSA SENHORA DO ROSARIO, 10 E 11)

0001 VIVIANE APARARECIDA CARDOSO DE OLIVEIRA (344), 75.00

0002 ALINE MORAES SILVA (183), 75.00

0003 TAYANE LOUZADA DE CAMPOS (43), 75.00

0004 GUILHERME CAMPOS DE OLIVEIRA (529), 70.00

0005 ANTONINA BENEDITA MARTINS (60), 65.00

0006 LUCIANA PIRES DA SILVA (65), 60.00

0007 FERNANDA DORMIVIL DE SOUZA (458), 60.00

0008 MARINEY LUZIA DE SOUZA (236), 55.00

0009 RENATA FRANCIELLE DE OLIVEIRA (116), 55.00

0010 MARISTELMA DOMINGAS DA SILVA (369), 55.00

0011 FERNANDA CRISTINA TITA NAZARIO (368), 50.00

0012 ALAINE PEREIRA (420), 40.00

0013 DOUGLAS VINICIUS DE SÁ PEREIRA (326), 40.00

0014 LAURA GONÇALINA DA CONCEIÇÃO (255), 50.00

0015 MAYKO MENDES DA SILVA (212), 45.00

22. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 11.(PSF 3 - AEROPORTO, 12,13 E 46)

0001 LUCIANA DOS SANTOS FERREIRA (5), 80.00

0002 NEIDE APARECIDA DE JESUS (499), 75.00

0003 MARINETE DA SILVA (63), 70.00

0004 DANIELA MIGRELINA COSTA FRANCA (93), 70.00

0005 LAURIANA MARCILIO LEMES (99), 65.00

0006 MARCIO FERREIRA DA SILVA (138), 60.00

0007 EDYELLEN NUNES DA SILVA (98), 60.00

0008 JOSEFA LEMES DA SILVA (640), 60.00

0009 DURCELINA MARIA B. SAILVA (232), 55.00

0010 MARIELLEN MARIA DO LIVRAMENTO SILVA (591), 55.00

0011 DEOVANIA JULIA DA SILVA (76), 55.00

0012 LUCIANO LUCENIR DE ALMEIDA (492), 50.00

0013 VIRGILINA LEMES VIEIRA (241), 50.00

0014 SANTINA DA SILVA PRADO (57), 50.00

0015 LUZIA CLAUDINHA DA COSTA (68), 45.00

0016 IONARA NUNES DE OLIVEIRA (242), 45.00

0017 ROSIDETE CANCEIÇÃO DAMASCENO (123), 45.00

0018 ANDREIA LEMES DE FIGUEREDO (384), 40.00

0019 LUCIANA MARIA DA SILVA (231), 40.00

0020 JOILSON BERTULA DA SILVA (431), 30.00

0021 RAFAEL PEREIRA RODRIGUES (120), 30.00

0022 ANAQUELE FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA (300), 30.00

0023 ADRIELE ROZANA DA SILVA DE LIMA (555), 25.00

0024 CONCEIÇÃO MENDES DE ARRUDA (674), 15.00

23. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 12. (PSF 3 - SANTO ANTONIO E 48)

0001 MAICHAEL FERREIRA DE LUCENA (573), 80.00

0002 PAULA MICHELE MARIA SILVA (405), 70.00

0003 LUAN ANTONIEL DA CRUZ GOMES (487), 65.00

0004 ALDILENE SANTANA DA SILVA (651), 65.00

0005 MARCIA AMARAL DOS SANTOS (172), 60.00

0006 ZENAIDE AURELIANA DA COSTA SANTOS (456), 55.00

0007 JAQUIVONE MARIA DA SILVA SANTANA (370), 50.00

0008 TATIANE PADILHA DA CRUZ (593), 50.00

0009 RAFAEL RODRIGUES DOS SANTOS (457), 50.00

0010 ERINEUZA DA COSTA SILVA (422), 45.00

25. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 14 (ZONA RURAL 20- CACHOEIRINHA E SITIO DA PONTE)

0001 SELMA MARIA DA SILVA PEREIRA (29), 55.00

0002 EVA MARIA DIAS MORAES (72), 50.00

28. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 17 (ZONA RURAL 23 - NOVO HORIZONTE)

0001 SUZANA APARECIDA DE MORAES (513), 55.00

0002 ALOIZIO JULIO CORREA (471), 50.00

0003 NAYARA CASSIA DE BRITO (186), 30.00

29. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 18 (ZONA RURAL 24- PINDAIVAL)

0001 JOZENIR M. DUALIBI LOYOLA (13), 50.00

0002 ELIANE PEREIRA DE MORAES (137), 40.00

30. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 19 (ZONA RURAL, 25,26 E 37 FORQUILHA)

0001 SANDRA CRISTINA LEMES PEREIRA (472), 70.00

0002 ELIZIANE DA COSTA (82), 60.00

0003 CARMEN SILVA DA GUIA (81), 45.00

31. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 20 (ZONA RURAL 27- RAIZAMA)

0001 VALQUIRIA PATRICIA DE FRANÇA DE ANDRADE PEREIRA (41), 75.00

0002 ALBERTH RODRIGUES SILVA (583), 70.00

0003 DHEIVISON JUNIOR LADISLAU RODRIGUES (301), 60.00

0004 RODRIGO MULLER AFFI (473), 50.00

32. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 21 (ZONA RURAL 28 E 29 BAUXI)

0001 KELLY KAWIECINSKI (443), 65.00

0002 MARIA AUXILIADORA DA SILVA (147), 60.00

0003 BENEDITA GOMES DA CRUZ (227), 60.00

0004 NILZA QUIRINO DE LIMA (228), 60.00

0005 LAURIANE CRISTINA DE ALMEIDA (225), 60.00

0006 DIONE DUARTE DA SILVA (496), 60.00

0007 JOSANA DA COSTA RODRIGUES (222), 60.00

0008 JANAYNA DE A. CAMARGO (219), 55.00

0009 JANAYNE DE ALMEIDA CAMARGO (223), 55.00

0010 QUELI COSTA RODRIGUES (229), 55.00

0011 ANTONIA LUCIANA DA SILVA (239), 55.00

0012 JAINE VANUSA DA SILVA (148), 55.00

0013 ANDRELINA CASSIANA DA COSTA (218), 50.00

0014 ELIS REGINA DE ALMEIDA (226), 50.00

0015 LEILA DE ALMEIDA (506), 45.00

0016 TEREZINHA MARGARIDA DA SILVA (160), 40.00

0017 ARLENE FRANCISCA PEREIRA (366), 40.00

0018 JAQUELINE MARIA FERREIRA SILVA (224), 40.00

0019 MARIZA CRISTINA DE ALMEIDA (230), 30.00

36. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 25 (ZONA RURAL 33- LARANJA E PASSAGEM DO CHIQUEIRO)

0001 ERVANA DA SILVA AGOSTINHO (449), 75.00

0002 CIRLEI TEREZINHA DRESCH (315), 70.00

39. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 28 (ZONA RURAL 36- COCAL E SUCURI)

0001 NILDETE SILVA DE OLIVEIRA (554), 75.00

0002 JOSE APARECIDO DA SILVA (518), 70.00

0003 LEODEMA LOPES SILVA (517), 50.00

0004 CACIA LUCIA SAMPAIO DA SILVA FRANCISCO (481), 45.00

0005 LIDIA MARQUES DA SILVA PRADO (607), 35.00

40. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 29 (ZONA RURAL 38- VARZEA DAS PEDRAS)

0001 GEZIEL MANOEL DA SILVA (127), 30.00

41. AGENTE COM. SAÚDE - MICRO ÁREA 30 (ZONA RURAL 49- ACOPARIZ E LIMPEZA)

0001 VANILZA ALVES DA SILVA (48), 55.00

48. AUXILIAR ADMINISTRATIVO - ACESSUAS.

0001 RENAN DIAS FERREIRA DE ALMEIDA (314), 65.00

0002 GILSETE MARA VEISA DOS SANTOS (190), 65.00

0003 DALBERT MAYRON DE PAULA BATISTA (571), 65.00

0004 LUANA PAMELLA ALMEIDA FERREIRA (527), 60.00

0005 ANGELICA ESTFE CORREA (515), 55.00

0006 IONE MARIA FIGUEIREDO DE SOUZA (688), 50.00

0007 FABIANA PACHECO DA GUIA (357), 50.00

0008 FABIO DA SILVA SERQUEIRA (322), 45.00

0009 ELIZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA (313), 40.00

0010 THAYRINE RAQUEL DA SILVA (358), 30.00

45. AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CRAS.

0001 VILMA FERREIRA MARTINS (359), 85.00

0002 ANDRE LUIZ C. BORIM (648), 80.00

0003 MONIQUE DAIANE E SILVA (209), 70.00

0004 NEICY AQUILA DE SOUZA (161), 65.00

0005 FABIANO FRANCISCO LEMES DO PRADO (103), 65.00

0006 GIRLENE CRISTINA DOS SANTOS (540), 60.00

0007 LUIZ HENRIQUE S. OLIVEIRA (173), 60.00

0008 ADEILTON JEAN DE ALMEIDA (389), 60.00

0009 ADRIANA CONCEIÇÃO OJEDA (74), 60.00

0010 GEORGE AUGUSTA DE O. CAMARGO (67), 60.00

0011 JANE ARIELE DA SILVA (166), 55.00

0012 RAFAELA AVELINA FERREIRA (468), 55.00

0013 KELLEN REGINA JESUS DE BARROS RIOS (189), 55.00

0014 MARIA APARECIDA FERREIRA (570), 50.00

0015 LARISSA DE SOUZA OLIVEIRA (681), 50.00

0016 ELIDA MARIA PEREIRA ALVES (251), 50.00

0017 DOUGLAS FELIPE DE QUEIROZ (66), 50.00

0018 FRANCISVAL DA SILVA SERQUEIRA (323), 50.00

0019 JANAINA BENEDITA DAMACENO (532), 50.00

0020 FLAVIA ATHAYDE SILVA (685), 50.00

0021 EVELINE DA COSTA SILVA (79), 50.00

0022 ARTHUR FELIPE DA CRUZ HASS (441), 45.00

0023 LEONARDO CLOVIS MORAES DE SAMPAIO (339), 45.00

0024 MARIA MARTA SANTANA DE ARRUDA (140), 45.00

0025 ROSELINA MARIA DE QUEIROZ (155), 45.00

0026 MARCIA DE ARRUDA E SILVA (477), 45.00

0027 DARIANE DARY DUARTE DA SILVA (417), 40.00

0028 TAMYRIS SUELLEN ANZIL BEZERRA (467), 40.00

0029 LUCYNEIDE MARIA DE LIMA (145), 40.00

0030 ANA CLAUDIA BARBOSA GOMESE (37), 40.00

0031 ALIANE APARECIDA NUNES FERREIRA (331), 40.00

0032 ANA PAULA PRADO DA SILVA (503), 40.00

0033 SUELLEY MARIA CRISTINA DA COSTA MARTINS (130), 40.00

0034 ANA PAULA BOABAID LEITE (302), 40.00

0035 DAYANE IMACULADA MALHEIROS DE SOUZA (146), 35.00

0036 MIRELI DE SOUZA MACHADO (390), 35.00

0037 MARINETE CONCEIÇÃO DE SOUZA SANTOS (247), 30.00

0038 TESSY VITORIA SEBA ARRUDA (375), 30.00

0039 MAYLA GABRIELA CONCEIÇÃO (111), 25.00

0040 FELIPE GABRIEL FERREIRA SANTOS SILVA (423), 25.00

0041 FRANCIELY PAIXÃO DOS PASSOS (576), 20.00

0042 IARA CAROLINE PEREIRA ROSA DE SOUZA (165), 20.00

46. AUXILIAR ADMINISTRATIVO - PAIF.

0001 GEIME APARECIDA DE ALMEIDA (395), 70.00

0002 ANA PAULA DE OLVEIRA LOPES (179), 60.00

0003 NIARA LUANA DE ARRUDA COSTA (266), 60.00

0004 ODAILCE CALIL (365), 45.00

0005 LUCINDA FERREIRA DA SILVA (144), 45.00

0006 KARINE MARIA POMBO (659), 45.00

0007 SUZI LEMES DE LIMA (459), 35.00

0008 THAISSA DA COSTA TEODORO (174), 35.00

44. AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SEDE.

0001 ARMINDA REGIS DE ALMEIDA (606), 77.00

0002 JOCIANNY TRAJANO VASCONCELO (415), 70.00

0003 LUAN JUNIOR DE FRANCA (164), 70.00

0004 MARYELE CLAUDINA RODRIGUES SOARES (341), 60.00

0005 JULIANA CXRISTINA VIEIRA DE ARRUDA (542), 50.00

0006 MAYARA APARECIDA DE ALMEIDA (17), 45.00

0007 ARIANA FERREIRA DE ASSUNÇÃO (152), 45.00

0008 DAINA C. A ARRUDA (278), 45.00

0009 FELIPE ANTUNES RONDON (621), 40.00

0010 NEIF JOSE GONCALVES JUNIOR (490), 40.00

0011 DANIELE RODRIGUES DA SILVA MENDES (299), 35.00

0012 HERCULES ANTONIO DO AMARAL (203), 35.00

0013 MAYLA MAYSA DE ALMEIDA (1), 35.00

0014 NEL LEMES SILVA DE PAULA (572), 30.00

55. AUXILIAR DE CUIDADOR

0001 BENEDITA FRANCISCA DE LIMA (240), 85.50

0002 ALESSANDRA ALEMEIDA DE OLIVEIRA (380), 85.00

0003 JOSIMAR DE CAMPOS NEREIS (566), 80.00

0004 SONIA FERREIRA (142), 70.00

0005 LUCILA ALVES NUNES (283), 65.00

0006 PEDRO HENRIQUE DA COUTO GASPAR (465), 65.00

0007 ANTONIA MARIA DE MELO (667), 60.00

0008 MARICELMA RODRIGUES (544), 60.00

0009 APARECIDA ZELINA DE ALMEIDA (12), 55.00

0010 LEOLITA RIBEIRO TAQUES (279), 55.00

0011 VINICIUS AMARAL SANTANA (276), 55.00

0012 MANOEL DE SOUZA NETO (633), 50.00

0013 MIQUELINA MARIA DE TOLEDO (136), 45.00

0014 BENEDITO LOURIVO DE SOUZA (444), 45.00

0015CAMILLA PEREIRA SOUZA (285), 45.00

0016 LIETE APARECIDA DE AS (551), 40.00

50. AUXILIAR DE FARMACIA

0001 TAMIRIS SOUZA DE ALMEIDA (112), 50.00

0002 KEILA MARIA PEREIRA (58), 45.00

0003 ROSIANE PEREIRA (59), 45.00

0004 LAIS REJANE DA SILVA (80), 45.00

0005 MARCELA KARINE PRADO (350), 45.00

0006 JULIANA MACEDO CORREA (416), 45.00

0007 MARIA LUCIA DA SILVA (396), 40.00

0008 HELOANA MARIA TALARICO JACOB (627), 40.00

0009 ANA PAULA LEMES DE ALMEIDA (22), 35.00

0010 KELI CRISTINA ANTUNES DE ARRUDA (78), 35.00

0011 JUCINEIDE FERREIRA DA SILVA CAMARGO (335), 35.00

0012 CASSIA JEMIMA CINTRA MACHADO (614), 35.00

0013 DANYELLI FERNANDA DE SANTANA (298), 35.00

0014 TEREZINHA B. DE PINHO (25), 30.00

0015 CATARINE RAIZE S. LOUZADO (697), 30.00

0016 IZAURA KETHYLIN DA SILVA CAMACHO (665), 25.00

1. CONTADOR

0001 LUCINEIDE DOS SANTOS (177), 40.00

0002 JACKSON GOMES DA COSTA (453), 35.00

2. CONTROLADOR INTERNO

0001 PAULO FELIPE DA SILVA (494), 55.00

0002 LUCIANA P.S ANTONIACOMI (466), 55.00

0003 CARLA REGINA ARAUJO BRANDOLFF (382), 50.00

0004 HAYDE NATHANIELLEN DA SILVA SCHULZ (596), 50.00

0005 VANDERSON JOSE DOS SANTOS (176), 50.00

0006 HENEIDA CAROLINE DA SILVA MATOS (682), 45.00

0007 LOUISE DE ALMEIDA GODOES (320), 45.00

0008 JOILSON BENEDITO DA SILVA (92), 45.00

0009 LUCIANO BRUNO ORMOND (618), 45.00

0010 LUCINETE MARIA DA SILVA (329), 40.00

0011 DANIELLY APARECIDA DE LIMA (282), 40.00

0012 HOGUICHELI DE SOUZA PINHO (409), 35.00

0013 TAMÃ LUCIA DE ARRUDA SANTANA (356), 30.00

0014 EMANOEL JOSE DUAILIBI BARBOSA (181), 30.00

0015 RAYSSE ALVES BRANDÃO (187), 25.00

0016 CISLAINE ANUNCIAÇÃO SEBA DA SILVA (374), 25.00

0017 SAMARA NORTZOLD (451), 25.00

57. COVEIRO

0001 AVELER FRANÇA E SILVA (288), 90.00

0002 ELIAS LEANDRO DE OLIVEIRA (403), 50.00

0003 ALAERSON R. DA SILVA (289), 45.00

0004 MOISES GONCALO DE SIQUEIRA (392), 20.00

51. CUIDADOR DE IDOSOS

0001 LUIZA EVA DE FRANÇA (291), 70.00

0002 ELIZANGELA DA SILVA MARTINS (168), 60.00

0003 LUIZ HENRIQUE DA SILVA SCHREIBER (18), 60.00

0004 DEIVIDY COSTA DE SOUZA (19), 60.00

0005 MARLENE ALMEIDA ARRUDA (115), 55.00

0006 ANA CRISTINA MARQUES DE ABREU E SOUZA (655), 50.00

0007 GUIOMAR ANTONIA DA SILVA (656), 50.00

0008 FRANCIELE FATIMA DA SILVA ALMEIDA (245), 50.00

0009 THATIANE CONCEIÇÃO DA SILVA CAMPOS (10), 50.00

0010 REGINA KATIA MARIA DE ALMEIDA (62), 50.00

0011 VANESSA DIAS DE FRANCA (214), 50.00

0012 WALTER PEDROSO DE ALMEIDA (671), 45.00

0013 LENICE MARIA MARTINS DA SILVA MORAES (696), 40.00

0014 BENEDITA MARIA DOS SANTOS BATISTA (310), 40.00

0015 EDAIL MADELENA DE SANTANA (151), 40.00

0016 NOELE DIAS DA SILVA (652), 30.00

3. ENFERMEIRA

0001 SILVIA SAMARA PEDROSO (193), 99.50

0002 JULIANA OLIVEIRA RIBEIRO TAQUES (460), 86.00

0003 HELOIZA TALARICO JACOB (332), 85.00

0004 BRUNA RAFAELA LAIS PEDROSO (156), 80.00

0005 AMANDA EVANGELISTA DA SILVA (297), 73.00

0006 MARIA GORETE QUINTINO DE ALMEIDA JOAQUIM (378), 65.00

0007 BARBARA MARIA ANTUNES BARROSO (579), 60.00

0008 OZÉLIA SATINA DA SILVA (675), 55.00

0009 KARINE FERREIRA DA SILVA (432), 55.00

0010 MICHELINE CORREA CANEVESI (211), 55.00

0011 GILSON NEI CHAVIER (54), 55.00

0012 ANNA PAULA DE MATOS MAGALHAES (182), 55.00

0013 ANALY DA SILVA SOUZA (582), 50.00

0014 TALITA LORENA CAMPOS RIBEIRO (46), 50.00

0015 JAILA MARIA DA COSTA (413), 45.00

0016 IVANIL MARIA DA SILVA (246), 45.00

0017 ARLENE MARIA DAS GRAÇAS SILVA DE PAULA (653), 45.00

4. ENGENHEIRO CIVIL

0001 PAULO DE TARSO OLIVEIRA SOUZA (178), 60.00

0002 ELIANE MULLER AFFI (455), 55.00

0003 JEREMIAS PEDROSO DE ALMEIDA (670), 40.00

53. FACILITADOR DE OFICINA - ARTESANATO

0001 MAILSON RICH ALVES (603), 60.00

0002 CONCEIÇÃO DE PAULA GOMES (401), 50.00

0003 MARIA ZILMA DE OLIVEIRA (45), 40.00

0004 MIRIAN CALMAIR BRITO (464), 55.00

0005 BENEDITA FLAVIANA DA RESSUREIÇÃO (100), 20.00

52. FACILITADOR DE OFICINA - MUSICA

0001 MONICA HAZANA GONÇALVES PACHECO (698), 65.00

5. FISIOTERAPEUTA

0001 MARITZA F LEITE (598), 78.50

0002 GLAUBER DOS SANTOS FERNANDES (202), 74.50

0003 NADIA CRISTINA DE ALMEIDA (605), 60.00

6. MEDICO

0001 JOSE CARLOS DA SILVA (377), 78.50

0002 MAITIARA B. F. GORDIM (167), 66.50

58. MOTORISTA CATEGORIA A/B

0001 OZAIL DE SOUZA ALMEIDA (400), 95.00

0002 DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA SANTOS (661), 90.00

0003 VANDERLEI CARLOS VIEIRA (56), 90.00

0004 CHRISTYAN GLEYBER DE MORAES (195), 90.00

0005 ANTONIO FAUSTINO MARQUES JUNIOR (601), 85.00

0006 NILTON MORAES DE SANTANA (512), 85.00

0007 GARIVALDO ALVES BORGES (535), 85.00

0008 JOSUEL PEREIRA NOBRES (94), 85.00

0009 ARIVALDO JOSE FERREIRA (185), 85.00

0010 EDUARDO MANOEL ASSUNÇÃO MORAES (495), 85.00

0011 VALDILEI C. DO ESPIRITO SANTO (321), 85.00

0012 BENEDITO JOSE DA CRUZ (539), 85.00

0013 ANTONIEL CORCINO LEMES (3), 80.50

0014 CLEITO DE OLIVEIRA NOGUEIRA (233), 80.00

0015 LEANDRO DE ALMEIDA GONÇALVES (482), 80.00

0016 RAIMUNDO RONALDO MOURA DOMINGOS (50), 80.00

0017 RODRIGO MARCOS DA C. SANTOS (95), 80.00

0018 JURANDIR DIAS DA CRUZ (139), 80.00

0019 AYRAN FERREIRA LEMES (436), 80.00

0020 EDSON LUIZ P DE ARRUDA (286), 80.00

0021 AUGUSTO MENDES NOGUEIRA JUNIOR (663), 75.00

0022 ANDERSON DOMINGOS DA RESSUREIÇÃO SILVA (6), 75.00

0023 GONÇALO NOBRE PEREIRA (589), 75.00

0024 EDELSON APARECIDO DA SILVA (668), 75.00

0025 WEMERSON FELICIANO GOMES DA SILVA (695), 75.00

0026 AGUINALDO SAVIO DE ALMEIDA (135), 75.00

0027 JOSE GILSON DE ALMEIDA (520), 75.00

0028 EMERSON DULCINEI DA SILVA (461), 75.00

0029 GLAYSON BENTO DE OLIVEIRA (191), 75.00

0030 ARTHUR DO AMARAL SANTANA (277), 75.00

0031 JUVENTINO DIAS DA CONCEIÇÃO (109), 75.00

0032 DJALMA DE ARRUDA FERREIRA (237), 75.00

0033 MARIOZINHO DE ABREU (171), 75.00

0034 BENEDITO ZEFERINO DOS SANTOS (686), 70.00

0035 JOSUE CORREA SOARES (613), 70.00

0036 ROSIEL RONI DA SILVA (294), 70.00

0037 WILLIAN CEZAR DE ALMEIDA (480), 70.00

0038 MANOEL LINO ALVES RIBEIRO (53), 70.00

0039 ROBSON SEBASTIAO DE ALMEIDA (599), 70.00

0040 SILVANEI BONDESPACHO DE ALMEIDA (526), 70.00

0041 ANTONIO ENGRACIO DE ABREU (491), 70.00

0042 CRISTIANO BENEDITO CUNHA (394), 70.00

0043 ELISON LUIZ MIGUEL DE ALMEIDA (355), 70.00

0044 IRENO LEMES PEDRO (124), 70.00

0045 MANOEL PEREIRA DA SILVA (14), 65.00

0046 WESLEY PEREIRA LIMA (624), 65.00

0047 SUELISON MANOEL RIBEIRO PINTO (119), 65.00

0048 SALVADOR LEITE DE FIGUEIREDO (122), 65.00

0049 JOEMIL APARECIDO DA SILVA (673), 65.00

0050 ROSINO FORTUNATO SILVA (578), 65.00

0051 ALONSO FERNANDES DE OLIVEIRA (501), 65.00

0052 EDINALRO ROCHA DA SILVA (305), 65.00

0053 JONARI DE ARRUDA PAIXÃO (24), 60.00

0054 BENEDITO JOAO DOS SANTOS (215), 60.00

0055 LEONIDO CLARO DE ALMEIDA (213), 55.00

0056 ADEMIL BALBINO DOS REIS (446), 55.00

0057 DEJALMA OLIVEIRA DE CARVALHO (47), 55.00

0058 LEONARDO CESAR DE SOUZA COSTA (434), 55.00

0059 IVANIO GONÇALVES RODRIGUES (39), 50.00

0060 URBANO PIRES DE CAMARGO (317), 50.00

0061 MARCIONEI FERREIRA DE MORAES (69), 45.00

0062 PAULO GERONIMO DAS CHARGAS (26), 35.00

8. ODONTOLOGO

0001 ANDREIA CAMILA SILVA (40), 70.00

0002 VIRGINA KAROLINE JARDIM MARTINS (319), 65.00

0003 FELIPE JOSE COSTA GONÇALVES (493), 60.00

0004 CASSIO JOSE FIDROKI (201), 60.00

10. ORIENTADOR SOCIAL I

0001 LOURENA KATRINE DOS SANTOS (577), 60.00

0002 ELIENNE DIAS DA SILVA (531), 55.00

0003 EDENILZA FRANCISCA BONFIM (504), 50.00

0004 CLEIDE DE OLIVEIRA NOGUEIRA (654), 45.00

0005 MARLENE DE ALMEIDA ALVES (485), 30.00

0006 MARIS HELENA BUENO (619), 25.00

11. ORIENTADOR SOCIAL II

0001 DOUGLAS FERREIRA DOS SANTOS (628), 70.00

0002 EMERSON MESSIAS DO COUTO (689), 65.00

9. PSICOLOGO

0001 LIGIA CRISTINA SAMBBI SANTOS (502), 63.50

0002 ROSANE CRISTINA BISSOLI (265), 60.00

0003 ELIZETE LARA DA SILVA (44), 40.00

56. SERVIÇOS GERAIS

0001 JORENICE RODRIGUES DOS SANTOS (427), 90.00

0002 ELLEN CRISTINA DE PAULA (426), 85.00

0003 ERICA REGINA DA SILVA (445), 80.00

0004 LUZINEIA DE ALMEIDA RAMOS (90), 80.00

0005 JESSICA QUERINA DE QUEIROZ (393), 75.00

0006 CRISTIANA JACOB DE ALMEIDA (569), 75.00

0007 ADRIANA FRANCISCA DE DEUS (15), 70.00

0008 GABRIELA INGRID FIGUEIREDO DOS ANJOS (129), 70.00

0009 MARIANA MARCIA DE FRANÇA (553), 65.00

0010 NADIR BORGES FANANDES SOBRINHA (253), 65.00

0011 FELIPE DE ARRUDA (626), 65.00

0012 ANA CLAUDIA DA SILVA (262), 65.00

0013 NILDA FERREIRA DE LIMA (97), 65.00

0014 LUCINEIA NUNES (121), 60.00

0015 ANA MARIA GOMES DE SOUZA (391), 60.00

0016 MARIA ZILDA P. RODRIGUES (281), 60.00

0017 LUIZ CARLOS GONCALVES DOS PASSOS (131), 55.00

0018 MARIA MERY PEREIRA (691), 55.00

0019 BERNADINA SANTANA DA SILVA (96), 50.00

0020 LUCINIR MORAES GUIA (330), 50.00

0021 BENEDITA DOS SANTOS DE JESUS (217), 55.00

0022 LURDES DA SILVA VAL VERDE (510), 45.00

0023 ANA CLAUDIA G. NASCIMENTO (170), 45.00

0024 ROSIMAR OLIVEIRA DE QUEIROZ (337), 45.00

0025 FLORENTINO MARIANO DA SILVA (385), 40.00

0026 TELMA CRISTINA CASTRO DE CAMPOS (462), 40.00

0027 MARIA CONCEIÇÃO SAMPAIO ALMEIDA (51), 35.00

0028 ADOLFO ATIMO DA SILVA (509), 30.00

0029 DULCINEIA DA SILVA FIGUEIREDO (635), 25.00

0030 JUDITE DA SILVA (7), 20.00

54. TECNICO EM ENFERMAGEM

0001 SIMONE NUNES DA SILVA (429), 65.00

0002 MADALENA BESSA DE ALMEIDA (9), 55.00

0003 GERALDA MERCEDES DO COUTO (169), 55.00

0004 MARIA CRISTINA L. DA SILVA (102), 50.00

0005 DULCINEIA ARRUDA SILVA SAMPAIO (83), 50.00

0006 JULIANA GUIA DE ABREU (514), 45.00

0007 EVA LIDIA DE ALMEIDA (150), 35.00

II. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: **diariomunicipal.org/mt/amm/**, **http://www.rosario-oeste.mt.gov.br/** e afixado no **Mural da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT**.

Rosário Oeste – MT, 06 de Julho de 2015

NILTON MARCOS NUNES PEREIRA

Presidente da Comissão Organizadora

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

VALOR: R$151.000,00 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL REAIS),

PAULO M. DE CARVALHO ARAÚJO-EPP

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 22 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 093/2015

06 de Julho de 2015

"Dispõe sobre designação de fiscal dos

contratos e da outras providencias".

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1º Fica designado os seguintes servidores como fiscal dos contratos:

Contrato nº 049/2015 – Ediane Guimara da Silva

Contrato nº 050/2015 - Ediane Guimara da Silva

Contrato nº 053/2015 – Alex dos Reis Pereira

Contrato nº 054/2015 – Hemily Natalye Alves Pereira

Contrato nº 055/2015 – Roldão Pedro de Oliveira

Contrato nº 056/2015 - Hemily Natalye Alves Pereira

Contrato nº 057/2015 – Maryele Claudina Rodrigues Soares

Contrato nº 058/2015 – Humberto Cassio de Oliveira

Contrato nº 059/2015 – Eziele Regina Benedita de Santana

Contrato nº 060/2015 – Hemily Natalye Alves Pereira

Contrato nº 061/2015 - Oilson Andrelino da Silva

Contrato nº 062/2015 - Oilson Andrelino da Silva

Contrato nº 063/2015 - Oilson Andrelino da Silva

Contrato nº 064/2015 - Hemily Natalye Alves Pereira

Contrato nº 065/2015 - Eziele Regina Benedita de Santana

2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação/afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, 06 de Julho de 2015.

Dr. JOAO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de Materiais, Produtos Químicos e Bomba Injetora de dosagem de cloro para o Tratamento da Rede de Água e Esgoto do Município de Salto do Céu – MT", conforme discriminado no Termo de Referência ANEXO I, deste Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado as empresas:**EDSON FURQUIM-ME CNPJ: 17.908.249/0001-00,** vencedora de itens deste certame no valor total de **R$ 11.926,00** (onze mil e novecentos e vinte e seis reais); **INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA CNPJ 10.717.170/0001-45,** vencedora de itens deste certame no valor total de **R$ 109.070,00** (cento e nove mil e setenta reais)**; QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE AGUA LTDA CNPJ: 11.387.627/0001-63,** vencedora de itens deste certame no valor total de **R$ 85.360,76** (oitenta e cinco mil e trezentos e sessenta reais e setenta e seis centavos).Todos os itens

e seus respectivos preços estão registrados no relatório emitido pelo Sistema Mediador.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 30 de Junho de 2015.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SETOR DE DIVISÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 13/2015 – SRP 10/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 13/2015 – SRP 10/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM comunica a todos os interessados que estará realizando processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, de nº 13/2015 -SRP. Constitui objeto do presente edital o Registro de Preços de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Obras. A sessão pública será realizada na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Carmem, no dia 17(dezessete) de Julho de 2015, com credenciamento das 09:00h às 09:30h (horário de Brasília)na sala da CPL para, iniciando o certame as 09:30 H (horário de Brasília . Os interessados em obter o Edital deverão ser dirigir à Prefeitura Municipal de Santa Carmem ou através do site www.cidadecompras.com.br, informações através do tel.: (66) 3562-1115 ramal 213 ou e-mail licitacao@santacarmem.mt.gov.br.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

Santa Carmem/MT, 07 de Julho de 2015.

Marceli Tafarel

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 037/2015

DECRETO MUNICIPAL N° 037/2015 DE 03 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeado o Sr. **ALTAMIRO CORREA LEITE JUNIOR,** inscrito no **CPF: 020.147.301-13**, para ocupar ocargo de **TESOUREIRO MUNICIPAL,** na Secretaria Municipal de Finanças, do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 03 DE JUNHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 055/SAD/2015

PORTARIA N° 055/SAD/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO 01/2015, DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica nomeada a Sra. **JANAINA QUEIROZ PEREIRA**, inscrito no **CPF: 336.049.498-90** para compor o Conselho Tutelar do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, admitidos no Processo Seletivo, Edital nº. 001/2015 de 12 de Março de 2015, realizado pelo Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente.

Art. 2º - Compete ao servidor nomeado por esta portaria o exercício das funções inerentes com fiel observância e Legislação pertinente.

Art. 3º - Esta portaria terá o prazo de validade até o dia de 31 de dezembro de 2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 01 DE JULHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM 01 DE JULHO DE 2015.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 054/SAD/2015

PORTARIA N° 054/SAD/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA PARA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **Marcos de Sá Fernandes da Silva**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido o **retorno** da servidora, a **Sra. CAROLINE SOARES CARDOSO**, nomeada via portaria nº017/SAD/2007 de 01 de junho de 2007 no cargo ou função de **AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS** da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e em especial a portaria nº. 054/SAD/2014 de 04 de agosto de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

EM 01 DE JULHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

JOSINALDO LOPES

SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 038/2015

DECRETO MUNICIPAL N° 038/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

"DISPOE SOBRE A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu- Estado de Mato Grosso, o Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA**:

Artigo 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Artigo 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde 15/05/2015, fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Saúde para os dias 01 e 02/07/2015

Artigo 3º - O tema central da Conferência será, **"Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".**

Artigo 4º - A Conferência de Saúde será realizada na Câmara Municipal.

Artigo 5º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pelo Secretario Municipal de Saúde.

Artigo 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em resoluções deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 15 DE JUNHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 039/2015

DECRETO MUNICIPAL N° 039/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, o Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1°- Fica nomeado o conselho municipal de saúde, do Município de Santa Cruz do Xingu- MT, com os seguintes membros.

TITULARES:

Representantes dos Trabalhadores de Saúde:

Genaina Cirino Marques Representante dos profissionais de saúde

Laura Vicunha Gomes de Oliveira Representante dos profissionais de saúde

Dyeisson Correia Leite Representante dos profissionais de saúde

Elei Adelaide Albrechet Representante dos Profissionais de Saúde

TITULARES:

Representantes dos Trabalhadores do Governo:

Jucyleia Mota da Costa Representante do Governo

Maicol Angelo Soares Representante do Governo

Itamara Pereira Rodrigues Representante do Governo

Sandro Monteiro e Couso Representante do Governo

TITULARES:

Representantes dos Usuários:

Eloir Diehl Araujo Representante do Sindicato do Servidor Publico de S.C. X

Benru Albrechet Representante da 3º Idade

Cleber Junho do Nascimento Representante dos Comerciantes

Pedro Nicolau Linck Representante do Grupo da ADEX (Assoc. De Desen. Comum. De S.C.X)

Reginaldo Lopes Representante do P.A Santa Clara

Aleriano Rodrigues da Silva Representante do P.A Brasipaiva

Sebastião Pereira Representante da Coab

Valdemar Sermut Novatvosk Representante do Projeto II

SUPLENTES:

Representantes dos Trabalhadores da Saúde:

Mirian de Paula F. F. Silva Representante dos Profissionais da Saúde

Ediléia Santos Souza Representante dos Profissionais da Saúde

Rosilene Lima Pontes Representante dos Profissionais da Saúde

Ivanilde Texeira Reis Souza Representante dos Profissionais da Saúde

SUPLENTES:

Representantes dos Trabalhadores do Governo:

José Augusto Silva Gonzaga Representante do Governo

Edelson Jose Barreto Representante do Governo

Graciele Graciano Luca Representante do Governo

Marcos Ferreira Torres Representante do Governo

SUPLENTES:

Representante dos Usuários:

Ingo Marmet Representante do Sindicato Rural

João José Barreto Representante da 3º Idade

Luiz Valdivino de Camargo Representante dos Comerciantes

Elaine Marmet Representante da ADEX (Assoc. De Desen. Comum. De S. C.X)

Divino Alves Toledo Representante do P.A Santa Clara

Ronisvon Alves Dutra Representante do P.A Brasipaiva

Lucilene Pereira da silva Representante da Coab

Ernesto Ricardo da Silva Representante Projeto II

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Sandro Monteiro e Couso

Vice-presidente: Laura Vicunha Gomes de Oliveira

1º Secretario: Genaina Cirino Marques

2º Secretario: José Augusto Silva Gonzaga

Secretario Administrativo: Itamara Pereira Rodrigues

Art. 2° - O presente Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 032/2015 de 15 de Maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

EM 23 DE JUNHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 052/SAD/2015

PORTARIA N° 052/SAD/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio a servidora efetiva a Sra. **Elsedir Maria Fedrigo,** no período de 01/07/2015 á 29/09/2015, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 01 DE JULHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ROSANGELA PINTO FIGUEIREDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 056/SAD/2015

PORTARIA N° 056/SAD/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA PARA SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora efetiva a Sra. **Ivany Lima de Almeida,** no período de 01/07/2015 á 03/08/2015, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, de acordo com o Estatuto do Servidor Público no Art. 106 e inciso 1 e 2.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 01 DE JULHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ROSANGELA PINTO FIGUEIREDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 053/SAD/2015

PORTARIA N° 053/SAD/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio a servidora efetiva a Sra. **Elimara Regiane de Valle Albrecht,** no período de 01/07/2015 á 29/09/2015, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 01 DE JULHO DE 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ROSANGELA PINTO FIGUEIREDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 0143/2015 DE 06 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 0143/2015

DE 06 DE JULHO DE 2015.

SÚMULA: "CONCEDE O PEDIDO DE AFASTAMENTO POR INTERESSE PARTICULAR POR UM ANO A SERVIDORA GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "**afastamento por interesse particular por um ano**" a servidora

GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO

, portadora do CPF: 841.215.641-20 com sua vigência de 06/07/2015 A 06/07/2016.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 06 DE JULHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

Chefe de Gabinete

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DO III TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 13/2013

CONVÊNIOS

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 13/2013

Contratante: **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT**

Contratada: **SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA.**

CNPJ: Nº 07.123.969/0001-07

Objeto: Pelo Presente, III Termo aditivo, as partes acima mencionadas, de comum acordo, resolvem prorrogar por igual período, ou seja, até a data de 29 de Março de 2016, o prazo mencionado na Cláusula Quarta, item 4.3 do referente Contrato Nº 013/2013, assinado em 04 de abril de 2013 com vencimento em 31 de Dezembro de 2013, permanecidos os mesmos valores.

Vigência: 29/06/2015 a 29/03/2016

Santa Rita do Trivelato, 06 de Julho de 2015.

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015 - REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015 - REGISTRO DE PREÇO

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSISTENTES NO MINISTÉRIO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES**, Data de abertura: 17/07/2015 às 14**:00** horas – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal.Podendo ser solicitado pelos interressados pelo fone:(65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 06 de julho de 2015.

Artemio Syperreck

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 0142/2015. 06 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 0142/2015. ***06 DE JULHO DE 2015.***

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR ELISEU SIQUEIRA DA SILVA PARA O CARGO DE PROMOTOR DE EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear para a função de PROMOTOR DE EVENTOS da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA o servidor ELISEU SIQUEIRA DA SILVA, inscrita no RG nº 392444859 SSP/PR e CPF 035,359,899-54.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 06 de Julho de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Na data supra

Oficial de Gabinete

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO 1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO 045/2014

CONVÊNIOS/CONTRATOS

EXTRATO 1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO

CONTRATO 045/2014

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada: **JOSÉ OSVALDO DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ 13.639.902/0001-14**

Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo da vigência referente ao **contrato nº 045/2014**, acima descrita, que findaria em **02/07/2015**, e fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ou seja, 02/07/2016.

Vigência: 02/07/2015 a 02/07/2016

Santa Rita do Trivelato, 06 de Julho de 2015.

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 - REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 - REGISTRO DE PREÇO

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE TERRAPLENAGEM (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 200, ROLO COMPACTADOR CA 25, TRATOR DE ESTEIRA D6D CAT E CAMINHÃO BASCULANTE),** Data de abertura: 17/07/2015 às 08:00 horas – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal.Podendo ser solicitado pelos interressados pelo fone:(65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 06 de julho de 2015.

Artemio Syperreck

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

LICITAÇAO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2015.

PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2015.

CONTRATO N° 24/2015.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO **N°. 24/2015**, PARA O SEGUINTE OBJETO**:** ***Seleção de proposta visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços Técnicos de assessoria e consultoria nas áreas de planejamento, contabilidade, orçamento, financeiro e controle interno.***

2. CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**.

3. CONTRATADA**: ROBERTO AUGUSTO POMPEO PIMENTA.**

4. DATA DA ASSINATURA: **03/07/2015**

5. DATA DA VIGÊNCIA: **03/07/2016**

6.VALOR GLOBAL: **R$66.000,00(Sessenta e Seis Mil Reais**).

Vitório Massaru Hayama Presidente da CPL/PREGOEIRO.

Santo Antonio de Leverger, 03 de Julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 160/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:MARIA DE JESUS GOVEIA DA SILVA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **14663432000-3 GJSSP/MA,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **000.707.133-75** e residente a Rua das Garças 592, Bairro centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **29/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 29/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 29/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

MARIA DE JESUS GOVEIA DA SILVA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2015

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, realizado em 14/05/2015, tendo o resultado sido homologado em 18/06/2015, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munida dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação. A candidata estará substituindo a servidora Maria Lucinaves Tavares da Costa que se encontra em Auxilio Doença no período de 03 (três) meses.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

MIGUEL BRUNETTA ***Prefeito Municipal***

ANEXO I

Nº	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
01	MARIA CARDOSO DOS SANTOS

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2015.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

q) CPF dos pais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, realizado em 14/05/2015, tendo o resultado sido homologado em 18/06/2015, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munida dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 06 dias do mês de julho de 2015.

MIGUEL BRUNETTA ***Prefeito Municipal***

ANEXO I

Nº	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
01	THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

q) CPF dos pais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 11/2015

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**DIEGO DE ALMEIDA LIMA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1983000-9 SJSP/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **024.664.181-93** e residente a Rua Projetada S/N Bairro Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 02/02/2015 firmaram o contrato Nº. 037/2015 com prazo de duração de 03 (três) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de **PSICOLOGO,** Como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 037/2015.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 03/06/2015.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de R$ 3.780,53 (Três mil setecentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos).

4. A CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ 10.851,18 (dez mil oitocentos e cinqüenta e um reais e dezoito centavos).

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 03/06/2015.

DIEGO DE ALMEIDA LIMA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 010/2015

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua Primavera, n° 959 – Jardim, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326. 034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**NEODIR GOULARTE,** portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **001520166 SSP/MS,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **000.889.851-05** e residente a RUA CAMPO GRANDE, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em **15/09/2014** firmaram o contrato Nº. **95/2014** com prazo de duração de 06 (SEIS) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de **ENFERMEIRO PADRÃO,** Como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº **95/2014**.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 02/06/2015.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de R$ **4.556,16 (quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos).**

4. O (A) CONTRATADO (A), por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.015,80 (HUM MIL E QUINZE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 02 de Junho de 2015.

NEODIR GOULARTE

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 009/2015

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua Primavera, n° 959 – Jardim, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**MARESSA SOUZA NOGUEIRA,** portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **04824015126 DETRAN/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **041.605. 391-22** e residente a AVENIDA CURITIBA, N° 04, Bairro Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em **02/02/2015** firmaram o contrato Nº. **24/2015** com prazo de duração de 03 (TRES) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de **NUTRICIONISTA,** Como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº **24/ 2015**.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 01/06/2015.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de R$ **3.707,69 (três mil setecentos e sete reais e sessenta e nove centavos).**

4. O (A) CONTRATADO (A), por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **1.015,80 (HUM MIL E QUINZE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 01 de Junho de 2015.

MARESSA SOUZA NOGUEIRA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 231/2015.

DE: 30 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA SRª THIARA RUBIA DA SILVA CRUZ, DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido**,** do Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, desta Prefeitura Municipal, a Srª. THIARA RUBIA DA SILVA CRUZ.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 230/2015.

DE: 30 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA SRª ROSA IARA RODRIGUES DOS SANTOS GOULARTE, DO CARGO DE COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido**,** do Cargo Comissionado de COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ENDEMIAS, desta Prefeitura Municipal, a Srª. ROSA IARA RODRIGUES DOS SANTOS GOULARTE.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 229/2015.

DE: 30 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO **AMADEUS FRANÇA RIBEIRO** DO CARGO DE COORDENADOR DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido,do Cargo de COORDENADOR DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, desta Prefeitura Municipal, o Srº. AMADEUS FRANÇA RIBEIRO.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº228/2015.

DE: 27 DE JUNHO DE 2015.

PRORROGA ATO DE POSSE DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 SRº MARCELO HENRIQUE MORAIS MENEZES PARA O CARGO EFETIVO DE FARMACEUTICO/BIOQUIMICO.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - PRORROGAR ATO DE POSSE, a pedido, do Srº **MARCELO HENRIQUE MORAIS MENEZES**, candidato aprovado no concurso público nº 001/2015 para o cargo efetivo de FARMACÉUTICO/BIOQUIMICO, conforme Edital sob nº 001/2015.

Parágrafo Único - O prazo para o candidato estar apto para posse é ate o dia 25 de Julho de 2015, não podendo ser prorrogado.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 27 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 227/2015

*"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor **Sr. Antonio Alves de Souza.**"*

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003 e § 5º do Art. 40 da Constituição Federal, combinado com o Art. 82, I, II, III e IV e Art. 12 § 3º da Lei Municipal nº 447 de 16/09/2013, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Antonio do Leste/MT; Lei n° 388 de 19/03/2012 dispõe sobre alteração o texto do Plano de Cargos, Carreira, Salários e Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Santo Antonio do Leste; e Lei n° 523/2015 de 31/03/2015 que dispõe sobre a revisão geral na remuneração dos servidores públicos municipais de Santo Antonio do Leste;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor **Sr. Antonio Alves de Souza**, brasileiro, portador da cédula de identidade n.º 000672541 - SSP/MS e inscrito no CPF sob o n. º 970.192.838-53, servidor Efetivo no cargo de Professor, Classe "C", Nível "III", lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o n° 347, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do **PREVISAL, n.º 2015.04.00016P,** a partir de 02/06/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos a partir de 02 de junho de 2015**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santo Antonio do Leste - MT, 12 de junho de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 226/2015.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sr. Antonio Alves de Souza**, servidor público deste município."*

O Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar nesta Prefeitura para fins de aposentadoria, o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pelo servidor, **Sr. Antonio Alves de Souza**, conforme Certidões Originais de Tempo de Contribuição expedidos pelo INSS, pelo Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande e pela Agencia de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, **perfazendo um total de 17 anos, 10 meses e 21 dias.**

Art. 2º - Compete ao Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Santo Antonio do Leste/MT, 11 de junho de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº 225/2015.

DE: 11 DE JUNHO DE 2015.

TRANSFERE O (A) SERVIDOR (A) PÚBLICO DE SECRETARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - TRANSFERIR a servidora pública **LILIANA OLIVEIRA NOVAIS** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para prestar seus serviços na Secretaria Municipal de Saúde deste município.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 11 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 224/2.015.

DE: 11 DE JUNHO DE 2.015

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a obrigatoriedade imposta pela Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Orgânica do Município no sentido de elaborar a proposta orçamentária anual;

Considerando que a Lei Municipal nº 052/2001 de 28/12/2001 estabelece que esta responsabilidade será da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Secretaria Municipal de Economia e Finanças;

Considerando o Poder Executivo deverá encaminhar o Projeto da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias até o dia 30 de agosto e o Projeto da LOA - Lei Orçamentária Anual até o dia 30 de setembro de cada ano.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 37da Constituição Federal/88;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear como membros da Comissão Responsável pela elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016 os seguintes servidores:

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças

Ronaldo Martins de Amorim – Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Izaía Borges da Silva – Contador

Ita Roberta Soares – Assistente de Contabilidade

Weverton Ancelmo Pereira de Souza – Assistente de Contabilidade – Responsável pelo Aplic

Michely Schuc – Agente Administrativo.

Artigo 2º - A comissão será presidida pelo servidor Izaía Borges da Silva – Contador.

Artigo 3º - A comissão terá apoio dos representantes da empresa Excelência Contabilidade e Gestão Pública – fornecedora do sistema de sofware contábil e orçamentário e da empresa T.F.F. Amorim – prestadora de serviços de assessoria contábil.

Artigo 4º - Os membros da Comissão deverão ser reunir periodicamente nas datas estabelecidas em cronograma elaborado pelo presidente para fins específicos de efetuar o levantamento de dados e informações necessários para elaboração das propostas orçamentárias.

Artigo 5º - A Comissão deverá observar rigorosamente os prazos, publicações de editais, realização de audiências públicas e demais atos pertinentes necessários ao cumprimento desta Portaria.

Artigo 6º - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deverá tomar as providências necessárias para o cumprimento desta Portaria.

Artigo 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 11 DE JUNHO DE 2.015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 223/2015.

DE: 11 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE A (O) SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder conversão em espécie de Licença Prêmio ao servidor público efetivo **EDEVALDO ALVES DE OLIVEIRA**, para este mês de JUNHO de 2015, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 11 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 222/2015.

DE: 11 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE A (O) SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder conversão em espécie de Licença Prêmio à servidora pública efetiva **ELIZABETH RIBEIRO OLIVEIRA**, para este mês de JUNHO de 2015, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 11 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 221/2015.

DE: 11 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE A (O) SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder conversão em espécie de Licença Prêmio à servidora pública efetiva **MARIA JULITA DE ALMEIDA**, para este mês de JUNHO de 2015, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 11 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 220/2.015.

DE: 11 DE JUNHO DE 2.015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ADMINSTRAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZACAO NA EXECUCAO DO CONTRATO Nº 033/2015 DE 11 DE JUNHO DE 2.015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. Sebastião Vanderlei de Sousa como representante da administração para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo nº 033/2015 celebrado entre o Município de Santo Antônio do Leste/MT e a empresa **Fancar Distribuidora de Veículos Ltda**.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 11 DE JUNHO DE 2.015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 219/2015.

DE: 08 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA MAIKEL JOSE ROBE DO CARGO DE COORDENADOR DE AGROPECUARIA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, do Cargo de COORDENADOR DE AGROPECUARIA, desta Prefeitura Municipal, o Srº. MAIKEL JOSE ROBE.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 08 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 218/2015.

DE: 08 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA de Auxilio Doença para a servidora pública efetiva **MARILEUSA SILVA SOUSA** no período de 30 (trinta) dias a partir desta data conforme Atestado Médico sob CID F33.9.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 08 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 217/2015.

DE: 01 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA de Auxilio Doença para a servidora pública efetiva **MARIA LUCINAVES TAVARES DA COSTA** no período de 90 (noventa) dias a partir desta data conforme Atestado Médico sob CID M501.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 216/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **GISLAINE VILELA TEIXEIRADESTA PREFEITURA MUNICIPAL.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **GISLAINE VILELA TEIXEIRA,** em 01/06/2015 a 30/06/2015, período aquisitivo 04/08/2013 a 03/08/2014, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 215/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **VANESSA DE MEDEIROS** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **VANESSA DE MEDEIROS,** em 10/06/2015 a 09/07/2015, período aquisitivo 01/10/2013 a 30/09/2014, com retorno as suas atividades em 10 de julho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 214/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **CIRLENE MENDES FONSECA**DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **CIRLENE MENDES FONSECA,** em 01/06/2015 a 30/06/2015, período aquisitivo 11/04/2013 a 10/04/2014, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 213/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **JOSE CARLOS GEAROLA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **JOSE CARLOS GEAROLA,** em 01/06/2015 a 20/06/2015, 10 (dez) dias conversão em espécie, período aquisitivo 10/05/2013 a 09/05/2014, com retorno as suas atividades em 21 de junho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 212/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **JOSE SINOMAR DE ARAUJO PACHECO** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **JOSE SINOMAR DE ARAUJO PACHECO,** em 01/06/2015 a 20/06/2015, 10 (dez) dias conversão em espécie, período aquisitivo 29/02/2012 a 27/02/2013, com retorno as suas atividades em 21 de junho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 211/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **DELMIR EMILIANO DE MORAES** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **DELMIR EMILIANO DE MORAES,** em 10/06/2015 a 29/06/2015, 10 (dez) dias conversão em espécie, período aquisitivo 29/02/2012 a 27/02/2013, com retorno as suas atividades em 30 de junho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 210/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **MAICON DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOSDESTA PREFEITURA MUNICIPAL.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **MAICON DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOS,** em 01/06/2015 a 30/06/2015, período aquisitivo 09/04/2014 a 08/04/2015, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 209/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **JAIME GOMES DA SILVA**DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **JAIME GOMES DA SILVA,** em 01/06/2015 a 30/06/2015, período aquisitivo 31/10/2012 a 30/10/2013, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 208/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **CLEIAMAR MARIA TAFAREL**DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **CLEIAMAR MARIA TAFAREL,** em 01/06/2015 a 30/06/2015, período aquisitivo 01/01/2013 a 31/12/2013, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 207/2015

DE: 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **MARIA ROSELI MOREIRA DE SOUZADESTA PREFEITURA MUNICIPAL.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Concede férias a (o) servidor (a) **MARIA ROSELI MOREIRA DE SOUZA,** em 02/06/2015 a 01/07/2015, período aquisitivo 03/10/2012 a 02/10/2013, com retorno as suas atividades em 02 de julho de 2015.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 206/2015.

DE: 01 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA OS FISCAIS PARA APLICAÇÃO DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear os Fiscais para aplicação da prova do Processo Seletivo Simplificado sob nº 002/2015 que será realizado no dia 07 de Junho de 2015.

Artigo 2º - Os Fiscais que se refere o artigo 1º serão os seguintes abaixo:

ELAINE LARREA DE SOUZA

ITA ROBERTA SOARES

VILMAR DE SOUZA

SONIA N. BRUNETTA MUHLBEIER

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2015

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 176/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:NELSON SEREPAWE TOMOSUJA REBE portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **2270919-3 SSP /MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **059.640.111.60** e residente a ALDEIA NOVA SUCUPIRA Bairro RURAL, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **47/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 47/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 47/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

NELSON SEREPAWE TOMOSUJA REBE

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 175/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:LUANA TSINHOTSE EMA O, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1829311-5 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **015.764.951-24** e residente a Aldeia Água Limpa Zona Rural, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **083/2014**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 083/2014**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 083/2014**, o prazo de 18 (dias) dezoito dias, VENCENDO EM **14/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma de-

sempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

LUANA TSINHOTSE EMA O

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 174/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:DAIANE PEREIRA DA SILVA BATISTA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 25590790 SSP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **957.838.731-87** e residente a RUA CAMPO GRANDE, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **32/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 32/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 32/2015**, o prazo de 03 (três) meses , VENCENDO EM **26/09/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

DAIANE PEREIRA DA SILVA BATISTA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 173/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:NILCE PEBAMO SEREDI portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **2341919-9 SSP /MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **046.103.131-03** e residente a ALDEIA AGUA LIMPA Bairro RURAL, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **. 46/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 46/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 46/2015**, o prazo de 04 (quatro) meses e vinte e oito dias, VENCENDO EM **23/11/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

NILCE PEBAMO SEREDI

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 172/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:KELLY CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 23109610 SSP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **036.918.481-50** e residente a AVENIDA PORTO ALEGRE, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **54/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 54/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 54/2015**, o prazo de 03 (três) meses, VENCENDO EM **26/09/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

KELLY CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 171/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA: EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA, portadora da cédula de identidade RG sob o nº **14017440 SSP** e inscrita no CPF/MF sob o nº **002.858.931-90**, à RUA PROJETADA, 45, Bairro- JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **067/2014**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 067/2014**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **067/2014**, o prazo de 04 (quatro) mês e tres dias, VENCENDO EM **29/10/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 170/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:SONEIDE DOS REIS BARBOSA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 3550483-8767378 SSP/GO**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **011.528.721-33** e residente a RUA DOMINGOS AZZOLINI, 263, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **45/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 45/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 45/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

SONEIDE DOS REIS BARBOSA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 169/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:SELDA ADELINI FACHIANO, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 000512320 SSP/RO** , e inscrito no CPF/MF sob o nº **015.205.051-59** e residente a Rua Projetada s/n , Bairro; CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **57/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 57/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 57/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

SELDA ADELINI FACHIANO

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 168/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:MARLI APARECIDA NASCIMENTO DA SILVA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 11688050 SSP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **966.958.891-04** e residente a RUA AVENIDA KULUENE, 14, Bairro; NOVO CAMPO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **35/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 35/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 33/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

MARLI APARECIDA NASCIMENTO DA SILVA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 167/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:MARCILENE BERNARDES TAFAREL, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 16070097 SSP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **010.553.391-24** e residente a RUA DAS FLORES, Bairro; CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **33/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 33/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 33/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

MARCILENE BERNARDES TAFAREL

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 166/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:LICIENI SILVA DE OLIVEIRA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 1121070-2 SJ/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **987.527.401-10** e residente a RUA AVENIDA BRASIL, Bairro; CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **51/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 51/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 51/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

LICIENE SILVA DE OLIVEIRA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº165/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:CARMEM LUCIA V. DA S. SANTOS, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 12158267 SSP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **858.454.691-04** e residente a RUA AVENIDA KULUENE, Bairro; NOVO CAMPO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **34/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 34/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 34/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

CARMEM LUCIA V. DA S. SANTOS

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 164/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:VINICIO TSERE U ADI portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **24919276 SSP /MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **702.462. 921-56** e residente a RUA PROJETADA Bairro CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **. 43/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº . 43/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. . 43/ 2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/ 2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8. 666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

VINICIO TSERE U ADI

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 163/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:VERA LUCIA DOS SANTOS LUIZ, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 1226787-2 SSP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **005.538.611-31** e residente a RUA DAS GARCAS, Bairro; CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **30/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 30/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 30/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/ 2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8. 666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

VERA LUCIA DOS SANTOS LUIZ

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 162/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:SAM AMILTON SEREDI portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **15027112 SSP /MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **003. 307.471-26** e residente a RUA DAS GARCAS Bairro CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **42/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 42/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 42/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

SAM AMILTON SEREDI

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 161/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:MODESTO TSEREHITE portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **521599 SSP /MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **362.592. 841-87** e residente a RUA DAS GARCAS Bairro CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **41/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 41/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 41/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

MODESTO TSEREHITE

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 159/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA:ISMAR TSIPTEPRE portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **17435260 SSP /MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **015.015. 381-36** e residente a RUA DAS GARCAS Bairro CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **40/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 40/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 40/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/ 2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8. 666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

ISMAR TSIPTEPRE

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 158/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA: EDMUNDO OMONEEDI WARY portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **15159507 SSP /MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **719.033.481-53** e residente a RUA DAS GARCAS Bairro CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **39/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 39/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 39/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/ 2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8. 666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

EDMUNDO OMONEEDI WARY

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 157/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADA: DONIZETE PINI AWE portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **1851424-3 SSPSJ/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **059. 707.181-06** e residente a Aldeia Água Limpa Bairro Zona Rural, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT,resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. **38/2015**, sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo do Contrato original de **Nº 38/2015**, à CLÁUSULA **10**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA 10 do Contrato de Trabalho nº. **. 38/2015**, o prazo de 14 (dias) quatorze dias, VENCENDO EM **10/07/2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8. 666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

DONIZETE PINI AWE

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 061/2015

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **NERLLIM APARECIDA GOMES SILVA** portador(a) da cédula de identidade RG sob nº. **5313373 SPTC/GO** e inscrito no CPF/MF sob o nº **822.981.221-72** e residente a Rua São Paulo, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 465/2014 de 24 de Janeiro de 2014, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.107,04 (Hum mil cento e sete reais e quatro centavos),** com início em **01/06/2015** e término em **30/12/2015** (Em substituição a servidora Amanda Camargo no seu período de readaptação de função). A circunstância, porém de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A) fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Muni-

cípio na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 465/2014, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **05.01.10.301.5006.2031.0000. 3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, ao 1º dia do mês de Junho de 2015.

NERLLIM APARECIDA GOMES SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 060/2015

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **ALEXSSANDRO FERREIRA DA SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **12145661 SJ/MT** e inscrito no CPF/MF sob o nº **004.335. 561-70**e residente a Rua Passo Fundo, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 522/2015 de 17 de Março de 2015, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.807,82 (Hum mil oitocentos e sete reais e oitenta e dois centavos),** com início em **01/06/2015** e término em **30/08/2015**. A circunstância, porém de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 522/2015, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **05.01.10.301.5006.2031.0000. 3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 01 dias do mês de Junho de 2015.

ALEXSSANDRO FERREIRA DA SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PORTARIA Nº 256/2015.

PORTARIA Nº 256/2015.

CONCEDE A SERVIDORA ANIVERSINA LOPES AMORIM, LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença não remunerada, para tratar de interesses particulares a servidora pública Sra. **ANIVERSINA LOPES AMORIM**, inscrita no CPF 855.710.911-34.

Art. 2º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares a que refere o art. 1º desta Portaria, será concedida por três anos a pedido da servidora, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou do interesse público nos termos do art. 116 e parágrafos da Lei Municipal nº 1.035/2013.

Art. 3º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares não isenta o servidor dos deveres, impedimentos e vedações previstos na Lei 1.035/2013.

Art. 4º - Ao servidor em gozo de licença, não é permitido o exercício de outro cargo público, por manter a titularidade de ambos, exceto se legalmente acumuláveis.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos desde 30/05/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 12 de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 255/2015.

PORTARIA Nº 255/2015.

TORNA PÚBLICO OS SERVIDORES QUE PODERÃO COMPOR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, PREFEITA MUNICIPAL DE SAPEZAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Tornar público a relação de candidatos aprovados no processo seletivo para escolha de membros que poderão compor Comissão de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar**,** conforme relação abaixo:

NOME	CPF
Alcinete Campos de Oliveira	649.964.251-72
Alessandra Bandeira	097.569.918-01
Geni Albertina Jarczeski	803.852.149-87
Sinvaldo Bezerra da Silva	654.768.081-91
Lidiane Magalhães da Silva	691.755.781-15
Rayanne da Silva	039.186.851-95
Mauro Rodrigues de Souza Filho	277.103.512-04

Art. 2º - Os servidores aprovados serão convocados para compor comissão sempre que solicitado, mediante publicação de portaria de nomeação. **§1º -** Cada comissão será composta de 3 (três) servidores públicos, conforme disposto no art. 159 da Lei Municipal 1035/2013. **Art. 3º -** Os servidores designados perceberam a título de contrapartida pelo encargo de membro de comissão de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar os valores descritos no §5º e §6º da Lei Municipal nº 1200/2015. **Art. 4º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sapezal - MT, 09 de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 241/2015

PORTARIA Nº 241/2015

CONCEDE A SERVIDORA FERNANDA RODRIGUES DE SOUZA, LICENÇA NÃO REMUNERADA POR 03 (TRÊS) ANOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença não remunerada por 03 (três) anos, para a servidora pública **FERNANDA RODRIGUES DE SOUZA**, portadora do CPF nº 026.035.501-10, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares a que refere o art. 1º desta Portaria, será concedida a pedido do servidor, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido ou do interesse público nos termos do art. 116 e parágrafos da Lei Municipal nº 1.035/2013.

Art. 3º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares não isenta o servidor dos deveres, impedimentos e vedações previstos na Lei 1.035/2013.

Art. 4º - Ao servidor em gozo de licença, não é permitido o exercício de outro cargo público, por manter a titularidade de ambos, exceto se legalmente acumuláveis.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/06/2015

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 240/2015.

PORTARIA Nº 240/2015.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA EDLUCIA NERI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada da servidora **EDLUCIA NERI DA SILVA**, portador (a) do CPF **nº 870. 897.341-53,** na função de Professor Graduado,**a partir de 01 de junho de 2015.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 239/2015

PORTARIA Nº 239/2015

CONCEDE A SERVIDORA MARA CRISTINA MOLINA DE CASTRO AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **MARA CRISTINA MOLINA DE CASTRO** portadora do CPF/MF **nº 267.529.228-10**, lotada na SEMECE, afastamento por motivo de doença em pessoa da família, por 60 (sessenta dias) dias a partir de 15/06/2015.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo anterior será concedido nos termos do artigo 108 §2º do Estatuto do Servidor alterado pela Lei 1.124/2014, por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do salário, ao servidor que tenha exercido suas funções pelo menos doze meses do exercício solicitado, podendo ser prorrogado mais uma vez por igual período, com prejuízo do salário, desde que comprovado pela junta medica oficial, se existente, a efetiva necessidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 15/06/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos vinte e nove dias do mês de maio de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº: 246/2015

PORTARIA Nº: 246/2015

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a conseqüente estabilidade no serviço público ao servidor (a) LUCIANA PESSOA SANDRIN e dá outras providências.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do(a) servidor(a) supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o(a) referido(a) servidor(a) foi avaliado(a) em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o(a) referido(a) servidor(a) obteve a quantia de **425,00** pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso XV do art. 1º da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 140/2015, que opinou pela aprovação e conseqüente estabilidade no serviço público do(a) servidor(a) **LUCIANA PESSOA SANDRIN no cargo de ZELADOR - 40 HORAS EDUCAÇÃO.**

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 12/04/2014, a(o) servidor(a) **LUCIANA PESSOA SANDRIN** em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. A presente Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/04/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº: 247/2015

PORTARIA Nº: 247/2015

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a conseqüente estabilidade no serviço público ao servidor (a) EDIANA AUXILIADORA SILVA LEITE e dá outras providências.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do(a) servidor(a) supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o(a) referido(a) servidor(a) foi avaliado(a) em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o(a) referido(a) servidor(a) obteve a quantia de **507,00** pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso XV do art. 1º da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 138/2015, que opinou pela aprovação e conseqüente estabilidade no serviço público do(a) servidor(a) **EDIANA AUXILIADORA SILVA LEITE no cargo de PROFESSOR GRADUADO.**

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 02/05/2014, a(o) servidor(a) **EDIANA AUXILIADORA SILVA LEITE** em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. A presente Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº: 248/2015

PORTARIA Nº: 248/2015

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a conseqüente estabilidade no serviço público ao servidor (a) JAKELINE COELHO DE SOUZA e dá outras providências.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do(a) servidor(a) supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o(a) referido(a) servidor(a) foi avaliado(a) em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o(a) referido(a) servidor(a) obteve a quantia de **531,00** pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso XV do art. 1º da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 139/2015, que opinou pela aprovação e conseqüente estabilidade no serviço público do(a) servidor(a) **JAKELINE COELHO DE SOUZA no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO – 40 HORAS SAÚDE.**

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 31/08/2014, a(o) servidor(a) **JAKELINE COELHO DE SOUZA** em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. A presente Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº: 249/2015

PORTARIA Nº: 249/2015

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a conseqüente estabilidade no serviço público ao servidor (a) ANIVERSINA LOPES DE AMORIM e dá outras providências.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do(a) servidor(a) supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o(a) referido(a) servidor(a) foi avaliado(a) em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o(a) referido(a) servidor(a) obteve a quantia de **478,05** pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso XV do art. 1º da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 141/2015, que opinou pela aprovação e conseqüente estabilidade no serviço público do(a) servidor(a) **ANIVERSINA LOPES DE AMORIM no cargo de PROFESSOR GRADUADO.**

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 01/02/2015, a(o) servidor(a) **ANIVERSINA LOPES DE AMORIM** em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. A presente Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/02/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 250/2015.

PORTARIA Nº 250/2015.

NOMEAR A SRA. ANA ELISA MONTAGNER, PARA OCUPAR O CARGO DE ENCARREGADA DE PATRIMÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 303/2014** que nomeava a **Sra. ANA ELISA MONTGNER** a ocupar o cargo de **COORDENADOR DO DEPARTMENTO DE INFORMÇÃO AO CIDADÃO** do quadro pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Administração e Planejamento do município de Sapezal.

Art. 2º - Nomear a **Sra. ANA ELISA MONTGNER** portador (a) do **CPF nº 032.385.701-96** para ocupar o cargo de **ENCARREGDADA DE PATRIMÔNIO** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Finanças do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 251/2015.

PORTARIA Nº 251/2015.

NOMEAR A SRA. ELIENE SANDRA ALVES DE A. LINK ZANELLA, PARA OCUPAR O CARGO DE ZELADORA – EXECUTIVO 40 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. ELIENE SANDRA ALVES DE A. LINK ZANELLA,** portador(a) do **CPF nº 790.739.211-04,** para ocupar o cargo de **ZELADOR – EXECUTIVO 40 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Finanças do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e quinze, perante a Senhora **ILMA GRISOSTE BARBOSA**, Prefeita de Sapezal, Estado De Mato Grosso, compareceu a Sra. **ELIENE SANDRA ALVES DE A. LINK ZANELLA,** portadora do **CPF 790.739.211-04** nomeado através da portaria nº 251/2015 de 01/06/2015, para o cargo de **ZELADOR–EXECUTIVO 40 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Finanças do município de Sapezal, de conformidade com a Lei Municipal nº 1052/2013, mediante aprovação em concurso público 001/2012 homologado pelo Decreto Executivo 056/2012 de 20/06/2012, tomando posse, entrando em exercício e prestando compromisso de desempenhar, nos termos da legislação em vigor, suas funções.

Para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pela Prefeita Municipal e pelo(a) Servidor(a) empossado(a).

_____ _____

Eliene Sandra Alves de A. Link ZanellaIlma Grisoste Barbosa

Servidor(a) Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 252/2015.

PORTARIA Nº 252/2015.

NOMEAR A SRA. KARINA DE SOUZA CORREIA, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL II – EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a **Sra. KARINA DE SOUZA CORREIA,** portador(a) do CPF **nº 038.451.311-52,** para ocupar o cargo de **ASSESSOR ESPECIAL II – EXECUTIVO,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Administração e Planejamento do município de Sapezal, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 02 dias do mês de **junho de 2015.**

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 253/2015.

PORTARIA Nº 253/2015.

NOMEAR A SRA. LUANA GKEYCA SILVA SANTANA, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a **Sra. LUANA GKEYCA SILVA SANTANA,** portador(a) do CPF **nº 030.356.611-62,** para ocupar o cargo de **SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHO MUNICIPAL,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Assistência Social do município de Sapezal, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 02 dias do mês de **junho de 2015.**

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 118/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 118/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Darlucia Cebalho da Guia, Portador (a) do CPF nº 905.730.801-00, residente e domiciliado na R: 04 S/N, Jd Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Merendeira**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.132,58 (um mil cento e trinta e dois reais e cinqüenta e oito centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **24/06/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº **1054/2013**, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº **1054/2013.**

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 06 de junho de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Darlucia Cebalho da Guia

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani.	Cleia Karaziaki dos Santos
CPF 065.101.258-97	CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 117/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 117/2015

Dotação Orçamentária: 06.002.10.301.0007.20009.4.4.90.52.00.0.0.01.408000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Paula Massaroli, portador(a) do CPF nº 066.480.319-99, residente e domiciliado na R: Dos Girassóis N° 1787, bairro Popular, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1053/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Bioquímico**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.977,11 (um mil novecentos e setenta e sete reais e onze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **15/06/2015 e término até 11/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº **1053/2013**, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº **1053/2013.**

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 15 de junho de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Paula Massaroli

Testemunhas:

Marcelo Walnier CPF 749.163.193-20	Jakeline Coelho de Souza CPF 015.004.911-01

PORTARIA Nº 243/2015

PORTARIA Nº 243/2015

CONSTITUI COMISSÃO PARA COMPOR A EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL QUE VISA PROMOVER A AUTONOMIA E O PROTAGONISMOS SOCIAL NO QUE TANGE AS DUZENTAS UNIDADES HABITACIONAIS DO PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir comissão para compor a equipe de elaboração do projeto de trabalho técnico social que visa promover a autonomia e o protagonismos social no que tange as duzentas unidades habitacionais do projeto MINHA CASA MINHA VIDA.

PARÁGRAFO ÚNICO – A elaboração do PTTS a que se refere o caput deste artigo, compreende a sistematização do diagnostico da área e a caracterização da população beneficiária para subsidiar a formulação do projeto.

Art. 2º - A comissão mencionada no artigo anterior será composta pelos seguintes membros representantes do Poder Executivo Municipal:

Fátima Ap. dos Santos Nino	**Pedagoga**
Alessandra A. Vengrus	**Psicopedagoga**
Larissa Bertocco Gimenez	**Psicóloga**
Marilene de Souza	**Assistente Social**
Maria de Fátima de Souza Rodrigues	**Assistente Social**
Maria Erian Caldas Dutra	**Pedagoga**
Adriana Aparecida dos Santos	**Auxiliar Administrativo**

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em especial a portaria n° 087/2014.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 02 dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 244/2015.

PORTARIA Nº 244/2015.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DO SERVIDOR ÁUREO RAFAEL FERREIRA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada do servidor **ÁUREO RAFAEL FERREIRA DA SILVA**, portador (a) do CPF **nº 721.746.411-00,** na função de Engenheiro Civil - 40 horas,a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 245/2015.

PORTARIA Nº 245/2015.

EXONERA A SRA. JOSILEIDE DA SILVA DO CARGO DE ASSESSOR III ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido a **Sra. JOSILEIDE DA SILVA,** portador(a) do CPF **nº 023.754.721-01,** do cargo de **ASSESSOR III ADMINISTRAÇÃO,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Administração do município de Sapezal, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 266/2015

PORTARIA Nº 266/2015.

EXONERA O SR. MARCIO APARECIDO COLETTI DO CARGO DE PSICOLOGO – EXECUTIVO 30 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o **Sr. MARCIO APARECIDO COLETTI,** portador(a) do CPF **nº 719.071.651-34,** do cargo de **PSICOLOGO – EXECUTIVO 30 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento estável da Secretaria de Assistência Social do município de Sapezal, a partir de 02 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 265/2015.

PORTARIA Nº 265/2015.

NOMEAR A SRA. KEITHELHE HUNGRIA SEVERINO, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR I ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 411/2013** que nomeava a **Sra. KEITHELHE HUNGRIA SEVERINO** a ocupar o cargo de **ENCARREGADA SETOR DE MERENDA ESCOLAR** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município de Sapezal.

Art. 2º - Nomear a **Sra. KEITHELHE HUNGRIA SEVERINO** portador (a) do **CPF nº 046.583.651-89** para ocupar o cargo de **ASSESSOR I ADMINISTRAÇÃO** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Administração e Planejamento do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 264/2015.

PORTARIA Nº 264/2015.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DO SERVIDOR CLAUDINEI EVANDRO FERRARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada do servidor **CLAUDINEI EVANDRO FERRARI**, portador (a) do CPF **nº 561.704.831-72,** na função de Motorista de Transporte Escolar - 40 horas,a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 242/2015.

PORTARIA Nº 242/2015.

NOMEAR A SRA. TATIANE MOREIRA DOS SANTOS, PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. TATIANE MOREIRA DOS SANTOS,**portadora do **CPF nº 016.034.841-24** para ocupar o cargo de **SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PROJETOS** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Administração e Planejamento do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano, a qual terá as atribuições relacionadas ao PDI (Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado), Ouvidoria e SIC (Serviços de Informação ao Cidadão).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 263/2015.

PORTARIA Nº 263/2015.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DO SERVIDOR MARCOS CESAR DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada do servidor **MARCOS CESAR DE OLIVEIRA**, portador (a) do CPF **nº 622.166.782-87,** na função de Motorista de Transporte Escolar - 40 horas,a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 262/2015.

PORTARIA Nº 262/2015.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DO SERVIDOR LEONARDO RODRIGUES CORREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada do servidor **LEONARDO RODRIGUES CORREA**, portador (a) do CPF **nº 571.360.761-53,** na função de Motorista de Transporte Escolar - 40 horas,a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 261/2015.

PORTARIA Nº 261/2015.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DO SERVIDOR MARCIO LUIZ OENNING DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada do servidor **MARCIO LUIZ OENNING DE JESUS**, portador (a) do CPF **nº 817.744.191-49,** na função de Motorista de Transporte Escolar - 40 horas,a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 260/2015.

PORTARIA Nº 260/2015.

NOMEAR A SRA. WILMA ELISA NAIVERTH MASSAROLI, PARA OCUPAR O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra WILMA ELISA NAIVERTH MASSAROLI,** portadora do **CPF nº 644.068.739-53,** para ocupar o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e quinze, perante a Senhora **ILMA GRISOSTE BARBOSA**, Prefeita de Sapezal, Estado De Mato Grosso, compareceu a Sra. **WILMA ELISA NAIVERTH MASSAROLI,** portadora do **CPF 644.068.739-53** nomeada através da portaria nº 260/2015 de 01/06/2015, para o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, de conformidade com a Lei Municipal nº 1053/2013, mediante aprovação em concurso público 001/2012 homologado pelo Decreto Executivo 056/2012 de 20/06/2012, tomando posse, entrando em exercício e prestando compromisso de desempenhar, nos termos da legislação em vigor, suas funções.

Para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pela Prefeita Municipal e pelo(a) Servidor(a) empossado(a).

_____ _____

Wilma Elisa Naiverth Massaroli Ilma Grisoste Barbosa

Servidor(a) Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 259/2015.

PORTARIA Nº 259/2015.

NOMEAR A SRA. SIMONE DE FATIMA PADOAN, PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR GRADUADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra SIMONE DE FATIMA PADOAN,** portadora do **CPF nº 638.725.879-00,** para ocupar o cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e quinze, perante a Senhora **ILMA GRISOSTE BARBOSA**, Prefeita de Sapezal, Estado De Mato Grosso, compareceu a Sra. **SIMONE DE FATIMA PADOAN,** portadora do **CPF 638.725.879-00** nomeada através da portaria nº 259/2015 de 01/06/2015, para o cargo de **PROFESSOR GRADUADO,** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município de Sapezal, de conformidade com a Lei Municipal nº 1054/2013, mediante aprovação em concurso público 001/2012 homologado pelo Decreto Executivo 056/2012 de 20/06/2012, tomando posse, entrando em exercício e prestando compromisso de desempenhar, nos termos da legislação em vigor, suas funções.

Para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pela Prefeita Municipal e pelo(a) Servidor(a) empossado(a).

_____ _____

Simone de Fátima Padoan Ilma Grisoste Barbosa

Servidor(a) Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 254/2015

PORTARIA Nº 254/2015.

NOMEAR A SRA. LUCIANE PINHEIRO GRETER, PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE CURSOS SÓCIOS EDUCATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. LUCIANE PINHEIRO GRETER,** portador(a) do **CPF nº 841.331.711-03,** para ocupar o cargo de **CHEFE DE CURSOS SÓCIOS EDUCATIVOS** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Assistência Social do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos dois dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 258/2015

PORTARIA Nº 258/2015.

NOMEAR A SRA. POLLYANA PIMENTA ABUD ROLIM, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO 20 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a **Sra. POLLYANA PIMENTA ABUD ROLIM,** portador(a) do CPF **nº 970.317.801-44,** para ocupar o cargo de **ASSESSOR JURÍDICO 20 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 02 dias do mês de **junho de 2015.**

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 257/2015.

PORTARIA Nº 257/2015.

NOMEAR A SRA. LUCINEIA DA SILVA LIMA, PARA OCUPAR O CARGO DE ZELADOR – 40 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra LUCINEIA DA SILVA LIMA,** portadora do **CPF nº 027.249.851-33,** para ocupar o cargo de **ZELADOR – 40 HORAS** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, a partir de 01 de junho do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2015

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de junho de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e quinze, perante a Senhora **ILMA GRISOSTE BARBOSA**, Prefeita de Sapezal, Estado De Mato Grosso, compareceu a Sra. **LUCINÉIA DA SILVA LIMA,** portadora do **CPF 027.249.851-33** nomeada através da portaria nº 257/2015 de 01/06/2015, para o cargo de **ZELADOR – 40 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, de conformidade com a Lei Municipal nº 1053/2013, mediante aprovação em concurso público 001/2012 homologado pelo Decreto Executivo 056/2012 de 20/06/2012, tomando posse, entrando em exercício e prestando compromisso de desempenhar, nos termos da legislação em vigor, suas funções.

Para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pela Prefeita Municipal e pelo(a) Servidor(a) empossado(a).

_____ _____

Lucinéia da Silva Lima Ilma Grisoste Barbosa

Servidor(a) Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015 SRP 067/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 058/2015 SRP 067/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM, *(MAIOR DESCONTO)* OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de passagens terrestres intermunicipais, atendendo solicitação das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 20/07/2015 às 15h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298-3520-7272. Sinop/MT, 06 de julho de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2014

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e OI S.A

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Acesso a Internet com Link dedicado 30 Mbps.

VALOR GLOBAL: R$ 80.011,08

VIGENCIA: 25/06/2015 a 24/06/2015

NOTA DE EMPENHO Nº 0233/2015 - 2

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.010.0.0.01.031.0001.2001 – 33.90.39.00

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 125/2013

ORGÃO: Prefeitura Municipal de Sinop

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. *DATA:* 02/07/2015 VIGÊNCIA: 02/07/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição e Instalação de Persianas de PVC para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 121/2015 –

DIVILAR COMERCIO DE DIVISÓRIAS LTDA ME - CNPJ 02.623.181/0001-38, SINOP/MT

ITEM	QUANT.	UND.	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	1973	M²	PERSIANA DE PVC VERTICAL - 90MM - INSTALADA - TONS CLAROS	REALCE	65,00	128.245,00
VALOR TOTAL						R$ 128.245,00

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br. SINOP-MT, 06 DE JULHO DE 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2015 SRP 066/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 057/2015 SRP 066/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: *Aquisição de Extintores Veiculares, Suportes e Recargas de Extintores para atender às necessidades das Secretarias Municipais*. ABERTURA da SESSÃO: 20/07/2015 às 09h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.Sinop/MT, 06 de julho de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015 – SRP 056/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 050/2015 – SRP 056/2015, referente **Contratação de Empresa Especializada em Confecção de Materiais Gráficos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano.** Empresas Vencedoras: **ELIFRANCIS INDÚSTRIA COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ/MF:** 08.866.744/0001-03, Itens: 01, 02, 04, 08. **VIEIRA & W. VIEIRA LTDA - ME, CNPJ/MF:** 13.829.008/0001-07, Itens: 03, 10, 11, 14. **OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - EPP, CNPJ/MF:** 04.858.637/0001-74, Itens: 05, 06, 07, 09, 12, 13. Homologado em 06 de Julho de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

GABINETE
EDITAL DE INTIMAÇÃO 1832-A/2015 - CDA PREFEITURA DE SINOP/MT

ESTADO DO MATO GROSSO

Comarca de Sinop, MT - 2º Ofício

PROTESTO DE TÍTULOS CAMBIAIS

O 2º Ofício Extrajudicial, desta Comarca faz saber que lhe foram entregues para protesto, por falta de pagamento os títulos de responsabilidade das pessoas abaixo relacionadas.

A publicação deste edital em jornal de circulação diária é exigida por lei, quando não são encontrados os devedores nos endereços fornecidos pelos apresentantes, cabendo a estes inteira responsabilidade pela indicação dos referidos endereços.

O serviço de entrega dos avisos é efetuado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por força de contrato imposto por dispositivos legais, e os mesmos foram devolvidos pelos motivos descritos.

_____

_____

Devedor: A DE PAULA ROCHA ME - CPF/CNPJ: 11.627.043/0001-18
End: RUA A. N.44 - JD. CONQUISTA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 162-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A DE PAULA ROCHA ME - CPF/CNPJ: 11.627.043/0001-18 End: RUA A. N.44 - JD. CONQUISTA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 163-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A DE PAULA ROCHA ME - CPF/CNPJ: 11.627.043/0001-18 End: RUA A. N.44 - JD. CONQUISTA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 164-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. B. DA SILVA - LAVADOR - ME - CPF/CNPJ: 12.668.951/0001-12 End: OURO PRETO N.400 - DISTR. IND. E COM. - SINOP-MT - CEP: 78557-500

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se, informado por Alta

Proto e Data Apres.: 167-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. C. V. DOS PASSOS COMERCIO - ME - CPF/CNPJ: 13.785.429/0001-83 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.6913 - PARQUE DAS ARARAS - SINOP-MT - CEP: 78550-466

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido, informado por Clair

Proto e Data Apres.: 151-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. C. V. DOS PASSOS COMERCIO - ME - CPF/CNPJ: 13.785.429/0001-83 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.6913 - PARQUE DAS ARARAS - SINOP-MT - CEP: 78550-466

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido, informado por Clair

Proto e Data Apres.: 152-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. D. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME - CPF/CNPJ: 08.794.126/0001-97 End: RUA DAS MAGNOLIAS N.122 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-102

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se

Proto e Data Apres.: 165-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. E. BACHINSKI E CIA LTDA - ME - CPF/CNPJ: 07.434.455/0001-64 End: SAO CRISTOVAO N.01 - BAIRRO SAO CRISTOVAO - SINOP-MT - CEP: 78558-018

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido

Proto e Data Apres.: 153-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. F. H. ANDRADE SANTOS E CIA LTDA - ME - CPF/CNPJ: 10.901.982/0001-46 End: RUA DAS PETUNIAS N.1094 - JD. PARAISO - SINOP-MT - CEP: 78556-116

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 149-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. F. H. ANDRADE SANTOS E CIA LTDA - ME - CPF/CNPJ: 10.901.982/0001-46 End: RUA DAS PETUNIAS N.1094 - JD. PARAISO - SINOP-MT - CEP: 78556-116

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 150-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. F. MARQUES AUTO CENTER ME - CPF/CNPJ: 14.260.175/0001-42 End: RUA DAS SAMAMBAIAS N.2438 - SETOR IND. SUL - SIS - SINOP-MT - CEP: 78557-464

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido, informado por Deise

Proto e Data Apres.: 161-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: A. G. BRUSTOLON JOGOS ELETRONICOS - CPF/CNPJ: 07.813.126/0001-24 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.3620 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-252

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se

Proto e Data Apres.: 198-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ABC DETETIZADORA LTDA - ME - CPF/CNPJ: 01.672.341/0001-76 End: AV. DOS JATOBAS N.175 - JD. JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-697

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido

Proto e Data Apres.: 196-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ABC DETETIZADORA LTDA - ME - CPF/CNPJ: 01.672.341/0001-76 End: AV. DOS JATOBAS N.175 - JD. JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-697

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido

Proto e Data Apres.: 197-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ACACIO GALVAO RODRIGUES - PANIFICADORA - CPF/CNPJ: 171.020.902-00 End: RUA 02 N. LT.04 - BAIRRO CHACARAS - SINOP-MT - CEP: 78550-979

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 195-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ACACIO GALVAO RODRIGUES - PANIFICADORA - CPF/CNPJ: 171.020.902-00 End: RUA 02 N. LT.04 - BAIRRO CHACARAS - SINOP-MT - CEP: 78550-979

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 232-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ACO PRONTO SERVICOS E COMERCIO LTDA - CPF/CNPJ: 05.854.349/0003-76 End: RUA COLONIZADOR ENIO PIPINO N.3101 - SETOR IND. SUL - SINOP-MT - CEP: 78557-454

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 194-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADAILTON SANTANA DOS SANTOS - MEI - CPF/CNPJ: 13.841.258/0001-62 End: RUA FORMOSA N.137 - JD. AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-624

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 192-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADAILTON SANTANA DOS SANTOS - MEI - CPF/CNPJ: 13.841.258/0001-62 End: RUA FORMOSA N.137 - JD. AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-624

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 193-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADELMO DOS SANTOS - MEI - CPF/CNPJ: 14.165.430/0001-78 End: AV. SAO FRANCISCO N.1138 - RES. SAO FRANCISCO - SINOP-MT - CEP: 78559-189

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 188-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADELMO DOS SANTOS - MEI - CPF/CNPJ: 14.165.430/0001-78 End: AV. SAO FRANCISCO N.1138 - RES. SAO FRANCISCO - SINOP-MT - CEP: 78559-189

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 189-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMILSON NICOLAU DE MELO - MEI - CPF/CNPJ: 14.063.872/0001-03 End: RUA DOS MONJOLEIROS N.418 - JD. DAS PALMEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-048

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se, informado por Ana Carolina

Proto e Data Apres.: 187-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR OLIVEIRA DE FARIAS - MEI - CPF/CNPJ: 14.484.997/0001-07 End: RIO PRETO N.735 - MARIA VINDILINA II - SINOP-MT - CEP: 78553-057

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 185-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANA VIEIRA RODRIGUES - ME - CPF/CNPJ: 12.292.340/0001-12 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.5367 - JD. PRIMAVERA - SINOP-MT - CEP: 78550-412

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se, informado por Marco

Proto e Data Apres.: 181-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AERONORTE AVIACAO AGRICOLA LTDA - CPF/CNPJ: 04.663.796/0001-13 End: AV. INTEGRACAO N.1040 - ZONA RURAL - SINOP-MT - CEP: 78557-855

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 179-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AERONORTE AVIACAO AGRICOLA LTDA - CPF/CNPJ: 04.663.796/0001-13 End: AV. INTEGRACAO N.1040 - ZONA RURAL - SINOP-MT - CEP: 78557-855

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 180-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALAILTON MEDEIROS DA SILVA E CIA LTDA - EPP - CPF/CNPJ: 11.900.303/0001-87 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.2868 - SETOR RESID. SUL-SRS - SINOP-MT - CEP: 78550-021

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido

Proto e Data Apres.: 176-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALCINDO MARTINS BARBOSA - CABELEREIRO - CPF/CNPJ: 794.432.731-87 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.281 - JD. JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-730

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se

Proto e Data Apres.: 199-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXSANDRO PALHAO - ME - CPF/CNPJ: 14.129.618/0001-60 End: RUA JOAO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO N.880 - SETOR INDUSTRIAL - SINOP-MT - CEP: 78557-165

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido, informado por Julvo

Proto e Data Apres.: 203-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALISANDRA WERLANG E CIA LTDA - ME - CPF/CNPJ: 13.005.631/0001-45 End: ESTR. AUREA N.08 - CHA L. M. CAROLINA I - SINOP-MT - CEP: 78550-970

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 200-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALISANDRA WERLANG E CIA LTDA - ME - CPF/CNPJ: 13.005.631/0001-45 End: ESTR. AUREA N.08 - CHA L. M. CAROLINA I - SINOP-MT - CEP: 78550-970

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 201-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AMARAL E TAVARES LTDA - ME - CPF/CNPJ: 13.613.090/0001-38 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.2268 - JD. BOTANICO - SINOP-MT - CEP: 78556-012

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido, informado por Elizangela

Proto e Data Apres.: 210-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AMARILDO SILVA - MEI - CPF/CNPJ: 11.892.733/0001-02 End: RUA DOS SAPOTIS N.857 - JD. BOTANICO - SINOP-MT - CEP: 78556-036

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se, informado por Clede

Proto e Data Apres.: 209-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AMAURI ROBERTO DE ARAUJO - MEI - CPF/CNPJ: 13.234.712/0001-17 End: RUA DAS PRIMAVERAS N.5840 - JD. PRIMAVERA - SINOP-MT - CEP: 78550-412

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 208-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AMILTON FERREIRA DA SILVA - MEI - CPF/CNPJ: 13.731.204/0001-44 End: TRAV. JERUSALEM N.525 - LOT. BOM JARDIM - SINOP-MT - CEP: 78559-024

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 206-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANA LUCIA LUQUES DA SILVA - MEI - CPF/CNPJ: 13.427.622/0001-42 End: AV. SAO CRISTOVAO N.19 - SAO CRISTOVAO - SINOP-MT - CEP: 78558-018

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 221-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANA LUCIA LUQUES DA SILVA - MEI - CPF/CNPJ: 13.427.622/0001-42 End: AV. SAO CRISTOVAO N.19 - SAO CRISTOVAO - SINOP-MT - CEP: 78558-018

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 222-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANA LUCIA SILVA DURAES - MEI - CPF/CNPJ: 13.832.955/0001-57 End: RUA DAS NOGUEIRAS N.381 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-240

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido

Proto e Data Apres.: 219-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANA LUCIA SILVA DURAES - MEI - CPF/CNPJ: 13.832.955/0001-57 End: RUA DAS NOGUEIRAS N.381 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-240

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido

Proto e Data Apres.: 220-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANA LUCIA XAVIER - MEI - CPF/CNPJ: 12.263.373/0001-34 End: AV. DAS FIGUEIRAS N.1608 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-190

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se, informado por Rafaela

Proto e Data Apres.: 218-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANA PAULA BATISTA ME - CPF/CNPJ: 11.881.352/0001-10 End: RUA DOS ANGICOS N.08 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-182

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido, informado por Gabriel

Proto e Data Apres.: 217-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANDERSON JOSE RIBEIRO DE OLIVEIRA - ME - CPF/CNPJ: 12.295.852/0001-32 End: RUA A N.532 - RES. DELTA - SINOP-MT - CEP: 78555-142

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 215-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANDERSON JOSE RIBEIRO DE OLIVEIRA - ME - CPF/CNPJ: 12.295.852/0001-32 End: RUA A N.532 - RES. DELTA - SINOP-MT - CEP: 78555-142

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 216-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANDRE MIKINIHI - MEI - CPF/CNPJ: 14.187.098/0001-42 End: RUA DAS CANELAS N.560 - JD. DAS VIOLETAS - SINOP-MT - CEP: 78552-244

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido, informado por Isac Santos

Proto e Data Apres.: 227-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANTONIA DE HOLANDA VIANA - MEI - CPF/CNPJ: 11.708.507/0001-10 End: AV. DAS ACACIAS N.1360 - SETOR REDID. SUL - SINOP-MT - CEP: 78550-057

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se

Proto e Data Apres.: 230-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANTONIA DE HOLANDA VIANA - MEI - CPF/CNPJ: 11.708.507/0001-10 End: AV. DAS ACACIAS N.1360 - SETOR REDID. SUL - SINOP-MT - CEP: 78550-057

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se

Proto e Data Apres.: 231-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ANTONIAZZI E MARINA LTDA - ME - FILIAL - CPF/CNPJ: 08.769.768/0002-17 End: AV. GOV. JULIO CAMPOS N.1367 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-202

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 229-02/07/2015- Ultimo dia Pagto: 08/07/2015

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Os Devedores acima relacionados deverão comparecer a Rua das Aroeiras, 630 - Centro - Sinop - MT, a fim de efetuar o pagamento ou alegar as razões por que não o fazem, no prazo a contar da data da publicação deste, no Diário Eletrônico Municipal - AMM - Associação Matogrossense dos Municípios, desta Cidade, conforme determinação da CNGJ/MT, Capítulo 5, Seção 5, item 5.5.1.1.

Sinop - MT, 06 de julho de 2015.

Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 55, DE 5 DE OUTUBRO DE 2007 - ESTRUTURA DO FUMGICED

LEI COMPLEMENTAR Nº 055/2007, DE 05 DE OUTUBRO DE 2007.

Dispõe sobre a Estruturação do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação - FUMGICED**, transfere cargos e dá outras providências.**

João Abreu Luz, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia - MT, no uso de susas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO

DO FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO ÍNTEGRA E CO-OPERADA DA EDUCAÇÃO

SEÇÃO I

DA SEDE, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO DO FUNDO

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Gestão Integra e Co-operada da Educação - FUMGICED, como uma entidade jurídica de natureza autárquica, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com sede e foro na Comarca de São Félix do Araguaia.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação tem por objetivo a captação e o gerenciamento integrado e unificado de recursos financeiros e patrimoniais destinados à manutenção da estrutura de oferta educativa e ao desenvolvimento da política educacional a cargo

da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer garantindo e viabilizando a sua execução na forma da Lei Complementar nº 049/2006.

Parágrafo único - Os recursos financeiros de que trata o caput incluem a totalidade dos recursos vinculados e os de transferência legal ou voluntária, inclusive aqueles oriundos da Receita Pública Municipal, de acordo com a Lei Orgânica do Município, em consonância com os mecanismos de composição advindos da Legislação Federal, especialmente os que instituem fundos contábeis para a educação, bem como os provenientes de acordos, convênios, programas, projetos, ajustes, contratos e doações por parte de Instituições Públicas e Entidades Privadas.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E CARGOS

Art. 3º - A organização do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação compreende:

I - Nível de Decisão Colegiada - representado pelo Conselho de Gestão Íntegra e Co-operada – COGIC, com a sua composição e competência definidas por esta Lei.

II - Nível de Direção e Gerência Superior - representado pelo Diretor Presidente, no desempenho de suas funções institucionais e administrativas e pelo Diretor Executivo, no desempenho de funções relativas à gerência de projetos e atividades necessárias ao desempenho do órgão;

III - Nível de Execução Programática - representado pelos órgãos responsáveis pelas atividades-fins do FUMGICED.

Art. 4º - A estrutura orgânica do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação compreende as seguintes unidades administrativas:

I – Órgão de decisão colegiada

1. Conselho de Gestão Íntegra e Co-operada

II – Órgão de direção e gerência superior

1. Diretor Presidente

2. Diretor Executivo

III – Órgão de execução programática

1. Departamento de Logística, Execução e Controle de Políticas Educacionais Complementares, Convênios e Projetos

2. Departamento de Planejamento, Elaboração de Projetos, Gestão de Pessoal e Patrimônio

3. Divisão de Legislação e Normas

4. Assessoria de Gestão Fiscal, Financeira e Contábil

Art. 5º - São criados 1 (um) cargo de Diretor administrativo, exercido pelo Diretor Presidente do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação – FUMGICED e 1 (um) cargo de assessor contábil, nos termos da Lei Complementar 049/2006 e são transferidos ao Fundo, 2 (dois) cargos de Chefe de Departamento e 1 (um) cargo de Chefe de Divisão que compunham a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

SEÇÃO III

DO ÓRGÃO DE DECISÃO COLEGIADA

Art. 6º - O COGIC é composto por 16 (dezesseis) membros, sendo:

I – 1 (um) membro do Conselho Municipal ou Regional de Educação;

II – O Presidente do Conselho de Alimentação Escolar – CAE;

III – 1 (um) membro do Conselho de Acompanhamento e Fiscalização do FUNDEB, na forma da legislação federal, indicado pelos seus integrantes dentre aqueles que o compõem;

IV – 5 (cinco) representantes da Rede Municipal de Educação, sendo 1 (um) de cada escola sede e 1 (um) das creches municipais, podendo a escolha eletiva recair sobre alunos, professores ou comunitários; e,

V – 1 (um) representante da Câmara Municipal, indicado pelo seu Presidente entre os vereadores que compõem a Comissão de Educação do Legislativo.

VI – 7 (sete) representantes de organizações sociais do Município de São Félix do Araguaia – MT.

§ 1º - Os representantes previstos pelo inciso VI serão eleitos entre as suas respectivas representações ou categorias e serão escolhidos entre os mais referendados em lista de indicações feita pelas organizações sociais credenciadas e nominadas em decreto e na forma disposta no mesmo, assegurando-se que os mesmos possuam reconhecidos e relevantes serviços prestados à educação.

§ 2º - O mandato dos membros previstos nos incisos I a V coincidirá com o do exercício dos cargos e representações, e o dos membros constantes do inciso VI é de dois anos, admitindo-se uma única recondução sucessiva.

Art. 7º - O COGIC reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que houver requisição de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos seus membros ou por convocação do seu Presidente, lavrando-se atas de todas as reuniões.

Art. 8º - Serão eleitos um Presidente e um Secretário do COGIC entre seus membros, desde que não ocupem cargos de Direção no FUMGICED.

Art. 9º - São competências do COGIC:

I – Elaborar o seu regimento no prazo de 120 dias após a posse dos conselheiros e aprovar o regimento do Fundo;

II – Elaborar a proposta orçamentária da educação municipal e as diretrizes do setor para o Plano Plurianual, deliberando sobre os mecanismos e processos de consulta social, acompanhando a sua execução e avaliando anualmente os resultados alcançados, à luz do Plano Municipal de Educação;

III – Apreciar e aprovar mensalmente os balancetes do FUMGICED e anualmente o seu balanço, encaminhando-os ao Tribunal de Contas do Estado com um relatório de análise suscinto e prévio;

IV – Definir sobre processos específicos de gestão participativa e descentralizada, regulamentando os seus mecanismos e instrumentos e acompanhando a sua execução;

V – Definir sobre critérios de locação e gestão de pessoal, nos termos da legislação municipal atinente e outras legislações conexas;

VI – Acompanhar, sob o foco de gestão, logística e interesse social, a execução das políticas finalísticas e de apoio da educação, avaliando, entre outros, os resultados do desempenho escolar, condições materiais de funcionamento das escolas bem como a sua adequação para atendimentos especiais, programa de transporte escolar e nucleação, alimentação escolar, assistência e saúde escolar, atendimento dos jovens e adultos, sócio-educativo da primeira infância, das comunidades indígenas e dos portadores de deficiências;

VII – Supervisionar em conjunto com o Conselho Municipal ou Regional de Educação a realização do censo educacional dos demandantes da educação obrigatória, nos termos do art. 269 da Lei Orgânica Municipal, do art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos Arts. 238 e 242 da Constituição de Mato Grosso, assegurando à população são-felixcense acesso universal ao ensino fundamental e médio, envidando esforços administrativos e/ou judiciais na proteção de tais direitos;

VIII – Promover, onde possível, a adequação das políticas educacionais às condições e demandas da população, propondo mecanismos que valorizem a tradição e a cultura local, seus modos de produção e os resultados dos seus trabalhos, visando a integração entre as condições concretas da vida e as plataformas de execução das políticas educacionais em todas as suas dimensões.

Parágrafo Único – Obrigam-se os órgãos de gestão e gerência superior do FUMGICED, bem como quaisquer outros órgãos ou instâncias com ação interveniente ao seu funcionamento, a fornecer ao COGIC, sempre que solicitados todos os documentos e informações referentes às rotinas e atos de gestão, tais como, editais de licitação, extratos bancários, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.

SEÇÃO IV

DO ÓRGÃO DE GESTÃO E GERÊNCIA SUPERIOR

Art. 10 - Os ocupantes dos cargos de Diretor Presidente e de Diretor Executivo do FUMGICED serão indicados, nomeados e exonerados pelo prefeito municipal.

§ 1º - O representante institucional e administrativo do FUMGICED é o Diretor Presidente."

§ 2º - O Diretor Presidente é o ordenador de despesas do FUMGICED, assinando os documentos em conjunto com o Diretor Executivo, que seerá o Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer e, na falta de um deles, poderá ser designado em ato conjunto de ambos, o Presidente do COGIC para os atos necessários de gestão, com responsabilidade solidária.

§ 3º - É atribuição do Diretor Presidente do FUMGICED, entre outras a serem regulamentadas, gerir a receita e a despesa do Fundo, de acordo com as Leis e Decretos orçamentários e a legislação em vigor sobre a administração pública, em conjunto com o Diretor Executivo.

§ 4º - É atribuição do Diretor Executivo a elaboração do Regimento do FUMGICED para posterior aprovação pelo COGIC, no prazo de 90 dias após a promulgação desta lei.

§ 5º - O COGIC atua, através de todos os seus membros, com responsabilidade solidária em relação a todas as decisões deliberadas em suas instâncias e executadas pelos órgãos de direção e gerência superior.

SEÇÃO V

DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Art. 11 – Cabe aos Departamentos o trabalho técnico executivo relativo a todas as áreas de atuação do Fundo, na forma do seu Regimento.

SEÇÃO VI

DO PATRIMÔNIO, ORÇAMENTO E PESSOAL

Art. 12 - O Patrimônio do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação, é constituído pela totalidade dos bens materiais e financeiros até então adstritos à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, destinando-se exclusivamente à prestação de serviços educacionais em unidades administrativas do Município ou em entidades conveniadas, obedecidas a Lei Orgânica e a legislação pertinente.

Parágrafo Único – Será realizado pelo Departamento de Planejamento, Elaboração de Projetos, Gestão Financeira, de Pessoal e Patrimônio o inventário e registro dos bens patrimoniais existentes, no prazo de 120 dias após a promulgação desta Lei, mantendo-os permanentemente atualizados.

Art. 13 - O orçamento do Fundo integra o da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, observando-se a legislação vigente.

Art. 14 – O Departamento de Finanças fica autorizada a transferir ao FUMGICED as dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, atendendo o interesse público e a conveniência administrativa, nos limites estabelecidos na Lei Orçamentária.

Art. 15 - O pessoal técnico e administrativo necessário ao funcionamento do FUMGICED será requisitado da Secretaria Municipal de Educação ou cedido por órgãos da Administração Pública do Município.

Art. 16 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se em especias as Lei Complementares nº 050/20006 de 22 de agosto de 2006 e nº 053/2007 de 02 de julho dee 2007.

Gabinete do Prefeito em, 05 de outubro de 2007.

JOÃO ABREU LUZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 50, DE 22 DE AGOSTO DE 2006 - CRIAÇÃO DO FUMGICED

LEI COMPLEMENTAR Nº 050/2006

Cria o Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação - FUMGICED***, transfere cargos e dá outras providências.***

João Abreu Luz, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia - MT, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO

DO FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO ÍNTEGRA E CO-OPERADA DA EDUCAÇÃO

SEÇÃO I

DA SEDE, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO DO FUNDO

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Gestão Integra e Co-operada da Educação - FUMGICED, como uma entidade jurídica de natureza autárquica, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com sede e foro na Comarca de São Félix do Araguaia.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação tem por objetivo a captação e o gerenciamento integrado e unificado de recursos financeiros e patrimoniais destinados à manutenção da estrutura de oferta educativa e ao desenvolvimento da política educacional a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer garantindo e viabilizando a sua execução.

Parágrafo único - Os recursos financeiros de que trata o *caput* incluem a totalidade dos recursos vinculados e os de transferência legal ou voluntária, inclusive aqueles oriundos da Receita Pública Municipal, de acordo com a Lei Orgânica do Município, em consonância com os mecanismos de composição advindos da Legislação Federal, especialmente os que instituem fundos contábeis para a educação, bem como os provenientes de acordos, convênios, programas, projetos, ajustes, contratos e doações por parte de Instituições Públicas e Entidades Privadas.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E CARGOS

Art. 3º - A organização do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação compreende:

I - Nível de Decisão Colegiada - representado pelo Conselho de Gestão Íntegra e Co-operada – COGIC, com a sua composição e competência definidas por esta Lei.

II - Nível de Direção e Gerência Superior - representado pelo Diretor Presidente, no desempenho de suas funções institucionais e administrativas e pelo Diretor Executivo, no desempenho de funções relativas à gerência de projetos e atividades necessárias ao desempenho do órgão;

III - Nível de Execução Programática - representado pelos órgãos responsáveis pelas atividades-fins do FUMGICED.

Art. 4º - A estrutura orgânica do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação compreende as seguintes unidades administrativas:

I - ÓRGÃO DE DECISÃO COLEGIADA

1. Conselho de Gestão Íntegra e Co-operada - COGIC

II - ÓRGÃO DE DIREÇÃO E GERÊNCIA SUPERIOR

1. Diretor Presidente

2. Diretor Executivo

III - ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

1. Departamento de Logística, Execução e Controle de Políticas Educacionais Complementares, Convênios e Projetos;

2. Departamento de Planejamento, Elaboração de Projetos, Gestão Financeira, de Pessoal e Patrimônio.

3. Divisão de Legislação e Normas

Art. 5º - São Transferidos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer os seguintes cargos que passam a compor a estrutura do Fundo Municipal de Gestão Co-operada da Educação:

2 (dois) cargos de Chefe de Departamento

1 (um) cargo de Chefe de Divisão

SEÇÃO III

DO ÓRGÃO DE DECISÃO COLEGIADA

Art. 6º - O COGIC é composto por 17 (dezessete) membros, sendo:

I – o Diretor Presidente do FUMGICED;

II – o Diretor Executivo do FUMGICED;

III – 1 (um) membro do Conselho Municipal ou Regional de Educação, indicados pelos seus integrantes dentre a representação de São Félix do Araguaia.

IV – o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar – CAE;

V – 1 (um) membro do Conselho de acompanhamento e fiscalização do Fundo contábil, na forma da legislação federal, indicado pelos seus integrantes, dentre aqueles que o compõe;

VI – 5 (cinco) representantes da rede municipal de educação, sendo 1 (um) de cada escola sede e 1 (um) das creches municipais, podendo a escolha eletiva recair sobre alunos, professores ou comunitários;

VII – 7 (sete) representantes de organizações sociais de São Félix do Araguaia;

§ 1º – Os representantes previstos pelos incisos VII serão eleitos entre as suas respectivas representações ou categorias e serão escolhidos entre os mais referendados em lista de indicações feitas pelas organizações sociais credenciadas e nominadas em decreto, e na forma disposta no mesmo.

§ 2º - O mandato dos membros previstos nos incisos I a VI coincide com o do exercício dos seus cargos e representações, e o dos membros previstos pelos incisos VII é de dois anos, admitindo-se uma única recondução consecutiva.

Art. 7º - O COGIC reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que houver requisição de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos seus membros ou por convocação do seu Presidente, lavrando-se atas de todas as reuniões.

Art. 8º - Serão eleitos entre os seus membros que não ocupem cargo de direção no FUMGICED, um Presidente e um Secretário do COGIC.

Art. 9º - São competências do COGIC:

I – Elaborar o seu regimento no prazo de 120 dias após a posse dos conselheiros e aprovar o regimento do Fundo;

II – Elaborar a proposta orçamentária da educação municipal e as diretrizes do setor para o Plano Plurianual, deliberando sobre os mecanismos e processos de consulta social, acompanhando a sua execução e avaliando anualmente os resultados alcançados, à luz do Plano Municipal de Educação;

III – Apreciar e aprovar mensalmente os balancetes do FUMGICED e anualmente o seu balanço, encaminhando-os ao Tribunal de Contas do Estado com um relatório de análise suscinto e prévio;

IV – Definir sobre processos específicos de gestão participativa e descentralizada, regulamentando os seus mecanismos e instrumentos e acompanhando a sua execução;

V – Definir sobre critérios de locação e gestão de pessoal, nos termos da legislação municipal atinente e outras legislações conexas;

VI – Acompanhar, sob o foco de gestão, logística e interesse social, a execução das políticas finalísticas e de apoio da educação, avaliando, entre outros, os resultados do desempenho escolar, condições materiais de funcionamento das escolas bem como a sua adequação para atendimentos especiais, programa de transporte escolar e nucleação, alimentação escolar, assistência e saúde escolar, atendimento dos jovens e adultos, sócio-educativo da primeira infância, das comunidades indígenas e dos portadores de deficiências;

VII – Supervisionar em conjunto com o Conselho Municipal ou Regional de Educação a realização do censo educacional dos demandantes da educação obrigatória, nos termos do art. 269 da Lei Orgânica Municipal, do art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos Arts. 238 e 242 da Constituição de Mato Grosso, assegurando à população são-felixcense acesso universal ao ensino fundamental e médio, envidando esforços administrativos e/ou judiciais na proteção de tais direitos;

VIII – Promover, onde possível, a adequação das políticas educacionais às condições e demandas da população, propondo mecanismos que valorizem a tradição e a cultura local, seus modos de produção e os resultados dos seus trabalhos, visando a integração entre as condições concretas da vida e as plataformas de execução das políticas educacionais em todas as suas dimensões.

Parágrafo Único – Obrigam-se os órgãos de gestão e gerência superior do FUMGICED, bem como quaisquer outros órgãos ou instâncias com ação interveniente ao seu funcionamento, a fornecer ao COGIC, sempre que solicitados todos os documentos e informações referentes às rotinas e atos de gestão, tais como, editais de licitação, extratos bancários, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.

SEÇÃO IV

DO ÓRGÃO DE GESTÃO E GERÊNCIA SUPERIOR

Art. 10 - O Cargo de Diretor Presidente do FUMGICED é exercido pelo Prefeito Municipal e o de Diretor Executivo pelo Secretário Municipal de Educação.

§ 1º - O representante institucional e administrativo do FUMGICED é o Diretor Presidente, sendo substituído, em seus impedimentos legais e eventuais, pelo Diretor Executivo.

§ 2º - O Diretor Presidente é o ordenador de despesa do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação, assinando os documentos em conjunto com o Diretor Executivo.

§ 3º - É atribuição do Diretor Presidente do FUMGICED, entre outras a serem regulamentadas, gerir a receita e a despesa do Fundo, de acordo com as Leis e Decretos orçamentários e a legislação em vigor sobre a administração pública, em conjunto com o Diretor Executivo.

§ 4º - É atribuição do Diretor Executivo a elaboração do Regimento do FUMGICED para posterior aprovação pelo COGIC, no prazo de 90 dias após a promulgação desta lei.

SEÇÃO V

DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Art. 11 – Cabe aos Departamentos o trabalho técnico executivo relativo a todas as áreas de atuação do Fundo, na forma do seu Regimento.

SEÇÃO VI

DO PATRIMÔNIO, ORÇAMENTO E PESSOAL

Art. 12 - O Patrimônio do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação, é constituído pela totalidade dos bens materiais e financeiros até então adstritos à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, destinando-se exclusivamente à prestação de serviços educacionais em unidades administrativas do Município ou em entidades conveniadas, obedecidas a Lei Orgânica e a legislação pertinente.

Parágrafo Único – Será realizado pelo Departamento de Planejamento, Elaboração de Projetos, Gestão Financeira, de Pessoal e Patrimônio o inventário e registro dos bens patrimoniais existentes, no prazo de 120 dias após a promulgação desta Lei, mantendo-os permanentemente atualizados.

Art. 13 - O orçamento do Fundo integra o da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, observando-se a legislação vigente.

Art. 14 – O Departamento de Finanças fica autorizada a transferir ao FUMGICED as dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, atendendo o interesse público e a conveniência administrativa, nos limites estabelecidos na Lei Orçamentária.

Art. 15 - O pessoal técnico e administrativo necessário ao funcionamento do FUMGICED será requisitado da Secretaria Municipal de Educação ou cedido por órgãos da Administração Pública do Município.

Art. 16 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São Félix do Araguaia – MT, em 22 de agosto de 2006.

JOÃO ABREU LUZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 53, DE 2 DE JULHO DE 2007 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 50/2006 DE CRIAÇÃO DO FUMGICED

LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2007

Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 050/2006, que criou Fundo Municipal de Gestão Integra e Co-operada da Educação – FUMGICED – e dá outras providências.

João Abreu Luz, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia - MT, no uso de suas atribuições conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a redação dos artigos 2°, 4°, 5°, 6°, 8° e 10 da Lei Complementar nº 050/2006, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2° - O Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação tem por objetivo a captação e o gerenciamento integrado e unificado de recursos financeiros e patrimoniais destinados à manutenção da estrutura de oferta educativa e ao desenvolvimento da política educacional a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer garantindo e viabilizando a sua execução na forma da Lei Complementar nº 049/2006.

Art. 4° - A estrutura orgânica do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação compreende as seguintes unidades administrativas:

I - Órgão de decisão colegiada

1. Conselho de Gestão Íntegra e Co-operada

II - Órgão de direção e gerência superior

1. Diretor Presidente

2. Diretor Executivo

III - Órgão de execução programática

1. Departamento de Logística, Execução e Controle de Políticas Educacionais Complementares, Convênios e Projetos

2. Departamento de Planejamento, Elaboração de Projetos, Gestão de Pessoal e Patrimônio

3. Divisão de Legislação e Normas

4. Assessoria de Gestão Fiscal, Financeira e Contábil

"**Art. 5° -** São criados 1 (um) cargo de Diretor administrativo, exercido pelo Diretor Presidente do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Co-operada da Educação - FUMGICED e 1 (um) cargo de assessor contábil, nos termos da Lei Complementar 049/2006 e são transferidos ao Fundo, 2 (dois) cargos de Chefe de Departamento e 1 (um) cargo de Chefe de Divisão que compunham a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

"**Art. 6° -** O COGIC é composto por 16 (dezesseis) membros, sendo:

I - 1 (um) membro do Conselho Municipal ou Regional de Educação;

II - o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;

III - 1 (um) membro do Conselho de Acompanhamento e Fiscalização do FUNDEB, na forma da legislação federal, indicado pelos seus integrantes dentre aqueles que o compõem;

IV - 5 (cinco) representantes da Rede Municipal de Educação, sendo 1 (um) de cada escola sede e 1 (um) das creches municipais, podendo a escolha eletiva recair sobre alunos, professores ou comunitários; e,

V- 1 (um) representante da Câmara Municipal, indicado pelo seu Presidente entre os vereadores que compõem a Comissão de Educação do Legislativo.

VI - 7 (sete) representantes de organizações sociais do Município de São Félix do Araguaia - MT.

§ 1° Os representantes previstos pelo inciso VI serão eleitos entre as suas respectivas representações ou categorias e serão escolhidos entre os mais referendados em lista de indicações feita pelas organizações sociais credenciadas e nominadas em decreto e na forma disposta no mesmo, assegurando-se que os mesmos possuam reconhecidos e relevantes serviços prestados à educação.

§ 2° O mandato dos membros previstos nos incisos I a V coincidirá com o do exercício dos cargos e representações, e o dos membros constantes do inciso VI é de dois anos, admitindo-se uma única recondução sucessiva."

"**Art. 8° -** Poderão ser eleitos Presidente e Secretário do COGIC os conselheiros que possuírem vínculo funcional com a administração municipal sendo servidores municipais concursados e efetivos, vinculados ao quadro da educação, desde que não ocupem cargos em comissão no Poder Executivo Municipal."

"**Art. 10** Os ocupantes dos cargos de Diretor Presidente e de Diretor Executivo do FUMGICED serão indicados, nomeados e exonerados pelo prefeito municipal.

§ 1° O representante institucional e administrativo do FUMGICED é o Diretor Presidente."

§ 2° O Diretor Presidente é o ordenador de despesas do FUMGICED, assinando os documentos em conjunto com o diretor executivo, cujo cargo será sempre exercido pelo Secretário de Educação, Esporte e Lazer do município, sendo substituído em seus impedimentos legais e eventuais pelo Diretor Executivo e, na falta de um deles, poderá ser designado em ato conjunto de ambos, o Presidente do COGIC para os atos necessários de gestão, com responsabilidade solidária.

(...)

§ 5° - O COGIC atua, através de todos os seus membros, com responsabilidade solidária em relação a todas as decisões deliberadas em suas instâncias e executadas pelos órgãos de direção e gerência superior.

Art. 2° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São Félix do Araguaia, em 02 de julho de 2007.

JOÃO ABREU LUZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/ 2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRE E FRETE SOB ENCOMENDA (POR QUILO), PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO.** Aberto em 25 de Junho de 2015, às 9h00h, tendo como vencedoras as empresas: **N.R.DA SILVA – TURISMO - ME, *inscrito no CNPJ Nº 21.776.990/0001-24*, nos itens 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16 E 17, 18, 19, 21, 22, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 46, 47 E 48, com valor de R$ 279.160,00 (Duzentos e sessenta e nove mil cento e sessenta reais) e ORION TURISMO LTDA inscrito no CNPJ N.º 03.898. 324/0001-8, nos itens 01 a 05, 9, 10, 14, 20, 23, 24, 25, 29 a 32, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, e 49, com valor de R$ 452.496,50 (quatrocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos). São Félix do Araguaia - MT, 06 de Julho de 2015. Magda A. Alves Silva-Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 60, DE 2 DE MARÇO DE 2009 - EXTINÇÃO DO FUMGICED

Lei Complementar nº. 060/2009

Dispõe sobre a extinção do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Cooperada da Educação – FUMGICED e dá outras providências.

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO, Prefeito do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Cooperada da Educação – FUMGICED, criado pela Lei Complementar nº 050/2006, de 22 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 053/2007, de 02 de julho de 2007 e Lei Complementar nº 055/2007, de 05 de outubro de 2007.

Parágrafo único O Balanço Especial de encerramento de atividade do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Cooperada da Educação – FUMGICED será ultimado, impreterivelmente até 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta lei.

Art. 2º Todos os bens moveis e imóveis, bem como os documentos e demais materiais integrantes do patrimônio do FUMGICED serão inventariados, apurados e incorporados ao patrimônio do Município de São Félix do Araguaia.

Parágrafo único O inventário de que trata o *caput* será concluído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação desta lei no *Diário Oficial do Estado*.

Art. 3º Os cargos existentes na estrutura organizacional do FUMGICED ficam incorporados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir as dotações orçamentárias do FUMGICED para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observados os mesmos projetos, atividades e grupos de despesa previstos em lei.

§ 1º A execução orçamentária do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Cooperada da Educação – FUMGICED, relativa à programação de 2009, ficará, a partir da data de sua extinção, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na forma da lei, obrigada a realizar todos os atos inerentes à gestão orçamentária e financeira das ações previstas para o FUMGICED na lei orçamentária vigente.

§ 3º Os eventuais créditos adicionais relativos à programação do FUMGICED serão concretizados com base na classificação institucional em lei.

§ 4º Os créditos suplementares que forem autorizados nos termos do parágrafo anterior observarão os mesmos projetos, atividades e grupos de despesas previstas em lei.

Art. 5º As pessoas físicas ou jurídicas que se encontram inadimplentes em relação à prestação de contas ao FUMGICED continuam obrigadas pelo compromisso assumido, até a declaração de extinção destes pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mantidos os prazos legais de prescrição.

Art. 6º Os créditos do Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Cooperada da Educação – FUMGICED, junto a qualquer agente ou entidade, bem como aqueles decorrentes de transações financeiras ou comerciais, já apurados na data da publicação desta lei ou decorrentes da disposição contida no artigo anterior, serão creditados em favor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e informados ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 7º Os dados do sistema de informação do Fundo permanecerão disponíveis e acessíveis a qualquer interessado, na forma da lei.

Art. 8º O Município de São Félix do Araguaia sucederá o Fundo Municipal de Gestão Íntegra e Cooperada da Educação – FUMGICED nos seus direitos e obrigações, nos termos desta lei.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecerá uma comissão de servidores para, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, realizarem o levantamento dos processos judiciais em curso, em que o FUMGICED figure como parte.

Art. 10 O Secretário Municipal de Educação e Cultura expedirá todos os atos necessários à manutenção da continuidade dos serviços do Fundo de que trata esta lei.

Art. 11 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 12 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as seguintes disposições:

I – Lei Complementar nº 050, de 22 de agosto de 2006;

II – Lei Complementar nº 053, de 02 de julho de 2007;

III – Lei Complementar nº 055, de 05 de outubro de 2007.

Gabinete do Prefeito em São Félix do Araguaia (MT), 02 de março de 2009.

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015,** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL COMPRA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A SECRETARIA DE OBRAS DE SÃO JOSÉ DO POVO

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

INICIO DA SESSÃO: DIA 27/07//2015

HORÁRIO: 13 HORAS (HORÁRIO LOCAL).

LOCAL: SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO – SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, CENTRO – SÃO JOSÉ DO POVO – MT, CEP 78.773-000.

RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO OU ATRAVÉS DO SITE *WWW.SAOJOSEDOPOVO.MT.GOV.BR*,OU PELO EMAIL: llgaguaviva@hotmail.com INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO – SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO(das 12 horas às 18 horas.

MARIA IRANDI DUARTE

PREGOEIRA

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 06/07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO MÊS 06/2015

-QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 036/2014. ASS: 18/06/2015;VCT: 24/09/2015. Contratado: **SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA;** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 25/06/2014 a 24/09/2015, conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, § 1º, inciso II, e § 2º.

-QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 033/2014. ASS: 12/06/2015;VCT: 14/09/2015. Contratado: **SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA;** Objeto:Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado inicialmente no Segundo Termo Aditivo, será prorrogado do dia 16/06/2015 a 14/09/2015 , conforme autoriza o a Lei 8. 666/**93.**

-SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 06/2015. ASS: 12/06/2015. Contratado: **ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA EPP;** Objeto:Fica ajustado entre as partes que o valor previsto e consignado no Contrato Original será aditivado, devido ao excedente no quantitativo de inscritos inicialmente previsto na cláusula 6.0 do contrato 006/2015, com base no art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93.

-SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 035/2014. ASS:12/06/2015;VCT: 13/08/2015. Contratado: **SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA;** Objeto:Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Quinto Termo Aditivo do Contrato 035/2014, será prorrogado do dia 14/06/2015 até 13/08/2015, conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, § 1º, inciso II e § 2º.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 030/2015

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação em vista de despacho do Sr. Prefeito Municipal Natanael Casavechia, cujo inteiro teor encontra-se a disposição dos interessados, informa que a licitação acima indicada, cujo objeto é a **futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção dos prédios públicos do município de São José do Rio Claro – MT**foi REVOGADA com fundamento no art. 49 da lei 8.666/93 e súmula 473/STF, tendo em vista o surgimento de fato superveniente após publicação do mesmo. Aos interessados fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 06 de Julho de 2015.

TATIANA DOCKHORN - Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 031/2015

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação em vista de despacho do Sr. Prefeito Municipal Natanael Casavechia, cujo inteiro teor encontra-se a disposição dos interessados, informa que a licitação acima indicada, cujo objeto é a **futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública do Município de São José do Rio Claro – MT** foiREVOGADA com fundamento no art. 49 da lei 8.666/93 e súmula 473/STF, tendo em vista o surgimento de fato superveniente após publicação do mesmo. Aos interessados fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 06 de Julho de 2015.

TATIANA DOCKHORN - Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS 06/2015

-CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 029/2015. ASS: 01/06/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **AMOS BERNARDINO ZANCHET JUNIOR.** Objeto: Locação de 01 (um) imóvel, destinado à instalação do departamento de limpeza pública, coleta urbana, eletricidade predial e pública, servirá também como deposito de materiais (pedra, areia dentre outros) e para garagem de veículos e máquinas que atuam conjunto as áreas citada, localizado em um lote de terreno urbano, sob. n.º 01 com a área de 600m² e lote 02 com a área de 646,38m² na Quadra n.º 28, situado na Avenida Chile no perímetro urbano de São José do Rio Claro - MT. Valor: R$ 17.500,00.

-**CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 030/2015.** ASS: 26/06/2015; VCT: 31/12/2015, Contratado: **VERA CRUZ COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E MÓVEIS – EIRELI ME.** Objeto: Aquisição de brinquedos escolares e pedagógicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de São José do Rio Claro – MT. Valor: R$ 80.831,30.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

PREVIMUNI
EXTRATO DE CONTRATO 3/2015 - REAVALIAÇÃO ATUARIAL 2015.

INST. MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS

SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT

PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços nº 3/2015

Contratada: AG. CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA EPP

CNPJ: 05.011.768/0001-84

Objeto: Reavaliação Atuarial 2015.

Valor: R$ 5.725,00 (cinco mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 01/06/2015.

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 014

DIVULGA GABARITO PRELIMINAR DA REAPLICAÇÃO DE PROVAS ESCRITAS PARA OS CARGOS 14 E 15.

A Senhora **Maria De Jesus Soares Mota**, presidente da *Comissão Examinadora do Concurso Público,* nomeada pela **Portaria nº 061 de 30 de março de 2015**, em cumprimento ao disposto no item 19.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, torna público o que segue:

1. DIVULGA O GABARITO PRELIMINAR DA REAPLICAÇÃO DE PROVAS ESCRITAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, PARA OS CARGOS 14-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – EDUC. E 15-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, REAPLICADAS NO DIA 05 DE JULHO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso exclusivamente para a divulgação do **Gabarito Preliminar da Reaplicação de Provas escritas para os Cargos 14 e 15,** a partir das 07h do dia 07/07/2015 até às 17h do dia 08/07/2015, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura de São José do Rio Claro: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br, no mural oficial da Prefeitura e no site da Empresa executora www.grupoatame.com.br/concurso e no site www.diariomunicipal.org/mt/amm/.

São José do Rio Claro, 06 de julho de 2015.

Maria De Jesus Soares Mota

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS MÊS 06/2015

-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2015. ASS: 08/06/2015; VCT: 08/06/2016; Fornecedor: Empresa **AUTO POSTO VILLA LTDA**. Objeto: futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes originais de primeira linha, para atendimento da frota de veículos do Município de São José do Rio Claro - MT. Valor: R$ 125.902,00.

-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2015. ASS: 08/06/2015; VCT: 08/06/2016; Fornecedor: Empresa **AGRIMUS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**. Objeto: futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes originais de primeira linha, para atendimento da frota de veículos do Município de São José do Rio Claro - MT. Valor: R$ 294.646,00.

-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2015. ASS: 19/06/2015; VCT: 19/06/2016; Fornecedor: Empresa**: VIEIRA ROSA & CIA LTDA**. Objeto: futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. Valor: Tab. SUS+98% do valor.

-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2015. ASS: 29/06/2015; VCT: 29/06/2016; Fornecedor: Empresa **AUTO POSTO JP LTDA – ME**. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E REAGENTE ARLA 32 PARA ATENDER A FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT. Valor: R$ 2.161.100,00.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

EDITAL DE CANCELAMENTO

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro/MT, no uso de suas atribuições, torna público O CANCELAMENTO DO EDITAL Nº. 02/2015, publicado no dia 06/07/2015, certame no qual se realizaria o Processo Seletivo Público para o preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva com a seguinte distribuição por emprego: PSICÓLOGO DO NASF, NUTRICIONISTA DO NASF, EDUCADOR FÍSICO DO NASF, FISIOTERAPEUTA DO NASF, FONOAUDIÓLOGO DO NASF, ASSISTENTE SOCIAL DO NASF que atuariam no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF da Secretaria Municipal de Saúde e ORIENTADOR SOCIAL E FACILITADOR DE OFICINA que atuariam nos programas no âmbito da Secretaria de Promoção e Assistência Social.

São José do Rio Claro, 06 de julho de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

QUANTIDADE DE ACESSO DA OUVIDORIA

Quantidade de Acesso da Ouvidoria	
Critica	0
Elogios	0
Sugestão	1
Denuncia	12
Simples Consulta	1
Informação SIC	0
Pedido de informação	4
Reclamação	2

PORTARIA Nº 123/2015

PORTARIA Nº 123/2015

DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PREMIO PARA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a Licença Prêmio a servidora, AURINETE MARINHO MOURA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, efetiva no cargo de faxineira, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período 01/07/2015 a 31/08/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 01 de Julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se

Publique-se

PORTARIA Nº122/2015

PORTARIA Nº122/2015

DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PREMIO PARA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a Licença Prêmio a servidora, LEONICE SANTOS LUZ OLIVEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, efetiva no cargo de Agente de Saúde, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período 01/07/2015 a 31/07/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 01 de Julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se

Publique-se

PORTARIA Nº 117/2015

PORTARIA Nº 117/2015 São José do Xingu – MT, 30 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA

PORTARIA Nº 221 /2014 E DE OUTRAS

PROVIDENCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, a substituição dos representantes da Administração Pública Municipal, para exercer a função de Fiscal do Contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o Edital de Licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

Morgana Leticia Rossi

o Contratos Administrativos:

§ 14/2014 e 25/2015

Ludmila Alves Lopes:

o Contratos Administrativos:

§ 26/2015

Mônica da Silva Rodrigues:

o Contratos Administrativos:

§ 18/2015

Jederson André dos Santos Santana:

o Contratos Administrativos:

§ 03/2012

Daniel Vinícius Miranda e Silva:

o Contratos Administrativos:

§ 07/2012.

Aline Michelly Leoncini Vieira.

o Contratos Administrativos:

§ 10/2014

Fernanda Alves Bezerra

o Contratos Administrativos:

§ 21/2015

Ana Maria Guimarães.

o Contratos Administrativos:

§ 17/2015

Aloizio Rodrigues da Silva .

o Contratos Administrativos:

§ 10/2015, 11/2015 e 12/2015.

Diego Nunes de Oliveira .

o Contratos Administrativos:

§ 22/2015 e 23/2015

Marlene Gomes da Silva .

o Contratos Administrativos:

§ 13/2015.

Silvia Regina Rodrigues de Souza .

o Contratos Administrativos:

§ 09/2015.

Lediane Cunha Dias .

o Contratos Administrativos:

§ 20/2015

Silvane Ferreira Dias .

o Contratos Administrativos:

§ 25/2014 e 27/2014

Mariza Vieira Perez .

o Contratos Administrativos:

§ 14/2013 e 54/2013

Ranulfo Carvalho Coelho.

o Contratos Administrativos:

§ 23/2014

José Alberto Aragão.

o Contratos Administrativos:

§ 24/2015

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr. **Denílson Antônio Pereira Melo Silva**, Coordenador do CRAS da Prefeitura Municipal, que deverá atuar em caso de afastamentos por licenças e férias.

Art.2º. Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 221/2014, de 02 de dezembro 2014.

São José do Xingu – MT, 30 de junho de 2015.

Prefeita Municipal

Raquel Campos Coelho

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

DECRETO Nº 100/2015

DECRETO Nº 100/2015

São José do Xingu – MT, 01 de julho de 2015.

Corrige os valores relativos à cobrança do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI), relativo ao segundo semestre do ano de 2015.

A Sra. **RAQUEL CAMPOS COELHO**, Prefeita Municipal do Município de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a tabela abaixo para fins de cobrança do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI).

TABELA DE CALCULO PARA I.T.B.I.

REFERENTE À ÁREA RURAL

ord. descrição por faixa da area r$ HECTARES
considerado areas de lavoura r$ 3.938,85
considerando areas de pastagem mecanizada R$ 2.766,22
considerado areas de pastagem degradada R$ 1.853,70
considerando areas de mata R$ 1.292,38

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Xingu, 01 de julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 173 DE 06 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a **instauração de sindicância** para apurar responsabilidade quanto as irregularidades no LEILÃO 01/2012, apresentadas na notificação 06 de 28 de novembro de 2012, da Unidade de Controle Interno.

Artigo 2º - CONSTITUIR **Comissão de Sindicância** integrada pelos servidores MEIRIVANIA ALVES DE SOUZA, servidora pública municipal devidamente concursado para o cargo de Auxiliar Administrativo, portadora do RG n. 1759928-8-SSP/MT e do CPF n. 021.477.861-44, DULCIMAR MAZETE JUSTINIANO, servidora pública municipal devidamente concursado para o cargo de Auxiliar Administrativo, portadora do RG n. 804 179-SSP/MT e do CPF n. 496.199.001-97, e VALMIR IZIDORIO PEREIRA, servidor público municipal devidamente concursada para o cargo de Auxiliar Administrativo, portador do RG n. 739 834-SSP/MT e do CPF n. 488.652. 141-04, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE JULHO DE 2015

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 174 DE 06 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a **instauração de sindicância** para apurar responsabilidade quanto as irregularidades na reforma do ônibus com placa JYG 9480, apresentadas na notificação 007 de 30 de novembro de 2012, da Unidade de Controle Interno.

Artigo 2º - CONSTITUIR **Comissão de Sindicância** integrada pelos servidores EMERSON SOUZA MILER, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de Professor II, portador do RG n. 1053240-0-SSP/MT e do CPF n. 815.439.481-20, JAIRO DE LIMA SOUZA, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de Agente de Combate a Endemias, portador do RG n. 829 954-SSP/MT e do CPF n. 523.317.251-87, e JOÃO CLARET DONADEL, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de Agente Administrativo, portador do RG n. 468 328 - SSP/MT e do CPF n. 005.150.258-52, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE JULHO DE 2015

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 001/2015

Ref.: Processo Administrativo Disciplinar n.º 002/2015.

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída pela Portaria nº 376/2015, no uso de suas atribuições legais – com fulcro no art. 149, da Lei Municipal nº 218/99, **INTIMA,** o Senhor **MAXI-**

MINO PACHECO DA ROSA, Servidor Público Municipal, Agente da Administração Pública II - Motorista, de que compareça para acompanhar o depoimento da Sra. **KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES**, no dia 09/07/2015, às 14:00 horas e do Sr. **GILBERTO REIS CALADO DA SILVA,** no dia 09/07/2015, às 14:15, relativo ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 002/2015, instaurado contra Vossa Senhoria.

O comparecimento deverá ser nos dias e horas supracitados, na sala da Comissão Processante, no prédio da Secretaria Municipal de Administração, localizado à Av. Comendador José Pedro Dias, nº 979 N, centro, nesta Cidade. O não comparecimento no dia, hora e local, implicará em revelia.

PUBLICA-SE

REGISTRA-SE

CUMPRA-SE

Tabaporã - MT, em 06 de Julho de 2015.

NEIVA FARTO DE CARVALHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO

DECRETO Nº. 3.141/2015

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado a nomeação dos membros para composição do **"Conselho Municipal de Assistência Social",** que terá as funções mencionadas na Lei Municipal nº 721/2009, de 23/03/2009, conforme segue abaixo:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL		
REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO		
TITULAR	**Marilucia Apª. dos Santos Fernandes** **Rua:** Joaquim do Carmo Esteves, 1199 **Email:** luciafernandes_49@hotmail.com	**RG:** 894.564 SSP/MT **CPF:** 535.802.491.34 **Fone:** (066) 9995-8533
SUPLENTE	**Sirlei Aparecida Borges dos Santos** **Rua:** Joaquim do Carmo Esteves, 1185 **Email:** lei.borges@hotmail.com	**RG:** 290.129-3 SSP/MT **CPF:** 781.876.721.53 **Fone:** (066) 9628-6493
REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
TITULAR	**Dulcineia Apª. Barbosa de Melo** **Rua:** Carlos Roberto Platero, s/nº. **Email:** eifmrgbaesso@gmail.com	**RG:** 396.251 SSP/MS **CPF:** 421.682.601.68 **Fone:** (066) 9664-1094
SUPLENTE	**Suely Soares da Silva** **Rua:** José Felix Neves, s/nº. **Email:** suely.soaressilva15@hotmail.com	**RG:** 1.594.444-1 SSP/MT **CPF:** 091.759.418.56 **Fone:** (066) 9676-1345
REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
TITULAR	**Tiago dos Santos** **Rua:** Vilas Boas, s/nº. **Email:** thiago.santos@hotmail.com	**RG:** 2.171.811-3 SSP/MT **CPF:** 030.956.001.27 **Fone:** (066) 9641-6257
SUPLENTE	**Thaise Guimarães Lima** **Av.** Comendador José Pedro Dias, s/nº. **Email:** thaise_taba@hotmail.com	**RG:** 1.834.075-0 SSP/MT **CPF:** 019.771.981.39 **Fone:** (066) 9672-0201
REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL		
TITULAR	**Suely de Souza Cardoso** **Chácara** Dois Corações **Email:** suely_cardosotab@hotmail.com	**RG:** 1.363.640-5 SSP/MT **CPF:** 504.920.049-00 **Fone:** (066) 9624-8909
SUPLENTE	**Marta Gottardi de Oliveira** **Rua:** Ari Zendron, 655 E **Email:** martagottardi@hotmail.com	**RG:** 1.097.987-5 SSP/MT **CPF:** 835.209.701-63 **Fone:** (066) 9952-6619
REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
TITULAR	**Márcia Regina Baesso Brixner** **Rua:** Oscar Kunio Kawakami, **Email:** Márcia_brixner@outlook.com	**RG:** 0752.750-0 SESP/MT **CPF:** 503.631.151.53 **Fone:** (066) 9999-7789
SUPLENTE	**Edson da Silva Ponciano** **Rua:** Carlos Roberto Platero, 404 **Email:** Edsonsilvaponciano@outlook.com	**RG:** 821.860 SSP/MT **CPF:** 667.569.101.59 **Fone:** (066) 9631-4943
ENTIDADES NÃO- GOVERNAMENTAIS		
REPRESENTANTES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA "FRANCISCO SALDANHA NETO"		
TITULAR	**Antonio Ricardo Mota Vieira** **Rua:** das Mangabeiras, 824 E **Email:**	**RG:** 3.761.962 SSP/PE **CPF:** 772.378.974.20 **Fone:** (066) 9972-1150
SUPLENTE	**Paulo Sérgio Marcon** **Rua:** Antonio José Siqueira, 469 **Email:**	**RG:** 001.622.824 SEJSP/MS **CPF:** 037.948.071.97 **Fone:** (066) 9644-2211
REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO "PAI HERÓI"		
TITULAR	**Manoel Guim Filho** **Rua:** João Malonyai Filho, 469 **Email:** manoelguinfilho@hotmail.com	**RG:** 3.572.201-7 SSP/PR **CPF:** 480.997.089.20 **Fone:** (066) 9912-6096
SUPLENTE	**Roberto Vagner Pinheiro** **Estrada** Aeroporto **Email:**robertovagnerpinheiro@hotmail.com	**RG:** 3.583.633-0 SSP/PR **CPF:** 546.305.099.68 **Fone:** (066) 9618-0011
REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA		
TITULAR	**Cleide Camporezi** **Rua:** Oscar Kunio Kawakami, **Email:**	**RG:** 1.361.535 SSP/PR **CPF:** 907.921.491.49 **Fone:** (066) 9994-3440
SUPLENTE	**Maria do Carmo Teixeira Alves** **Rua:** Wilson Geovedi, 719 **Email:**	**RG:** 112.996 SSP/MS **CPF:** 631.116.321.72 **Fone:** (066) 9961-3609
REPRESENTANTES DOS PASTORES		
TITULAR	**José Carlos da Silva** **Av.** Comendador José Pedro Dias, 719 E **Email:**	**RG:** 2.385.088-4 SSP/MT **CPF:** 864.635.601-97 **Fone:** (066) 9997-3843
SUPLENTE	**Saulo dos Santos Arruda** **Rua:** Oscar Kunio Kawakami **Email:**	**RG:** 063.699.433 SSP/MT **CPF:** 531.092.957-68 **Fone:** (066) 9662-9015
REPRESENTANTES DA ASTAB		
TITULAR	**Claudemiro Teodoro** **Av.** Comendador José Pedro Dias **Email:** claudemiro811@hotmail.com	**RG:** 755.946-1 SSP/MT **CPF:** 811.259.091.53 **Fone:** (066) 9955-3385
SUPLENTE	**Alessandra Ferreira da Silva** **Rua:** Julio Benedito da Silva **Email:** Lessa-contadora@hotmail.com	**RG:** 903.723 SSP/MS **CPF:** 867.398.751-20 **Fone:** (066) 9618-0883

Artigo 2º. - O prazo da nomeação será por um período de 02 (dois) anos, conforme a Lei Municipal nº. 721/2009 de 23/03/2009, permitida a recondução e substituição, tendo seu inicio em 08 de Junho de 2015.

Artigo 3º. - A função de Conselheiros do presente conselho é considerada de serviço público relevante e não será remunerada.

Artigo 4º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 08/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 29 de Junho de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 423/GP/2015 de 03.07.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **23 DE JULHO DE 2015, às 08:00 horas,** na sala de licitação da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2.350- N, 1º Piso, Jardim Europa, Licitação, na modalidade: **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA**

EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 1.242,74 METROS DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS 11, 13 E AV. 38-A NO BAIRRO CIDADE ALTA III E 1.345,73 METROS DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS 22-A, 09-A, 11-A, 13-A E 15-A NO BAIRRO TANGARA II, para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste município, conforme Projetos, Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais Anexos do Edital, consoante as disposições da Lei n.º 8.666/93. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia 07 de Julho de 2015, através do site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Tangará da Serra, 06 de Julho de 2015. Márcio de Oliveira Lopes - Presidente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 009/2015 - P S 003/2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar os candidatos aprovado/classificado no Processo Seletivo n°. 003/2014, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos classificadas no Processo Seletivo nº. 003/2014,abaixo relacionados, para que compareça na Secretaria Municipal de Saúde dia **07/07/2015 às 09h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Nº	Cargo.:	380 -TÉCNICO DE ENFERMAGEM					
	Nº	Insc. Nº	RG / Órgão	Português	Específicos	Total	CLASSIFICAÇÃO
19	91	SANDRA DO PRADO SILVA	1766044-0 MT	20	60	80	CLASSIFICADO
20	142	VILMA CANDIDA DA SILVA	16345115 SP	30	50	80	CLASSIFICADO
21	330	SANDRA REGINA CAZZUNI	07018673 SST	30	50	80	CLASSIFICADO
Nº	Cargo.:	382 - RECEPCIONISTA					
	Nº	Insc. Nº	RG / Órgão	Português	Específicos	Total	CLASSIFICAÇÃO
21	3475	PABLO RITTIELI FRAGA DE SOUZA	1981225-6 SSP	45	60	105	CLASSIFICADO
22	2379	ESTELA BARROS SILVA	2223394 SSP/GO	20	80	100	CLASSIFICADO
23	3361	ELIANDRA APARECIDA DA SILVA	14394189 SSP	20	80	100	CLASSIFICADO
	Cargo.:	701 -AUXILIAR ADMINISTRATIVO - LEI 3340/2010					
	Nº	Insc. Nº	RG / Órgão				
2	3407	TACYANE NOGUEIRA RAMOS DE SOUZA	24151254 SSP	35	90	125	CLASSIFICADO

2. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração Saúde, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 07/07/2015 e 08/07/2015 das 09:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

3. O prazo de apresentação segue o item 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no item 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 06 de Julho de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 423/GP/2015 de 06.07.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **21 DE JULHO DE 2015, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Lote. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE IMPRESSORAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 08 de Julho de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 06 de Julho de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 423/GP/2015 de 06.07.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **22 DE JULHO DE 2015, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA 0 KM** a fim de atender necessidades das Secretarias deste município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 08 de Julho de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 06 de Julho de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SERRAPREV
PORTARIA Nº 029/2015 - GILBERTO ANTONIO DAVOLI LADEIA

PORTARIA N.º 029/2015

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 016/2015 que retificou a Portaria nº 042/2012 concedeu o benefício de aposentadoria por idade o servidor Sr. **Gilberto Antonio Davoli Ladeia**."

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT - SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR o artigo 1º da Portaria nº 016/2015, de 30 de março de 2015, que passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº. 042/2012 de 10/12/2012, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 10/12/2012 onde fora concedido o benefício aposentadoria por idade, com proventos proporcionais, a servidora Srª. **Gilberto Antonio Davoli Ladeia,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor de Licenciatura Plena, Classe "C", Nível "II", conforme processo administrativo do SERRAPREV, N.º **2012.02.00159P**.

Onde se lê: {... Lei Complementar n.º 019 de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei Complementar n.º 072 de 30 de abril de 2002, com posteriores reajustes concedidos pela Lei n.º 2.860/2008, Lei n.º 3.147/2009, Lei n.º 3.322/2010, Lei n.º 3.562/2011, Lei n.º 3.710/2011 e Anexo IV e Lei Complementar n.º 160 de 30 de novembro de 2011, que acrescentou o § 4º no artigo 19 da Lei Complementar n.º 153/2011"...}

Leia-se: {... Lei Complementar n.º 019 de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei Complementar n.º 072 de 30 de abril de 2002, com posteriores reajustes concedidos pela Lei n.º 2.860/2008, Lei n.º 3.147/2009, Lei n.º 3.322/2010, Lei n.º 3.562/2011, Lei n.º 3.710/2011 e Anexo IV"...}

Art. 2º Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 30/03/2015, sendo revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangara da Serra/MT, 06 de julho de 2015.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 40/2015

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 40/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 40/2015, tendo como objeto:

Aquisição de materiais para ser utilizado do **Laboratório Municipal de Água de Referência Regional** do Município de Terra Nova do Norte-MT, com realização prevista para o dia 20 de julho de 2015, às 08h00 min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 06 de julho de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 38/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 29/2015, TEVE COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, TENDO COMO VENCEDORAS AS EMPRESAS: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME E DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA –ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 01 DE Julho DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 38/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 29/2015, TEVE COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, TENDO COMO VENCEDORAS AS EMPRESAS: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME E DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA –ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 01 DE Julho DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EXTRATO DE CONTRATO 155/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 155/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: JANDERSON TOMASELLI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA LAVADA, AREIA GROSSA, AREIA FINA COM GOMA, AREIA FINA PARA REBOCO, PEDRA BRITA 01, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA SER UTILIZADO PARA MANUTENÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E NA FABRICAÇÃO DE TUBOS,

VALOR: R$ 4.754,41

VIGÊNCIA 03/07/2015 A 26/09/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº. 38/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 38/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitações – CPL, em cumprimento aos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna publico resultado da Licitação na modalidade de **Tomada de Preço nº 06/2015**, cujo objeto: Reforma da Escola Municipal da 10º Agrovila de acordo com a planilha orçamentaria da obra, conforme discriminação detalhada no Plano de Trabalho e memorial descritivo em anexo ao Edital de Tomada de Preço 03.2015, sagrou-se *vencedora a empresa: GENIVALDO GOMES ME.*

Terra Nova do Norte - MT, 03 de julho de 2015.

Elizangela de O. A. dos Santos

Presidente da CPL

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº. 38/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 38/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitações – CPL, em cumprimento aos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna publico resultado da Licitação na modalidade de **Tomada de Preço nº 06/2015**, cujo objeto: Reforma da Escola Municipal da 10º Agrovila de acordo com a planilha orçamentaria da obra, conforme discriminação detalhada no Plano de Trabalho e memorial descritivo em anexo ao Edital de Tomada de Preço 03.2015, sagrou-se *vencedora a empresa: GENIVALDO GOMES ME.*

Terra Nova do Norte - MT, 03 de julho de 2015.

Elizangela de O. A. dos Santos

Presidente da CPL

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 40/2015

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 40/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 40/2015, tendo como objeto:

Aquisição de materiais para ser utilizado do **Laboratório Municipal de Água de Referência Regional** do Município de Terra Nova do Norte-MT, com realização prevista para o dia 20 de julho de 2015, às 08h00 min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 06 de julho de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO - 61-2015

Distrato de Contrato n° 005/2015

Distrato ao Contrato n.º 61/2015

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUN. DE TESOURO-MT**.

CONTRATADO: *"**A. ALVES GODINHO NETO EIRELI - ME**".*

Objeto Resumido: As partes o fazem de comum acordo e espontânea vontade**.**

Data do desligamento: 01/07/2015

Data de Assinatura: 01/07/2015

EXTRATO DE CONTRATO 66-2015

Extrato de Contrato: **66/2015**
Contratantes: PMT/A. ALVES GODINHO NETO EIRELI - ME
Objeto:.. - **T**em por objeto a contratação de empresa especializada para locação de estrutura adequada, incluindo montagem e desmontagem, a ser utilizada na realização da 10ª Festa de Peão de Boiadeiro de Tesouro – MT, a ser realizada no corrente ano, no Parque de Rodeios do Município, entre os dias 28/05/2015 a 31/05/2015, conforme especificações constantes do **Anexo I**
Vigência: de 28 de maio a 31 de maio de 2015
Valor Global: R$ 47.000,00
Data da Assinatura: 14/05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 135/2015.

Dispõe sobre exoneração de servidora de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul; e

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar nesta data, a pedido, a servidora JOSIANE APARECIDA PEREIRA, portadora do RG nº 2045320-5 SSP/MT e do CPF nº 036.839.141-81, do cargo de provimento efetivo de *Auxiliar Administrativo*, vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 057/2015, de 26 de fevereiro de 2015, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de julho de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2015

Dispõe sobre convocação de candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2015 - Edital Nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Concurso Público de Provas e Títulos, cujo início deu-se com a edição e publicação do Edital de Concurso Público Nº 001/2014 de 28/11/2014, com as provas realizadas em 18 de janeiro de 2015 e homologação do Concurso Público em 05 de fevereiro de 2015;

Considerando ainda o disposto no Edital de Concurso Público Nº 001/2014;

I. Pelo presente Edital, ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme descrição abaixo:

CARGO: GESTOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
KEILA ALVES DE ABREU	**0008**	**1ª Aprovada**

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JEFFERSON CAMILO DOS SANTOS	**0057**	**4º Aprovado**

II. Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação/afixação deste Edital, para serem nomeados e tomarem posse nos respectivos cargos.

III. Os candidatos deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, devendo apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade;

2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 - Certidão de Nascimento dos filhos;

5 - Cadastro de Pessoa Física (CPF);

6 - Cartão do PIS/PASEP;

7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

8 - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

9 - Declaração de que responde ou não a inquérito policial ou a processo administrativo disciplinar;

10 – Atestado Médico Admissional com avaliação positiva sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), expedido por médico credenciado pela Medicina do Trabalho;

11 - 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

12 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

13 - Comprovante de Escolaridade e certificados (se necessário);

14 – Declaração contendo endereço residencial;

15 – Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

16 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (obrigatória para o cargo de motorista ou condutor de veículo escolar ou emergencial);

17 – Carteira de Trabalho;

18 – Cartão do CPF do cônjuge;

19 - Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal).

IV. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 06 de julho de 2015.

ERINEU DIESEL

Secretário Municipal de Administração

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 966, DE 06 DE JULHO DE 2015.

Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, com fulcro no artigo 16, da Lei Municipal nº 051, de 25 de junho de 1998;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, criado pelo artigo 14, da Lei Municipal nº 051, de 25 de junho de 1998, que será gerido e administrado na forma deste Decreto.

Art. 2º - O Fundo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 1º - as ações de que trata o “caput” deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, exposto à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito da atuação das políticas sociais básicas, bem como o disposto no parágrafo 2º, do art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

§ 2º - Eventualmente, os recursos do Fundo poderão se destinar a pesquisa, estudo e capacitação de recursos humanos, inclusive à formação continuada de Conselheiros Tutelares, preconizada pelo parágrafo único do art. 134 do ECA (Lei Federal nº 8.069/90).

§ 3º - Dependerá de deliberação expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas que não o estabelecido no § 1º deste artigo.

§ 4º - Os recursos do Fundo serão administrados conforme Programa definido pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que integrará o orçamento do município e aprovado pelo Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fica subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA fica vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme preceitua o art. 88, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente, disciplinando-se pelos artigos 71 e 74 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em relação ao Fundo:

I - elaborar o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo, o qual será submetido pelo Prefeito à apreciação da Câmara Municipal;

II – estabelecer as diretrizes para aplicação dos recursos, acompanhar e avaliar a execução, o desempenho e os resultados financeiros, bem como apreciar os balancetes contábeis do Fundo;

III - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento e avaliação das atividades a cargo do Fundo;

IV - mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do Fundo;

V - fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo, requisitando para tanto auxílio da Controladoria Interna do Poder Executivo, sempre que necessário;

VI - aprovar convênios, ajustes, acordos e/ou contratos a serem firmados com recursos do Fundo;

VII - publicar, no órgão de imprensa oficial adotado pela Prefeitura e no sítio eletrônico do município (www.uniaodosul.mt.gov.br), e/ou afixar em locais de fácil acesso à comunidade, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente referentes ao Fundo.

Art. 5º - São atribuições do Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, que terá a função de co-gestor do Fundo, conjuntamente com o Prefeito Municipal:

I - acompanhar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano de Aplicação previsto no inciso I, do art. 4º;

II - emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento de despesa do Fundo, conjuntamente com o Prefeito;

III – providenciar com o responsável pelo controle da execução orçamentária e apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando solicitado, o demonstrativo da receita e da despesa executada à conta do fundo e a situação econômico-financeira do Fundo;

IV - manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do Fundo;

V - verificar junto à contabilidade geral do Município:

a) mensalmente; a demonstração da receita e despesa;

b) anualmente, o balanço da movimentação do Fundo.

VI - manter o controle dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo;

VII - manter o controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não-governamentais;

VIII - fornecer ao Ministério Público, quando solicitado, demonstração da aplicação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Lei 8.242/91.

CAPÍTULO III

DAS RECEITAS E ATIVOS DO FUNDO

Art. 6º - São receitas do Fundo:

I - dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei vier a estabelecer no decurso de cada exercício;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto no art. 260 da Lei nº 8.069 de 13/07/1990, de acordo com nova redação dada pelo art. 87 da Lei nº 12.594 de 18/01/2012.

III - transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

V - doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais;

VI - produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

VII - doações de recursos financeiros ou materiais de pessoas físicas e jurídicas, nos termos da Lei Municipal nº 057, de 01/09/1998;

VIII - valores provenientes das multas previstas no art. 214 da Lei nº 8.069 de 13/07/90, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 a 258 da referida lei;

IX - outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Art. 7º - Constituem ativos do Fundo:

I - disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas especificadas no artigo anterior;

II - bens móveis e imóveis, destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação;

III - direitos que porventura vier a constituir.

Art. 8º - A contabilidade do Fundo Municipal tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Parágrafo Único - anualmente, processar-se-á o inventário dos bens e direitos adquiridos com recursos do Fundo, que pertencem à Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º - Após o ato de sanção da Lei de Orçamento do Município, o gestor do Fundo apresentará ao Conselho Municipal para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Art. 10 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 11 - Constituem despesas do Fundo:

I - o financiamento total ou parcial dos programas de proteção especial constantes do Plano de Aplicação;

II - o atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observados o §§ 1º e 2º do artigo 2º deste Decreto.

Parágrafo Único - Fica vedada a utilização de recursos do Fundo para o custeio de atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12 - O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, União do Sul, 06 de julho de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134/2015.

Nomeia servidora para cargo de provimento em comissão (DAI) e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, DIANE DA SILVA DAMASCENA, portadora do R.G. nº 2183493-8 SSP/MT e do CPF nº 041.288.781-97, para exercer, a partir desta data, o cargo comissionado de *Coordenadora de Ações Educacionais Complementares* (Programa Mais Educação), símbolo *DAI*,vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo para tanto o vencimento fixado no Anexo II, da Lei nº 551, de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de julho de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2015 – SRP Nº.026/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2015 – SRP Nº.026/2015

O Município de Vera – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 19 de JULHO de 2015**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera - MT, abertura do *PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015 – SRP Nº. 026/2015*, pelo Menor Preço por Item, para o **REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE 100 (cem) TONELADAS DE ASFALTO DILUÍDO CM-30, 300 (trezentos) TONELADAS DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C A SEREM UTILIZADOS NA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA MT 225, TRECHO: VERA - FELIZ NATAL e, 300 (trezentas) TONELADAS EMULSÃO ASFALTICA RL-1C PARA OS SERVIÇOS DE TAPA BURACO, OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES NO LOCAL DA OBRA .**

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min as 14h00min ou através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 06 de julho de 2015

PABLO JUNIOR GANÇALES

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS** *PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS PARA OS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE VERA – MT*. O Município de Vera - MT torna público que as **07h30min do dia 20/07/2015**, estará recebendo propostas para abertura, do Pregão Presencial para as aquisições supracitadas. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, sito à Av. Otawa nº 1651, ou pelo site: www.vera.mt.gov.br

Vera – MT, 06 de Julho de 2015

PABLO JUNIOR GONÇALES - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

TERMO DE DESISTÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO (APÓS A NOMEAÇÃO)

LINDOMAR DA SILVA POHU, matrícula n° 985, portador da Cédula de Identidade nº 16222067 SSP/MT e CPF nº 010.036.851-45. O candidato acima identificado habilitado no Concurso Público 001/2006, realizado pela Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, edital publicado no site www.acpi.com.br, com homologação publicada na IOMAT de 17/01/2007, na categoria funcional de Auxiliar Administrativo, DECLARA por este ato que DESISTE, DEFINITIVAMENTE, de sua nomeação, efetivada por intermédio do decreto de convocação nº DECRETO Nº 2.458/2006, de 22 DE DEZEMBRO DE 2006e termo de posse datado de 02/02/2007.

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT PARA A GESTÃO COMPREENDIDA DE 2016/2019 - EDITAL Nº 001/2015- GABARITO

Cargo: Conselheiro Tutelar

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	A	B	C	D	C	D	B

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	C	D	B	D	B	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	D	B	C	A	C	B	D	D	A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO À MAIO-2015

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
BALANÇO FINANCEIRO
Administração Direta

EXERCÍCIO:2015
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Fevereiro
DATA DE EMISSÃO:17/04/2015
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	**6.187.066,20**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**5.624.540,05**
Ordinária	6.187.066,20	Ordinária	5.624.540,05
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**29.386,42**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	29.386,42
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**9.814.846,61**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**9.043.195,79**
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	283.113,95	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.889.888,75
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	5.632.025,90	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	9.695,94
CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	9.695,94	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.851.129,62
CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.889.715,46	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	534.108,17
RP NAO PROCESSADOS PAGOS	295,36	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	508.079,50
		RP PROCESSADOS PAGOS	250.293,81
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	**6.523.220,16**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)**	**7.828.010,71**
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	26.156,06	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	38.034,71
BANCO C/ MOVIMENTO	2.376.875,50	BANCO C/ MOVIMENTO	3.154.942,04
BANCOS C/ VINCULADAS	3.451.910,32	BANCOS C/ VINCULADAS	3.959.001,84
CREDITOS - PGTOS EM DUPLICIDADE	2.781,12	CREDITOS - PGTOS EM DUPLICIDADE	2.457,00
POUPANÇA	665.497,16	DIÁRIAS NÃO DEVOLVIDAS	50,00
		POUPANÇA	673.438,24
		TARIFAS BANCÁRIAS PARA RESSARCIMENTO	86,88
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**22.525.132,97**	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	**22.525.132,97**

VILA RICA, 17/04/2015

LUCIANO MARCOS ALENCAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONSUELO ROCA SILES
CONTADORA CRC/MS 006107/0-7

DECRETO N. 050/2015. DE 02 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a convocação da VI Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT., em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Vila Rica-MT, de acordo com o disposto na Lei nº 273, de 02 de abril de 1.996 , resolvem:

Artigo 1º - Convocar a VI Conferência Municipal de Assistência Social do município de Vila Rica-MT, onde será trabalhado do Tema “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026**”.**

§ 1º a VI Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á em Vila Rica-MT, nos dias 06 e 07 de agosto de 2015, no Centro de Múltiplo Uso, sito a Av. “C” no Bairro Vila Nova

Artigo 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

_____ _____

Luciano Marcos Alencar JOÃO AILTON DE ARAUJO

Prefeito Municipal Pres. Cons. Municipal de Assist. Social

BALANÇO FINANCEIRO PERÍODO (MÊS): JANEIRO À MAIO - 2015

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
BALANÇO FINANCEIRO
Administração Direta

EXERCÍCIO:2015
PERÍODO (MÊS): Janeiro
DATA DE EMISSÃO:15/04/2015
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**3.206.538,28**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**3.085.090,05**
Ordinária	3.206.538,28	Ordinária	3.085.090,05
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**22.613,74**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	22.613,74
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**5.019.656,82**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**4.380.385,22**
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	133.906,19	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.794.652,25
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.085.955,05	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.847,97
CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.847,97	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.770.780,27
CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.794.652,25	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	255.691,91
RP NAO PROCESSADOS PAGOS	295,36	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	334.499,42
		RP PROCESSADOS PAGOS	219.913,40
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	**6.523.220,16**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)**	**7.261.326,25**
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	26.156,06	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	26.300,28
BANCO C/ MOVIMENTO	2.376.875,50	BANCO C/ MOVIMENTO	2.901.701,49
BANCOS C/ VINCULADAS	3.451.910,32	BANCOS C/ VINCULADAS	3.661.140,38
CREDITOS - PGTOS EM DUPLICIDADE	2.781,12	CREDITOS - PGTOS EM DUPLICIDADE	2.669,32
POUPANÇA	665.497,16	DIÁRIAS NÃO DEVOLVIDAS	40,00
		POUPANÇA	669.395,20
		TARIFAS BANCÁRIAS PARA RESSARCIMENTO	79,58
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**14.749.415,26**	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	**14.749.415,26**

VILA RICA, 15/04/2015

LUCIANO MARCOS ALENCAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONSUELO ROCA SILES
CONTADORA CRC/MS 006107/0-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº. 076/2015.

"Retifica a Portaria nº 133/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **CRISTINA JOANA DA SILVA CAMPOS**".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea-Grande/MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2013.04.0489P resolve:

Art. 1º. RETIFICAR o artigo 1º da Portaria nº 133/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **CRISTINA JOANA DA SILVA CAMPOS**, a fim de correção de mero erro material onde se lê: "CPF nº 230.101.181-4", leia-se: "CPF nº 230.101.181-04".

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 133/2014.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 01 de julho de 2015.

TEREZINHA J. R. MILANI

PRESIDENTE

HOMOLOGO:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL N.º 011/2015 10ºCONVOCAÇÃO

EDITAL Nº011/2015 10º CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO, Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grossa, criada pela LEI Nº1733/1997 e alterada pela LEI Nº 1.866/1998, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o **Edital Nº001/2014 do 1º processo seletivo simplificados** conforme resultado final , ambos publicados no sites da REDE CETEPS e no sites do DAE.VG e no Jornal Oficial dos Municípios. AMM-MT.

Resolve convocar os candidatos abaixo relacionados, para a apresentação da documentação necessária conforme ANEXO I e ANEXO II, para a contratação temporária com prazo determinados no cargo, conforme resultado final da classificação, para comparecer junto ao: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – DAE. VG** Av. Julio Campos nº, 2599 **Bairro:** Jardim dos estados - várzea grande - MT

Ponto de Referência: próximo a rodoviária - VG

HORÁRIO: Das 9:00 às 11:00 horas manha e 14horas as 17 horas tarde

PRAZO: --- 06 DE JULHO 2015 a 13 DE JULHO DE 2015

RELAÇÃO DA 10°CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE										
OPÇÃO DE VAGA: 1 – FISCAL DE CORTE										
CL	INSC.	NOME	DT. NASC	LP	MAT	CG	CE	TIT	TP	SITUAÇÃO
73	048032	VALCIRA ALVES VIEIRA	03/08/1977	1,00	4,00	2,00	8,00		15,00	CLASSFICADO
74	048082	MICHELE DOS SANTOS	19/12/1981	3,00	3,00	2,00	7,00		15,00	CLASSIFICADO
75	047925	CATIANY FERNANDA DA ARRUDA ALMEIDA	04/03/1986	3,00	3,00	3,00	6,00		15,00	CLASSIFICADO
76	047919	JEFF GABRIEL ALVES CARVALHO	03/12/1989	1,00	3,00	2,00	9,00		15,00	CLASSIFICADO
77	048077	BRUNA MANUELLE ALVES PINTO	17/02/1991	1,00	4,00	1,00	9,00		15,00	CLASSIFICADO
78	048028	GIONANY DE MORAIS COSTA	22/06/1991	1,00	3,00	2,00	9,00		15,00	CLASSIFICADO
79	048057	EDINELTON LIMA DE FREITAS	03/02/1996	2,00	2,00	3,00	8,00		15,00	CLASSIFICADO
80	048010	CARMELITO MENDES DA SILVA	16/07/1968	3,00	3,00	0,00	4,00	5	15,00	CLASSIFICADO
81	047888	JOSELINA VERIDIANA ROGRIGUES	24/04/1956	3,00	3,00	3,00	5,00		14,00	CLASSIFICADO
82	047998	ALOIR AMADEU DE PAULA	18/04/1971	2,00	2,00	3,00	7,00		14,00	CLASSIFICADO
83	047980	MARIA AUXILIADORA DE SOUZA	11/02/1976	3,00	2,00	1,00	8,00		14,00	CLASSIFICADO
84	047891	PRISCILLA ANA VAZ DE PAULA	01/07/1985	2,00	2,00	1,00	9,00		14,00	CLASSIFICADO

Publique-se, registre-se e cumpra-se

Várzea Grande-MT, 06 de JULHO de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente

ANEXO I

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. Os requisitos básicos para investidura nos cargos são, cumulativamente, os seguintes:

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1°, artigo 12, da Constituição Federal;

c) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;

d) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

e) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

g) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovado através da apresentação de original e cópia do respectivo documento, observado o **ANEXO I** deste Edital;

h) estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, por Perícia Médica Oficial;

i) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;

j) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal;

k) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

l) Comprovar registro e situação regularizada junto ao órgão ou conselho de classe correspondente a sua formação profissional, quando for o caso;

m) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público;

n) apresentar declaração de bens

PORTARIA Nº. 081/2015.

"Retifica a Portaria nº 428/2012, que dispõe sobre a adequação e revisão do cálculo dos proventos da aposentadoria por invalidez de **EUDES SANTANA DA COSTA**".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea-Grande/MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2005.03.0008, resolve:

Art. 1º. Retificar o art. 1º da Portaria da Portaria nº 428/2012, que concede a adequação e revisão do cálculo do valor da APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS, ao Sr. EUDES SANTANA DA COSTA, a fim de correção de mero erro material, onde se lê: ''... , conforme a Emenda Constitucional nº 70/2012, de 29/03/2012'', *leia-se*: ''art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal/88 com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março 2012, com proventos calculados pela última remuneração".

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 428/2012.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 01 de julho de 2015.

TEREZINHA J. R. MILANI

PRESIDENTE

HOMOLOGO:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 56/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

considerando a renúncia do relator da Comissão Processante instituída pela portaria n.º 49/2015, publicada em 19 de junho de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Designar, após sorteio realizado na sessão ordinária do dia 01/07/15, o vereador Pedro Paulo Tolares, para ocupar a função de relator na referida Comissão Processante.

Art. 2.º - A presente portaria entra em vigor a partir de 02/07/15.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 06 de julho de 2015.

Vereador Calistro Lemes do Nascimento

Presidente

Vereador Pedro Paulo Tolares

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 55/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

considerando o que preceitua o art. 64 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar a nova composição da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que ficará assim constituída:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ver. Kalil Sarat Baracat de Arruda – PMDB - Presidente

Ver. Leonardo Norberto Carneiro Mayer - DEM -Vice-Presidente

Ver. Ivan dos Santos Oliveira – PT - Membro

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE.

CUMPRA-SE.

Várzea Grande, 06 de julho de 2015.

Ver. Calistro Lemes do Nascimento

Presidente

Ver. Pedro Paulo Tolares

1.º Secretário

PORTARIA Nº. 079/2015.

"Retifica a Portaria nº 071/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **ELIETE CONCEIÇÃO DE CAMPOS**".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea-Grande/MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2014.04.00032P resolve:

Art. 1º. RETIFICAR o artigo 1º da Portaria nº 071/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **ELIETE CONCEIÇÃO DE CAMPOS**, a fim de correção de mero erro material onde se lê: "**ELEITE CONCEIÇÃO DE CAMPOS**", leia-se: "**ELIETE CONCEIÇÃO DE CAMPOS**".

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 071/2014.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 01 de julho de 2015.

TEREZINHA J. R. MILANI

PRESIDENTE

HOMOLOGO:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 078/2015.

"Retifica a Portaria nº 019/2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a Sra. **ANANIZA FALCÃO DA SILVA**".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea-Grande/MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2013.02.00760P resolve:

Art. 1º. RETIFICAR o artigo 2º da Portaria nº 019/2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a Sra. **ANANIZA FALCÃO DA SILVA**, a fim de correção de mero erro material onde se lê: "Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação", leia-se: "Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19/04/2014 e efeitos financeiros de 18/03/2015".

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 019/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 01 de julho de 2015.

TEREZINHA J. R. MILANI

PRESIDENTE

HOMOLOGO:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 080/2015.

"Retifica a Portaria nº 45/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao Sr. **João Bosco Nogueira Barbosa**".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea-Grande/MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2013.03.00354P resolve:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 45/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao Sr. **JOÃO BOSCO NOGUEIRA BARBOSA**, a fim de correção de mero erro material onde se lê: "art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2004", leia-se: "art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março 2012".

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 45/2014.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 01 de julho de 2015.

TEREZINHA J. R. MILANI

PRESIDENTE

HOMOLOGO:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO N. 02/2015

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por meio da Comissão Permanente de Licitação designada pela portaria n. 226/2015, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação modalidade Tomada de Preços n. 02/2015, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE PARA ABRIGAR O SERVIÇO DE ASSISTENCIA ESPECIALIZADA/CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO – SAE/CTA, DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT. Julgada a Proposta da empresa: **Locadora de Maquinas Mato Grosso Ltda**., CNPJ: 24.688.681/0001-90, a comissão declara vencedora do certame com valor total de R$ 693.080,18 (Seiscentos e noventa e três mil oitenta reais e dezoito centavos). Várzea Grande-MT, 03 de julho de 2015. Landolfo Lazaro Vilela Garcia - Presidente CPL.

PORTARIA Nº. 077/2015.

"Retifica a Portaria nº 46/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao Sr. **AUGUSTO MARIO SANTANA**".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea-Grande/MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2011.03.0003P resolve:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 46/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao Sr. **AUGUSTO MARIO SANTANA**, a fim de correção de mero erro material onde se lê: "art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2004", leia-se: "art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, de 29 de março de 2012".

Art. 2º. O artigo 1º da Portaria nº 46/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez ao Sr. AUGUSTO MARIO SANTANA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n° 149.185 SSP/MT e inscrito no CPF n° 138.771.271-34, matriculado sob o nº 5130, efetivo no cargo de Professor V a VIII, Nível 05, Classe A, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais."

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 46/2014.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 01 de julho de 2015.

TEREZINHA J. R. MILANI

PRESIDENTE

HOMOLOGO:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA 003/2015.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Concorrência nº. 003/2015 realizada no dia 22/04/2015, teve como vencedor: Construtora Tripolo Ltda.

Água Boa, 06 de julho de 2015.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO SUBCONTRATO

Subcontrato 002/2015 ao contrato 081/2015

Anuente: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratada: Consdepi Construtora Ltda

Sub-contratada: D.N Souza Industria e Comércio de Artefatos de Cimento e Serviços de Terraplanagem Me

Objeto: Serviço de Escavadeira Hidráulica e Serviço de Retroescavadeira

Valor: 930.000,00

Data: 24.06.2015

Vigência: 24.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 010/2015.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Tomada de Preços nº. 010/2015 realizada no dia 22/06/2014, teve como vencedores:

Item 1: Henrique Q.C. Garchet-MT

Item 2: Clinica Medica Juan Stefano Pinho Lopes Eireli-ME

Item 3: Lasaro Barbosa de Faria Neto Eireli -EPP

Água Boa, 06 de julho de 2015.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

ERRATA

ERRATA.

Ata de Registro de Preço nº. 013/2015.

Proc. Administrativo nº. 046/2015.

Celebrado: Município de Água Boa

L. F. N. Spenthof - Me

Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2015.

Objeto: A presente Ata de Registro de Preço visa à aquisição e recarga de Cartuchos e Toners e de comodato de impressora para todas as secretarias.

Na Ata acima Onde se lê:

FORNECEDOR REGISTRADO: Celso J. Spenthonf - Me

Celso José Spenthof

Proprietário

Leia-se:

FORNECEDOR REGISTRADO:

L. F. N Spenthonf - Me

Lisete Feijó Nunes Spenthof

Proprietário

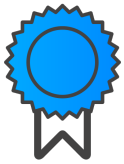
Água Boa, 06 de Julho 2.015.

Município de Água Boa

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Jul 06 22:31:26 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)